

GEOGRAFIA E GEÓGRAFOS

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA
DE PORTUGAL

JORGE CARVALHO ARROTEIA

GEOGRAFIA E GEÓGRAFOS

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA
DE PORTUGAL

JORGE CARVALHO ARROTEIA

ÍNDICE

ABERTURA	6
PREÂMBULO (<i>João Ferrão</i>)	7
ENTREVISTA	10
INTRODUÇÃO	17
I – Enquadramento geográfico	25
1 - Dimensões de análise e fontes	33
2 - Nota sobre o território	49
3 - Traços da ocupação primitiva	61
II – Povoamento e organização do território	93
1 - Construção do reino	94
2 - Paroquialidade e centralismo	115
3 - Povoamento litoral e fronteiriço	139
4 - Colonização interna	155
III – Das contagens aos censos da população	165
1 - Apuramento dos residentes	166
2 - População em tempo de crise e modernidade	183
3 - Censos da primeira metade de Oitocentos	202
4 - Recenseamentos de 1864 a 1930	223
5 - O sistema estatístico nacional	255
IV – Sistema migratório	271
1 - Continente e Ultramar	274
2 - Contexto marítimo e colonial	286
2.1 - Pioneiros	288
2.2 - Migrações em massa	307
3 - Reserva humana e diversificação de fluxos	322
4 - Extensões da Pátria	335
V – Legado geográfico e social	349
1- Atividades dos habitantes	350
2 - Redes de povoamento: vilas e cidades	362
3 - Contributo do dispositivo militar	394
4 - Assistência e Instrução	415
5 - Do desenvolvimento socioeconómico	456
VI – A população na viragem de Novecentos a XXI	473
1 - Rotas de transição	473
2 - Inverno demográfico e ‘revolução reprodutiva’	509
3 - Outro ‘olhar’	544
NOTA FINAL	559
BIBLIOGRAFIA GERAL	565

À Davina e à Milana

ABERTURA

“A População na Geografia de Portugal”, da autoria de Jorge Arroiteia, é o quinto volume da coleção “Geografia e Geógrafos, editada pela Associação Portuguesa de Geógrafos para homenagear figuras de destaque da Geografia portuguesa, ajudando a difundir o seu conhecimento. Continuamos, desta forma, a nossa missão de valorizar a Geografia e os Geógrafos, sublinhando o papel fundamental que a disciplina desempenha na compreensão do território e da evolução das sociedades.

Este ensaio revela-se uma análise magistral da evolução da geografia da população, do povoamento e das migrações em Portugal, ao longo de um arco temporal notável, que abrange desde os primórdios da ocupação humana da Península Ibérica até os dias atuais. O autor conduz-nos por uma viagem que explora a interação complexa entre fatores internos e externos ao país, humanos e naturais, ao longo de diversos “ciclos de vida” de Portugal. Esta abordagem revela-se essencial para a compreensão das mudanças estruturantes que marcaram a sociedade portuguesa.

Convidamos todos a uma leitura e reflexão atenta.

A Direção da APG

Pedro Chamusca (Presidente)

Adélia Nunes

André Carmo

Aquiles Marreiros

Célia Ferreira

Eusébio Reis

Helena Madureira

PREÂMBULO

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

*João Ferrão*¹

Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Lisboa

O título despretensioso de “A população na geografia de Portugal” e a classificação de ensaio que modestamente o autor atribui a esta obra não podiam ser mais enganadores quanto à sua natureza: uma análise admirável da evolução da geografia da população, do povoamento e das migrações em Portugal, que nos surpreende pela extensão do arco temporal considerado, pela riqueza das fontes utilizadas, pela forma elegante e reconhecida como resgata o pensamento de académicos de referência, portugueses e estrangeiros, entretanto submergidos pela evolução voraz do conhecimento científico.

Comecemos por este último aspeto. O autor deixa bem clara a sua fidelidade intelectual aos mestres que mais o influenciaram: Orlando Ribeiro, em lugar de destaque, mas também Leite de Vasconcelos, Oliveira Martins ou Vitorino Magalhães Godinho, no que se refere ao nosso país, e Vidal de la Blache, Fernand Braudel, Marcel Mauss ou Georges Gurvitch, no que diz respeito a académicos estrangeiros. É, pois, no pensamento de fundadores, em França e em Portugal, da geografia, da história e da sociologia modernas que o autor assenta o seu olhar e a narrativa que irá desenvolver, colocando no centro das suas análises as relações intrínsecas que se estabelecem entre a geografia e a história, com o auxílio enquadrador do conhecimento sociológico e político. A geografia da população portuguesa é, portanto, interpretada à luz da geografia histórica, que por sua vez é integrada numa visão mais ampla da história e geografia de Portugal no quadro da evolução da sociedade portuguesa e de contextos internacionais em permanente mutação. Sabemos como as dinâmicas de produção do conhecimento científico implicam, não raras vezes, o descartar de temas, perspetivas e conceitos vistos como ultrapassados, incompatíveis ou inúteis, porque na verdade assim é, mas também por falta de capacidade ou de disponibilidade para rejuvenescer contributos intelectuais anteriores. Deste ponto de vista, esta publicação é, também, uma homenagem

1. João Manuel Machado Ferrão - Doutor em Geografia; Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Geógrafo

PREÂMBULO

a autores que ganharam por mérito próprio o estatuto de clássicos e, por isso, merecem ser lembrados, revisitados e reativados.

Esta obra destaca-se ainda pela grande amplitude do arco temporal abrangido, que vai dos primórdios da ocupação humana da Península Ibérica anterior à existência do Reino de Portugal aos nossos dias (Censos de 2021). Um arco temporal tão vasto permite entender de forma particularmente pedagógica o modo como distintos padrões de povoamento, diferentes modelos demográficos e configurações díspares de diáspora da população portuguesa no mundo e de presença de estrangeiros no território nacional refletem dinâmicas complexas de interação entre fatores internos e externos ao país, humanos e naturais, no caso dos primeiros, de âmbito peninsular, transoceânico, europeu ou global, no que diz respeito aos segundos.

Neste contexto, a ideia de ciclo - ou melhor, de sucessão de distintos ciclos - ganha expressão como elemento organizador da narrativa apresentada, não tanto no sentido da definição de uma periodização cronológica com balizas temporais rígidas, mas antes como reconhecimento da ocorrência de mudanças estruturantes de natureza política, social, económica e cultural, que dão lugar ao que o autor apelida indicativamente, aqui e ali, por ciclos de vida do país. Contudo, o olhar de geógrafo do autor permite evitar uma visão simplista, porque demasiado linear e segmentada, desses ciclos, ao evidenciar a coexistência de diferentes temporalidades e espacialidades num mesmo tempo cronológico, visível nos contrastes territoriais que identifica e caracteriza. Esta obra presta, assim, tributo à especificidade da Geografia, inclusive num domínio - o do estudo da evolução da população portuguesa - que talvez muitos tendam a identificar com a Demografia ou, para períodos mais recuados, com a História.

Ao considerar um arco temporal tão extenso, o autor é levado a recorrer a fontes de natureza muito diversa. De facto, esta publicação baseia-se numa compilação alargada, tendencialmente exaustiva, de fontes documentais e estatísticas, desde crónicas e descrições geográficas, relatos de viagens de estrangeiros que visitaram o nosso país e de portugueses que percorreram outros países ou estudos de origem variada, a contagens, levantamentos e recenseamentos de população. Como é natural, o peso relativo destes diferentes tipos de “fontes”, distinto conforme o período analisado, com destaque para os Censos Gerais da População a

PREÂMBULO

partir de 1864. Mas a perspectiva adotada pelo autor, e explicitada no início da obra, permite a construção de uma narrativa explicativa integrada e coerente, apoiada numa redação clara e agradável, enriquecida pela inclusão de trechos de escritores com reconhecida sensibilidade geográfica, como Miguel Torga e Aquilino Ribeiro, ou até, pontualmente, de poemas de poesia palaciana e popular. O ecletismo é, assim, um dos traços marcantes desta publicação, refletindo o grau de erudição do autor, mas também o seu objetivo de mobilizar, de forma articulada, o máximo de informação e conhecimento disponíveis sobre os temas em análise.

À sombra inspiradora dos mestres das ciências sociais modernas, à luz da visão particular da Geografia e retirando partido de uma postura eclética, Jorge Arroeteia oferece-nos uma obra de síntese para ler, reler e consultar. Uma obra cuja solidez traduz a maturidade de quem há muitos anos se dedica à investigação e reflexão sobre temas de população, povoamento, migrações e diáspora. A feliz coincidência cronológica entre a publicação desta obra e a celebração do 50.º aniversário da Universidade de Aveiro não pode deixar de ser identificada e saudada. Mas mais do que salientar a convergência temporal existente, importa referir que esta simultaneidade vale simbolicamente pela consonância dos valores que pautam o trabalho do autor e que devem estar presentes no quotidiano da Universidade enquanto instituição de ensino, investigação, extensão e diálogo com a sociedade: liberdade intelectual, curiosidade científica, exigência, rigor, abertura, generosidade.

Dos pormenores deste texto “A população na geografia de Portugal” não cabe aqui dar nota. Justifica-se, sim, realçar as virtudes, pessoais e profissionais, necessárias para aqui chegar e os benefícios resultantes da leitura desta obra. Que estas palavras iniciais sejam vistas como um forte incentivo a essa leitura, é o nosso desejo. Não apenas por consideração pelo autor, que obviamente a merece, mas porque um trabalho desta natureza e com esta qualidade deve ser conhecido, debatido, aprofundado e complementado com contributos movidos por propósitos idênticos, originando novos ‘ciclos de vida’ do conhecimento científico sobre um tema decisivo para o futuro da humanidade e do nosso planeta, a questão demográfica, nas suas dimensões de progénie, movimentos e transição, desenvolvidas ao longo desta obra.

ENTREVISTA



Nome: Jorge Carvalho Arroteia

Naturalidade: Monte Redondo - Leiria

Idade: 76 anos

Formação académica: Licenciatura em Geografia (Fac. Letras - Univ. Lisboa, 1972), Doutoramento em Ciências Sociais – **Especialidade:** Desenvolvimento Sócio-Económico (Univ. Aveiro; 1983; Agregação – Ciências Sociais (Univ. Aveiro: 1986)

Ocupação Profissional: Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Outras funções: Sub-Diretor Geral do Ensino Superior, Inspector-Geral da Educação: Inspector-Geral da Ciência e do Ensino Superior; Presidente da C. I. da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril).

1. Quem é a/o Geógrafo/a? Em que áreas trabalha e de que forma a Geografia faz parte da sua vida?

Docente, Investigador e cidadão empenhado em participar nos processos sociais de melhoria do sistema educativo e da comunidade académica e cívica a que pertence, na formação dos alunos e investigadores que acompanhou, na evolução do pensamento e da ação geográfica em diferentes contextos humanos e culturais.

Tem trabalhado na área da Geografia Humana e Geografia da População com particular incidência no estudo do fenómeno emigratório português em Portugal e noutros países: Luxemburgo, Espanha, França e Suíça, onde a população de segunda geração registou situações diferenciadas de escolarização e ensino da Língua e Cultura Portuguesa. O levantamento da escolaridade da nova geração de migrantes e das especificidades dos Sistemas Educativos na Europa abriu caminho para a incursão no domínio da Geografia Social e dos processos de desenvolvimento associados à herança cultural da população portuguesa e ao alargamento da rede de estabelecimentos de ensino superior universitário e politécnico em Portugal. Esta via acabou por determinar o ingresso no Departamento de Ciências da Educação da U. A. e a aceitação posterior de tarefas

ENTREVISTA

administrativas e de gestão no subsistema de ensino superior em fase da sua democratização e arranque.

A formação geográfica foi determinante uma vez que, confrontado com situações reais, beneficiámos da formação académica e prática como geógrafo associada à observação, contextualização, interpretação, comparação de diferentes situações e da sua análise em profundidade. Nesta parte foi igualmente vantajoso o contributo de outras ciências sociais com as quais a geografia partilha métodos de recolha de informação, análise, tratamento de informação e propostas de atuação que completaram a visão geográfica dos contextos humanos.

A experiência recolhida confirmou a vantagem da formação geográfica valorizada com a aprendizagem ao longo da vida e a participação em equipas interdisciplinares abertas ao contributo desta ciência.

2. Quais são os projetos para o futuro imediato? E de que forma valorizam a Geografia?

Em fase final de carreira universitária e uma vez terminado um trabalho síntese sobre a população na geografia de Portugal - evolução, distribuição, povoamento, estado atual e perspectivas induzidas pelo inverno demográfico português no seu contexto europeu - estamos a compilar escritos antigos. Neste sentido estão a ser selecionados artigos editados ao longo do tempo e reunidos em Opúsculos (Geografia & Ciências Sociais: 2 volumes; Educação & Sociedade: 1 volume). Outros contributos menos significativos, mas que marcaram a vida profissional, estão reunidos em mais de duas dezenas de Cadernos de Campo, agrupados em sete volumes: Análise geográfica; População e migrações; Emigração e comunidades portuguesas; Theoria, Poiesis, Praxis; Avaliação e regulação do ensino superior; Memórias capitulares; Ex-post; Raíces.

3. Se tivesse de definir Geografia em 3 palavras, quais escolhia?

Conhecimento, Ação, Desenvolvimento humano.

4. Comentário a um livro que o marcou ou cuja leitura recomende.

Tim Marshall (2016). Prisoners of Geography: Ten Maps That Explain

Everything About the World (Politics of Place) Paperback – October 11, 2016

O desenvolvimento da guerra na Ucrânia obrigou a procurar informação adequada sobre o cenário deste conflito, que extravasa as fronteiras da Europa e alimenta um leque de conflitos geopolíticos mundiais na sua relação com o território, nações e civilizações regionais. Seguir a Nova Ordem Internacional estabelecida em carta assinada em 1945 pelas Nações Unidas em 1945 com o objetivo de “manter a paz e a segurança internacionais” tem permitido um equilíbrio precário mundial, posto em causa pela diversidade geográfica de novos Estados, intensificação da exploração e das riquezas naturais, nível de desenvolvimento sócio-económico e humano, interesses financeiros públicos e privados, decisões dos centros de negócios e geopolíticos mundiais e dos sistemas de poder.

O antigo determinismo geográfico, de natureza física, defendido por Ratzel no final de Oitocentos, juntamente com a ideia de “espaço vital” – relacionado com as condições territoriais exigidas por cada Estado para a sua sobrevivência – tem sido posto em causa em resultado de guerras e de conflitos que puseram termo a uma “geografia de poder” de origem natural, substituindo-a por uma “geografia de diplomacia” firmada em tratados universais mas frequentemente postos em causa depois da queda dos grandes impérios e dos conflitos armados do século passado. As guerras intensificadas pela procura de novas fontes de energia, domínio de territórios estratégicos, revoluções e convulsões em regimes políticos com diferente ambição e natureza têm vindo a demonstrar alterações sensíveis da geopolítica mundial e a eclosão de conflitos internacionais que extravasam os limites de um país, região geográfica alargada ou continente.

Um livro de Tim Marshall (2016) vem recordar que embora o homem não deve ser considerado o produto de um lugar, as ações militares de muitos países continuam a ter em conta dificuldades e vulnerabilidades de natureza física, difíceis de contornar em contraste com as perceções e imagens sociais construídas por relatos históricos e geográficos mais antigos, pela guerra da informação e pelas decisões geopolíticas de diferentes líderes mundiais e regionais. O recurso à cartografia e à descrição detalhada de diferentes “actores” (Russia, China, EUA, America latina e outros) reforça a natureza deste ensaio, escrito por um jornalista, que expressa a relevância dos fatores geográficos na condução das principais lutas armadas dos nossos dias.

5. Que significado e que relevância tem, no que fez e no que faz, assim como no dia a dia, ser geógrafo?

A formação inicial e ao longo da vida juntamente com a partilha de conhecimentos e experiências com colegas de outras proveniências reforçaram aspetos relevantes de natureza académica e novas exigências da profissão. A antiga trílogia em que assentou a formação em geografia humana: espaço, tempo e número foi ampliada alargando-se aos nossos dias aos sistemas sociais e às contingências que os atingem ligadas a fenómenos naturais, sócio-políticos e outros que interagem com os sistemas estabelecidos desde longa data. Em circunstâncias de grande imprevisibilidade sistémica o geógrafo vai alargando a sua capacidade de ação valendo-se, entre outras circunstâncias, do trabalho persistente e continuado em torno da observação dos fenómenos humanos e sociais; da sua interpretação isolada e na sua relação com os ciclos de poder; da contextualização e extensão territorial e temporal dessas situações; da exigência, profundidade e metodologia da análise geográfica; da abertura ao diálogo e cooperação; da inventariação dos problemas humanos na sua relação com as paisagens físicas e culturais correlacionadas.

6. Na interação que estabelece com parceiros no exercício da sua atividade, é reconhecida a sua formação em Geografia? De que forma e como se expressa esse reconhecimento?

Pessoalmente sentimos que a formação académica e profissional abrangente e diversificada e o trabalho complementar valorizou a metodologia e ação em equipas multidisciplinares e culturalmente diversificadas. A essas circunstâncias acresce o reconhecimento do trabalho como universitário e colaboração em equipas; a natureza dos trabalhos académicos e a participação na comunidade. Em sentido mais amplo a formação de geógrafo distingue-se ainda pelo conhecimento da sua ação em situações complexas de natureza social e humana, políticas e estratégicas, naturais e outras, devidas à intervenção do homem e a situações recorrentes ditadas pela herança do complexo “histórico e geográfico” em diferentes partes do globo.

7 - O que diria a um jovem à entrada da universidade a propósito da formação universitária em Geografia, sobre as perspetivas para um geógrafo na

sociedade do futuro? E a um geógrafo a propósito das perspetivas, responsabilidades e oportunidades?

Aos jovens que iniciam os seus estudos chamava a atenção para a importância do poder e da diversidade do conhecimento geográfico no exercício de uma profissão que abarca domínios especializados relacionadas com a educação, a investigação e o exercício de uma atividade profissional exigente e diversificada que acompanha as mudanças sociais e culturais dos nossos dias. Valorizamos ainda a necessidade de abertura da mente para aprofundamento de estudos e projetos de natureza pós-graduada e trabalho em equipa, sem desmerecer a sua formação básica, seriedade e postura ética na abordagem dos fenómenos geográficos e sociais, bem como dos seus reflexos no ordenamento territorial e na sociedade do futuro.

As geógrafos, que não esqueçam o seu contributo no desenvolvimento social e humano dos seus projetos, no bem-estar da comunidade e sociedade, na exigência do rigor científico e exemplo na promoção da justiça social e acolhimento de novos aprendizes da mesma arte e profissão.

8 - Comente um acontecimento recente, ou um tema atual (nacional ou internacional), tendo em conta em particular a sua perspetiva e análise como geógrafo.

Continuamos a realçar as diferentes dimensões das migrações humanas nos seus reflexos sobre as comunidades locais e urbanas, como pela sua expansão nacional e internacional. Múltiplos exemplos demonstram a intensificação destes movimentos acompanhados de causas de natureza sócio-económica, cultural e civilizacional, ação natural e política, influência climática e risco associada às manifestações de um aquecimento global e à evolução dos sistemas bio-geográficos tradicionais.

9 - Que lugar recomenda para saída de campo em Portugal? Porquê?

A visita ao ofito de Monte Redondo (Carta Militar de Portugal: 1/25000 – Folha 273, Monte Redondo) onde se encontra instalado o Marco Geodésico de 1ª ordem que constitui um dos vértices da triangulação elementar de Portugal estabelecida pelo General Ciera no início de Oitocentos: Buarcos, Serra do Sicó e Monte Redondo. Do miradouro, recentemente reconstruído, é possível apre-

ciar a extensão dos campos do Lis na flexão forçada deste curso de água para ocidente desviando-o do troço que seguia para norte em direção ao Osso da Baleia. Esta situação decorre dos fenómenos de diapirismo na orla sedimentar Ocidental responsáveis pela subida das margas hetangianas que alimentaram as Salinas da Junqueira (abandonadas) e a exploração de sal gema que aí se registou durante a primeira metade do século passado. No mesmo alinhamento encontram-se morros de origem magmática onde se situam a Igreja Velha de Monte Real e o Castelo de Leiria. Outras manifestações diapíricas alimentaram a estação termal de Monte Real e das Brancas (Batalha) bem como as antigas jazidas de sal em Porto Moniz (Leiria), a poente da Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, inscritas num mesmo alinhamento de falhas que segue até Rio Maior.

Em conjunto tratam-se de manifestações de diapirismo tardio no vale médio e terminal do Rio Lis: Campo de Leiria e de Monte Real, ofito de Monte Redondo, antigas salinas da Junqueira, evolução do traçado do antigo leito do rio Lis, evolução do litoral, povoamento antigo, cobertura vegetal, atividades e mobilidade humana.



J. A.
28SET2023

INTRODUÇÃO

No momento presente revisitar a evolução da sociedade portuguesa e das suas gentes abordando o tema da população enquanto parte essencial da geografia de Portugal, constitui uma tarefa oportuna que serve para complementar estudos anteriores e aprofundar assuntos relacionados com a nossa memória coletiva inscrita na matriz humana e social dos nossos dias. Serve, igualmente, para realçar a dimensão dos muitos “fenómenos sociais e totais”, na sua expressão temporal e territorial, política e militar, que ajudaram a construir a nossa identidade geográfica e cultural enquanto reino independente e nação, ao longo de vários séculos de história. Aprofundar a dimensão geográfica da população na análise do desenvolvimento histórico da nossa sociedade, da monarquia à república, constitui a essência desta notícia que no seu conjunto distingue três momentos da sua evolução: a progénie, os movimentos associados ao seu crescimento natural e migratório, a transição da revolução demográfica à revolução reprodutiva.

Na sua essência este ensaio retoma as preocupações do autor desde o início da carreira universitária e das preocupações que manteve acompanhando a fase de expansão da rede de ensino superior, nomeadamente no que respeita à construção do sistema binário atualmente vigente. Mais ainda, evoca alguns dos contextos sociais e populacionais que antecedem a democratização do ensino superior português, a criação das universidades novas e, em particular, a Universidade de Aveiro – UA - que nos acolheu durante a maior parte da nossa vida profissional. Aqui foi possível desenvolver alguns projetos pioneiros em prol da emigração portuguesa, como seja a criação do Curso de Verão “Lusitanis in Diáspora”², proposto à Reitoria da UA no início da década de oitenta e que orientámos durante a primeira década da sua existência.

O fenómeno da emigração isoladamente e no contexto da população portuguesa foi tema de investigação preponderante na nossa vida académica que reparamos com a análise das migrações em diferentes contextos geográficos europeus e a colaboração de colegas nacionais e de outras nacionalidades preocupados com a intensidade da emigração portuguesa, a vivência e situação escolar das comunidades lusas em França, Luxemburgo, Espanha e Suíça. No seu dia-a-dia esta

2. Destinado a universitários, descendentes de emigrantes portugueses residentes no estrangeiro. 1ª edição: 1980

INTRODUÇÃO

tarefa foi acompanhada de outras responsabilidades no âmbito da análise social e administração da educação, da lecionação e acompanhamento da disciplina de História e Geografia de Portugal na UA e demais prestações devidas ao desenvolvimento do sistema de ensino superior. Não estando ainda criada a área científica de Ciências Sociais - UA, promotora do encontro científico de interesses relacionados com a população nas suas dimensões histórica, geográfica, demográfica e sociológica, tal foi possível com a criação do CEPFAM³ e mais tarde do CEPESE⁴. O projeto no qual tivemos a honra de participar até 2021: *“População portuguesa – História e Prospetiva”* - tem garantido *“um trabalho de sistematização do conhecimento demográfico relativamente à população portuguesa”*⁵ com iniciativas diversificadas em torno da edição da revista: *“População e Sociedade”*.

Embora já afastado das lides e dos interesses académicos não se esvaneceu o sentimento incutido pelo Mestre O. Ribeiro (1970.c, p. 48): *“A Ciência é, como a Arte, um ornamento do espírito humano, uma flor da civilização”*, que deve ser cultivado independentemente das afiliações e pertenças pois que a mesma constitui (loc. cit.) *“um instrumento de educação, uma força do Humanismo dos nossos dias, um apelo constante à objectividade, à compreensão tolerante e ao juízo equânime (...)”*. Neste contexto a redação deste ensaio atinente à história e geografia da população portuguesa tende a fortalecer (op. cit., p. 173) *“uma consciência dos problemas humanos”* que se colocam à geografia de Portugal com reflexos na sociedade e na ideia e orientação da Universidade portuguesa.

Em data próxima da celebração do 50º aniversário da Universidade de Aveiro saudamos a sua comunidade académica e científica, os alunos lusitanos da diáspora e de todas nacionalidades que a procuram, bem como os colegas de formação que prosseguem a sua atividade na docência, investigação e noutros contextos laborais. A todos oferecemos este exercício de escrita que reúne ensinamentos e reflexões de uma carreira académica partilhada no domínio da Geografia e de

3. Centro de Estudos de População e Família – Universidade do Porto, criado em 1994 sob os auspícios da Universidade do Porto e da Fundação Engº António de Almeida. Instituidores: Joaquim Nazareth (UNL – FCSH) e Fernando de Sousa (UP – FLP) e o signatário.

4. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, que por mudança de nome, a partir de 2012 dá continuidade ao anterior (Despacho nº 1755/2012, de 2.8.2012) – Universidade do Porto e Fundação Engº António de Almeida.

5. População e Sociedade, 1, 1995 – “Nota de abertura”.

INTRODUÇÃO

outras Ciências Sociais baseada na curiosidade, inquietação e aprofundamento do “mistério das coisas e dos homens” (Ribeiro, 1964, p. 73) - e na “*ética da atitude*”, ou seja (loc. cit.), no “*desejo e dever de servir*”. Recuando ao período da nossa preparação universitária evocamos este exemplo como uma investigação desinteressada, no sentido que lhe deu Ribeiro (1964, p. 76), “*aplicada apenas a desenvolver a alegria de conhecer e as qualidades do espírito*”, que nos permite recuar às origens da nossa população e às migrações que desde a antiguidade trouxeram ao território da Península Ibérica povos oriundos de outras áreas geográficas e civilizacionais, contribuindo para o povoamento e consolidação do reino de Portugal. Procuramos ainda evocar as condições de formação das muitas comunidades residentes fora do país associadas aos contextos geográficos e sociais que hoje alimentam as relações destes cidadãos do mundo com a terra e a sociedade lusíada.

Lento foi o processo de ocupação humana do território estando o mesmo associado a fatores naturais e humanos que ajudaram a estruturar a nação portuguesa - referenciada por Catroga (2008, p. 19) como “*uma dada população e um dado território em que esta habita*” - e a sua evolução no tempo, os movimentos internos e externos dos seus habitantes, as perdas causadas pela fome e pestes que periodicamente afetaram o seu crescimento, as lutas internas e as guerras que a atingiram, a distribuição e crescimento da sua gente, as suas relações com o mundo. O desenvolvimento da agricultura, comércio, indústria e a consolidação das cidades ao longo do tempo está associado à construção das linhas de defesa e das redes de circulação e, desde os finais de Oitocentos, ao sistema ferroviário nacional que abriu as portas ao processo de mudança social que caracteriza a evolução societal e económica dos finais do regime monárquico e primeiros anos da instauração do regime republicano. Iniciativas posteriores condicionaram a sua evolução.

A marcha da sociedade durante a 1ª República, o Estado Novo e, sobretudo, depois da revolução de 25 de Abril de 1974 comprova o processo de mudança social na sua relação com os fenómenos geográficos e populacionais - entendidos como “*fenómenos sociais totais*” (Gurvitch, 1979.I) – registados no decurso do último meio século. A impossibilidade de os abordar na sua plenitude leva a incluímos neste assento o período alargado da nossa memória comum, desde os primórdios do povoamento português até ao fim do regime antigo. Esta desig-

INTRODUÇÃO

nação vai além do fim da Monarquia e da primeira República abarcando ainda o período do Estado Novo dos anos setenta, anteriormente ao processo de democratização da sociedade portuguesa. Alguns desses informes estão plasmados no 11º Recenseamento da População - I Recenseamento Geral da Habitação, realizado no continente e ilhas adjacentes em 15 de dezembro de 1970. Esta descrição completa-se com uma nota sobre a evolução demográfica posterior, na viragem do século e nas duas primeiras décadas deste milénio completando, assim, o retrato da nossa população e o seu contributo para o conhecimento da geografia de Portugal.

Tal como reconheceu Godinho (1971, p. 13) ao debruçar-se sobre a estrutura da antiga sociedade portuguesa, “*num mundo em acelerada mudança, a que imprimem o ritmo as civilizações altamente industrializadas, quando não já terciárias, mantêm-se vastas zonas de subdesenvolvimento e persistem, noutras, estruturas de Antigo Regime, aquelas que não chegaram a ser plenamente modeladas pela Revolução Industrial*”. Esta situação acompanha o período de transição para o regime democrático e o seu desenvolvimento ulterior firmado com a adesão de Portugal à União Europeia, privilegiando uma visão macro e sistémica das principais questões relacionadas com a memória, os movimentos e os traços recentes do nosso “*dêmos*”.

As diferentes manifestações relacionadas com a evolução do sistema político, a “*economia e sociedade agrícola e mercantilizada*” (loc. cit.), a evolução da população e dos seus movimentos, o ordenamento social e do território que acompanham a evolução mais próxima do nosso sistema político, distinguem posições distintas das do Antigo Regime, concluso nas Cortes Constituintes de 1820 (Magalhães, 1994) e do regime da 1ª República que se seguiu ao da Monarquia Constitucional. O desenvolvimento posterior acompanha o crescimento, sucessivamente arrolado da população portuguesa e os condicionalismos políticos e económicos internos e externos que se intensificaram com a mudança social conducente à transição demográfica subsequente. Na sua origem estiveram os movimentos de crescimento natural e migratório, a quebra da natalidade, o progressivo declínio populacional que acompanha a revolução demográfica registada no continente europeu e a mudança social incrementada pela instauração do regime democrático em 1974.

INTRODUÇÃO

Na elaboração deste trabalho realçamos a construção da rede de Universidades novas – onde se inscreve a instalação da Universidade de Aveiro⁶ - que antecede a mudança de regime e a entrada num novo ciclo social e político, cultural e internacional da população e da sociedade portuguesa. No seu conjunto esta análise desenvolve-se numa sequência estruturada e evolutiva (Ribeiro (1961, p. 15) de situações marcantes da geografia histórica da nossa gente construída “*tanto pelo ajustamento ao ambiente natural como por contactos humanos*” dos povos que sucessivamente habitaram o território português, autóctones e oriundos das migrações que acompanham a história dos povos ibéricos.

Como em tempo fez notar Vidal de La Blache (1954, p. 83), “*os livros onde foram consignadas as mais antigas histórias da Humanidade (...) estão cheios de narrativas de migrações*”. Realçam diferentes tipos de diálogo entre o homem e a natureza, entre os grupos humanos e entre estes e o poder militar responsável pelas marchas de guerra que configuram a mobilidade e papel das lutas armadas - entendidas como “*fronteiras em movimento*” (La Blache, op. cit., p. 84 – N.T.) - e como sinal da honra e de glória para uns, mas também de fuga e repulsão para os habitantes que delas fogem. Embora merecendo uma análise mais detalhada e profunda dos fenómenos recentes alguns desses aspetos estão tratados em trabalhos anteriores e em estudos vários de natureza geográfica, demográfica, histórica e económica que incidem sobre a segunda metade de Novecentos e os anos posteriores do regime democrático.

Procedemos agora a um balanço alargado da evolução do nosso sistema demográfico e de alguns dos aspetos relacionados com o povoamento, dando sentido à ocupação das terras do interior e ao papel das praças de defesa localizadas nas áreas raianas na sua articulação com os equipamentos militares construídos no decurso das duas últimas centúrias e ação que tiveram na dinamização da rede de vilas e cidades no nosso território. O mesmo poderá ser completado com análises seguintes relacionadas com a criação do ensino superior universitário e politécnico, o alargamento da sua rede de estabelecimentos de ensino no decurso deste último meio século, os contributos ao desenvolvimento garantidos pelo funciona-

6. Decreto-lei nº 402/73, de 11 de agosto de 1973

INTRODUÇÃO

mento dessas instituições e pelos reflexos da procura social da educação terciária.

Estes são alguns dos pilares em que assenta a construção do estado contemporâneo nas suas vertentes, social e territorial, institucional e política, religiosa e cultural, que fazem parte de “*um sistema de crenças comuns, porque sem ele não pode haver coesão social*” (Martins, 1981, p. 69). Todas elas identificam a nossa sociedade e ao longo de séculos ajudaram a construir a identidade de “coletivos sociais” (Silva, 2018) em tempos e espaços distintos de fruição económica e social nos quais assenta a construção da comunidade nacional dos nossos dias. Muito mais haveria a explorar. Assim o avisou Platão: “*A parte que ignoramos é muito maior que tudo quanto sabemos*”, sobretudo na época presente quando deparamos (Justino, 2011, p. 51) com a ação de “*sucessivos complexos histórico-geográficos*” associados a uma grande diversidade cultural e “*pluralidade de pertenças*”. A referência a estas identidades sugere um diálogo permanente entre a tradição e a modernidade (Martins, 2011, p. 23) bem como o contributo de diferentes gerações e de ideias para um país, que se quer europeu e firmado nas suas relações com o mundo, em particular o espaço lusófono que ajudou a construir ao longo de vários séculos de relações associadas às práticas sociais e aos interesses de épocas distintas da sua realização.

O desenvolvimento do tema contempla as origens ou progénie da nossa população, os movimentos relacionados com o crescimento natural e movimentos migratórios e a transição e mudança operada ao longo da antiga sociedade portuguesa e na contemporaneidade dos nossos dias. Repartido em seis sequências capitulares cada uma delas contextualiza e ilustra facetas diversas da evolução da população, povoamento, mobilidade dos habitantes, heranças do regime antigo e a transição e mudança do último meio século. No seu conjunto são ilustradas por fenómenos distintos, a nível regional e nacional, do crescimento e movimentos da população e do seu contributo para o conhecimento da Geografia de Portugal nos seguintes domínios:

- I Enquadramento geográfico
- II Povoamento e organização do território
- III Das contagens aos censos da população
- IV Sistema migratório

INTRODUÇÃO

- V Legado geográfico e social
- VI A população na viragem de Novecentos a XXI.

Como em tempo escreveu Godinho (1971, p. 14), “(...) *o quotidiano traz de novo à superfície os problemas ancestrais*”. Nesse sentido continua presente a sua oportuna reflexão (loc. cit.): “*A construção de um Portugal novo só se fará sobre a base do respeito pela vontade nacional, claramente expressa, e de uma reflexão sobre a nossa história que permite a consciência lúcida dos nossos problemas*”.

Parafrazeando António Gedeão, “*Conscientemente escrevo e, consciente, medito o meu destino*”. Percurso idêntico, este, em que partilhamos com amigos e colegas amantes do futuro e do “renascer” desta velha Pátria, as marcas deste longo ciclo associado à evolução da nossa gente, aos traços dominantes da população portuguesa, ao contexto societal da criação da rede de novos estabelecimentos de ensino superior e da democratização da nossa sociedade cujos reflexos se fazem sentir em diversos domínios de investigação sobre a geografia de Portugal. Neste contexto cabe-nos agradecer à *Associação Portuguesa de Geógrafos* e ao seu presidente⁷ o convite para editar este volume na coleção “Geografia e Geógrafos” prosseguindo os objetivos da Associação em partilhar experiências e investigações que possam servir de incentivo ao desenvolvimento das “*práticas científicas dos geógrafos*” (Claval, 2001, p. 2) do nosso tempo.

Bem hajam!

Jorge Carvalho Arroiteia
11 de fevereiro de 2023

7. Doutor Pedro Chamusca

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

A dois séculos da revolução liberal na qual se filia a construção do estado de direito democrático dos nossos dias, este tem por base um território fisicamente heterogéneo e socialmente assimétrico onde se inscrevem diversas geografias da população desenhadas em cenários nacionais e externos, movimentações e teias de interesses políticos, militares e corporativos muito diferenciados. Tal realça, no seu conjunto, a importância das condições naturais nos movimentos dos habitantes, na sua distribuição e ocupação humana, na riqueza produzida e nas marchas de guerra e dominação armada, na construção da nação e da sociedade de antanho na sua constante adaptação às mudanças sociais e de governo registadas desde a fundação da nacionalidade, durante a Monarquia e a República. Estas alterações assentam nas relações de dependência entre a população e o seu meio ambiente traduzidas na capacidade de adaptação e de produção, nas relações económicas e manufatura de bens, nas heranças históricas e culturais (Racine, 1986, p. 57) que atravessam um longo ciclo de vida do país e das suas regiões geográficas.

O reconhecimento destas relações, associadas, durante séculos, ao determinismo natural e ilustradas em estudos de geografia humana e regional, realça a evolução do tempo e do espaço como totalidades históricas e geográficas articuladas com as representações e os laços sociais e de poder dominantes. Para Racine (loc. cit.) a preocupação em aprofundar “*des rapports géographiques et des combinaisons (spatiales) qui en dérivent (...) selon lesquelles ces rapports de rapports (Frémont) s'emboîtent, interfèrent et évoluent*”, permite definir diferentes espaços geográficos, sociais e de relação, que embora evoluindo no tempo, expressam-se em ‘espaços territoriais’ (loc. cit.), “*qu'organisent les diverses activités économiques et socio-culturelles des hommes et les rapports qu'ils entretiennent entre eux et avec elles*”. Assim se verifica na construção do povoamento da antiga Ibéria e dos poderes regionais que aí emergiram, no domínio cultural e defesa dos povos que aqui se estabeleceram até à construção dos novos reinos, nomeadamente o de Portugal, continuando a persistir após a sua formação.

No friso histórico da nação portuguesa uma análise desta natureza obriga a que partilhemos preocupações e dados correspondentes a diversos períodos da sua

construção e crescimento, pelo que associamos a esta dimensão uma componente (Ribeiro - 1986. Notícia preliminar - Ferro, 1986, p. 11) de “*geografia humana retrospectiva*”, que se entrelaça “*fortemente no tempo da história*” (loc. cit.), baseada no conhecimento da população, dos seus movimentos e atividades. Tal justifica as conexões que procuramos realçar, assentes em “*quadros territoriais*” (op. cit., p. 71) e humanos inscritos em situações vividas pela nação portuguesa. Nestas circunstâncias o interesse desta análise, centrada na “*descrição de um Reino pequeno por seu território, e grande por sua gente*” (Sousa, 1680.III, p. 162), faz ressaltar a importância dos fenómenos geográficos ligados à evolução, distribuição e marcha da sua gente, antes ainda da formação da nacionalidade, reconstruindo a sua análise em tempos históricos até à estruturação do sistema político que “*adopta como forma de governo a República*” (CPRP, 1911 – Art. 1º) e se prolonga nas décadas seguintes.

Neste texto procuramos ir mais além do assinalado por Caetano Lima (1734.I, p. 1) da “*descrição da terra*”, centrando o nosso interesse na construção do “*complexo histórico-geográfico*” (Godinho, 1968) da nação portuguesa constituída, segundo Ribeiro (1987, p. 14), por “*várias unidades espaciais e com vários grupos humanos ‘naturais’*”. Na sua relação com a construção do reino, as relações conflituosas com Castela, a expansão marítima e a colonização de além-mar, a construção das estruturas sociais ligadas ao desenvolvimento da monarquia, especialmente de natureza militar e administrativa, a evolução das atividades económicas e as diásporas da nossa população, são situações temporais que importa apreciar.

Nesta sequência é nosso entendimento que apesar da diversidade de estudos de natureza geográfica, histórica, demográfica, estatística e outros, há espaço para novas leituras e contributos relacionados com a formação do povoamento, os movimentos da população e a construção da sociedade portuguesa expressa em ciclos distintos da sua evolução. É o que procuramos realizar com base na consulta de diferentes contributos geográficos, fontes históricas e, sobretudo, na interpretação dos fenómenos naturais e humanos, muitos deles já tratados em obras e autores de referência.

Não sendo um relato geográfico do tempo passado este ensaio reúne contributos inscritos em estudos relacionados com a Geografia de Portugal, uns, redigidos ainda antes de Oitocentos e outros alicerçados na investigação permitida pela reforma do ensino universitário de 1901 e na formalização do ensino da Geografia no Curso Superior de Letras, assumida por Silva Telles em 1904, a qual

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

veio permitir o reforço desta área científica aquando da criação da Faculdade de Letras de Lisboa, em 1911, com o ensino da História associada à Geografia. Este modelo veio dar lugar ao desenvolvimento da investigação geográfica e a estudos específicos sobre a geografia física e humana de Portugal. É neste domínio e na área comum das Ciências Sociais que a partir da década de quarenta do século passado surgem as primeiras obras especializadas, aprofundando aspetos geográficos já inscritos na obra de Leite de Vasconcelos, admitido como docente da mesma Faculdade no âmbito da reforma republicana.

Nesta análise faz sentido ter em consideração a matriz geográfica da nossa população construída no decurso da antiguidade e durante o primeiro milénio da nossa era, a qual acompanhou a formação do reino de Portugal e a sua expansão marítima. Estas raízes históricas e culturais reforçam-se durante o período da monarquia com os movimentos internos dos habitantes, o acolhimento de colonos estrangeiros e de escravos oriundos do continente africano sob a alçada do monarca. A estes juntam-se outros contingentes, de dimensões mais reduzidas, formados por grupos de população associados à exploração agrícola, às atividades comerciais, de defesa e a serviços estruturantes criados durante a consolidação do regime monárquico e do sistema mercantil incrementado durante o movimento de expansão marítima portuguesa.

Ao longo da monarquia e do domínio das famílias régias titulares do poder, acontecimentos vários ligados à guerra com Castela e a outras ações externas conduziram, em diversos momentos da nossa memória coletiva, a movimentos de entrada e de saída da população, sendo responsáveis por variações significativas dos habitantes em determinadas regiões da antiga Lusitânia, sobretudo (Vasconcelos, 1928, p. 246) na “*época antiga de Portugal e Galiza*”. Tais movimentos, sobretudo depois da dominação romana da península onde habitamos contribuíram para estruturar a matriz linguística e demográfica da população portuguesa, assente (op. cit., p. 247) em “*afinidades étnicas e geográficas que permitiam agrupar sob uma mesma designação muitos povos*” e expressas “*eloquentemente na língua*” (loc. cit.) e na sua “*dialectologia*” (Vasconcelos, 1897). Mais tarde, no decurso da reconquista cristã e da construção do reino, estas afinidades serviram para alimentar dinâmicas territoriais associadas ao processo de povoamento e à construção da rede de vilas e cidades, ao fortalecimento do sistema defensivo territorial e raiano, aos movimentos naturais e migratórios, ao fortalecimento do domínio militar, co-

mercial e marítimo internacional, à evolução do sistema de governo. Assim o assinala Martins (1956, p. 25), “*os nossos reis da primeira dinastia foram os construtores das bases do nosso edifício étnico. Para isso aproveitaram os naturais hispano-godos, os mouros, os árabes e os judeus, aproveitando as imigrações dos forasteiros*”.

No conjunto de relatos sobre estes assuntos verificamos como a marcha da população portuguesa foi profundamente marcada pelo determinismo das condições naturais e do clima, pelas condições de vida e socioeconómicas da população decorrentes da exploração dos recursos naturais e da terra, da natureza do comércio e dos ofícios básicos que garantiram a subsistência dos habitantes dizimados pela mortalidade infantil, pela fome e epidemias, pela escassez de alimentos causada pelas intempéries, efeitos da guerra e conquistas. As migrações associadas a estas situações aproximam-se das teses mais deterministas de Ratzel sobre o homem e a sua dependência do meio ambiente. Em muitas circunstâncias e exemplos no território nacional, situações inscritas na nossa matriz histórica dependem ainda de fatores geográficos ligados à localização e à exposição natural, determinantes na implantação de agregados humanos e da sua sobrevivência, desenvolvimento das atividades económicas e formas de povoamento associadas à construção das paisagens humanas, rurais e urbanas, que evoluíram ao longo de séculos e retratadas no nosso processo civilizatório.

Na sua diferenciação territorial a geografia acompanha-se de dinâmicas do povoamento, crescimento da população e movimentos diferenciados em contextos sociais que identificam a evolução de uma nação, enquanto espaço “*sócio-geográfico*” e de um estado, que traduz (Catroga, 2008, p. 20) uma “*dimensão institucionalizada do poder que se exerce sobre uma população – que ele divide entre governantes e governados – e sobre um dado território, lugar onde a sua soberania traça e defende ‘limites’ externos, ao mesmo tempo que procura eliminar os internos*”. Esta realidade, acompanhada da legitimação do poder e do exercício da soberania, pode estender-se para além das fronteiras naturais, que no caso português foi determinado pelos efeitos da continentalidade ibérica e interesses da geopolítica externa assentes na sua presença noutros continentes. Nesta perspetiva as situações políticas e militares articulam-se com a interpretação geográfica de fenómenos sociais e humanos registados pela população na sua relação contextual com acontecimentos vivenciados internamente, ou já por ação externa com incidência no sistema político, económico, cultural – e também territorial - da nação portuguesa.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

A extensão desta análise abarca períodos diferenciados inscritos num friso temporal alargado e complexo, com início nas formas de ocupação e povoamento antigo, organização do território e mudança inscrita em momentos decisivos da nossa memória relacionados com a construção do reino de Portugal (século XII), fixação definitiva das suas fronteiras (século XIII), expansão colonial (séculos XIV, XV e XVI), perda de independência (século XVI), restauração (século XVII) e da sua evolução nos séculos posteriores. Neste processo a construção de uma rede de povoamento assente em pequenos lugares e aldeias, vilas e cidades – reforçada pela construção das linhas de defesa fronteiriça – torna-se essencial para a ocupação definitiva do território, para a sua organização e defesa durante a Idade Média, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea. Durante estes períodos a situação demográfica portuguesa acompanha a construção territorial do reino e a centralização do poder régio, o lançamento das bases do poder municipal, a submissão à coroa de Castela e o restabelecimento da soberania, a colonização e expatriação da população para o Oriente e Índias Ocidentais, a construção de um sistema migratório associado a processos de dependência externa e de um fomento incipiente da riqueza nacional, à continuidade e mudança do regime político, à integração na União Europeia.

As contagens da população sucedem-se, os seus procedimentos são melhorados, mas a construção do sistema estatístico nacional, indispensável ao bom governo do Príncipe, surge apenas durante a segunda metade de Oitocentos orientando, no que respeita à realização decenal dos recenseamentos gerais da população, os censos feitos desde a assinatura da Carta de Lei de 25 de agosto de 1887, até 1960. Nos seus resultados os dados relativos aos habitantes residentes no território nacional expressam diferentes situações que decorrem do seu estado e evolução, também das condições de vida, circulação, isolamento e desenvolvimento desta faixa atlântica ibérica na sua relação com a “base morfológico-ecológica” peninsular, em particular no território da “*Coroa do Dragão de Europa, pois nesta forma a descreveu Estrabão*” (Lima, 1734, ii), do futuro reino de Portugal, mencionado em texto histórico do ano de 1069 (op. cit., p. 190).

A sequência e tratamento da informação disponível dá corpo a este ensaio com forte pendor de geografia histórica, centrado na população portuguesa e na sua distribuição no território, em situações diversas relacionadas com a ocupação humana primitiva, as suas dinâmicas e atores na construção de um povoamento

dirigido por condições naturais e humanas vividas e partilhadas pelos habitantes do mesmo estado e nação num período alargado da nossa vida comum. Seguindo uma atitude científica (Ribeiro, 1962, VI), procuramos aliar à observação, “*apurar, ordenar, aproximar factos, procurando daí um nexo explicativo e construindo com eles um relato coerente, navegando com prudência no mar da variedade (...)*” que nos permitiu construir este ensaio, o qual:

- Assenta na recolha de informações sobre “*o encontro dos diversos povos e suas civilizações*” não por um mero acidente, mas sim como “*a própria lei fundamental da história*” (Martins, 1981, p. 30);

- Recolhe situações de um passado marcado por acontecimentos e vivências de “*homens dispersos sobre a terra*” (*loc. cit.*), *aprofundando-se “quando ao lado dos caracteres que inconscientemente os distinguem, conforme as raças em que se dividem e as regiões que habitam, aparece pela primeira vez o pensamento consciente do qual nascem as instituições”*, representadas pela monarquia feudal e continuada nos regimes seguintes.

O modelo de monarquia tradicional, com a sua base rural, fraco nível de instrução dos habitantes perdidos no campo e distantes da vida da cidade, sujeitos ao crescimento natural e migratório, mantém os traços comuns durante a 1ª República, parte ainda da 2ª República, até ao 2º conflito mundial e das suas consequências devastadoras, causadoras de profundas mudanças económicas, políticas e sociais no velho continente que assinalam “*o fim do mundo e o início do outro*” no dizer de Rosas (2021)⁸. Esta evolução e mudança traduz-se na alteração significativa do sistema económico e político, migratório e geoestratégico da Europa, que prossegue e se aprofunda até ao início dos anos setenta e a nova situação decorrente da mudança social e da abertura ao mundo que acompanha a instauração do regime democrático desde 1974 aos dias de hoje. Este último período, parcialmente retratado, está marcado pela evolução da transição demográfica e social e do regime de crescimento populacional baseado no crescimento natural, continuidade dos movimentos migratórios, nas alterações da estrutura social e dos habitantes, na sua ideia e projetos de fertilidade.

No seu conjunto o texto contempla o território nacional com a sua morfologia,

8. Fernando Rosas (2021). Portugueses vítimas do nazismo: Um dos segredos mais bem guardados do Estado Novo: <https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2021/07/16/portugueses-vitimas-do-nazismo-um-dos-segredos-mais-bem-guardados-do-estado-novo/246247/> 16JUL2021

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

organização administrativa e evolução no tempo, população, distribuição e movimentos, aspetos que contribuíram para a construção do povoamento recente, do sistema migratório marítimo e colonial e do próprio sistema migratório europeu - antes ainda da nossa adesão à então Comunidade Económica Europeia - com os efeitos que esta teve na evolução das nossas instituições, economia e sociedade. Tendo igualmente em conta a existência de diferentes ciclos que marcam a evolução societal e o crescimento dos habitantes, este ensaio antevê diferentes geografias da população com os seus traços fundamentais e movimentos, realidades e heranças territoriais e humanas, que englobam ajustamentos do homem ao seu ambiente natural e relações entre si expressas nos movimentos naturais e migratórios.

Apoiado na análise do território e do povoamento, do crescimento e da mobilidade humana, do estado e desenvolvimento e social do país, o ensaio “*A população na geografia de Portugal*”⁹ procura ser um complemento de uma, qualquer, geografia pátria que a par de outros assuntos humanos, sociais e culturais considere a importância e conhecimento do conjunto de habitantes do nosso território em ciclos distintos da sua evolução, o seu legado, contributo ao povoamento e expressão da “crosta exterior” desta sociedade representada na evolução e estrutura dos seus habitantes, movimentos e atividades, origens e inquietações de natureza económica e cultural e com reflexos evidentes na construção da geografia de Portugal.

Seguindo um critério evolutivo e analítico:

- Procura analisar aspetos diferenciados de fenómenos naturais relacionados com o “tempo geológico” com os fenómenos humanos que fazem parte do “tempo histórico” e que interessam à geografia - “*ciência corológica e relacional*” (Ribeiro, 1972/73, p. 2) – tais como, “*aspectos da superfície da terra (...) e elementos provenientes da capacidade criadora dos grupos humanos*” (loc. cit.);

- Assume a memória de um passado e a sua evolução que contempla a estruturação da “*crosta exterior da sociedade portuguesa*”, representada pela população, expressa nas evidências da luta contínua entre o homem, o seu meio natural e o sistema de poder;

9. Na sua versão preliminar: “Nota geográfica da população portuguesa”, título alterado em virtude da incorporação e análise de dados definitivos publicados pelo INE a partir de novembro/2022 sobre: Censos 2021: XVI Recenseamento Geral da População. VI Recenseamento Geral da Habitação.

- Atende à sequência dos movimentos que acompanham a sua distribuição, atividades humanas e transição que antecipa a mudança social e geográfica recente da nossa sociedade e território;

- Assenta na consulta diversificada e na triangulação de fontes sobre as origens (progénie), os movimentos (crescimento natural e migrações) e transição (mudança) do sistema social e do sistema démico português, acelerado no arco temporal que coincide com a instauração do regime democrático e entrada de Portugal na União Europeia;

O tratamento de cada um destes momentos da nossa geografia comum assenta numa leitura pessoal dos fenómenos geográficos e humanos, do seu desenvolvimento - numa relação entre “*os primeiros homens que habitaram estas paragens*” (Vasconcelos, 1928, p. 250) - e da sua ação até aos dias de hoje.

Esperamos que a sua análise possa contribuir para alargar o acervo de trabalhos

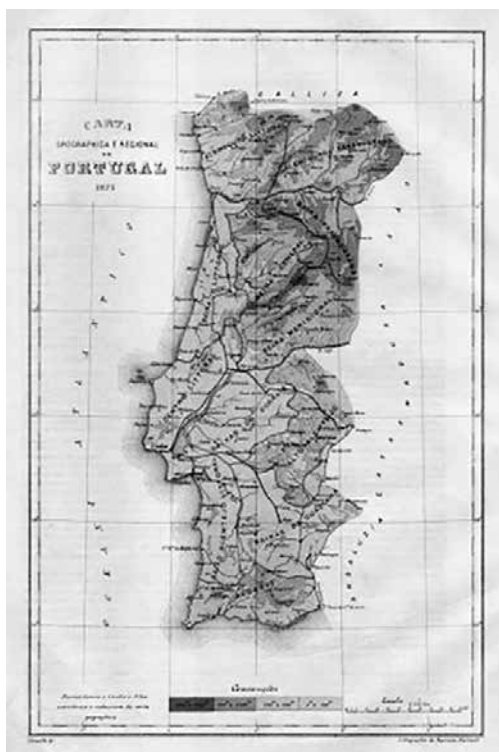


Fig. I, 1 - Carta de Portugal¹⁰

Fonte: Gomes. 1878

10. Fonte: Gomes, Bernardino Barros, 1839-1910, Cartas elementares de Portugal para uso das escolas / por B. Barros Gomes. - Lisboa: Lallement Frères Typ., 1878. - 1 atlas, [2], 29 p. de texto, 5 mapas: color.; 42 cm

relacionados com a geografia da população e das migrações portuguesas, elaborados ao longo do tempo e com contributos de distintos autores que enriquecem, na sua memória e valor, os assuntos a aprofundar em estudos e programas de geografia de Portugal.

Na sua simplicidade e lacunas, temos presente as “*palavras de advertência*” da “*Breve interpretação da História de Portugal*” (Sérgio, 1983) que realçam “*a visão da unidade do nosso objecto através da imagem singular de um delicado ornato: 2º que faz de um qualquer número de pérolas um colar é o fio invisível e interior que as une – que as liga a todas numa certa ordem, segundo uma determinada configuração*”. O tempo em que o escrevemos, de confinamento e de reflexão, ajuda-nos a compreender diferentes traços do passado e a sonhar com o futuro, dando razão ao texto antigo do Eclesiastes (3:1): “*Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para tudo debaixo do céu*”. Assim o saibamos aproveitar.

1. DIMENSÕES DE ANÁLISE E FONTES

Revisitar periodicamente temas do nosso interesse seguindo ensinamentos renovados pela reflexão e produção científica no âmbito da Geografia Humana, reforça o sentido e a unidade – na pluralidade dos seus métodos e aspetos (Ribeiro, 1973, p. 2) - desta ciência, entendida por Ribeiro (1960, p. 65), como o “*ramo de saber que especialmente se ocupa da descrição e interpretação das formas visíveis da superfície terrestre*”, dos “*espaços humanos*” e das marcas da civilização de gerações passadas. Como defende Martins (1981, p. 31), “*cada civilização é um sistema ou série: e da mesma forma que sucede com os organismos naturais, cada sistema contém, num grau mais ou menos rudimentar, todos os momentos de todas as séries*”, numa sucessão de encontros e de situações distintas que assinalam a “*vida total*” que exprime (loc. cit.) “*a soma e a sucessão das vidas individuais, e o caos aparente é a ordem imanente*”.

Isoladamente e na sua articulação com outras ciências, nomeadamente com a História com quem compartilha a observação e o método na obediência às mesmas leis e “*repetição dos mesmos factos*” (op. cit., p. 32), aprendemos a conhecer a geografia do território, a população e os seus movimentos, as atividades económicas e a sociedade portuguesa construída por um misto de civilizações. Com-

pletamos recordando (op. cit., p. 33) que “(...) *cada civilização é em si um sistema com história e leis próprias*” descritas em obras clássicas da Geografia Humana e na sua relação com a evolução dos “*fenómenos sociais e totais*” (Gurvitch, 1979) aprofundados em Sociologia.

Tomamos como referência a análise geográfica na sua perspectiva histórica e evolutiva assente na observação, descrição e interpretação dos fenómenos geográficos e sociais e a sua leitura baseada em fontes diversificadas que tratam da relação entre a distribuição, atividade, modo de vida da população, evolução e contributo na construção de uma sociedade rural tradicional. A esta seguiu-se o estabelecimento da sociedade industrial e de serviços enraizada na mobilidade geográfica e social, na herança cultural da família e da escola, na mudança dos nossos dias.

Tal como assinalou Ribeiro (1973, p. 3), a evolução humana é “*indispensável à compreensão da ‘paisagem cultural’ (...) “o tempo fixa permanências e conserva inércias que se imprimem na fisionomia dos lugares e pesam no seu destino”* construída ao longo de gerações sucessivas que manifestam os resultados das transformações físicas, da permanência temporal (loc. cit.) e das “*inércias que se imprimem na fisionomia dos lugares e pesam no seu destino*”, bem como na paisagem cultural e social das comunidades. Evocando outro autor, Balbi (1822.I, p. 56), recordamos que “*la nature a fait l’homme social pour lui faciliter les moyens de pourvoir à son bonheur, qui est la fin commune de tous les êtres raisonnables*”, donde (loc. cit.), “*Les sociétés ne peuvent exister sans gouvernement, la nature conseille donc l’existence de ce gouvernement, et autorize le pouvoir qu’il doit exercer (...)*”.

Nesta sequência consideramos aspetos diversos relacionados com a construção da matriz antiga da nossa população, antes e depois da formação do reino até à revolução liberal de 1820 e continuada com a implantação da república, já marcada pela existência de dois “Portugais” que gradualmente se consolidaram no território nacional: o ocidente litoral e a raia interior, o atlântico setentrional e o mediterrânico meridional, o citadino da bacia do Tejo e da cidade invicta e o rural dominado pelas cidades capitais de distrito e sedes de bispado e de outros centros marcados pela ruralidade e contrastes entre uma população dedicada às atividades agrícolas e a fidalguia, os serviços concentrados nas cidades, vilas sede de concelho e o meio rural.

A estruturação destes territórios, assente numa rede rodoferroviária com traçado perpendicular e longitudinal em relação à costa, com algumas vias de pene-

tração para o interior e uma rede dispersa de linhas e vias de acesso de dimensão intermédia, preenche os espaços vazios, polarizados pelas capitais de distrito, que foi sendo desenhada durante o período desta análise dando origem à rede urbana fundamental do país. Confirmou-se nos finais do século XIX quando do arranque da construção da linha férrea nacional e da renovação das vias rodoviárias promovida pelo poder régio e regime seguinte, decalcando uma realidade geográfica assente num centralismo político e hegemónico da capital do reino em detrimento do território comum e da sociedade portuguesa. Foram situações que se repercutiram numa tripla perspetiva territorial, temporal e quantitativa da população residente (George, 1972), que se cruzam com situações externas relacionadas com a defesa da sobrevivência nacional, o comércio marítimo, o sistema de trocas com o exterior, a produção manufatureira e industrial, as oportunidades de colonização, defesa e de trabalho no exterior.

Estas preocupações estão presentes na origem deste ensaio, na própria ciência geográfica (Ribeiro, 1964, p. 73) e no seu contributo através do *“irreprimível desejo de compreender, de levantar uma ponta do véu que oculta o mistério das coisas e dos homens”*. Mais ainda, prosseguem o compromisso ético e o desejo (loc. cit.) de *“servir as necessidades de uma humanidade que aumenta em número, em exigências, em avidez de as satisfazer ou de criar outras novas”*. Nesta sequência procuramos dar uma achega (Claval, 1987, p. 86) *“ao esforço que a geografia humana geral ou regional prosseguem”* com o tratamento de assuntos relacionados com a estruturação do povoamento e situações de ordem natural e humana atinentes à sua construção, aos movimentos naturais e migratórios da população, à sua variação no tempo e no espaço em função das questões de natureza política e geoestratégica de âmbito nacional e externa durante um período vasto da nossa história.

Seguindo o testemunho de Ribeiro (2008, p. 67) sobre Leite de Vasconcelos existe *“uma profunda unidade de tudo o que é humano”*, entre o passado e o presente partimos de épocas recuadas quando se constituíram as bases do povoamento neolítico ibérico, da sua relação com diferentes civilizações e povos que aqui se fixaram, da sua evolução pré-histórica e antiga até aos finais do século passado. A análise relativa a este largo período de tempo tem presente os ensinamentos de Braudel (1989) e também de Mauss (1971) relacionados com os conceitos de civilização e a natureza dos traços que as identificam, fenómenos sociais comuns a várias sociedades mais ou menos próximas (Mauss, op. cit., p. 235), *“rappro-*

chés par contact prolongé, par intermédiaire permanente, par filiation d'une souche commune” que tendem a alargar a sua influência a outros territórios. No passado como no presente as civilizações (Braudel, op. cit., p. 23 e ss) são espaços (territórios), comunidades, economias e mentalidades coletivas que se situam no tempo e no espaço (Mauss, 1974.I), sujeitas “à incidência de outras sociedades e de estados anteriores do seu próprio desenvolvimento”.

O enquadramento descrito ajuda-nos a justificar a continuidade desta análise para além do final do período da segunda grande guerra (1939-1945), envolvendo diversos países, atingindo povos e sistemas políticos diferenciados com reflexos geográficos, históricos, civilizacionais e culturais que se fizeram sentir na evolução da sociedade portuguesa e na ideia de mundo construída pelo sistema político então vigente. Alguns acontecimentos marcantes desse período merecem ser assinalados: criação da Organização das Nações Unidas (1945), lançamento do Plano Marshall ou Programa de Recuperação Europeia (1947 e anos seguintes), fundação da Organização de Cooperação Económica Europeia, em 1948 - para coordenar o Plano Marshall na Europa - que antecedeu a criação, em 1961, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, fundação da Comunidade Europeia do Carvão e Aço, em 1951, e depois a Comunidade Económica Europeia, criada pelo Tratado de Roma de 1957.

Outras situações marcadas pela evolução política internacional, guerra fria, expansão das ações de emancipação de antigas colónias europeias, crise migratória iniciada com os problemas energéticos dos anos setenta, servem de contexto à evolução do sistema político português e do Estado Novo, derrubado em 1974 e da mudança social e política operada desde então. Estes são alguns exemplos que acompanham as mudanças em terras europeias e, por arrastamento, o sistema político e social do nosso país alicerçado na Constituição de 1933 e na sua ideia de mundo alargado aos territórios do continente, ilhas, África, Ásia e Oceânia, de comunidade e de nação, assente numa república unitária de direitos, liberdades e garantias de cidadãos e instituições criadas durante o regime ditatorial.

A continuidade de estruturas de 1933, que persistem até à revolução de 1974, bem como a evolução da nossa sociedade a partir dos anos cinquenta, realça um conjunto de manifestações culturais, económicas e políticas que se estendem pelas duas décadas seguintes em processos de transição que acompanham o apogeu e queda do regime político de então e os fenómenos humanos que acompanham

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

uma nova etapa da geografia da população portuguesa estruturada a partir do último quartel de novecentos e cujos reflexos experienciamos na sua estrutura, evolução, movimentos e desafios.

Conforme assinala Ferro (1986, p. 23), a análise geográfica da população na sua dimensão histórica permite, “*ao reconstituir as condições geográficas do passado contribuir para uma melhor compreensão das modernas*”, valorizar a compreensão dos processos coletivos e as dinâmicas sociais e territoriais responsáveis pela evolução da sociedade e do território, de antanho aos nossos dias. Paisagens distintas, movimentos da população continuados, povoamento orientado por razões de defesa e construção das unidades administrativas de base municipal são marcas do “*desigual grau de civilização dos habitantes desses territórios*” (Ferro, op. cit., p. 65) que perduram em resultado da ação de grupos humanos organizados (op. cit., p. 64) e evoluíram em função da ‘ideia’ de Monarquia, República, Estado Novo e regime Democrático.

Mais do que uma seriação de factos ou de paisagens terrestres e humanas a marcha da população, na sua relação com os movimentos e o processo histórico e civilizatório do passado, permite referenciar ciclos distintos da vida de um estado territorial e de uma nação fundada em laços de solidariedade e de poder associada à evolução de um grande leque de fenómenos políticos que identificam a marcha antiga da população e se repercutem nos nossos dias. Este processo é acompanhado pela construção da rede de povoações e aldeias, vilas e cidades, de núcleos de defesa e desenvolvimento de sistemas de ação coletivos conducentes a processos sociais complexos, sobretudo de natureza política, relacionados com a construção do poder régio, religioso e concelhio ao longo do tempo.

Nesta perspetiva a sempre necessária “*explicação geográfica*” (Ribeiro, 1973-1974, p. 4) acompanha o plano e o desenvolvimento deste trabalho, assente numa visão alargada do território nacional e dos seus contextos geográficos, na organização do espaço político e de fronteiras, nos processos sociais que acompanham a evolução do sistema político, partilhados pela massa da população que alimenta e constrói os dados demográficos que nos servem de referência. A conjugação destas vertentes de análise permite compreender os múltiplos fenómenos sociais articulados com a apropriação e a dominação territorial, a organização administrativa e a regulação social, a confrontação e assimilação cultural inscritas na memória coletiva da população portuguesa.

O friso cronológico que percorremos procura integrar o histórico no atual, o

passado no presente, o tempo no espaço (Ribeiro, 1973-1974, p. 4) dando forma ao tempo geográfico (George, 1972., p. 49) que é, *“por sua vez, geológico, histórico e contingente”*. Vivido de forma diferente no todo territorial do país, aconselha uma análise aprofundada ao nível dos pequenos lugares e regiões, consoante o interesse dos nossos leitores. Neste contexto seguimos os ensinamentos de alguns mestres da cultura portuguesa, como Leite de Vasconcelos (1980.II, p. 25) que a propósito da distribuição do homem no território chama a atenção para a origem e antiguidade de um grande número de povoações:

”Há-as que provêm do passado, isto é, de tempos anteriores à existência de Portugal, ou como Estado independente, ou como território já assim chamado; e outras que se formaram ou desenvolveram depois, em três períodos sucessivos: primeiros séculos da restauração cristã, do séc. VIII ao XI, ou começo do período portugalense; período dos alvares da nacionalidade (forais dos reis de Lião & Castela); período correspondente ao Estado português propriamente dito, que tem tido três fases: condado, monarquia, república”.

Seguindo o pensamento deste autor há que atender a dois ciclos que assinalam a construção da nossa matriz populacional:

- Anteriormente à criação do estado português e da delimitação das fronteiras geográficas, definidas pela coexistência de sistemas militares de defesa e de domínio territorial submetidos à força e ao poder centralizado, a uma ocupação humana estruturada em função da natureza e configuração morfológica do território e das migrações humanas que contribuíram para a colonização da península e da sua fachada atlântica;

- O que decorre da constituição do estado e da nação portuguesa com base na consolidação de uma consciência coletiva e identidade nacional, de sujeição a cânones e leis que estruturam as relações de poder e de submissão à hierarquia régia e religiosa construída no período da monarquia e trabalhada nos regimes políticos posteriores.

Nesta ordem, a estrutura de análise reúne três dimensões distintas, a saber:

- Territorial, traduzida no registo da ocupação da terra por tribos e povos de origem diversa, associada às migrações humanas no sul do continente europeu e na sua fachada ocidental, à construção do reino e da nação portuguesa, à centralização do estado e às formas de organização do poder (régio, eclesiástico, administrativo, armado) que antecederam as formas construídas no presente;

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

- Populacional, reveladas pela evolução e distribuição dos habitantes, construção do povoamento rural e dos núcleos de defesa, diferenciação da rede de vilas e de cidades, importância dos centros de comércio, movimentos internos e externos da população;

- Societal, operada na mudança da paisagem e no ordenamento social e geográfico, na estruturação das comunidades de base local e regional e no desenvolvimento socioeconómico e herança cultural no decurso da monarquia e república.

O conjunto destas dimensões de análise assenta em processos sociais dinâmicos, de base evolutiva e coletiva e recorre à evidência de diferentes fontes que facilitam a compreensão dos fenómenos sociais estruturados ao longo do tempo e com reflexos na sociedade dos nossos dias. Seguindo a marcha e a evolução do pensamento científico ligado às contagens dos habitantes, este processo abarca dois períodos distintos:

- O mais antigo que tem as suas origens nos levantamentos dos habitantes para efeitos da guerra e defesa, pagamento de impostos, atribuição de bens e posse da terra;

- O mais recente, marcado pelo desenvolvimento da Matemática e da Estatística aplicada, consubstanciada na elaboração de regras que acompanham a realização dos recenseamentos da população desde 1864.

No texto deste ensaio está contida uma ideia de população cujos traços acompanham a evolução do sistema governativo e da sociedade portuguesa, cidadãos com raízes humanas, sociais e geográficas diferenciadas, fortalecidas ao longo de séculos de sedimentação cultural por memórias, tradições e interesses coletivos. Como se depreende a carga humana residente foi-se ajustando aos movimentos naturais e migratórios, aberta aos contributos de diferentes povos e aos apelos de mobilidade que se registaram no tempo e no espaço entre fronteiras dominadas pelo poder régio e depois pela república, que deu consistência à nação, à sua unidade e identidade geográfica, histórica e civilizacional. Como foi assinalado por Ribeiro (Ribeiro, 2008, p. 67) referindo-se aos ensinamentos de Leite de Vasconcelos, “*o presente que provém do passado*” justifica, tal como o defendeu Ferro (1986, p. 23), “*que a geografia e a história, embora mantendo a sua própria individualidade, podem ser, com vantagem, ligadas a uma visão cultural (...)*”, sobretudo se esta se associar à construção de um estado soberano.

Para O. Ribeiro (1987, p. 15), “*uma nação constitui-se com várias unidades*

espaciais e com vários grupos humanos 'naturais', acolhidos no território em vagas sucessivas de ocupação registadas até ao início do século XII quando se constitui este novo estado na Península Ibérica, *“um século depois de consolidada a independência, tomava forma definitiva a sua fronteira, a 'mais antiga e mais estável do Mundo”* (op. cit., p. 14). Seguindo a reflexão deste autor, valeu-lhe a sua posição e configuração espacial sobre o litoral atlântico, como uma *“finisterra', com vocação, contraditória e alternante, de isolamento e de relações marítimas distantes”* (op. cit., p. 17), que pesou nos traços essenciais da língua e civilização, na cultura e vida de relação dos portugueses com o mundo, na construção do reino, na memória coletiva e identidade que assegurou a sua permanência no tempo.

A estes movimentos iniciados nos tempos medievais associam-se, nos tempos modernos e contemporâneos o povoamento, a estruturação e a centralização do reino, a complexidade das operações de expansão marítima e de colonização ultramarina, as guerras e contendas com os vizinhos mais próximos e seus aliados, o combate contra as adversidades resultantes da diversidade e natureza do solo e das suas produções, a construção da rede urbana, as relações com a diáspora e a sua forma de estar no mundo.

Pela sua configuração e limites a localização do território nacional no extremo ocidental do grande continente euro-asiático e os seus limites no mar Mediterrâneo, arrasta numerosas influências de natureza geográfica e cultural, oriundas de antigas civilizações que tiveram o seu berço naquele mar interior ou fora dele, na Europa e na Ásia, bem como nas ilhas e penínsulas situadas na área do Levante e do Crescente Fértil. Neste exercício entrecruzam-se preocupações antigas e recentes de geografia humana e morfologia social relacionadas com a construção da nação portuguesa, desenhada na faixa litoral atlântica entre as margens dos rios Lima e do Guadiana, anteriormente ao início da nossa era e durante a consolidação do reino de Portugal.

Para Ribeiro (1987, p. 18), *“a Nação não é uma consequência do território ou da 'raça', mas da própria história”*, construída por diferentes gerações humanas, revelada nos vestígios pré-históricos mais remotos, nas marchas dos povos orientais e mediterrânicos da Antiguidade, nas invasões medievais e no movimento de anexação dos territórios ocupados pelos Mouros, no processo de construção do reino e da nação portuguesa. Nesta sequência as vicissitudes ligadas ao processo histórico do povoamento, romanização e reconquista, bem como à expansão das

atividades humanas: agricultura e pastorícia, comércio e atividades manufatureiras, confirmam uma desigual e já antiga repartição das gentes no solo português e a atração marítima e portuária exercida pelos dois principais núcleos de comércio e de relação com o exterior que cresceram e consolidaram próximo dos estuários dos rios, Tejo e Douro.

Em tempo de “*sociedade globais*” e de “*macrocosmos sociais*” (Gurvitch, 1979, p. 511), dominados por fenómenos sociais totais, “*mais vastos e mais importantes, mais ricos de conteúdo e de ascendente numa dada realidade social*” (loc. cit.), o “*tempo histórico*” (op. cit., p. 513) que nos separa dos diversos registos sobre a origem, evolução e estruturação da população portuguesa inscreve-se em diferentes “*realidades históricas*” (op. cit., p. 514) e num contexto geográfico alargado que tem por base o território da antiga Ibéria e depois da fundação da nacionalidade portuguesa, o território do reino. Prosseguimos, por isso, um percurso seletivo de interesses em torno do *Territorium*, da *Demos* e dos seus movimentos, enquanto expressão das causas e das dinâmicas internas e externas que determinam e alimentam a vida portuguesa ao longo do tempo.

Como assinalou Vidal de la Blache¹¹, os fenómenos em geografia humana estão sempre inseridos num determinado contexto natural “*e apenas por este são explicáveis; relacionam-se com o meio que, em cada lugar da Terra, resulta da combinação das condições físicas*”, visão que é completada por Ribeiro (1970, p. 80) ao defender que a ação do homem não resulta apenas do ambiente em que vive, mas sim “*do património hereditário e constantemente acrescido, a que é costume chamar ‘civilização’*”, sendo um poderoso agente de transformação do meio físico e social que o rodeia. Seguindo a reflexão deste autor a posição do território e a configuração espacial junto ao oceano, como uma “*‘finisterra’, com vocação, contraditória e alternante, de isolamento e de relações marítimas distantes*” (op. cit., p. 17), pesaram nos traços essenciais da língua e civilização, na cultura e vida de relação dos portugueses com o mundo, na construção da nação, da memória coletiva e da identidade que tem assegurado a sua permanência no tempo. Mais ainda, a identidade é reforçada por diferentes gerações que nos legaram marcas da ocupação do espaço (perspetiva histórica) reveladas em vestígios pré-

11. A Geografia Política: a propósito dos escritos de Friedrich Ratzel: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/81/79>. 7JUL2015

-históricos, nas marchas dos povos orientais e mediterrânicos da antiguidade, nas invasões medievais e no movimento de reconquista, povoamento, estruturação e centralização do reino que acompanha as revoluções técnicas da humanidade, sobretudo quando estas (George, 1972, p. 47) “*introduzem novas relações entre o espaço e a sociedade*”.

A propósito deste assunto assinalou P. Birot (1974, Prefácio), os traços essenciais de Portugal correspondem a “*uma das mais antigas construções políticas da Europa, onde certas regiões humanas se individualizaram desde longa data, conservando as características originais graças à persistência de uma população estável e densa, e também um país novo onde o arroteamento quase recente desbravou centenas de milhares de hectares de terras incultas*”. Tal acompanha o crescimento de uma população sujeita a uma evolução das suas fronteiras, das comunidades de origem, da herança cultural e dos movimentos naturais e migratórios que identificam a mobilidade social, a subsistência e a renovação das gerações na atualidade.

De acordo com Halbwachs (1938, p. 107), “*La population a ses tendances et ses mouvements propres*” na procura de um meio em equilíbrio e ajustado aos diferentes ciclos históricos e de vida, o que tem sido conseguido através da conjugação da sua evolução e distribuição. Nesta sequência a evolução e o estado da população portuguesa remete-nos para diferentes situações e temporalidades relacionadas com a construção da matriz geográfica e origem dos primeiros habitantes e com os movimentos sucessivos que desde a Antiguidade mobilizaram a chegada de novos moradores, a sua fixação e procriação. Estes aspetos, com expressão diversa no espaço nacional, justificam situações de concentração e de despovoamento humano transversais a diferentes territórios e gerações.

A situação territorial no extremo ocidental do continente europeu e a localização entre o Atlântico e o mar Mediterrâneo, como terra avançada da Europa sobre o oceano e proximidade ao continente africano, associada à diversidade do relevo e cobertura vegetal e às condições de circulação e de isolamento desta finisterra, permitem estruturar a “base morfológico-ecológica” dos habitantes da península, a sua diferenciação de acordo com a origem das tribos pré-históricas e a ação de diferentes povos e civilizações que aqui se fixaram. Mais ainda, a evolução temporal e física associada ao registo e interpretação de dados recolhidos junto de diversas fontes, em particular as que resultam da recolha por parte do sistema estatístico oficial¹², permite-nos seguir o seu desenvolvimento e expansão com base em dados

que acompanham a evolução da realidade histórica e geográfica da nação portuguesa. A sua construção assenta nas condições de isolamento e na ação de grupos distintos que contribuíram para a construção dos agrupamentos políticos e territoriais consignados na formação dos reinos peninsulares que antecederam a construção dos poderes régios centralizados em torno das coroas de Portugal e de Espanha.

Os traços da nossa “*casa lusitana*” (Ribeiro, 1970, p. 353) continuam a mostrar (loc. cit.), “*na exiguidade da área, na pobreza do solo, na abundância e fecundidade das gentes, a limitação natural das suas possibilidades de povoamento*”. Hoje, como há meio século atrás é atual a mestria desta reflexão: “*atenuar das taras da terra e da grei*” passa por ver “*com largueza os problemas da população*” (loc. cit.). Nesta sequência cabe uma nota à construção do sistema migratório português, exemplificado pela antiguidade e intensidade das deslocações internas dos habitantes no nosso país, bem como dos seus movimentos externos enquadrados na tipologia em tempo elaborada (Arroteia, 1986). Mais ainda, no entendimento da dimensão dos fenómenos de mobilidade humana como fenómenos sociais e da sua vivência pela sociedade, entendida por Mauss (1971, p. 92) como “*un groupe d’hommes suffisamment permanent et suffisamment grand pour rassembler d’assez nombreux sous-groupes et assez nombreuses générations vivant (...) sur un territoire déterminé (...), autour d’une constitution indépendante (...), et toujours déterminée*”.

O desenvolvimento da consciência coletiva, “*legado das gerações anteriores*” (Durkheim, 1977.II, p. 76) e da solidariedade entre as “*diferentes unidades sociais*” atingidas pela emigração (op. cit., p. 78) reforça, conjuntamente com a persistência de condições internas favoráveis ao desenvolvimento dos fenómenos de “*push-pull*” (Tapinos, 1974) das migrações internacionais, a construção do sistema migratório português nas suas duas componentes: a interna, associada às migrações de povoamento e de trabalho, ao êxodo rural e à terciarização, à mobilidade de veraneio e movimentos pendulares; a externa, nas suas versões, marítima e colonial e a europeia.

Tão importante como a consulta bibliográfica utilizada para este ensaio é a evocação de diferentes Mestres que tivemos oportunidade de seguir no decurso da formação e vida académica, bem como dos colegas que nos ajudaram a construir esta visão geográfica dos problemas da população associada às questões de

12. Representado pelo Instituto Nacional de Estatística e, antes da sua criação, pelos serviços públicos que tiveram a seu cargo essa recolha. Sempre que não realçada, está é a fonte dos dados utilizados no texto.

natureza societal e do desenvolvimento humano a que os mesmos estão ligados na sua articulação territorial e temporal, cultural e política. Esta é a nossa pretensão. Alcançá-la é um trabalho difícil que tenta reunir legados e experiências diversas de uma vida académica em que procurámos acumular conhecimento, reflexão, felicidade. Consola-nos reconhecer que nesta corrida contra o tempo (Eclesiastes 2:13), “*a sabedoria vale mais do que a ignorância, tal como a luz vale mais do que as trevas*” e isso basta para justificar o esforço desta análise.



O vasto período que vai desde a notícia dos primeiros levantamentos de moradores até aos primórdios do sistema estatístico nacional, nos finais do século XIX e que assegura, desde 1864, a realização dos recenseamentos gerais da população - o primeiro deles a cargo da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria - corresponde a uma parte deste texto que contempla o espaço temporal até Novecentos - Monarquia - e, depois, a 1ª República, Estado Novo e Estado Democrático, na sua transição para o atual milénio. A recolha da informação estatística mais recente permite conhecer a evolução, distribuição e dinâmicas da população, os contextos sociopolíticos e culturais que acompanham as atitudes da população perante determinados fenómenos sociais registados pelo sistema de estatística nacional a cargo, depois de 1935, do Instituto Nacional de Estatística.

Num passado mais remoto contamos com as descrições gerais do país e das suas gentes em imagens sistematizadas de natureza regional recolhidas por viajantes em épocas diferentes. Mencionamos os trabalhos de Estrabão (séc. I a.C. – I d.C.) – Livro III - dedicado à “*Ibéria*” e a “*Tabula Rogeriana*” de El Idrisi (séc. XII) com descrições da península, dos habitantes e do solo português. A primeira daquelas obras - Livro III – “*Ibéria*” - da “*Geografia*” de Estrabão (Pereira, 1878; Deserto e Pereira, 2016, p. 30), “*entrelaça questões físicas com a história e com o modo de vida das sociedades peninsulares, salientando a perspectiva humana*”, muito útil para o conhecimento desta parte do continente europeu. Por sua vez a “*Tabula Rogeriana*” descreve o mundo mourisco centrado no Al-Andaluz, uma verdadeira “ilha” muçulmana entre os reinos católicos vizinhos e nas suas relações com a rede de cidades e o conjunto peninsular.

Do termo da Idade Média e início da Idade Moderna, contamos com o “*Rol dos Besteiros do Conto*” (1417) e o “*Numeramento de 1527*” mandado executar por D. João III¹³. A primeira daquelas fontes encomendada pelo monarca destinava-se a conhecer as pessoas de guerra; a segunda, o total de vizinhos residentes em cada Comarca do reino. Estas são contagens que indiretamente permitem avaliar o número de moradores nas respetivas unidades territoriais no tempo em que o rei pretendia desenhar novas propostas de divisão administrativa com base em dados estatísticos e geográficos sobre os limites e confrontações dos bens da Coroa. Deste levantamento perdeu-se o registo do Algarve.

Depois destes trabalhos surgem outros de natureza corográfica, como a “*Geographia antiga de Lusytania*”, de Frei Bernardo de Brito (1597), a “*Descrição do Reino de Portugal*”, de Duarte Nunes de Leão (1610) e outras narrações que acompanham a evolução do conhecimento do território, das comarcas e das suas gentes, indispensáveis ao estabelecimento da defesa, consolidação e desenvolvimento dos sistemas administrativo e financeiro do reino, sobretudo depois de ter recuperado a soberania em 1640. É exemplo a obra de António Costa (1706-1712): “*Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal (...)*”, dedicada ao monarca D. Pedro II, a qual procede à “*exacta descrição do vasto domínio de V. Mag. em Europa*”, expressando o desejo “*que o que é hoje Corografia, venha a ser Geografia Portuguesa*” (Introd.).

Ao tempo esta obra serviu de referência para conhecer as particularidades do trono servindo até de base a outros estudos, como o do Oliveira Freire – “*Descriçam Corográfica do Reyno de Portugal*” (1739) e ao “*Dicionário Geográfico ou Notícia histórica*” de Luís Cardoso (1747-1751), apenas com dois volumes publicados. Segue-se a obra de João B. Castro (1762-1763) que na Introdução do “*Mappa de Portugal*” (1745-48), justifica ter entrado na “*laboriosa empresa deste Mapa não só para instruir aos nacionais principiantes, mas especialmente para informar com individuação sincera aos estrangeiros do estado verdadeiro do nosso paiz (...)*”. Além destas fontes outras crónicas e descrições dão conta de aspetos singulares relacionados com a história da monarquia – como “*memória do género humano, o que lhe dá consciência de si mesmo, isto é, da sua identidade no tempo, desde a sua origem*” (Lefebvre, 1978, p. 40) - que antecedem a publicação de Adrien Balbi – “*Essai*

13. LinkFang: https://pt.linkfang.org/wiki/Demografia_de_Portugal 13FEV21

statistique sur le Royaume de Portugal et Algarve” (1822) e a “*Geographia Estatística Geral de Portugal e Colónias*” (1875), de Gerard A. Pery¹⁴. Estes estudos incluem valiosa informação e dados estatísticos sobre o reino de Portugal em Oitocentos, da terra e população, atividades e até da organização administrativa do sistema régio.

Se alargarmos o domínio da geografia descritiva que acompanhou alguns viajantes portugueses nas suas deambulações por regiões fora da pátria, outras fontes podem ser consideradas. A caminho do Médio Oriente damos como exemplo, a “*Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros ó ano de MDXXXVJ*”, de Gaspar Barreiros (1561) e o “*Itinerário da Terra Santa e suas particularidades; dirigido ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Miguel de Castro, digníssimo arcebispo de Lisboa metropolitana (1593)*”, de Frei Pantaleão de Aveiro. A rota da Índia é ilustrada por textos sobre os feitos dos portugueses e, sobretudo, pela Cartografia do Índico, que nos foi legada por Fernão Lopes Castanheda (1797), João de Barros, Diogo do Couto e outros autores (1777-78).

Assinala Costa (UGI, 1952.IV, p. 235) que a evolução cartográfica permitida pelas grandes navegações oceânicas talha um

“*Sulco em volta do qual irradia o desenvolvimento da cultura portuguesa, nas suas mais variadas modalidades (...), destroem-se as lendas e todas as fantasias cosmogónicas acumuladas desde os gregos até aos fins da idade média; demonstrou-se a esféricidade da terra, constituindo-se uma nova geografia, baseada nos dados fornecidos por essas viagens*”.

Conclui, afirmando (loc. cit.): “*Completado o périplo dos mares, a actividade das explorações exerce-se no interior dos continentes, procurando resolver ou, melhor actualizar as resoluções, mais ou menos hipotéticas, dos seus problemas fundamentais formuladas pelos antigos geógrafos*”. No centro de tais expedições e local de recolha de diferentes narrativas e viagens está o reino de Portugal que acolheu (Barros, 1932.I, XIV) o “*Ethiophe retinto*”, o “*Cafre acobreado*”, o “*Índio vestido de seda*” – “*todos chorando as lagrimas da nostalgia, todos tão vendidos entre nós como os seus patrícios papagaios, saguis ou elephantés*” – transcrito por Costa (1706.I) no texto “*Em louvor da topografia portuguesa*”¹⁵:

14. Engenheiro Militar

15. “Idílio”, do Doutor Gaspar Leitam da Fonseca (1706)

Em louvor da Topografia portuguesa¹⁶

*“Em elegante Mappa demarcada,
Confinando com a mesma eternidade,
Aqui com majestade
Torna à idade dourada
A nossa Lusitania celebrada,
Recordando soberba por vanglória
Hum novo mundo já em cada memoria.
Esta he a nova Hespania,
Que do Colon tentou a industria estranha,
Esta a sempre luzida
América florida,
Oh soberano engenho,
Que inda por passatempo
Conquistas a razão, vences o tempo!
Já Portugal agora
He força na grandeza ter melhora,
Porque se está medido
Por tua pena, bem tenho entendido,
Que já nos Annaes ande
Elle muito crecido,
Pois por medida tem penna tão grande.
Eterno este transunto
Dando à posteridade
Renascida a mayor antiguidade,
Em toda a redondeza
Vivirá, pois que agora por assunto,
E mais por alta empreza,
Toma as conservaçoens da eternidade,
Deixando-te profundo
A Portugal, tão fútil grandeza,
Eterno, & Portugal eterno ao mundo”.*

16. Costa (1706-1712), Tomo I (1706)

Note-se que o século XIX, juntamente com as últimas centúrias que o antecederam, foram propícias à elaboração de relatos de viagem por parte de militares e políticos estrangeiros que se deslocaram a Portugal no âmbito de missões diplomáticas e outras, e incidiram sobre as atividades económicas, a organização castrense e administrativa, o comércio, as regiões do território e os traços do povo português. Entre estas destacamos a descrição de Mendez Silva sobre a “*Poblacion de España*” (1645), que contém uma vasta referência ao reino de Portugal. Por sua vez o trabalho de Ayala (1855) – “*Compendio Geográfico-Estadístico de Portugal*”, do qual transcrevemos alguns dados quantitativos, serve de exemplo a outras compilações que reproduzem informação relativa à população residente em diversos momentos da nossa monarquia. No seu conjunto os dados aqui recolhidos, juntamente com os censos da fase “pré-estatística” realizados na primeira metade do século XIX, são as fontes principais da população portuguesa em Oitocentos e da sua evolução no tempo.

A análise destes documentos torna-se obrigatória, não tanto para conhecer os dados absolutos dos habitantes, mas para se entender a marcha da população e a razão de muitos destes trabalhos, sobretudo por parte de autores estrangeiros bastante interessados no conhecimento dos traços essenciais da população, das suas atividades, do seu espaço territorial e dos pontos de fraqueza estratégica ou mesmo na defesa de certas posições de natureza geopolítica relacionadas com o futuro dos dois reinos ibéricos. A propósito deste tema Ayala (1855, p. 7 – Nota) insere uma curiosa notícia do periódico inglês “Times” (29 de julho de 1854) sobre a questão ibérica e o problema das “*nações grandes e pequenas*” cujo extrato se apresenta: “(...) *que se há solido llamar á los portugueses ‘unos españoles que aborrecen á otros españoles’ y añadio: ‘que dos gobiernos talmente situados como lo están los de la península, podrian constituirse en uno solo (...)*”. Concluindo a menção aponta o referido periódico (loc. cit.):

“Por de contado la fusion de estos dos gobiernos que hasta ahora há estado en cierto antagonismo y ligados por tratados recíprocos com otras potencias, no podria llevarse á efecto sin algunas dificultades; pero esta podrian pronto ser vencidas; y si los habitantes de la península resuelve el presentarse á Europa bajo una nueva organización política, serán cordialmente recibidos”.

O conjunto destas fontes, algumas delas relatos de viagem e estudos orientados, é reforçado pelos estudos especializados sobre a Geografia de Portugal: Girão (1941), Ribeiro (1955) e outros, que incidem sobre a história da população

portuguesa redigidos por Godinho (1971), Serrão (1973), Evangelista (1971), Nazareth (1979), Sousa (1979), Galego e Daveau (1986), Cónim (1990), Rodrigues (2009), que alicerçam a investigação na área da geografia e da história da população portuguesa. Como em tempo escreveu Baker (1987, p. 3), “*geography and history are diferente ways of looking at the world but they are so closely related that neither one can afford to ignore or even neglected the other. Moreover, each of them offers not just one perspective upon the world but multiple perspectives upon the characters of peoples, places and periods*”. Mais ainda, tem presente os ambientes, paisagens (op. cit., p. 7) e a localização dos múltiplos fenómenos sociais e humanos identificados pelas suas estruturas e contextos que se prestam a uma análise desta natureza.

Para além desta bibliografia foram consultadas outras obras assinaladas no fim da edição que enriquecem a informação sobre a população residente em diversos períodos e contextos geográficos. Permitem ainda conhecer a sequência complexa de movimentos e de contributos civilizacionais que constituem a origem da população portuguesa, que se distingue pela sua diversidade natural cimentada ao longo de situações de guerra e defesa do território, de ações externas que garantem, no seio da diversidade da sua origem, o fortalecimento de uma consciência coletiva operada na construção da nação e do reino pela monarquia Afonsina e seguintes. Na sua expressão peninsular estes fenómenos partilham a mesma situação e paisagem associadas a um estilo de vida, que no dizer de Marques (1976.I, p. 7), “*explica muitos dos traços característicos da história portuguesa e a própria existência de Portugal como nação*”, no contexto do vasto continente europeu (Ayala, 1855, p. 8-Nota 1), “*recortado pelo mar na maior extensão da sua orla e limitado pela Ásia em território do império russo*”.

2. NOTA SOBRE O TERRITÓRIO

Nesta parte do trabalho cabe-nos traçar um perfil do quadro territorial alargado da Península Ibérica e das condições naturais aquando da ocupação humana primitiva e da sua evolução no tempo. Como escreveu Cabo (1973, p. 12), “*La península Ibérica tiene una situación particular respecto al Atlántico. Se halla en uno de los circuitos de navegación natural que establecen sobre el océano las corrientes*

marinas y los vientos 'de direção constante', circunstâncias que pesam em diversos traços físicos e humanos da sua ocupação e atividades. O soco peninsular é constituído por diferentes unidades estruturais dominadas pelo Maciço Antigo, marcado pela diversidade de relevo e montanhas associadas a enrugamentos e a fraturas que bordejam a norte, nascente e sul esta península: Montes Cantábricos, Pirinéus, Montes Ibéricos, Cordilheira Catalá, Cordilheira Bética. Ao centro domina a Meseta Central ou Cordilheira Central Ibérica, constituída por um conjunto de serras alinhadas, dispostas de ocidente para oriente, constituída pelas serras da Estrela, Peña de Francia, Gredos e Guadarrama.

Sobre os condicionalismos naturais desta península registam Cabo e Vigil (1973, p. 6) a sua posição em relação ao velho continente: *“La Ibérica es península de Europa, soldada a ésta mediante un istmo de 435 km de longitud. No es un estrangulamiento demasiado acusado. Sin embargo, la relación a su través resulta difícil porque está accidentado por una cadena montañosa: los Pirineos”* que lhe conferem traços de um certo isolamento. Mesmo assim essa situação assegura uma vida de relação (op. cit., p. 8) e de ponte, desde a antiguidade, entre a Europa e África, entre o Mediterrâneo e o Atlântico através do estreito dominado pelas colunas de Hércules (op. cit., p. 19), *“fue el Estrecho fin occidental marino del mundo conocido; entre las columnas de Hércules - las colinas o peñones que lo flanquean - sólo había el tenebroso mar de la difícil aventura. Desde el principio de la Edad Moderna se convirtió en la puerta del Mediterráneo”*.

A este respeito assinala Lautensach (1967, p. 18) constituir esta *“particularidade morfológica”*, assente na *“llanura central elevada”* rodeada de montanhas, que a aproxima da Ásia Menor e dos países do Atlas. Por sua vez Ribeiro (1987, p. 15) estabelece a sua ligação com o relevo português: *“a região mais vigorosamente original de Espanha, lança em Miranda do Douro e a leste do distrito da Guarda o derradeiro prolongamento dos seus planaltos, rígidos e uniformes”*. A norte e a sul desta cadeia, dispõem-se um conjunto de planaltos elevados sobre o soco antigo, atravessados a setentrão pelas bacias hidrográficas de Entre-o-Minho e o Douro e a meridiano, pela bacia do Tejo e curso do Guadiana, separadas a montante pelos montes de Toledo. Para além destes planaltos a parte central e setentrional desta extremidade da Europa apresenta outros acidentes orográficos que se desenvolvem na parte superior do rio Douro expressos, do outro lado da fronteira e na direção da bacia mediterrânica, pela bacia do Ebro.

Dominado por terrenos antigos, em regra metamorfizados, o acidentado destas formações contrasta com a zona plana das orlas sedimentares e das bacias hidrográficas que se desenvolveram ao longo da faixa costeira ocidental e meridional. Estas orlas estiveram sujeitas às variações eustáticas e a processos de sedimentação diferenciados que permitiram a fixação antiga de caçadores e recolectores em solos mais férteis ou de riqueza piscícola junto das fozes dos rios. No seu encontro com o oceano Atlântico e o mar Mediterrâneo predomina a costa rochosa e com escarpamentos pouco comuns na sua fachada ocidental. Já a parte sul é dominada pela peneplanície alentejana que se estende desde a bacia do Tejo e do Sado até à borda da serra algarvia.

A superfície que se estende pela parte norte e interior do território apresenta-se ligeiramente inclinada para ocidente garantindo o desenvolvimento das grandes bacias hidrográficas que ao longo da história funcionaram como “caminho de invasão” de Portugal, o que aconteceu em diferentes episódios registados na memória das lutas armadas. Toma-se como exemplo o caso das invasões francesas em que a primeira (1807 – Junot), aproveitou a linha fronteiriça de Alcântara, seguindo a linha do Tejo até Lisboa. Por sua vez na segunda invasão (1809 – Soult), a fronteira do Minho obrigou as tropas francesas a entrarem no país por Chaves, com intervenções em Braga, Porto, Amarante e Guimarães. Já terceira incursão (1810 – Massena) aproveitou a fraqueza da bacia do Mondego para entrar pelas terras do Còa. Depois do encontro do Buçaco, Roliça e Vimeiro, dominando o porto de Lisboa acabaram por sair do país por Almeida a caminho de Fuentes de Oñoro.

No que respeita à terra portuguesa o nosso país apresenta uma diversidade física que assenta na existência de três unidades estruturais: Maciço Antigo, Orlas Sedimentares Ocidental e Meridional e Bacias Sedimentares do Tejo e do Sado, a saber:

- Maciço Antigo cobre praticamente todo o território nacional à exceção das zonas costeiras, sendo dominado pelo relevo da cordilheira central, com falhas estruturais de grande dimensão e por rochas de tipo granítico, xistosas e outras formações antigas. Na sua origem estão formações eruptivas, metamórficas e sedimentares, a que se juntam formações do complexo cristalofílico antecâmbrico no Alentejo e em Trás-os-Montes, constituídas por gneisses, micaxistos, quartzitos e calcários metamórficos. Por sua vez o complexo xisto-grauváquico está repre-

sentado entre o rio Tejo e a Serra da Estrela e na parte média e superior do vale do Douro. Para além destas formações fazem ainda parte do Maciço Antigo os terrenos graníticos do Alto-Alentejo e do Minho, de Trás-os-Montes e das Beiras;

- Orlas Sedimentares litorais: a Ocidental, estende-se entre a bacia do rio Mondego e o rio Tejo; a Meridional corresponde ao Algarve. São constituídas por um dorso rochoso de calcários, grés, conglomerados e outras séries sujeitas a ações tectónicas diversas e que deram origem, por enrugamento, às principais elevações do centro do país: Sicó, Candeeiros, Aire, Montejunto e Boa Viagem. Depósitos areníticos e arenosos de diferente natureza cobrem a faixa marginal, junto ao mar;

- Bacias Sedimentares do Tejo e do Sado, constituídas por detritos provenientes da erosão de depósitos anteriores transportados por estes cursos de água a que se juntaram depósitos aluvionares, marinhos e dunares de origem eólica depositados nas orlas litorais ao longo dos tempos geológicos, identificados pelo avanço e recuo sucessivo das águas do oceano e por terraços fluviais e marinhos desenhados na topografia existente.

Estas unidades estruturais dão forma ao relevo, ora constituído por fragmentos enrugados, blocos extensos e fraturados, retalhos de superfícies planálticas de vales e de outras elevações resultantes da erosão diferencial que estão na origem do sistema orográfico português descrito em três sistemas de montanhas (Pery, 1875, p. 2): “*Sistema transmontano*”, a norte do rio Douro; “*Sistema beirense*”, que se estende pelas Beiras (op. cit., p. 3) e “*da Extremadura entre o Douro e o Tejo*”; “*Sistema transtagano*” (op. cit., p. 5) que se prolonga pelo “*resto do reino ao sul do Tejo*”. Em cada um destes sistemas desenvolvem-se bacias hidrográficas, algumas delas que desempenharam um papel relevante na circulação e transporte entre as barras do litoral e os ancoradouros internos, em número superior a duas dezenas, alguns com relevante importância comercial. Assim o assinala Freire (1739.I, p. 6): “*os portos, que pela costa Occidental, e meridiana se contão, são vinte e hum entre mayores, e menores; estes serão portas amplíssimas do commercio, se o animo, e as ideas de gloria, de que mais que as outras nações abundão os Portuguezes, os não inclinara à arriscada empresa das Conquistas (...)*”.

Situado no extremo sudoeste da Península Ibérica, com uma fronteira marítima aberta ao Atlântico com mais de oitocentos quilómetros de extensão, o território nacional partilha alguns dos seus traços geográficos com a vizinha Espanha (O. Martins, 1908.I, p. 16): morfologia e relevo, cursos de água e clima:

“Erguido em frente do mar como um amphitheatro cujos primeiros degraus as ondas constantemente aspergem, o territorio portuguez, independente, adquiriu d’esta localisação um caracter seu: ao mesmo tempo que nos habitantes de Portugal acaso uma diversa combinação de sangue favorecia uma tendencia particular. Assim como, porém, as cristas das montanhas, e, pelo coração dos valles, o curso dos nossos rios, são as veias e os tendões que nos ligam ao corpo peninsular; assim tambem no nosso sangue os elementos primitivos accusam o facto de uma origem e de uma raça irman”.

Nesta sua configuração os cursos de água servem de vias de comunicação com o interior da Meseta e de penetração das influências climáticas devido à ação dos ventos dominantes de Oeste. Estas massas de ar carregadas de humidade marítima encontram no seu percurso um tipo de relevo acidentado que justifica a maior ocorrência de precipitações nas áreas mais montanhosas do norte e do centro do país, voltadas para o mar e atravessadas por essas linhas de águas. Conjuntamente com esta situação importa recordar que estes cursos assumiram relevância no passado antes da construção das vias de circulação terrestre em percursos locais e de extensão variável, dependendo das condições do leito, da largura das margens, da natureza dos ancoradouros e da natureza das embarcações de transporte.

No caso dos rios internacionais do Douro, Tejo e Guadiana os percursos navegáveis em Portugal variaram em função da sedimentação do leito e da evolução das fozes dos rios atlânticos, mais sujeitos à corrente marítima de norte para sul responsável pelo transporte de sedimentos ao longo da costa marítima. As obras de engenharia portuária realizadas ao longo dos três últimos séculos têm vindo a remediar estas dificuldades através de encanamentos, fixação dos leitos e construção de molhes de acesso às docas interiores. Até meados do século XIX o transporte de mercadorias em geral e de passageiros podia realizar-se praticamente em todas as bacias hidrográficas existentes, em particular no rio Tejo e mesmo no Douro, numa extensão superior a uma centena de quilómetros. Dos rios de maior dimensão, Pery (1875-Cap.III) menciona, ao tempo, a navegabilidade no Mondego num percurso superior a oitenta quilómetros, o Sado, 61 km e o Guadiana, 45 km. Mesmo nos cursos de água de menor dimensão, como o Mira e o Vouga, era de 20 km e 42 km cada; no Cávado, no Lima e no Minho, a navegabilidade interior estendia-se por 12, 37 e 40 km, respetivamente. O transporte de mercadorias entre a foz e algumas povoações mais afastadas foi ultrapassada depois da

rede de construção das linhas e ramais de caminho-de-ferro que veio a substituir essa forma de locomoção das populações ribeirinhas.

Estabelecendo-se a bacia do Tejo como charneira entre a parte setentrional e a meridional do continente, a norte deste rio dominam as cotas mais elevadas onde os terrenos com altitude superior aos 400 metros de altitude representam quase metade desta área. Já a sul as superfícies inferiores aos 200 metros são as predominantes, representando mais de 60% do conjunto. Às diferenças físicas desta distribuição correspondem “*contrastes de natureza e de civilização entre o norte e o sul*” (Ribeiro, 1970, p. 328) estabelecidas em torno da Cordilheira Central que explica não só pelo relevo mas também pelas mudanças climáticas (op. cit., p. 28) “*as diferenças que se notam nos modos de vida e na evolução humana*” entre a metade setentrional e a metade meridional do país.

Quadro I, 1 - Superfícies das zonas hipsométricas

		N. Tejo	S. Tejo	Total	%
Zonas Sub	1400-2000	123	-	123	0,14
Alpinas (m)	1200-1400	328	-	3280	0,37
Zonas	700-1200	9721	81	9872	11,02
Médias	400-700	14135	1098	15233	17,01
	200-400	12545	12836	25381	28,34
Zonas	50-200	9780	18275	28055	31,33
Baixas	25-50	2450	3224	5674	6,34
	0-25 m2	612	2275	4887	5,45
		51764	37789	89553	100,00
		Km ²	Km ²	Km ²	

Fonte: Júdice, 1908

Em descrição assente no estudo de Castro (1762-1763), Branco (1870.IV, p. 312) assinala: “*Portugal, não só pela constituição física e geológica do seu solo, como também, e principalmente, pelo seu relevo acidentado, e em grande parte montanhoso, é por ventura um dos países, ao qual na classificação e partilha dos terrenos cultiváveis, caberia maior área de solo apto para receber com especialidade floresta (...)*”. Esta situação decorre da fragilidade da sua composição e textura face à natureza das formações geológicas de origem e à natureza da vegetação primitiva, condições que

ditaram o isolamento das terras interiores e dos seus habitantes face às invasões dos povos chegados do mar interior que ousaram ultrapassar as colunas de Hércules.

A exploração mineira no norte peninsular foi praticada pelos povos da antiguidade, em particular pelos romanos que nos primeiros séculos da nossa era buscaram aqui ouro, prata e estanho. A este respeito escreveu Freire (1739, p. 2):

“A vantajosa situação deste Estado, a benignidade do seu clima, a fertilidade dos seus campos, a bondade de suas águas, e a riqueza dos minerais de ouro, prata, estanho, ferro, rubins, e safiras, tão celebrados na antiguidade, o constituem a porção mais mimosa, que a natureza privilegiou em todo o continente, ou península, que chamamos Hespanha”.

Atravessado por vários rios afirma o autor (op. cit., p. 5):

“Com as águas destes rios (...), e a influência dos seus moradores se cultivão as suas fertilíssimas terras de maneira, que he este paiz dos mais férteis, e deliciosos da Europa. Abunda em todo género de pão, frutas, vinhos, hortaliças, pastos, e grande criação de gados, que dão as finíssimas lãs, de que fabricão tanta variedade de manufacturas as nações do Norte”.

Em toda esta área os contrastes regionais são evidentes, nomeadamente os que decorrem da diversidade de condições climáticas e da separação geográfica (Drain, 1964, pp. 17-18) do território em dois grandes domínios climáticos: a “*Ibéria húmida*” oceânica, que acompanha a orla costeira ocidental - “*que vai da Catalunha Setentrional até à Galiza*” -, e a “*Ibéria seca*”, que cobre a quase totalidade do interior continental, tornando-se mais suave na bacia mediterrânica. Como assinalou Ribeiro (1966, p. 32), a “*ação do clima reforça a do relevo, visto que as montanhas têm, à excepção da Cordilheira Central, elevada e contínua mas estreita, uma distribuição periférica que mais realça a continentalidade dos planaltos interiores*”. Mais ainda, é da combinação dos fatores físicos, assinalados pela posição e clima, pelo relevo e pela natureza do solo, interdependentes ou conjugados entre si (loc. cit.), que “*permitem traçar, num território extenso, as divisões fundamentais e agrupar nelas, por afinidades do conjunto, a variedade regional*”.

Embora relevantes, estes fatores, conjugados com a natureza da vegetação e do povoamento humano, são indispensáveis para a identificação de “*regiões geográficas*” ou naturais, em tempo dominadas pela valorização dos aspetos físicos e depois pela ação humana relacionada com (op. cit., p. 30) “*a preponderância local de certas formas da vida económica, capazes de criar paisagens novas, ou a existência*

de conjuntos animados de vida regional, resultante de combinações de forças políticas, que entrelaçaram num destino comum elementos de diferentes aspectos naturais”.

A consulta dos apontamentos de Ribeiro sobre a natureza da geografia regional (1966) e sua abertura ao espírito científico (op. cit., VI), obriga a que “*não se deve simplificar o que é complexo nem considerar ‘necessárias e previsíveis’ relações contingentes e variáveis na maneira com que se exercem*”, numa lógica encadeada de um processo analítico que partindo da observação, venha a “*apurar, ordenar, aproximar factos, procurando tirar daí um nexó explicativo e construindo com eles um relato coerente, navegando com prudência no mar da variedade (...)*”. Assim se justifica a descrição de Pery (1875, p. 46) sobre a divisão do reino em sete regiões agrícolas, correspondentes às divisões climatéricas, como exemplo da antiga orientação naturalista da Geografia de Portugal, a saber:

“1ª – Região de nordeste, caracterizada pelo carvalho e castanheiro, e pelo centeio de primavera e verão, e pastagens de verão e outono. A amoreira dá-se bem nas terras abrigadas desta região.

2ª – Região quente do norte, é por excelência a região da vinha; a oliveira e o trigo também prosperam nesta zona.

3ª – Região litoral do norte, caracterizada pelo castanheiro, centeio e milho de primavera e verão; a vinha não amadurece completamente o fruto; a laranjeira desenvolve-se bem nos sítios abrigados.

4ª – Região central, é uma região mixta, na qual aparecem a par o castanheiro, o carvalho, a azinheira, a oliveira e a vinha, e é própria para a cultura do trigo, centeio e milho na primavera.

5ª – Região litoral do centro, caracterizada pela oliveira, laranjeira, vinha e trigo de outono e primavera.

6ª – Região do sul, caracterizada especialmente pela sobreira e azinheira, e pela oliveira, vinha e trigo de outono e primavera.

7ª – Região litoral do sul, caracterizada particularmente pela alfarrobeira, que só aqui se desenvolve e rebenta espontaneamente do solo, bem como a palma rasteira, originárias ambas de África, mas completamente aclimadas nesta região. Caracterizam também esta zona: a figueira, laranjeira, vinha, oliveira, o trigo de inverno e primavera, e o milho. A bananeira, o mendobi, a batata-doce (convolvulus batata), o algodoeiro, a cana sacarina e muitos outros vegetaes exóticos desenvolvem-se e frutificam bem nesta região”.

Acrescenta ainda (op. cit., p. 46):

“A flora de Portugal compreende quase todas as espécies dos países temperados e grande número de espécies exóticas provenientes de todas as partes do mundo. Entre as árvores frutíferas, conta-se, além das já mencionadas, o pessegueiro, pereira, macieira, cerejeira, ginjaieira, amoreira, ameixeira, etc., das quaes há grande número de variedades. Das outras espécies arbóreas destinadas quer à cultura florestal, quer à ornamental, as principais são: choupo, álamo, acacia, plátano, freixo, cedro, olaia, ulmeiro, teixo, cipreste e várias espécies de eucaliptos”.

A este respeito, Ribeiro (1987, p. 36) chama a atenção para afinidade climática da parte setentrional de Portugal com a parte da Europa média, de onde partiram as migrações indo-europeias medievais (Celtas, Germanos e Suevos). De acordo com Vasconcelos (1905.II, pp. 66-67), *“A vinda dos Celtas supõe-se que seria pelos sec. VI-V a.C. chegando à Península, encontraram-se com os Phenicios, os Lígures e os Gregos, que eram, como vimos, os povos historicos que anteriormente a elles tinham vindo para cá”*, registando-se a íntima ligação *“em muitos pontos com os indígenas” e a sua influência fez-se sentir até à época romana*” (loc. cit.). De outro autor, Lorrío (1997, p. 41), recolhemos o texto seguinte:

“c) El Noroeste es la tercera de las áreas peninsulares donde los geógrafos e historiadores grecolatinos señalaron expressamente la existencia, en época histórica, de pueblos célticos, asentados todos ellos en la ‘Gallaecia Lucensis’. El análisis de ciertos pasajes de las obras de Estrabón (3, I, 3; 3, 3, 5), Pomponio Mela (3, 10-11; 3, 13) y Plinio (3, 28; 4, 111) permite afirmar que bajo la denominación genérica de ‘Celtici’ quedarían englobados una serie de pueblos, entre los que se incluirían los ‘Neri’, los ‘Supertamarci’ (...), los ‘Praestamarci’ y, quizás, los ‘Cileni’, a los que habría que añadir también los Artabri, que por Mela (3, 13) sabemos que eran ‘celticae gentis” e que “el promontorium Celticum, identificable con el cabo Nerium, también llamado cabo de los Ártabros”.

Mais ainda, os ‘Artabros’ ou ‘Arrotrebae’ (op. cit., p. 42), *“se asentarian en las proximidades del cabo Nerium, identificable quizás con el Finisterre”*, dando origem a um *“hidrónimo”* (Prósper, 2008, p. 43) ou seja, - *“los ribereños, los habitantes de la ribera”*. Este esclarecimento vem confirmar a afiliação dos ‘Arrotrebae’ a uma área definida da antiga Hispânia, o *“conventu Lucense”*. Por outro lado, realça a sua individualidade tribal face aos vizinhos da mesma região natural, a Galiza e o seu encontro com populações de origem indo-europeia que no início do século

VIII a.C. (Neto, 1986, p. 58) “*vieram através dos Pirinéus e que, dois séculos mais tarde, voltariam em levas mais expressivas e significantes*”. À exceção de alguns núcleos indígenas (op. cit., p. 59), “*como los vascos, los iberos de la costa, los tartesios (...)*” esta presença vai perdurar até à conquista romana da península. Esta identifica-se com uma economia rural e pastoril ancestral nas áreas do norte atlântico e do norte interior. Já o sul aberto às influências climáticas mediterrânicas com um clima de verão “*seco e duradouro*” (loc. cit.), acolheu os povos árabes e arabizados depois da invasão muçulmana do século VIII.

Na sua relação com o ambiente os autores antigos identificam a extensão do clima de inverno, com chuvas abundantes e frequentes, juntamente com a morfologia do território onde se destacam numerosos cursos de água, principais e acessórios, impõem nos primeiros tempos da monarquia dificuldades acrescidas à comunicação terrestre e à circulação dos habitantes. Assim o reconhece Campománes (1762, Prólogo-20) ao mencionar este “*País demasiado lluvioso en el hibierno, es importante su conocimiento á todo caminhante*”. A descrição inscrita na “Geografia Histórica de Portugal” (Lima, 1734, p. 192) assinala:

“*O clima de Portugal é sem dúvida o mais benigno de toda a Europa, ainda que com grande diferença das províncias; porque nas Setentrionais se experimenta algum frio no Inverno, e nas Meridionais algum calor do Estio; porém com tão pequeno excesso, que não chega a ser nocivo aos naturaes, ainda que estranho para os que se crearam no Norte*”.

Quanto às culturas dominantes escreve o autor (loc. cit.): “*nele produz na natureza todo o género de frutos, entre os quais tem primeiro lugar o trigo, o vinho, e os azeites (1/4)*”^o. No caso dos cereais, em particular do trigo, regista (op. cit., p. 193) “*que muitas vezes se padece falta neste Reyno*” e a sua “*grande extração de farinhas para as conquistas, onde tem menos conta as do trigo do mar, por não serem de tanto peso como as outras*”.

Os três grandes domínios geográficos assinalados por Ribeiro (1987, pp. 15 e ss) assentam nos traços seguintes: o “*Norte Atlântico*”, acima da bacia do Vouga, conserva a herança de uma área de policultura, criação de gado bovino, produção de cereais irrigados, povoamento disperso e maiores densidades populacionais; o “*Norte Interior*” regista uma menor densidade de ocupação humana e vestígios de uma pastorícia ameaçada cada vez mais pela extensão da terra queimada por incêndios que aproveitam a vegetação das áreas rochosas, a extensão do eucalipto e restos da antiga cobertura de carvalhos e de castanheiros.

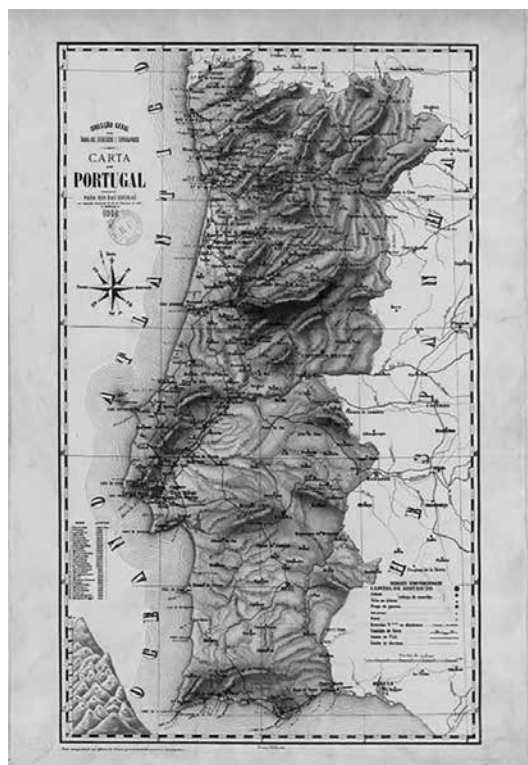


Fig. I-2 - Carta relevo de Portugal¹⁷

A estas junta-se o abandono da agricultura e o despovoamento. Por sua vez o “*Sul*” encontra-se numa transição do montado tradicional para zonas de cultura intensiva, criação de gado, monoculturas e algum regadio ameaçado pela falta de água e secura do solo beneficiado pelas obras de engenharia hidráulica e barragens fluviais.

Acompanhando as particularidades climáticas, a vegetação primitiva, determinada durante séculos pelas condições naturais, revela uma ação antrópica crescente com a introdução de novas espécies florestais, a sua adaptação ao solo e a destruição da flora e fauna que integraram o quadro natural deixado pelos primeiros habitantes e povoadores. Nesta sequência os traços físicos do nosso país, nas suas diferentes configurações originárias e climáticas, decorrem das condições geradas pela circulação geral atmosférica e deslocação dos anticiclones subtropi-

17. Fonte: BnF – Gallica (1911): <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/brv1b84458845> 18JUN21

cais, dos ventos e das correntes marítimas ajudando a compreender a construção de diversos tipos de povoamento - enquanto matriz geográfica de distribuição dos habitantes -, a natureza dos solos, a ocupação humana, a densidade, distribuição e movimentos dos seus habitantes.

No território nacional as diferenças de morfologia e de relevo, de solos e de clima acompanham as diferenças geográficas há muito reconhecidas (Ribeiro e Santos, 1949, p. 59):

“Na metade setentrional de Portugal, acima dos 700-800 metros, a natureza e a economia definem um mundo diferente das terras baixa: a ‘serra’ ou ‘montanha’, que se opõe a ‘ribeira’ e ‘terra chã’ e, dum modo geral, ao ‘campo’ e à complexidade dos seus modos de vida rurais (...). A ‘montanha’ define-se menos pelo relevo e pela altitude do que pela decorrente modificação do clima e pelas restrições ou ajustamentos que ela impõe à economia”.

Daí que, como fez notar Ribeiro (1966, p. 126), a montanha seja *“ao mesmo tempo, um ambiente natural e um estilo de vida, quando não um vazio no meio da intensa humanização das terras baixas”*. Nesta sequência é possível acompanhar o pensamento de Aquilino Ribeiro (Santa-Ritta, 1982, p. 82): *“o homem veio da montanha para a planície, o que equivale a dizer que no serrano está o nosso antepassado, à altura do eneolítico pelo menos”*. Estas deslocações deram azo às lutas pela posse da terra e à utilização intensiva dos seus recursos, à ocupação permanente do espaço e à sua florestação evitando a degradação do solo e o seu empobrecimento por ação das chuvas que arrastam os elementos orgânicos acumulados pelas plantas durante o ciclo de crescimento. Da sua ação ao longo do tempo resultam os quadros naturais e os conjuntos determinados pelas *“harmonias de elementos naturais e humanos”* (Ribeiro, 1966, p. 37), pela paisagem natural e construída ao longo de séculos de povoamento estruturado pela evolução dos habitantes, da atividade económica, defesa e vida de relação que constituem os fundamentos do traçado das divisões regionais do país baseadas na similaridade de elementos naturais e humanos, da paisagem e das atividades dos habitantes, do povoamento, acessibilidades e relevância dos centros administrativos e de poder na organização do território adjacente.

Estes são aspetos da ocupação humana construída em função das condições do relevo, do solo e do clima, da construção simbólica e real das fronteiras, da evolução histórica do poder régio e da administração, das relações entre grupos de

habitantes, por vezes com origens diferenciadas numa sequência lógica de valorização e de transmissão solidária de heranças culturais às gerações vindouras. Os vestígios patrimoniais relativos à diversidade física das diferentes regiões naturais, à ação humana, aos modos de vida e às formas de ocupação ao longo dos séculos assentam em traços diferenciados de um povoamento construído em áreas planas e de montanha determinadas pela origem e técnicas de produção de diferentes povos.

3. TRAÇOS DA OCUPAÇÃO PRIMITIVA

De acordo com Vasconcelos (1925, p. 6), a presença humana na Península Ibérica ou Hispânica regista-se “*desde os mais remotos tempos prehistoricos (período da pedra lascada ou período paleolítico), embora dos primitivos habitantes não saibamos o nome (ou nomes), e só conheçamos pelos restos da sua civilização, conservados ‘in loco’, e em museus*”. Desta presença confirmam-se testemunhos dos períodos seguintes: Mesolítico e Neolítico - ou idade da pedra polida – na sua transição para a Idade dos Metais (cobre, bronze e ferro) ou seja, num período que vai do Paleolítico inferior ao último milénio dominado pelo Bronze final e pela Idade do ferro.

Na sua latitude territorial os vestígios mais antigos existentes da península encontram-se na fachada atlântica, na proximidade de Santander e na bacia do Tejo (Guerra, 1974). Para este autor (loc. cit.), as condições climáticas benignas atraíram “*em todos os tempos povos de diversas procedências, que vieram ou como colonizadores, ou como conquistadores*”, conduzindo à concentração humana em áreas de recolção, ao recurso a abrigos naturais e ao aperfeiçoamento dos materiais líticos utilizados na vida diária. Para Ribeiro (1973, p. 9), “*em plena época glaciária, à volta de 30 a 35 mil anos, produz-se, sem transição, uma destas inexplicáveis e profundas mutações, tanto biológica como cultural, que marca o início do chamado Paleolítico superior*”.

Por sua vez Guerra (1974, p. 11) destaca que do Paleolítico superior (-35.000 anos) datam utensílios de pedra e de trabalho, agulhas e harpões associados à pesca, cujos vestígios situam-se “*surtout autour de Lisbonne, sur la côte Sud-Est, de Valence à Malaga et dans le Nord basque et cantabrique*”. Do período da última

glaciação (entre -15.000 e -8.000 anos) manifestam-se sinais na parte norte da península nas grutas de Castillo e Altamira (Cantábria), em pinturas rupestres produzidas pelo “*homo sapiens*”, à volta de -18.000 a -13.000 anos antes da nossa era. Com o aumento da temperatura a fixação humana dirigiu-se para as terras da beira-mar e, com ela, desenvolveram-se as atividades de pesca e recolção litoral de produtos marinhos.

No que respeita a Portugal, escreve Cardoso (2002, p. 13) que “*A evolução das sucessivas populações que ocuparam o solo hoje português foi feita sem descontinuidades culturais de maior, antes se caracterizou por um continuum, raramente se verificando rupturas com a realidade preexistente (...)*”. Essa presença, referida por Marques (1976.I, p. 12) desde o Mesolítico¹⁸, permite identificar a “*difusão de uma raça humana cujos traços anatómicos ainda hoje se encontram na vasta maioria, tanto de Espanhóis como de Portugueses*” e encontrar testemunhos respeitantes às épocas seguintes. Tal acompanha a alteração das condições do clima e o aquecimento geral da atmosfera que marcam o final das glaciações paleolíticas do período pós-glaciário Wurmiano que possibilitou à população nómada de caçadores-recolectores iniciar um novo ciclo de vida através da sua fixação em zonas mais quentes e férteis e a produção dos seus próprios alimentos através da agricultura, domesticação, criação de gado e sedentarização. Para Ribeiro (1987, p. 27) a chamada “*Revolução Neolítica*” corresponde a “*uma das grandes ‘mutações culturais’ da humanidade*”.

O conjunto de transformações então operadas acompanha-se da formação de comunidades humanas de maior dimensão, da migração dos povos e sedentarização das populações em núcleos de povoamento habitados por indivíduos da mesma tribo, com desenvolvimento de formas de sociabilidade, trabalho e tecnologias que promovem a utilização de metais em substituição do material lítico e de ossos. Como em tempo escreveu Vasconcelos (2017, p. 568): “*Sem custo se compreende como a descoberta do bronze e do cobre imprimiu à civilização pré-histórica um cunho diferente do que tinha, e como a fez prosseguir rapidamente na via esplendorosa do progresso*”.

Na sua evolução pré-histórica a atividade humana na idade dos metais, marcada pelo uso sucessivo do cobre, bronze e ferro, faz-se acompanhar de um con-

18. Entre 8000 a.C. e 5000 a.C.

junto de transformações na maneira de viver, uso de ferramentas e descoberta de tecnologias que se repercutem na subsistência da população, nas suas atividades e crescimento. Para o referido autor (Vasconcelos, 1897.I, p. 70), “*a introdução do metal não se fez bruscamente, como brusca não foi quasi nunca nenhuma fase social (...). O facto compreende-se perfeitamente. É uma civilização antiga que a pouco e pouco se apropria de produtos novos que representam um progresso social*”. Estas marcas acompanham a progressiva dedicação da população à agricultura e ao desenvolvimento da arte de polimento e talhar da pedra, abrindo caminho para o trabalho em metal, desenvolvimento da cerâmica, da agricultura e da criação de animais que assinala a emergência de antigas sociedades camponesas no todo nacional. Para este autor (op. cit., p. 83), o cultivo do solo fecundo “*atrae à península povos longínquos*” dando origem a “*uma rendosa via de comercio, entabulando assim novas relações étnicas (...)*”.

Para o conjunto peninsular, assinala Guerra (1974, pp. 11-12) que, “*L’existence de peuplades néolithiques dès le V millénaire, dans la partie méditerranéenne de la péninsule, semble bien établie*”, situação que se prolonga no IV milénio a.C. com a fixação humana em “*Andalousie et vers le Portugal central, tandis que l’on trouve sur les Pyrénées un peuple de pasteurs, ancêtre, peut-être, des Basques*”. Mais ainda (loc. cit.): “*Le nombre d’espèces cultivées augmente et les premiers objets en cuivre apparaissent, tandis que la technique de polissage des pierres dures atteint sa perfection*”. Neste contexto a situação geográfica de Portugal entre os domínios civilizacionais do Atlântico e o mundo mediterrânico beneficia esse cruzamento mostrando, contudo, como assinala Cardoso (2002, p. 15), o reforço de uma “*individualidade cultural*” que decorre “*frequentemente, da mescla de contributos oriundos de um ou outro dos referidos domínios, por via marítima, para além dos que se transmitiram por via terrestre, através do interior peninsular*”.

A leitura de Ribeiro (1987, p. 19) sobre a formação de Portugal evoca a importância dos antigos elementos de civilização criados pelo homem a partir dos elementos de que dispõe – “*conhecidos na pré-história apenas em alguns dos seus aspetos materiais*” – mas que (loc. cit.) “*contribuíram para diferenciar a fachada atlântica e revelam indícios de modos de vida distintos do corpo maciço do interior da península*”. Mais ainda (Ribeiro, 1970, p. 342), “*(...) para a área mais povoada do território nacional, é possível fazer ascender à pré-história a formação da densidade*”, o que mostra “*para esta região, um elemento permanente na repartição humana (...)*”.

O estudo desenvolvido por Lopes (2015, p. 3) sobre a Estremadura portuguesa relativo ao período compreendido entre o VI milénio a.C. e os finais do IV milénio a.C. (op. cit., p. 1), permitiu inventariar pequenos conjuntos cerâmicos (loc. cit.) e lugares de enterramento (op. cit., p. 4), sobretudo nas bacias do Tejo e do Sado, depósitos de moluscos próprios das águas salinas (op. cit., p. 5) que dão conta da ocupação progressiva dos habitantes na agricultura e na recolha de produtos de diferente natureza. Conjuntamente com esta fixação, assinala a autora (op. cit., p. 7), “*A implantação de povoados em áreas montanhosas, ou no topo de elevações revela uma modalidade distinta, mais preocupada com o domínio visual de vastos horizontes*” e em “*portelas*” montanhosas tirando daí o benefício de aproveitamento de solos de melhor qualidade.

A evolução das formas de fixação e de aproveitamento do solo por parte das populações nativas conduz ao alargamento do número de aglomerados, à construção de cercas de defesa e de monumentos funerários que reforçam o carácter identitário dos habitantes na sua dispersão territorial. É o caso da “*civilização megalítica*” (Ribeiro, 1987, p. 21) – “*própria das áreas de rochas consistentes*” – e da construção de monumentos religiosos e funerários de grandes dimensões no País Basco e Andaluzia, na Galiza e em Portugal (-3.400 anos a.C.), que ocorrem nas áreas mais elevadas do maciço central e do norte do país onde a existência destas jazidas antecipa a presença de povos chegados por via marítima oriundos do norte de África e da bacia do Mediterrâneo.

A antiguidade deste povoamento foi estudada por diversos autores, nomeadamente por Guerra (1974, p. 12) que a propósito, assinalou: “*Après cet essor mégalithique, des siècles moins connus conduisent à une autre culture prospère, celle d’El Algar dans la même région andalouse (1 900-1 600 av. J.-C.), avec des villages fortifiés et des armes en bronze*” e da utilização do estanho extraído na Galiza para as minas de cobre do sul onde se procede ao fabrico do bronze. Mais ainda (loc. cit):

“*Tandis que la culture plus avancée du Sud et de l’Est s’ouvre à la Méditerranée, l’Ouest et le Nord-Ouest connaissent une culture du Bronze apparentée à celle de la Grande-Bretagne, qui se maintient jusqu’au premier tiers du I millénaire av. J.-C. le Sud-Ouest de la péninsule possède un actif cabotage atlantique, qui fait parvenir, aux alentours de 1 000 av. J.-C. les produits de la métallurgie du Nord-Ouest jusqu’aux portes de la Méditerranée. Bientôt ces courants rencontrent les navigateurs venus du fond de la Méditerranée*”.

Estas transações são suportadas por mercadores Fenícios oriundos do Mediterrâneo oriental, representantes da civilização marítima e comercial do seu tempo e mais tarde os Gregos, mensageiros da civilização helénica. De acordo com o assinalado a evolução das marcas de povoamento na antiguidade clássica acompanha as ações de guerra, a atividade comercial, a expansão humana e, sobretudo, a exploração dos recursos naturais levando ao acréscimo dos movimentos da população para junto das áreas de exploração mineira e do tráfego comercial. Estas migrações constituem uma marca da geografia humana peninsular e contribuem para modificar a matriz genética da sua população. Tal manifesta-se em particular nas zonas costeiras e de planície, com a fixação de novos habitantes de etnias diferenciadas, responsáveis pela distribuição do “*mapa dialectológico*” de Vasconcelos (1897 - Anexo) que acompanham o povoamento nacional mormente na zona raiana, no seu litoral e no sul. Esta presença ficou assinalada por testemunhos de povos oriundos da parte oriental da bacia do Mediterrâneo, que desde a antiguidade estabeleceram feitorias em diversas partes da península, sobretudo na parte oriental banhada por este mar em centros de comércio e ainda em locais do ocidente atlântico: no sul, na foz do Sado e do Tejo e mais a norte, no estuário do rio Mondego, em Santa Olaia.

Para Guerra (1974, p. 13), a presença destes povos na Ibéria meridional durante o 1º milénio e seguramente desde o século VIII a.C. – depois de terem atingido a Sicília e Cartago – levou-os a atravessar Gibraltar com o objetivo de “*s’assurer le monopole des métaux de l’Andalousie du Sud et des routes atlantiques de l’etain*”. Mais ainda (op. cit., p. 13.14): “*Les échanges commerciaux sont fondés sur les minéraux utiles, cuivre, plomb, etain, ou précieux, or et argent, en échange des produits manufactures en Phenicie. Peu a peu, au V siècle, aux métaux s’ajoutent le sel marin, les salaisons, le garum et l’alpha*”. Por sua vez Morais et alii (2017, p. 254), assinalam que “*No território actualmente português o impacto da presença comercial dos fenícios e dos gregos nas primeiras sociedades da Idade do Ferro produziu-se num horizonte característico de sociedades de transição*”, através do intercâmbio de bens (loc. cit.) entre os “*centros económicos do mediterrâneo central, como Cartago e as ‘poleis’ gregas da Sicília, directamente relacionadas com a área do Egeu e a costa levante sírio-palestina*”.

Anteriormente ao domínio romano (loc. cit.), a “*navegação e o comércio no mediterrâneo ocidental adoptou os conhecimentos técnicos e os usos económicos desen-*

volvidos durante o II milénio pelos comerciantes micénicos, posteriormente potenciados pelos fenícios, definindo-se novas rotas de comércio nos séculos IX- VIII a. C.”. A memória da navegação destes povos na fachada atlântica do sudeste da península é confirmada por diversos achados arqueológicos com indícios orientalizantes no sul do Algarve, em Tavira e na foz do Guadiana (op. cit., p. 258), estendendo-se para norte (op. cit., p. 257 e ss) no “*Alentejo interior (Castro dos Ratinhos) e no vale do Guadalquivir*”, “*na Alcáçova de Santarém (Arruda 1999-2000), e na Rua de São Mamede ao Caldas (Pimenta, Silva e Calado 2014) e na Casa dos Bicos (Pimenta, Sousa e Amaro 2015), em Lisboa*”, no Castelo de S. Jorge e no vale do rio Sado (op. cit., p. 258), atingindo as terras mais setentrionais da bacia do Mondego (loc. cit.) em “*Santa Olaia (Rocha 1908; Pereira 1997) e Conímbriga (Correia 1993)*”, onde “*assumem considerável protagonismo*”.

As descrições referidas vão ao encontro do assinalado por Serrão (1989.I, p. 41) que regista a vinda dos Fenícios antes ainda do séc. X a.C., aquando do seu estabelecimento em feitorias onde deixaram a sua marca linguística na raiz de vocábulos que “*permaneceram na fala peninsular, como ‘ipp’, elemento toponímico que serviu para designar Olissipo (Lisboa), Collipo (Leiria)*”. Nesta parte do continente europeu estes povos encontraram-se com os Iberos, povo oriundo do norte de África durante o Paleolítico (Heuten, 1934, p. 270), considerados por Flávio Josefo descendentes de Tubal, neto de Noé e por isso designados por Tubalinos – “*que agora se chamam Iberos*” (Cap. 6) - e com povos indo-europeus, os Celtas, que durante último milénio antes da nossa era fixaram-se aquém dos Pirinéus, distribuindo-se pela parte montanhosa setentrional e ocidental da península, concentrando-se ainda no sul em torno da bacia do baixo Guadiana (Alarcão, 1997, p. 17).

Para Caldas (1998, p. 33), “*Os Celtas deram ao território a primeira configuração geográfica de regionalização, configuração de qualquer modo esboçada pela diversidade orográfica que condicionava o sistema pastoril e agrícola anterior*”, fortalecendo a estrutura defensiva dos Castros e das Citânias, no norte e seguindo o modelo (loc. cit.) da “*cultura transtagana*”, no sul, “*fortemente apoiada em cidades de que mal se conhecem os nomes e muito menos os sítios onde estavam implantadas*”. A presença destes povos na península, banhada pelo Atlântico, permite associá-los a uma fase de intensificação da vida de relação do norte ibérico com outras regiões europeias num processo que o autor descreve (op. cit., p. 18):

“O incremento da produção e da circulação de objectos de bronze é também evidente na segunda metade do Bronze Final, particularmente no Norte. Integra-se este num vasto mundo atlântico que ia da Irlanda ao Báltico e da Escócia à Península Ibérica. A Irlanda e as Astúrias produziam cobre e ouro; o Noroeste peninsular, estanho e chumbo, o Morbihan e a Cornualha, também estanho, o Báltico, âmbar. Relações marítimas asseguravam a troca de matérias-primas e de objectos manufacturados. Assim se criou, nesta época, no Ocidente europeu, um mundo de relações intensas a que é costume dar-se o nome de Bronze Atlântico”.

O alargamento desta rede comercial para sul (op. cit., p. 18), por *“intermédio da foz do Tejo ou do estuário do Sado”* pode ter sido facilitada pela ação de *“chefes cuja função seria exactamente a de organizar um comércio que se faria por mar nos meses de calma, e por terra, através de Alcácer do Sal, Ourique, Castro Verde e Mértola quando o tempo, menos propício, impedia a rota marítima”*. Na sua relação com o comércio de metais, extraídos no norte e centro de Portugal e conduzido para Andaluzia, presume o autor (op. cit., p. 19) a participação do povo fenício e das *“navegações da Fenícia para a Península, onde os mercadores fenícios viriam buscar metais”* - em particular a prata e o cobre, que juntamente com o estanho fabricavam o bronze - e a instalação *“em solo peninsular, de colónias e feitorias”* anteriores ao século VIII a.C., num movimento costeiro associado à procura do estanho e do bronze que se situa (loc. cit.) no século VII a.C., na foz do Tejo, no estuário do Sado, Almada e *“nesta sua progressão para ocidente, estabeleceram outras feitorias em Castro Marim e no Cerro da Rocha Branca (Silves), e subindo a norte do Teio, fundaram outra ainda no Baixo Mondego: a de Santa Olaia (Montemor-o-Velho)”*.

Recorde-se que nas suas viagens pelo mar Mediterrâneo esses povos levantinos contam-se entre os visitantes mais antigos e a fundação da feitoria de Cartago e expansão para ocidente, antes ainda do século VIII a.C., tem como objetivo (Guerra, 1974, p. 13),

“S’assurer le monopole des métaux de l’Andalousie du Sud et des routes atlantiques de l’étain”. Nesse contexto refere-se a fundação de “Gadès (Cadix) et de Lixus (sur la côte ouest du Maroc) leur donne le contrôle du Détroit et aux VII et VI siècles tout un chapelet de comptoirs s’étend de l’Algarve au cap de Palos: Onoba (Huelva), Gadès, Malaka (Malaga), Abdera (Adra)”

Para além destas povoações foram ainda criados núcleos destinados à manutenção das atividades comerciais e ocupação militar do território.

A intensificação deste domínio no Mediterrâneo ocidental verificou-se durante o século III a.C., após Cartago ter perdido o domínio das ilhas mediterrânicas de Córsega, Sardenha e Sicília, levando a que esta cidade púnica mudasse o cenário de guerra para a península, rica em metais preciosos e mercenários (Guerra, 1974, p. 19). A fundação da cidade de Nova Cartago (Cartagena), “*base navale et centre des mines d’argent les plus riches de l’époque, devient le centre de la puissance carthaginoise en Espagne*”, facilita a sua navegação no Atlântico e a transação comercial dos produtos orientais e do ocidente através das rotas marítimas estabelecidas entre os portos do norte atlântico e a bacia mediterrânica. Estes registos ilustram a extensão do domínio púnico da cidade-estado de Cartago neste mar interior desde o século VII a.C. com o apoio dos fenícios e, particularmente, nos séculos V – IV a.C., também dos gregos, assinalando (Gomes, 2015, p. 20) um “*período de maior expansão (Norte de África, Península Ibérica e ilhas mediterrâneas)*”.

A intervenção destes povos, juntamente com alguns dos seus antecessores, vai intensificar a exploração mineira e o comércio de metais que passam a ser transacionados, juntamente com produtos oriundos do Levante como o sal, carnes secas, condimentos preparados em salmoura e outros. De salientar que a exploração salina, uma vez iniciada em Portugal, constituiu uma das atividades litorais mais relevantes contribuindo para o fortalecimento do comércio marítimo e animação dos portos litorais com os países do norte da Europa e depois da construção das linhas de caminho-de-ferro na exportação deste produto, juntamente com o pescado, para a vizinha Espanha a partir, sobretudo, de Aveiro e da Figueira da Foz.

Por sua vez a participação dos Gregos na colonização do extremo-ocidente ibérico (Guerra, 1974, p. 14) teve lugar “*après la première grande vague colonisatrice qui a créé la Grande Grèce au VIII siècle*” e deu origem à constituição de diferentes colónias que se mantiveram até à dominação romana. Dessa ação terá resultado a introdução da vinha e da oliveira - e outras produções mediterrânicas como a oliveira, a vinha e os cereais para sustento da população e das milícias, bem como para a sua exportação para a sede do império de Roma – o incremento da vida urbana, divulgação da moeda e diversas influências de natureza hidráulica, artística e cultural.

O desenvolvimento das vias romanas, das pontes e aquedutos, imprimiu às principais cidades uma importância significativa no ordenamento social e territorial fomentando a circulação humana entre os povos do império de Roma. Sobre a ação da colonização mediterrânica, adianta Guerra (1974, p. 15):

“Ces premiers siècles de colonisation punique et grecque sont capitaux pour la lente maturation des peuples du Sud et de l’Est. Que ce soit par la route grecque du Nord ou par l’itinéraire punique du Sud, les civilisations méditerranéennes apportent l’écriture, le fer, des produits manufactures, des idées et des techniques, en attendant l’incorporation politique à l’Empire romain”.

A consulta de trabalhos mais antigos relacionados com a presença de povos mediterrânicos no território português permite conhecer a sua ação em diversas partes do solo nacional ao longo dos últimos oito séculos anteriores à nossa era (a.C.) e nos cinco séculos seguintes (d.C.) em que o império de Roma dominou esta região peninsular. No seu conjunto este território, visitado por vários povos do Mediterrâneo oriental antes da chegada dos romanos, era habitado no século III a.C. pelo Iberos (Vasconcelos, 1925, p. 6): *“Na aura dos tempos históricos os habitantes da península aparecem-nos mencionados nos autores clássicos como ‘Iberos’ ou ‘Hispanos’*. Em épocas posteriores (op. cit., p. 7) foram invadidos, na antiguidade, por *“Fenícios, Lígures, Gregos, Celtas, Africanos, e por fim Romanos”*. Afirma ainda o citado autor (op. cit., p. 7): *“Quem diz ‘Iberos’, diz ‘Lusitanos’, e quem diz ‘Península Iberica’, diz ‘Lusitania’*, habitada pelos Lusitanos, que segundo Vasconcelos (1928.I, p. 253), escolheram a parte mais antiga da Ibéria, *“a que hoje corresponde quasi todo o Portugal, a Galiza, e algo da Hespanha até Mérida”*, ou seja (loc. cit.), *“Lusitânia portuguesa e Lusitânia hespanhola, subdividida esta em galega, castelhana e hispano-estremenha”*.

De acordo, ainda, com o mesmo autor (Vasconcelos, 1925, p. 7):

“Quando os Romanos entraram na Iberia (sec. III a.C.), havia no território lusitânico muitas tribos, conhecidas da literatura greco-romana e das inscrições latinas por nomes tais como: ‘Cunei’, no Algarve; ‘Turdetani’, no Algarve e Alentejo (este povo dilatava-se pela Andalazia); ‘Celtici’¹⁹, entre Guadiana e Tejo; ‘Turdui veteres’, entre Tejo e Douro; ‘Callaeci’ e outros ‘Celtici’, do Douro para o extremo Norte da Galiza. Entre os últimos distinguem-se os ‘Grovvi’. Na região bracarense demoravam os ‘Bracari’; por Trás-os-Montes, os ‘Zoelae’. Ao Norte do Minho, fora pois do território português, viviam os ‘Coelerni’, os ‘Cileni’ os ‘Tamarci’, os ‘Neri’, os ‘Arrotrebae’ (...)”.

19. Em Vasconcelos, 1905.II, p. 74, o autor regista o seguinte: *“(…) do Douro para o extremo Norte, habitavam os Callaeci, segundo Estrabão. Ahi colloca Pomponio Mela outros Celtici que poderemos agora considerar como povos resultantes especialmente da fusão de Callueci com Celtas”*.

Os últimos povos estão associados aos ‘Artrabi’ – “*variante fonética ou gráfica de Arrotrebae*” (Vasconcelos, 1905.II, p. 65), identificados com diversas tribos celtas do norte da Galiza entre Ferrol e a ria de Ortigueira (Prosper, 2008). Ao tempo, porém, as descrições de Ptolomeu e de Plínio por não serem coincidentes, geraram equívocos sobre a distribuição destes povos. Assim o regista Madoz (1830.III, p. 24):

“Arrotrebae: Plinio (lib.4º cap.20), siguiendo la descripción de la España desde Asturias al cabo Finisterrae ó promontório céltico, nombra por su orden à los ‘Cibarcos’, ‘Egaborros’, ‘Iadonicos’ y ‘Arrotrebas’; y mas adelante (cap. 22) afirma ser este el verdadero nombre de las gentes que algunos escritores, indebidamente en su concepto, llamaran ‘Artabros’. Por el contrario Estrabon manifesto haberse llamado antes ‘Artabros’, los que en su tiempo se decian Arrotrebas. Lo que consta de todos es la identidad de los ‘Artabros’ y de los ‘Arrotrebas’, significando ambos nombres una misma region, cuya situacion y corografia resulta bien claramente determinada por los géógrafos de la antigüedad”.

A proximidade destes territórios da Galiza com a nação portuguesa, não só “*un producto de la História*” (Ribeiro, 1955, p. 2) mas também “*de hombres unidos por la tradición común, establecida, mantenida y reforzada durante un largo pasado de convivência, por la identidad de lengage, por la expresión dominante que tornam entre ellos ideas y sentimientos, aunque ligado por estos lazos morales vive sobre un pedazo de suelo*”.

Apesar da sua diversidade as tribos, “*independentes entre si*” (Vasconcelos, 1905. II, p. 78), “*aliavam-se às vezes ou para expedições, ou na ocasião de perigo comum, ou ainda noutras circunstancias*” antes da sua dispersão por outras áreas da Galiza, pela faixa litoral de Portugal e continente sul-americano, transportando consigo apelidos familiares e topónimos associados à sua raiz étnica, a nomes de família e de lugares. Para Vasconcelos (2017, p. 520)²⁰, “*Os nomes de lugares têm diversas origens: umas vezes, é a posição geográfica das localidades; outras vezes, os monumentos que nelas há ou houve, ou as instituições civis e religiosas dos habitantes; outras vezes, a flora e a fauna*”.

20. Dá-se como exemplo o topónimo galego, ‘arrotea’.

A ocupação desta parte meridional da Europa está na origem da constituição de dois grandes grupos (Guerra, 1974, p. 224): os “*Celtici*”, a Oeste – Galiza, Portugal, Estremadura espanhola, Andalusia ocidental - e os “*Celtiberi*”, nos planaltos elevados do centro da Meseta – Léon, Castela (Nova e Velha), Aragão, ou já na Catalunha, Valência, Murcia, Andalusia e parcialmente no país dos Bascos. Para Heuten (1934, p. 272), “*Les Celtibères sont donc des Ibères ayant occupé la Celtique, où ils cohabitent avec une partie des anciens habitants*”. Por sua vez Guerra (1974, p. 225) defende que foi este grupo, aí chegado por volta de -350 a.C., os “*Celtiberi*”, que enfrentaram os romanos aquando da guerra com Cartago (2ª guerra púnica: -218 a -219 a.C.). Estas notícias assentam na migração dos povos de origem indo-europeia para a península, que Almagro-Gorbea (1994, p. 293) afirma serem responsáveis por uma “*acculturation lente et intermitente à travers le temps et l’espace, ce qui permet d’expliquer parfaitement le processus de celtisation*”, cultural e progressiva, em mosaico, “*c’est-à-dire, sans régularité, puisqu’elle obéirait à des processus et des circonstances diverses, sans contemporanéité ni régularité*”, enfraquecida pela colonização romana.

Sobre este assunto, Pimenta (2005, p. 166) assinala que “*no máximo da dominação céltica da Europa, apenas uma franja ocidental, sobra do antigo povoamento indo-europeu*” sendo que a Lusitânia, dada a sua (loc. cit.) “*posição geográfica (...), recebe esta herança de resistência do antigo povoamento indo-europeu face à dominação bárbara dos Celtas*”. A partir da análise dos trabalhos de Martins Sarmiento, este autor (Pimenta, op. cit., p. 168) considera que “*A Lusitânia primitiva é um território culturalmente indo-europeu, ancestral, com manifestações de arianismo evidente nos dólmenes e nas habitações castrejas*”, estendendo-se do Douro ao Cabo de São Vicente e daí até ao Guadiana, prolongando-se (Antillon, 1808, p. 184), pelas “*playas del oceano los términos marítimos occidental y meridional de la Lusitania*”.

Acresce a esta citação a de Carvalho (2010, p. 12) que afirma ser a “*região actualmente portuguesa do Entre-Douro-e-Minho região que não tinha, até à sua conquista pelos romanos, lugar na Iberia nem na Hispania*”. Tal corresponde à designação de “*território ignoto*” usada por Alarcão (2001, p. 339), acolhedora dos “*Lusitani*” aquando da sua fixação nesta faixa litoral e o seu povoamento em “*lugares altos e intervísíveis*”. Valorizando os estudos de Vasconcelos, Ribeiro (1987, p. 26), na descrição sobre a formação de Portugal, assinala a importância dos “*Iberos*”, a sua origem africana e parentesco étnico com os berberes, que “*sofreram*

por certo profundas influências culturais da África do Norte e da colonização grega; mas, ocupando na península, a partir da Andaluzia e do levante, área cada vez mais extensa, assimilaram também muito das civilizações indígenas (...).

As referências aos antigos povos dominantes, hoje preenchido pela nação portuguesa, dão conta da existência de várias tribos hispânicas que ocupavam a parte leste e o coração da meseta peninsular, bem como a sua fachada ocidental onde se contam, de norte para sul, os “*Gallaeci*” (Bracar e Lucenses), os “*Lusitani*”, os “*Celtici*” e os “*Turdetani*” (Marques, 1976.I, p. 16). Assinala este autor (loc. cit.) que “*De todos estes grupos, os mais importantes pareciam ser os Gallaeci e os Lusitani*”, sendo que (loc. cit.), “*entre os Lusitani e Celtici não havia grandes diferenças, nem em grau nem em formas de civilização, porque os primeiros eram com toda a probabilidade povos indígenas celticizados*”. A descrição anterior remete-nos para a origem deste povo indo-europeu que por volta dos anos -900 a.C. a -800 a.C. (Serrão, 1989.II, p. 35) iniciou “*emigrações maciças para a Grã-Bretanha, França e Península Hispânica*”. Na sua distribuição pela fachada atlântica constitui-se o mais puro “*círculo céltico*” (op. cit., p. 35) que “*se encontra no Norte do Tejo, com povoados fortificados em elevações (castros e citânias)*”, localizados nas áreas mais elevadas, com casas circulares, rodeadas de “*muros de pedra solta*” (Ribeiro, 1987, p. 24) e numerosos testemunhos cerâmicos, funerários e de defesa.

Para Lautensach (1967, p. 176), esta forma de povoamento no centro e norte de Portugal, assim como na Galiza, perpetuaram-se desde a idade do bronze e do ferro “*hasta los comienzos de la época romana*”. Estes vestígios, em particular os monumentos fúnebres, testemunham a sedentarização do homem neolítico e das suas instituições sociais. Até então a vida humana foi suportada pelo aproveitamento dos recursos da caça e recolção, da fauna e da flora determinada pelas condições naturais de solos e clima, relevo e toalhas de água que permitiram a evolução da economia primitiva.

Embora já assinalado recorda-se que antes ainda da vinda dos romanos, a costa ocidental da península foi visitada pelos povos mediterrânicos cujos testemunhos são anteriores à “*época de Homero*”. A presença dos Gregos foi particularmente realçada por Estrabão na parte meridional e mediterrânica da Ibéria, quando descreve a Turdetânia. A este respeito Vasconcelos (1905.II, p. 70) regista que “*Os Carthagineses continuaram na Hispânia as explorações mineiras já empreendidas pelos Phenícios, e a estes sucederam também na actividade comercial. Como tácti-*

ca política, para a melhor consolidação do poder, costumavam enviar para a África tropas da Península, e vice-versa”. Já na parte ocidental a submissão da população local à administração de Roma é realçada pelo autor que considera os habitantes que lhe foram mais hostis e “que menos beneficiaram dessas condições” (op. cit., p. 66), como os “mais intratáveis e selvagens”, o que levou a Roma a instalar, no decurso do séc. I a.C., três legiões de exércitos na antiga Hispânia garantindo a romanização peninsular.

O domínio dos romanos sobre a Europa mediterrânica está descrito no Antigo Testamento (I Macabeus: 8,1-3) a propósito do pedido de ajuda endereçado por Judas Macabeu aos romanos (cerca de -160 a.C), por ocasião da ameaça dos Macedónios sobre a Judeia:

“1. Então Judas ouviu falar da reputação dos Romanos, de como eles eram poderosos em forças, e condescendiam em tudo o que se lhes pedia; e que tinham feito amizade com todos os que se tinham aproximado deles, e que o seu poder era grande; 2 Ouviu também contar as suas batalhas, e as grandes proezas que tinham feito na Galacia, e como se tinham assenhoreado destes povos, e os tinham tornado seus tributarios; 3 e quanto tinham feito no país de Espanha, e como puseram debaixo do seu poder as minas de prata e de ouro, que ali ha, e conquistaram todas estas terras pela sua prudencia e paciencia e como tinham sujeitado países muito afastados deles, e derrotado reis, que os tinham vindo atacar desde as extremidades do mundo, e que tinham feito grande mortandade nos seus exércitos”.

Neste friso temporal a dominação romana nos dois últimos séculos antes da nossa era, desde o ano -218 a.C. e a vitória sobre o domínio cartaginês então destronado pela invasão do exército de Roma vindo da antiga colónia grega de “Emporion”, “marca o início do interesse de Roma na Hispânia” (Carvalho, 2010, p. 7) e o controle da sua parte meridional com o desembarque em Gerona (González, 1998, p. 29) “para combater o poder cartaginês, então potência hegemónica em terras ibéricas”. A tomada de Nova Cartago em -209 a.C. e a derrota do exército africano em -202 a.C. assinala o domínio de Roma sobre o litoral mediterrânico, compreendendo a Andaluzia, há muito centro de atração humana. Tal levou à sua permanência efetiva em solo peninsular devido à posição, clima e riquezas naturais desta terra conduzindo a um longo processo de romanização das populações residentes.

No contexto da época enquanto a fachada mediterrânica era conhecida de viagens mais antigas (Carvalho, 2010, p. 9), “*todo o restante território se confinaria, então, a relatos vagos sobre riquezas incalculáveis e sobre as populações rudes e bárbaras que nela viviam*”. Quando iniciaram a conquista desta parte sul do continente europeu, em -218 a.C., os romanos deram-lhe nova designação, “*Hispânia*”, “*preferindo-a à velha denominação utilizada pelos Gregos, ‘Ibéria’*” após a destruição da Nova Cartago²² por Cipião (Rodrigues, 2006, p. 13) quando assumiu o controlo da fachada leste peninsular. A Hispânia foi inicialmente dividida em duas províncias: a “*Hispânia Citerior*” (mais próxima de Roma), do lado da bacia do Mediterrâneo e a “*Hispânia Ulterior*” (mais afastada de Roma), abarcando o interior e a fachada atlântica, subdividida em duas outras províncias: a “*Bética*”, no cone sul e sudeste peninsular, rebatizada pelos Muçulmanos de “*Al-Andaluz*”, e a “*Lusitânia*”, habitada desde o Neolítico por povos proto celtas²³, designados por Lusitanos.

A parte ocidental do rio Tejo e mais a norte a Meseta Ibérica, com os seus traços comuns ligados ao isolamento, altitude, secura e pobreza (Drain, 1964), assinala a fronteira alargada entre os domínios dos Celtas e Lusitanos e o Douro, um espaço de separação entre estes e os Galaicos do norte. Com a lenta tomada da península pelo exército romano, este passou a ser administrado por Roma com a criação de “*Províncias*”, e abaixo destas os “*Conventus*” e “*Civitates*”, que serviram de base à conquista e à romanização. No tempo de Augusto a fachada ocidental até ao Douro ficou integrada na “*Província Hispânia Ulterior Lusitânia*”; o norte litoral e o centro na “*Província Hispania Cisterior*”, mais próxima de Roma e o sul, na “*Província Ulterior Bética*”. Esta situação foi posteriormente adaptada às exigências e à reforma da administração do império de Roma com a criação de uma nova jurisdição, a província “*Tarraconense*”, abrangendo o sul dos Pirinéus e o mar Cantábrico até ao vale do Douro e o interior da antiga Hispânia. Estas províncias subdividiavam-se em unidades menores, ‘*Conventus*’, que na área da antiga Lusitânia (Vasconcelos, 1925, p. 10), tinham a sua sede em Mérida (*Emerita*), Beja (*Pax Julia*), Santarém (*Scallabis*) e Braga (*Bracara Augusta*).

Como descreve Ribeiro (1987, p. 27) a romanização, embora assente na força das armas, “*penetrou tarde e a medo nesse mundo montanhoso*” do norte e do centro

22. Cartagena

23. Linkfang: https://pt.linkfang.org/wiki/Povo_de_Portugal 11FEV21

do país, contrariamente ao sul, dominada pela planície aberta e núcleos dispersos (op. cit., p. 28), “*que cedo tendem a tomar a feição urbana*”. Aqui dominaram as populações desde o século III a.C. até ao século V d.C. e implantaram (Vasconcelos, 1925, p. 5) “*o latim que depois se transformou em vários idiomas, entre os quais um, que de modo geral e teórico chamaremos ‘galaico-portugalense’, e se fala ao Sul e ao Norte do rio Minho: ou ‘português’, como forma principal, na margem esquerda, e ‘galego’, na margem direita*”.

Complementarmente ao que havia escrito, Vasconcelos (1897.I, xxvi) defende que a identificação de Lusitanos sustenta a memória de diferentes tribos que ao longo do tempo, com os seus hábitos, ideias, virtudes, vícios, façanhas e “*em todas as circunstâncias físicas e sociais dos povos de então*”, progressos, instituições políticas e demais ações, contribuíram para a “*consciência da nacionalidade*” (loc. cit.) e para a história comum da antiga Lusitânia. Esta designação, usada desde os princípios da Idade-Média, no século V (op. cit., xxx-xxxi) foi sendo progressivamente substituída pela denominação ‘Portucale’, ‘Portugale’, i.e., Portugal.

De acordo com P. Azevedo (1921, p. 1067), “*O território português compreende, dois terços da província romana da Lusitânia, uma parte considerável da Galiza e um pedaço insignificante da Bética*”. A este respeito escreve Resende (2009, p. 94): “*Os povos da Lusitânia, embora divididos no particular em muitas tribos, foram todos eles designados, de um modo geral, por Lusitanos*”. Seguindo a descrição de Estrabão (op. cit., p. 96), estendiam-se do rio Tejo “*até aos Ártabros, que vivem junto ao cabo Finisterra*”²⁴ ou seja (op. cit., p. 100), “*a que outros chamam Ártabro, separa as terras, os mares e o céu*”. Por sua vez, referindo-se a Ptolomeu (op. cit., p. 98), assinala estar esse autor “*muito mais de acordo com os geógrafos romanos, delimita o lado austral da Lusitânia pelo Guadiana e o lado setentrional pelo Douro. No que diz respeito à região de Entre Douro e Minho dos Galaicos Brácaros, anexa-a à província da Tarraconense, tal como Plínio*”.

O domínio e a conquista do noroeste peninsular, cerca de dois séculos depois, assegura, no dizer de Carvalho (2010, p. 119), o traçado “*da última fronteira da conquista romana no processo de construção do território peninsular*” e a afirmação do seu Império. Com efeito a presença destas tropas no vale do Douro (González, 1998, p. 34 e ss) manteve o seu controle sobre os “*Cântabros*” e “*Astures*”, repri-

24. Também designados por ‘Arótrebas’ (op. cit., p. 102) e ‘Arrotrebae’

mindo “qualquer tentação independentista” (op. cit., p. 39-40). Mais ainda, “vigiar as ricas minas de metais preciosos da zona noroeste da península”, situação que se manteve constante até aos finais do século I d.C. aquando da sua fixação na cidade de Léon e o crescimento das cidades romanas de “Bracara Augusta”, “Astúrica Augusta” e “Lucus Augusti” da península (Carvalho, 2010, p. 22).

Na sua singularidade natural e humana a península, separada do continente europeu pelas montanhas hercínicas dos Pirinéus, apresenta diversas cordilheiras montanhosas e bacias hidrográficas de maior desenvolvimento. Destas destacam-se, do lado do Mediterrâneo, a bacia do Ebro e do lado Atlântico, a bacia do Guadalquivir e a bacia do Tejo. O primeiro destes rios – “rio Iber” - está na origem da designação atribuída por Heródoto (século V a.C.) à “Ibéria”²⁵, terra habitada por várias tribos locais que ao longo do tempo acolheram novos povos. Esta situação é assinalada por Guerra (1974, p. 15) ao descrever que os romanos encontraram “une mosaïque de peuples de niveaux culturels et techniques très différents”, sem unidade política, ocupados na agricultura, na produção e arte do ferro, na cerâmica e no pequeno comércio centrado nos núcleos de povoamento de maiores dimensões. Mais ainda, segundo Carvalho (2010, p. 8), “Hispania era, ainda e apenas, um pedaço de território, ligado à capital pelos exércitos, pela descoberta e exploração das riquezas, um mosaico de disparidades culturais e étnicas, e um palco privilegiado das guerras civis romanas”. A este respeito regista d’Arbois de Jubainville (1890, p. 228) que “L’empire celtique s’est divisé comme celui d’Alexandre; l’absence d’unité politique produit les inconséquences et la défaite et prépare la fondation d’une unité nouvelle, celle de l’empire romain”.

Depois desta conquista os romanos procederam (Carvalho, 2010, p. 8) à “fundação de núcleos urbanos, à abertura de vias e ao conhecimento progressivo do território e das suas riquezas, bem como das populações que o habitavam”. Com estas medidas passaram a assegurar o domínio do mar interior e das suas ilhas, estabelecendo uma relação direta com os povos atlânticos aqui residentes, desenvolvida a partir de Cádiz (Gomes, 2015, p. 29) e ligações aos portos do Atlântico. Através dos cursos de água principais alcançaram os mercados e os centros de exploração mineira do interior, por onde circularam (Guerra, 1974, p. 14), dando-lhe nova designação, “Hispania”, que assinala o novo domínio a integrar no “Imperium” de Roma.

25. <https://jornaldoalgarve.pt/1640-duas-datas-dois-rumos-na-historia-peninsular/> 11FEV22

Como assinalado as províncias depois criadas foram subdivididas em duas outras: a “Bética”, no cone sul e sudeste peninsular - rebatizada pelos Muçulmanos de “Al-Andaluz”, - e a “Lusitânia”, sendo esta habitada desde o Neolítico pelo conjunto de povos designados por Lusitanos e cujo sistema agro-pastoril, por eles desenvolvido (Caldas, 1998, p. 34), “se apoiava em terras do Tejo, do Mondego e do Vouga”. Regista Vasconcelos (1897.I, p. xxviii) que esta designação tem origem em “*Lusus ou Lysa (Lissa) d’onde se tirou ‘Lusiadas’, título da nossa epopeia nacional*”. Já Castro (1879.IV, p. 4) justifica a mesma designação como tendo sido atribuída pelos Fenícios, “*porque sendo costume (...) dar às suas povoações o nome dos frutos, porque elas se distinguiam umas das outras (...) por causa das muitas amendoeiras, que nele acharam (...)*”.

No conjunto das fontes consultadas uma das mais antigas referências à situação da terra portuguesa na Ibéria está contida no Livro III da “*Geografia*” de Estrabão²⁶ (Pereira, 1878, p. 2), que se assemelha a “*uma pele de boi que se houvesse estendido ao comprido de oeste para este, ficando para aqui voltada a parte anterior; e no sentido da largura entre norte e sul. Tem 6000 estadios de comprimento, e na sua maxima largura atinge 5000 estadios (...)*”, com o seu relevo e contornos litorais banhados pelo “*mar Exterior*”²⁷ e pelo “*nosso mar Interior*”²⁸. Na sua apresentação, à data da redação do texto - em torno das primeiras décadas do século I d.C. - o autor assinala (loc. cit.) que “*o primeiro paiz da Europa no occidente (...) é a Ibéria. Esta região na sua maior parte é apenas habitável; com efeito o que mais se encontra, quasi por toda a parte, são montanhas, florestas e planícies de solo pobre e delgado, regadas de mais a mais de modo irregular (...) é difficil imaginar território mais miserável*”. Estas condições condicionam o seu isolamento, as más condições de habitabilidade e a pobreza da terra dominado pelos povos da Lusitânia, sendo que só a parte meridional (loc. cit.) “*é quasi toda rica e fértil, especialmente que está além das colunas de Hércules*”.

A descrição de Estrabão corresponde ao território peninsular delimitado a Sul, pelo rio Tejo; a Ocidente e a Norte pelo Oceano Atlântico; a nascente pelos “*Carpetanos*”, “*Vetões*”, “*Vaceus*” e “*Callaicos*”. Neste último caso comentando a

26. Estrabão (64/63 a.C a 24 d.C) – A sua obra – Geografia - “apresenta a sùmula dos conhecimentos geográficos do seu tempo é uma obra longa, em 17 livros, que, nas modernas traduções completas, ocupa, por regra, vários volumes” (Deserto e Pereira, 2016, p. 15)

27. Oceano Atlântico

28. Mar Mediterrâneo

distribuição assinalada pelo geógrafo grego, Vasconcelos (1897.I, xxi – nota 1) interroga-se sobre a eventual localização deste povo no espaço adjacente ocupado pelos “Astures” e pelos “Celtiberos” (nordeste peninsular), concluindo que os “Callaicos”, “como sendo dos povos confinantes que passam a ser Lusitanos”, identificados com estes pelas suas (op. cit., xxii) “proezas guerreiras”. Prossegue, registando:

“Toda a terra que havia ao norte do Doiro, e que primeiro se denominou ‘dos Lusitanos’, passou a dominar-se dos ‘Callaicos’ – como a cidade transmontana de ‘Aquae Flaviae’ (Chaves) pertencia à tribu dos Túrodos, que ficava na Callaecia, pode dizer-se que não só (...) estava compreendida nos limites da Lusitania a ctual Galizza, o entre-Doiro-e-Minho e a região portuguesa de entre Doiro e Tejo, mas ainda Tras-os-Montes. Estes limites fechavam propriamente a Lusitania antiga ou pre-estaboniana, cujo povo, diz o insigne geographo, era o maior ou mais poderosos dos ibéricos (...).”

Mais ainda (op. cit., xxii), esta designação corresponde à da província romana com o mesmo nome, compreendida entre as “fronteiras da Betica e da Tarracoenense, o curso do Doiro, desde as bôcas do Guadiana até ao Promontório Sagrado, e a foz do Doiro, com o mar por limite ocidental”. Deste território ficavam de fora os concelhos situados na margem esquerda do Guadiana – Mourão, Moura, Barrancos, Serpa e parte de Mértola – que faziam parte da província da Bética. Esta delimitação sugere uma nota do autor (op. cit., xxiii, - nota 6) sugestiva dos primeiros movimentos de população organizados pelo domínio dos romanos que se traduziram na ocupação da parte meridional a sul do rio Tejo pelos Lusitanos e pela identificação da parte setentrional a norte do rio Douro, por “Callaecia”, ficando (loc. cit.), “assim muito naturalmente com o nome de Lusitânia todo o país situado a S. daquele rio”.

A este respeito Alarcão (2001, p. 311) assinala que este mesmo procedimento terá sido seguido pelo Décimo Junio Bruto em Trujillo, Espanha, interrogando-se se não terão sido “alguns Igaeditani, Tapori e Elbocori estabelecidos no Alto Alentejo pelos Romanos?” A investigação sobre os Lusitanos (op. cit., p. 311) permite-lhe afirmar a construção de um “Stemma dos Lusitani” relativo à tripartição de diversos “populi” - *Lancienses Transudani, Lancienses Oppidani e Palantienses* – e a integrar este povo, aparentado na sua distribuição geográfica (op. cit., p. 318), com “os povos do Noroeste peninsular e da Beira central”. O desenvolvimento deste estudo leva-o a afirmar (op. cit., p. 343) que “o nome Lusitani é certamente um

etnónimo colectivo”, situação que ao tempo Vasconcelos (1925, p. 10) assinalara: “Com a conquista romana afluíram à Iberia, e entende-se, à Lusitania, novas gentes, não só de Itália, senão das mais desvairadas terras: Germanos, Bizantinos, Capadócios (...). Nessa época aparecem-nos testemunhados na península, pela primeira vez, os Judeus que, como é sabido, tanta influência exerceram na constituição étnica e na história social e económica de Portugueses e Hespanhóis”.

A designação de “*promontório Sagrado*”, por Estrabão (Pereira, 1878, p. 3), “*marca o extremo ocidente não só da Europa, mas de toda a terra habitada*” que desde aí se estende para norte desde a foz do Guadiana até à Galiza espanhola. De acordo com o mesmo relato (op. cit., p. 5), “*o litoral adjacente ao promontório Sagrado começa do lado ocidental da Ibérica até à boca do Tejo; e começa, do lado meridional até à foz d’outro rio chamado Anas*”. Entre estas duas bacias hidrográficas habita uma população (loc. cit.) “*composta na maioria de célticos conta também algumas tribus lusitanas que os romanos n’outro tempo transplantaram da margem oposta do Tejo. Na parte mais alta vivem carpetanos, oretanos e vetões em grande número*”.

Na sua parte meridional e para além do litoral, entre o promontório Sagrado e as colunas de Hércules (op. cit., p. 11), “*o paíz não passa, só pode dizer-se, de continuada planura*” onde se desenvolveram algumas cidades animadas pelo comércio com a Itália e com Roma (op. cit., p. 13). Já para setentrião (op. cit. p. 25), “*partindo sempre do promontório Sagrado, a outra parte da costa, a que se dirige para o Tejo, observa-se a princípio que a praia se encurva formando um golfo; depois segue-se o promontório Barbarium, e logo a pós esta a foz do Tejo (...)*”. Nesta parte da costa há também esteiros. (...)”. Referindo-se novamente ao rio Tejo (loc. cit.), acrescenta: “*O Tejo com vinte estádios de largura na sua boca tem ao mesmo tempo bastante profundidade para que os maiores transportes de comércio o possam subir*”.

No relato dos povos localizados a norte da bacia do Tejo, Estrabão descreve a Lusitânia (op. cit. p. 27), “*habitada pela mais poderosa das nações ibéricas e que entre todas por mais tempo deteve as armas romanas*”. Mais ainda (loc. cit.): “*Este paíz tem por limites ao sul do Tejo, a oeste e norte o oceano, a oriente as possessões dos carpetanos, dos vetões, dos vaceus e dos calaicos (...)*”, sendo que, a leste, os calaicos confinam (loc. cit.) “*com o território dos asturos e dos celtiberos*”. Na sua configuração geral (loc. cit.), o “*comprimento da Lusitânia (até ao cabo nerio) é de 3000 estádios; enquanto que a largura medida no limite oriental à costa marítima que a*

defronta é muito menor”. Prosegue, afirmando (loc. cit.): “*Toda a região oriental é elevada e áspera, mas para baixo até ao mar o paiz só forma uma planura apenas interrompida por algumas montanhas de altura medíocre*”. De acordo com a descrição original (loc. cit.), “*o paiz que descrevemos é rico e fértil; rios grandes e menores o cortam, todos vindos do oriente, correndo paralelos ao Tejo; na maior parte podem subir-se, e arrastam palhetas de ouro em grande quantidade*” - casos do Mondego, Vouga, Douro, Lima e Minho.

Para além da narração física transcreve-se a menção ao povo desta região - no sentido da existência de uma população devidamente estruturada e permanente sobre um território (Biro, 1974, p. 82) - os Lusitanos (op. cit., p. 29), “*excelentes para armar embuscadas e descobrir pistas; são ágeis, rápidos, dextros*”, com tradição de guerreiros e estilo de vida própria. Entre os costumes destes povos conta-se o uso antigo (Castro, 1786.I, p. 232) de “*uma medicina empírica puramente experimental á maneira da do Egipto*”. Assim (loc. cit.), “*quando adoecia algum o levavão aos caminhos públicos, para que aqueles que passassem, pelas suas experiências em queixas semelhantes, lhe applicassem os remedios, de que nelas se servirão*”.

Quanto aos habitantes das montanhas, descreve Pereira (1878, p. 30): “*Todos estes montanhesees são sóbrios, bebem só água, deitam-se no chão; teem cabelos compridos e flutuantes à maneira das mulheres, mas, para combater, cingem a fronte com uma ligadura*”. Mais ainda (op. cit., p. 30): “*O seu principal alimento é a carne de cabra*” e nos seus sacrifícios ao Deus Marte (loc. cit.), “*imolam também bodes, e os prisioneiros de guerra e cavalos*”. Quanto à alimentação (loc. cit.), “*nas três quartas partes do ano o único alimento na montanha são as glandes de carvalho, que secas, quebradas e pisadas servem a fazer pão*”; bebem (op. cit., p. 31), “*uma espécie de cerveja feita com cevada*” e em vez de azeite, “*servem-se de manteiga*”.

Estas referências são completadas por Deserto e Pereira (2016, p. 63), que dão conta dos hábitos de guerra que incluem sacrifícios humanos (op. cit., p. 63) e o exame das “*entranhas das vítimas sem as extrair*”. Mais ainda, “*E fazem ainda predições através de entranhas de homens, prisioneiros de guerra, que cobrem com saios; em seguida, quando a vítima é golpeada pelo arúspice nas entranhas, adivinham em primeiro lugar a partir do seu modo de cair (depois, cortando as mãos dos prisioneiros, consagram as direitas como oferenda aos deuses*”. Completando esta análise fazem notar (op. cit., p. 65 – Nota 247): “*O padrão de vida dos montanhesees que Estrabão apresenta pressupõe a satisfação das necessidades biológicas de sobrevivência do ser*

humano, mas também práticas de convívio tradutoras de uma hierarquia social e geradoras de prazer” relacionadas com o isolamento em que vivem e com a tradição guerreira dos que não haviam sido submetidos à “*missão pacificadora e civilizadora do império romano no ocidente peninsular*” (op. cit., p. 66 – Nota 252) dos séculos anteriores.

Nesta relação de povos antigos, Estrabão dá ainda conta dos povos mais a norte (Alarcão, 1997, p. 22):

“Os últimos de todos (os povos) são os Artabros e habitam junto do Cabo que se chama Nério e é o extremo da costa ocidental e norte. Também os Célticos habitam próximo desse cabo e são aparentados com os que vivem junto do Anás (Guadiana). Diz-se que eles e os Túrdulos, durante uma expedição a estes sítios, se revoltaram após passarem o rio Límia, que depois da revolta e da perda do seu chefe, se dispersaram e se fixaram nesses lugares, e que, por essa razão, o rio recebeu o nome de Letes.”

O isolamento antigo de algumas das regiões do coração ibérico contrasta com as facilidades de relação da costa mediterrânica muito anteriormente ao incremento da navegação atlântica e ao movimento comercial estabelecido entre os povos meridionais e os das costas frias e nebulosas do norte Atlântico. Aquando do movimento de reconquista cristã o conjunto destes fatores foi determinante para a construção da nação e do estado português, para o desenvolvimento das atividades económicas, para a individualização dos traços fundamentais da geografia do território, da população e da sua evolução no tempo. Como escreveu Ribeiro (1977, p. 19),

“Uma nação é apenas um produto da História” ou seja (loc. cit.), *“um grupo de homens, unidos pela tradição comum, estabelecida, mantida e reforçada durante um longo passado de convivência, pela igualdade do falar, pela expressão dominante que entre eles tomam ideias e afectos, vive, ligado embora por estes traços morais, sobre um pedaço de solo”*.

Na sua evolução temporal os limites do antigo Condado Portucalense foram sucessivamente alargados, do Douro até Coimbra, por Fernando I de Leão, em 1064, doados por D. Afonso VI de Leão a sua filha e ao conde D. Henrique em 1093, como relata Calado (1998, p. 3): *“Coimbra com toda a terra teem o castello de Lonveira, que he hua legoa alem da Ponte Velha, com toda a outra de Viseu e Lamego, que seu padre dom Fernando e elle ganharão nas comarcas da Beira, e fez-lhe*

de todo condado, e a sua nomeação era condado de Portugal". Em 1128, D. Afonso Henriques reclama a independência desta área e progride com o avanço armado para o sul dando sequência ao processo de reconquista até à formação do reino de Portugal, independente em 1143. Para Silva (1868, p. 15), à medida que a expansão atingiu a Estremadura, continuando pelo Alentejo e Algarve, "*o novo poder, pactuando com os vencidos, afiançava livre existência aos que se submetiam ao domínio cristão*" permitindo a conquista da terra e a ocupação do solo. Tal como no país vizinho a designação de "*orla fronteriza más exterior (...) fue empleado por ambos pueblos para designar el sector de lucha de las guerras contra los moros y de esta manera conservo en ambos lados de la frontera política una signification territorial*".

À data, o reino de Portugal estava limitado à região de Entre-Douro e Minho, a Trás-os-Montes (Pery, 1875, p. 63), "*e a uma parte das Beiras, limitada por uma linha que passava em pouco ao sul de Soure, Miranda do Corvo, Arganil e Ceia*", sendo que o resto do território (loc. cit.) "*era dominado Al-Gharb, o qual se dividia em três províncias: 1ª Belata, cujas principais cidades eram Santarem e Lisboa; 2ª Al-Kassr, cujas principais povoações, no moderno Alentejo, eram, Évora, Beja, Alcaccer; 3ª Al-Faghar, cuja capital era Silves*". A conquista desta parte é tarefa que prossegue contra os mouros e os reis de Castela até meados do século XIII, ao tempo de D. Dinis, que alarga a extensão do reino às "*terras de além do Côa*" (op. cit., p. 64). A toponímia local conserva inúmeras referências à presença moura e mourisca decorrentes da presença de comunidades dependentes do Califado islâmico.

A diferente distribuição dos habitantes que povoaram em tempos diversos a antiga província da Lusitânia está descrita por Frey Bernardo de Brito (1597, p. 7), que com base nos escritos de Ptolomeu resume e assinala uma presença mais significativa de alguns deles cuja descrição, embora extensa, incluímos nesta parte do trabalho:

Desde a foz do rio Guadiana até ao Cabo de S. Vicente,

- "*Deixados os povos Curetes, em que fala Justino e o Bispo de Girona eram os povos que Ptolomeu chama de Turdetanos, diferentes dos outros que tinham o próprio nome e viviam em Andaluzia, os quais Tito Livio nota poucos guerreiros e havidos por tais entre nações de Espanha. Tiveram estes em sua Comarca muitas povoações grandes e que naquele tempo eram de muita conta em Espanha, como foram o Porto de Anibal, que é (como alguns querem) Vila nova de Portimão; Julia Mirtilis, que é Mertola, Balsa que hoje chamamos Tavira, Ossonoba, de cujas ruínas se fundou a cidade de Faro, algum tanto apartada do primeiro*

sítio e mais vizinha do mar. Nestes povos meteu Ptolomeu também Cetobriga, que é Setubal e Salácia que é Alcacer do Sal e ainda pelo sertão dentro, mete Pax Julia que hoje chamamos Beja”.

- “Seguião logo os Celtas, que ocupavam a província a que hoje chamamos Alentejo, nação famosa por armas e por muitos povos, e fortalezas que tinham dentro em suas Comarcas, do Meio dia continuavam com os Turdetanos, do Norte, com o rio Tejo, que os apartava dos Turdulos antigos, do Poente, tinham por vizinhos os Bárbaros e do Levante confinavam como os Vetões (...)”.

- “Os Barbaros, chamados de Florião do Campo, Sarrios, viviam naquele espaço de terra, que há desde a serra de Arrábida até Lisboa, donde tomou nome promontoriun Barbaricum, o que hoje chamamos Cabo de Espichel, do Nascente, confinavam com os Celtas, do Poente, com o mar Oceano, do Norte com o rio Tejo, do meio dia, com os povos Turdetanos, era gente fera, indómita e de muito pouca polícia (...)”.

- “Passado o rio Tejo, começava a Comarca dos Turdulos antigos, e se estendia até ao Douro (...). Foram estes Turdulos origem e princípio de todos os demais Turdulas, que viviam em Andaluzia, e dos Turdetanos do Algarve, e todos os mais, que tinham este nome, por cujo respeito se lhe deu o nome de Antigos. Era esta gente muito bem entendida, e tinha, como diz Estrabão, leis por onde se governava, escritas em verso de tempos antiquíssimos: tinham entre si muitas grandes cidades, quais eram Filippo, ou Faelicitas Julia, que he Lisboa, Scalabis, ou Jullium Praesidium, que he a vila de Santarem, Eburobricium, que alguns cuidarão ser Évora de Alcobaça, mas na verdade foi um lugar mais chegado ao mar, que hoje se chama de Alfeizarão.

- A cidade de Colipo, de cujas ruínas se levantou a fresca Leiria, na qual duram hoje muitos letreiros, que apuram a verdade. Seguiu-se logo Conimbriga, cidade principal, e muito bem fortalecida, como dão a entender as famosas ruínas, que se veem junto de Condeixa a velha e em seu lugar temos hoje Coimbra, assaz conhecida, e nomeada em toda a Europa. Havia mais a cidade de Eminio, junto de Águeda, que alguns creem ser Macinhata: Talabriga, de cujas ruínas se levantou a cidade de Aveiro, com muitas outras povoações (...). A meu parecer, Laconimurgi, que é Lamego, também cabia no distrito destes Turdulos, e Vaca, que alguns querem que seja Viseu (...).

- Pelo sertão contra o levante, continuaram estes Turdulos, com os Herminios,

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

habitantes da serra da Estrela: do Norte, com a corrente do rio Douro, do meio-dia, com o Tejo. Do Poente, com o mar oceano.

- *Os Pesures, de quem fala Plínio, e o letreiro da ponte de Alcantara, eram os que viviam da outra parte da serra da Estrela contra o Nascente, perto daquela comarca de Castelo Branco, e pela Estremadura até ao Tejo, e RibaCoa. Há muito pouca menção deles, fora dos dois lugares citados (...). Confinavam do Poente com a serra da Estrela, e do nascente com os Vetões, que ocupavam grande parte de terra (...). Os Vetões viviam (como prova o Mestre André de Resende), na parte, que os castelhanos chamam de Estremadura, eram avidos por gente da Lusitania, e compreendiam em si os povos Transcudanos, que hoje é comarca de Riba de Coa, e alguma parte de terra, que hoje pertence ao Reino de Castela.*

- *Os povos Interaminenses, Bracaros, Grayos, ou Gravios, todos ficavam no que hoje chamamos entre Douro e Minho. Havia nesta comarca povos muito celebrados, como eram Bracara Augusta, que he Braga, Portos Grayus, que é a cidade do Porto, Forum Limicorum, que é Ponte de Lima, Bebis, que é Neiva, Bretoleum, perto de Viana de Caminha, Cinania, que hoje está destruída, légua e meia de Guimarães. Os primeiros povoadores desta provincia foram os Gregos (...).*

- *Além destas cidades, havia pelo sertão dentro algumas outras, que naquele tempo convinham á jurisdição dos povos Astures, que são os Asturianos e agora ficam em Portugal na provincia, que chama Tras os Montes, como eram Aquas Flavias, que é a cidade de Chaves, Concium, que é Miranda do Douro e outras (...).*

- *É tão nomeada em Portugal a comarca da Beira, e tão pouco sabida a origem do seu nome (...) e só em Alladio e nas anotações do Bispo Pinheiro, achei algum rasto do que buscava, porque dizem, que os povos Beirões, que Estrabão pôe junto aos Celtiberos, entraram pela Lusitânia em tempo do Imperador Tibério, e povoaram uma parte dela, donde infere o Bispo, que a Provincia em que viveram, teve o nome de Beria, e depois Beira, e os beirões pelo decurso do tempo vieram com pequena corrupção a chamar-se Beirões. (...) Mas por agora fique esta Província metida em mãos dos Turdulos antigos (...).”*

De acordo com o acima transcrito e a juntar à diversidade da estrutura física do relevo, à sua distribuição e orientação e à cobertura e aproveitamento do solo, o espaço peninsular no seu conjunto surge como um xadrez de povos e de tribos locais, distintos nas suas tradições e hábitos de guerra, nas suas alianças e defesa de interesses territoriais, na sua ideia de mundo e da própria vizinhança, geradora

do espírito de solidariedade, comunidade e, também, de oposição. Assim o reconhecem os portugueses em relação aos seus vizinhos: “*De Espanha nem bom vento, nem bom casamento!*”³⁰; “*Portugueses pocos Y esses locos*”.

Quanto aos habitantes da antiga Lusitânia, a sua natureza e idiossincrasia aguerrida e pouco dada à submissão, foi reconhecida pelo domínio romano como sendo um “*povo que não se governa nem se deixa governar*”. Contudo terá sido durante esse período de permanência das tropas de Roma na península (INE, 1946. XXIV, p. 3) que “*a Lusitânia viveu em paz e prosperou no esplendor das suas cidades, na rede das suas estradas e no aproveitamento das suas riquezas minerais e agrícolas*”. Em tempo distinto e após (loc. cit.) oitocentos anos de “*guerras e depredações constantes*” as condições de existência ter-se-ão alterado levando a que Castro (1870. IV, p. 3) encontre na atitude aguerrida dos povos da antiga Lusitânia, a marca da sua originalidade: “*habitado de povos diferentes, independentes uns dos outros, e governados cada um por suas leis e costumes particulares leis raras, costumes singelos, ainda com a marca da natureza não contrafeita*”.

O mosaico de povos existentes neste território descrito pelo mesmo autor noutro dos seus trabalhos (Castro, 1762-63.I, pp. 225-233) leva-se a mais de meia centena, alguns deles referidos ao solo português, tais como³¹:

- Abobricenses – área de Chaves;
- Astures – Trás-os-Montes (Mineiros)
- Berones – Beira
- Bibalos – Minho – Vale do Bouro?
- Bracaros – Minho
- Calaicos: Bracaros em Trás-os-Montes e Lucenses, no Minho
- Celerinos – Barcelos?
- Celtas – Alentejo
- Curetes – Algarve
- Gravios (Gróvios) e Gronios – Minho
- Hermínios – Serra da Estrela
- Labricanos – Vale do Ave
- Lancienses – Beira

30. No sul do país este ditado evoca a natureza do vento Suão e aos casamentos reais entre descendentes reais, reforçado pela difusão da gripe espanhola, em 1918, a partir de Vila Viçosa e que alastrou rapidamente a todo o país.

31. Veja-se, também: Vasconcelos, J. L. (1928-1938). Opúsculos

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

- Limicos – Vale do Lima
- Lubenos – Minho
- Lusitanos – entre o Tejo e o Douro
- Nabassos – Freixo de Espada à Cinta
- Nemetates – Tás-os-Montes
- Ostidanienses – Cabo de São Vicente
- Sarrios – Serra da Arrábida
- Seurbos (Seurbi) – Braga
- Turdetanos – Algarve
- Turdulos: Antigos – entre o Tejo e o Douro: Lisboa, Santarém, Alfeizerão, Coimbra, Leiria, Aveiro, Lamego e Viseu; Modernos: a sul do Tejo
- Turolos – S. Martinho de Lanhas
- Vacceus – entre Coimbra e Porto
- Vetones – Estremadura

Complementarmente regista o autor (op. cit., p. 233) que *“todos estes, ou os mais deles, independentes uns dos outros se governavam conforme as leys, e costumes particulares, que tinham (...)”*, os descendentes de Tubal (op. cit., pp. 224-225), *“formando distintas espécies de pequenas Repúblicas”* foram dominados pelos povos mediterrânicos durante vários séculos. Depois da queda de Roma por ação das invasões de povos residentes fora das suas fronteiras - chamados bárbaros - no início do século V, em 411, os Vândalos (de origem germânica oriental), os Suevos (de origem germânica, ocidental) e os Alanos (de origem europeia (Castro, 1762.I, p. 255) *“depois de terem saqueado Roma e destruído parte de França, invadirão nossas terras”* atravessam os Pirinéus e atingem as terras peninsulares.

Para Ribeiro (1987, p. 31) os bárbaros, além de serem pouco numerosos, *“haviam sofrido já o influxo da civilização romana, cujos moldes essenciais passarão a adoptar”*. Assim (loc. cit.), *“a organização da monarquia visigótica é apoiada nas cidades, caminhos e grande parte das Instituições do Império romano”*. Mais ainda (op. cit., p. 44), é do tempo dos Suevos e Visigodos a *“organização eclesiástica”* em que assentam os bispados e os *“territórios das cidades ‘restauradas’”* que fazem parte das dioceses cristãs. No território ibérico os Suevos fixaram-se na ‘Gallaecia’; os Alanos na Lusitânia e parte dos Vândalos na Bética onde acolheram, por volta de 419, os Vândalos e os Suevos que haviam escolhido previamente a ‘Gallaecia’, tornando-se o povo dominante da faixa ocidental da Península Ibérica.

Por sua vez em 419, os Visigodos, vassalos de Roma, criam um reino próprio no nordeste e tendem a estender os seus domínios peninsulares por ação do rei Recáredo, convertido ao Catolicismo em 587. Com o domínio sobre os outros bárbaros já estabelecidos na antiga Ibéria e a fixação da capital do reino em Toledo, desenvolvem a sua ação até à invasão moura de Tarique, em 711, que de forma rápida estendeu-se a todo o território depois da derrota do rei Rodrigo na batalha de Guadalete e a criação, em 756, do governo Omíada na cidade de Córdoba, capital do Al Andalus. Do lado português a ocupação alcança o vale do Douro onde escravos e servos adquirem o estatuto de “liberdade” convertendo-se à nova religião. Os proprietários, pagando o tributo religioso, podiam continuar as práticas religiosas do Cristianismo, aceite pelo regime feudal.

No conjunto de povos que integram o substrato étnico da nossa população contam-se ainda os Hispano-godos que participaram na reconquista, os Moçárabes, descendentes dos primeiros que aceitaram o domínio árabe (INE, 1946. XXIV, p. 4) “*e a quem este permitiu, sob determinadas condições, a prática da religião Cristã*”, os Sarracenos, cativos dos cristãos e residentes nas terras reconquistadas e os Judeus (cf. Oliveira, 1956, p. 25). A presença deste povo na antiga Ibéria está relacionada com a diáspora dos antigos hebreus para Ocidente desde a destruição do primeiro Templo de Salomão, em -587 a.C. pelo rei da Babilónia, Nabucodonosor II e, mais tarde, pelo general Tito, no ano 70 d.C.

Aquando da grande revolta judia esta terra foi procurada pelos Judeus, povo que no seu exílio acabou por se fixar em diversos centros da bacia do Mediterrâneo, na antiga Grécia, em Alexandria e noutros locais da costa africana dominados pelo comércio marítimo com Cartago. O mesmo foi registado na Europa meridional, em Roma, onde os descendentes dos antigos hebreus acabaram por se fixar depois da destruição de Cartago no final das Guerras Púnicas (séc. III a.C.), na foz do rio Ródano e certamente em centros de comércio situados na fachada mediterrânica meridional do continente europeu conjuntamente com os mercadores levantinos já aqui estabelecidos aquando da chegada dos romanos.

Para além destas notas importa evocar a construção remota de colónias judias nesta parte da península e a sua extensão a outras regiões ligadas ao comércio. Esta ter-se-á acentuado durante o período de revoltas do povo judeu contra a ocupação romana, no decurso do primeiro século da era Cristã e, sobretudo, depois da destruição definitiva do templo de Jerusalém pelos soldados de Adriano,

imperador romano, no ano de 135 d.C. Esta presença está associada às deslocamentos do apóstolo de Cristo, Tiago Maior, à comunidade de crentes aqui residente, descrita no texto da Epístola de Paulo aos Romanos (XV: 24 e 28) onde assinala: *“quando me puser a caminho para Espanha, espero que, de passagem, vos verei, e que serei acompanhado por (alguns de vós) até lá, depois de ter gozado em parte a vossa companhia (...). Quando eu, pois, tiver cumprido isto, e lhes tiver feito entrega deste fruto, partirei para Espanha, passando por vós”*.

A este respeito Vasconcelos (1928.I, p. 340) confirma a sua existência na antiga Hispânia pelo menos desde o século III: *“ora perseguidos, ora tolerados, os judeus exerceram grande influência étnica e social nos estados peninsulares”*, apontando a existência de uma Sinagoga em Santarém ao tempo da conquista desta cidade. Contudo, como assinala Martins (1981, p. 109), *“(...) os Judeus não eram portugueses. Para se ser português, era necessário ser-se católico. Os Judeus viviam como nação à parte, tolerados apenas, em grêmios isolados materialmente, e com legislação que os mantinha fora da sociedade cristã”*. Conjuntamente com esta situação justifica-se a designação hebraica de “Sefarad” ao território hispânico, onde, talvez desde o século VII a.C. residiam comunidades de judeus nascidos no futuro solo de Espanha e de Portugal. Esta última nota decorre do texto da Bíblia de Jerusalém³² que inclui a profecia de Abdias (versículos 20-21)³³, no qual aponta o destino dos povos do “novo Israel”: *“Os exilados (...) dos filhos de Israel, tomarão posse do país de Canaã até Sarepta, e os exilados de Jerusalém, que estão em Safarad, tomarão posse das cidades do Negueb”*.

O recurso a fontes já descritas, nomeadamente ao artigo de Rodrigues (2006, p. 27) que dá conta, no século IV – por altura do Concílio de Elvira (entre 300 e 312 d.C.) -, da importância da comunidade judaica que *“mantinha uma relativa importância no território, que deve ter-se reforçado com a emergência do cristianismo e a consolidação da importância deste no Império”*. Comprova-o o ditado popular: *“andar sempre com o Credo na boca”* ou seja, a recitação exigida aos judeus depois da conversão - “Cristãos novos” -, imposta pela Inquisição. O seu encontro com os outros povos do Mediterrâneo já aqui residentes, nomeadamente com as comunidades judias radicadas há vários séculos fora da sua região de origem, pode

32. A Bíblia de Jerusalém (2016). Lisboa: Paulus

33. Abdias (ou Obadias): Profeta do Antigo Testamento que terá vivido no tempo do Exílio e da queda de Jerusalém (-587 a.C.)

resumir-se, depois da sua última diáspora no decurso dos primeiros dois séculos da era Cristã, à cronologia seguinte:

- Ano de 70, quando após o domínio da Judeia pelos romanos no ano de 63 a.C., este povo deu início a uma revolução contra o exército invasor de que resultou a destruição do Templo de Salomão em Jerusalém, a morte e a redução à escravatura dos sobreviventes;

- Ano de 135 por ocasião de nova revolta judia em que os sobreviventes foram expulsos da Judeia que passou a ser designada por Palestina.

A presença deste povo no Condado, antes e depois da sua fundação, está descrita por Vasconcelos (2007.IV, pp. 65 e ss), bem como as perseguições que frequentemente eram movidas pelos habitantes mais antigos contra estas comunidades que se foram formando, ainda na primeira dinastia, como património do Rei. Já depois da constituição do Condado Portucalense e até finais do século XV, estas comunidades mantiveram-se radicadas no território peninsular. De Espanha foram expulsas em 1492, no reinado de Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela – os “reis Católicos” - através do “Decreto de Alhambra”, e de Portugal - onde muitos se haviam recolhido depois a publicação do édito espanhol - por D. Manuel I, em 1496. Da sua vida entre nós destaca-se o acolhimento régio que obtiveram devido, fundamentalmente, à prosperidade dos seus negócios e ao tesouro recolhido; a sua ação em diversos ramos de atividade, nomeadamente no comércio e nos domínios da matemática, da astronomia e como físicos ou médicos, nomeadamente na corte régia. A tradução do “*Almanach Perpetuum*” da língua original, o hebraico, para o latim, serviu para o aprofundamento da exploração marítima levada a cabo pelos navegadores portugueses. No domínio religioso destaca-se a pregação e a obrigatoriedade de conversão dos novos povos, à religião católica dominante.

Para além deste conjunto étnico e dos outros já assinalados que constituem o substrato gentílico da população portuguesa, referimos a população Mourisca que aqui se fixou depois da invasão islâmica e que se manteve no solo português até à reconquista Cristã. Com este movimento uns mantiveram o cativo decorrentes da guerra, outros terão regressado à “*terra de Agarenos*” (Vasconcelos, 2007.IV, p. 301), ou obtido, desde o tempo de Afonso Henriques, a devida “alforria”.

Outro grupo étnico há muito residente entre nós é a população Cigana, assim descrita por Vasconcelos (op. cit., p. 353): “*Vindos do Egipto ou do Próximo*

oriente, espalharam-se os Ciganos pela Hungria, Boémia, Rússia e Balcãs, passando em seguida a outros países do Ocidente". Tendo alcançado a Catalunha na primeira metade do século XV (op. cit., p. 354), acrescenta o autor: "*Pedro de Azevedo, que muito lidou com documentos concernentes a Ciganos, indica a segunda metade do séc. XV como data provável do seu aparecimento em Portugal*", irradiando para outros locais nas suas deslocações ou constituindo núcleos de referência no Alentejo, na Estremadura e depois noutras áreas do território nacional. Deles consta a sua participação na restauração da coroa portuguesa em 1640 e na defesa das fronteiras posteriormente a esse acontecimento.

Em trabalho do princípio de Setecentos, Freire (1739, p. 20) descreve no seu conjunto, a população nacional:

"São os portugueses de coração benigno, de corpo robusto, de ânimo generoso, no vestido modestos, graves nos costumes, nos conselhos cautos, na Religião constantes, na conversação afáveis, na mesa sóbrios, no trato agasalhadores, e cortezes, particularmente com o outro sexo (...) e magníficos, e na fidelidade, e amor a seus Principes únicos entre todos os vassalos do mundo".

Depois de outros considerandos, assinala (loc. cit.): "*Não são menos próprios para todas as artes liberaes, e mecânicas, para todas as sciências, particularmente as especulativas, para cujo estudo tem duas Universidades em Coimbra, e em Évora (...)*".

Terminamos com uma transcrição de Vasconcelos (1928.I, p. 374-375) sobre a diversidade da população de Lisboa em meados do século XVI³⁴: "*na população de Lisboa, não incluídos uns 8:000 Italianos da freguesia do Loreto, existiam, na população total de umas 100:595 almas: 9:950 escravos; 3:800 estrangeiras 'estantes' ou residentes; 3:369 estrangeiros adventícios*". Tal confirma a presença de outras nacionalidades e etnias no solo português na sequência das explorações marítimas e do comércio internacional estabelecido na capital e noutros portos onde, desde cedo, veio a constituir-se (Sérgio, 1979, p. 6) "*uma burguesia cosmopolita, oposta na mentalidade e nos interesses aos senhores rurais do interior*" com consequências sobre a evolução futura. Na mesma linha de pensamento expressa-se Ribeiro (1977, p. 17), que adianta ser a mesma existente não só nas cidades portuárias, mas ligada "*a um surto de desenvolvimento da indústria, das feiras e do negócio em geral*".

Os dados dos censos dão conta do processo de alargamento das áreas urbanas

34. Baseado em "O Summario de Lisboa", de Cristóvão Rodrigues de Oliveira em 1551

que contribuíram para o fortalecimento das assimetrias regionais e a construção de uma “sociedade dualista”, da estruturação das elites e de franjas sociais empobrecidas, da participação pública e consciência cívica decorrente da participação nas eleições democráticas, das exigências dos direitos humanos e respeito pelos cidadãos.

II

POVOAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A apresentação dos traços físicos dominantes no território da península ajuda-nos a compreender algumas das particularidades do solo pátrio relacionadas com a construção da nossa matriz identitária, que tem por base a população nativa e os povos que sucessivamente vieram a fixar-se em diversas áreas no extremo oeste do continente europeu ocupado por Espanha e Portugal. De acordo com Martins (1908 - Os Lusitanos), *“as diversas populações da Hespánha, individualizadas sim, formam, contudo, no seu conjunto, um corpo ethnológico dotado de caracteres geraes communs a todas”*. Já, Vasconcelos (1928.I, p. 339) considera que tal resulta da junção de *“elementos étnicos primordiais ou fundamentais (...) pré-históricos e proto-históricos (uns e outros muito variados e misturados), aos quais no processo do tempo se agregaram elementos romanos (igualmente muito complexos) e germânicos”*. Por sua vez, Alarcão (1997, p. 26-27) assinala que a formação de domínios territoriais, assente em fronteiras naturais e políticas foi sendo estruturada ao longo de séculos com o contributo de povos distintos que estão na origem da matriz antropológica, étnica e civilizacional da nossa população. Entre estes destacam-se os Lusitanos, *“população indo-europeia pré-céltica”* que *“teriam vivido num estado de guerra constante, motivado pela pobreza dos solos (...), desciam com frequência, talvez anualmente, sobre as terras mais ricas e civilizadas da Andaluzia”*.

A construção da rede de povoamento em solo português foi um processo lento, assente na disputa pela posse da terra, das suas praças e atalaias, dos centros de poder já constituídos e destruição dos núcleos de menores dimensões em razias e marchas de guerra. Tal evoluiu de forma distinta antes e depois da constituição do condado e do reino de Portugal, ficando associada nos primeiros anos e, sobretudo, depois da constituição deste, à organização religiosa e administrativa estruturada em torno das paróquias e dioceses e depois da instauração da monarquia ao monarca Afonso Henriques e à sua descendência. Justifica-se por isso que atendamos à sua configuração física antes de nos debruçarmos sobre a diversidade de núcleos de povoamento, cidades e vilas mais importantes, que se foram ampliando desde o século XII.

1. CONSTRUÇÃO DO REINO

Como foi assinalado a construção identitária da nação portuguesa assenta numa matriz genética continental de origem europeia, com a participação de diferentes populações agrupadas em tribos que se fixaram e cresceram desde os tempos pré-históricos nesta parcela meridional do velho continente e, simultaneamente, na mais ocidental das terras atlânticas separadas de África pelas colunas de Hércules, a Península Ibérica. Neste cenário a sequência de invasões próximas do início da era Cristã, marcadas pelo domínio e permanência dos exércitos de Roma desde o início das guerras Púnicas (-218 a.C.), consolidação do governo e organização administrativa até ao século V, a qual deixou numerosos vestígios de natureza civilizacional e linguística que fazem parte do património cultural do nosso país e sociedade.

Diversos traços de natureza geográfica e humana são apontados como reflexo da romanização do solo português que depois deste domínio acolheu outros povos oriundos da bacia do Mediterrâneo representados pelas migrações islâmicas. Estas tiveram início nos finais do século VIII, após a viagem de Maomé de Meca para Medina – Hégira, ano de 622 - e da expansão territorial ditada pela doutrina Maometana. A sua entrada na península, em 711 e a progressiva expansão para norte e penetração na Gália, onde foram vencidos por Carlos Martel, em 732, é acompanhada do estabelecimento da população berbere em toda a faixa ocidental e pela revolta de Pelágio e batalha de Covadonga, nas Astúrias, que marca o início da reconquista cristã nesta parte do continente europeu e a formação dos reinos cristãos do Ocidente.

A fixação dos Mouros a sul do Douro constitui, antes do final do século VIII, o limite setentrional da sua presença no futuro território nacional. Do lado de Castela as lutas continuam intensas em Aragão e Leão, estendendo-se ao sul da fachada mediterrânica mais guarnecida pelas forças islâmicas. Como assinala Ribeiro (1987, p. 31) a invasão muçulmana, sobrepondo-se aos vestígios das anteriores civilizações, “*contribuiu para que se desenhasse um contraste entre um Portugal mourisco, meridional, e um Portugal românico, setentrional. Românico, não porque o cunho romano aí tivesse sido mais impresso, mas porque o fugaz domínio árabe menos se faz sentir*”.

No decurso deste período as Algaras em áreas dominadas pelos islamitas tor-

nam-se frequentes por parte dos exércitos católicos do norte peninsular: em 796 Afonso II, das Astúrias, alcança a cidade de Lisboa e em 839 ataca a cidade de Viseu; cerca de 864 é reconquistada a cidade do Porto e restabelecido o povoamento na região de entre Douro e Minho; antes do final desse século, em 889-890, é conquistada a cidade de Coimbra e no início do século X, em 914, procede-se à reconstrução das muralhas de Évora. No interior do país as cidades de Lamego e de Viseu são conquistadas em 1056 e menos de uma década depois, em 1063-64, o “*Papa Alexandre III prega a 1ª Cruzada na Península Ibérica*” (Mácias e Torres, 1998, p. 20). Destas cidades Lamego constitui um importante nó de relação com o interior devido às ligações que seguiam para Alcântara e daí para outras cidades do meio-dia. A sua localização no caminho de Santiago permite-lhe ainda ligação ao noroeste peninsular.

As lutas internas registadas após a morte de Maomé e a transferência de poder entre os seus herdeiros de sangue e outros seguidores, estiveram na origem da constituição de diferentes Califados – dominados por dinastias familiares - entre eles o Califado Omíada de Córdova que passou a dominar o Al-Andalus, situação que durou até ao ano de 1031 quando da morte do califa Almanzor e da fragmentação do território sob seu domínio em pequenos reinos. Para Lautensach (1967, p. 187), “*El número de árabes que vivieron en ella fue siempre pequeño, pero fue renovado constantemente por inmigrantes procedentes de Siria y del Yemen y, más tarde, de Marruecos*”.

A geografia da ocupação árabe da Península Ibérica neste período assenta na ocupação da bacia do mar Mediterrâneo e pela parte meridional do futuro território nacional, em particular do Algarve à bacia do Mondego, que ao tempo de Almançor fixou os limites dos seus domínios na bacia deste rio. A este respeito diz-nos Caldas (1998, p. 58): “*A ‘fronteira’ do Mondego tantas vezes tentada e perdida pelos Cristãos do Ocidente, passou a constituir, com seus Moçárabes tolerados e Colonos Persas, Sírios e Egípcios, o grande espaço agrário de ligação entre os Mundos peninsulares Cristão e Maometano, no litoral do Ocidente*”, levando ao florescimento de Coimbra e do seu interior.

No cenário de uma Europa feudalizada as migrações internas ligadas à reconquista e ao povoamento dos novos estados, bem como as migrações externas associadas à pregação para a defesa dos lugares sagrados do cristianismo, surgem nos finais do século XI na Europa como forma de repor o domínio cristão no velho

continente e nos lugares sagrados para esta religião. Tal movimento decorre, também, da invasão peninsular no início do século VIII, pelos Berberes, obrigando os Visigodos a recuar até às Astúrias onde se refugiaram. Estes movimentos tiveram reflexo na agricultura, reduzindo-a, dada a instabilidade nos campos e mesmo na vida das cidades devido aos modos de vida mais austeros dos povos do norte.

Aquando da entrada de Tarique, em 711, a conquista das cidades de Córdova e de Toledo levou à queda do reino visigótico e à penetração para o interior. Sobre este processo uma vez conquistada a Espanha, relata Caldas (1998, p. 53) que o primeiro governador do Al-Andaluz, Muça,

“(...) dividiu o território da Península entre os militares que vieram à conquista, da mesma maneira que distribuirá entre os mesmos os cativos e de mais bens móveis colhidos como presa. Então deduziu um quinto das terras e dos campos cultivados, do mesmo modo que deduzira antes o dos cativos e objectos móveis. Dos cativos escolheu cem mil dos melhores e mais jovens e mandou-os ao Emir dos Crentes (...) mas deixou os outros cativos que estiveram no quinto, especialmente camponeses e meninos, adstritos às terras do quinto, a fim de que as cultivassem e dessem o terço dos seus produtos ao Tesouro Público. Eram estes a gente das planícies e chamou-se-lhes quinteiros; e a seus filhos os filhos dos quinteiros (...)”.

A progressão mourisca até à Gália, seguida do início da reconquista cristã nas regiões habitadas pelos Visigodos, iniciada em 734 e concluída com a conquista do reino do Algarve em 1249, termina em 1492 com a conquista do reino de Granada por Isabel e Fernando II de Aragão. Esta presença deixou no território nacional um património cultural diversificado onde se inclui um vasto reportório de histórias e de lendas populares, a que se associam (Caldas, 1998, p. 54) *“o sítio e a memória das mourarias urbanas e das colonizações rurais de saloios como os dos arredores de Lisboa, e dos quinteiros do Algarve”*, os restos de muralhas defensivas fortalecidas durante a reconquista, muitos termos de origem árabe e testemunhos de uma cultura fortalecida pela sua permanência em toda a Ibéria. Com o incremento da reconquista e a tomada de Coimbra, no início do século XI, foi então (op. cit., p. 58)

”Nomeado Conde o Moçárabe Sesnando, nascido em Tentúgal, assimilado no Mundo Islâmico e depois convertido à Cruz na fronteira aberta do Mondego. Talvez, com as searas de arroz do Oriente a ondularem ao vento nos campos margi-

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

nais, e à sombra das laranjeiras, talvez, Cristo, hereticamente contemplado como Profeta, e Maomé, andassem os dois, afinal Mensageiros do mesmo Deus na simplicidade da imaginação dos Crentes, por ali, com os Camponeses, lado a lado”.

Mais a sul a cidade do Tejo prepara-se para acolher o auxílio das armadas cristãs – Cruzadas - oriundas das ilhas britânicas e dos reinos do norte e do ocidente europeu, que prosseguem a rota atlântica e mediterrânica para ajudar na defesa dos lugares santos ocupados inicialmente pelos islamitas e a partir do final do século XI pelos turcos Seldjúcidas. Este movimento pregado pelo Papa Urbano II em meados desse século, incitara não só a defesa dos lugares santos de Jerusalém, como o movimento de reconquista no continente europeu, auxiliado por estes peregrinos armados do norte da Europa que apoiaram os primeiros monarcas portugueses na tomada de Lisboa e Almada, Alcácer do Sal, Alvor, Silves e Faro. Nestes locais como nas cidades conquistadas de Coimbra, Santarém e Lisboa a permanência árabe havia promovido a agricultura e a disseminação das espécies e de técnicas de regadio e outras práticas agrárias, base de sustentação dos seus habitantes. A este respeito assinala Caldas (op. cit., p. 61): *“os camponeses continuavam a encontrar boa parte da sua subsistência no espaço mais vasto intercalar onde se depara com o rio, o pântano, o paul ou charco, a floresta e as brenhas que oferecem a quem queira ou possa tomá-las, largas reservas de peixe, caça, mel e outros alimentos de ocasião”.*

De acordo com Valério (2001.I, p. 13) a submissão do solo que hoje faz parte da nação portuguesa e cujo desenvolvimento assenta na atividade agrícola e pastorícia, no comércio e exploração mineira, teve a sua origem no primeiro Condado de Portugal (868-1071), que *“correspondia ao actual território do Continente entre o rio Lima e o rio Douro”*; segue-se o Condado de Coimbra (878-981 e 1064-1093), que *“correspondia ao actual território do Continente entre o rio Douro e a cordilheira central, com exclusão da região de Ribacoa”*; o segundo Condado de Portugal (1096-1043) abrange *“inicialmente ao actual território do Continente entre o rio Minho e a cordilheira central, com exclusão da região de Ribacoa”* e, finalmente, o Condado de Portugal (consolidado entre 1143 e 1249) que deu origem ao reino de Portugal, independente de Leão e formado pelos *“estados muçulmanos vizinhos (...) a sul da cordilheira central e a região de Olivença”*.

Uma nota de Balbi (1822.I, p. 62) sobre a evolução do reino lusitano assinala que *“Un peuple qui veut être libre ne manque jamais de l'être”*, circunstância que

tem sido afirmada em diversos momentos da história pátria e que acompanha a construção do território nacional, do sistema político e da sociedade. Recuando no tempo, aspetos da geografia peninsular relativos ao início do 1º milénio recolhidos por El-Idrisi (Jaubert, 1840), dão conta da ocupação humana da Hispânia, banhada a ocidente pelo oceano Tenebroso que a limita a ocidente e de onde emana o mar da Síria ou Mediterrâneo. A descrição deste mar interior (op. cit.) é a seguinte: *“C’est là qu’est situé le pays Andalous que les chrétiens appellent Espagne ou presque île d’Andalous, attendu que sa forme triangulaire se rétrécit du côté de l’orient au point de ne laisser entre la Méditerranée et l’Océan, qui l’entourent (...)”*.

Sobre os traços gerais do oceano regista o autor (op. cit., p. 2):

“Dans cet Océan un grand nombre d’îles, soit habitées, soit désertes; mais aucun navigateur ne se hasarde à le traverser ni à gagner la haute mer; on se borne à côtoyer, sans perdre de vue les rivages. Les vagues de cette mer, hautes comme des montagnes, bien quelles s’agitent et se pressent, restent cependant entières et ne se brisent (littér, ne se fendent) pas. S’il en était autrement, il serait impossible de les franchir”.

Acerca do território do continente a sua atenção vai para a descrição genérica de Espanha (op. cit., p. 12):

“Nous disons donc que l’Espagne forme, dans la plus grande extension de ce terme, un triangle. Elle est, en effet, bornée de trois côtés par la mer, savoir: au midi par la Méditerranée, à l’ouest par l’Océan, et au nord par la mer que les chrétiens nomment mer de Galice. Elle s’étend en longueur depuis Keniset el-Gborab (le cap Saint-Vincent ou l’église du Corbeau), situé sur l’Océan, jusqu’à la montagne dite Heïkel el-Zahira (le temple de Vénus ou le cap de Creuz près Collioure) sur une distance de onze cents milles, et en largeur depuis l’église de Saint-Jacques (de Compostelle) située sur un cap de la mer de Galice (le cap Finistère), jusqu’à Alméria ville située sur les bords de la Méditerranée, sur un espace de six cents milles”.

A referência principal desta parte da Ibéria vai para a cidade de Toledo (op. cit., p. 13): *“La ville de Tolède était, du temps des chrétiens, la capitale de l’Espagne et le lieu de la résidence de ses rois. On y trouva la table de Salomon, fils de David, ainsi qu’un grand nombre de raretés qu’il serait trop long d’énumérer”*, designada como capital do reino e linha divisória do mesmo (op. cit., p. 13): *“Le pays situé au sud des monts Charrat se nomme Espagne; (...). A l’époque actuelle encore, le sultan des*

chrétiens des deux Castilles et de l'Andalousie, qui composent ce qu'on nomme l'Espagne, fait sa résidence à Tolède". Daí controla (op. cit., p. 13) "*diverses provinces, diverses régions cultivées, et un grand nombre de villes*" que fazem parte deste relato.

As povoações principais que dizem respeito ao futuro reino de Portugal mencionadas nesta descrição são as seguintes (op. cit., p. 14):

- "*Hissn el-Cassr (Castro Marin)*" e do lado ocidental (op. cit., p. 15):
- "*Alfaghar où sont: Santa-Maria (Santa-Maria de l'Algarve), Martela (Mertela), Chelb (Silves), et diverses autres*";
- "*Belath, où est la ville du même nom et Medellin; puis la province de Belatha où sont: Chancharin (Santarem), Lichbona (Lisbonne) et Cintra (Cintra)*".

Como exemplo, descrevem-se as principais cidades de Al-Andalus e as distâncias entre elas:

- "*Séville* (op. cit., p. 21) e um conjunto de outras povoações, a saber (op. cit., p. 17): "*2° le château de Mertola si connu par la bonté de ses fortifications (...); De là à Tahira à proximité de la mer, 14 milles. De Tahira à Santa-Maria dei-Gharb 12 milles. Cette dernière ville est bâtie sur les bords de l'Océan, et ses murs sont baignés par le flot de la marée montante (...); De la ville de Santa-Maria à celle de Cbelb (Silves en Algarbe), 28 milles. Cbelb (Silves), ville bâtie dans une plaine, est entourée de murs et défendue par une citadelle. (...). Sa population ainsi que celle des villages environnants se compose d'Arabes de l'Émen et autres, qui parlent un dialecte arabe très-pur*".

A dimensão da cidade de Silves impressionou o autor que a seu respeito escreve (loc. cit.): "*La ville est jolie et l'on y voit d'élégants édifices et des marchés bien fournis. Sa population ainsi que celle des villages environnants se compose d'Arabes de l'Émen et autres qui parlent un dialecte arabe très-pur; ils savent aussi réciter des vers, et sont en général éloquents et habiles.*"

No extremo sul atlântico situa-se o cabo de São Vicente, "*qui s'avance dans l'Océan*", a norte a cidade de "*Alcassar*" e na foz do Tejo, a cidade de Lisboa. A primeira:

- "*Est une jolie ville de grandeur moyenne, bâtie sur les bords du Chetauir / grand fleuve qui est remonté par quantité d'embarcations et de navires de commerce. (...). Le pays, naturellement très-fertile, produit en abondance du laitage, du beurre, du mil et de la viande de boucherie. D'Alcassar à la mer on compte 20 milles, et d'Alcassar à l'Ebora (Evora), 2 journées. Cette dernière ville est*

grande et bien peuplée. Entourée de murs, elle possède une Cassaba (ou château fort), et une grande mosquée. Le territoire qui l'environne est d'une fertilité singulière; il produit du blé, des bestiaux, toute espèce de fruits et de légumes. C'est un pays excellent où le commerce est avantageux soit en objets d'exportation, soit en objets d'importation".

- Em relação à cidade do Tejo, indica: *"Lisbonne est bâtie sur le bord d'un fleuve qu'on nomme le Tage ou fleuve de Tolède; sa largeur auprès de Lisbonne est de 6 milles, et la marée s'y fait ressentir violemment. Cette belle ville s'étend le long du fleuve, est ceinté de murs et protégée par un château fort. Au centre de la ville est une source d'eau chaude en été comme en hiver".*

A descrição desta cidade merece especial atenção do autor (op. cit., p. 26):

- "Située à proximité de la mer Ténébreuse (ou de l'Océan, cette ville a vis-à-vis d'elle, sur la rive opposée et près de l'embouchure du fleuve, le fort d'el-Ma'aden ou de la Mine (Almada), ainsi nommé parce qu'en effet la mer jette des paillettes d'or pur sur le rivage. Durant l'hiver les habitants de la contrée vont auprès du fort à la recherche de ce métal, et s'y livrent avec plus ou moins de succès, tant que dure la saison rigoureuse. C'est un fait curieux dont nous avons été témoins nous-mêmes."

A viagem desta povoação até Santarém e a descrição desta cidade fazem parte do mesmo relato (op. cit., p. 29): *"De Lisbonne, en suivant les bords du fleuve et en se dirigeant vers l'orient, jusqu'à Chantarin (Santarem), on compte 80 milles. On peut s'y rendre à volonté par terre ou par eau. Dans l'intervalle sont les champs dits de Belat. (...)".* Outra ligação a cidades portuguesas é feita a partir de Mérida (Estremadura), com referência (op. cit., p. 25-26) a Coimbra:

- "Coria est maintenant au pouvoir des chrétiens. C'est une 'ville forte, ancienne, bien bâtie, entourée d'un territoire extrêmement fertile, qui produit en abondance des fruits, et surtout des raisins et des figues. De là à Colimria (Coimbre) on compte 4 journées. Cette dernière ville est bâtie sur une montagne ronde, entourée de bonnes murailles, fermée de trois portes, et fortifiée en perfection. Elle est située sur les bords de la rivière de Mondic (Mondego), qui coule à l'occident de la ville vers la mer, et dont l'embouchure est défendue par le fort de Mont Maior (Montemor), et sur laquelle sont des moulins. (...)".

Sobre a cidade de Coimbra, regista o autor (op. cit. p. 227):

- "De Colomria à Santarin (Santarem), on compte 3 journées, en se dirigeant

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

vers le sud. De Colomria à la mer, vers l'occident, 12 milles. C'est là qu'est l'embouchure du Mondic, rivière auprès de laquelle il existe un château très-fort, nommé Mont-Mayor, bâti sur les bords de la mer 'et entouré de terrains fertiles. Voici l'itinéraire de Colomria à Sant-Iacoub (Santiago de Compostella): si vous voulez vous y rendre par mer, en partant du fort de Mont-Mayor, vous allez à l'embouchure du Nabr-Boudbou (le Rio-Vadeo), rivière navigable sur la frontière du Portugal, 70 milles".

A parte da descrição do norte de Portugal ocorre juntamente com a de Espanha onde se lê (op. cit., p. 228): “*Le Portugal est un pays florissant, couvert d'habitations, de places fortes et de villages contigus. On y élève des chevaux; on y trouve des guerriers ardens à faire des incursions chez leurs voisins, et qui n'ont nul besoin de leur secours. (...)*”.

A descrição geográfica de El-Idrisi sobre esta parte da Europa meridional não refere a luta ao tempo travada entre as forças cristãs de Castela e de León contra os Almorávidas que dominavam o ocidente peninsular. O relato posterior conta com a ação do primeiro monarca português, Afonso Henriques, ao deslocar a capital do seu condado de Guimarães para Coimbra, em 1131 e o lançamento do processo de reconquista até à “linha do Tejo”, consubstanciada na conquista de Lisboa aos mouros, em 1147. Esta posse acompanha-se de um conjunto de incursões no território almorávida a sul da bacia do Mondego - nomeadamente no sul, entre Badajoz e Sevilha no que ficou conhecida por “batalha de Ourique” - consolidando a posse de fortificações de defesa como Leiria (1135) e Santarém, antes de alcançar a conquista da cidade de Lisboa onde foi auxiliado por Cruzados.

Depois das expedições conduzidas através do interior do continente europeu e em articulação com as expedições marítimas operadas a partir dos portos do Mediterrâneo até Jerusalém, o envolvimento dos reinos do norte da Europa após a conquista de Edessa pelos muçulmanos, em 1144, esteve na origem de uma numerosa expedição guerreira oriunda de França, Alemanha e Inglaterra conduzida em águas do Atlântico: antes da sua entrada no Mediterrâneo pelo estreito de Gibraltar: a primeira Cruzada. Como se assinala no Capítulo III da obra de Abon (Coord. - 2006.XI, p. 58)

”É evidente que, de certa forma, as Cruzadas constituem mais uma das manifestações do ‘auge da Europa’, depois do século XI. A segurança europeia, uma vez passada a tormenta das ‘segundas invasões’, o renascimento do comércio e das viagens em geral, incluindo as peregrinações religiosas (a Santiago de Composte-

la ou à Terra Santa), e o aumento da população, são factores que fundamentam a expansão da cristandade no Oriente”.

Conjuntamente com a situação anterior as lutas internas que acompanham a expansão do Islão no próximo Oriente dão lugar à manifestação de poder dos turcos Seldjúcidas, vindos da Tartária, que a partir de meados do século XI (op. cit., p. 60), *“suplantaram os califas abássidas, derrotaram sem paliativos o exército bizantino na batalha de Manzikert (1071) e conquistaram Jerusalém e a Síria aos fatimidas do Egipto. Em poucos anos constituíra-se o ‘Império seljúcida’ numa área que se estendia do mar Egeu ao Afeganistão e do Turquestão à Palestina”*. Apesar da separação já consumada das igrejas de Roma e de Bizâncio, estas pedem auxílio aos cristãos do ocidente - aos Gauleses – apelo que faz renascer no espírito da cavalaria da época o movimento das Cruzadas (loc. cit.) que se vai prolongar durante os dois séculos seguintes.

O arranque deste movimento está ligado à ação do papa Urbano II, que durante o Concílio de Clermont (em 1095) apela à recuperação de Jerusalém e do Santo Sepulcro, sob domínio muçulmano, lançando o movimento das Cruzadas no mundo ocidental e abrindo as portas à ação de Pedro, o Eremita, bispo de Amiens com a pregação da “Cruzada dos Pobres” como ficou conhecida (Arroteia, 2020, cap. V). Seguiram-se as Cruzadas dos senhores feudais, organizadas e com outros meios, que marcaram este movimento entre o concílio de Clermont e a morte do rei de França, D. Luis IX, em 1270, perto de Tunes, no norte de África, quando se dirigia a Jerusalém. A morte do monarca e a destruição do exército francês no Mediterrâneo, por ação de uma tempestade, acelera a queda da cidade de São João de Acre (1291) tomada pelos mamelucos, o fim dos Estados Latinos do Oriente e o termo deste movimento.

A sua relação com a conquista de Lisboa e da linha de “defesa do Tejo” é assinalada por Monteiro (2013, p. 137): *“(...) Bernard de Clairvaux lui même, fin 1146 ou début 1147, envoya une lettre à Afonso I, lui annonçant le passage par le Portugal, l’été suivant, d’une grande flotte de croisés en transit vers la Terre Sainte, et autorisant à y recourir pour réaliser son veau de conquérir Lisbonne”*. O recurso a esta ajuda permite a Afonso I conquistar a praça de Santarém, antes de iniciar a descida para a foz do Tejo onde se terá acolhido uma frota de 160 navios com cerca de 10.000 a 13.000 homens, franceses, ingleses, normandos, flamengos, alemães (loc. cit.). A esta força junta-se o grupo armado do monarca, de cerca de 3.000 homens, a

que se unem os Bispos do Porto e de Braga dando início, depois da chegada da armada à foz do Tejo (op. cit., p. 140), às razias contra os mouros residentes na região de Sintra. Depois (loc. cit.), “*vers la mi-septembre, les chrétiens attaquerent la place musulmane voisine d’Almada (...)*” dando origem ao abandono de Palmela e às demais praças de Sintra e de Vila Franca situadas em torno da velha Olissipo. A conquista de Lisboa e das praças da “linha do Tejo” permite o avanço das tropas para o Alentejo e Algarve.

O movimento de reconquista, que se prolonga até meados do século XIII, culmina com a ocupação do Algarve e vai incrementar o povoamento rural e o processo de crescimento e renovação das cidades da baixa Idade Média com o fomento da administração régia, formação de concelhos, incremento de diversas atividades humanas praticadas por artífices e comerciantes, alargamento da agricultura e atividades florestais e piscatórias, intensificação das migrações internas no espaço territorial dos novos estados. Além da organização política estabelecida por cada uma das unidades que vai conquistando a sua independência, a organização religiosa medieval está associada ao território estruturado pelo direito romano, a Diocese, ou seja, uma divisão administrativa organizada em torno da cidade (civitas). De acordo com a ECP³⁵, esta divisão religiosa significa uma “*porção do povo de Deus confiada a um bispo*”, modelo adotado pela Igreja Cristã como local de residência do Prelado e da sua afiliação a uma igreja, a Sé ou Catedral. Neste contexto o surgimento das Ordens Militares, articuladas com o desempenho da cavalaria armada no século X, desempenha um papel decisivo no processo de defesa dos lugares santos de Jerusalém e no movimento de reconquista Cristã na Europa romana. Estas ordens (ECP³⁶),

“Gozavam de grande autonomia canónica, eram chefiados por um grão-mestre e tinham nas suas fileiras monges-cavaleiros, capelães conventuais e serventes de armas. Foi grande a sua participação nas Cruzadas da Terra Santa, na reconquista cristã do sul da Europa, invadida pelos mouros, e na organização dos territórios conquistados (...)”.

Na sua relação com o oriente bíblico a evolução histórica e humana peninsular é atingida pelo destino do Império romano do ocidente. Assim o entende Lalan-

35. ECP – Enciclopédia Católica Popular: Diocese - http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.php?id_entrada=5887JUN13

35. ECP: Ordens Militares: http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.php?id_entrada=137826MAI20

ne (1846, p. 4): “*Bien que la destruction de l’empire romain et la conquête franque eussent rompu les liens qui avaient attaché si longtemps la Gaule à l’Orient, on peut voir néanmoins, dans Grégoire de Tours, à quel point, en Occident, on s’intéressait à tout ce qui concernait la Palestine, et quelle sympathie on éprouvait pour ce malheureux pays*”. Os relatos das peregrinações de cristãos ao longo do tempo são um testemunho dessa realidade, pelo menos a partir do século VI (loc. cit.), embora as circunstâncias relacionadas com os perigos de uma viagem tão prolongada e estadia nas terras do oriente, percorridas e associadas à vida de Cristo e dos seus apóstolos, não fossem as melhores. Assinala o mesmo autor (op. cit., p. 5) que “*Les juifs de Palestine faisaient, avec usure, expier aux chrétiens les outrages dont leurs coreligionnaires étaient abreuvés dans l’Occident*”.

Em tempo de fortalecimento da cavalaria medieval as peregrinações, abençoadas pela Igreja e confiadas à segurança dos cavaleiros de “palma”, permitiram a estes frades-guerreiros celebrar as suas aventuras e lutas bélicas descritas em diversas obras da literatura europeia (Trotier, 1988). Com efeito o acervo histórico sobre as Cruzadas é extenso uma vez que as mesmas podem ser associadas à evolução política do feudalismo medieval, às peregrinações religiosas aos lugares sagrados registados no Antigo Testamento bíblico e ligados à vida de Jesus, à evolução das ordens religiosas e militares, à expansão do Islão, ao desenvolvimento das relações comerciais entre o oriente e o ocidente e a outros assuntos de natureza geográfica, histórica e defesa. Neste relato transcrevemos a definição da ECP³⁷ sobre as Cruzadas:

“Foram expedições militares destinadas a libertar a Terra Santa do domínio muçulmano. Um dos motivos que mais mobilizou os “cruzados” (assim se chamavam pela cruz de pano que levavam na veste) era assegurar o livre acesso aos peregrinos cristãos que, desde o séc. IV, ali acorriam, o qual lhes foi vedado quando os turcos muçulmanos conquistaram Jerusalém aos muçulmanos fatimitas. Tal facto levou à 1.ª Cruzada (1097). Várias outras se seguiram ao longo de um século, misturando-se com as motivações religiosas outras de ordem económica e política, com êxitos e fracassos, consoante as circunstâncias (...). Os cristãos eram estimulados pelas indulgências que lhes prometiam o perdão dos pecados e a posse do céu; e não raro os príncipes eram motivados por rivalidades e ambições”.

37. ECP: Cruzadas - http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.php?id_entrada=498 25MAI20

Por sua vez as Cruzadas Hispânicas andam associadas à reconquista ou expulsão dos Islamitas do continente sul-europeu onde permaneceram até finais do século XV quando da queda definitiva do reino de Granada a favor dos reis católicos de Aragão e Castela. Estas lutas ficaram assinaladas pela construção de um grupo de residentes, de origem mourisca e de cristãos hispânicos e visigóticos aculturados à língua e a certas tradições árabes, os Moçárabes e os ‘Mouros forros’, em todo o espaço nacional. Na sua obra sobre Etnografia Portuguesa, Vasconcelos (2007.IV, p. 255) dá o nome de “*moçárabes*”, aos “*cristãos que se submeteram ao domínio muçulmano e ficaram vivendo entre os Árabes*” mediante o cumprimento de determinadas condições prescritas (op. cit., p. 257) “*pela legislação muçulmana e, em um ou outro ponto, alterado conforme as circunstâncias do momento*”. Assinala ainda que, se fosse em combate, antes dele (loc. cit.), “*o comando ismaelita deveria propor aos adversários que se convertessem ao islamismo ou pagassem o humilhante imposto da ‘jizi’, ou ‘capitação’. Os que resistiam e eram subjugados à ponta da espada perdiam todos os seus bens e ficavam inteiramente à mercê do invasor (...)*”, podendo ser escravizados, vendidos ou mortos.

De acordo com o anteriormente descrito regista-se como foi longa a construção do povoamento no solo português, sujeita a diferentes ciclos de ocupação e conquista, ao arroteamento de solos e subjugação dos habitantes instalados nos antigos “*oppida*” ou já em casais na periferia das aglomerações administrativas e religiosas, dos conventos e propriedades régias de nobres e da Igreja, em lugares férteis do reino. Para Silva (1868, p. 6), “*os territórios desviados dos centros populosos desatavam-se cobertos de selvas, de pântanos e de brejos*” que o aumento de habitantes e o arroteamento dos solos alastrou com o acolhimento de núcleos familiares, escravos, cidadãos livres e jornaleiros ocupados nos trabalhos do campo. Tratou-se de um processo que acompanhou o estabelecimento das fronteiras da nação portuguesa através de deslocações permanentes de moradores dos lugares de maior ocupação humana para os sítios menos povoados facilitando o desenvolvimento das atividades agrícolas, a extração dos recursos naturais, o comércio, a defesa e os serviços domésticos.

Depois da independência do reino e durante os primeiros anos da sua consolidação, a organização religiosa e administrativa foi estruturada em torno das paróquias e dioceses e depois da construção da monarquia por novas unidades administrativas, os concelhos. Justifica-se por isso que atendamos a esta organização territorial antes de nos debruçarmos sobre a diversidade de núcleos de

povoamento, cidades e vilas, que se foram constituindo durante todo o processo de reconquista e reforçadas nas zonas fronteiriças com a construção de linhas de defensivas para consolidação das fronteiras interiores e povoamento das áreas de maior escassez de habitantes.

No seu conjunto a delimitação do reino de Portugal seguiu os limites assinalados pelo Frei Bernardo de Brito (1597, p. 2):

- *“Foy nosso Reyno de Portugal, & muita parte do que chamam os Castelhanos Estremadura, conhecido dos antigos debaixo do nome de Lusytania (...)”*.

- *“Foy esta provincia em tempos antigos hua das três, em que os Romanos tinham dividida toda a Espanha & e auqe mais lhe custou a senhorear, que todas as outras, por que allem de ser a mór parte della ocupada de grandes serras, era a gente de sua própria natureza por estremo belicosa incansavel pera cousas de guerra (...)”*

- *“As demarcações antigas, com que se dividião os Lusytanos da outra gente de Espanha erão da parte do meio-dia a corrente do Guadiana, do Norte, o rio Douro, do ocidente, a costa do mar, como vai da boca dum rio destes até à outra e do Nascente há uma demarcação direita, desde o lugar do rio Pisuerga se mette no Douro, entre Valhadolid e Tordezilhas, até Vila nova da Serena, que está fundada sobre o rio Guadiana”*.

Considera o autor incluídas na Estremadura as cidades de Mérida, Salamanca, Ciudad Rodrigo e outras. A este respeito observa o mesmo (loc. cit.) que *“a maior parte dos historiadores antigos contem a Província, que hoje chamamos entre Douro e Minho, por parte fora da Lusitania, eu o tenho por cousa certa, havendo todavia respeito, a ser hoje uma das melhores cousas que Portugal tem, e a dizer Estrabão, que já em seu tempo contavam alguns esta Comarca por parte da Lusitania (...)”*. Deste território emergiu o reino de Portugal que com o seu alargamento veio a fixar as fronteiras com os reinos vizinhos de Leão e de Castela que perduram até à afirmação do poderio económico com base na expansão marítima para oriente e depois para ocidente e no movimento de colonização que se seguiu à descoberta do Brasil. Temos assim um vasto período decorrente do movimento de reconquista a que se associa o povoamento, a fundação de povoações, vilas e cidades, a construção do direito de propriedade e o arroteamento do solo, a miscigenação da população residente com diferentes colonos oriundos do estrangeiro ou deslocados de regiões mais povoadas, a construção de uma classe de habitantes ciosos do poder e dos seus direitos doados pelo poder régio e senhorial.

Como escrevem Galego e Daveau (1986, p. 15): “*com o objectivo principal de incrementar o povoamento uma vez assegurada a posse dos territórios e a sua estabilidade, teriam sido concedidas áreas, por vezes muito reduzidas, a pequenos grupos de povoadores gozando certa autonomia*”, situação registada sobretudo entre a cordilheira central e o rio Douro, que prevalece nos séculos seguintes. A este respeito importa salientar a opinião de Menjot (Quertier, Chilà e Pluchot, 2013, p. 17) sobre as migrações internas desse tempo:

“Même s’il n’y a pas de migrations en Europe à la fin du Moyen Âge’ au sens de déplacements durables et massifs d’une population, les sociétés médiévales sont des ‘sociétés en mouvement’ (...). Les historiens ont maintenant bien mis en évidence la mobilité des populations et l’importance du phénomène migratoire dans l’essor démographique des villes à partir du XI siècle, puis dans la reconstruction qui fait suite à leur dépeuplement causé par les calamités du XIV siècle”.

Apesar das pestes e da guerra a atração da população para os centros melhor defendidos do reino, dentro ou fora das muralhas das povoações fortificadas, constitui-se como um primeiro passo para a construção de núcleos regionais de povoamento alimentados por vilas e cidades que nos primeiros tempos da monarquia teriam uma designação comum. Assim o refere Azevedo (1921, p. 1070) ao mencionar que no tempo de D. Afonso IV, “*ainda se dizia ‘vila’ de Lisboa e ‘vila’ de Coimbra, e só às vezes recebiam o título de cidade, por serem sedes de bispados, que representavam as antigas divisões romanas*”. Por sua vez João de Barros (referido por Azevedo, 1921, p. 1073), regista que “*Cidade he aquella que he cerquada de muro e que antiguamente teve nome de cidade (...)*”.

Recuando ao tempo de El-Idrisi (século XII) a descrição deste autor sobre as povoações e as cidades mais importantes sob domínio mourisco são inferiores às que se vão evidenciando pelas suas funções militares e de defesa, administrativa, comercial, religiosa e outras, engrandecidas com a política de fomento da dinastia Afonsina. E na sua descrição da parte sul da Península Ibérica, as povoações mais importantes correspondem a antigas cidades romanas como *Olisipo* (Lisboa), *Conimbrica* (Coimbra), *Bracara-Augusta* (Braga), *Aquae Flaviae* (Chaves), *Scalabis* (Santarém) e no sul do país: *Pax Julia* (Beja), *Ebora* (Évora), *Myrtilis Julia* (Mértola), *Caetobriga* (Setúbal), *Troja* (Troia), *Salacia Imperatória* (Alcácer do Sal), *Merobriga* (Santiago do Cacém), *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (Tavira), *Lacobriga* (Lagos) entre outras.

Esta rede tende a reforçar-se:

- Durante a ocupação do território na parte meridional do futuro reino português, em particular do Algarve à bacia do Mondego;

- Com o auxílio das armadas cristãs – Cruzados - oriundas das Ilhas Britânicas e dos reinos do norte e do ocidente europeu, que prosseguem a rota atlântica e mediterrânica para alcançar a defesa dos lugares santos, ocupados inicialmente pelos islamitas e a partir do final do século XI pelos turcos Seldjúcidas;

- Durante as lutas de reconquista iniciadas no continente europeu e que se estenderam na península em várias direções, auxiliada por estes peregrinos armados (Castro, 1762.I, p. 297), flamengos, alemães, franceses e outros, que “*havião partido de vários portos do Norte (...) para expedição e conquista da Terra Santa*” e participaram na conquista de Lisboa e Almada (1147), e demais praças a sul do rio Tejo e no Algarve.

Tal como assinala Josserand (2003, p. 79),

“La valeur donnée à la lutte contre les musulmans (...) constitue pour les chrétiens du nord de la péninsule Ibérique le simple prolongement de la conception de la guerre qui anime les Wisigoths après leur conversion au catholicisme. Elle est ainsi considérée comme un combat de Dieu dans lequel le souverain à l'égal de son armée oeuvrent contre leurs ennemis en tant qu'instruments de la volonté du Créateur, comme l'ont fait les rois de l'Ancien Testament placés à la tête du peuple hebreu (...)”.

Mais ainda (op. cit., p. 80): “*En faisant de la reconquête une guerre sainte, les pontifes de la fin du XIe siècle cherchent (...) à tirer parti de la lutte contre les musulmans pour placer l'Église d'Espagne dans le giron de Rome (...)*”, concedendo indulgências aos participantes desta “*guerra santa*”, como o faziam em relação às Cruzadas do Oriente.

A ideia de peregrinação para a libertação dos lugares santos de Jerusalém sob o domínio muçulmano associa-se àquelas expedições, ao reconhecimento de D. Afonso Henriques como primeiro monarca português (Tratado de Zamora, em 1143) e à criação de novas ordens religiosas, no seguimento da ordem de S. Bento de Avis, de Cister (Alcobaça, em 1153), Hospitalários de São João ou de Malta, Templários (Tomar, em 1159) e de Santiago (em 1172). Destas ordens a extinção da Ordem do Templo decidida pelo Papa João XXII, em 1319, deu origem à ordem de Cristo para a qual passaram, apesar da contestação de D. Dinis que

desejava incorporar o património da ordem extinta na coroa (Lima, 1734.I, p. 531), os referidos bens.

A principal missão desta ordem era a de “*fazer guerra aos mouros, em defesa da Cristandade*” (op. cit., p. 532) e o seu primeiro convento foi estabelecido na vila de Castro-Marim, no Algarve. Anota Marques (1976, p. 526) a localização destas ordens ao longo da fronteira com Castela, no Alentejo e no Algarve, com funções de defesa e de povoamento, auxiliadas pela construção de fortalezas e de concelhos. Nestas circunstâncias refere Baloup (2002, p. 461), “*la guerre contre les musulmans d’al-Andalus est un devoir auquel les chevaliers des royaumes septentrionaux ne peuvent se soustraire, pas même pour aller en Palestine défendre les Lieux saints*”. Mais ainda (op. cit., p. 464): “*Afin d’éviter que la frontière hispanique ne se dégarnisse, les souverains pontifes n’hésitent pas à concéder les mêmes avantages spirituels et juridiques aux expéditions conduites contre les musulmans en Andalus et en Terre sainte*”.

Na sua essência os movimentos das cruzadas, apoiados pela Igreja de Roma, foram objeto de bulas papais concedendo aos participantes os mesmo benefícios espirituais que as Cruzadas de Andaluzia e do Levante ou Oriente. Tal acontece (op. cit., p. 454)

“*Après 1085, l’invasion almoravide et l’expérience de la première croisade seraient venues bouleverser l’esprit de la Reconquête. Sous l’influence des Clunisiens et de la papauté, les souverains ibériques auraient redécouvert la dimension religieuse de leur lutte et situé les expéditions conduites contre les musulmans d’al-Andalus dans un plan d’ensemble qui voyait, à l’échelle du monde connu, la Chrétienté s’opposer à l’Islam*”.

Ao tempo o espírito de cruzada e as indulgências concedidas aos cavaleiros na antiga Hispânia deram continuidade à guerra santa de Duzentos e acabaram por apoiar a extensão e a formação do reino de Portugal e o processo de reconquista a sul do rio Tejo: Mérida, Badajoz, Juromenha, Serpa, Moura, Beja e Aljustrel em 1230-34, de Mértola, Cacela, Tavira, Alvor e Paderne (1238-42) e no Algarve: Silves e Alvor em 1189, Faro em 1249, no tempo de Afonso III. A tomada do Algarve por este monarca estabiliza as fronteiras do território nacional acolhendo uma população inferior a um milhão de habitantes.

No decurso deste processo os descendentes do primeiro monarca fizeram doações de terras às ordens religiosas, edificando fortalezas e dando incentivos ao povoamento através de cavaleiros e de colonos oriundos do Languedoque, de

Borgonha, da Aquitânia (Costa, 2007, p. 7) e de outras partes da antiga Gália. Como fez notar Sérgio (1979, p. 59), o regime adotado pela coroa “*foi o das grandes doações às classes privilegiadas*”, favorecendo a criação da “*propriedade latifundiária*” em área de colonização menos intensa. A participação de cavaleiros europeus na guerra contra os muçulmanos é assim entendida por Baloup (2002, p. 461): “*Conduite au nom de Dieu pour le plus grand bénéfice des combat tants chrétiens, la guerre contre les musulmans d’al-Andalus est un devoir auquel les chevaliers des royaumes septentrionaux ne peuvent se soustraire, pas même pour aller en Palestine défendre les Lieux saints*”.

A consolidação das fronteiras do reino até à conquista das praças do Algarve aos sarracenos continuou a atrair gentes de outros locais, nomeadamente mercadores e artífices oriundos da bacia do Mediterrâneo, aliciados por concessões várias da coroa ao exercício de atividades comerciais, de defesa e artísticas. A este respeito uma descrição dos portugueses ao tempo deste último monarca (Moura, 1913, pp. 22-23) valoriza a conquista do Algarve e a composição mista da “*população nacional, já basilaramente assente e definida, compunha-se da população cristã descendente dos hispano-godos, com influência do sangue serraceno (...). Esta população eram os mosarabes, e constituia o povo ou a massa geral dos habitantes*”.

A par destes a nobreza, descendente dos cristãos, os mouros ou sarracenos e os judeus contam-se entre os habitantes. Os seguidores de Alá juntaram-se nas grandes cidades em cantos específicos, as Mourarias, e os judeus, “*habitantes activos e trabalhadores*” (loc. cit.) em Judiarias, onde mantiveram o seu culto. Como assinala este autor (op. cit. p. 23):

“Toda esta gente, de origens ethnicas, geographicas e religiosas tão diferentes, ia-se fundindo no espirito colectivo dos interesses communs, engrandecido pela conquista e do territorio e pelo aneio da independencia. Todos estes homens, pelos preconceitos e factores sociaes da epocha se achavam divididos, de conjuncto, em duas classes: a dos ingenuos ou homens livres, e a dos escravos. Enquanto os homens d’armas conquistaram o territorio, constituam o reino, em luctas formidaveis contra os mouros, e os reis tratavam de augmentar o seu poder, a lucta das classes obstou ao incremento economico de Portugal. Mas no século XIV o equilibrio demográfico da população portuguesa é já mais firme, e então a agricultura, a indústria e o comércio vão-se organizando e engrandecendo, segundo as possibilidades do tempo. O povo aparece forte pela luta porfosa dos municípios”.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Esta descrição realça como no decurso do movimento de reconquista foi sendo estruturada a nível nacional uma rede de antigas e de novas povoações com o apoio régio, da Igreja e das ordens religiosas, de que se salienta a ordem do Templo, a qual (Moura, 1913, p. 26):

“Foi a primeira a estabelecer-se em Portugal, com a fundação da monarchia. Depois a Ordem dos Hospitaleiros, cavalleiros do Hospital ou de S. João de Jerusalem, estabeleceu-se no reinado de D. Affonso Henriques. Tambem no tempo d’este rei se fundou a Ordem de Evora, donde passou para Aviz, com o nome de Ordem de Aviz, submettida ao grão-mestre de Calatrava. Foi ainda no tempo de D. Affonso Henriques, epocha de cavalleirescas façanhas, que em Portugal se introduziu a Ordem de S. Thiago da Espada, cujos cavalleiros eram os freires de Palmella”.

Nesse processo o poder régio fica reforçado através da constituição dos concelhos como nos dá conta o “Rol de Besteiros do Conto” de 1417, o qual permite conhecer a expressão do povoamento português ao fim de quase três centúrias de independência do reino de Portugal. De forma breve podemos reconstituir uma síntese dos contributos à densificação da ocupação humana, ao desenvolvimento das suas atividades e à consolidação do reino. A este respeito escreveu Moura (op. cit., pp. 22 e ss):

- *“A nobreza, o clero e o povo constituíam a classe geral dos homens livres ou ingenuos. Os escravos já iam sendo apenas servos porque a acção do christianismo e da conquista visigótica transformara a antiga escravidão em servidão, na qual os servos, embora ainda considerados como coisas e não pessoas, não estavam no dominio dos homens já livres como os antigos escravos, ou como os modernos escravos que no seculo XVII originou a colonização.*

- *A classe clerical abrangia o alto e o baixo clero, e compreendia os bispos, cónegos, párochos e simples sacerdotes. O clero era secular se não vivia congregado, e era regular ou sujeito a uma regra, se vivia em comunidade nos conventos.*

- *A classe nobre compreendia os ricos homens, ou de maior nobreza e de maior poder, porque exerciam os cargos publicos mais elevados, e os infanções, de menor influência, embora, como os ricos homens, nobres de raça; mas não exerciam magistratura civil ou militar. Inferiores aos infanções, dentro da classe nobre, estavam os cavalleiros. Estes eram provenientes da instituição militar medieval, a cavallaria, baseada no culto da lealdade e da abnegação. Pertenciam também a nobreza, os escudeiros, fidalgos, pobres, associados à cavallaria dos villãos (mu-*

nícipes das villas) e que d'estes se distinguíam pelo uzo do escudo onde pintavam os seus brazões. O povo, que a nobreza e o clero consideravam inferior e que a todos havia de vencer, comprehendia então os cavalleiros villãos, os peões e as chamadas classes infimas, adstritas ao trabalho dos campos e dos mesteres“ (...).

No seu conjunto estas ações destinadas ao povoamento interno do reino foram fortalecidas com a construção e defesa das linhas de fronteira: a interior, através da edificação de fortificações do exército que passaram a constituir a linha de defesa fronteira; a litoral através do incentivo à criação de póvoas marítimas destinadas à ocupação de lugares estratégicos junto das fozes dos principais cursos de água e da ocupação humana e permanente capaz de sustentar as muitas ações de corso e de pirataria registadas na costa portuguesa. Ancoradas na rede de portos que gradualmente se foram constituindo a norte e após a conquista do reino dos Algarves, estas ações desempenharam um papel fundamental na construção do povoamento litoral e no desenvolvimento das atividades piscatórias que se foram alimentando com as migrações internas de colónias de pescadores para novos sítios pesqueiros junto da costa.

Às fozes dos rios Minho, Lima, Cávado e Ave, Douro, Vouga e Mondego, Tejo, Sado e à costa alentejana ocidental juntam-se os numerosos ancoradouros do Barlavento e do Sotavento algarvio, da ponta de Sagres à foz do Guadiana. Conjuntamente com o estuário deste rio constituem o complexo portuário nacional herdado do Neolítico e aprofundado ao longo do tempo (Gonçalves, 2015, p. 244). Por influência dos povos mediterrânicos – Fenícios, Cartagineses, Romanos - e mais tarde pela ligação aos povos do norte da Europa, o complexo portuário litoral, na sua relação com a navegação interior desenvolvida a partir daí, constitui uma rede de apoio ao desenvolvimento das povoações litorais e de algumas cidades do interior, servidas pela navegação costeira. Coimbra e Santarém podem servir de exemplo ao apoio marítimo responsável pelo êxito da reconquista cristã (op. cit., p. 248) e de sustentação das praças mais afastadas da costa.

Desde a fundação do Condado Portucalense, em 1093 (Pereira, 2015, p. 45) quando se *“cria na costa ocidental da Península Ibérica uma nova unidade política onde se viriam a desenvolver as actividades ligadas ao mar”*, a sua consolidação assenta nas muitas expedições de natureza comercial entre os portos do norte da Europa e o sul dado o predomínio das forças sarracenas na bacia do Mediterrâneo. Tal situação continuou até ao domínio das expedições religiosas e militares dos cruzados.

Neste contexto a centralidade da foz do rio Tejo, para suporte às armadas e frotas comerciais, aconteceu depois da conquista de Lisboa (op. cit., p. 250), e “à lógica de fazer do porto um ponto de apoio, quer para a projecção de poder quer para a ocupação “infante” do território, respectiva defesa, povoamento e reorganização económica”. Depois da reconquista (op. cit., p. 251), “e agora já numa lógica de reorganização política do território, o rei D. Afonso III traz para a sua área de jurisdição directa inúmeras comunidades nortenhas de origem remota, muitas delas com função portuária e pivots fundamentais no tecido socioeconómico da respectiva área envolvente”.

Estas ações fortalecem o reino na sua relação com a nação vizinha e a função marítima e comercial na fachada atlântica, geograficamente diversificada, com costas rochosas e ancoradouros dispersos, areas de ligação, ventos fortes e nevoeiros frequentes. Neste contexto o desenvolvimento dos portos litorais protege a costa dos ataques ofensivos à navegação litoral e às populações próximas incrementando as atividades pesqueiras e salineiras que se vão desenvolvendo em lugares do norte, do centro e no sul do país. Por razões de defesa a fortificação dos portos de Lisboa e de Setúbal, desenvolvida desde a primeira dinastia, continuada por D. João I e fortalecida nos reinados seguintes até D. Sebastião, foi reforçada com vigias costeiras de caráter permanente. O início destas atividades fez parte das preocupações dos primeiros monarcas, em particular de D. Dinis e de D. Fernando (Gonçalves, 2015, p. 251), a quem se atribuem:

- Ao primeiro, a organização da frota marítima e a fundação de “póvoas” marítimas destinadas a apoiar a exploração de recursos na sua área interior. Refere Martins (1956, p. 27) que, no Minho, “*dividiam-se os terrenos em casais distribuídos a grupos de dez, vinte ou trinta povoadores, pagando de ordinário cada casal o seu foro em cereais, galinhas e dinheiro. A cada casal de lavoura correspondia uma porção de bravia para romper e outra para pastos e estrumes vegetais*”, repartidos, após a morte do colono, pelos seus herdeiros;

- Ao segundo, o incremento das medidas de comércio e navegação mais extensas em particular através da Companhia das Naus.

A este respeito Pereira (2015, p. 45) observa o seguinte:

O “*padrão de continuidade de complexos portuários terá sido factor importante na progressão da Reconquista, e sobretudo por três razões principais:*

- *Primeiro, porque a mesma malha portuária foi permitindo as funções de natureza económica respeitantes ao normal abastecimento populacional;*

- Segundo, porque foi funcionando como facilitador na atracção de novos colonos não nobres interessados numa verdadeira autonomia local e fundamental, em associação com o rei, na defesa do território (...);

- Terceiro, porque na guerra, facilitava a logística de meios humanos e materiais”.

Concluído o processo de reconquista e firmadas as fronteiras com Castela, a desigual expressão territorial das duas coroas terá sido um dos fatores impulsivadores da ação marítima e dos esforços desenvolvidos pelos monarcas no sentido do aproveitamento do espaço atlântico, em detrimento do interior hispânico gradualmente guarnecido de instalações defensivas e militares. Neste sentido surgem as medidas tendentes à construção do poder naval, mercantil e piscatório, ancorado nos centros portuários e reforçado pelas “póvoas” marítimas que foram crescendo e replicando através da mobilidade de pescadores e das suas famílias, acompanhadas das artes tradicionais de arrasto ao longo da costa atlântica.

Em tempo reconheceu Cortesão (1964, p. 3) que o povoamento litoral e as faixas de navegação assumem uma importância primordial no Portugal medievo: “*A actividade marítima está não só nas raízes da nacionalidade, donde sobe como a seiva para o tronco, mas é como que a linha medular que dá vigor e unidade a toda a sua história*”. Neste contexto e apesar das muitas fozes capazes de acolher as embarcações costeiras, foram utilizados ancoradouros naturais protegidos por esporões e afloramentos rochosos, permitindo a criação de atividades de pesca sazonais, da primavera ao outono, baseadas em artes tradicionais de pesca do arrasto ainda praticada nos dias de hoje. Estas iniciativas procuravam reforçar o processo de aproveitamento efetivo do solo minimizando os efeitos do clima e das cheias, da fome e das pestes, da atracção dos habitantes pelas vilas e cidades, pelos dissabores das guerras sempre presentes ao longo do nosso passado histórico e que não conseguiram equilibrar a repartição da população portuguesa, tendencialmente mais intensa no Noroeste do que nas terras da Estremadura e a sul da bacia do Tejo.

Em tempo de calamidades naturais, recorda Silva (1868.I, p. 39): “*à fome seguiam-se de ordinário as epidemias, e os golpes d’estes flagellos parece haverem dobrado a furia nos fins do seculo XI e principios do XII, sendo recordada pelos monumentos com dolorosa concisão*”. Por sua vez assinala o INE (1946.XXIV, p. 20) que “*sem recursos da higiene e da medicina, com hábitos de vida e alimentação muito rudes, expostos sem qualquer defesa a todas as infecções e a todos os contágios (...) os Portugueses das idades média e contemporânea (...) deviam morrer em proporções desco-*

nhecidas dos obituários dos nossos dias”. Outras ocorrências ligadas essencialmente a marchas de guerra e a pestilências, frequentemente importadas do exterior pela população marítima desembarcada nos portos, como a “peste oriental” (séc. XIV), a “peste grande” (séc. XVI) e a sífilis, em finais de Quinhentos, continuaram a ser sentidas nos séculos seguintes com efeitos nefastos sobre a população das cidades e das vilas muralhadas, sobre a população rural, as forças militares e os demais residentes, dando sequência ao processo de seleção natural aquando do nascimento e nos anos iniciais da vida humana.

2. PAROQUIALIDADE E CENTRALISMO

O processo de ordenamento do reino de Portugal depois da sua fundação dá seguimento (Castro, 1762.I, p. 42) às “*muitas repartições, que antigamente houve neste nosso paiz*” estabelecidas pelos romanos. De acordo com este autor (loc. cit.), quando estes “*meterão o pé em Hespanha, e começarão a contender com os Cartaginezes sobre o domínio das terras, que foy pelos anos 557 da fundação de Roma, dividirão toda ella em duas partes, a que chamarão Hespanha citerior, e Hespanha ulterior (...)*”. Na sua evolução, assinala (op. cit., pp. 44-45):

“Extincto o domínio Romano, invadirão os Barbaros as Hespanhas no anno de 409 depois de Christo, e daqui por diante se alterarão notavelmente os limites das nossas Provincias em todas as subsequentes sujeições até o reinado del Rey D. Fernando o Magno, o qual falleceo no anno de 1067, deixando repartido entre seus filhos as terras dos seus domínios; e cabendo as de Portugal a El Rey D. Garcia, desde então se principiou a chamar Portugal o que era Lusitania”.

Nesta sequência a fundação do reino de Portugal sob a égide do rei Afonso Henriques não determina só por si, como faz notar Vasconcelos (2017, p. 506), “*o início da vida de um povo*”. Tal reforça a continuidade de mudanças inscritas na história do Portugal medievo, que estando presentes na origem da sua criação prosseguem nos séculos posteriores; surge na presença da unidade feudal e no processo de alargamento e fixação das fronteiras associadas às questões bélicas com o reino vizinho de Leão e Castela. Neste contexto persistem diversas questões de natureza régia e militar que perduram até à afirmação do poderio económico dos reinos autónomos da península, através da expansão marítima para oriente

e para ocidente e do movimento de colonização que se seguiu à descoberta do Brasil e exploração do continente sul-americano.

Para Ribeiro (1987, p. 56) a organização do país, sobretudo na sua faixa ocidental entre o Minho e o Mondego, “*com a sua população densa e os seus quadros sociais estabelecidos desde cedo, desempenhou papel preponderante na constituição do novo Estado*” e das suas instituições sociais. Nesse período foram entregues às ordens religiosas diversos domínios fundiários que estas desbravaram e colonizaram, fixando a população local ou atraindo novos habitantes e espécies agrícolas, como sucedeu na região do Oeste entre o maciço calcário estremenho e o mar, com a formação de “coutos” dominados pela abadia cisterciense de Alcobaça. Prossegue o mesmo autor (op. cit., p. 58) afirmando que, pelo contrário, a fronteira “*assolada por guerras frequentes, era um lugar de insegurança onde permaneceram grandes tractos desertos*”. Donde (loc. cit.), “*para promoverem a fixação de gente em torno dos seus castelos, criaram os soberanos ou ‘coutos de homiziados’, a que se acolhiam os criminosos, gozando de impunidade*”, permitindo assim a criação (loc. cit.), ao longo da raia, de “*um cordão de lugares fortes, povoados por homens decididos a defender, com eles, a sua liberdade*”.

Esta situação acompanha o processo de ocupação do território e crescimento dos habitantes durante a primeira dinastia e início da segunda, a conquista de praças e mercados no norte de África, o arranque da expansão marítima e colonial. Na verdade a construção do reino associada aos combates militares e ao exercício do poder assenta na definição de espaços sociais de dominação régia e administrativa, controlados pelo Rei, pelos seus representantes em concelhos, comarcas e outras demarcações de natureza complementar.

No seu trabalho “*Mapa de Portugal*”, Castro (1762.I, p. 45) regista as seis províncias ou regiões do reino, duas na parte setentrional: Entre-Douro e Minho e Trás-os-Montes; duas no coração: Beira e Estremadura e outras duas na parte meridional: Alentejo e Algarve, assinalando que “*Cada Provincia destas se subdivide em Comarcas, ou Ouvidorias, para boa administração da justiça; e cada Comarca tem debaixo da sua jurisdição certo número de Villas, e Lugares, em que existem seus Juizes, que governão subordinados aos Corregedores das Comarcas*”. Estas circunscrições incluem unidades paroquiais e dioceses da Igreja católica já estabelecidas em locais da reconquista cristã. A matriz destas unidades, pela importância que tiveram na definição de regras societais individuais e coletivas, de posse, transmissão da terra e cumprimento de deveres, reforça os sentimentos de identificação dos

moradores aos locais de residência e à administração régia e eclesiástica. Através destas estruturas e organizações estabelecem-se laços e espaços sociais de relação, que embora evoluindo no tempo, deixaram testemunho nas nossas vidas.

À semelhança do que assinala Gurvitch (1979, p. 91), entendemos que a “*superfície morfológica e ecológica*” da nossa sociedade é representada pela sua base geográfica e demográfica, expressa na “*densidade da população, a sua distribuição em relação ao solo, o seu movimento dos campos para as cidades (...)*”. Estes são fenómenos registados por “*aparelhos organizados*” de base régia e eclesiástica, que ao estreitar os laços de solidariedade e a consciência coletiva entre os vizinhos da mesma unidade promovem a coesão e as manifestações de sociabilidade no todo nacional, reforçam as suas estruturas e ação, a autoridade sobre os vizinhos e o ordenamento territorial e social da nação.

De acordo com o assinalado a geografia da população fica desde então referenciada por um vasto quadro natural e humano, estabelecido internamente nas muitas circunscrições existentes e externamente pelas fronteiras da nação, reconhecidas pelo estado vizinho em resultado da vontade política, de combates e de negociações complexas. Nestas circunstâncias a herança de diferentes povos que constituem desde a antiguidade a matriz populacional da nação portuguesa ganha particular significado com a formação do reino de Portugal e assinatura do tratado de Zamora, em 1143, quando Afonso VII de Leão e Castela reconheceu Afonso Henriques como primeiro monarca português. Entre outras referências, na literatura fica a descrição desse acontecimento pela pena de Herculano (1971, p. 11):

“Aproximava-se o meado do duodécimo século. O príncipe de Portugal, Afonso Henriques, depois de uma revolução feliz, tinha arrancado o poder das mãos de sua mãe. Se a história se contenta com o triste espectáculo de um filho condenando ao exílio aquela que o gerou, a tradição carrega as tintas do quadro, pintando-nos a desditosa viúva do conde Henrique a arrastar grilhões no fundo de um calabouço” (...).

A confirmação do novo reino pelo Papa Alexandre III, em 23 de maio de 1179, através da bula “*Manifestis Probatum*”³⁸, transfere a dependência religiosa deste novo território e da diocese de Braga para a sua alçada, desligando-a da sua união com Santiago de Compostela e Toledo. No texto da referida Bula, o Papa

38. ANTT: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908043> 5JUL21

Alexandre dirige-se ao “*ilustre Rei dos portugueses, e a seus herdeiros, in perpetuum*” e confirma “*por autoridade apostólica (...) com inteiras honras de reino e a dignidade que aos reis pertence, bem como todos os lugares que com o auxílio da graça celeste conquistaste das mãos dos sarracenos e nos quais não podem reivindicar direitos os vizinhos príncipes cristãos*”. Na sua relação com diocese de Braga, determina: “*Cuidarás por isso, de entregar tu e os teus sucessores, ao Arcebispo de Braga ‘pro tempore’, o censo que a Nós e a nossos sucessores pertence. (...)*”.

A ocupação e exploração destas terras conferida a um donatário civil ou religioso está associada à intensificação da presença humana e povoamento, sobretudo em regiões ermas e mais afastadas do litoral, como a Beira – “*terra montanhosa e cortada de muitos rios*” (Vasconcelos, 1928.I, p. 334) - e Trás-os-Montes. No friso da História, Moura (1913, p. 27) realça a ação do monarca D. Dinis (1279 a 1325), o qual “*compreendeu as necessidades da nacionalidade nascente*” procedendo a um conjunto de reformas, nomeadamente à criação póvoas e novos concelhos outorgados pela concessão de cartas de foral com o objetivo de promover a colonização do país.

Ao tempo estas divisões administrativas passaram a competir com os domínios senhoriais eclesiásticos – Coutos - e com os domínios senhoriais dos nobres, sujeitos por isso a jurisdição particular – Honras – que completaram o mapa administrativa do início da monarquia. Sobre este assunto, Azevedo (1921, p. 1070) afirma que estes “*são em geral povoações a que foram concedidos foraes nos primeiros séculos da monarquia*”, e que a partir de então (loc. cit.), alguns “*intitulam-se vilas, pôsto que não tivessem recebido oficialmente esse título nem se reconheça o foral (...)*”.

**Quadro II,1 - Quadro sinóptico da concessão de forais,
cartas de couto e doações a particulares**

Datas	Governos/ Reinados	Nº Forais	Cartas Couto	Doaç. a Part.	Doaç. a Castelos	Totais
1095-1112	Condes					
	Portugal.	8	13	8	-	29
1112-1128	D. Teresa	3	20	18	3	44
1128-1142	Inf. Af.					
	Henriques	5		36	1	
1144-1185	D. Af.		167			271
	Henriques	26		36		

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Datas	Governos/ Reinados	Nº Forais	Cartas Couto	Doaç. a Part.	Doaç. a Castelos	Totais
1185-1211	D. Sancho I	58	20	53	6	137
1211-1245	D. Afon. II	28	-	-	-	28
1223-1245	D. Sancho II	24	-	-	-	24
1246-1275	D. Afon. III	92	-	-	-	92
1275-1325	D. Dinis	-	-	-	-	-

Fonte: Marques, 1998, p. 524

Neste domínio o monarca segue o exemplo dos governos anteriores, desde os condes portugalenses, a D. Teresa e ao Infante Afonso Henriques que antes de ascender a monarca havia procedido de igual modo. O quadro de Marques (1993, p. 524) permite apreciar a evolução da concessão de forais no período assinalado. Assim, com a criação de novos concelhos e entre os séculos XIII e XV foram tomadas medidas promotoras do povoamento e foi concedido aos povos (Caldas, 1998, p. 109),

“O direito de repartir pelos moradores, terras incultas parceladas em sesmarias, com a condição expressa de serem cultivadas em prazos variáveis, de um a quatro anos ou em ‘tempo aguisado’. As sesmarias eram demarcadas por ‘seis homens bons’ do Concelho, ou nomeados pelo Rei ou pelos Donatários, quando implantadas em reguengos ou em terras senhoriais”.

Entre nós a situação criada pela “peste negra”, pelo abandono dos campos e falta de cereais justificou, em 1375, a promulgação a “*Lei das Sesmarias*”, obrigando a lavrar e semear as terras abandonadas e a sua expropriação caso não fossem aproveitadas. A ação dos monarcas fica ainda marcada pela expansão gradual do domínio territorial para meridiano e consolidação da posse das terras e povoações mais importantes defendidas pelo exército mourisco. Disso nos dá conta o título dos soberanos que procederam à conquista do reino do Algarve e à queda das suas praças, inserindo-o no título régio. Assim o fizeram os descendentes imediatos de Afonso Henriques: D. Sancho I que incorporou no seu título as designações de “*Rei de Portugal e de Silves*” e “*Rei de Portugal, de Silves e do Algarve*”, ou tão só “*Rei de Portugal e do Algarve*” depois da posse de diversas praças algarvias por Afonso III, em 1248, título que transitou para as gerações posteriores.

Mais tarde com a expansão marítima os monarcas portugueses acabam por in-

corporar, além deste título real, a posse como Senhor de Ceuta e de outras praças africanas; do “*Algarve d’além-mar em África*”; de “*Senhor da conquista, Navegação e comércio, da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*” (D. Manuel I); finalmente, “*Rei de Portugal e dos Algarves d’aquém e d’além-mar em África*”, designação usada ainda pelos últimos reis da monarquia. A importância do Algarve e a sua limitação pelas margens do Guadiana e Atlântico estabelece linhas divisórias seguras do reino de Portugal. Ao mesmo tempo define a identidade e o valor estratégico deste domínio³⁹ além-Tejo no conjunto da nação portuguesa e a sua unidade e diversidade geográfica. A este respeito transcrevemos de Moura (1913, p. 41), o seguinte:

“Em o norte do paiz é que a população estava mais aglomerada. O Tejo divide o território nacional em duas grandes e diversas regiões. A norte os soutos de castanheiros; as vinhas dos socalcos do Douro, das colinas da Beira, dos arvoredos do Minho; os milharaes que caudae d’agua tornam verdejantes; as hortas; os pomares das baixas, regados pelas ribeiras e regatos; a franja das rias do litoral aveirense, chamaram a população à vida agrícola e à agitação convulcionada das guerras àspersas como as serranias. Ao sul as extensas paisagens, os vastos campos de trigo, as matas de sobro e azinho, as charnecas, as solidões intermináveis, tornaram a população mais passiva, mais fatalista, sedentária e contemplativa”.

Neste esclarecimento, Azevedo (1921, p. 1074) considera uma outra designação, a de “aldeia”, como unidade fundamental desta ocupação, que Manuel G. L. Bezerra (1785.I, p. 56) define como “*povoações meramente destinadas para residência dos lavradores e daqueles artistas, que lhes são indispensáveis para a factura dos seus carros, arados e outros instrumentos necessários para a sua agricultura (...)*”. Este termo, difundido aquando da ocupação árabe coincide com a de “*lugar de trabalho, casa de campo*” que Antillon (1823, p. 180) encontra no Andaluz e que Serrão (1989.I, p. 85) define como “*qualquer ajuntamento de casas que não seja vila nem cidade, isto é, sem funções administrativas e de coordenação*”. Mais ainda (op. cit., p. 86), “*ligada ao ritmo lento da vida do campo, de todos os ‘tempos’ da história o que mais se confunde com a imobilidade aparente das estruturas que alcançaram o termo da sua evolução (...)*” numa sociedade e território em mudança.

A posse do território nacional dependente do poder régio foi entregue noutras áreas, em particular no centro e no sul, à Igreja e às ordens religiosas que promo-

39. Mapa: <https://d1.wddll.org/471.png> 26FEV21

veram o arroteamento, fixação de moradores, construção de unidades administrativas de maiores dimensões, criação de centros de relação, em particular cidades e vilas que se evidenciaram como sedes de povoamento ou tão só como sítios defensivos, locais de realização de feiras e de comércio. Assim aconteceu na passagem da Estremadura espanhola para a Beira Interior e no Alto Alentejo, zona de maior facilidade de acesso e de comunicação entre os dois lados da fronteira e confiada a sua defesa às ordens militares: Templários, Hospitalários e Ordem de Santiago. A esta missão juntavam a posse de propriedades adjacentes em função das doações régias e da importância estratégica da área reforçada por medidas de incentivo e de fixação de moradores junto da raia.

Ao tempo importava assegurar não só a disponibilidade de milícias para “*defensão da pátria*” (Faria, 1740, p. 2), como o aumento dos habitantes do reino pois entendia-se que (op. cit., p. 1), “*A grandeza dos Reis está na multidão do povo, e dos poucos vassallos nasce a falta de reputação do Príncipe (...). Da muita gente se colhe a riqueza do Príncipe pelos direitos, que se pagam dos frutos da terra, obras de mãos e mercancia*”, arrecadados pela agricultura, pelas artes mecânicas, pelo comércio. Conclui o autor (loc. cit.): “*onde houver muita gente, haverá muita Agricultura, muitas Artes, e muita Mercancia, e muitos Soldados; que são as quatro cousas, em que se funda, e consiste riqueza, o poder, e a felicidade de um Reino*”.

A organização do território que acompanhou o processo de reconquista a nível religioso e civil é um dos aspetos essenciais a assinalar permitindo a consolidação da monarquia e a subsistência da sua população. Durante este período foi intensa a luta travada com os exércitos dos Almorávidas (Teixeira et alii, 2017, p. 17) “*entre finais do século XI e meados do século XII, e os Almóadas, desde então e até à segunda década do século XIII*”. A organização administrativa com base no concelho tornou possível a formação de pequenos exércitos locais, recrutados entre a população residente, necessários para a defesa dos habitantes na sua área da jurisdição e do rei, sempre que necessário. Sobre este assunto assinalam Costa e Neves (1993, p. 76), que uma das características fundamentais da sociedade portuguesa teve origem

“*A partir dos municípios latinos, tendo recebido as influências posteriores, visigóticas e árabes de uma forma mais ou menos institucionalizada e explícita (...) com mais forais (visando contrariar as influências hegemónicas de nobres poderosos e motivar o envolvimento da população nas lutas contra muçulmanos), ou*

com mais meirinhos, corregedores ou juizes de fora (representando nos concelhos o poder tutelar régio)”.

Do ponto de vista administrativo a criação do “*concelho*”, como unidade básica do território e uma certa autonomia de poder, está associada ao fenómeno da reconquista e às condições locais de fixação humana. Para Serrão (1989.II, p. 137) a designação de “*Concilium*”, “*exprime a comunidade vicinal constituída em território de extensão muito variável, cujos moradores – os vizinhos do concelho – são dotados de maior ou menor autonomia administrativa*” concedida através da carta de foral. Segundo o mesmo autor (loc. cit.), trata-se de “*organismos de carácter tipicamente medieval, que surgem em função do próprio condicionalismo da sociedade da Reconquista, resultando de factores de ordem económica, social, política e até militar*” (op. cit., p. 142). Citando Paulo Merêa (loc. cit.), assinala este autor que “*o seu funcionamento é revelado em diplomas pelo menos desde o século X, deixando de figurar neles, ‘na sua forma pura e originária’, a partir do século XIII*”.

Na sua evolução as unidades concelhias deram origem a divisões de cariz municipal (e por vezes religioso, uma vez que o poder temporal e espiritual andava intimamente associado). Apesar de esta existência não configurar necessariamente uma “*organização municipal*”, Sousa (1825) recorda que o Concelho teve diferentes interpretações: “*Antigamente tomou-se esta palavra na significação de Synodo, Concilio, Assembleia Ecclesiástica. Hoje entende-se pela Camara, ou Corpo do Senado de alguma Villa; e também pela mesma sessão, e deliberação do Concelho, ou Vereação*”. Quanto à sua organização até meados do século XIII nos concelhos, tal como nos coutos e nas honras, “*o esquema dos seus órgãos administrativos e judiciais variava, mas tinha habitualmente como centro uma câmara formada por vereadores eleitos pelo escol social local e presidida por um juiz, nomeado pelos senhores donatários eclesiásticos ou nobres, ou também eleito*” (Valério, 2001, p. 27).

Como assinala Capela et alii (2006, p. 18): “*É através do município e ordem municipal que a Coroa e a Ordem Senhorial ao longo dos Tempos Modernos se articulam com as paróquias, acabando no essencial o município por enquadrar e suportar quasi completamente a condução das medidas e políticas régias para o território*”. A este respeito Moura (1913, p. 68) descreve:

“Na faixa occidental da península, que depois do seculo XII se chamara Portugal, appareceu um poder unitário o poder real (...). A organização administrativa do reino de Portugal começou por ser muito confusa; era o que podia

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

ser, com diversíssimas jurisdições, com foraes que variavam de concelho para concelho, com privilegios de pessoas e de logares que tambem variavam conforme os reis mais ou menos careciam dos nobres para as guerras do tempo”.

Para Vasconcelos (1942.III, pp. 11-12) estas terras podiam constituir-se como domínios políticos, religiosos ou apenas como “*simples área geográfica, de limites certos ou vagos*”, o que sucedeu no início da nacionalidade durante os séculos XII e XIII (loc. cit.) à designação de “*território*”, que “*significava distrito administrativo e militar, a que presidia um ‘tenens’ (...)*” ou então “*as ‘terras’ constituíam ao mesmo tempo comarcas judiciais, ‘julgados’ (...)*”. Em sentido amplo a divisão do reino em “terras” perdurou até à consolidação do trono - meados do século XIII – e à sua organização régia agrupando até então os “*coutos*” – titulados por donatários eclesiásticos, as “*honras*” dos nobres - e os “*concelhos*” – “*senhorios colectivos populares*” (Valério, 2001, p. 27). Para Vasconcelos (1942.III, pp. 11-12) “*os ‘julgados’ constavam de freguesias (...). Depois que no decurso do séc. XIV, a existência de ‘concelhos’ se alargou por todo o reino, aparece esta designação mais frequentemente do que a de ‘julgado’*”, denominação que veio também a substituir a de “*préstamos, casais, aldeias ou freguesias cujos rendimentos, no todo ou em parte, revertiam em beneficio de um prestameiro (prestamarius)*”. Entre outras designações territoriais a de “*provincia*”, que passou da geografia para o direito administrativo (op. cit., p. 1068), teve origem nas comarcas constituídas por unidades de menores dimensões, os concelhos, “*povoações a que foram concedidos foraes nos primeiros séculos da monarquia*” (op. cit., p. 1070), que se foram afirmando em torno de interesses comuns entre os vizinhos residentes em lugares próximos.

Recorde-se que a necessidade de reorganização administrativa do reino associada a fatores de ordem económica, social, política e até militar (op. cit., p. 137) esteve igualmente na origem da divisão do reino, por D. Dinis, em seis comarcas ou regiões consideradas no testamento do monarca (Silveira, 1997, p. 25): Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Além-Tejo e Algarve. Estas são, simultaneamente, circunscrições administrativas, judiciais e fiscais, sob alçada de um representante do monarca: tenente, meirinho-mor, corregedor. De acordo com Azevedo (1921, p. 1067) a designação da Estremadura “*documenta perfeitamente o grau de abatimento a que ficou reduzida a mesma provincia, convertida em campo de batalha cristãos e de muçulmanos*”. Esta vasta região abrangia a parte portuguesa e a espanhola, separadas pela provincia da Beira, cujos limites se

foram alargando em função do povoamento e repovoamento e das necessidades administrativas impostas pela organização do território.

Numa evolução que acompanha a afirmação do reino Valério (1997, p. 27) descreve que “no século XIV, os espaços regionais transformam-se mesmo em circunscrições administrativas, as ‘comarcas’”, cuja origem (op. cit., p. 19), remonta ao século XVI, existindo 28 circunscrições deste tipo em 1541”. Prossegue, esclarecendo:

“A par das comarcas, cujo número foi crescendo, foram-se constituindo as ouvidorias, unidades de natureza equivalente àquelas, agrupando concelhos pertencentes aos donatários da coroa, chefiadas pelo ouvidor, magistrado que exercia funções idênticas às de corregedor, mas cuja nomeação cabia ao donatário”.

A designação destas unidades administrativas, que Sousa (1825) apresenta como derivada “do Alemão ‘Marca’, que quer dizer limite, e vem a ser o mesmo que Territorio com limite, ou marca. He o espaço de terra em que se encerra a jurisdição de hum Corregedor”, (op. cit.) ou seja, “o Magistrado que tem jurisdição em toda huma Comarca sobre os Juizes della, os quaes lhe devem dar parte dos casos mais graves que acontecem, e para elles se recorre por Aggravo dos ditos Juizes”. Acerca da sua evolução Vasconcelos (1942.III, p. 15), confirma que “após a extinção das tenências, pelos fins do sec. XIII (...)”, sendo evidente a partir dos finais do século XIV, em 1383 nas ‘Chancelarias’ de D. Fernando, surge a “menção de ‘Comarcas’” (op. cit., p. 17). Relata o autor que esta designação é ainda utilizada em estudos dos séculos XVI-XVII, “mais como reminiscência do passado, do que como expressão oficial” (op. cit., 18-19). Ao tempo de D. João III (1530-1550) o número de comarcas, conjuntamente com o de dioceses, foi significativamente ampliado.

O resumo das unidades administrativas existentes em 1527, arroladas por Galego e Daveau (1986, p. 17), assim o confirma.

Quadro II, 2 – Comarcas do Reino (1527)

Comarcas	Cidade	Vila	Concelho	Total U.A. ⁴⁰	Média Moradores
Entre Douro e Minho	2	12	30	59	55010
Trás-os-Montes	1	22	36	60	35587
Estremadura	2	121	1	128	65421

40. As Unidades Administrativas – U.A. - consideradas são as seguintes: Cidade, Vila, Concelho, Couto, Honra, Terra, Julgado, Comenda, Lugar (Galego e Daveau, 1986, pp. 17 e 18)

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Comarcas	Cidade	Vila	Concelho	Total U.A. ⁴⁰	Média Moradores
Beira	4	109	130	260	66804
Entre Tejo e Odiana	3	111		116	48796
Algarve	2	9	-	11	8797
Total	14	384	197	634	280415

Fonte: Galego e Daveau, 1986, pp. 17 e 22

Neste processo Valério (2001, p. 27) chama a atenção para que, “*ao nível das terras e a substituição destas por uma divisão*” a partir do início do século XIV acompanha a organização do reino que tende a especializar-se com a separação da administração militar da administração civil “*estável do país em seis províncias, cada uma com um governador militar e um corregedor civil, com funções administrativas e judiciais. Essas seis províncias eram as seguintes:*

- a) *Algarve, abrangendo as zonas a sul das serras do Caldeirão e de Monchique.*
- b) *Beira, abrangendo o interior entre o Douro e o Tejo.*
- c) *Entre-Douro-e-Minho, depois Minho, abrangendo o litoral a norte do Douro.*
- d) *Entre-Tejo-e-Odiana, depois Alentejo, abrangendo as zonas entre o Tejo e as serras do Caldeirão e de Monchique.*
- e) *Estremadura, abrangendo o litoral entre o Douro e o Tejo.*
- f) *Trás-os-Montes, abrangendo o interior a norte do Douro.”*

A este respeito observam Costa e Neves (1995, p. 78), que com a expansão colonial dos séculos XV e XVI, com a concentração do poder real, “*o reino foi dividido em seis províncias, também chamadas de comarcas: Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Entre-Tejo-e-Odiana (também chamado de Alentejo) e o Algarve (neste caso com a categoria de reino)*”. Como característica comum das unidades de maior dimensão, as “*províncias*” assinala Freire (1739.I, p. 6) o seguinte:

“*São muito povoadas, e de ordinário se vem muitas aldeas, lugares e Vilas em poucas horas de jornada, particularmente na Província do Minho, a qual por esta causa lhe chamaram Cidade continuada, e com razão; pois há perto de hum século, que se contavam nela só (que, como é notório é a menor Província do Reyno) cem mil pessoas capazes de pegar nas armas (...)*”.

No início do século XIX o total destas unidades ascendeu a 44 (op. cit., p. 20). A organização do território assente em comarcas, consideradas como elemento

estruturante da administração em concelhos, que no início do século XIX ascendiam a 803 (Silveira, op. cit., p. 22), foi alterada com a publicação da Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, que veio a suprimir as províncias e as comarcas, criando os “*distritos administrativos*”, divididos em concelhos. Reza este documento o seguinte:

“Artigo 1.º - Haverá no Reino até dezassete distritos administrativos. Cada distrito será administrado por um magistrado de nomeação real, e nele haverá uma Junta de distrito electiva que terá as mesmas atribuições que pelo decreto de 16 do maio de 1832, nº 23, competiam às Juntas provinciais. Os distritos administrativos serão divididos em concelhos (...).”

Ao longo do tempo as unidades administrativas de menor dimensão, tais como as “*paróquias – freguesias*” e os concelhos, mantiveram-se com células estruturantes da vida comunitária e da organização civil e religiosa. Assim se entende o processo de criação das novas freguesias, principalmente a partir do começo de Quinhentos quando se acelerou a autonomização de novas unidades religiosas a partir das existentes. Por sua vez o reforço dos “*municípios*” traduz, segundo Capela et alii (2006, pp. 18 e ss):

“No que diz respeito à construção dos meios económicos e financeiros, tais tarefas municipais dirigir-se-ão em especial ao lançamento e cobrança de impostos, em particular dos dois mais importantes impostos internos da Monarquia, as sisas e as décimas, primeiro com o encabeçamento das sisas, por finais do século XVI, depois com a presidência e controlo das superintendências das décimas pós 1640.”

Complementarmente e em relação à evolução destas circunscrições administrativas, assinala o autor (op. cit., p. 19):

“A partir da 2.ª metade do século XVIII, o Estado pombalino desenvolverá os maiores esforços de ultrapassagem deste poder municipal para uma articulação mais directa com os povos”, nomeadamente a “assumpção das funções da Polícia de que são objecto e tarefas a religião, os costumes, as subsistências, a conservação e segurança dos vassallos. (...). Tal será levado a cabo pela reorientação da actuação dos concelhos, pela actuação mais interveniente dos magistrados régios à periferia (corregedores para a esfera civil e administrativa, provedores para a esfera institucional-religiosa e financeira) e pelo esforço de estender os serviços (gerais) régios às paróquias, tal como o verificado com a criação dos serviços de Polícia (criação dos zeladores de polícia nas aldeias) e os intentos e propostas de criação de outros serviços gerais com extensão directa às paróquias.”

Recorde-se que as freguesias estruturadas em aldeias - que no dizer de Leão (1610 – Descrição), “*são sem numero, porque como no reino ha muita gente, & tem muitas agoas, & fertilidade, he mui povoado tudo*” - têm uma origem de natureza eclesiástica, que assenta em comunidades de natureza religiosa e no exercício, pelo pároco, de um conjunto de funções ligadas à vida dos habitantes: registo de nascimentos, óbitos e casamentos. A designação destas unidades administrativas no exercício de funções relacionadas com a administração pública surgiu apenas com a aprovação da 2ª Constituição de 1822, ficando consignada na Carta de Lei de 25 de abril de 1835. Depois de terem perdido este estatuto com a publicação do Código Administrativo de 1836 – passando a ser dirigidas por uma Junta de Paróquia – recuperaram as suas funções em 1878, quando da publicação do Código Administrativo de Rodrigues Sampaio.

As sucessivas reformas da administração local registadas no decurso de Oitocentos passaram a ter os limites da respetiva paróquia. Já a reforma Administrativa de Rodrigo da Fonseca Magalhães (Decreto de 18 de julho de 1835) altera a divisão administrativa dividindo o país em distritos, concelhos e freguesias, estas geridas por um Comissário de paróquia. No ano seguinte o Código Administrativo confere ao Pároco a responsabilidade de presidir à Junta de paróquia. Por sua vez o Código Administrativo de Passos Manuel (1836) modifica “*a estrutura tradicional da divisão concelhia, suprimindo 498 velhos concelhos e criando 21 novos*”, decisão que será completada pelo Decreto de 24 de outubro de 1855, que leva à extinção de novos concelhos.

Como em tempo notou Capela (2005, p. 21) a propósito desta reforma, “*Tra-ta-se de uma medida centralizadora do poder municipal que através da criação de uma nova rede de concelhos não favoreceu o reforço da ‘comunidade de vizinhos’, identificadora da antiga matriz ‘concelhia’*”. Adianta ainda (op. cit., p. 19) ter ficado comprometido e fortemente dividido “*a comunidade dos eleitos e dos privilegiados, da vila, contra a dos moradores devassos das paróquias do termo rural concelhio*”. Complementarmente (loc. cit.), afirma: “*O poder real, em especial desde meados do século XVIII, com Pombal intentará ir o mais longe possível neste afã de controlar e integrar todo o território, ao pretender instalar-se no seio da comunidade paroquial, aí onde o próprio poder municipal, mais próximo mal entrará*”. Contudo (op. cit. 20), “*Em regra as paróquias e seus oficiais mantêm relativamente às câmaras uma atitude de hostilidade, indiferença, porque efectivamente não há continuidade*

de interesses entre esta ordem municipal tradicionalmente construída ao serviço das governanças, das elites e do marco urbano que se constrói e reforça com base no domínio sobre as populações rurais dos termos”.

Nesta organização territorial a evolução das freguesias e concelhos como unidades administrativas, evoluiu ao longo da monarquia desde a criação das antigas comarcas Dionisianas e, depois, nos concelhos. Aqui o poder das câmaras é exercido, embora com fraca autonomia, face ao poder régio. Com a aprovação do Código Administrativo de 1842 (Costa Cabral), as “*juntas de paróquia*” passam a ter funções de administração da ‘*fábrica da Igreja*’ e dos bens da paróquia, ficando dependentes do Administrador do concelho. Por sua vez o Código Administrativo de 1878 acentua a separação entre o Estado e a Igreja, estabelece a separação entre a administração dos bens do culto e os bens de interesse coletivo da população, deixando de caber a presidência da junta ao pároco, passando a autonomizar-se em relação à vida religiosa da freguesia.

A divisão administrativa contemporânea foi ainda estabelecida com base nos distritos, unidades administrativas de maiores dimensões criadas quando da implantação do liberalismo e que perduraram até 2011. Anteriormente à revolução liberal e de acordo com Sousa (1825), “*Districto significa território, extensão de terreno dentro de certos limites, sujeita a certos Magistrados, Prelados, e Juizes. Entende-se também pela extensão do poder de hum oficial público*”. Esta divisão surge com a Constituição de 1822 (Título VI, Cap. I, Artº 212) e ganhou forma através da carta de lei datada de 25 de abril de 1835, segundo a qual (Artigo 1º):

“Haverá no Reino até dezassete distritos administrativos. Cada distrito será administrado por um magistrado de nomeação real, e nele haverá uma Junta de distrito electiva que terá as mesmas atribuições que pelo decreto de 16 de maio de 1832, nº 23, competiam às Juntas provinciais. Os distritos administrativos serão divididos em concelhos. O território do ultramar será dividido em distritos administrativos que se julgarem necessários para o bem do serviço e comodidade dos povos”.

Não obstante integrarem territórios geograficamente diversificados, “*que ora abrangem ora parcelam as antigas unidades provinciais*” (Serrão, 1989.II, 322), “*os distritos foram organizados em atenção a um centro, a uma capital, tendo em conta a facilidade de comunicações, que o caminho-de-ferro primeiro e depois a estrada haviam de tornar efectivas*”. De acordo com o mesmo autor (loc. cit.), não sendo

divisões *“puramente arbitrárias, antes procuraram, a despeito da sua heterogeneidade aparente, certo equilíbrio na área, na população, na relação com os centros principais, que a função administrativa, por outro lado veio impulsionar”* (loc. cit.). Esta divisão serviu ainda de base à estruturação da rede de comunicações rodoviária, o que facilitou as acessibilidades entre as sedes concelhias e as sedes distritais, quase todas coincidentes com a sede da Curia Diocesana de natureza religiosa.

A confirmação destas unidades administrativas surge no reinado de D. Maria II através da reforma de Mouzinho da Silveira, com o intuito de acabar com a proliferação de divisões administrativas herdadas da Idade Média. Esta permitiu *“reorganizar a administração local em novas bases, determinando a divisão do Reino ‘até dezassete distritos administrativos’, os quais agrupavam um certo número de concelhos”* (Sousa, 1979, p. 18). Prossegue o mesmo autor, afirmando que *“Estavam assim criados os distritos, solução de compromisso entre as províncias, circunscrições mais extensas e as comarcas, com área mais reduzida, os quais, com excepção do de Setúbal, desmembrado do distrito de Lisboa em 1926”*.

Este processo foi completado com a aprovação do Código Administrativo de 1940 (Art. 1º), que confirmou a divisão do continente *“em concelhos, que se formam de freguesias e se agrupam em distritos e províncias”*. Desta divisão sobressai, ainda, a divisão dos concelhos em *“concelhos rurais”* e *“concelhos urbanos”* (Art. 2º) nas condições seguintes (1º): *“São concelhos urbanos, ‘os que tenham sede em cidade de 25.000 ou mais habitantes, ou de 20.000 ou mais, sendo capital de província, se a população da sede corresponder à quarta parte, pelo menos, da população total do concelho’*. Esta classificação inclui ainda a divisão dos concelhos em 1ª, 2ª e 3ª ordem (Art. 3º), consoante os critérios estabelecidos na legislação sendo que (Art. 12º): *“Têm categoria de vila todas as povoações que forem sedes de concelho”* e *“A categoria de cidade só poderá ser conferida às vilas de população superior a 20:000 habitantes, com notável incremento industrial e comercial, servidas por grandes vias de comunicação e dotadas de instalações urbanas de água, luz e esgotos”*.

Neste vasto período e ao tempo da monarquia absoluta, o reforço dos seus poderes foi confirmado através da criação de diferentes divisões territoriais relativas à administração das forças armadas, judicial, eleitoral, marítima, alfandegária e aduaneira, esta através das alfândegas marítimas e alfândegas de raia com Espanha. A sua criação junto da fronteira testemunha a importância do comércio nesta área, auxiliada pela anterior construção da linha de defesa militar e a par-

tir de então a criação de novos serviços em postos especializados, que no final de Oitocentos estavam situados em Valença, Chaves, Bragança, Barca de Alva, Aldeia da Ponte, Idanha-a-Nova, Portalegre, Elvas e Serpa, muitos deles contendo na sua dependência delegações noutros lugares. Nesta sequência refirma-se a importância da sucessão do poder régio ao longo de diferentes dinastias que vão estruturando a monarquia cabendo a múltiplas instituições régias, religiosas, civis e outras reforçarem o sentido de Nação.

A par da criação das unidades administrativas acima descritas e nalgumas circunstâncias muito antes de algumas delas, a matriz estrutural das instituições eclesíásticas de base paroquial – a “*diocese*” - com regras, ordem e ligação entre os elementos e estruturas de natureza territorial e humana, funcionou como base da organização do território e das comunidades. Este padrão de funcionamento constitui o exemplo de um sistema, como um todo integrado onde os diferentes elementos e unidades orgânicas do conjunto interagem entre si e trabalham para a prossecução dos fins estabelecidos pelo poder eclesial da igreja católica e do monarca. Além do poder espiritual sobre os fiéis da comunidade, a hierarquia eclesíástica exerce-se sobre um espaço alargado, habitado por crentes e não crentes, constituído por áreas com características físicas e culturalmente diferenciadas, onde os agentes pastorais exercem a sua ação obedecendo às regras do apostolado. Estas comunidades de fiéis e círculos de intervenção doutrinal, com os seus responsáveis e obreiros, dependem hierarquicamente do Bispo ou Pastor, nomeado pelo Papa. Eis, de forma breve, a configuração orgânica da Igreja católica com a sua cadeia de comando e círculos de organização apostólica e territorial.

A criação de paróquias e o aumento dos números de fregueses permitiu o alargamento do mapa de divisões de natureza religiosa. Vejamos alguns traços dessa estruturação. A mais antiga Província eclesíástica teve a sede em Braga – Diocese metropolitana - cuja restauração data de 1070. Por sua vez a segunda província foi criada em 1394, com a elevação da diocese de Lisboa – restaurada em 1147 – a Arquidiocese. A criação da terceira província corresponde à elevação da diocese de Évora – restaurada em 1165 – a Arquidiocese, em 1540. A descrição da Enciclopédia Católica Popular define Diocese⁴¹ (do gr. = governo, administração), como unidade de governo religiosa cujo “*termo transitou da administração do Império Romano para a Igreja, embora só a partir do séc. IV passasse a ter a actual significa-*

ção de ‘porção do povo de Deus confiada a um bispo’ (cf. CDC 369)”. O reforço da diocese de Braga⁴²

“Data do século III, sendo conhecido do primeiro período da sua história apenas o Bispo Paterno cujo nome figura nas actas do I Concílio de Toledo de 400. Já neste primeiro período tinha dignidade metropolitana, com jurisdição sobre todo o noroeste da Península (Galécia), tendo dela dependentes os bispados de Conímbriga, Viseu, Dume, Lamego, Porto e Egitânia”.

Durante o período de dominação muçulmana a diocese de Braga foi transferida para Lugo (loc. cit.):

“Após a reconquista cristã, mesmo antes da fundação da Monarquia, foi definitivamente restaurada a Arquidiocese (1070). O Bispo D. Pedro pôde fixar-se definitivamente em Braga, promovendo a reconstrução da devastada Cidade. Começou pela Catedral, dedicada liturgicamente em 29 de agosto de 1089 pelo Legado do Papa, o Arcebispo D. Bernardo de Toledo. Desde então seguiu-se uma cadeia ininterrupta de 56 arcebispos. Depois de célebre contenda com a Sé de Compostela, Inocêncio III, em 1199, dá a Braga como sufragâneas as Diocese de Porto, Coimbra e Viseu (em Portugal), e mais cinco em território da Espanha”.

Esta relação foi quebrada nos finais do século XIV quando as dioceses de Leão e da Galiza deixaram de lhe prestar obediência. Na parte restante do território a importância das dioceses religiosas na estruturação do reino e no povoamento conta com outros exemplos, nomeadamente a diocese de Coimbra⁴³, “com sede primitiva em Conímbriga, uma das mais importantes cidades da Lusitânia”, deve “datar dos fins do século IV ou princípio do V”, sendo que (loc. cit.),

“A campanha de Almançor (987) desorganizou a vida cristã nestas regiões, mas a diocese deve ter-se mantido, embora em condições precárias, porque em 1018 aparece o bispo Afonso com o título de Coimbra. Depois da reconquista definitiva desta cidade, a 9 de julho de 1064, Fernando Magno nomeou governador ao moçárabe Sesnando. Este escolheu para bispo a D. Paterno (...) a quem se deve a fundação ou, pelo menos, a reorganização do cabido e a criação da escola episcopal”.

41. E.C.P. - <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/> 20DEZ12

42. <https://www.bensculturais.com/braga/457-historial> 12NOV20

43. <https://www.bensculturais.com/coimbra/463-historial> 25SET21

Ao tempo de D. Afonso Henriques foi erguida a Sé catedral na margem esquerda do Mondego. Tal como Coimbra, Viseu e Porto contam-se entre as dioceses mais antigas do reino de Portugal. De acordo com a fonte, *Bens Culturais*⁴⁴, “A primeira referência documental a um Bispo viseense - *Remisol Episcopus Visensis* – data de 572, no II Concílio de Braga, mas a posição da assinatura, a seguir ao metropolitano de Braga, remete-nos para uma fundação mais antiga, anterior ao I Concílio, realizado em 561”. Acresce a esta afirmação a seguinte (loc. cit.):

“Na época a circunscrição diocesana era muito extensa, abrangendo grande parte da zona centro, até à Cidade Rodrigo. Na sequência da conquista muçulmana, em 713-714, foi destruída a primitiva Catedral. A cidade foi retomada pelos cristãos em 880 e restaurou-se a diocese, mas nos finais do séc. X Almansor recuperou o domínio muçulmano sobre Viseu. Após a reconquista definitiva por Fernando Magno, em 1058, o depauperamento em que se encontrava a região determinou que a diocese fosse anexada à de Coimbra, passando a Sé a ser governada por priores, nomeados pelo bispo conimbricense. O segundo prior, D. Teotónio (1082-1162), é o padroeiro da diocese de Viseu. Em 1147 D. Afonso Henriques restaurou a diocese de Viseu, escolhendo para seu prelado D. Odório”. Por sua vez, a diocese do Porto⁴⁵,

“Remonta a 561, já que a sua criação terá ocorrido entre o I Concílio de Braga (561) e a divisão ou reorganização administrativa aprovada pelo rei Teodomiro (569), na qual já figura a Diocese do Porto constituída por 25 paróquias, onde 18 delas seriam núcleos populacionais mais desenvolvidos, e as restantes 7 áreas mais despovoadas. A Diocese foi restabelecida em 1112, tendo como primeiro bispo, o arcediogo da Sé de Compostela, D. Hugo. Meinedo (*Magnetis*) é, na actualidade, uma freguesia pertencente ao concelho de Lousada que dista da cidade do Porto cerca de 30 km, e terá sido, muito provavelmente a primeira Sé da Diocese do Porto”.

Já a antiga diocese de Lamego,

“Sabe-se que o primeiro bispo Sardinário assistiu ao Concílio de Braga de 572, podendo pois concluir-se que a criação da diocese se formalizou cerca do ano 570, por influência de S. Martinho de Dume que a submeteu naturalmente à metrópole bracarense. (...) Durante a ocupação muçulmana a sucessão prosse-

44. <https://www.bensculturais.com/viseu/499-historial> 25SET21

45. <https://www.bensculturais.com/porto/486-historial> 25SET21

guiu, sem descontinuidade, na Galiza. A sede no entanto não foi restaurada logo após a reconquista, ficando unida à de Coimbra até cerca de 1143, quando D. Afonso Henriques a proveu de bispo residencial na pessoa de D. Mendo (...)”.

Da sua história, consta⁴⁶:

“Antes da formalização da diocese, Lamego esteve sujeita a Mérida, metrópole de toda a Lusitânia; cerca de 570 foi anexada a Braga; em 666 voltou para Mérida e em 1145 de novo para Braga; em 1257 passou para Compostela, por interesses políticos; cerca de 1403 o Papa mudou-a para Lisboa, e assim se manteve até 1891, ano em que voltou a depender de Braga até aos nossos dias”.

Com o alargamento das fronteiras da coroa para sul do Mondego, a referência ao primeiro bispo de Lisboa data dos inícios do século IV. Segundo uma fonte eclesiástica do Patriarcado de Lisboa⁴⁷,

“No século V chegaram os bárbaros. Sob a monarquia visigótica, os bispos de Lisboa participaram em vários concílios, de Toledo, de Viarico no de 633 a Landeric no de 693. Como sucedeu por toda a parte, datará desta época a descentralização do culto, da cidade para os campos em redor, constituindo-se as primeiras paróquias rurais. Dos princípios do século VIII a meados do XII, Lisboa esteve sob domínio muçulmano. Não conhecemos o nome de nenhum dos seus bispos deste período, mas continuaram a existir cristãos na cidade e seu território. Aquando da tomada de Lisboa aos mouros, em 1147, existia um bispo moçárabe (= cristão sob domínio muçulmano) em Lisboa”.

Posteriormente (loc. cit.), *“Depois da conquista, a diocese foi refeita, ficando por seu bispo o inglês D. Gilberto, vindo com os cruzados: Lisboa ficaria oficialmente ligada (sufragânea) à arquidiocese de Compostela até ao fim do século XIV (...)*”.

Note-se que só depois do processo de reconquista as antigas circunscrições religiosas, nomeadamente a de Braga, passaram a exercer a sua atividade apostólica em pleno sob a proteção do poder armado e régio. Este ficou consolidado com a batalha do Campo de Ourique (1139) – na qual o Infante D. Infante *“conseguiu uma vitória mui importante, o aclamaram Rei as suas Tropas”* (Lima, 1743.I, p. 198) - e do Tratado de Zamora (1143) confirmado pela Bula Papal de Alexandre III – *“Manifestis Probatum”* (1179) - que sustentam a criação do reino de Portugal. Prossegue o mesmo autor (loc. cit.):

46. <https://www.diocese-lamego.pt/historia> 25SET21

47. <https://www.patriarcado-lisboa.pt/site/index.php?cont =40&tem=75> 12NOV20

”Até finais do século 14, partes do território português estiveram englobadas em dioceses cuja sede se situava no Reino de Leão, depois Reino de Leão e Castela, nomeadamente nas dioceses de Tui, Cidade Rodrigo e Badajoz. Essa situação terminou durante o chamado grande cisma do Ocidente (1378-1417), devido à divergente obediência de Leão e Castela (papa de Avinhão) e de Portugal (papa de Roma) (...). O rearranjo territorial veio a articular-se com a restauração da diocese de Ceuta, com sede em África, mas parte do seu território no Continente português até 1570.”

Em resultado desta evolução, em 1394, a elevação a Arquidiocese de Lisboa torna-a sede da segunda província eclesiástica, responsabilidade que a partir de meados de Quinhentos partilha com Évora, então elevada à mesma categoria. Este comprometimento decorre das tarefas de evangelização e de outros acontecimentos, como a expulsão dos judeus da vizinha Espanha. A sua evolução no tempo fez cair as dioceses de Silves, Elvas e Miranda – registadas por Leão (1610 – Descrição) e as cidades de Tavira e de Lagos (loc. cit.), “*que não tem bispos*”. À data o reforço das circunscrições eclesiásticas está relacionado com acontecimentos externos associados aos movimentos de Reforma, à evolução do império ultramarino, bem como à vontade do monarca em reforçar o poder régio e consolidar no território nacional a Contra-Reforma religiosa decorrente do Concílio de Trento.

Quadro II, 3 - Criação de Dioceses

Províncias	Dioceses	Data da criação
Bracarense	Braga	Ano 37 d.C.
	Bragança	22 de Maio de 1545
	Porto	Ano 41 d.C.
	Aveiro	12 de Abril de 1774
	Coimbra	Ano 409 d.C.
	Viseu	Ano 572 d.C.
	Pinhel	1774
Lisbonense	Lisboa (Patriarcado)	7 de Novembro de 1716
	Lamego	Ano 293 d.C.
	Guarda	Ano 572 d.C.
	Castelo Branco	15 de Junho de 1771
	Leiria	11 de Junho de 1541

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Províncias	Dioceses	Data da criação
	Portalegre	2 de Abril de 1550
	Angra	3 de Novembro de 1534
	Funchal	10 de Julho de 1770
	Cabo Verde	3 de Novembro de 1532
	Santo Tomé	3 de Novembro de 1534 (?)
	Angola e Congo	13 de Julho de 1597
Eborenses	Évora	4 de Fevereiro de 1557
	Elvas	3 de Dezembro de 1609
	Beja	Séc. VI – Restaurada em 1774
	Algarve	Séc. IV – Restaurada em 1189
Goa	Goa	4 de Fevereiro de 1557
	Cranganor	3 de Dezembro de 1609
	Cochim	4 de Fevereiro de 1557
	Meliapor	9 de Junho de 1606
	Malaca e Timor	4 de Fevereiro de 1557
	Macau	10 de Fevereiro de 1575
	Nanquin	10 de Abril de 1690
	Pequin	10 de Abril de 1690
	Moçambique (Prelazia)	1612
Europa:	17	
Ultramar	14	

Fonte: Ayala, 1855, p. 290

De acordo com as orientações conciliares a criação de novas dioceses obriga a uma presença mais efetiva das autoridades da Igreja junto dos fregueses e um maior controle da população associado à criação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição e à sua ação sobre os crimes da religião. É no século XVII e sobretudo no reinado de D. João III (1521-1557) que se criam novas Dioceses, a saber: Miranda do Douro, Leiria e Portalegre, dotando-as de construções edificadas – Sé Catedral – marcadas pela sua dimensão, arranjo interno e traçado exterior, contrastante com o casario medieval das povoações beneficiadas. Estas novas construções juntam-se às demais catedrais de Braga, Coimbra, Lisboa, Évora, Porto, Viseu e Lamego, Guarda, Silves e Funchal. No dizer de Sérgio (1979, p. 99), “a

Inquisição suprimiu a possibilidade de um pensamento criador, destruindo, pois, os germes de humanismo científico da grande época dos Descobrimentos". Prossegue afirmando (op. cit., p. 84) como estes contribuíram para que os portugueses tivessem "essa visão da realidade exótica" de diferentes paragens, notando os enganos dos geógrafos e naturalistas da Antiguidade e perdendo, perante tais documentos e experiências adquiridas, "a atitude da superstição". Citando Duarte Pacheco e o seu "Esmeraldo de Situ Orbis", transcreve-se a sua afirmação (op. cit., p. 85): "A experiência é madre das coisas, e por ela soubemos radicalmente a verdade", alcançada através do aumento qualitativo e quantitativo do conhecimento humano e de uma visão alargada da humanidade e de uma "cultura-mundo" (Barreto, 1987, p. 10) de extensão planetária atingida pelo domínio dos mares. A este respeito reproduzimos a evocação de Garcia da Resende⁴⁸:

*"Outro mundo encoberto
vimos então descobrir,
que se tinha por incerto:
pasma homem de ouvir
ho que sabe muyto certo,
que cousas tão grandes sam
hos da Índia e Iucatam,
e quam na China espantosas
que façanhas façanhosas
no Brasil e no Perú vaam?"*

*"Outro mundo vimos,
per nossa gente se achar,
e o nosso navegar
tam grande, que descobrimos
cinco mil léguas per mar (...)"*

A coincidência temporal destes movimentos com a realização do concílio Tridentino, reunião magna e reformadora da Igreja por altura do reinado de D. João III, obriga a uma breve menção a este monarca. Para Castro (1763.II, p. 331), "os princípios do seu reinado forão tecidos com egrégias acções de piedade, clemência, e generosidade". Prossegue, afirmando (loc. cit.):

48. Crónica de D. João II e Miscelânea

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

“Reformou muitas das Religiões, que hião decabindo da sua primitiva observância. Admittio em Portugal a Religião denominada da Companhia de Jesus, e lhe instituiu em diversas partes do Reino Collegios; devendo-se a este monarca a gloria da conversão da gentildade em tão continuados progressos na Asia, Africa, e America, que naqueles primeiros tempos souberam plantar com zelo aquelles Religiosos”.

Depois desta data o processo de aglutinação da administração clerical levou à extinção e posterior reconstrução de algumas dioceses nas capitais de distrito criadas pela reforma administrativa liberal. Documentos religiosos mencionam:

“Diocese tem como expressão monumental, lugar de culto principal, o edificio da Sé ou Catedral⁴⁹. Também chamada sé. É a igreja-mãe da Igreja episcopal ou diocese. (...). Como centro da vida litúrgica da diocese, devem ser nela asseguradas as principais celebrações do ano, sob a presidência do bispo e, ao longo do ano, as restantes pelo cabido catedralício”.

As notas anteriores relacionadas com a administração paroquial servem de exemplo à estruturação do território nacional pela Igreja católica antes de se tornar efetivo o poder régio decorrente do processo de reconquista e da estabilização das fronteiras com Castela aquando da assinatura do tratado de Alcañices (1297) entre D. Dinis de Portugal e D. Fernando IV de Leão e Castela. Com este tratado reduziram-se as ocasiões de luta armada travadas pelos exércitos em terras raianas, pela posse do terreno e na ausência de limites naturais, os postos de defesa e as fortificações construídas ao longo do seu percurso, desempenharam essa função. Esta ocupação permitia conter a ação periódica das razias, incursões, cavalgadas e fosados, devastações praticadas sobretudo na primavera e verão (Rosa, 2019, p. 15),

“Quando o clima era propício à deslocação dos exércitos e à realização das operações, foi sobretudo uma guerra de desgaste e de devastação, com campanhas de curta duração, num raio de ação limitado e deixando um rasto de destruição significativo: destruição de casas, de colheitas, de terras e meios de produção; traumas nas populações; despovoamento; fomes; quebra demográfica; caos”.

O registo histórico das contendidas entre os dois países não ficou resolvida no século XIII uma vez que ao tempo de D. João III, em 1542, voltou a assinar com Carlos I uma demarcação sobre os limites na área fronteira de Moura. Esta si-

49. ECP <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/> 10OUT21

tuação sai fora do estabelecimento das fronteiras naturais seguindo o modulado do terreno e o curso de alguns rios, estando dependente de acidentes naturais que configuram a prevalência das condições naturais de defesa estabelecidas pelo tratado de Badajoz – delimitação da fronteira entre Portugal e Castela em 1267 pelo curso do Guadiana - e de Alcañices, em 1297, em que incorporou alguns domínios a leste do leito deste rio.

O isolamento e as atividades da população que acompanham o incremento do povoamento e a evolução demográfica das primeiras dinastias assentam no crescimento natural dos habitantes em função da sua adaptação ao meio natural, às guerras e às lutas internas, às pestes e às crises das subsistências, às necessidades de defesa e de movimentação interna, justificando que alguns dos limites estabelecidos não coincidam com acidentes naturais. Em 1801, na sequência da Guerra das Laranjas, Olivença foi ocupada pelos espanhóis, situação admitida desde então. Entende, Amaral (s/d), que a evolução política e armada na Europa e a aliança entre Portugal e a Grã-Bretanha – baseada relação com o “*mercado britânico, na vulnerabilidade do comércio português ao ataque da frota britânica e à dependência do abastecimento alimentar de fornecimentos externos*” – por ser contrária aos interesses da aliança Franco-Espanhola do final de Setecentos, conduz à declaração de guerra de Espanha a Portugal por este não aceder abandonar a velha aliança com Inglaterra e fechar os portos aos navios desta nacionalidade.

Na frente portuguesa (RTP)⁵⁰,

“A campanha militar espanhola decorreu em três frentes distintas, Trás-os-Montes, Algarve e Alentejo, e foi nesta última região que houve avanços significativos. Elvas foi cercada e os exércitos espanhóis tomaram Olivença, Juromenha, Arronches e Campo Maior, avançando depois para Portalegre e Castelo de Vide. As fortificações portuguesas encontravam-se em mau estado e o exército português estava parcialmente desmobilizado. A campanha durou apenas 18 dias, entre 20 de maio e 6 de junho de 1801, e cessou quando as negociações que decorriam em paralelo entre Portugal e Espanha foram bem-sucedidas”.

Por sua vez na frente da América do Sul, onde os confrontos entre as duas nações ibéricas mantinham acesas disputas sobre a posse desse continente, na região fronteiriça do Brasil com o Uruguai, “*as forças portuguesas que avançaram*

50. RTP - <https://ensina.rtp.pt/artigo/inicio-da-guerra-das-laranjas-entre-portugal-e-espanha-texto-colocado/> 16MAI21

em território espanhol e ocuparam várias localidades da região das chamadas “Missões Orientais”, no que é hoje a província brasileira do Rio Grande do Sul”. No acordo assinado entre a Corte portuguesa e a República Francesa - tratado de Madrid, 29 de setembro de 1801, seguido da Paz de Badajoz – as duas partes comprometem-se a “cessar as hostilidades e a promover a amizade entre as duas potências” e Portugal comprometeu-se ainda a pagar à França uma indemnização de um milhão de francos, o estabelecimento de novos limites entre o Brasil e a Guiana francesa e o reconhecimento da soberania espanhola sobre Olivença.

3 – POVOAMENTO LITORAL E FRONTEIRIÇO

O processo de construção do reino e da sua administração ao longo da monarquia foi acompanhado de diferentes movimentos da população relacionados com o crescimento natural e os movimentos migratórios, mormente de população escrava não contabilizada nos levantamentos dos habitantes, que na fase final da monarquia tomaram como referência as unidades territoriais existentes: paróquias, concelhos, comarcas e os distritos decorrentes da reforma administrativa conduzida pela revolução liberal. O seu arranjo interno assente em dezassete unidades distritais deu forma ao novo mapa administrativo do país, em 1835 - 811 concelhos - conduzindo à extinção de quase meio milhar de concelhos em 1836 – passando para 351 – acentuando, com estas medidas, a unidade do estado em torno do governo central presidido pela então rainha D. Maria II.

Com a implantação da república, António José da Almeida apresentou à Assembleia Nacional Constituinte uma proposta de lei, propondo (Art. 1º): “*O território da República no Continente divide-se em Províncias, estas em Distritos, os Distritos em Concelhos, estes em Paróquias. As Províncias constituem pela federação de Distritos*”. No seguimento desta aprovação a ‘Lei n.º 88 de 7 de agosto de 1913’ cria as “*Paróquias civis*” -, posteriormente designadas por “*Juntas de Freguesia*” - separando da sua alçada as competências sobre a “*Fábrica da Igreja*” e outras funções relacionadas com a paróquia religiosa. A designação aprovada em 1913 – “*Paróquia civil*” – deu definitivamente lugar à “*Freguesia*” (Lei nº 621, de 23 de junho de 1916), a cargo da respetiva junta integrada num determinado concelho. Legislação posterior ao período da Monarquia Constitucional, na República e

Estado Novo, criam-se novas unidades, as onze “*Províncias*” criadas na Constituição de 1933 – título VI - e suprimidas em 1959. Por sua vez a Constituição de 1976 estabelece (Art. 238º) uma outra organização administrativa, a saber: “1. *No continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. 2. As regiões autónomas dos Açores e da Madeira compreendem freguesias e municípios*”.

A ação centralizadora e de reforço dos serviços centrais do Estado foi acompanhada de forças distintas que concorrem para a sua estabilização e desenvolvimento e de forças centrípetas que promovem o aumento das acessibilidades entre a capital e os outros lugares, em particular com as sedes das principais unidades administrativas. Contrariamente a estas, a interferência de resistências que afastam essa relação de proximidade (forças centrífugas) permitiram a saída de cidadãos do próprio reino através dos movimentos emigratórios registados em Portugal desde o início da expansão marítima. Da ação destes fatores internos e externos evocamos, em primeiro lugar, aspetos relacionados com o povoamento interno e o desenvolvimento de atividades marítimas passando, em seguida, à construção do povoamento interior.

O sistema de povoamento do litoral português assenta no aproveitamento das possibilidades de circulação permitidas pela extensão das fozes e da parte terminal dos principais cursos de água, bem como das condições gerais de sedimentação impostas pelo declive e carga sólida transportada através do leito dos rios. A estas condições associa-se a evolução dos processos de sedimentação gerais, sobretudo na fachada atlântica, por ação das correntes marítimas no sentido norte-sul com a deposição de sedimentos e alteração dos limites da linha de costa. Toma-se como exemplo a formação da laguna de Aveiro, a variação dos limites da foz do rio Vouga, as obras de abertura da barra oceânica na Figueira da Foz do Mondego ou já do rio Lis, para ilustrar tais exemplos. A este processo de sedimentação costeira juntam-se os efeitos dos ventos e a formação dos cordões dunares que juntamente com as condições anteriores dificultam o acesso às entradas das barras, num processo que se repete ao longo de séculos relacionado, também, com a variação dos níveis do mar ao longo dos tempos geológicos. Na sua essência ao longo do litoral português e das fozes dos principais cursos de água formaram-se terraços e praias levantadas, dispostas em escadaria (Ribeiro, 1973, G.H.4A), com níveis médios de 130-120m, 90-80m, 60-50m, 30-20m, 15-10m e de 6 metros, desenvolvidas

em função das oscilações das águas do mar.

Na sua configuração genérica e tendo em atenção as correntes dominantes ou o aproveitamento das condições morfológicas do terreno, a rede de ancoradouros naturais abertos à circulação e comércio de cabotagem costeira e de longo curso favorece desde a antiguidade a construção de infraestruturas portuárias para fins comerciais, piscatórias e a carpintaria naval, antes da sua substituição por estaleiros metálicos. Os esforços desenvolvidos depois da criação do reino de Portugal com a construção de frotas dependentes da coroa e de particulares são patentes desde D. Sancho I, e depois com D. Dinis que promoveu a organização da Armada Real em período de navegação dos barcos genoveses no Atlântico fazendo a ligação entre a bacia do Mediterrâneo e os portos setentrionais da Europa.

Produtos vários fazem parte das transações comerciais que preenchem as rotas entre o sul e o norte da Europa: uns, sendo produtos da terra e outros, pescado seco e salgado, transacionados em diferentes locais portuários animados por um comércio interior que estendia os seus limites num *hinterland* de dimensão variável consoante a riqueza e as produções dominantes nas regiões vizinhas. Neste contexto temos de assinalar que sendo a atividade comercial próspera e atraindo comerciantes de diferentes nacionalidades, exigia ações de defesa consubstanciadas na construção de fortes junto dos cais e de torres de vigia em promontórios e ao longo da costa, que procediam à vigilância litorânea contra as investidas de corsários mouros e de povos do norte da Europa, em particular os Normandos ou ‘homens do Norte’, que flagelaram a navegação costeira atacando as suas embarcações e as populações aí instaladas.

A este respeito Vasconcelos (1928.I, p. 346) regista as suas incursões desde meados do século IX até ao século XI, inclusivé, sendo “*sobretudo ativas na Galiza e no Minho, mas também se estenderam à Beira e ao Sul (Feira, Lisboa, Algarve)*”, responsáveis pela fundação de um castelo em Guimarães (op. cit., p. 347), por “*Mumadona em 968*”. Estão neste grupo os Vikings, que antes da instauração da nacionalidade terão deixado entre nós vestígios da sua presença na Póvoa de Varzim e mais a sul na laguna de Aveiro (Ovar e Murtoza), reconhecidos na tradição popular poveira por traços fisionómicos, heranças culturais, siglas e pela designada “doenças dos pezinhos” ou “paramiloidose”, que pescadores litorais transmitiram à população das Gândaras, entre Vouga e Mondego, viajando através da emigração para o Brasil e outros locais do globo. Dessas tradições a herança

familiar transmitida ao filho mais novo do clã – e não ao mais velho como entre nós era praticada – assegurava a responsabilidade deste assumir o sustento dos pais quando da sua velhice.

Na história nacional a criação de povoações ao longo da costa foi incentivada pelo rei Lavrador e apoiada através da criação da Armada Real destinada a assegurar a vigilância costeira e dos incentivos à fixação de pescadores. Neste contexto devemos atender às circunstâncias climáticas favoráveis que dominaram na alta Idade Média, associadas ao processo de sedimentação e alteração da linha costeira, da “*pequena idade do gelo*” (Gonçalves et alii, 2012) que se fez sentir entre os séculos XVI e XIX com um novo alinhamento da linha de praia, arrefecimento global e quebra das atividades humanas. Foi com a população do norte da Europa, Flamengos, Britânicos e Gauleses que cedo se estabeleceram relações assentes no comércio marítimo e no desempenho dos portos (Barros, 2015, p. 40), “*que indicaram caminhos e forneceram modelos de relacionamento com o exterior*”. Mais ainda, promoveram a construção de “*identidade coletivas*” da população marítima e dos habitantes diretamente relacionados com a atividade portuária, comercial e de defesa contra as ações de pirataria e roubo.

Quadro II, 4 - Portos litorais

- Caminha
- Viana do Castelo
- Esposende
- Vila do Conde
- Póvoa de Varzim
- Barra do Douro
- Leixões
- Aveiro
- Figueira da Foz
- Nazareth
- S. Martinho
- Peniche
- Ericeira
- Lisboa (Complexo portuário)
- Setúbal

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

- Enseada de Sesimbra
- Sines
- Vila Nova de Milfontes
- Lagos
- Vila Nova de Portimão
- Faro
- Olhão
- Vila Real de Santo António

Fonte: Loureiro, 2004

A evolução das atividades humanas promovida pelas variações climáticas, alteração do nível das águas do mar, presença das correntes marítimas e regime de ventos dominantes, associadas à presença de bancos pesqueiros em diferentes zonas da nossa costa, condicionaram a marcha da ocupação litorânea e dos centros piscatórios e marítimo-comerciais responsáveis pela atração de moradores junto ao mar e realização de viagens ao longo da costa atlântica, consubstanciadas na progressão e conquista inicial de praças no continente africano. Se a estas condições ligarmos a natureza do relevo e do solo nas orlas marítimas e bacias sedimentares, juntamente com as condições de circulação e o traçado dos seus eixos rodoferroviários, encontramos justificação para o desigual desenvolvimento das atividades produtivas que animam estas áreas depois da construção dos principais eixos de locomoção do país.

Os efeitos da maior acessibilidade entre a população melhoraram as condições de vida dos habitantes e estimulam o progresso e arranque de novas atividades. Uma descrição de Antillon (1823, p. 170) dá conta do mau estado geral das vias anteriormente a esta reorganização territorial: *“quelques unes ne servent presque que pour les bêtes de somme; d'autres sont dangereuses en hiver, par suite des débordements des rivières, qui, dans les provinces méridionales, manquent de ponts”*. O estado lastimoso dos caminhos, sobretudo na época invernosa, obrigava ao conhecimento de percursos alternativos reduzindo ao mínimo a passagem sobre os leitos dos grandes cursos de água. A estas situações devemos juntar a expressão dos solos arenosos, fracamente arborizados, que condicionam a intensificação da rede de povoamento humano costeiro construída ao longo do tempo.

Como assinalado, em circunstâncias distintas a navegabilidade fluvial entre a

foz e as povoações do interior potenciou a atividade humana da pesca, a exploração salina, a agricultura e o comércio entre populações radicadas na área mais vasta de cada um dos hinterlands dos principais rios portugueses. Na sua extensão e diversidade geográfica muitas destas áreas de atração dos serviços portuários haviam sido doadas à Igreja e a ordens religiosas que procuraram valorizar o solo e promover o povoamento local. Mais próximos dos vales dos rios e das vias antigas de circulação outros núcleos vão-se consolidando num processo de arroteamento progressivo dos solos que permite estruturar o povoamento das zonas mais interiores do país afetadas, em múltiplos exemplos, pelos efeitos da atração humana do litoral nas suas diversas formas e consequências.

Uma descrição de Andrade (2004, p. 73) dá a conhecer a ação de dois monarcas da dinastia Afonsina, D. Afonso II e D. Dinis, numa estratégia assente no *“Controlo da foz dos rios mais importantes, a promoção da ocupação humana dos pontos mais importantes da costa, o fomento, vigilância e usufruto sobre as atividades portuárias, pesqueiras e salineiras, o estabelecimento da rede alfândegária e ainda, um outro conjunto de iniciativas destinadas a favorecer atividades marítimas, designadamente a constituição de uma marinha de guerra, naturalmente associada ao fomento da construção naval”*.

Para além da navegação contamos também com a atividade comercial marítima que atraía comerciantes estrangeiros de diferentes nacionalidades e trabalhos diversos ligados à construção naval, à carga e descarga, ao pagamento de impostos, à prática da justiça, ao comércio e diversão. A longa relação de portos existentes arrolada por Loureiro (1904) dá conta de diversos ancoradouros que se distinguiram pelas suas atividades piscatórias e comércio de cabotagem situados nas fozes dos principais cursos de água, sobretudo na fachada ocidental atlântica, com o seu movimento comercial e atividades de construção naval. Destes, o complexo portuário de Lisboa, pela sua extensão – Santa Apolónia, Alfândega, Terreiro do Trigo, Alcântara, Junqueira - e o interesse histórico ligado à época dos Descobrimentos e séculos seguintes, sobressai comparativamente aos da foz do Douro e de Leixões.

Esta lista não atende a ancoradouros de importância reduzida ou que acabaram por desaparecer em virtude do forte assoreamento registado na costa atlântica por ação dos ventos e das correntes marítimas, como sucedeu com a foz do rio Lis, Paredes, Pederneira, Alfeizerão, Salir do Porto e Atougua, utilizados para

escoamento de produtos florestais oriundos do pinhal de Leiria e dos coutos de Alcobaça. Note-se que a importância destes ancoradouros naturais ao longo da costa e nos leitos fluviais teve um papel relevante no desenvolvimento das relações de povoamento e comércio entre o litoral e o interior que pode ser ilustrada com a máxima determinista de Girão, “*para onde correm os rios, correm as gentes*”⁵¹. Esta observação assenta no traçado e orientação da rede hidrográfica, das vias de circulação, localização de diferentes redes de equipamentos sociais e outros instalados no decurso dos diversos regimes de poder e que deram origem a aglomerações de maior dimensão localizadas junto da costa e em locais de maior acessibilidade litoral.

Sobre este assunto escreveu, também, o referido autor (Girão, 1941, p. 276): “*De todas as aglomerações urbanas portuguesas, as que apresentaram sempre maior vitalidade foram as da orla marítima, sobretudo as dos estuários e da foz dos rios – as ‘testas marítimas’.* Verificou-se em todos os tempos a corrente de comércio que passava à sua beira, e nelas veio a localizar-se também a indústria de um País que tinha de importar quási todo o seu combustível mineral. Puderam estas cidades conservar, portanto, uma actividade sempre remozada e nunca entraram, senão temporariamente, em decadência”.

Mecanismos mais recentes relacionados com a industrialização e a urbanização agravaram situações passadas e ainda hoje registadas no traçado da mítica Estrada Nacional nº 2⁵², que liga Chaves a Faro, numa extensão de mais de setecentos quilómetros e que desde meados dos anos quarenta do século passado no âmbito do Plano Rodoviário Nacional (Decreto-Lei nº 34593, de 11 de maio) e seguintes, acentuaram a separação entre dois “Portugais”: o Portugal interior e o Portugal litoral. Neste contexto a construção do sistema de defesa contra as ofensivas externas foi responsável pela fixação da população na área mais interna do país e o desenvolvimento de atividades ligadas a funções militares, administração, serviços de comércio e a outras atividades, nomeadamente à agricultura praticada em solos de qualidade e produtividade mais reduzida, ajuda a compreender a divisão longitudinal da terra portuguesa em litoral e interior: a primeira guarnecida de portos e ancoradouros, de póvoas e de vilas ligadas à atividade piscatória e comercial; a segunda, armada de fortificações castrenses e de “porto secos”, de caminhos de

51. <https://51-henrique.blogspot.com/2011/07/demografia-para-onde-correm-os-rios.html> 15MAI21

52. <https://amantesdeviagens.com/conhecer-portugal/mini-escapadelas/estrada-nacional-n2-portugal/> 15MAI21

fuga e de marchas de guerra, de fraco enraizamento populacional salvo nos centros de poder local.

A referência às linhas de defesa fronteiriça tem interesse pelas razões que levaram à sua construção e estacionamento de forças armadas nas áreas mais sensíveis de penetração do exército inimigo, bem como pelo seu contributo à segurança das populações raianas contra as razias externas. Neste sentido a linha de guarda e defesa limítrofe do reino de Portugal constitui-se como um poderoso meio de consolidação do povoamento no interior dando origem a novas povoações que cresceram em seu redor e que se desenvolveram através das atividades rurais, do comércio, dos postos alfandegários e através do contrabando entre os dois países ibéricos. Na sua articulação com a rede de estabelecimentos militares construídos nas capitais de distrito e noutros pontos estratégicos do território, as instalações do exército, à medida que se foi consolidando o serviço militar obrigatório, o recrutamento e formação de mancebos e a prestação desse serviço em aquartelamentos de tropas, acabou por desempenhar um papel significativo na dinamização dessas povoações. Para tanto contribuiu a mobilidade constante da população mais nova pelas incidências na frequência das redes de transporte e comércio e pela abertura de horizontes e de postos de trabalho que essa mobilidade veio causar na população jovem e rural.

Recuando ao passado verifica-se que a duração e a intensidade das lutas e das razias nas zonas de fronteira, que gradualmente foi construída de norte para sul do Mondego e do Tejo até à sua consolidação com a conquista do reino dos Algarves, condicionou as formas de povoamento nesta área com a criação de núcleos de fixação humana e de clareiras votadas ao arroteamento e à colonização. De alguma forma a existência de tropas regulares em locais fronteiriços contribuiu para fixar famílias e moradores que sustentaram a agricultura e as atividades de comércio, os serviços administrativos fronteiriços e o trânsito de mercadorias contribuindo para o povoamento da “raia”. Para Rosado (2018, p. 13) esta é a parte do território peninsular que

“Desde el inicio de su conformación a mediados del siglo XII, hasta ya entrado en siglo XIX, ha sido un espacio de enfrentamientos fronterizos, (...), construido com el sudor, el esfuerzo, el sacrificio, de los habitantes de un lado y otro de la frontera. Una frontera que sufrió la sangría de los enfrentamientos y que, una vez pacificada, verá esa otra sangría que fue la de la emigración, tan espectacular en el siglo XX (...).”

No decurso da época moderna algumas dessas praças acabaram por beneficiar da construção da rede ferroviária nacional, a qual veio a contribuir para a expansão de muitas povoações beneficiadas pela construção de apeadeiros e de estações do caminho-de-ferro e para a consolidação das atividades de natureza económica. Nesta situação interessa apreciar as diferentes formas que levaram à densificação da população no reino durante a consolidação dos seus limites e os processos usados ao longo da monarquia relacionados com o arroteamento, ocupação humana e exploração dos recursos naturais, em particular a agricultura e pescas, administração, defesa e circulação. De notar que os últimos anos da dinastia Afonsina e os primeiros anos da dinastia de Avis, entre D. Pedro I e D. Duarte (1357 a 1438), a consolidação da coroa fica assinalada por um conjunto (Monteiro, 2018, p. 384) de “*reformas variadas, de embrião de um exército fixo (ideal) de defesa e de multiplicação de regulamentos militares detalhados*”. Assim aconteceu mesmo depois da abolição da força dos ‘besteiros do conto’, nos finais do século XV, quando a mão-de-obra para a agricultura, em vez de ficar liberta para os trabalhos do campo, acabou por ser sujeita a novas regras de serviço militar (cf. Silva, 1868, p. 203).

Com pequenos ajustamentos desde então os limites naturais e políticos do reino de Portugal, face aos reinos de Leão e de Castela fixados no século XIII, foram alterados pelo Tratado de Badajoz (1801) em resultado da Guerra das Laranjas⁵³ e da ação conjunta de Espanha e da França contra Inglaterra e na tomada de partido de Portugal a favor da sua velha aliada apesar da ameaça do exército francês estacionado em Ciudad Rodrigo. Como observou Borges (2008, p. 47) nesta peleja, como anteriormente havia acontecido com a participação portuguesa na “Campanha do Rossilhão”, “*a estratégia nacional continuou dividida no apoio à Inglaterra (com a conseqüente invasão do território continental) ou à França (com a conseqüente perda dos domínios ultramarinos), colocando Portugal, mais uma vez, na fronteira do conflito entre as duas grandes potências*”.

Dada a configuração geométrica do reino de Portugal, dos limites territoriais e marítimos e do miolo central ocupado por vastas superfícies rochosas que fazem parte do Maciço Antigo e da cordilheira central, ou já da peneplanície do Alentejo na sua relação de contiguidade do relevo com a vizinha Espanha, há duas preocupações que ressaltam neste processo:

53. <https://www.arqnet.pt/exercito/rossilhao.html> 22MAR21

- Fundação de núcleos de povoamento e de circulação, de fomento das atividades económicas ligadas à agricultura, à pesca, ao comércio e ao trabalho de artífices especializados;

- Construção de postos de defesa fronteiriça, sustentados por vilas e povoações muralhadas capacitadas para a defesa das populações raianas, investidas de exércitos estrangeiros, exploração de recurso existentes e a sua transação para os mercados vizinhos.

Estas ações foram apoiadas pela criação de unidades administrativas responsáveis pela aplicação da justiça, arrecadação de impostos e defesa dos interesses régios que gradualmente se impuseram aos benefícios dos senhores feudais, das instituições religiosas e dos nobres acolhedores de doações régias desde o início da monarquia. A construção da tessitura administrativa régia e religiosa andou, assim, a par da criação dos concelhos e das paróquias, dos bispados e das províncias, das comarcas e dos julgados, como foi anteriormente referido. Mais ainda, a relevância das funções de defesa ao longo da fronteira terrestre com Castela e Leão alcançada depois da reconquista, evoluiu aquando da tensão de armas entre Portugal e Castela ligada a questões sucessórias e de soberania da coroa. Esta ação manifesta-se em vários ciclos políticos da vida da monarquia sendo responsável por múltiplos conflitos armados desde o século XIII até ao início do século XIX, neste último caso devido à velha Aliança de Portugal com a Inglaterra e à defesa da sua manutenção.

Além da proximidade física, a contiguidade territorial das três bacias hidrográficas: Douro, Tejo, Guadiana, conjuntamente com a bacia hidrográfica do Mondego, tornou mais fácil o atravessamento dos exércitos invasores que assim souberam aproveitar a configuração natural do terreno circundante. Destas incursões, em 1373, ao tempo de D. Fernando o monarca de Castela, Henrique II, entrou no reino pela linha defensiva de Zamora-Almeida, Celorico e Linhares, daí dirigindo-se por Coimbra, Santarém, até Lisboa (Arteche, 1859.II, p. 19). O monarca português, encurralado em Santarém, deixou o exército inimigo descer até Lisboa, que resistiu. Entretanto tendo chegado ao Tejo a frota armada do país vizinho (loc. cit.) e preparando-se esta para um novo ataque “*Llegadas las naves, cuando el cardenal legado de Roma, que negociaba una paz honrosa entre ambas partes beligerantes, logro el acuerdo de los dos reyes y su avistamento en las aguas de Santaren donde seguia encastillado el de Portugal*”. Outra invasão pelo sucessor

daquele monarca, seguiu (op. cit., p. 20) “*el miesmo caminho del valle del Mondego que siguiera su padre*”, para defrontar o exército de D. João I nos campos de Aljubarrota, onde foi batido. A este respeito, Graña (2004, p. 116) faz notar a participação de galegos nesta batalha, como aliados das tropas de D. João I, “*Los castellanos derrotados en la batalla de Aljubarrota motejaban despectivamente de chamorros “cabezas rapadas” a los gallegos que, junto a los portugueses, luchaban en el bando vencedor*”.

A propósito dos núcleos de defesa, Faria (1995, p. 158) assinala que a organização dos núcleos fortificados que acompanham a linha de fronteira são

“*Determinadas por questões de ordem estratégica e tática ligadas ao poder político dos sucessivos monarcas (...) como objectivo a fixação de linhas de detenção seguras, no quadro da Reconquista*”. Mais ainda (loc. cit.), “*Os castelos são a componente militar visível desse esforço de consolidação, pelo que a sua disposição geográfica deve ser entendida no quadro de um sistema estratégico global delineado pelo poder político*”.

Importa salientar que a intensificação do povoamento e do repovoamento levada a cabo pelos reis da primeira dinastia, consolidada ao tempo de D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV, corresponde à fase de centralização do reino (Monteiro, 2018, p. 383) e à “*definição final do território, face a Castela, e a produção de novas regras de mobilização e de novos corpos militares*” o que levou à criação de povoados no litoral e no interior, destacando-se destes os que foram estabelecidos junto da raia ou mesmo no litoral para defesa do curso e da pirataria costeira. Conjuntamente com a fixação de novos moradores estas fortificações assumiram outros privilégios, nomeadamente a sua elevação a concelho e a instalação de uma guarnição apropriada para defesa da área interior. Assim aconteceu ao longo do limite do rio Minho, de Trás-os-Montes, de Ribacôa, na área fronteiriça a sul do rio Tejo e ao longo da bacia do Guadiana a jusante de Elvas, em zonas de atravessamento dos principais cursos de águas e nos planaltos interiores que as ladeiam.

A proximidade entre as fortalezas, dispostas ao longo da fronteira com uma distância média de cerca de 25 km ou menos, ilustra a extensão desta linha defensiva e a missão atribuída aos seus moradores e foreiros, bem como a importância das atividades de comércio exercidas por alguns destes “portos secos”. Como locais de comércio estas povoações ficaram assinaladas pela existência de alfândegas destinadas a controlar as mercadorias, algumas delas situadas na zona planáltica,

outras nos acessos mais próximos dos principais cursos de água que pela sua natureza tornavam mais fáceis a mobilidade humana.

Quadro II, 5 - Dispositivo de segurança ao tempo de D. Manuel I – 1510

Distrito	Fortalezas	Distrito	Fortalezas
Faro	*C. Marim *Alcoutim	Guarda	*Sabugal *Vilar Maior
Beja	*Mértola Serpa Moura Noudar		Cast. Mendo *Cast. Bom *Almeida *Cast. Rodrigo
Évora	Mourão Monsarás Terena Alandroal *Juromenha Olivença	Bragança	*F. Esp. Cinta Mogadouro Penas Roias *Mir. Douro Vimioso Outeiro
Portalegre	*Elvas Ct. Maior *Ouguela *Arronches Monforte Assumar Alpalhão Cast. Vide Nisa Montalvão		*Bragança *Vinhais
		Vila Real	Monf. Rio Livre *Chaves Montalegre Portelo Piconha
		Viana Castelo	Cto. Laboreiro *Melgaço *Monção Lapela *Valença *V.N. Cerveira *Caminha
Castelo Branco	C. Branco *Id. Nova Segura Salvaterra P. Garcia *Monsanto *Penamacor	Braga	*Barcelos
		Lisboa	Sintra
			*Vilas assinaladas por Mendez Silva em 1645

Fonte: Duarte de Armas, 1495-1521 (ANTT)

A importância destes locais de defesa e geralmente de controlo alfandegário, atesta a ocorrência de antigos movimentos (Silva, 1997), “*dos descaminhos e do contrabando*” em terras raianas e a oportunidade das forças militares, conjuntamente com a entidade das alfândegas, no controle desse tráfego. Neste exemplo cabem as guarnições ou fortalezas mais distantes da fronteira política que serviam de núcleo aglutinador a novos povoadores e de sinal da presença e do poder defensivo e armado do rei junto dos habitantes dessa área.

Diversos exemplos registados por Duarte de Armas, no “*Livro de Fortalezas*” (1495-1521), incluem a implantação e desenho dos castelos fronteiriços – como sedes de uma guarnição defensiva confiada geralmente às ordens Militares dos Templários e dos Hospitalários - em relação com a aglomeração humana onde se instalaram. Tal permite verificar a coexistência de um povoado já edificado, sobretudo em localidades com funções administrativas associadas ao desempenho de funções diversas como a administração, defesa e comércio juntando-se, ao longo do tempo, as funções de natureza religiosa associadas à vida das paróquias. Em alguns casos assistiu-se ainda à fundação de conventos para frades e de mosteiros para monjas, de Santas Casas de Misericórdia associadas ao apoio religioso e social, em particular de presos e dos pobres, ao auxílio a doentes e ao cumprimento de exéquias cristãs.

Ainda que incipientes estas estruturas repercutiram-se na fixação e na evolução da população residente, no fortalecimento da vida de relação e na organização do território vizinho. Tal pode ser observado noutros registos sobre a população residente, como nos estudos de M. Silva (1645) ou mesmo de Serrão (1975) que permitem, na época da restauração de 1640, analisar a complexidade dos movimentos da população nas áreas fronteiriças do rio Minho ao rio Guadiana, isoladamente e na sua relação com a evolução da rede de vilas e de cidades criadas ao longo do tempo. Procedendo desta forma verifica-se a localização, no espaço de fronteira, de várias cidades: a norte do Douro, Miranda e Bragança; nas margens do Guadiana, a cidade de Elvas, a mais povoada e guarnecida, como as demais, por fortaleza apropriada. Das demais povoações limite, regista-se que a rede de vilas é mais densa ao longo da fronteira natural do rio Lima, nas terras de Riba Côa e na parte terminal da bacia do Guadiana, junto à sua foz. Tal significa que apesar da importância militar das fortalezas a sua rede não favoreceu o desenvolvimento de atividades económicas capazes de atrair população para a sua área periférica.

Recuando no tempo verificamos que inaugurada a dinastia de Avis foi no seu

termo, por morte de D. Sebastião, que ocorreu uma importante movimentação de tropas vizinhas. Desta vez (Arteche, 1859.II, p. 21), *“las armas de Felipe II dirigidas por el duque de Alba (...) abandono el caminho de sus predecesores en la conquista de Portugal y fijó su base de operaciones en Badajoz”* conseguindo, assim, pela proximidade e vantagem do terreno, dominar diversas praças até chegar à capital. À data, a organização do exército assentava na publicação da primeira lei de defesa, em dezembro de 1569: *“Ordenações Sebásticas onde eram reguladas as obrigações de toda a população do reino”* (Oliveira, 2004, p. 6), as quais incluíam, em cada regimento, o *“alastamento dos homens válidos dos 20 aos 60 anos”* que constituíam o *“Terço de 3000 infantes”* (loc. cit.).

A união dinástica entre Portugal e Espanha decorrente da perda de soberania portuguesa aceite nas Cortes de Tomar de 1581, traduz-se na quebra da estrutura defensiva já construída e numa ameaça à política externa. Para Silva (2000, pp. 248-249), *“as alianças seculares de Portugal com terceiros países conservariam vigor apenas e no caso de isso interessar a Espanha e nunca nos mesmos termos”*. Assim se justifica a lista de acontecimentos relatados por Pires (2009.b, p. 338):

“A Inglaterra envia duas expedições para se apoderar dos Açores, em 1591 e 1597, e, tal como os Holandeses, ataca permanentemente a nossa marinha (em acelerada decadência desde a malograda expedição da Invencível Armada (3). Corsários holandeses saqueiam e assaltam S. Tomé, os Ingleses fazem o mesmo em Santos e em S. Vicente, no Brasil. Portugal resiste como pode, sem grande apoio de Espanha. Em 1612, atacam também Franceses, neste caso no Maranhão/ Brasil (4) Ainda no mesmo Brasil atacam também os Holandeses, lutando pela posse da Baía a partir de 1624 e, em 1630, Recife e Olinda são conquistadas. Em 1640, os Holandeses ocupam uma parte significativa do Brasil”.

Esta situação repetiu-se no Oriente com a perda da maior parte das possessões, feitorias e estabelecimentos fortificados sob administração portuguesa que haviam permitido o controlo do comércio de especiarias, tecidos da Índia, pedras preciosas do continente e da Ásia insular, através da rota do Cabo até ao reino Filipino. A partir dos finais de Quinhentos o domínio do tráfego de especiarias passa para os holandeses que se substituem aos portugueses nesse comércio. Resumindo a situação portuguesa na data da restauração o autor conclui (op. cit., p. 339):

“Chegamos a 1640 e, na Europa, Portugal está “absolutamente indefeso” (8). Uma população de 1,2 milhões de habitantes, não mais de 2.000 homens dispo-

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

níveis para a força armada porque grande parte emigrara para o Brasil, participara nas expedições no ultramar e outros tantos estavam a combater na Flandres e na Itália pela glória dos Habsburgos. Em síntese: a marinha não tem navios, as fronteiras estão desguarnecidas e abandonadas, o exército não tem nem armas, nem munições nem soldados e o país não tem dinheiro”.

Além disso a perda de receitas nas praças do oriente asiático e os compromissos assumidos pela coroa espanhola conduziram ao agravamento das condições financeiras do reino de Portugal com a sua expulsão do Japão, em 1639 e o retraimento do comércio com a China. A este respeito escreve Possamai (2004, p. 48):

“Ao fim da Guerra da Restauração (1640-1668), Portugal encontrava-se em péssima situação financeira e pesadamente endividado junto às nações que o auxiliaram a garantir sua independência com relação à Espanha. Fato agravado pelo grande número de concessões feitas aos estrangeiros no comércio colonial para assegurar o reconhecimento da ascensão da dinastia de Bragança ao trono português e também pelo início da produção açucareira nas Antilhas (...). Em vista da baixa dos rendimentos dos produtos coloniais, entre o Tratado de Londres de 1661 e os acordos de Methuen (1703), o comércio português foi marcado pela comercialização da produção metropolitana, com a venda de vinhos para a Inglaterra e sal de Setúbal para os Países Baixos”.

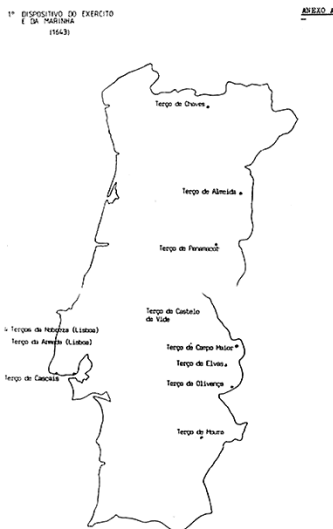


Fig. II, 1 - Dispositivos do Exército: 1668⁵⁴

Fonte: Assunção, 2014

54. Fonte: Assunção, J. Augusto Marcos (2014). As unidades militares da Praça de Almeida entre 1642 e 1927: a defesa territorial na fronteira da Beira. Lisboa: Academia Militar, Ilustração 31

Completa esta apreciação a análise de Sérgio (1979, p. 114) sobre o acordo negociado entre Portugal e a Inglaterra: “Era a indústria dos estrangeiros que aproveitava sobretudo das nossas riquezas coloniais, que apenas transitavam pela metrópole, mantendo nela o comunitarismo de Estado”. Mais ainda (op. cit., p. 115): convencionou-se “que os vinhos portugueses seriam importados em Inglaterra com direitos mais baixos que os de França, em troca da admissão, por parte de Portugal, dos panos e outra manufacturas de lã britânicas (cuja importação se proibira uns anos antes, qualquer que fosse a procedência)”.

Estes procedimentos acabaram por permitir a fixação em Portugal de importantes colónias de britânicos, especialmente nas cidades de Lisboa e do Porto, as-

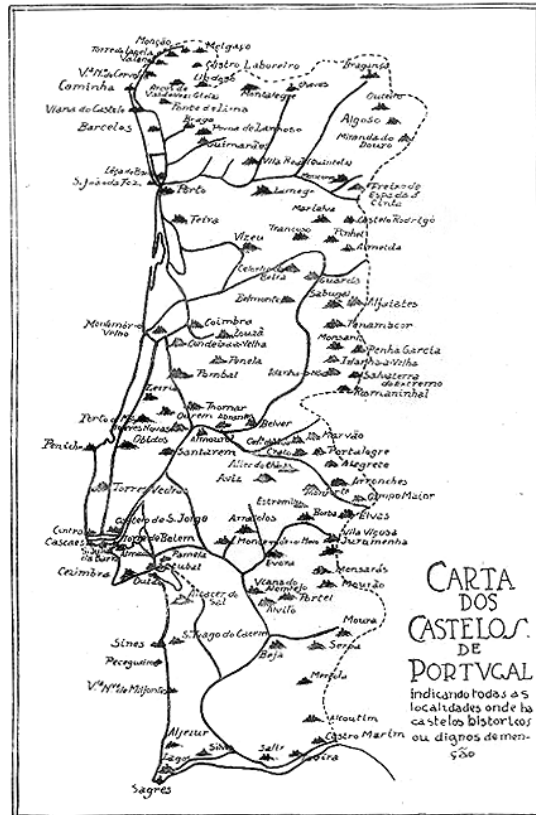


Fig. II, 2 – Carta dos castelos de Portugal⁵⁵

55. Fonte: Curiosidades Cartográficas – Carta dos Castelos de Portugal: <https://www.facebook.com/curiosidadescartograficas/photos/a.353063481553859/1446860088840854/?type=3> 13DEZ22

segurando não só a transação destes produtos como (loc. cit.), “*o dos empréstimos aos Portugueses, pois obtinham dinheiro dos seus bancos a um juro menor do que o que vigorava em Portugal*”.

Neste rol de acontecimentos a população portuguesa, ferida pelas perdas e participação nos exércitos de Castela, tem agora como conter as rivalidades que se agravam num contexto de defesa global das fronteiras terrestres com o país vizinho - assente numa rede alargada de antigos castelos e fortificações militares (Correia, 2011) – e nas fronteiras das possessões de além-mar. No continente as condições naturais são as mesmas, a estratégia bélica é que tem de ser diferente baseada na reorganização do exército, no cumprimento do serviço militar pela população jovem e adulta até aos 60 anos e no recuperar do sistema de defesa fronteiriço, adaptando-o às novas condições de guerra fortalecida pelo poder da artilharia e na construção de fortalezas militares e preparação de guarnições para situações de guerra.

4 – COLONIZAÇÃO INTERNA

Exemplos anteriormente descritos fizeram-se acompanhar da movimentação de populações decorrentes de processos militares, de exploração fundiária e sobrevivência dos moradores em áreas de forte parcelamento da propriedade rural como aconteceu no Noroeste português. Nestes contextos as deslocações de habitantes para as áreas menos povoadas em torno da cidade de Lisboa, do sul e do centro do país, ainda não arroteadas ou já abandonadas pela população primitiva durante o processo de invasão moura traduziram-se, primeiramente, no recurso a colonos oriundos do mundo muçulmano, como aconteceu na periferia de Lisboa em torno de Sintra e de Loures (Caldas, 1998, p. 60) ou mesmo da cidade de Santarém. Esta fixação intensificou o povoamento, sobretudo nas terras do sul do país marcado pela estrutura agrária de grandes dimensões e por uma ocupação mais concentrada dos habitantes em torno das cidades, das vilas e dos montes rurais.

Recorde-se que depois da fundação do reino de Portugal as doações régias a cavaleiros estrangeiros que ajudaram na reconquista, ou às ordens religiosas contempladas com a cedência de vastos domínios territoriais, foi seguida da vinda de colonos estrangeiros, sobretudo para a periferia de Lisboa e bacia do Tejo, ou já

da transferência de residentes noutros locais destinados ao arroteamento do solo. Estes são os primeiros exemplos de colonização interna associada a atividades rurais e a novas explorações como sucedeu nas Granjas de Alcobaça, sob a orientação dos monges cistercienses e dos aprendizes que partilhavam o trabalho braçal com a sua formação religiosa. Alguns deles levaram os seus conhecimentos para terras mais distantes, mas pertença da mesma ordem de Cister, como sucedeu nas margens do Mondego, em Seiça e nas margens do Lis, no paul de Ulmar, que apesar da distância mantiveram, durante séculos, a tutela de parte dos campos do Lis e a sua dependência dos frades de Alcobaça. Esta demarcação dos coutos (Caldas, 1998, p. 109), “*conferia imunidade a perseguidos das justiças (...) e tanto mais pesadas eram as penas a que se dava alívio, quanto maior era a necessidade de fixar colonos*”.

As transferências de habitantes das áreas mais povoadas para as terras a arrotear era prática comum desde a colonização romana, bem como a mobilidade entre as cidades desse império ao tempo da sua ocupação peninsular. A partir de então novos movimentos foram registados associados às migrações dos bárbaros e dos islamitas, continuando a ser prática comum depois da formação do reino de Portugal. A este respeito assinala Ribeiro (1987, p. 53) o contributo da população do noroeste português no povoamento de terras da Beira Baixa e do Alentejo, exemplos que à escala regional assumem dimensões distintas por via da ação da Igreja e da colonização interna levada a cabo em diversos momentos da nossa história. No seu conjunto estes movimentos contribuíram para o crescimento dos habitantes nas diversas regiões do território, sustentando a sua evolução conjunta cujos valores, embora com margem de erro significativa, são estimados através da realização das contagens e dos numeramentos dos habitantes. Como assinala Dias (1996.1, p. 15), “*Uma das grandes dificuldades da história demográfica para os séculos XV-XVI é a falta de valores absolutos e concretos*”, situação que se mantém nos séculos seguintes até à oficialização dos censos da população.

Ao tempo as novas condições de arroteamento beneficiaram o crescimento da população portuguesa que regista períodos de maiores perdas demográficas, por razões naturais e devido aos movimentos migratórios durante o período dos descobrimentos e da colonização da Madeira e dos Açores. Então estes solos foram entregues a donatários e ao seu capitão, dando origem a capitánias-donatárias que acolheram colonos bretões, flamengos e de outras origens. No Brasil esse modelo

foi replicado sendo responsável pela forte emigração transoceânica, comprometendo assim a colonização interna dada a constante fuga de jovens e casais em idade de procriação. Para isso concorreu a expansão do comércio marítimo que levou ao engrandecimento do porto de Lisboa, em detrimento de outros empórios marítimo-comerciais do Mediterrâneo, como Veneza, situação que agravou as perdas da população rural e o abandono da propriedade agrícola. De acordo com Caldas (1998, p. 166), *“Pouco a pouco, as quintas e os casais que andavam nas mãos dos lavradores passavam à posse dos nobres, funcionários e aventureiros regressados da Índia, porque a terra foi o único género de investimento dessas economias”*.

À medida que este movimento avançou e enquanto foi possível o recurso à população escravizada, esta equilibrou as carências de trabalhadores nas áreas rurais. Contudo a intensificação dos arroteamentos só foi possível depois das medidas de incentivo à produção cerealífera com desbravamento de matos e expansão do cultivo extensivo de cereais permitindo o encontro das populações locais com trabalhadores de outras origens deslocados por efeito das fainas agrícolas. Sobre este assunto assinalou Vasconcelos (1980.II, p. 589):

“Aqueles que nos primeiros séculos da nossa história política tomaram a peito fundar terras, quer os governos, quer outras entidades, viram-se obrigados a deslocar gente de uns locais para outros, dentro do próprio Portugal – colonização interna (...). Independentemente de transportes em massa, houve sempre, e continua a haver, infiltrações maiores ou menores (...)”.

Como exemplo (loc. cit.) cita o caso de topónimos registados em vários concelhos do continente, tais como: *Algarvios* (concelho de Alcácer), *Bragueses* (concelho de Penafiel), *Coimbrão (ões)* (Concelho (s) de Leiria, Gaia e Viseu; *Monte do Algarve* (Alcácer), *Monte do Pica-Milho* (Coruche), *Ratinhos* (Beja), *Sintrão* (Bombarral), *Sourões* (Abrantes e Rio Maior). Conclui assinalando que (op. cit., p. 590):

“É mais natural que o Norte e a Beira dessem colonização para o Sul, do que às avessas, por causa da maior densidade de população d’aquelas regiões (...), do que da de quaisquer outras, e porque das terras que ficam setentrionais ao Mondego, constitutivas do primitivo Estado português, partiram inicialmente os conquistadores”.

Por sua vez Birot (1974, p. 219) referindo-se a um período recente da nossa memória, escreve o seguinte: *“no começo do século XIX, na nossa velha Europa Ocidental, fez do Alentejano um pioneiro”*, com a instalação de novos colonos *“nas*

margens ocidentais do Alentejo” e no Ribatejo. No final de século XIX, Oliveira Martins (1956) foi um defensor da colonização do país a partir da formação de colónias de agricultores e da ocupação dos terrenos incultos públicos, dos municípios e do Estado, por forma a promover o fomento rural e aliviar a tensão da emigração. Sobre esta população recaíam encargos diversos, consoante as modalidades seguidas de arrendamento, parceria ou aforamento, reguladas por contratos e por tradições nas diferentes épocas.

As preocupações com o setor agrícola reveladas pela Monarquia Constitucional conduziram, em meados do século XIX, à criação de uma Repartição no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que em 1886 deu lugar à Direção-Geral da Agricultura. Com o advento da 1ª República esta integrou o Ministério do Fomento e em 1918 deu origem ao Ministério da Agricultura (Ministério da Agricultura – ANTT)⁵⁶ que

“Teve como missão inicial ministrar o ensino da agricultura nos seus diversos graus, promover e auxiliar o desenvolvimento das indústrias agrícola, florestal e pecuária, assegurar a higiene e sanidade pecuária, estudar as condições económicas naturais do meio regional, e divulgar esses estudos, bem como todos os princípios úteis à agricultura”.

Em tempo de guerra a necessidade de aumentar a produção agrícola esteve na origem de várias iniciativas que este organismo central veio a desenvolver, em particular depois da instauração do Estado Novo, onde constam as “campanhas do trigo” destinadas a implementar a produção cerealífera e à construção de infraestruturas para a sua conservação que se mantiveram até ao fim do regime. Assim o relata Caldas (1998, p. 484):

“Promover o aumento da produção de trigo até às necessidades de consumo, evitando assim a saída para o estrangeiro de importantes caudais de ouro’ e também para ‘dignificar a indústria agrícola como a mais nobre e a mais importante de todas as indústrias e como primeiro factor de prosperidade económica da Nação”.

O texto oficial - Decreto nº 18740, de 9 de agosto de 1930 – lança as bases para a “*Campanha da Produção Agrícola em 1930-1931*” e indica que os resultados alcançados na campanha do ano anterior, onde

56. Ministério da Agricultura – Arquivo Nacional da Torre do Tombo - <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=422329130JUL21>

“Se cuidou do trigo, do milho e do centeio” por serem animadores, justificam *“encetar novos trabalhos para melhorar a vini-viticultura, a olivicultura e a pomicultura, estabelecendo também as medidas de sanidade vegetal indispensáveis para evitar os graves prejuízos a que a lavoura está sujeita por inobservância dos preceitos de defesa ditados pela ciência”*.

A Campanha – Base I – contempla ainda *“auxiliar o desenvolvimento da pecuária nacional, promovendo a cultura de forraginosas”*, envolvendo na sua ação a junta central, comissões distritais, municipais e de freguesia, brigadas técnicas, escolas e alocando uma série de meios financeiros e técnicos responsáveis pelos trabalhos de produção. Estas medidas vieram a ser acompanhadas pela Junta de Fomento Rural – Decreto nº 21967, de 10 de dezembro de 1932 – até 1936 quando se operou nova reforma do Ministério da Agricultura – Decreto-lei nº 27207, de 6 de novembro de 1936 – que admite no seu preâmbulo o verdadeiro interesse de o tornar *“no instrumento de progresso de que o País carece, ou ao menos de melhorar os serviços e aumentar o seu rendimento”*.

A estruturação de 1936 contempla a criação da Junta de Colonização Interna, cabendo-lhe (Art. 173º:1º - 9º): *“Tomar conta dos terrenos que lhe forem entregues pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola”* e *“Instalar neles casais agrícolas”* (2º) no âmbito de uma operação concertada de aproveitamento de, *“terrenos baldios do Estado e dos corpos administrativos susceptíveis de aproveitamento para a instalação de casais agrícolas”* (4º), de *“aquisição de outros terrenos postos à venda e que devam ser aproveitados para colonização”* (5º), de instalar esses mesmos casais planeando e executando as obras para esse fim (6º),

“Estudar o regime jurídico a que devem obedecer a concessão e exploração das glebas, a instalação de casais agrícolas e a forma de reintegração dos capitais” (7º), de *“instalar casais agrícolas nos referidos terrenos e promover a constituição de caixas de crédito agrícola e de postos agrários”* (8º) e *determinando os critérios de escolha: “Para instalação de casais agrícolas serão escolhidos, de preferência, chefes de família moradores na área do concelho ou freguesia a que pertencem os terrenos”*.

A formação das novas colónias agrícolas abrangeu a reorganização das antigas unidades criadas nos anos vinte de Novecentos, como sucedeu em Milagres (Leiria), passando a incluir, para além desta, as propriedades de Martim Rei (Sabugal), Pegões (Setúbal), Barrosos (Montalegre e Boticas), Gafanha (Ílhavo), Boa-

lhosa (Paredes de Coura) e Alvão (Vila Pouca de Aguiar). Para além das instalações físicas os equipamentos sociais instalados em cada uma delas, como escola e capela, visavam promover a “*agricultura de grupo*” sendo para isso auxiliados pela Junta com habitação e alfaias agrícolas, juntas de gados, adubos, sementes e uma quantia de 10 mil escudos com a obrigatoriedade de pagar ao Estado 1/6 do valor arrecadado nas colheitas. Outras iniciativas foram ainda levadas a cabo na área litoral, entre Esposende e Póvoa de Varzim – Aguçadoura – com utilização do fertilizante natural constituído pelo sargaço e aproveitamento das areias litorais ou já no interior, como na várzea do rio Ponsul.

Estes são exemplos de colonização promovida pelo Estado no âmbito da sua doutrina e práticas públicas. Outros exemplos podem ser referidos, sobretudo de natureza privada, que tiveram lugar na margem sul do Tejo. Anota Caldas (1998, p. 374) o exemplo de “*neo-colonização de territórios metropolitanos portugueses*”, nos finais do século XIX e início do século passado, em Pinhal Novo, Fernão Ferro, Herdade da Palma e Paúl de Rio Frio, por ação de José Maria dos Santos”: “*Em 2.000 ha de um dos seus latifúndios de 16.000 ha, instalou colonos beirões, cerca de 400 famílias, que fizeram casa em glebas de 4 a 6 ha*”. A importância desta ação foi considerada durante a Exposição Agrícola de 1884 (loc. cit.) como “*os mais importantes e proveitosos para o desenvolvimento do Distrito de Lisboa, iniciando a colonização do Alentejo*”. Através desta ação os terrenos da margem sul do Tejo foram valorizados assim como os solos incultos, criando-se condições de fixação para um povoamento permanente construído à base de uma “*colonização individualista*” e original (Ribeiro e Lisboa, 1951), disseminada, onde cada um deles possui a sua casa e jardim, forno e alfaias, géneros de vida e quiçá, experiências de vida diferenciadas.

A propósito destas iniciativas particulares, Ribeiro e Lisboa (1951, p. 331) descrevem que as mesmas foram lançadas em terrenos, “*sablonneux du centre de la péninsule d'Arrabide (...) considérées comme très pauvres sont restées, jusqu'au milieu do XIXe siècle, couvertes par la lande (charneca)*”. Mais ainda (loc. cit.):

“*Un propriétaire progressiste (...) comptant pouvoir désormais écouler les produits de ses terres, d'ailleurs à proximité du grand marché de Lisbonne, eut l'idée de mettre en valeur tous ces sols considérées, à juste titre, comme très pauvres. Pour cette transformation fût possible, il fallait fixer sur place una main d'oeuvre abondante et intéressée. Ni les maraîchers des environs de Setubal ni les paysans*

de Palmela ne suffisaient aux besoins des grands défrichements que l'on voulait entreprendre. Mais ils venaient, tous les ans, les bandes saisonnières d'ouvriers agricoles du littoral de la Beira et de la basse vallée du Mondego pour travailler dans les rizières de la région, où ils ont constitué le premier noyau de la colonisation agricole (...)".

Sobre a alcunha dada a estes povos, "caramelos beirões, semi-nómadas", de "ir" e de "vir" e mais tarde "caramelos de estar", a que O. Martins (1956, p. 47) se referiu nos finais do século XIX: "vivem hoje numa casa telhada, têm a arca fornecida de grão, no chiqueiro um porco, junto à casa uma horta e contíguo um campo de sementeira com mais ou menos pés de vinha". A situação em Rio Frio está descrita por Caldas (op. cit., p. 375):

- "Na verdade, o exemplo de José Maria dos Santos frutificou no Sul e alguns núcleos de populações deslocados do Norte foram fixados em courelas residenciais, de dimensão que somente permitia, além da casa, pequena horta e pomar, consentindo assim que larga margem de trabalho familiar ficasse obrigatoriamente disponível para assalariamento temporário nas empresas agrárias nascentes" (...).

- "Caramelos, ratinhos, gaibéus encontraram alternativa para a migração estacional e, em vez de demandarem o Brasil, povoaram com espantoso poder de adaptação ecológica, manchas de charneca pobre que receberam a designação popular de foros, sem que efectivamente o sejam, em regra.

- Tal povoamento não é vasto nem numeroso como os antigos aforamentos do Norte e do Centro que consolidaram a ruralidade camponesa depois acrescentada pelos arrendamentos e parcerias de caseiros, mas constitui habitat bem implantado e característico, encontrando-se em Salvaterra de Magos, em Marinhais, na Glória, à volta de Coruche, no Couço, em Santa Justa, em Santana, em Lavre, em Fernão Ferro, em Cabanas, em Vendas Novas, em Cabrela, em Alcácer e Grândola, entre Melides e Vila Nova de Mil Fontes, em Maria Vinagre.

- Predominando nas areias pliocénicas o sistema penetrou timidamente no Alentejo interior, baseado também no parcelamento de courelas que seareiros compravam com dinheiro obtido ao queimarem o montado no fabrico de carvão. Assim se fixaram raros «viveiros humanos» na Amareleja, nas Herdades do Montinho e da Gramacha, em Évora, e na Torre, em Vidigueira."

Complementarmente aos trabalhos agrícolas e à colonização mencionam-se as obras de natureza hidráulica, abastecimento de água e obras de irrigação pública

levadas a cabo durante a primeira e o início da segunda metade de Novecentos destinadas à criação de grandes perímetros de rega no sul e noutras áreas do país. Entre estas Caldas (1998) enumera as seguintes: Veiga de Chaves, Paul de Cela, Campos do Lis, Campos de Silves, Alvor e Portimão, Sapais do Alvor, Campanha da Idanha, Paul de Magos, Alvega, Lezíria de Vila Franca de Xira e ainda, integradas no Plano de Rega do Alentejo, Divor, Caia, Roxo, Mira, Odivelas. Acerca do trabalho realizado pelos colonos, este autor (op. cit., p. 464) afirmou o seguinte:

- *“Ao procurarem instalar o regadio viram-se compelidos a construir socalcos e a nivelar as terras, a abrir regos e levadas para transporte da água desde os seus mananciais, à terra ‘construída’ e fertilizada por adubações copiosas susceptíveis de sustentarem as exigências deste cereal esgotante. Sem esta obra monumental toda a água que fosse mobilizada nos locais possíveis resultaria, por si só, inútil, por ausência de acção complementar de outros factores”.*

Daí que:

- *“Ao contrário do que sempre foi a essência do regadio tradicional, baseado na forte conjugação da água, do solo, da fertilização e do trabalho humano, o drama da recente «obra pública» consistiu na falta de acerto entre a Barragem ou Albufeira, o canal e a área a beneficiar, em relação ao qual acerto se não executava o complemento estrutural e técnico agrário, isto é, humano ou social indispensável para que o sequeiro se transformasse em regadio”.*

Pior ainda (op. cit., p. 472): *“Pareceres agronómicos sempre demonstraram que os Planos de rega portugueses ficaram frustrados porque faltou a instalação de camponeses no latifúndio pela via da colonização”.* Nesta relação não consta a mobilidade gerada por movimentos internos por contratação direta de assalariados residentes noutra parte do país ou induzida por trabalhos de exploração mineira e outros que estiveram na origem da formação de diversos núcleos de habitantes com atividades especializadas no setor de exploração de recursos primários, tratamento especializado a animais, domínio de técnicas rurais, que se juntaram a outros habitantes em diversas povoações existentes. Mesmo assim os exemplos assinalados sobre colonização interna constituem uma vertente, apenas, do processo de “êxodo rural” e da atração de proximidade exercida pelos centros urbanos na periferia dos quais se situam alguns dos centros de acolhimento ora mencionados.

Fazendo fé no estudo de Pais e Alarcão (1976, p. 56 e ss), estes movimentos integram-se num fenómeno mais vasto de “litoralização” e de agravamento das

disparidades de densidade “*entre a franja litoral, mais plana, agricolamente mais rica, industrialmente mais progressiva, aberta por via marítima aos contactos e comércio internacionais, propiciadores de mais elevados estádios de desenvolvimento sócio-cultural, e o interior mais retardado*”, dominado pelos acidentes de relevo, solos de menor qualidade e dificuldades de comunicação (op. cit., p. 57), “*de rede urbana menos desenvolvida e densa, de clima mais agreste, de agricultura atrasa e pobre, de industrialização incipiente (...)*”. Note-se que o desenvolvimento industrial intensificou-se no termo da segunda guerra mundial, com a expansão do setor fabril no intuito de reduzir as importações e dirigir-se para o mercado externo então em expansão.

Estas foram condições essenciais que justificam, a par da procura de novos postos em bacias de emprego criadas pela indústria, a evolução dos movimentos internos de habitantes, sobretudo de famílias de origem rural com o lançamento de trabalhos agrícolas em novos arroteamentos e perímetros agrícolas, como que respondendo ao “Convite” de Miguel Torga:

*“Vinde á terra do vinho, deuses novos
Vinde que é de mosto,
O sorriso dos deuses e dos povos,
Quando a verdade lhes deslumbra o rosto!
Houve olimpos onde houve mar e montes
Onde a flor da amargura deu perfume
Onde a concha da mão tirou das fontes
Uma frescura que sabia a lume.
Vinde, amados senhores da juventude!
Tendes aqui o louro da Virtude,
A oliveira da Paz, e o lírio agreste...
E carvalhos, e velhos castanheiros,
A cuja sombra um dormitar celeste
Pode tornar os sonhos verdadeiros”*.

III

DAS CONTAGENS AOS CENSOS DA POPULAÇÃO

O conhecimento dos valores globais da população portuguesa desde os primeiros tempos da monarquia aprofunda-se à medida que prossegue o reforço do poder régio e as necessidades de defesa, povoamento e obtenção de meios para sustentar a corte e as unidades administrativas de base concelhia criadas durante os primeiros reinados da dinastia Afonsina. Continua para além disso com o processo de reconquista, fixação dos limites da fronteira política, questões bélicas com o reino vizinho de Leão e Castela e criação de povoações, vilas e cidades, que permitem fixar os habitantes e assim contribuir, através dos impostos e rendas, para o arroteamento do solo, a miscigenação da população com colonos oriundos do estrangeiro e deslocados de regiões mais povoadas e a quem se concediam terreno “*habilitando-os a viver com grandeza*” (Silva, 1868, p. 29). A estes juntaram-se os escravos arrastados do continente africano depois da expansão marítima para essas paragens.

Nas condições em que se operam os primeiros levantamentos da população, na Idade Média interessa conhecer, para efeitos militares, o seu número e distribuição por grupo etário. Se atendermos aos registos paroquiais, para além do número de chefes de família ou de fogos importa analisar o “*rol de confessados*” ou seja, habitantes com mais de sete anos, obrigados à comunhão e à satisfação do pagamento da cômgrua paroquial. Tal justifica que assistamos, no decurso da monarquia, a um progressivo refinamento dos elementos compilados pelos censores régios até ao momento em que o desenvolvimento da ciência estatística permite discriminar essa informação e melhorar o saber que temos sobre a população ao longo de séculos e das muitas questões de natureza social e bélica que permitiram a afirmação do poderio económico da coroa, a expansão armada, religiosa e do comércio marítimo.

Esta situação acompanha o processo de povoamento e a própria evolução dos moradores no decurso da primeira dinastia e no início da segunda, a sua progressão e conquista de praças e mercados no norte de África, o que permite uma comparação com a descrição mais antiga de El-Idrisi sobre as povoações e as cidades mais importantes sob domínio mourisco, arroladas por este autor e as que se vão evidenciando pelas suas funções militares e de defesa, administrativas, comerciais,

religiosas e outras, engrandecidas com a política de fomento da dinastia Afonsina e de Aviz. Nestas condições o conhecimento quantitativo da população residente é imprescindível em termos de avaliação da disponibilidade de habitantes para o povoamento e defesa, além de fonte de rendimento da coroa e da administração régia centralizada e das expedições de além-mar.

1 - APURAMENTO DOS RESIDENTES

Como assinalado os movimentos da população no território português estão desde longa data ligados às necessidades de povoamento e à mobilidade de habitantes entre as áreas mais densamente ocupadas, para as terras a arrotear. Aprofundaram-se no decurso do processo de formação e consolidação do reino e prosseguiram noutros momentos em que as necessidades de ocupação do solo e de fixação de moradores foram indispensáveis ao processo de crescimento das unidades administrativas e religiosas, aos concelhos e às dioceses, aos conventos e aos nobres beneficiários de doações da coroa. Entre os documentos oficiais que inicialmente permitem realizar estimativas da população contam-se as Inquirições (ANTT), “*inquéritos mandados efectuar pelos monarcas, nos séculos XIII e XIV, com o objectivo de averiguar o estado de seus bens e direitos*”⁵⁷, em particular a norte do Mondego e sobretudo do rio Douro, áreas de maior fixação dos habitantes no início da dinastia Afonsina.

Como registou Marques (1993, p. 527) a centralização do poder operada desde D. Afonso II - em conflito, muitas vezes, com a hierarquia religiosa - cerceou desde as Inquirições de 1220 “*algum poder económico e influência das instituições eclesiásticas, criando, ao mesmo tempo, vinte e oito novos municípios, através de outros tantos forais por ele outorgados*”. Mais ainda, explica uma fonte do ANTT (loc. cit.), que estes documentos dos séculos XIII e XIV, “*Funcionam, igualmente, como fonte para a história política, reflectindo os conflitos que opunham o Rei à Igreja, aos concelhos, aos senhores ou cavaleiros vilãos.*” Do período inicial da monarquia as “inquirições” dos séculos XIII e XIV (ANTT)⁵⁸ realizam-se “*Num contexto*

57. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182562> 16JUN21

58. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Inquirições gerais 1220/1397 - <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182562> 2FEV21

de medidas de fortalecimento do poder real e de centralização administrativa” e de levantamento das propriedades régias e da população próxima. Orientadas, especificamente, para recolher informação sobre a população destinada à defesa, os besteiros ou soldados armados com besta ou balestra, trabalhavam geralmente em ofícios mecânicos tais como mecânicos, sapateiros, ferreiros, alfaiates, pedreiros, almocreves e outros com rendimentos. Constituem-se como uma milícia de base concelhia. Destacam-se as contagens seguintes⁵⁹: “*Rol de Besteiros do Conto*”, de D. Afonso III (1260-1279), de D. Fernando (1367-1383) e de D. João I (1421-1422).

Assinale-se que a construção da identidade do reino, assente no reforço do poder régio através da promoção do povoamento, do poder das milícias e do aumento dos impostos públicos, esteve na origem das primeiras contagens associadas ao “rol” de besteiros realizadas em diversas comarcas. Aos besteiros eram concedidos privilégios importantes (Silva, 1868.I, p. 44), “*porque os besteiros remiam em geral com o serviço pessoal na milícia o pagamento de jugadas e peitas, das fntas e talhas municipais (...), não podiam ser penhorados nos bens móveis de seu uso, e nos pleitos o vencedor tinha jus à reparação de quatro soldos e meio (...)*”. Neste caso os besteiros constituíam uma força defensiva, concedida no respetivo foral, gozando de benefícios fiscais e outros que surgem como corpo defensivo da coroa desde o século XIII. O seu alistamento começou por ser concedida aos “mesteirais”, sendo gradualmente assegurada por nobres e cavaleiros da ordem religiosa-militar do Templo que se articulavam com as “milícias régias” e cavaleiros do rei na participação em diversas ações defensivas e ofensivas ordenadas pelo monarca, em particular nas zonas de fronteira e nas povoações guarnecidas de fortificação.

Uma reconstrução histórica da evolução da população do reino a partir dos primeiros tempos, relatada por Barros (1789.I, p. 123 e ss), valoriza a ação e as providências dos primeiros monarcas para assegurar as “*subsistências necessárias*” aos vassallos (op. cit., p. 24), “*e desta forma com tão preciosos auxílios tão sollicitamente aplicados, se foi recuperando a população, e a sua força perdida, e se multiplicaram os estabelecimentos das famílias, e as facilidades do correspondente sustento*”. Neste relato assinalam-se as “*providências dos nossos dez primeiros soberanos, por toda a parte com regulada vigilância aplicadas, sempre ditosamente venceram*” (op. cit., p. 126),

59. INE: Censos - <https://sites.google.com/site/formacaoolivrecensos/home/pagina-inicial/censos-em-portugal/censos-antiguidade> 16NOV20

permitindo o crescimento da população portuguesa desde o tempo do fundador da monarquia até ao reinado de D. João I. Completando esta reflexão anota-se que (loc. cit.), *“do tempo deste Soberano até El-Rei D. Manuel, ela não mostra ter notavelmente aumentado; que depois deste Monarca até ao último dos Filipes, a sua diminuição é muito notavelmente sensível; e que de então para cá não é difícil conhecer que ela se acha muito adiantada”*. Contudo, adianta o autor (loc. cit.), *“mas mostrá-lo com certeza, e de uma forma bem clara (...) é cousa em que ainda, até hoje se não tem nem intentado”*.

Uma descrição da distribuição geográfica dos contingentes de *“besteiros do conto”* (1299-1367) elaborada por Martins (2008, p. 389) permite conhecer a sua existência, em particular na margem sul do Tejo ao tempo em que a sua intervenção em operações militares era mais frequente. Os dados parcelares de contagens posteriores a esta menção, confirmam essa evolução e a proteção dos monarcas em relação ao crescimento natural (op. cit. p. 128), ao *“seu agasalho aos estrangeiros, pelo seu favor para os desgraçados, e pela sua piedade para os rendidos, em uma palavra, pela sua política, sempre preparada para o bem dos seus povos, como a força da sua espada”*.

No seu todo os dados dos “róis” da população servem de retratos parcelares da população e do território abrangido por esses levantamentos. Das contagens realizadas contam-se as seguintes:

- Mandada realizar por D. Afonso IV, entre 1270 e 1279, a qual (Silva, 1919, p. 1), *“admitindo uma certa proporcionalidade entre a grandeza e prosperidade de muitas povoações importantes, e o número dos besteiros arrolados, permite estudos comparativos das populações do reino nos fins do século XIII”*;

- Determinada por D. Fernando, em 1373 (loc. cit.), relativa a *“novas apurações ou listas da gente, para se saber ao certo quantos eram capazes de servirem na guerra”*;

- Assinada por D. João I (loc. cit.) em *“carta régia de 8 de novembro da era de 1448 (ano 1410)”* encarregando *“Vasco Fernandes de Távora anadel-mór, e Joham de Basto, escrivão do conto, de fazerem relações de todos os bésteiros dos contos que competiam às diferentes terras, as nomeações de novos bésteiros, e outras providências, em conformidade com um Regulamento para a execução do serviço (...)”*. A este mesmo Anadel-Mor foi confiada a missão de realizar um novo rol (op. cit., p. 2)⁶⁰

60. Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V, livro I, edição da Imprensa da Universidade de Coimbra, ano 1792, pág. 406 e seguintes.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

“por determinação do Infante D. Pedro, filho de D. João I, datada de 3 de fevereiro da era de 1459 (ano 1421)”. A primeira contagem vai ser mencionada neste trabalho.

Para completar essa medida decidiu o monarca criar o corpo defensivo de mestreiros, de base concelhia, com aptidões de manejo da besta, milícia que evoluiu na sua composição e número nos reinados seguintes. Servindo sob o comando de um Anadel local, que reportava ao Anadel-mor régio, esta função manteve-se a par da nomeação do Anadel-mor do reino, por D. João I, o que realça a importância que o monarca conferia à sua ação e orientação por um chefe por si nomeado (Ferreira, 2015, p. 29). Embora não sendo possível estabelecer uma relação direta entre o quantitativo desta força de defesa e a população em geral (op. cit., pp. 100-101), ela pode servir como um indicador da extensão do povoamento e da importância das praças e anadelarias, como distritos militares, arroladas em diferentes contagens. A resenha de 1417 pode ser indicativa das dinâmicas e preocupações de defesa em épocas de concentração do poder do rei e de litigância com o reino vizinho de Castela, como sucede depois da revolta de 1385.

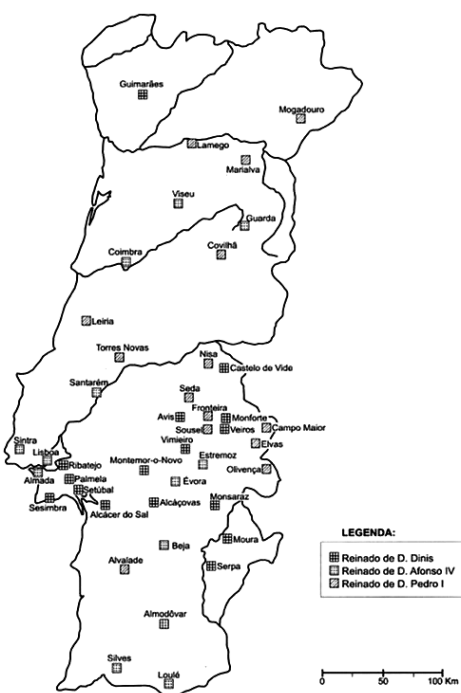


Fig. III, 1 - Rol dos Besteiros do Conto (1299-1367)⁶¹

61. Fonte: Martins, Miguel Gomes (2008). Los ballesteros de conto en Portugal en la Edad Media. MEDIEVALISMO, nº 18, 2008, pp. 375-395 (p. 389)

Na sua ligação aos reinados de anteriores monarcas, recorda-se que depois de D. Dinis e dos progressos relacionados com o povoamento, o incremento das atividades económicas é um processo que percorre os reinados da dinastia Afonsina ou de Borgonha e que transita para a dinastia Joanina ou de Avis iniciada por D. João I depois da revolução de 1383-85. Durante o seu reinado teve lugar a primeira expedição fora do continente europeu nas terras do norte de África, dando início ao que foi o período de expansão marítima portuguesa iniciada com a “*formação de um ‘senhorio real’ no norte de África*” (Santos, 1996, p. 11) através da tomada da cidade de Ceuta, em 1415, numa época em que o soberano, D. João I, reconhece pela pena de Azurara (Santos, 1998, p. 96), “*a abastança da gente que não tenho*”.

Sobre este assunto escreveu Marques (1992, p. 118):

“A conjuntura sócio-política de Portugal, no termo da crise de 1383-1385 e na sequência da consolidação definitiva da sua autonomia no quadro das monarquias peninsulares, leva a nação a aventurar-se decisivamente no itinerário do além-mar. Era a procura, em espaço extra-europeu e a partir da fronteira África, de um caminho conducente ao alargamento territorial, ao poderio económico e ao expansionismo cristão”.

O citado projeto foi contrariado pelo desastre de Tânger e aprisionamento do Infante D. Fernando, em 1437, com as demais dificuldades surgidas em relação à conquista de outras praças marroquinas. Nesta sequência, até ao final do século XV procede-se à descoberta das ilhas atlânticas e da costa africana com a passagem do cabo Bojador (1434), exploração das ilhas e da linha do Equador, acesso ao cabo da Boa Esperança (1487) e descoberta do caminho marítimo para a Índia (1498), abrindo portas à presença portuguesa nas costas do Índico e depois na Insulíndia e no mar da China. A importância destas travessias é salientada por Sérgio (1979, p. 57) que a propósito escreveu: “*a passagem do Bojador e a do Tormentoso marcam dois momentos culminantes na história dos Descobrimentos. Ia suceder à do segundo a exploração do comércio do oriente, como sucedera à do primeiro a exploração do comércio da Guiné*”. Esta rota é completada com a descoberta do Brasil (1500) e o alargamento da presença portuguesa nos mares orientais que assinala a criação do império português do Oriente, o estabelecimento de um Vice-Rei e da capital em Goa, centro de comércio de renome e ponto de encontro entre a população hindu e a muçulmana. Assim se descreve essa praça⁶²:

62. ANTT: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4186161_27MAI21

“Em finais do século XVI, o poder português no Oriente, centralizado em Goa, estendia-se desde a costa oriental de África a Malaca, Timor e Macau, passando por Ceilão e São Tomé de Meliapor; dominava o Golfo Pérsico com fortalezas ou feitorias em Ormuz, Mascate, Calaiate, Curiate, Soar, Barém e outras localidades da costa da Arábia até Baçorá. Por Decreto de 19 de abril de 1752, a administração das possessões da costa oriental de África foi separada do governo do Estado da Índia”.

Gradualmente estes destinos tornam-se sorvedouros dos habitantes da metrópole que embarcam nas armadas da Índia e do Brasil, alimentando com a sua presença o corpo guerreiro de comerciantes, religiosos e escrivães que acompanham esta empresa estruturada a partir de “nós” de relações e de uma vasta rede comercial, militar e religiosa estabelecida a grandes distâncias. Neste exemplo valoriza-se o peso das relações económicas com as terras sul-americanas, com base nas plantações de cana-de-açúcar e tráfico negreiro que levaram à transferência do “eixo da política colonial do Índico para o Atlântico” (Godinho, 1978). Como resultado da expansão marítima e da submissão de praças comerciais ao domínio português foram aí anexadas possessões territoriais que se mantiveram sob alçada do rei de Portugal até finais do século XVIII (1777) com a cedência à coroa de Castela das ilhas de Fernando Pó e Ano-Bom, conjuntamente com a colónia militar e cidade de Sacramento, fundada nos finais do século XVII para assegurar o comércio platino da região interior desta área do continente sul-americano.

Mais perto do solo português a manutenção destas possessões e a exploração dos territórios africanos, associada à tomada de Ceuta – e de outros lugares dessa costa – estão na origem do despovoamento do continente e ilhas (Ferreira (2015, p. 103) e das dificuldades de constituição das defesas locais assentes na força dos besteiros. A este respeito escreveu Silva (1868, p. 150) que desde a fundação da dinastia de Avis, “Não é para espantar portanto, que o atrazo e a declinação das artes rurais progredissem em vez de parar, e que o espectro da fome assustasse os povos, visitando-os com frequência. Se a povoação augmentou, como parece indubitavel, foi nas villas e cidades principalmente”. A propósito assinala Ferreira (2015, p. 103): “à influência exercida pelos poderes locais junto da Coroa, os quais, em épocas em que se vivenciava a paz no reino, procuravam reduzir o número de besteiros do conto, nos seus municípios, e assim diminuir o número de vizinhos que beneficiavam de importantes prerrogativas de cariz fiscal”. Contudo, não obstante estas limitações os registos ao longo do tempo deste corpo armado, em simultâneo nas diferentes praças do país, e “Aceitando com Soares

*de Barros e com Rebelo da (5) Silva (6), a proporção de 1 besteiro por 213 almas, obtêm-se os números comparativos da população de diferentes terras do reino naquela época*⁶³.

Nesta perspetiva os dados conhecidos sobre estes levantamentos servem de indicativo sobre a proeminência dos fatores locais de defesa, a cargo de mestrais e, com o tempo, de nobres ligados ao poder régio e da importância desta elite suportada por rendimentos próprios que pressupõem um domínio fundiário e um corpo de vassalagem, de camponeses e de rendeiros, auxiliares dos cavaleiros de besta. Quer na sua missão concelhia quer na missão em prol do poder régio, o total das milícias do conto dependia do total de habitantes. Como observa Martins (2014, p. 132) “quanto mais populosas fossem, maiores seriam os contingentes que forneciam, ao passo que as localidades menos populosas conseguiram apenas mobilizar um escasso número de combatentes”.

A situação evocada veio a alterar-se com as medidas de consolidação do reino tomadas entre os finais do século XIV e as três primeiras décadas do século XV que conduziram à necessidade de descentralizar o poder régio nas mãos do monarca e a criação de um exército permanente para defesa da grei. Sobre este tema, Monteiro (2018, p. 402) escreve que tal foi alcançado por D. João I, por ação do seu Conselho Régio, em 1411 (Coelho, 2012), conseguindo a criação de um a “*Ordenança Certa das 3200 Lanças*”: 500 capitães; 2360 escudeiros de uma lança; 100 cavaleiros da Ordem de Cristo e outros 100 da Ordem de Santiago, 80 cavaleiros da Ordem de Avis e 80 cavaleiros da Ordem do Hospital. Tomando como exemplo um desses registos manuscrito, tratado por Barros (Banco de Portugal, 1990.I), existente na Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, transcrevemos, à data de 1417, o total de besteiros e a estimativa de habitantes:

Quadro III, 1 – Relação de ‘besteiros do conto’: 1417

Províncias - 1417	Nº Besteiros	Equiv.habit.	Estim.pop.
Algarve/Além Tejo	1606	X 213 hab.	342.078
Estremadura	942	X 213	200.646
Beira	1295	X 213	275.835
E. Douro-Minho	460	X 213	97.980
Trás-os-Montes	393	X 213	83.709
	4696	X 213	1.000.248

Fonte: Barros, 1990

63. Refere-se o autor a Soares de Barros (1789-1815) e a Rebelo da Silva (1865)

Cotejando estes dados com as informações de Martins (1908 – A crise) sobre a situação social e económica, verifica-se que a

“População e a riqueza tinham crescido de um modo notável desde que, havia mais de um século, terminára a reconquista do território aos musulmanos. O censo que annos depois se fez (1417) dá ao reino 4:800 besteiros de conto, ao Porto 8:500 habitantes, e a Lisboa 63:750. Pullulavam enxames de aldeias e casaes pelos campos agricultados, e muitas villas que depois definharam eram ainda importantes: Sines, Cezimbra e Mertola. Algumas cidades eram muito maiores do que são hoje: Evora e Beja, Santarem, Thomar, Leiria. D. Fernando herdou o reino robusto e forte”.

A variação dos dados contidos entre diferentes registos mostra as limitações destas fontes a nível do conhecimento global da população. Assim acontece cotejando os dados do “Rol de besteiros” de 1417, com o “Rol de besteiros” de 1421, referido por Borges Coelho (2012), no qual aponta um total de 4.906 besteiros, distribuídos pelo Alentejo: 1.700, Estremadura: 1.179, Beira: 1.077, Entre Douro e Minho: 550, Trás-os-Montes: 400. Essa repartição por cidades mostra o maior contributo das cinco principais povoações do reino: Lisboa: 300, Évora, Coimbra, Santarém e Guimarães com 100 besteiros cada, o que mostra, como faz notar este autor (op. cit., p. xx) que *“nalgumas províncias, as cidades e as vilas eram ilhas num mar de ruralidade, dominado pela fidalguia e os senhores eclesiásticos”.*

Estima-se que a população portuguesa nesse período andasse à volta de um milhão de habitantes, apresentando as seguintes características (loc. cit.): *“os números evidenciam o povoamento disperso característico do Norte, em particular da região de Entre Douro e Minho, e o povoamento agrupado do Sul. Indicam também que os lugares mais povoados se situam na Estremadura, no Alentejo e no Algarve”.* Esta descrição é corroborado pela distribuição do número de besteiros, a saber (loc. cit.): Lisboa: 300; Évora: 100; Coimbra: 100; Santarém: 100; Guimarães: 100; Elvas: 80; Beja: 80; Setúbal: 65; Torres Vedras: 62; Almada: 60; Braga: 50; Guarda: 50. Sobre este assunto observa ainda o autor (loc. cit.): *“o Porto, burgo por excelência, vivia do comércio marítimo, da pesca e da construção naval, mas só participava com 40 besteiros, ao lado de Olivença 40, Estremoz 40, Leiria 40, Tomar 40 e Mértola 40”.* Finalmente (loc. cit.), *“no último patamar ficavam Valhelhas 39, Faria e Rates 33, Pena Maior 32”* e um número considerável de outros lugares com 30, cada, a saber: Alcácer, Silves, Faro, Tavira, Serpa, Portalegre, Avis, Vila

Viçosa, Monsaraz, Montemor-o-Novo, Abrantes e Punhete, Montemor-o-Velho, Ponte de Lima, Vila Real, Terra de Chaves, Bragança, Pinhel, Covilhã, Viseu, Lafões, Castelo Branco.

Precisando a importância do seu contributo para a defesa do reino e das suas comarcas, verifica-se a extensão do Além-Tejo e do Algarve, contribuindo com mais de 1,6 milhares de guerreiros para esse fim. Esta situação acompanha o lento desenvolvimento da população no decurso da Idade Média devido a *“diversas epidemias, nomeadamente a peste de 1348, a invasão dos bárbaros, as guerras contra os serracenos, a invasão normanda, as lutas feudais, as cruzadas e a guerra dos cem anos”* (INE)⁶⁴. Regista a mesma fonte (loc. cit.) que *“todos estes factos, juntos à grande mortalidade infantil daquela época, produziram lacunas na população, que a natural aceleração teve de preencher, não podendo, portanto, dar-se acréscimo sensível”*.

Atendamos agora ao levantamento Quinhentista de 1527. O movimento das descobertas, traduzido no movimento portuário da foz do rio Tejo e assumido na concentração do poder régio e da corte em Lisboa levou ao reforço desta cidade como capital do império que se foi estruturando com o alargamento dos mares, dos lugares de comércio em África, no Oriente e no Brasil, garantindo a supremacia da antiga Olissipo sobre Évora, como capital da coroa. Daí decorre a fixação de novas atividades e com elas o movimento de atração da população que desde então passa a ser o principal centro de convergência da população rural, dos artífices, dos comerciantes, dos nobres e da “baixa ralé” que demandava a cidade na busca de um lugar nas naus ou de uma ocupação mais rendosa na cidade em crescimento.

Para além destes movimentos as perdas, justificadas também pelas expedições marítimas e saída de soldados e marinheiros, funcionários e colonos para povoar Marrocos e outras terras, são entendidas em alguns setores (Martins, 1908 – Portugal em África) como um risco: *“mudar parte de uma população escassa, de Portugal para África, era trocar uma boa capa, por um mau capelo”*. Devemos ainda contar com o afluxo de refugiados judeus que depois da sua larga permanência em solo português e após a sua expulsão do reino de Castela, em 1492, acabaram por se fixar nas terras fronteiriças de Portugal e noutros lugares do reino, antes da sua saída forçada para outras paragens.

Cidadãos livres e recrutados, soldados e guarnições militares, criminosos e es-

64. INE. Relatório sobre o Censo da População – Separata do volume 1 de 1890. p. XL

cravos, gente da máquina administrativa e outros, são exemplos da população que sai do país com o intuito de assegurar a ocupação e colonização das possessões da coroa assim como os negócios desta com os mercados dessas paragens. Assim se fortalece o movimento de ocupação e conquista das praças de comércio orientais, na colonização e arroteamento das novas terras, na exploração mineira e nas plantações do Brasil. A esse respeito escreveu o poeta J. R. Castelo-Branco⁶⁵:

<i>“Senhora, partem tam tristes meus olhos por vós, meu bem, que nunca tam tristes vistes outros nenhūs por ninguém”.</i>	<i>Tam tristes, tam saudosos tam doentes da partida, tam cansados, tam chorosos, da morte mais desejosos cem mil vezes que da vida (...)</i>
---	--

Esta situação surpreendeu Garcia de Resende que comentou desta forma a dispersão dos seus compatriotas e as suas relações com o país de origem:

<i>“Vimos muito espalhar Portugueses no viver, Brasil, ilhas povoar, E às Índias ir morar, Natureza lhes esquecer”.</i>	<i>Veemos no reyno metter Tantos captivos crescer Irem-se os naturaes Que, se assim for, serão mais Elles que nós, a meu ver”</i> ⁶⁶
---	---

Complementarmente à população escrava, difícil de calcular, mas imprescindível para o funcionamento do sistema social da época, outras populações contribuíram para o desenvolvimento económico. A este respeito assinala Soyer (2008, p. 325):

“Les sources contemporaines nous informent que pendant l’été de 1492 le Portugal fut submergé par une vague migratoire de 90:000 à 120:000 juifs venants de Castille. Admettre un tel flot de réfugiés aurait été insensé. Ce pays, dont la population ne comptait qu’un peu plus d’un million d’âmes, ne pouvait pas supporter un tel afflux, qui aurait créé un chaos socio-économique, sanitaire et religieux”.

Precisando (op. cit., p. 327) dá conta da sua entrada através das fronteiras:

1. *“3:000 juifs qui entrèrent au Portugal via Bragança.*
2. *30:000 juifs qui entrèrent au Portugal via Miranda do Douro.*
3. *35:000 juifs qui entrèrent au Portugal via Vilar Formoso.*
4. *15:000 juifs qui entrèrent au Portugal via “Marván»*
5. *10:000 juifs qui entrèrent au Portugal via Elvas”.*

65. Século XV: <https://ensina.rtp.pt/artigo/cantiga-partindo-se-de-joao-roiz-de-castelo-branco/> 4OUT21

66. Garcia Resende: Cancioneiro geral. Serrão, 1976, p. 85

Apesar do édito de expulsão em 1496 e da chacina deste povo em Lisboa, no ano de 1506, não se pode negar o contributo desta população no cômputo geral dos habitantes do reino como comerciantes e escravos - tal como nas civilizações antigas - registado nas décadas seguintes. Contudo a perseguição ordenada por D. Manuel I no final do século XV e as ações que se seguiram contra esta gente acabaram por determinar a sua expulsão e fuga. Para Silva (1868, p. 51): “*Muitos judeus, menos firmes, temendo as consequências da emigração forçada, abjuraram, mas a maioria, contra as esperanças do rei, optou pelo exílio*”. É nesta sequência que se justifica, explorada a costa africana e aberta e consolidada a “rota do Índico” e do Atlântico, o interesse de D. João III em alargar o domínio territorial nas Índias orientais e ocidentais e estabelecer a fixação de diversas rotas marítimas e comerciais associadas à exploração geográfica e à navegação, com base em portos estratégicos e auxílio de novos parceiros comerciais e políticos.

Ao tempo deste monarca algumas dessas praças e portos comerciais tinham um valor estratégico que permitia ligações a rotas interiores mais extensas, como Ceuta, Alcácer-Ceguer e Arzila, em relação ao norte de África; Melinde e Mombaça, no apoio e abastecimento à exploração marítima da Índia, completada com a conquista de Ormuz, importante cidade capaz de atrair e difundir a “*distâncias consideráveis bens, fazendo deslocar quase multidões de compradores e vendedores*” (Santos, 1996, p. 15); Goa e Malaca, cada uma delas com funções específicas na ligação ao Golfo Pérsico, ao Oriente ou já às ligações com o Oceano Índico, com o mar da China e as Ilhas da Polinésia.

O traçado destas viagens permitiu à coroa portuguesa reduzir a importância do comércio caravaneiro que controlava os fluxos de transações entre África e o Oriente com a Europa através do deserto arábico e dos portos do Mediterrâneo. Sobre o contexto da época, Álvarez (2006.XIII, p. 182 - Abón, 2006.XIII) evoca que essa “*é uma conjuntura única, um período em que os portugueses praticamente não são inquietados na exploração do seu Império*”, situação que torna o monarca português (loc. cit.) “*o soberano mais rico da Cristandade*”, embora (loc. cit.), “*em contraste com essa nota de prosperidade se insinuem alguns sinais inquietantes: as terras de Portugal têm cada vez menos braços para as trabalhar, e os milhares de escravos que anualmente chegam a Lisboa fazem da capital o mercado de escravos mais importante da Cristandade*”.

Por sua vez as viagens ficaram marcadas, como a rota de Vasco da Gama, em

1498, por diversas lutas e batalhas com os muçulmanos e pela imposição de um modelo de governação centralizada em Goa, iniciada no século XVI com a nomeação do governador do estado da Índia. A este respeito regista Antillon (1808, p. 155) a intervenção das “*esquadras portuguesas que en sus gloriosos siglos llenaron de terror y espanto á los poderosos déspotas del Indostán*”. Tal justifica as medidas e reformas centradas na concentração do poder régio e na dispersão da população portuguesa pelo império do Oriente e, também, a caminho da fixação e defesa da terra de Santa Cruz, depois chamada Brasil.

Destinadas a um conhecimento mais amplo dos residentes, o Numeramento ou Cadastro de D. João III (1527), designado por “*Numeramento ou Cadastro Geral do Reino*” serve de testemunho do modelo de municipalização que vigorará até ao liberalismo, baseado (Subtil, 1999, p. 326) numa “*estratégia fundada no conhecimento do território, na demografia e na estatística como técnica de controlo político*”. Tal corresponde (Medina, 2006, p. 11 - Abón, 2006.XIII), “*às necessidades económicas do novo Estado renascentista, que precisa de conhecer o número de contribuintes, ou os recursos em homens do seu futuro exército*”. O numeramento foi realizado entre 1527 e 1530, por ordem deste monarca e executado de acordo com a carta régia de 17 de julho de 1527, endereçada ao corregedor de cada uma das seis comarcas em que o reino se dividia para que mandasse fazer, por um escrivão da sua correição, o arrolamento dos moradores existentes na área da sua jurisdição.

Regista Silva (1868, p. 225) que nesse tempo o estado do país não era o melhor em virtude da má situação nos campos e na agricultura, “*sangrados por uma emigração constante*” que se estendia aos recintos das vilas e cidades, onde (loc. cit.) “*ruas inteiras quasi desertas denunciavam a morte, ou a paralisação das poucas indústrias, que sobreviriam ainda, mas que tendiam a desaparecer sufocadas pela concorrência estrangeira ou geladas pela indiferença e desprezo dos poderes públicos*”. Acrescem a estas circunstâncias a deficiente higiene, as condições de vida da população flagelada pelas más colheitas, fome e doenças, pestes, mortalidade infantil elevada e esperança de vida precária, da ordem dos 35 anos (Medina, 2006.XIII, p. 13).

Devido à emigração constante para as conquistas e à procura (Ribeiro, 1902, p. 5) dos “*fáceis e avultados proventos*” prometidos pela febre dos descobrimentos, verificou-se o abandono dos lares e das “*suas ocupações, em troca d’aquelas bem agouradas e lucrativas empresas*”. Tal conduziu a uma acentuada escassez de mão-de-obra, ao abandono dos solos mais férteis, ao desequilíbrio populacional, à mi-

séria pública, circunstâncias que Silva (1868, op. cit., p 248) afirma deverem-se às conquistas e ao comércio com a Ásia que “*foram as causas mais próximas e ativas desta decadência, adiantada com passos rápidos e irresistíveis*”. Ao tempo a metrópole e as suas possessões tiveram de recorrer a escravos negros importados das costas de África e utilizados no desenvolvimento das atividades agrícolas, em particular na exploração da cana sacarina e mais tarde do algodão nas plantações tropicais destinadas ao comércio de exportação. Entre os testemunhos arrolados conta-se a população de origem africana transportada para a ribeira do Sado e baixas do rio Soraia para o trabalho nos arrozais e nos pauis. A sua fixação no vale do Sado parece corresponder aos esforços do Marquês de Pombal (Caldas, 1998, p. 373) para “*tentar o povoamento das margens desérticas do Sado*” ao “*implantar colónias de africanos, em Santa Margarida e Alcácer*”.

A presença de habitantes oriundos do continente africano nessas tarefas agrícolas no vale do rio Sado, conhecido outrora pela insalubridade do clima, deu origem a comunidades mestiças de mulatos, descritas por J. L. de Vasconcelos em 1898, e transcrita no cancionero popular:

<i>“Ribeira do Sado,</i>	<i>O Senhor dos Mártires</i>
<i>Ó Sado, Sadeta.</i>	<i>Cá da Carvalheira</i>
<i>Meus olhos não viram</i>	<i>É o pai dos Pretos</i>
<i>Tanta gente preta.</i>	<i>De toda a Ribeira”.</i>

Por sua vez, Vasconcelos (1982.IV, p., 49-50) dá também conta da existência de mulatos em Alter do Chão considerando a sua presença não com vestígio de escravatura, mas sim como “colonos” enviados “*para sul do Tejo para o colonizar*” (loc. cit.). À escassez da população embarcada para as descobertas juntava-se a pobreza de gado responsável pela produção de estrume, levando Silva (1868, p. 245) a firmar: “*os adubos raros, e a escassez de braços tornava os amanhos incompletos e caríssimos*”, donde o recurso a mão-de-obra estranha surgia como remédio para essa falta de gente.

A diversidade de situações agravadas pela falta de gente repercute-se na metrópole onde a produção agrícola decresce (Silva, 1868.I, p. 49) e “*não só continuara atrasada, como já principiará a declinar rapidamente e as indústrias pouco protegidas e enfezadas em todos os tempos, cada vez esmoreciam mais*”. Daí que (loc. cit.) “*A falta de braços, de capitães, de mercados e de boas comunicações desalentará o trabalho*”, levando à importação de cereais estrangeiros de tal forma que (op. cit., p. 50), “*No ano de 1522 a fome apertou de tal modo que os pobres caíam de fraqueza*

pelos caminhos, e os mortos jaziam sem sepultura nas estradas. Subiram os preços de forma, que só os abastados podiam comprar pão”.

Os resultados finais da operação de contagem da população, expressa em fogos, no início de Quinhentos, indicia uma população da ordem de 1,2 milhões de habitantes, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 20% em relação à estimativa dos últimos róis de besteiros. De acordo com Serrão (1975, p. 223), o ‘fogo’ “*era o tributo que pagavam os moradores de certas vilas e termos, ou seja, os chefes de família que tinham a seu cargo uma média de 4 a 5 pessoas*”. Tomando em consideração os dados de Caldas (1998, p. 162) esse valor poderia ter ascendido a 1,45 milhões de habitantes:

- Norte do Douro: 446.000 habitantes
- Sul do Douro: 307.000 “
- Vale do Tejo: 337.000 “
- Sul do Tejo: 360.000 “

Importa atender a que, como assinala Silva (1868, p. 54), “*Do Algarve não achou documento, ou notícia respectiva ao cadastro de 1527*”, adiantando, com base em informações do advogado da Casa da Suplicação, em 1607, que esse valor poderia ascender a 16.000 fogos, valor significativo bem superior ao indicado por Galego e Daveau (1986, p. 22) com 8,7 milhares. No conjunto do território foram arrolados 280. 415 fogos, assim distribuídos (Martins, 1956), percentualmente:

- Algarve: 4%
- Alentejo: 16%
- Beira: 22%
- Minho: 23%
- Estremadura: 23%
- Trás os Montes: 12%

Apesar da discrepância de dados utilizados por diversas fontes (cf: Martins, 1956, p. 29) a média de moradores por unidade administrativa em 1527 confirma um padrão de distribuição dos habitantes nas diferentes correições do reino com maior incidência no litoral do noroeste português ou mesmo na Beira, devido à natureza e à fertilidade dos solos, às facilidades de circulação e de troca, às condições do clima e natureza das espécies cultivadas, em particular nas bacias hidrográficas dotadas de maior irrigação. Às facilidades de rega junta-se a qualidade do solo enriquecido ao longo de séculos por culturas sucessivas, matéria orgânica

e fertilizantes naturais antes do aparecimento dos adubos químicos e de outros tratamentos da mesma natureza.

A este respeito conclui Silva (1868, p. 247), que “*a população no modo por que se achava distribuída acusava este desequilíbrio fundamental das forças vivas do país*”, o que condiz com a leitura de Galego e Daveau (1986, p. 27) que assinalam a maior densidade populacional nas áreas dos distritos de Braga, Porto e Lisboa, sendo que “*o interior e o sul registavam valores mais baixos, constituindo exceção os distritos de Guarda e de Viseu*”. Mais ainda (loc. cit.): “*A oposição que nos nossos dias se verifica entre o litoral e o interior só é evidente a norte do rio Douro e no Distrito de Lisboa (...)*”. Ao tempo as comarcas de Entre-Douro e Minho e da Beira registavam o maior número de fogos, respetivamente 19,6% e 23,9% do total dos 280.582 fogos arrolados no continente, cabendo a maior pressão demográfica à primeira dessas comarcas, que apesar das suas reduzidas dimensões, albergava cerca de um quinto da população portuguesa. A descrição do referido autor (op. cit., pp. 247-248) explicita bem esta realidade:

“(...) o Alentejo contava apenas 37:688, Traz-os-Montes 35:344 e o Algarve 13:768: mas nos distritos do sul, aonde a vida se concentrava dentro do recinto das vilas e povoações, aonde as ordens militares, o rei, e poderosos fidalgos possuíam o maior numero de terras, e prevalecia o sistema da grande propriedade e da grande cultura, incompleta e atrasada, os habitantes ruraes mal chegavam a orçar pela terça parte da população total, subindo a urbana a 125:695 almas na comarca (provincia) de Entre Tejo e Guadiana, e a 24:380 almas no Algarve, desproporção que explica a decadência da agricultura e de todas as fontes de riqueza naquelas regiões, que um melhor régimen económico teria engrandecido, tornando-as fecundas e abençoadas”.

Os valores descritos por Martins (1956, p. 29) no seu “*Projeto de Lei de Fomento Rural*”, apresentado na Câmara dos Deputados em abril de 1887, referem um total de 287.117 fogos a que correspondem 1.215.775 habitantes. Quanto à sua distribuição no território o padrão geral regista áreas de maior concentração humana no sul e no interior do país, particularmente junto da fronteira com a Espanha, justificada por razões de defesa e pela existência das relações comerciais com este país. De qualquer modo a fixação dos habitantes no interior permaneceu difícil, devendo-se fundamentalmente à natureza física e ao acidentado do terreno, ao predomínio dos solos esqueléticos ou de fraca produtividade agrícola

e ao clima agreste. Fora desta área a distribuição era maior nas cidades de maior grandeza e nos centros portuários ligados ao comércio e à pesca, com maior número de embarcações dedicadas à pesca costeira ou já à pesca de longa distância nos bancos da Terra Nova. Nesta rede destacam-se as cidades de Lisboa com uma população da ordem dos 50.000 a 60.000 habitantes – mais 15.000 a 20.000 na periferia – e o Porto, já então alimentado por um intenso movimento comercial.

Sobre a situação de Lisboa indica Silva (1868.I, p. 68), “*engrossando de ano para ano, tornava cada vez mais sensível a desproporção de uma cabeça imensa em corpo tão pequeno e desfalcado*”. Fazendo fé na descrição deste autor (op. cit., pp. 57-58) relativa às “*Memórias para a história das cortes geraes que em Portugal se celebraram: anno de 1535*” redigidas pelo Marquês de Santarém, verifica-se um crescimento da população nas principais terras da Estremadura e variações nas demais províncias que convirá reter:

- “*Santarém, por exemplo, que no XV século sustentava 21:300 moradores, em 1535, contava 26:875, isto é, mais 5:575. Leiria até á mesma época alcançará mais 1:775, Thomar mais 2:319, Abrantes mais 3:610. Torres Novas mais 850, Alemquer mais 915, Porto de Moz mais 2.134.*

- *No Algarve, Faro passara de 10:600 a 7:215; mas Tavira, Loulé, Silves e Lagos tinham prosperado. Castro Marim e Albufeira achavam-se decadentes.*

- *Na Beira a cidade de Coimbra e a da Guarda pouco haviam augmentado; mas Vizeu e a Covilhã quasi que tinham triplicado a população. Trancoso, Castello Branco, Pinhel e Castello Rodrigo também se tinham adiantado, porém mais lentamente. Penamacor baixára de 7:029 habitantes a 4:320, e outras terras, mui povoadas antes haviam decrescido.*

- *Por ultimo, em Traz os Montes, Bragança inculcava grande desenvolvimento, e Villa Real seguia-a de perto; Freixo de Espada á Cinta prosperava, mas devagar; Moncorvo declinára; e Miranda do Douro contava 8:100 moradores”.*

No contexto da época este numeramento do reino tem lugar num período de expansão em terras da Ásia, em particular para a Índia – para onde (Galego e Daveau, 1986, p. 21), “*partiam todos os anos 2 a 3 mil pessoas, das quais muitas não voltavam*” - da colonização do Brasil e das ilhas do Atlântico. Assim se poderá justificar a reduzida variação da população portuguesa estimada entre o rol de Bes-teiros do Conto de D. João I, em 1422, e a “*Resenha dos Logares do Reino que vem às Cortes*”, de 1535, de menos de 250.000 almas, relação que Silva (1868, p. 63), considera “*então comum a toda a Europa*”. Esta situação justifica-se pelas perdas

naturais decorrentes das epidemias que no primeiro quartel do século XVI atingiram o país em anos intercalados: 1502, 1506, 1513 e 1521 (loc. cit.) associadas às saídas de habitantes, agravando a crise demográfica dominante. Assim a descreve o INE (1946.XXIV, p. 20): “*faltavam os filhos por que faltavam os pais, embarcados para além-mar ou arrebatados pela morte na idade em que o podiam ser*”.

A palavra a outros autores, nomeadamente a Serrão (1975, p. 232), que dá conta do processo de evolução do reino depois deste numeramento, traduzido no alargamento da rede de cidades, nomeadamente Miranda do Douro, Portalegre, Elvas e mesmo Leiria e no incentivo à realização de feiras e da vida agrícola que “*impunham formas de vizinhança que acabaram por beneficiar amplas zonas regionais*”. Este processo, aliado à estruturação e criação de novas dioceses conduziu ao incentivo e desenvolvimento de novas povoações, ao crescimento da agricultura e da população que à data era considerado como essencial para a reputação do Príncipe e para a defesa comum. Da mesma fonte (op. cit., p. 216), transcreve-se a referência do Chantre de Évora que fundamenta a riqueza, o poder e a felicidade do reino: “*a agricultura para a sustentação necessária às artes mecânicas, para a vida política, e à mercancia para levar os frutos próprios às Províncias alheias e trazer das alheias, os que nos faltão, e à milícia, para defesa da Patria*”. Mais ainda (loc. cit.): “*Pela razão, fica claro, que onde houver muita gente haverá muita Agricultura, muitas Artes, e muita Mercancia, e muitos Soldados*”.

A dimensão da população portuguesa ao longo do tempo é assinalada por diversos autores, nomeadamente por Antillon (1808, p. 153), que a propósito escreve: “*Es Portugal un país muy poblado á proporcion de sus circunstancias políticas y morales, y de su estension (...)*”, atribuindo-lhe, na “*época de su mayor opulência y engrandecimento*”, 4 milhões de habitantes, contando certamente neste montante os residentes no continente e nas suas possessões de além-mar. Nesse contexto o referido autor descreve, como atributo geral dos portugueses (op. cit., p. 154): “*es el de hombres emprendedores, vangloriosos, muy adictos á su religion y costumbres, fieles á sus Reyes, dificiles á irritarse, temerários en la adversa fortuna, y zelosos de sus mugeres (...)*”. Esta descrição acentua as propriedades da população portuguesa (Freire, 1739, p. 19), de “*coração benigno, de corpo robusto, de ânimo generoso (...) na paz não há gente nem mais quieta, nem mais alegre, e na guerra não há soldados, que mais sofram, nem que obrem empresas tão arrojadas, se se considerar o seu número*”.

Diversas consequências, que não só as de natureza demográfica ou de impor-

tação de riquezas minerais e florestais, podem estar associadas às viagens para a América. Delas resultou a introdução do milho americano (*Zea mays*) no velho continente, dando origem ao aumento da plantação em áreas irrigadas, de solo fértil, estrumadas e uma maior produtividade, contrariamente ao milho de sequeiro já cultivado entre nós, com reflexos evidentes na superação de crises alimentares e na subsistência da população. Note-se que apesar da divulgação do milho americano, as crises de fome associadas à produção ou à distribuição insuficiente de cereais em maus anos agrícolas persistiram com as pestes que dizimavam periodicamente a população portuguesa. No entanto o contributo deste cereal foi relevante por o mesmo ter permitido melhorar o regime alimentar da população, reduzindo assim os riscos de muitas das doenças agravadas pela fome e ocorrência do “*flagelo epidémico*”, associado (Serrão, 1975, p. 234) “*à carência de meios sanitários e às condições do ambiente*”, às condições de vida e sanitárias dos habitantes.

2 – POPULAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE E MODERNIDADE

As contagens da população realizadas a partir de Quinhentos mostram um conjunto de variações numéricas, decorrentes da expansão marítima e colonial responsável pela saída de enormes contingentes de habitantes da metrópole associadas à manutenção das praças de África, do Oriente e à colonização do Brasil. No período seguinte ao Numeramento de 1527 contam-se os seguintes levantamentos gerais da população:

- Durante a união dinástica das coroas de Portugal e Castela, há a assinalar o registo ou “*Resenha de Gente de Guerra*”, de D. Filipe III (1639).

Por sua vez no período de 1732 a 1798, há registo de 3 contagens diferentes:

- “*Lista dos Fogos e Almas que há nas Terras de Portugal*”, de D. João V (1732), também conhecida por Censo do Marquês de Abrantes;

- A recolha em todas as paróquias do reino, solicitada em 18 de janeiro de 1758 e dirigida aos bispos e párocos “*pedindo as suas descrições geográficas, demográficas, históricas, económicas, e administrativas, para além da questão dos estragos provocados pelo terramoto de 1 de novembro de 1755*”, registo conhecido por “*Memórias Paroquiais*”;

- “*Numeramento de Pina Manique*”, de D. Maria I (1798).

Estes dois últimos levantamentos acontecem em tempo de grande mudança

decorrente da abertura da monarquia às ideias e correntes filosóficas e científicas desenvolvidas na Europa das Luzes e incorporadas em Portugal pelos monarcas e ministros de D. João V e, sobretudo, por D. José I, que promoveram o reformismo e a mudança social trazida nas reformas do Marquês de Pombal. Recuando no tempo após a morte de D. João III, a subida ao trono de D. Sebastião (1557-1578) (Barros, 1789.I, p. 133), *“a nada quis satisfazer do que mais importava aos votos dos seus vassallos, e sem contactá-los ao menos em parte, foi perder a Coroa com a vida na infeliz batalha dos campos de Africa”*. Prossegue, afirmando (loc. cit.): *“Com este golpe tão funesto fica Portugal em precipitada decadência, e passa logo a domínio estranho, com uma população já mui fraca”*, como o faz notar em nota alusiva (loc. cit.):

“Dois anos depois da desgraçada jornada da Africa se fez uma rezenha da amedade do Reino a mais povoada, e consta deste exame, que a população de Portugal não chegava nesse tempo a um milhão de habitantes; pois que da idade de 18 até 50 anos inclusivamente não se acharam mais de 18 000 homens sem contar a Nobreza, e a gente que podia servir a cavallo”⁶⁷.

As consequências do breve reinado de D. Sebastião são conhecidas, conduzindo à união dinástica com Castela (1580-1640) e à perda de independência de Portugal até à restauração da monarquia portuguesa. Durante esse período os interesses nacionais ficaram na dependência do país vizinho bem como as antigas possessões portuguesas, governadas desde então pela monarquia castelhana. Quanto ao exército, ficando sob o comando externo, foi obrigado a participar nas lutas que o envolviam levando-o a participar na guerra Anglo-Espanhola (Filipe II e Elizabeth I, de Inglaterra) que ficou assinalada pela derrota da Armada Invencível, em 1588, causando a destruição dos navios da armada portuguesa não ocupados nas carreiras da Índia e causando inúmeras vítimas. Com esta derrota a coroa Filipina perdeu as suas possessões do ultramar, no continente americano e no Pacífico, arrastando consigo o fim das pretensões portuguesas em relação ao seu império asiático. E se em data anterior a comunicação com as possessões asiáticas já era difícil devido à morosidade das comunicações marítimas e ao Tratado de Tordesilhas, a submissão ao reino de Castela e a posterior perda de indepen-

67. Conclui a referida nota: “Cuja notícia basta a quem sabe esta fonte de cálculo, para ver que faltava ainda muito, para que toda a população do Reino pudesse igualar aquele numero”. Ver a este respeito, *Thesouro Politico ... pertinente a Region di Stato*” (op. cit., p. 134).

dência não estancaram esse movimento de saída de habitantes para além-mar e para o centro vizinho de Castela.

Uma descrição de Moura (1913, p. 95) dá conta da sucessão de acontecimentos que atingiram o antigo reino:

“As colônias e os navios portugueses eram uma apetecida presa. Os ingleses assaltaram Pernambuco (1594), em (1597) atacaram os Açores. Tiraram-nos o porto de Arguim na costa d’Africa (1596), saquearam o Algarve (1595), destruíram Buarcos (1597) e confiscaram como hespanhoes todos os navios portugueses que encontravam nos mares”.

Mais ainda, assinala Silva (1645, p. 144) que a união dinástica com Castela põe em causa a permanência do dilatado domínio em África, as conquistas do Brasil e da Índia Oriental, *“fazendo tributários vinte e oito Reis; chegando à Torrida zona que a imperícia dos antigos dizia inabitável (...)”* (loc. cit.). Por sua vez Castro (1800.XVI, pp. 348-349) assinala que *“justamente podemos nós contemplar como acabada a História da India no fim da época lamentável, em que principiou a sujeição de Portugal a domínio estrangeiro”*, concluindo (op. cit., p. 352): *“Assim se espirou com o reyno de Portugal o nosso Imperio da Asia. Sessenta anos temos de o ver sepultado, e depois na ressurreição sem jamais aparecer ornado com a gala da primeira glória”.*

Esta descrição ajuda-nos a compreender a dificuldade em se estabelecer um cômputo global da população numa época de grande mobilidade interna e externa dos habitantes, dos escravos, dos comerciantes e da população estrangeira que demandava a metrópole, servindo-se desta como placa giratória de destino para novas terras sob domínio português partilhado desde a celebração do tratado de Tordesilhas com a vizinha Espanha. Além destas consequências durante a submissão da coroa de Portugal à de Castela verificou-se um aumento dos movimentos da população entre os dois reinos e os seus territórios, bem como a participação portuguesa nas campanhas militares do estado vizinho.

Ao tempo o crescimento da população portuguesa, debilitado no seu total e estrutura com a expansão marítima, foi parcialmente compensada com o movimento de escravos africanos do golfo da Guiné e de outras paragens para São Tomé e daí para Angola, para o Brasil ou já do reino do Manicongo (Hespanha, 2001, p. 949) para Portugal. Muito deles acabaram por ser incorporados nas viagens para a Índia, recrutados de nações onde os portugueses tinham *“guerra justa e comércio”*

(op. cit., p. 952) ou mesmo noutros locais onde a fome obrigava os homens a venderem-se “*a si mesmos e aos filhos*” (loc. cit.). Esta a situação glosada antes da queda da monarquia e das perdas da população que a acompanharam decorrentes da anexação da coroa de Portugal por Castela, da mobilidade da população entre os dois estados, da participação dos soldados portugueses nos exércitos de Castela e da presença do exército nacional em marchas de guerra em praças da América e da Ásia até então dominados pelo exército português. As saídas dos “*nossos compatriotas para as nossas vastas Colonias nas três partes da terra*” (Barros, 1789.I, p. 137) justificam a “*despopulação*” nacional causado pela emigração para o Brasil e para as “*nossas Colónias da América*”.

Depois da restauração da Coroa as disputas que persistiram entre os dois reinos traduziram-se no reforço da linha defensiva fronteiriça entre os dois países com a inevitável transferência de soldados para a raia e, finalmente, depois da independência do Brasil, em 1822, pela forte emigração de portugueses para estas paragens. Disso nos dá conta Godinho (1978, pp. 8-9) que a propósito da saída de habitantes em diferentes épocas, estima as seguintes perdas da população portuguesa:

- 1500-1580, cerca de 280.000 indivíduos;
- 1580-1640, entre 300.000 e 360.000 indivíduo;
- 1640-1700, cerca de 150.000 indivíduo;
- 1700-1760, esse valor aumenta para mais de meio milhão, talvez 600.000 indivíduos.

Relacionando os dados acima transcritos com as estimativas da população residente (Antillon, 1823, p. 125), verifica-se uma elevada sangria humana responsável pela perda de quase meio milhão de habitantes entre 1527 e 1636 e da sua evolução nos anos seguintes:

- 1527	290.000	vizinhos	1.550.000	habitantes
- 1636	290.000	“	1.100.000	“
- 1732	459.800	“	2.143.368	“
- 1768	633.432	“	2.409.698	“

Esta fuga encontra eco no registo de Serrão (1975, p. 216) que afirma: “*A sustentação de fortalezas e a guarda de feitorias em terras de África e do Oriente, assim como o surto considerável do Brasil filipino, tinham levado ao êxodo de muitos homens válidos, enfraquecendo o corpo social da metrópole*”, situação devida (op. cit.-cit: Faria, 1740, p. 8), “*não per falta de multiplicação natural, senão por os Portugueses*

se irem de sua Pátria a povoar, e fundar tantas cidades e lugares, em terras tão remotas, e tão largas (...). Nesse contexto os escravos arrancados da costa da Guiné - conjuntamente com o ouro, o marfim e a malagueta -, “começaram a substituir os brancos nos misteres pela metade meridional do País, com grande prejuízo da estabilidade social” (Sérgio, 1979, p. 46).

A descrição do reino elaborada por Duarte Nunes de Leão, em 1610, (Leão, 1610, 3 - Capítulo II), dá a conhecer o território português antes do termo da união com Castela:

“Capítulo II

O reino de Portugal se divide em seis regiões ou províncias. A primeira a terra d’entre Douro e Minho, a segunda a provincia de Tras os montes, a terceira a Beira, a quarta a provincia de entre Tejo e Guadiana em que se contem o Campo de Ourique, e a quinta, a Estremadura de que e cabeça a grande cidade de Lisboa (...), a sexta e o reino do Algarve. Nestas regiões há dezoito cidades, de que três são Arcebispos muito grandes e opulentos, convem a saber o de Braga, primas das Hespanhas, e o de Lisboa, o de Évora e onze Bispados, convém a saber, Porto, Coimbra, Guarda, Lamego, Viseu, Silves, Elvas, Leiria, Portalegre, Miranda e as cidades de Tavira, Lagos, Faro, Beja, Bragança que não tem Bispos. O numero de vilas e dos concelhos se vera pelas correições abaixo. As aldeas são sem número porque como o reino há muita gente, e tem muitas aguas e fertilidade, é muito povoado tudo. E só a vila de Covilhã ter por termo trzentas, e setenta, e tantas aldeas, de que algumas são tão grandes como a mesma vila principal”.

Completando a descrição anterior tomamos duas outras referências:

- Acerca dos traços geográficos e dos seus habitantes (Sousa, 1680.III, p, 157) assinala que “*se divide o Reino em seis Regiões, ou Províncias com generalidade todas abundantes, mais de gente, que de frutos (...)*”;

- Sobre o movimento das suas gentes, uma década e meia depois da restauração (em 1655), relata M. Severim de Faria (1740, p. 7, 8): “*neste Reino falta de gente, assim para a milícia, como para a navegação, e muito mais para a cultivacão da terra; pois por falta de gente Portugueza se servem os mais dos lavradores de escravos da Guiné, e mulatos*” e indica três causas principais:

- “*A primeira causa da falta da gente, que se padece neste Reyno, são as nossas conquistas; porque estas ainda que foram de grande utilidade, assim para a pro-*

pagação do Evangelho, como para o comercio do mundo, todavia defraudaram muito este Reyno da gente que lhe éra necessária (...)”;

- “*A segunda causa porque falta a gente deste Reyno, he por não terem officios, com que ganhem de comer por sua industria, que é o meio, que Deus deu para a sustentação de cada hum: e como so homens não tem de que se sustentarem, não se querem casar, e muitos com esta ocasião se fazem vadios andando pedindo esmola pelas Cidades, e Vilas, homens, e mulheres em tão grande numero, que parecem exércitos; e a desculpa, que dão para pedirem, é dizerem que não acham em que trabalhar. Outros se passam a Reynos estranhos, principalmente para os de Castela pela facilidade da vizinhança (...)*”;

- “*A terceira causa porque falta a gente popular, é por não terem neste Reyno terras, que cultivem, e de que possam tirar sustentação, porque a província de entre Douro, e Minho, e as mais até o Tejo estão bastante povoadas, e não há nelas lugar para se fundarem novos povos, que podia cultivar a gente que cresce, e Alentejo, que poderá socorrer a esta falta (porque é tão espaçoso, como o resto do Reyno) como está todo dividido em herdades, e as mais delas muito grandes, nem se povoa, nem se cultiva (...)*”.

Estas descrições assinalam a evolução da sociedade e da população portuguesa no decurso da Idade Moderna após a fase de expansão marítima e colonial e da intensificação da sua presença na bacia do Índico e no Oriente, afetada depois pela união dinástica com Castela de que resultou a perda de independência de Portugal e a submissão dos interesses da coroa e das antigas possessões portuguesas à autoridade da monarquia castelhana e das lutas que esta travou com outras potências marítimas europeias. Daqui resulta um conjunto de alterações significativas ocorridas durante as primeiras dinastias Brigantinas, associadas à consolidação da paz com Castela e às disputas fronteiriças ocorridas nas décadas seguintes.

Tal como sucedera durante a dinastia Filipina (Balbi, 1822.b, p. 339), Portugal, “*sans fnances, sans marine, sans armée, sans colonies, puisque tout cela avait été détruit par le pillage organisé du gouvernement espagnol*”, teve de reconstituir a sua economia e comércio, o espírito marcial com a instrução dos oficiais e a disciplina entre os militares (op. cit., p. 340). Sobre estas ocorrências, Marques (2008, p. 103) descreve que “*Limitadas às regiões fronteiriças traduziram-se as escaramuças em resultados molestos para as populações raianas*” em toda a zona fronteiriça, do Minho ao Algarve. Àcerca destes conflitos acrescenta o autor (op. cit., p. 109):

“*Débeis eram os efectivos portugueses: faltavam homens, armamento, apoio logístico, fortificações capazes, dinheiro*”, donde resultaram (loc. cit.) “*escaramuças e razias espalhadas por campos e povoados, roubos de gado e cereais, incêndios de searas, sortidas a praças fortificadas*”, com (op. cit., p. 110), “*alternância de vítimas e danos materiais e ataques estratégicos*” e marchas de guerra terrestres de maiores dimensões na província do Alentejo e na fronteira do rio Minho. Prosegue (2008, p. 119), afirmando que as lutas entre os dois exércitos na linha de Elvas e em Monção (1659 e 1660) correspondem a uma tentativa de recuperação do reino de Portugal em que muito se empenhou Filipe IV nos últimos anos de sua vida (op. cit., p. 123).

A assinatura do tratado de entendimento e a “*paz perpétua*” entre os dois países só foi assinada em 1668 entre o monarca Carlos II de Espanha e Afonso VI, de Portugal, através da mediação do rei de Inglaterra, Carlos II (A.N.T.T.)⁶⁸ “*que ficava como garante da paz*”. Até lá o período de restabelecimento das relações é interrompido por diversos conflitos associados às questões de posse das possessões portuguesas na América do Sul e à delimitação das fronteiras entre o Brasil e as terras vizinhas dominadas por Espanha depois da assinatura do Tratado de Tordesilhas. Já no velho continente associam-se às divergências dos interesses entre as potências europeias, nomeadamente a Inglaterra e a França e aos seus reflexos na política económica e defensiva nacional em virtude de Portugal ser um velho amigo de Inglaterra. A Espanha tornara-se aliado de França e dos seus interesses, contra o domínio lusíada.

A necessidade de reestruturação do exército imposto pelas novas condições de independência nacional demorou o seu tempo e traduziram-se no recrutamento de oficiais estrangeiros, como o Conde de Lippe⁶⁹ e o Marechal Beresford, que ficaram responsáveis pela organização militar. Até à sua ação e durante os primeiros anos depois da restauração, a coroa espanhola envolveu-se em diversas contendas, nomeadamente na Catalunha e Sicília, (op. cit., p. 103), “*que a monarquia castelhana se via obrigada a sustentar na Europa com os adversários dos augsburgos*”. Ultrapassados esses conflitos a atenção da coroa do país vizinho orientou-se para dominar (op. cit. p. 104) “*o Portugal restaurado que durante a vintena de anos, entretanto passada, se reorganizara e diplomaticamente procurara aliados dos quais o de verdadeira influência foi o inglês que se revelou decisivo (...)*”.

68. Arquivo Nacional Torre do Tombo – Tratado de Paz de 1668 entre Portugal e Espanha.

69. Marechal-General do Exército Português

No cenário europeu o fim da guerra dos Trinta Anos e a realização do congresso de Vestefália (1643-1648) e dos tratados que se seguiram, embora não tenham almejado (R.P.-Portal Diplomático)⁷⁰ *“alcançar a paz entre França e Espanha, a qual só seria concluída em 1659”*, foram proveitosos para a diplomacia portuguesa que na Europa (loc. cit.), *“tinha como grandes objectivos o reconhecimento da legitimidade de D. João IV, do carácter irreversível da independência e soberania de Portugal e a manutenção das possessões ultramarinas”*. Mais (loc. cit.): *“Ainda que não tenham chegado a ser acreditados, os emissários portugueses mantiveram uma ampla actividade diplomática, com múltiplos contactos com os participantes à margem do congresso, promovendo a causa portuguesa”*.

O relato de Barros (1789.I, p. 135) acerca da situação no país depois da restauração e da subida ao trono de D. João IV (1640-1656) e estabelecimento da dinastia de Bragança anota a evolução favorável da população portuguesa através do reforço dos serviços régios de justiça, saúde e defesa que passam a ser assumidos pelas Câmaras, o que transfere (Capela et alii (2006, p. 18) *“o essencial da sua ‘burocracia’ para o governo régio e local do território, estruturando aí os juízos da correição, da provedoria, das superintendências fiscais, dos partidos municipais régios (saúde, ensino, música), das ordenanças”*. Estas medidas são acompanhadas de outras relacionadas com a economia, a supressão de despesas desnecessárias, a repartição e circulação da riqueza as quais proporcionam (loc. cit.), *“com mais igualdade das mais pequenas fortunas no mais ordinário, e no mais proveitoso trabalho; no trato e cultura das terras (...)”*, levando a que (loc. cit.), *“os ânimos mais contentes, e nos seus desejos mais seguros, contando melhor para o futuro, com mais certeza das comunidades da vida, e dos frutos da Agricultura, se facilitam para os casamentos, e a população se vai aumentando com os novos empregos para a subsistência de mais numerosas famílias”*.

Ao tempo depois das perdas da guerra da Mauritània e da submissão do exército a Castela (Barros. 1789.I, p. 134), *“tantas cousas de tanto dissabor e tão graves, puzeram em fim a nossa população dentro de Portugal na sua maior ruína”*. Conta-se especialmente a emigração para as praças do Oriente, para o Brasil e (loc. cit.) *“Também nas nossas Ilhas ao nosso continente mais vizinhas, nesses pequenos distritos, se achava a população nacional mais notavelmente crescida, por efeito de semelhantes*

70. República Portuguesa – Portal Diplomático – Congresso de Vestefália.

benefícios da navegação, e da agricultura”. Entretanto na península os conflitos sucediam-se preparando a Guerra da Restauração (1640-1668) e no exterior um conjunto de situações militares levaram os dois reinos a tomar posições antagónicas e, por isso, ameaçadoras da paz entre ambos. Assim aconteceu aquando da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) em que Portugal viu-se envolvido juntamente com o reino da Prússia e o reino de Hanôver - mercê da velha aliança estabelecida com Inglaterra - contra a França e seus aliados: Espanha, Saxónia, império Sueco e império Russo.

O envolvimento das principais potências europeias neste conflito agravou as inimizades entre as duas coroas ibéricas na Europa e sobretudo na América do Sul, quando as fronteiras entre o Brasil e as possessões espanholas não estavam totalmente estabelecidas a norte - bacia do Amazonas e do rio Preto - e no sul, na Bacia Platina, originando campanhas entre os dois exércitos. Para além destas, as ações militares envolveram a intervenção de exércitos estrangeiros, particularmente holandeses nas antigas possessões portuguesas do Oriente e, também, na América, onde a descoberta das minas de ouro no Brasil, em finais de Seiscentos, abriu um novo ciclo de vida e de relação entre os dois continentes dando origem a uma forte corrida da população (Curado, 1999, p. 160), que se “*adensara rapidamente (...) em numerosos arraiais*”.

A estas concentrações de novos habitantes associaram-se os confrontos entre os bandeirantes de São Paulo, a construção de novas capitánias e cidades - criadas desde o segundo quartel do século XVI ao longo do litoral e até finais do século XIX no interior do continente - que implementaram a saída da população para essas paragens. Esta foi uma das razões do fraco crescimento da população portuguesa entre os séculos XVI e XVIII em que se regista (Rodrigues, 2009) “*lentidão de crescimento populacional como um todo*” e o agravamento das assimetrias regionais. Assim o aceita Barros (1789.I, p. 135), que acrescenta:

“Não muito tempo depois apareceram no Brazil as minas do mais precioso dos metaes, e das pedrarias mais finas (...). Tomou fogo a imaginação, e passou então mais do que nunca deste Reino para aquele país um maior número de indivíduos, os quaes com os que já lá estavam, despresaram a agricultura por fortunas arriscadas; e tiraram assim à nação a maior parte dos seus mais uteis cuidados (...).”

Assinala ainda o autor (op. cit., p. 107): “*Com abundância do ouro, comprou a nação hum enganoso descanso, e uma grande ociosidade, e por efeitos de semelhante*

abundância, ela tem tido há largos anos muitos mil homens sem trabalho; e vai, enquanto pode, pagando por eles o sustento necessário". O conjunto destas situações tiveram consequências sobre a população nacional, mantendo-se parte da população rural nas suas terras de origem e incentivando muitos outros à partida.

Recorrendo aos dados recolhidos por iniciativa de D. Filipe III de Portugal, por Rodrigo Mendez da Silva (1645) e inserida na "*Población general de España, sus trofeos, blasones y conquistas heroycas*" (1645), é possível obter alguma informação válida sobre a população portuguesa de então. Numa descrição geral do reino o autor anota a dimensão da rede de cidades e de vilas do continente português e o número de vizinhos residentes nesses centros (op. cit., p. 144) a saber: a existência de 19 Cidades, 610 Vilas, inúmeros lugares, 3 Arcebispos, 10 Bispos, 27 Correições, 3 tribunais da Inquisição, 2 Universidade, 3 Ordens militares, 2 Chancelarias, muitos portos marítimos e 28 fortalezas guarnecidas e artilhadas. No seu conjunto a terra portuguesa estava dividida nas seis regiões já conhecidas: Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo, Algarve.

O tratamento desta fonte por Serrão (1975), com base num "*manuscrito espanhol*" encontrado na Biblioteca Nacional de Paris (op. cit., p. 218), "*permite concluir que se trata de uma versão colhida na 'Población General de España' de Rodrigo Mendez Silva, que saiu em Madrid no ano de 1645*". Usando os dados desse cadastro relativos ao total de "vizinhos"⁷¹ e na utilização dos coeficientes de 3,5 a 4,5 do número médio de pessoas por cada fogo, adianta um valor médio da ordem de 1.300. 000 habitantes no continente, próximo da restauração (em 1639), data que é marcante na nossa história por coincidir com a sangria da população portuguesa registada durante o domínio Filipino com destino às terras de África, ao Oriente e ao Brasil. A este respeito assinala o INE (1946.XXIV, p. 4) que o total de indivíduos "*em condições de pegar em armas*" deveria orçar os 239.000 e que desde "*o ano trágico de Alcácer*" o aumento de habitantes no reino deveria ter sido bastante reduzido.

Do montante assinalado por Serrão (1975, p. 218), considera que 187.130 seriam residentes em Vilas e Cidades e os restantes 750.000, população rural. Neste cenário ganham relevância as "*áreas da costa ou de irradiação fluvial*" (op. cit., p. 226), o "*Alentejo, especialmente a parte oriental, e o Algarve parecem ter mantido*

71. "Vizinho", tal como surge no documento de Paris, abrangia o chefe de família sem a indicação da respectiva mulher e filhos, quer dizer, o fogo ou o local onde vivia o agregado familiar" (V. Serrão, 1975, p. 223)

desde a antiguidade” uma certa pressão humana, bem como as povoações junto à raia, na Beira e Nordeste transmontano, atraídos pela proximidade dos mercados de Galiza e de Léon e à vida de relação com outras cidades além-fronteiras. Isso refere o autor (op. cit., p. 217) notando serem estas regiões “*zonas de maior gravitação regional para os “bragançanos” e os “mirandinos” do que a zona portuguesa a Sul do rio Douro*”.

Importa recordar que desde a união dinástica de Portugal com Castela, por essa via e, sobretudo, no decurso do século XVIII, os interesses económicos de Portugal entram em conflito com os das principais potências e reinos da Europa sendo por isso objeto das Invasões francesas, da subalternização em relação à Inglaterra - exemplificado no Tratado de Methuen (1703) - e dos excessos do absolutismo monárquico que se traduzem na variação dos efetivos da população e nos seus movimentos. Daí o forte interesse da coroa em aprofundar o conhecimento dos habitantes assente nos registos paroquiais e das dioceses e na colaboração entre o poder régio e a Igreja, justificada pela organização desses registos que dispunham a relação de fiéis e de pessoas da comunhão - fregueses com mais de sete anos - arroladas nos respetivos documentos. O exemplo das “*Memórias Paroquiais*” Setecentistas - a cargo da Academia Real da História Portuguesa -, e de outros inquéritos posteriores em que a coroa ou mesmo os bispos procuraram saber os efetivos de habitantes, abonam a favor dessa colaboração que se repetirá ao tempo das Invasões francesas quando os prelados quiseram saber os efeitos dessas marchas de guerra nos domínios diocesanos. Esta fonte clerical foi substituída pelos recenseamentos realizados na segunda metade de Oitocentos com a introdução de critérios científicos, a utilização de “fichas de família” e a recolha de informação individual.

Como indicado os registos da população do século XVIII foram enriquecidos com novas contagens, nomeadamente, a “*Lista dos Fogos e Almas que há nas Terras de Portugal*”, de D. João V (1732), e as “*Listas dos Povos do Reino*”, de 1776 e de 1778, mandadas elaborar por Pina Manique, Intendente-Geral da Guerra, com vista ao conhecimento dos habitantes e, em particular, dos efetivos para recrutamento militar, recolha de impostos e organização administrativa e civil do território. Estes levantamentos facilitam a criação de estruturas permanentes de recolha de informação substituindo os “*roes de confessados*”, de natureza religiosa, elaborados pelos párocos. Este foi o procedimento usado no Inquérito à popula-

ção mandado realizar pelo Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, depois do terramoto de 1755.

O conteúdo deste levantamento, discriminado por unidade paroquial, contém informações diversas de natureza local úteis para estudos de natureza parcelar e regional, conhecidas por “*Memórias Paroquiais: 1722-1832*”. De acordo com um texto da Torre do Tombo (ANTT)⁷², estas memórias

“Apresentam-se, na generalidade, de forma sequencial aos pontos do interrogatório (que está dividido em três partes relativas à localidade em si, à serra, e ao rio) fornecendo dados de carácter geográfico (localização, relevo, distâncias), administrativo (comarca, concelho, dimensão, e confrontações), e demográfico (número de habitantes), sendo possível obter informações sobre a estrutura eclesiástica e vivência religiosa (orago, benefícios, conventos, igrejas, ermidas, imagens milagrosas, romarias), a assistência social (hospitais, misericórdias, irmandades), as principais actividades económicas (agrícola, mineira, pecuária, feira), a organização judicial (comarca, juiz), as comunicações existentes (correio, pontes, portos marítimos e fluviais), a estrutura defensiva (fortificações, castelos ou torres), os recursos hídricos (rios, lagoas, fontes), outras informações consideradas assinaláveis (pessoas ilustres, privilégios, antiguidades), e quais os danos provocados pelo terramoto de 1755”.

Do seu cômputo, Valério (2001, p. 33) transcreve o valor estimado no censo de Pina Manique, em 3.352.310 portugueses, bastante superior ao indicado em 1736 na Lista do Marquês de Abrantes, de 2.143.368 cidadãos, ou seja, menos 1,2 milhões de habitantes entre as duas datas. A sua variação torna-se mais evidente se tomarmos em atenção os dados contidos nas “*listas dos povos de todas as comarcas deste reino*”, elaboradas em 1776 (Barros, 1789, p. 109), a qual aponta para uma população superior: “*a nossa população passa de três milhões e meio de almas, pois que das sobreditas listas resulta, que a quantidade de fogos de todo o Portugal é de 744.980. e que dando cinco pessoas por cada fogo, o número destas monta a 3.724.900*”.

72. Arquivo Nacional da Torre do Tombo - <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4238720> 11FEV21

Quadro III, 2 - Censo de Pina Manique: 1798

Província	Comarcas	Freguesias	Fogos	Recrutas
Extremadura	11	420	120.383	4.815
Minho	6	1.127	133.811	5.352
Tras-os-Montes	4	679	63.579	2.544
Alem Tejo	8	369	76.246	3.049
Beira	11	1.292	224.649	8.986
Algarve	3	71	25.523	1.021
Total	43	4.232	746.864	29.874

Fonte: V. Serrão (1970, 1-2)

Por sua vez a variação da população entre 1776 e 1801 – contabilizada em 2.931.930 habitantes –, dá conta da perda de 420.380 habitantes, valor que embora aponte para as grandes quedas da população ocorridas nos finais do século XVIII devido a emigração transoceânica, ilustra a falibilidade das fontes em questão. A este respeito Barros (op. cit., p. 112) aponta o seguinte: “*Uma nação pois que assim passa há muitos anos, com a soma do seu trabalho sempre inferior à das precisões do seu sustento, não pode, ainda no tempo da paz, deixar de perder muita gente, que sai fora da pátria, obrigada pelo motivo do mais fácil alimento*” sendo que, esclarece o autor (op. cit., p. 114), “*não é por falta de terreno, que a população de Portugal não aumenta, pois que ele tem ainda a sua maior porção por cultivar (...)*” sugerindo, entre outras medidas:

“*Uma agricultura mais industriosa, e mais activa, com uma arte nos seus empregos em uma mesma porção de terreno, mais fácil e mais lucrativa, com uma variedade dos produtos, nas suas novidades mais pingues, e juntamente mais seguros; com uma maior facilidade do trânsito, uma correspondência mais pronta, e uma acção mais comunicativa; enfim, com a exportação premiada nos anos mais favoráveis, ou ao menos com uma liberdade mais ampla e uma concorrência animada para o mais certo e mais abundante consumo*”.

Outros montantes sobre os residentes podem ser encontrados em datas posteriores. A recolha de informação em 1762 permite a Campomanes (1808), na sua “*Noticia geográfica del Reyno y Caminos de Portugal*” dar conta do número de “almas” (de comunhão) em cada uma das seis províncias do reino e da sua repartição por paróquias e lugares agrupados em unidades territoriais de maior

dimensão: correição, ouvidoria, arcebispado, bispado, comarca. Com as limitações de recolha atendendo aos critérios da época é esclarecedora a importância de alguns territórios, que com o tempo vieram a perder a sua importância relativa em detrimento de outros que se vieram a evidenciar.

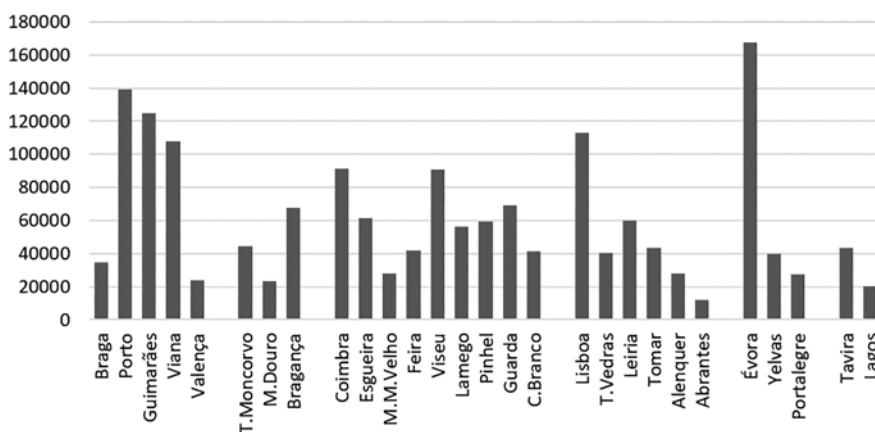


Fig. III, 2 - Almas de Comunhão por Província: 1762

Fonte: Campomanes, 1762

Em 1762, esse valor ascendia a 1.701.529 almas de comunhão, ou seja, ao registo de habitantes maiores de 7 anos de idade, repartida pelas diversas províncias do reino:

- Minho	430.372 habitantes >7 anos	
- Trás-os-Montes	135.319	“
- Beira	540.006	“
- Estremadura	296.860	“
- Alentejo	235.284	“
- Algarve	63.688	“

Com exceção do Alentejo onde a sua discriminação assenta nas unidades religiosas do arcebispado de Évora e nos bispados de Elvas⁷³ e de Portalegre (Campomanes, 1762), nas demais províncias atende:

- Correições - Minho: Braga, Porto, Guimarães, Viana; T. os Montes: Torre de

73. Referindo-se à província do Alentejo o autor refere-se ao “Obispado de Yelvas” como unidade própria

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Moncorvo e Miranda do Douro; Beira: Coimbra, Viseu, Lamego, Pinhel, Guarda, Castelo Branco; Estremadura: Lisboa, Torres Vedras, Leiria, Tomar;

- Provedorias - Beira: Esgueira;

- Ouvidorias - Minho: Valença do Minho; T. os Montes: Bragança; Beira:

Montemor-o-Velho; Estremadura: Alenquer e Abrantes;

- Algarve, as Comarcas de Tavira e de Lagos;

- Arciprestado – Alentejo: Évora;

- Bispado – Alentejo: Bispados de Elvas e de Portalegre;

- Comarca – Algarve: Tavira e Lagos.

Por sua vez as contagens dos “*povos de todas as Comarcas deste Reino*” (Barros, 1789.I, p. 138), baseadas essencialmente nas informações paroquiais dão uma ideia de como a população portuguesa vai crescendo, dos seus recursos e movimentos, permitindo avançar com valores globais da ordem dos “*três milhões e meio de almas*” em 1776 (loc. cit.), assim distribuídos⁷⁴:

Quadro III, 3 - Povos das Comarcas do Reino: 1776

Província	Habitantes
- Estremadura	876.289
- Beira	1.123.245
- E. D. Minho	817.167
- T. os Montes	308.984
- Alentejo	339.555
- Algarve	93.472

Fonte: Barros, 1789.I

Segundo as listas de D. Diogo de Noronha este valor resulta (loc. cit.) da “*quantidade dos fogos de todo o Portugal é de 744.980, e que dando 5 pessoas por cada fogo, o numero destas monta a 3.724.900*”⁷⁵. Por sua vez tomando por base as “*Listas das Freguezias e fogos dos Bispados deste Reino*” (op. cit., p. 141 – Nota), “*feitas pouco tempo antes da divisão dos ditos bispados, e com mais diligência e cui-*

74. Estes valores são citados no texto: Autor Anónimo: (1810). Manuel géographique et statistique de l’Espagne et du Portugal. Paris: Buisson, p. 491

75. Em nota da p. 138, (Barros, op. cit.), o autor regista a utilização desta relação que alguns autores consideram, igualmente, poder ser de 4 pessoas por fogo ou mesmo, 4,5 pessoas por fogo.

dado (...), monta o número dos fogos de todo o Reino a 633.432, e o dos habitantes 3.167.160, para cima dos três milhões de habitantes”.

O relato de J. J. Soares de Barros, em 1789, incluído nas “*Memórias Económicas da Academia Real de Ciências*”, dá conta de diversos episódios de grande pestilência e mortalidade registados em Portugal (op. cit., p. 126): três devidas ao poder da natureza - “*as pestes, os terramotos, e as fomes são aquelas, com que a natureza tem feito neste reino muitos e mui grandes estragos*” e outras três, decorrentes das “*faculdades morais, nos seus empregos diversos, e nas suas vistas variadas*” (op. cit., p. 126), a saber: “*o governo dos povos, os estabelecimentos de Colonias e a guerra*”. A estas justificações junta-se a corrente migratória, inicialmente colonizadora e defensiva registada depois da restauração, implantada pela defesa das fronteiras e agravada pela mineração brasileira em Setecentos⁷⁶. Nesse domínio a posse da terra e dos seus recursos gerou uma série de conflitos entre a coroa portuguesa e a espanhola, mas também entre o reino e outros impérios europeus, entre os bandeirantes e os índios, entre os colonos, agricultores e os criadores de gado, entre a Igreja lusa e Igreja de Castela, exemplificada por uma triangulação perfeita: terra, território e conflito (Mota e Serrão, 2013, p. 13).

Na sua relação com as possessões portuguesas na América do sul, a fixação das fronteiras do norte do Brasil estão associadas à criação da capitania de Mato Grosso, em 1748 e à fixação dos limites pelo rio Negro, “*onde foi instalado o arraial de Mariuá (depois vila de Barcelos), sede da capitania de São José do Rio Negro*”⁷⁷; pela reorganização das “*bases de sua soberania na região meridional com a criação das capitanias do Rio Grande de São Pedro do Sul (1736) e de Santa Catarina (1737), governos essencialmente militares e voltados para a proteção de uma área extensa e fracamente povoada pelo elemento colonizador*”⁷⁸ que mantivesse as relações com as colónias espanholas, via estuário platino de Montevidéu e de Buenos Aires. Mais ainda (loc. cit.), pela cedência “*da Colônia do Sacramento em favor da Espanha que, por sua vez, abriria mão do território dos Sete Povos das Missões, na margem oriental do rio Uruguai*”. Mais tarde as operações de natureza civil lançadas pelo Intendente Geral da Polícia, Diogo Pina Manique, em 1776 e repetidas em 1798⁷⁹, constituíram mais um esforço de recolha oficial organizada.

76. <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-9.htm> 11FEV21

77. Império Luso-brasileiro: limites e fronteiras - http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5188&Itemid=339 17FEV21

78. Idem: Império Luso-brasileiro: limites e fronteiras

79. Numeramento de Pina Manique - Livro que contem as freguesias que há em Lisboa, no seu Termo, e nas diversas Terras deste Reyno (...) (1776-1798)

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Passados três anos foi mandado elaborar um novo “Rol da população”, por ordem do conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Fazenda da Rainha D. Maria I, conhecido justamente por “*Censo do Conde de Linhares*” (1801). Os dados deste levantamento expressam, ainda, os efeitos da união dinástica de Portugal e os reflexos económicos com as principais potências e coroas da Europa antes das Invasões francesas e da subalternização do país em relação à Inglaterra, aliada de Portugal desde o século XIV. Um dos relatos de viagem da época, a descrição do General Francês Dumouriez (1775, p. 56) sobre a viagem por Portugal e Espanha, em 1765 e 1766, dá conta de uma população da ordem das 2.225.000 almas:

“Ce nombre est très considérable en comparaison de la population de l’Espagne; mais il n’est proportionné, ni à l’étendue, ni à la fertilité, ni au climat, et il faudrait au Portugal un siècle d’un gouvernement pareil à celui du conté d’Oeiras, pour mettre de royaume dans l’état de puissance, de force, de population, de cultivation, dont il est susceptible, et dont la nonchalance de ses habitants l’a privé jusqu’à présent”.

Para além desta referência e acerca da população das colónias, conclui o autor (op. cit., p. 106): “*Le nombre et y l’étendue des colonies Portugaises sont imposants (...). L’exiguité de cette population, comparée avec l’étendue immense des établissements Portugais, peut faire juger de la faiblesse de chacun d’eux, et on peut conclure que le commerce et la marine du Portugal sont aussi en fort mauvais état”.*

De notar que as informações contidas nestes levantamentos são particularmente ricas em detalhes sobre a realidade portuguesa. Citando novamente Dumouriez (1775, p. 56), este autor (op. cit., p. 54), para além de indicar o total de 2,225 milhões de almas residentes, observa a persistência de áreas extensas do país que continuam pouco povoadas, em virtude do estado de abandono dos solos em Espanha e Portugal: “*Les plaines de l’Alentejo, depuis Ourique jusqu’à Almada, e celles du Beira depuis Lisbonne, Leyria et Coimbre jusqu’à Oporto, sont abandonnées à elles mêmes par la paresse des habitants, et sont devenues sabloneuses, arides et pestilentielles”.* Por outro lado, tendo em conta a extensão das possessões portuguesas de além mar, o interesse deste autor (op. cit., p. 106) estende-se à população aí residente dando conta da sua estimativa e montante em diferentes territórios: “*l’exiguité de cette population, comparée avec l’étendue immense des établissements Portugais, peut faire juger de la faiblesse de chacun d’eux, & on peut en conclure que le commerce & la marine du Portugal font aussi en fort mauvais état”.* Esta

observação é seguida da descrição do “estado militar” e das condições do exército português considerado pelo autor (op. cit., p. 107), “em estado miserável”.

Quadro III, 4 - População de territórios portugueses (1775)

Situação	População de origem portuguesa
Asia	50.000
África	80.000
Brasil	430.000
Madeira e P. Santo	130.000
Açores	80.000
Ilhas de C. Verde	16.000
Ilhas do Mar da Guiné	5.000
Total:	791.000

Dumouriez, 1775

Uma comparação com os elementos registados por Antillon (1808, p. 174) relativos a 1798 e tomando por base “*En él se hizo la enumeracion por fuegos ó vecinos. Yo ia he reducido á personas, multiplicando por 5 el numero de fuegos, segun se hace comunmente en esta espécie de cálculos*”, revela a diversidade das fontes usadas e de bases de cálculo entre os autores como a sua variação no tempo. Tendo em consideração a evolução da política europeia no final de Setecentos e as lutas decorrentes das lutas entre a Grã-Bretanha e os seus aliados, entre os quais Portugal e o bloco Franco-Espanhol, o interesse detalhado da situação e do exército português, nomeadamente no que concerne ao total de soldados no ativo justifica outros relatos associados ao exercício da profissão de armas e às possibilidades de defesa conferidas pelo número de soldados de linha, disponíveis para as campanhas. Assim o fez Dumouriez, (1775, p. 293) que escreveu nos seus registos: “*J’ose conclure que la force seule peut rompre des traités cimentés par la force, et que l’inimitié ou amitié des portugais est dépendante des succès d’une guerre prochaine: il faut donc se résoudre à couper ce noed gordien que l’on ne peut pas délier*”.

Por sua vez Balbi (1822.b) chama a atenção para o registo exclusivo das “almas de comunhão” constante dos róis das paróquias e da importância do clero secular regular e das religiosas, contabilizados em grande número nestas estimativas, o que decorre da religiosidade popular e das condições de acolhimento nos conventos e congregações serem melhores do que dos lares de origem da população campo-

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

nesa. A falta de alternativas para estes moradores, leva a que muitos deles procurem refúgio nos conventos. Assim acontece em 1732, em que o autor anota (loc. cit.):

- 1.742.807 almas de comunhão;
- 348.561 pessoas <11 anos;
- 40.000 do clero secular regular;
- 12.000 religiosas.

A situação para o final de Setecentos pode ser apreciada através de estimativas relativas à população residente nas províncias do reino, a saber:

Quadro III, 5 - Estimativas da população nos finais do século XVIII⁸⁰

(Tableau de la population absolue du Portugal à différents époques...)

Províncias	Almas	Províncias	Almas	Almas/m ²
Entre Douro e Minho	504.000	“	907.965	3115
Tras-os-Montes	156.000	“	318.665	700
Beira	560.000	“	1.121.595	1489
Estremadura	660.000	“	826.680	1004
Alentejo	280.000	“	380.480	431
Reino dos Algarves	65.000	“	127.615	550
Total	2.225.000	Suma	3.583.000	1071

Dumouriez, 1775

Antillon, 1808

Uma síntese de várias fontes permite rever a evolução da população portuguesa em diferentes momentos da nossa história e da sua importância em alguns setores dominantes. Mais do que atender ao valor preciso dos valores indicados importa valorizar o significado das diferentes recolhas, o que ao tempo representava um enorme esforço de informação e de síntese dos dados disponibilizados pelos diferentes arquivos paroquiais, diocesanos e administrativos ligados à contagem da população para armas e dos pagadores de impostos. A importância relativa destes dados reforça a noção da “*história ‘lentamente ritmada’ dos agrupamentos humanos e das estruturas que lhes dão coesão e aparência – a história da civilização com que se depara, a cada passo, a geografia humana*”, como em tempo escreveu O. Ribeiro (1973-1974, p. 3). Embora assente em fenómenos humanos esta geografia huma-

80. Dados de 1798, explicados pelo autor (ANTILLON, 1808, p. 175) em nota:

na inscreve-se na unidade e individualidade do território conjuntamente com as demais influências naturais que permitem (Ribeiro, 1955, p. 2) “*una combinación original y fecunda de los elementos: território y civilización*”.

Quadro III, 6 – Estimativas da população em diferentes épocas (Balbi, 1822)

Data	Fogos	Habitantes
Antiga Lusitânia (ano 0) ⁸¹	568.126	2,840.630
1ª Dinastia ⁸²		2.600.00
Portugal – 1495		2.000.00
Numeramento de 1527	290.000	1.550.000
Numeramento de 1732 (Lima)	459.800	2.143.368
1768 (cit. Barros)	633.432	2.409.698
1798 (Pina Manique)	746.864	
1798 (idem, mas tendo em atenção:		
3,9 indiv/Fogo		
24,000 militares (terra e mar)		
36,000 eclesiásticos	746.864	2.971.170
1801 (Sousa Coutinho)	758.500	2.931.930
1801 (idem, mas tendo em atenção:		
1,426,900 hab. sexo masc.		
1,505,030 hab. sexo fem.		
20,000 eclesiásticos+militares	758.500	3.01.000
1807		3.199.000
1814	732.105	2.959.000
1822 (1º janeiro)		3.173.000

Fonte: Balbi, 1822

3 – CENSOS DA PRIMEIRA METADE DE OITOCENTOS

No seguimento das contagens realizadas anteriormente, o século XIX ficou assinalado pela realização de diversos levantamentos destinados ao conhecimento

81. Tempo do Imperador Augusto

82. Cálculo do autor

mais aprofundado da população, estado, distribuição e disponibilidade de gente para a guerra por forma a responder à organização administrativa do reino e a diferentes questões militares e de soberania levantadas durante a monarquia absoluta. Nesta sequência a cronologia das operações de cadastro da população desde a primeira metade do século XVI até à implantação do regime Liberal na primeira metade de Oitocentos, acompanha a evolução do centralismo régio e a necessidade do conhecimento preciso do número de moradores para fins fiscais e defesa, arrolados até então pela Igreja para uso próprio. Neste caso os registos paroquiais, pela cobertura de todo o território nacional, constituem uma fonte privilegiada sobre o estado da população portuguesa até meados do século XIX, ou seja, à introdução de critérios de natureza estatística internacionais.

Não obstante a Constituição de 23 de setembro de 1822 defender, em Nome da Santíssima e Indivisível Trindade (Art. 25º), que “*A religião da nação Portuguesa é a Católica Apostólica Romana*”, o certo é que a relação entre o catolicismo e o liberalismo depois de 1820 (Pinho, 2009, p. 8) mostra que “*a estrutura do processo tem o seu núcleo entre o velho régimen católico-monárquico e novo monárquico-liberal e é atravessada pela ideia de autonomia dos dois espaços que se vai acentuando*”, conduzindo ao “*cisma religioso aberto em Portugal, no ano de 1832*” (Reis, 2009, p. 15). A antiga dependência do regime monárquico em relação à Igreja no que respeita aos levantamentos da sua população veio a incentivar a autonomia do Estado preparando este a sua estrutura de recolha e tratamento dos dados estatísticos.

Sobre a evolução deste processo assinala Silva (1921, p. 527) que desde a criação da Intendência Geral da Polícia, em 1760, “*os corregedores e juízos do crime, subordinados ao Intendente Geral, eram obrigados, para efeitos policiais, a ter um livro de registo de todos os moradores dos seus respectivos bairros*”, o que esteve na origem dos censos de Pina Manique de 1776 e de 1798 (op. cit., p. 528). Com efeito os dados do censo de 1801 e os serviços estatísticos responsáveis pela sua execução passaram no ano seguinte para a alçada do Arquivo Militar onde ficaram arquivados (loc. cit.) os “*mapas remetidos pelos párocos*”, centralizando a informação que ao tempo, devido à ameaça das invasões napoleónicas revestia-se de importante relevância militar. Estes registos, atualizados periodicamente em função dos nascimentos e dos óbitos, servem de base aos diplomas oficiais, nomeadamente aos censos intermédios de 1835 (op. cit., p. 529), de 1843 e a outras versões referentes aos anos de 1851 e 1858.

Às contagens oficiais levadas a cabo pelas autoridades nacionais juntam-se as diferentes resenhas e estimativas que acompanham os relatos e levantamentos da situação económica e comercial, da organização administrativa e castrense, das sínteses de natureza estatística, de relatórios sobre Portugal realizados por viajantes estrangeiros com formação académica e militar publicados durante a primeira metade de Oitocentos em língua espanhola, francesa e inglesa. No seu conjunto correspondem a documentos com interesse estatístico, mas prosseguem uma metodologia pré-científica, ou seja, sem critério uniforme estabelecido apenas no Congresso Mundial de Estatística de Bruxelas (1853 e ss), o qual passou a ser seguido nos Censos Gerais da População realizados a partir de 1864.

Nesta sequência importa assinalar, no decurso de Oitocentos, duas fases distintas na realização dos censos:

- A primeira vai até meados do século, em que as contagens da população seguem um modelo tradicional com base nos levantamentos paroquiais e diocesanos do rol de confessados (> 7 anos), o que corresponde à fase pré-científica;
- A segunda que obedece às orientações desse Congresso Internacional marcando, por isso, o arranque da fase científica.

A conjuntura internacional associada à oposição entre o bloco formado pelo Reino Unido e seus aliados – entre os quais Portugal – e a França, conjuntamente com a Espanha e outros países vizinhos, levou a um interesse maior pela situação portuguesa ameaçada pela Guerra Peninsular, pela fuga da corte para o Brasil e mais

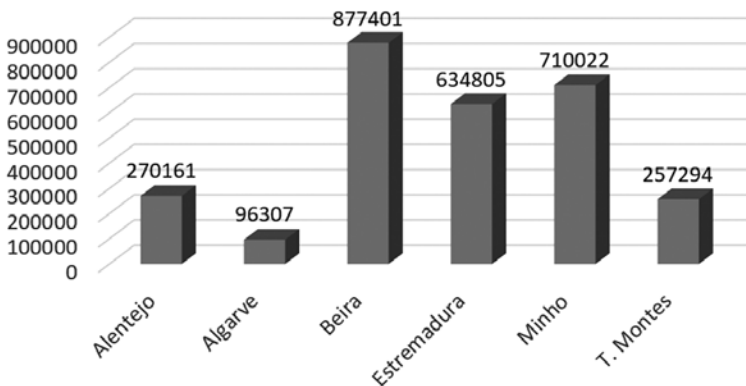


Fig. III, 3 - Habitantes por Província: 1801

Fonte: Silveira, 2001

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

tarde pelas conversações internacionais sobre o futuro de África. Embora aproveitando os dados recolhidos pela administração régia é notório o interesse estrangeiro sobre a população, a economia e a governação do país, bem como as observações de natureza estratégica, guerreira e outras que alguns desses trabalhos incluem.

Por solicitação do monarca a primeira contagem sistemática do número de fogos – Recenseamento Geral do Reino, de D. João VI, também conhecido por Censo do Conde de Linhares (1801) - foi levado a cabo pela Igreja sob orientação da Corte. Para Serrão (1973, p. 75) este “*Mappa*”, elaborado no reinado de D. Maria I com finalidade de conhecer a população em idade de integração no exército para defesa da grei, constitui “*um marco fundamental para o estudo da demografia portuguesa oitocentista*” e o atraso na sua divulgação pública adiada pelas circunstâncias políticas e militares da época, decorre do rompimento de relações entre a França e a Inglaterra. Afirma, Serrão (op. cit., p. 76) que “*ante as ameaças napoleónicas, o conhecimento quantificado da gente portuguesa tornava-se num segredo, num importante segredo militar*”.

Os dados calculados por Valério (2001.I, p. 33) sobre essa recolha indicam que a população portuguesa seria de 2.931.930 habitantes, montante que traduz uma desigual repartição de habitantes por províncias. Já os dados publicados por Martín (1833.I, pp. 144-146) para 1801, dão conta que num total de 2,8 milhões de almas, deveria haver 888.950 varões com ocupação profissional, mais de metade (54,1%) trabalhava na agricultura, repartindo-se os demais pelas artes e ofícios

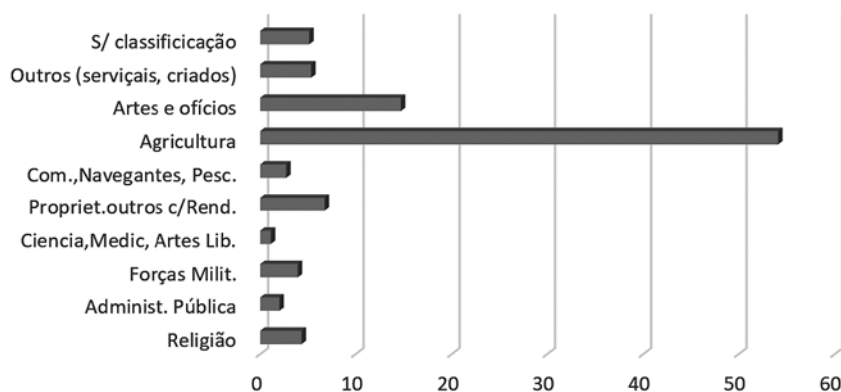


Fig. III, 4 - População classificada segundo diferentes condições: 1801 (%)

Fonte: Martín, 1833.I

(do reino vegetal: 46.300; animal: 64.500; mineral: 14.000); 6,7% proprietários e outros indivíduos vivendo de rendas) e os demais, repartidos por outras classes e subdivisões profissionais.

O estado geral de abandono da agricultura e a miséria, sendo comum à classe de lavradores (op. cit., p. 147) submetidos a prestações e a rendas de várias espécies, justifica a migração desta classe para a cidade, para o estrangeiro ou para as colónias (loc. cit.), levando à procura de outras ocupações como religiosos e militares e ao acréscimo de mendigos, conduzindo por esta via a um decréscimo da população rural, ao aumento das jornadas e à redução da produção agrícola. Esta era uma situação recorrente à época em que os moradores do reino, atraídos pela esperança de melhores condições de vida e rendimento, abandonam as áreas rurais de origem para procurar novos destinos em estabelecimentos religiosos embarcando para outros locais.

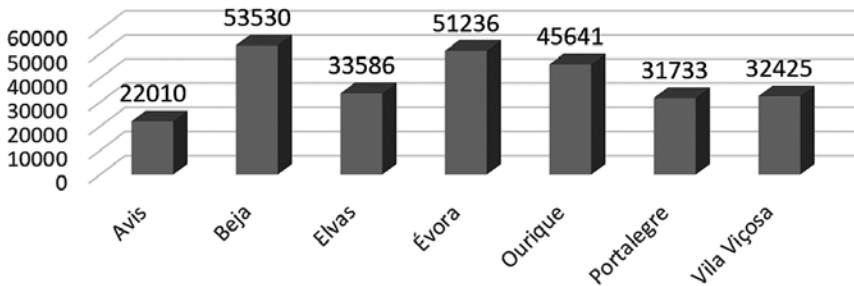


Fig. III, 5 - Habitantes por Comarca: 1801 (Alentejo)

Fonte: Martin, 1833.I

A distribuição dos habitantes em cada uma das comarcas permite verificar as diferenças entre elas. São disso exemplo o Alentejo onde os maiores valores correspondem a Beja, Évora e Ourique, que ultrapassam largamente os de Portalegre ou mesmo de Elvas, reconhecida praça defensiva. Por sua vez no Algarve a comarca de Faro assume já uma posição superior à da praça de Tavira, cabendo a Lagos um valor mais reduzido.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

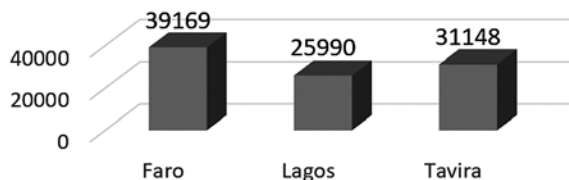


Fig. III, 6 - Habitantes por Comarca: 1801 (Algarve)

Fonte: Silveira, 2001

Na província da Beira a comarca mais populosa é a de Coimbra, seguida de Viseu e da Guarda, o que realça a importância destas cidades do interior, com funções ligadas à administração e defesa, que surgem como cabeça de uma extensa área territorial dominada por uma rede de centros ligados à vida militar, ao comércio e à vida religiosa.

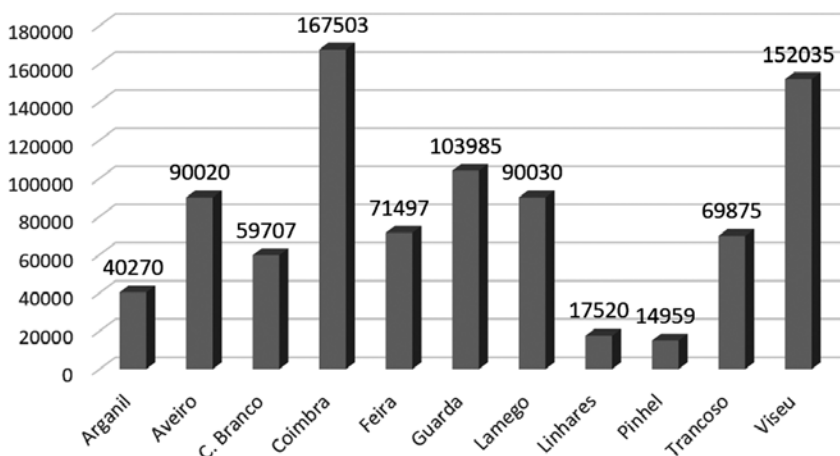


Fig. III, 7 - Habitantes por Comarca: 1801 (Beira)

Fonte: Silveira, 2001

Na Estremadura a comarca mais populosa de Lisboa supera em importância administrativa e em moradores as demais unidades que fazem parte da província onde se contam Leiria e Santarém, Setúbal e Tomar e outras comarcas de menor dimensão como Alcobaça e Alenquer, Ourém e Torres Vedras.

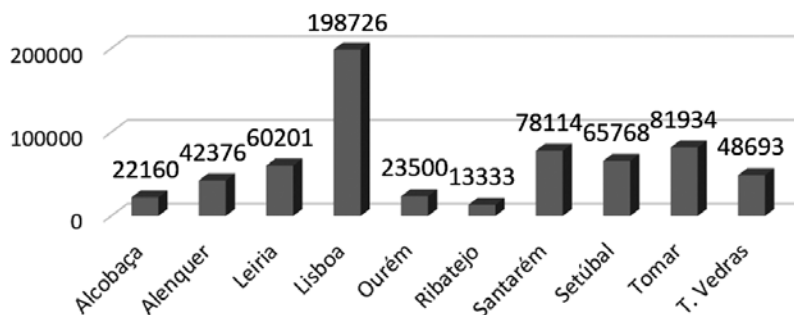


Fig. III, 8 - Habitantes por Comarca: 1801 (Estremadura)

Fonte: Silveira, 2001

No Minho a comarca do Porto, dominada pela cidade do Douro, supera a rede estabelecida na região de entre Douro e Minho, alimentada pelas maiores densidades de população há muito verificadas nestas áreas e, particularmente, em torno dos centros de Barcelos, Guimarães e Viana do Castelo.

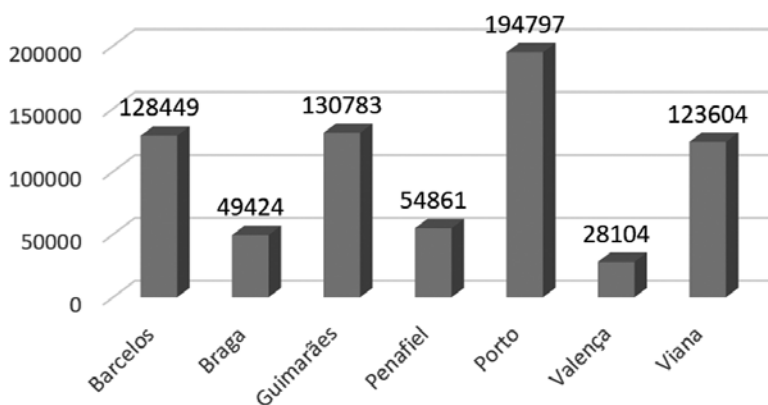


Fig. III, 9 - Habitantes por Comarca: 1801 (Minho)

Fonte: Silveira, 2001

Por fim a província de Trás-os-Montes afirma-se na dimensão das comarcas de Bragança e de Vila Real e na grandeza intermédia de Moncorvo e de Miranda do Douro, centros de maior dimensão regional promovida pelos serviços de que dispunham.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

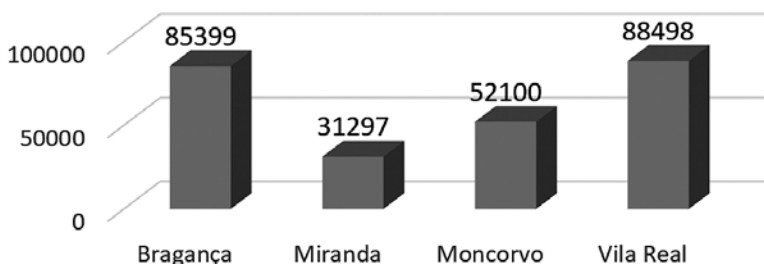


Figura III, 10 - Habitantes por Comarca: 1801 (Trás-os-Montes)

Fonte: Silveira, 2001

A situação portuguesa no início do século XIX é referida por Antillon (1808, p. 170) que dá conta de um dos indicadores de desenvolvimento do país no início de Oitocentos: “*El comercio exterior de Portugal consiste casi exclusivamente en las producciones de la naturaleza, como sucede en todas las naciones atrasadas en la industria*”, carecendo, na opinião do autor de mais manufaturas. A propósito (op. cit., pp. 170-171 – Nota), assinala alguns polos industriais, a saber: Alcobaça – teares; Vidros – Marinha Grande; Tomar – tecidos de algodão; Braga – chapéus, prata e metais; Guimarães – tecidos, mantas e toalhas; Guarda – tecelagem de lã.

O reino, entretanto afetado pela ida da corte para o Brasil e invasões francesas (1808), pelas perdas e danos causados durante essas incursões a Portugal e emigração, sente o seu futuro ameaçado. Assim o relata Balbi (1822.I, p. 46):

- “*Le Portugal, séparé de son souverain para la vaste étendue des mers, privé de toutes les ressources de ses possessions d’outre-mer et de tous les bénéfices du commerce para le blocus de ses ports, dominé dans l’intérieur par une force ennemie, qu’on jugeait alors invincible, semblait toucher au dernier terme de son existence politique, et ne devoir plus entrer dans la liste des nations indépendentes*”.

Mais ainda, referindo-se à situação económica do país, sublinha o autor (op. cit., p. 47):

- “*Le commerce et l’industrie, que ne peuvent jamais prospérer qu’à l’ombre bienfaisante de la paix, de la sûreté et de la tranquillité publiques, avaient été non seulement méprisés et abandonnés, mais semblaient entièrement détruits para la franchise sans bornes accordé aux vaisseaux étrangers dans tous les ports du Brésil; par le funeste traite de 1810; par la décadence des fabriques et des manufactures nationales, qui en était la suite; par la presque totale extinction*

de la marine marchante et militaire, et par le manque absolu de toute sorte de mesures, protectrices de ces deux branches importants de la prospérité publique”.

Completa esta descrição uma referência ao estado da agricultura, a base fundamental da riqueza e da força das nações (loc. cit.),

- “Privé des bras que la guerre lui enlevait, dénuée des capitaux qui l'alimentent (...), privée des secours et de la force vitale qui lui donnent l'industrie nationale et l'activité du commerce, tant interne qu'externe, gisait dans un abattement mortel, et n'offrait plus au spectateur étonné que le triste tableau de la faim et de la misère”.

Neste contexto os alvares do liberalismo estão associados à realização de um levantamento da população, ordenado em julho de 1820 através de circular enviada aos bispos do reino (Serrão, 1973, p. 108), e publicado no “Diário das Cortes Geraes, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa – Segundo ano da Legislatura” (1822, VI, p. 783). Este documento – *“Mappa Geral das 26 Divisões Eleitorais do Reino de Portugal, que provisoriamente devem servir para as eleições dos Deputados em Cortes, referido à população existente no anno de 1821”* (op. cit., p. 795), contém a relação pormenorizada das províncias, divisões eleitorais, comarcas e concelhos com indicação das freguesias, dos fogos e dos indivíduos residentes.

Os dados recolhidos mostram que no seu todo a população ascende a 3.026.450 habitantes - dos quais 12.500 religiosos (as) e serventes, habitando em conventos - assim repartidos:

Quadro III, 8 - População portuguesa: 1821

Províncias	População
Minho	750.820
T. Montes	267.750
Beira	904.270
Estremad.	652.490
Alentejo	289.640
Algarve	113.600

Fonte: Diário das Cortes Geraes (1822)

Na sua distribuição territorial a maior concentração de habitantes em cidades, cabeça de comarca, registava-se em Lisboa, com 210.000 habitantes; no Porto,

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

com 60.000, seguida de Braga, com 14.430 habitantes e Coimbra, com 13.100 habitantes. Nesta sequência são ainda indicadas as vilas mais importantes do reino, à data sedes de comarca.

Completa esta relação a indicação da população residente nas Ilhas e nas Colónias (1821):

Açores: S. Miguel (69.000 hab.), Sta Maria (3.810), Terceira (32.700), Graciosa (9.230), S. Jorge (15.600), Pico (24.900), Faial (21.340), Flores (7.700), Corvo (910);

Madeira: Madeira (96.000), Porto Santo (1.450);

Cabo Verde: 55.600 habitantes, o que perfaz um total de 3.352.180 habitantes, no Reino de Portugal e Algarves, Ilhas da Madeira, Porto Santo, Açores e Cabo Verde.

A este montante, Serrão (1973, pp.115-116) acresce: Indivíduos residentes em territórios de **África**: (1.100.000); idem, na **Ásia**: (580.900); Império do **Brasil**, na **América**: (5.300.000). Tomando por base os dados transcritos, na totalidade do reino (loc. cit.) residiam 10.332.180 indivíduos “*em que governa a Imperial e Real Casa de Bragança*”.

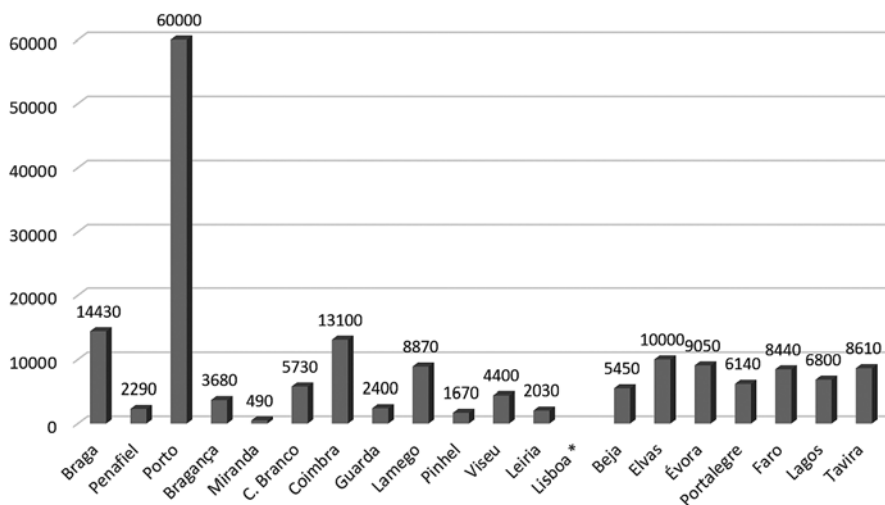


Fig. III, 11 - População em cidades, cabeça de Comarca: 1821

Lisboa*: 210:000 habitantes:

Fonte: “Mappa Geral das 26 Divisões Eleitorais do Reino de Portugal (...) 1821”

Como assinalado a variação da população portuguesa em Oitocentos começou por ser fortemente afetada pela instabilidade política decorrente da guerra e da continuidade das saídas do reino levando a que os valores se tenham alterado significativamente. Assim o regista Balbi (1820, p. 84): no início das Invasões francesas, em 1807, o total de habitantes deveria orçar os 3.199.000 indivíduos - e em 1815, o mesmo autor (loc. cit.) indica a perda, nesses sete anos de guerra, de 240.000 almas – estimando uma população em 2.959.000 habitantes em dezembro de 1814. Repartindo essas perdas por diferentes causas civis e militares, a situação é a seguinte:

- Saídas de pop. p/Brasil c/ a família Real ⁸³	10.000 ind.
- Emigrantes c/ esquadra inglesa	3.000 “
- Soldados que march. p/ França integr. o exército	6.000 “
- Mortos ataques (Beja, Évora, Porto)	112.000 “
- Mortos em campanhas (1808 a 1814) e desertores	50.000 “
- Divisão militar que seguiu p/ Brasil	5.000 “
(Total – cálculo do Coronel Franzini)	186.000 “

Uma referência à ação do Coronel de Brigada de Marinha, Marino Miguel Franzini, na preparação destas operações. Assinala Silva (1985, p. 18): “*Com o advento do regimen constitucional cada vez se sentia mais imperiosamente a necessidade de se obterem dados mais exactos sobre a população, para a divisão administrativa e judicial do reino, distribuição dos círculos eleitorais, e outros fins que têm por base a população*”. Com estes levantamentos vai-se construindo o sistema estatístico nacional, que em 1841 é enriquecido com nova recolha, o “*Mapa Estatístico demonstrativo em resumo da Divisão Territorial, Civil, Judiciária e Eclesiástica, e do movimento da sua respectiva população, segundo o censo feito no ano de 1841 no Reino de Portugal e Ilhas adjacentes*” cujo Mapa, datado de 12 de setembro de 1843, foi publicado em 19 de julho de 1844, no Diário de Governo nº 169, p. 1917.

83. A este respeito Borges (2008, p. 47) regista: “a partida de uma armada com 15:000 portugueses para o Brasil, na sequência da primeira invasão francesa”.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Resumo do Mappa Geral da População existente nas 26 Divisões Eleitoraes do Reino de Portugal, no anno de 1821.

PROVINCIAS	DIVISÕES ELEITORAES	N.º dos Concelhos	N.º das Freguezias	N.º dos Fogos	N.º total dos Individuos	N.º dos Deputados
<i>Minho, 6 Divisões</i>	Arcos de Val de Vez	14	200	22872	119439	4
	Barcellos	15	228	26096	105894	4
	Braga	35	251	29512	118071	4
	Guimarães	21	211	30421	119898	4
	Penafiel	31	199	31768	112381	4
	Porto	20	118	38904	162979	5
	Sommas	136	1207	186672	743662	25
<i>Trax-os-Montes, 2 Divisões</i>	Bragança	43	448	32169	117664	4
	Villa Real	35	261	39417	162544	5
	Sommas	78	709	71586	280208	9
<i>Beira, 9 Divisões</i>	Arganil	38	96	21627	85311	3
	Aveiro	33	78	28317	106690	4
	Castello-Branco	28	133	21093	79062	3
	Coimbra	41	130	37878	146562	5
	Feira	11	75	20948	80865	3
	Guarda	29	174	22585	86893	3
	Lamego	59	165	27484	102242	4
	Trancoso	44	266	25597	93850	3
Viseu	37	156	31702	131972	4	
	Sommas	330	1273	237231	922438	32
<i>Estremadura, 5 Divisões</i>	Alemquer	24	109	25483	99866	3
	Leiria	30	86	21955	81276	3
	Lisboa	1	74	57513	260950	9
	Setubal	22	58	20146	75395	3
	Thoumar	48	165	41618	163825	5
	Sommas	125	492	166716	681311	23
<i>Alemtejo, 3 Divisões</i>	Béja	32	113	27174	96022	3
	Evora	32	125	24762	89013	3
	Portalegre	37	98	22199	80964	3
	Sommas	101	336	74135	266009	9
<i>Algarve, 1 Divisão</i>	Faro	15	69	29970	120322	4
	Contém as 26 Divisões Eleitoraes, inclusive os Militares do Exercito de 1.ª Linha - Religiosos, Religiosas, e Serventes dos Conventos existentes nas 26 Divisões	785	4086	765210	3013950	102
	Total dos habitantes do Reino				12500	
					3026450	

As Divisões Eleitoraes recebem a denominação da Cidade ou Villa mais central, ou populosa, destinada para reunião da Assembléa Geral da mesma Divisão.

Se em alguma Divisão Eleitoral houver Concelho ou Couto não mencionado no presente Mappa, entende-se que ficará pertencendo á Divisão em que se achar encravado.

Paço das Cortes em 11 de Julho de 1822 — Carlos Honorio de Gouveá Durão, Presidente; João Baptista Felgueiras, Deputado Secretario; Alexandre Thomaz de Moraes Sarmento, Deputado Secretario.

Hhhhh 2

Quadro III, 7 – Resumo do Mappa Geral da População: 1821 (Balbi, 1822)

Fonte: Balbi, 1822.II

Os valores apurados por Silveira (2001.I, p. 42) relativos à população no reino indicam, para o continente, 2.845.990 habitantes – distribuídos por 3.966 freguesias - dos quais 47,3 % residindo já nas províncias do Minho e da Estremadura. Esta distribuição era mais acentuada em diversas comarcas, tais como: Lisboa – 198,7 milhares, Porto – 194,7 milhares, Viana do Castelo – 123,6 milhares. No interior os valores mais elevados situavam-se na Guarda – 103,9 milhares, Barcelos – 128,4 milhares, Guimarães – 130,7 milhares, Viseu – 152,2 milhares, Coimbra – 167,5 milhares.

A estes levantamentos seguem-se os Recenseamentos Gerais de 1835 e 1851, efetuados em grande parte a partir da informação recolhida nas paróquias. Entre estas datas o Decreto de 6 de novembro de 1836, mantendo a divisão do território continental do Reino de Portugal e dos Algarves em 17 distritos, reduz o número de concelhos, assim descrita:

- *“Não sendo possível sem uma melhor divisão do território tirar todas as vantagens, que devem resultar da organização de um bom systema Administrativo, e tendo presente os trabalhos das Juntas Geraes Administrativas dos Districtos, e parecer da Comissão creada por Portaria de 29 de setembro passado; Hei por bem Decretar provisoriamente o seguinte:*

- *Art. 1º - O Território Continental do Reino de Portugal e Algarves fica dividido nos 17 Districtos Administrativos actualmente existentes, compostos de 351 concelhos (...), e cujo resumo baixa assignado pelo Secretário d’Estado dos negócios do Reino⁸⁴.*

- *Art. 2º - As Freguezias que por qualquer motivo possam ser omitidas, e dellas se não faça especial menção nos Mappas respectivos, se entenderá que formam provisoriamente parte do novo Concelho a que pertence o antigo, em que estavam integradas (...).*

- *Art. 3º - Nas povoações novamente erigidas em Cabeças de Concelho, se estabelecerão as repectivas Casas de Câmara”.*

A geografia administrativa do país aponta esta reforma como uma das mais audazes levadas a cabo no nosso território.

84. Manoel da Silva Passos

Quadro III, 9 - Reforma Administrativa de 1836

Decreto de 6 de novembro

Distritos	Concelhos 1835	Concelhos 1836
Viana Cast.	29	11
Braga	62	15
Porto	54	19
V. Real	36	24
Bragança	44	17
Aveiro	54	25
Coimbra	73	32
Viseu (ex Lamego)	99	33
Guarda	79	30
C. Branco	27	14
Leiria	41	15
Lisboa	52	36
Santarém	44	19
Portalegre	41	17
Évora	26	14
Beja	34	17
Faro	16	13
Total Cont.	811	351

Fonte: Tomas, Ana e Valério, Nuno (2019). O Decreto de 6 de novembro de 1836. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa (Working papers series - DT/WP, nº 62)

A esta reorganização administrativa seguem-se, no decurso da 2ª metade de Oitocentos, um conjunto de reformas estruturantes do desenvolvimento económico do país através de vários projetos de construção de obras públicas a cargo do então criado Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Desta vez a construção e a reconstrução das estradas nacionais de 1ª Ordem, empedradas e a Mac-Adam inicia-se por volta de meados de Oitocentos conjuntamente com o arranque da construção da linha férrea.

Nessa data a divisão provincial do Douro estende-se aos distritos do Porto, Aveiro e Coimbra, o que faz desta unidade a mais populosa do reino, com 867.999

habitantes, seguida da Estremadura que inclui a cidade de Lisboa, com 682.583 moradores. Igualmente nesta divisão o conjunto de moradores perfaz 59,7% da população do continente, situação que tende a evidenciar a maior preferência dos habitantes pela fachada atlântica e pelas suas cidades principais de Lisboa e Porto. Complementarmente a esta informação, Ayala (1855, pp. 132-133), aponta para novos dados relacionados com a composição da população ativa masculina por volta de 1850, dando informações complementares acerca da distribuição da população pelas vilas e cidades do reino. Relativamente à população masculina, de cerca de 1,2 milhões de habitantes, a sua distribuição por atividades principais revela a estrutura social da população residente.

A estruturação do sistema estatístico nacional em meados de Oitocentos passa pela individualização dos assuntos militares operando-se a transferência do Arquivo Militar, em 1849, para a alçada do Ministério da Guerra, enquanto os serviços de estatística permaneceram no Ministério do Reino. Assinalam Tomás e Valério (2019, p. 21), *“reorganizado o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, por decreto de 5 de outubro de 1859, passaram para ele, ficando a cargo da 3.ª Repartição (de Estatística), da Direcção-Geral do Comércio e Indústria, os serviços de estatística da população”*.

- Clero secular e regular	47.500	indiv.
- Administração pública	20.600	“
- Professores, Estud., Médicos, Artistas	12.050	“
- Propriet. e vivendo de rendimentos pps.	75.000	“
- Negociantes, carreteiros, pescad.	30.300	“
- Lavradores, propriet., jornaleiros	601.500	“
- Operários q/ empreg. mat. vegetal	57.850	“
- Operários q/empreg. mat. animal	80.600	“
- Op. q/emp. mat. mineral e outras	164.200	“
- Criados e lacaios	58.750	“
- Indiv. s/ classificação	56.200	“
- Presidiários	1.850	“
- Exército: mar e terra	35.000	“

Fonte: Ayala, 1855

Em relação ao censo de 1849, trabalhado por Silveira (2001. III), os dados são recolhidos por província e distrito seguindo a divisão administrativa do país

determinada pelo Decreto de 18 de julho de 1835, assinado pela Rainha e mandado executar pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, assim justificado:

“Achando-se o governo autorizado pelos artigos 5.º e 6.º da carta de lei de 25 de Abril do corrente ano para fazer provisoriamente e na conformidade da mesma lei a divisão administrativa do reino, assim como os regulamentos indispensáveis para a sua execução, pondo em harmonia com as bases dela os demais ramos de administração pública; e convindo levar desde já a efeito tão salutares disposições; Hei por bem determinar o seguinte:

TÍTULO I – Da organização administrativa

CAPÍTULO I – Da divisão do território

“Artigo 1.º - Os reinos de Portugal e Algarves e as ilhas adjacentes são divididos em distritos administrativos. Os distritos subdividem-se em concelhos, os concelhos compõem-se de uma ou mais freguesias”.

Esta divisão completa a divisão territorial do Reino que a Constituição⁸⁵ de 1822, aprovada pelas Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, foi decretada para cumprimento “*das leis fundamentais da Monarquia (...) e “prosperidade da Nação (...) a fim de segurar os direitos de cada um, e o bem geral de todos os Portuguezes”*, referindo que – Art. 1º - “*A Constituição política da Nação Portuguesa tem por objecto manter a liberdade, segurança. E propriedade de todos os Portuguezes”*, adiantando, entre o seu articulado o Título II sobre: “*Da Nação Portuguesa, e seu território, religião, Governo, e Dynastia”* do qual assinalamos:

“(...) Art. 20º: A Nação Portuguesa é a união de todos os Portuguezes de ambos os hemisférios.

- O seu território forma o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e compreende:

- I - Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Reino de Portugal, que se compõe das províncias do Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Reino do Algarve e das Ilhas Adjacentes, Madeira, Porto Santo e Açores;

- II – Na América, o Reino do Brasil (...);

- III – Na África Ocidental, Bissau e Cacheu; na Costa da Mina, o forte de S, João Baptista de Ajudá, Benguela e suas dependências, Cabinda e Molembo, as

85. Constituição Política de 23 de setembro de 1822

ilhas de Cabo verde, e as de S. Tomé e Príncipe e suas dependências na Costa oriental, Moçambique, Rio de Sena, Sofala, Inhambane, Quelimane, e as Ilhas do cabo Delgado;

- IV – Na Ásia, Salsete, Bardez, Goa, Diu, e os estabelecimentos de Macau e das Ilhas de Solor e Timor”.

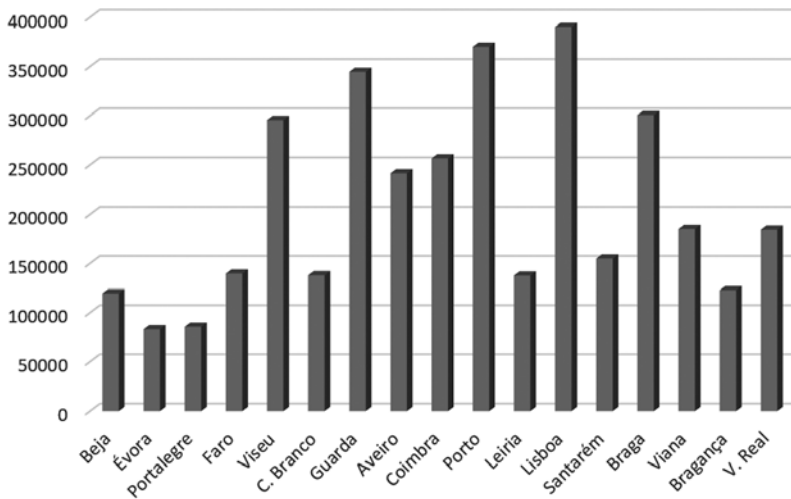


Fig. III, 12 - População por Distrito: 1849

Fonte: Silveira, 2001.III

O interesse em conhecer o montante da população residente em Portugal e no ultramar sugere a utilização dos mapas estatísticos contidos no estudo de Ayala (1855). Nesta referência estão incluídos os territórios que constituem o Reino Unido de Portugal, conforme indica a Constituição de 1822, à exceção do Brasil, separado nesta data. No dizer de Martins (1908 – Fundamentos da nacionalidade), a sua independência reduziu “*o reino à miséria*”.

Quanto à distribuição dos habitantes os dados indicados por Ayala (1855, p. 277) evidenciam realidades distintas no continente africano e asiático e, aqui, uma outra diferenciação entre a sua parte continental, a Índia e a Insulíndia representada pelas possessões de Timor e de Solor. Estas diferenças estão relacionadas com o tipo de colonização, sobretudo em África. Em Angola existiam dois reinos litorais: o de Angola, do rio Ambria ao Cuanza e o Reino de Benguela, do rio Cuanza ao cabo Negro. De acordo com Ferreira (2005, p. 304): “*no sentido*

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

leste/oeste não passaria das 100 léguas a influência portuguesa para o interior onde haveria cerca de 370 sobas subordinados à autoridade portuguesa”. Por sua vez, em Moçambique, com capital na ilha do mesmo nome (op. cit., p. 305): “Em 1834 os limites da nossa presença estendiam-se desde a Baía de Lourenço Marques até à Baía do Tungue. Antes tinha-se atingido o Cabo Delgado, mas a faixa de costa entre estes dois pontos tinha sido ocupada pelo Imã de Mascate. Para o interior a influência portuguesa era muito limitada. O ponto mais afastado era Tete (...)”.

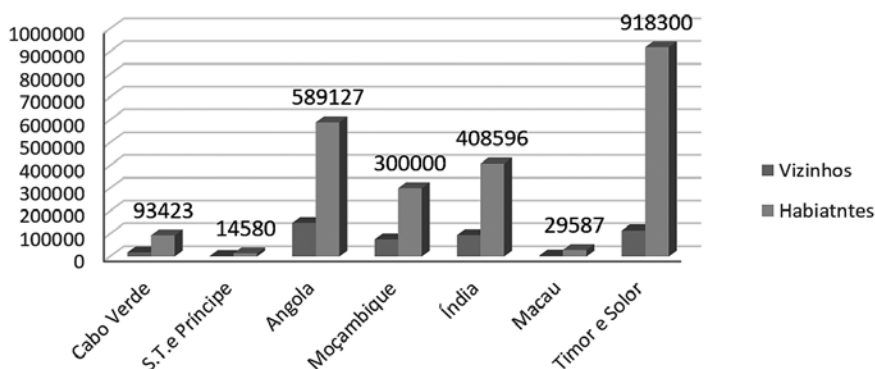


Fig. III, 13 - População do Reino de Portugal - 1850

Fonte: Ayala, 1855

No seu conjunto, os 2,3 milhões de habitantes estimados nesses territórios mostram uma diferenciação por área, número de vizinhos e dimensão dos agregados familiares:

- Reino	3.471.203	habitantes
- Madeira e Açores	343.572	“
- Africa	990.195	“
- Asia	408.596	“
- Oceânia e China	947.887	“

A não concordância desta informação com outra disponível nessa ocasião está assinalada no mesmo trabalho (op. cit., p. 128) em que o seu autor, baseado no Almanaque de Gotha de 1856, indica um total de 6,1 milhões habitantes para o conjunto da população de Portugal e das suas colónias. Como justificação da evolução da população, o mesmo autor (op. cit., p. 150) encontra, entre outras causas, a decadência e o estado da agricultura com muitos terrenos incultos e

outros destinados a pastos comunais, a pobreza dos habitantes, a forte emigração para as colónias e para o Brasil, o regime de morgadio, o luxo em que vivem os lavradores, o elevado número de celibatos, a falta de industria e outras mais que não garantem um crescimento constante dos habitantes, apontando como sugestão: *“Hé aqui la tarea patriótica del gobierno: destruir las rémoras que aun pueden oponerse al desarrollo de la población”*.

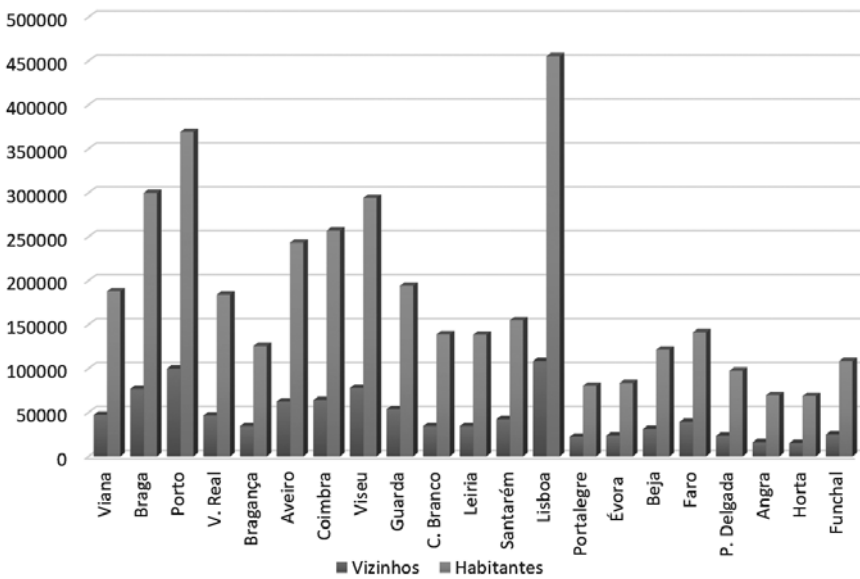


Fig. III, 14 - População por Distrito: 1850
 Fonte: Ayala, 1855

A concentração dos serviços de estatística no Ministério do Reino em meados do século XIX e a sua passagem, em 5 de outubro de 1859 - no âmbito da reorganização do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria - para alçada deste ministério, acabou por determinar ser este o organismo responsável pelas operações dos censos de 1864, 1878 e de 1890. Por Decreto de 23 de julho de 1863, o rei determina a realização, no dia 31 de dezembro desse ano, *“do recenseamento geral, nominal e simultâneo, de toda a população do reino, tarefa cometida aos governadores civis, administradores de concelho e regedores de paróquia, especialmente encarregados de dirigir, inspecionar e fazer executar as operações parciais do recenseamento”* (Decreto).

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Uma breve síntese permite destacar as linhas gerais do panorama geográfico nacional desde a fundação da nacionalidade até à realização do censo de 1864, a saber:

- Evolução crescente da população portuguesa que apesar das perdas resultantes da guerra, fome, epidemias, maus anos agrícolas e sangria resultante da operação dos descobrimentos, colonização e sobretudo depois da independência do Brasil e da emigração para este país manteve um ritmo de crescimento moderado ao longo de todo este período;

- Intensificação do povoamento e a ocupação humana do território nacional devida ao incremento do arroteamento, criação de novas povoações, sedes administrativas de concelhos, construção e defesa da raia através de uma rede abaluartada (Rosado, 2018, p. 35) de fortificações defensivas e da animação comercial dos “portos secos” aí estabelecidos. No seu conjunto estas iniciativas conseguiram fixar a população ao longo da raia e animar os circuitos económicos com a vizinha Espanha. De notar que o esvaziamento sucessivo da importância destas guarnições decorrente dos tratados de paz assinados com os espanhóis, seguido da descontinuidade de muitos desses aquartelamentos ao longo dos anos, levou à perda da importância de alguns desses centros acelerando o processo de despovoamento e ao êxodo rural do nosso tempo;

- Atração pelas cidades portuárias, em particular a cidade de Lisboa, devido ao desenvolvimento do comércio e à navegação marítima provocada pelo aceleramento das transações de mercadorias com as terras de além-mar, as feitorias do norte da Europa, a bacia do Mediterrâneo e outros centros de comércio mundiais. A fixação da capital na foz do Tejo e a concentração dos muitos serviços e administração do Estado, de empresas e entidades públicas e privadas, conjuntamente com a estruturação da cintura industrial nas bacias do Tejo e do Sado aceleraram o processo de metropolização desta área e o esvaziamento de outras zonas urbanas;

- Reforço da centralização política e do poder de decisão responsável pela construção de uma rede de transportes e de outras infraestruturas que auxiliaram a evolução das cidades, a estruturação do território e a organização administrativa régia, concelhia, bélica e religiosa na qual se apoiou a construção do reino e da nação portuguesa;

- Importância dos fenómenos migratórios, internos e para o exterior, estes antecidos pelo fenómeno da colonização das novas possessões de além-mar que

passaram a determinar o crescimento da população portuguesa e os traços fundamentais relativos ao movimento natural, composição, estrutura, rendimentos. Embora só parcialmente conhecidos, os dados relativos aos cálculos de habitantes do reino sugerem a importância de uma população jovem e adulta envolvida nos processos migratórios e na sustentação física de um reinado em expansão;

- Significado desta mobilidade enquanto pilar fundamental do crescimento económico do reino, alimentado pela importância de produtos naturais e por remessas significativas da população emigrada. Mau grado o grito enorme dos que mantiveram a situação originária e que não conseguiram regressar, os relatos dos que se envolveram em atividades lucrativas tiveram reflexos evidentes em diversos lugares e em atividades económicas e sociais então implantadas;

- Agravamento de condições favoráveis ao despovoamento das áreas menos férteis afastadas dos centros de poder económico e administrativo, que vieram a causar uma desarticulação crescente entre os territórios mais atrativos do litoral e o interior, entre as terras da raia e os centros administrativos mais próximos, entre as cidades melhor servidas de transportes e de infraestruturas e as demais firmadas, apenas, no desempenho de funções administrativas.

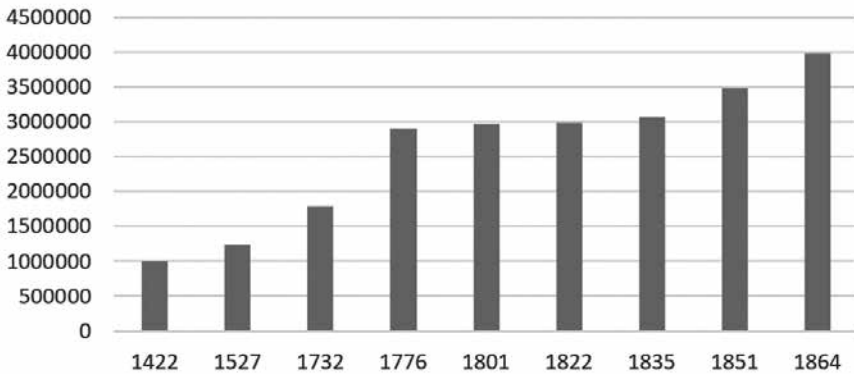


Fig. III, 15 - Estimativas da população portuguesa: 1422 a 1864

Fonte: Pery, 187

4 – RECENSEAMENTOS DE 1864 A 1930

As fontes utilizadas nesta parte são os recenseamentos da população que marcam uma nova fase do conhecimento da população nacional. Contrariamente à anterior, assente em estimativas que permitiram assinalar as tendências de crescimento e distribuição dos habitantes no reino em diversas épocas e ajuizar do significado dos seus contextos geográficos naturais e humanos, os critérios ora utilizados são definidos por normas estatísticas internacionais. Assim se escreve a geografia contemporânea da população portuguesa com a utilização de informação quantitativa recolhida depois de 1864 através dos recenseamentos gerais da população. Por terem sido elaborados de acordo com as recomendações da Conferência Internacional de Estatística⁸⁶ na sua sessão de Bruxelas, em 1853 e melhoradas no decurso da segunda conferência realizada em São Petersburgo, em 1872, com uma caracterização mais completa da população “*de direito*” e “*de facto*” e das famílias (INE)⁸⁷, deram início aos recenseamentos da época moderna em Portugal, de 1864, 1878 e seguintes.

A normalização de conceitos - nomeadamente sobre os transeuntes e população presente e residente no concelho de residência habitual - e de procedimentos relativos à recolha de informação através de “*boletins de família*”, permitiu assegurar uma metodologia e unidade de conjunto à recolha de dados numéricos e à sua utilização universal. Já o Censo de 1900 foi realizado pela Direcção Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais, do Ministério da Fazenda, para onde aquele serviço havia sido transferido. Estas alterações são justificadas por Silva (1868, p. 528) “*com o advento do regímen constitucional, cada vez se sentia mais imperiosamente a necessidade de se obterem dados mais exactos sobre a população, para a divisão administrativa e judicial do reino, distribuição dos círculos eleitorais, e outros fins que teem por base a população*”.

Nesta ordem os recenseamentos gerais da população de 1900 – IV Recenseamento Geral da População – e o de 1911 – V Recenseamento Geral da População – coincidem com o final do regime monárquico se a sua realização tivesse ocorrido, como previsto na Carta de Lei de 25 de agosto de 1887, em 1910. A mudança

86. Esta Conferência prolongou-se por outras sessões realizadas em Paris (1855), Viena (1857), Londres (1860), Berlin (1863), Florença (1867), Haya (1869) et St-Pétersbourg (1872)

87. INE: Censos em Portugal de 1864 a 2011 - https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt 3FEV2021

de regime nesse ano adiou a sua realização para o início do regime republicano, no ano imediato. Embora seguindo orientações metodológicas e de recolha de dados anteriores, este censo assinala uma evolução do nosso sistema social e político que acompanhou o final da monarquia e a instauração do regime republicano. Nesta sequência os recenseamentos efetuados depois de 5 de outubro de 1910 e até aos anos setenta retratam o país no decurso da 1ª República e depois de 1926, do Estado Novo, até à Revolução de 25 de abril de 1974.

Foi no decurso da segunda metade do século XIX que continuando a seguir as orientações do Congresso Internacional de Estatística de Bruxelas (1853 e 1872), foram realizados os censos de 1864 e de 1878 e que se melhoraram esses procedimentos com reflexos na elaboração do censo de 1890, o qual inclui recolha de informação mais completa que os antecedentes, nomeadamente no que respeita à caracterização da população e das famílias. A construção do sistema estatístico nacional fica definida em 1935 com a entrada em funcionamento do Instituto Nacional de Estatística. Até lá a operação dos censos da população prossegue a metodologia em curso sendo melhorada ao longo do tempo, mas firmada na Carta de lei de 25 de agosto de 1887, a qual é alterada a partir de 1940 com a utilização de novas regras de execução assentes na unidade concelhia, em que *“As características económicas são definidas com maior rigor e consideradas como um elemento importante de observação”*.

A consulta da legislação da época referente à realização centralizada dos censos da população seguindo a indicação do Congresso Internacional de Estatística de Bruxelas está contida na *“Proposta do Governo acerca de recenseamentos gerais da população”*, de 30 de maio de 1863, enviada à Câmara dos Deputados a qual reconhece a sua realização decenal no último mês do ano, por ser *“o mais sedentário para a população”*. Em resposta o parecer da comissão de fazenda⁸⁸ concorda, *“por motivos manifestos de interesse público”*, autorizando a verba pedida de 25:000\$000 réis para a sua realização, entendendo que *“aplicar pois ao nosso paiz o estudo dos factos, expressados por algarismos, acompanha-los passo a passo para tirar deles o necessário ensino, é um exemplo que a Europa culta nos convida a seguir, pondo-nos diante dos olhos os proficuos resultados das atenções que lhe merecem semelhantes trabalhos”*.

O parecer da Comissão de Estatística, em 25 de junho desse ano, contém o

88. Estatística de Portugal – População: Censo no 1º de janeiro 1864. Lisboa: Imprensa Nacional

projeto de Lei que confere a responsabilidade ao Ministério dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria, de proceder (Art. 1º), “*de dez em dez anos, nos distritos do reino e ilhas adjacentes, ao recenseamento geral da população*”, sugerindo a data de 31 de Dezembro de 1864 para a sua realização. Uma vez concluído, o Relatório do Governo dá conta dos custos da operação e da contagem de 3.636.364 habitantes nos distritos do continente e ilhas.

Como assinala Brian (2002, p. 34) o contexto da época apontava para um movimento profundo das economias-mundo, formação de impérios antigos ou contemporâneos, colonização e descolonização que alimentam a discussão e o desenvolvimento de “*academias e de sociedades científicas nas capitais das Monarquias e nas grandes cidades*” e de uma internacionalização e reflexão do conhecimento científico associado à difusão da imprensa e das redes de transportes. Estas condições facilitam o “*progresso do espírito humano*” através da realização de congressos internacionais (op. cit., p. 36) de que se toma como exemplo o já referido “*Congresso Internacional de Estatística*”⁸⁹ (1853 a 1876) em Bruxelas, por iniciativa do astrónomo Adolphe Quetelet (1796-1874), no qual se filia a constituição do Instituto Internacional de Estatística, criado em 1886 (op. cit., p. 44).

A criação deste Instituto serve não só para a afirmação da estatística como ramo científico autónomo, como atesta (op. cit., p. 46) o processo histórico de “*constitution d’une forme d’autorité transnationale et la part d’universalité qu’il porte avec les nomenclatures et les procédés de calculs des statisticiens de la seconde moitié du XIXe siècle*”. Tal responde aos objetivos da primeira reunião, a de introduzir a unidade nas estatísticas oficiais dos diferentes países e tornar os resultados comparáveis, como se tornava necessário para o desenvolvimento e progresso (Quetelet, 1873) das “ciências de observação”, onde se inseriu o novo domínio científico, a estatística.

A ideia de ciência aprofundada em diversos países através de metodologias e conceitos comuns, permitindo a comparação internacional – “*pela unidade de vistas da sua concepção e uniformidade dos métodos empregados*” (Censo de 1890, p. XXXIV) – veio a substituir os registos avulsos e a compilação dos dados paroquiais nos quais se podiam fundar muitas das estimativas dos habitantes das dioceses, das comarcas e do concelhos. A este respeito o estudo de Silva (1921, p. 527) sobre a população de Lisboa comprova a eficiência desta informação paroquial:

89. O Congresso com esta designação, iniciado em Bruxelas, continuou em diferentes sessões: Paris: 1855; Viena: 1857; Londres: 1860; Berlim: 1863; Florença: 1867; La Haye: 1869 e 1873.

“Nos tempos mais antigos quando se ignorava o que fosse estatística, era por intermédio dos párocos que os autores que queriam dar notícia aos seus conterrâneos, e legá-lo aos vindouros, sobre a grandeza da população de Lisboa, iam colher as informações do numero de fogos ou vizinhos, e muitas vezes também de pessoas, almas ou moradores da cidade”.

Na sua evolução recordamos que a operação de recenseamento de 1864 abrangeu todos os habitantes do local onde pernoitaram na noite de 31 de dezembro de 1863 para 1 de janeiro de 1864. De acordo com o decreto régio de execução do recenseamento, assinado pelo monarca e pelos ministros do reino em 23 de julho de 1863 (Art. 5º): *“O recenseamento será feito por meio de listas de família, contendo notícias necessárias para se averiguar o numero total de habitantes de cada povoação, seus nomes, sexos, idades, estado civil e profissões; com distinção de nacionais e estrangeiros, residentes e transeuntes, presentes e ausentes”.* O registo atende à população de facto seguindo as recomendações dos congressos internacionais de Bruxelas e de Paris – *“abrangendo sexos, estados civis, idades, profissões ou condições sociais, e naturalidades com distinção de naciones e de estrangeiros, residentes ou transeuntes, presentes e ausentes”.*

Quadro III, 10 - Distribuição de casamentos segundo as profissões: 1864

Ocupações	Homens	Mulheres
Governo de sua casa	-	6.715
Ocupação agrícola	13.689	5.025
Industriais	4.068	1.244
Comerciantes	615	157
Emp. Públicos	296	-
Militares	499	-
Marítimos	1.023	-
Criados	1.299	1.770
Diversas profissões	1.723	1.132
Vivendo de s/ rendas	499	490
S/ ocupação	1.385	8.220
Mendigos	40	44

Fonte: Pery, 1875

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Cumpridas estas determinações os resultados finais desta operação, publicados em 1868⁹⁰, permitem uma análise da população absoluta e específica, rural e urbana, repartição por sexos, estado civil e idades, distribuição por fogos ou famílias, população de direito ou legal. A estas questões juntar-se-ão novos temas de recolha nos censos posteriores que nos permitem conhecer com mais detalhe a evolução, composição e estrutura, distribuição territorial dos habitantes e outras informações relacionadas com o nível de instrução e as condições de alojamento. Por sua vez o Recenseamento de 31 de dezembro de 1877⁹¹, determinado pela Carta de lei assinada por Dom Luiz, Rei de Portugal e dos Algarves, etc., em 15 de março de 1877, determina (Art. 1º): “*Proceder-se-á, pelo Ministério das Obras Publicas, Comercio e Industria, de dez em dez anos, ao recenseamento geral da população no reino e ilhas adjacentes*”.

Quadro III, 11 - Resenha dos lugares que vêm às Cortes e os vizinhos

Comarcas	População (1535)	População (1878)
T. os-Montes	47.096	114.242
E.D.-e-Minho	147.380	421.055
Beira	80.364	251.850
Estremadura	187.044	617.321
E. Tejo-e-Guadiana	138.456	343.275
Algarve	33.328	132.533
Total	633.668	1.879.276

Martins, 1956

Com o intuito de ultrapassar o analfabetismo endémico dos residentes e o trabalho de recolha dos recenseadores, a divulgação deste levantamento foi realizada junto dos governos civis, cônsules e de outros serviços públicos, da imprensa e dos prelados para que

”Não só prestem a sua valiosa e eficaz cooperação às operações do recenseamento, (...), como também destruam os errados preconceitos que contra o recenseamento possam levantar-se nos ânimos dos seus paroquianos, assegurando-lhes que de modo algum se trata de preparar meios governativos de opressão e vexame,

90. Censo no 1º de janeiro – 1864. Lisboa: Imprensa Nacional

91. Estatística de Portugal – População: no 1º de janeiro 1878. Lisboa: Imprensa Nacional

porem sim de obter-se o exacto conhecimento da população do país, sem o qual mal poderão resolver-se com acerto os muitos e variados problemas da vida económica, social e administrativa do povo português”.

A comparação dos dados do censo de 1878 com os do Numeramento de 1527 permitiram a O. Martins (1956, p. 36) proceder a uma breve análise transcrita na apresentação do seu Projecto de Lei de Fomento Rural (1887). Baseado na evolução da população dos lugares representados em Cortes em 1535 e dos mesmos lugares em 1878 – usando a relação de 1:3 (op. cit., p. 33) – estima que esse coeficiente, “*porque não temos, nos último três séculos, nem povoações que desaparecessem, nem outras que surgissem*”, que a população portuguesa tenha triplicado em relação à da primeira metade do século XVI. Conclui, afirmando: “*Houve, porém, neste intervalo de três séculos e meio, acelerações de marcha e paralisações de desenvolvimento; houve também, decerto, movimentos diversos nas várias regiões do país (...)*” causados pela fuga para a Índia – cerca de 8.000 homens anualmente - e redução dos habitantes para metade no início do século XVII, compensada pela entrada de escravos que desde o início da exploração da costa africana afluíam ao continente e daqui muitos seguiam para novos destinos da navegação portuguesa.

A carta de lei de 25 de agosto de 1887 havia adiado para 1890 a realização do terceiro recenseamento geral da população, “*mantendo para o futuro o princípio dos censos decenais*”. Assim aconteceu nesse ano e em 1900, mas as perturbações causadas pela queda da monarquia em 1910 levaram ao seu adiamento para o dia 1 de dezembro do ano seguinte. Nas suas disposições gerais repetem-se os objetivos de “*conhecer o numero de habitantes que constituem a população de ‘facto’ e a população de ‘residencia habitual’; o seu sexo, estado civil e idade; a sua naturalidade, nacionalidade e instrução elementar; as profissões ou ocupações de que vivem, e o numero de famílias que constituem*”⁹². Nestas circunstâncias importa assinalar alguns aspetos relacionados com as operações de registo dos habitantes no termo do antigo regime e a sua evolução até à construção moderna do sistema estatístico nacional, incluindo aqui os que se realizaram em 1864, 1878, 1890, 1900 e o de 1911, no início da república, que dão informações sobre o estado da população portuguesa no termo do regime monárquico.

92. Instruções para a execução do recenseamento geral da população no 1º de Dezembro de 1900. INE - https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pr_1900_28FEV21

Quadro III, 12 - Variação da população por distritos: 1864-1911

Distrito	1864	1878	1890	1900	1911
Aveiro	251946	270383	291535	305574	340180
Beja	135116	149405	159196	164754	194727
Braga	317499	328134	340379	358183	383131
Bragança	161459	171802	180130	184662	192081
C. Branco	159901	177440	206155	217179	243585
Coimb.	282081	307502	328139	339264	368106
Évora	102148	113948	121625	128842	150020
Faro	177310	203959	230279	257378	276074
Guarda	214507	233203	251940	264531	274372
Leiria	177466	197252	220067	242471	270273
Lisboa	349187	415057	497727	565560	681521
Portal.	97910	105702	115322	126326	143823
Porto	419691	468291	549332	598574	680665
Santar.	201762	226928	254905	283312	321683
Setúbal	91587	102011	115305	133863	166263
V.Cast.	203721	211519	213600	218525	231668
V. Real	218320	232362	238717	240515	245699
Viseu	365781	388766	398966	410231	422181
T. Cont.	3927392	4303664	4713319	5039744	5586053
Açores	249135	263305	255487	256673	243002
Madeira	110468	132015	134085	150343	170091
T. Geral	4286995	4698984	5102891	5446760	5999146

Fonte: INE

Os resultados finais destas operações permitem uma análise da população absoluta e específica, rural e urbana, repartição por sexos, estado civil e idades, distribuição por fogos ou famílias, população de direito ou legal. A estas questões juntar-se-ão novos temas de recolha nos censos seguintes que nos permitem conhecer com mais detalhe a evolução, composição e estrutura, distribuição territorial dos habitantes e outras informações relacionadas com o nível de instrução e condições de alojamento.

Segundo o Censo de 1890 (XLIX), “os recenseamentos são como que uma fotografia instantânea da população na sua distribuição geográfica e nos seus elementos demográficos”. Mais ainda, acerca da evolução da população, citando Levasseur, regista o autor (op. cit., LIV): “*faites de bonne politique et vous aurez un état démographique satisfaisant*”. O desenvolvimento destes levantamentos universais, discriminando aspetos diversos da população foi resultado da evolução do conhecimento matemático e da estatística (Relatório do Censo da População de 1890, p. XLI), à qual “*cabe a missão de fazer conhecer com rigor e exactidão o movimento das suas populações e a de contribuir para melhor se apreciarem as causas naturais e permanentes, acidentaes e temporárias, que ora aceleram ora retardam esse movimento*”.

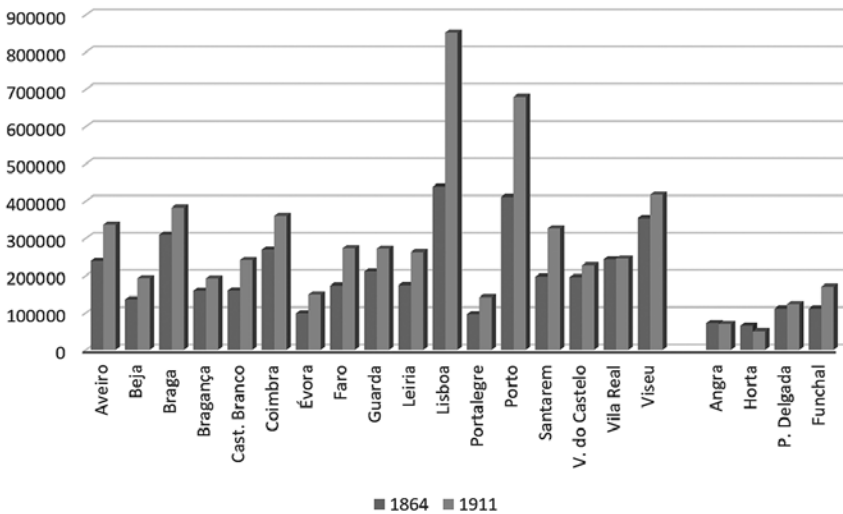


Fig. III, 16 - População por Distritos: 1864 e 1911

Fonte: INE

Reconhecendo a desigual repartição dos habitantes no reino (op. cit., p. LVII) assinala o documento a existência de

“*Duas regiões caracteristicamente distintas pela sua configuração geológica, pelas condições climáticas, pelo regímen de propriedade, e pela desigual distribuição da população, que ao norte se aglomera e no sul se espalha e rareia; um vasto domínio colonial, em grandíssima parte por colonizar; e a par disto um intenso movimento emigratório, continental e insular, na sua quasi totalidade para o Brazil, e que deixou de ser remunerador para o país de origem, na larga escala em que se efectua*”.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Por parte das entidades oficiais assinala-se na apresentação dos resultados do Censo de 1890 (XXXVIII) que “*do desenvolvimento normal da população dependem os destinos das nações*”. Por sua vez os textos da época realçam a importância do seu crescimento: “*o poderio intelectual, económico e militar de um estado tem como factor principalíssimo a sua população activa, viril e produtora*”, procurando conhecer os movimentos ascendentes e descendentes dos habitantes bem como as leis ou “*as causas que retardam ou aceleram o seu movimento*” (op. cit., XXXIX). Como reconhece aquele documento oficial relativo à situação nos finais do século XIX, esse movimento ascendente dos últimos setenta anos (op. cit., XLI) enquadra-se na situação do país, ao tempo descrita:

“O excepcional desenvolvimento de todos os ramos de atividade humana, os progressos maravilhosos da indústria, a extrema multiplicação e facilidade dos meios de transporte, e o conseqüente alargamento das relações comerciais, tudo contribuiu para um aumento verdadeiramente anormal, tanto da população como da riqueza”.

Os censos seguintes, de 1900 e o de 1911, estabelecidos na Carta de Lei de 25 de agosto de 1887, regulamentada pelo Decreto de 3 de agosto de 1900 e Decreto de 17 de junho de 1911, respetivamente, seguem os princípios estabelecidos naquela Carta pelo que os incluímos na mesma série de análise que corresponde à herança da Monarquia Constitucional e início da 1ª República: um aumento de 536,9 milhares de habitantes desde o início do século, um excesso de 749,3 milhares de nascimentos sobre os óbitos e 384,8 milhares de emigrantes entre 1900 e 1911.

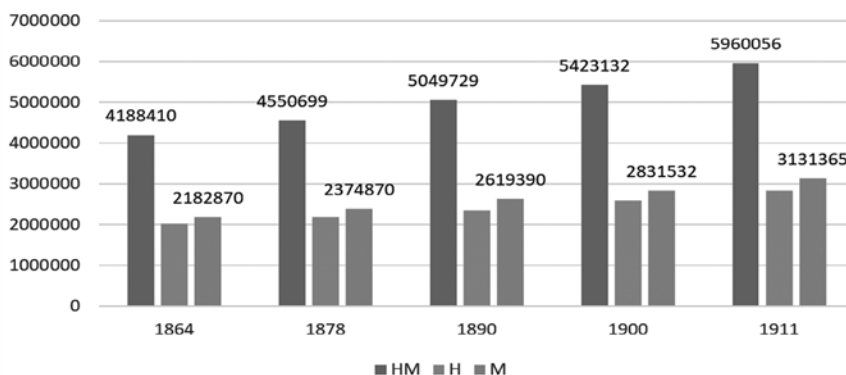


Fig. III, 17 - Composição por sexo da população portuguesa

Fonte: INE

As notas anteriores sobre a evolução da população ao longo do período escolhido devem ser completadas com algumas referências à sua própria distribuição antes de avançarmos com outros elementos relacionados com a rede de vilas e de cidades, em separado, e com as indicações relativas à composição e estrutura dos habitantes na altura dos censos realizados pelo serviço de estatística. Neste domínio e a propósito da população residente no continente, verifica-se a sua maior densidade nos distritos do litoral, entre os rios Lima e o Mondego, em particular no distrito do Porto, concentrada em maior número nos arredores da cidade portuense. Nestas datas a atração de Lisboa, embora já iniciada nos séculos anteriores, não revela ainda sinais de grande êxodo que vai aumentar após a construção das redes de caminhos-de-ferro convergentes para esta cidade, acelerando um processo de migração interna dos habitantes de outras áreas do país para a capital.

O acréscimo da população a nível nacional entre 1864 e 1900 foi acompanhado, a nível nacional, por um aumento da sua densidade populacional, sobretudo na área do noroeste português, superior aos 100 habitantes/Km² em Viana do Castelo, Braga e Aveiro; de 238 hab/Km² no Porto e no distrito de Lisboa, onde apesar da dimensão da capital é ainda inferior aos valores registados nessa parte.

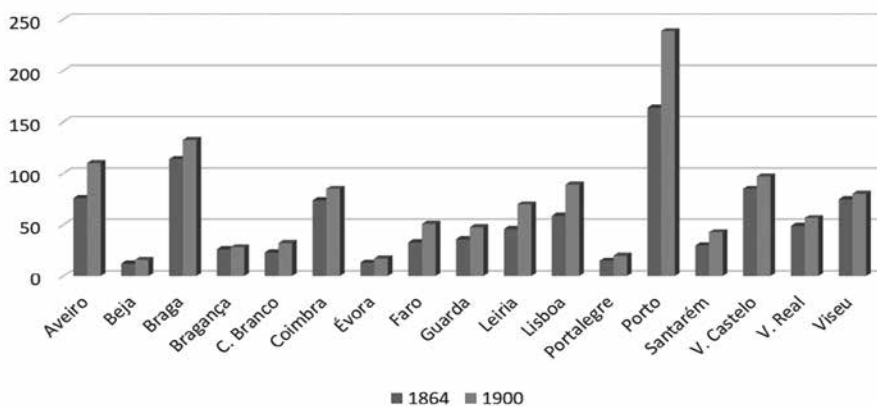


Fig. III, 18 - Densidade populacional (hab./km²)

Fonte: INE

Os resultados desta longa caminhada, do século XV ao século XIX, quando se estruturou o sistema estatístico nacional, permitem-nos assinalar alguns dos traços comuns ao seu crescimento assentes numa evolução conhecida por períodos

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

de estagnação e quebras e outros de maior crescimento. Tomando como referência os dados já indicados retemos o seguinte:

- Crescimento residual entre a primeira metade do século XV e do século XVII marcado, como foi dito, pela fase de expansão marítima, demanda do Oriente, perda da independência portuguesa, emigração para o exterior;

- Crescimento rápido dos habitantes entre a primeira metade do século XVII e o final do século XVIII quando os moradores quase triplicaram beneficiando das condições de vida propiciadas pela divulgação do milho americano, fomento rural, evolução da agricultura e da riqueza transferida do ouro do Brasil. A este respeito observa Pery (1875, p. 95) que “*Quando a corte nadava em ouro, e Lisboa era citada como uma maravilha de luxo, quando se construíam os mosteiros de Belem, Mafra e Estrela, quando se ostentava uma marinha imponente, deixou-se inculta a maior parte do reino, e jazia talvez na miséria quasi toda a população agrícola*”. Apesar da colonização e da emigração transoceânica, a população registou um dos maiores acréscimos de que há memória;



Fig. III, 19 - Evolução da população portuguesa: 1801 a 1890

Fonte: Recenseamento de 1890

- Estagnação e perdas de habitantes entre os finais do século XVIII e meados do século seguinte, perdas justificadas pela desordem crescente causada pelas perdas e fome da guerra peninsular e das invasões francesas, da guerra civil liberal e da emigração para o Brasil, cuja distribuição global por distrito, entre 1870 e 1874 (Pery, 1875, p. 94) estima em 46,8 milhares e cuja maior distribuição contempla os distritos de Porto, Aveiro e Braga, Viana, Viseu e Lisboa. Neste mesmo período, importa destacar que nesse movimento emigratório:

- Os menores de 14 anos ascenderam a 9.157 indivíduos;

- Viajaram a expensas suas: 13.210 emigrantes;
- Os indigentes ascenderam a 1.507 indivíduos.

Neste contexto e em relação ao desenvolvimento da atividade agrícola, a “*principal fonte de riqueza pública*”, escreve o referido autor (loc. cit.), “*reanimou-se um pouco a agricultura com a sábia administração do marquez de Pombal; veio porém um período de guerras, com o seu cortejo de devastação e ruínas, paralisa-la de novo. As lutas civis, que só terminaram no meado do presente seculo, obstaram ainda no progredimento desta e de outras indústrias*”;

- Tendência para o aumento dos habitantes desde meados de Oitocentos, comprovada pelos dados dos censos gerais da população portuguesa realizados desde 1864. Ainda na sua relação com a atividade do país, Pery (1875, op. cit., p. 95) justifica:

“Foi somente a partir de 1852 que a agricultura começou a desenvolver-se a par de consideráveis melhoramentos com que o país tem sido dotado até hoje. Juntamente com a construção de estradas e caminhos-de-ferro, veio a desamortização dos bens de corporações de mão morta e dos baldios municipais, a abolição dos morgados e o desenvolvimento da instrução publica contribuir poderosamente para esse progresso, subdividindo mais a propriedade, facilitando a sua cultura e a permutação dos produtos”.

O crescimento da população, ligado às disponibilidades de subsistência dos habitantes está relacionado com a vulgarização do milho americano entre nós, com as crises de fome associadas à produção ou à distribuição insuficiente de cereais em maus anos agrícolas e, sobretudo, das epidemias que dizimavam periodicamente a população portuguesa, condicionaram a sua evolução devido às elevadas taxas de mortalidade que grassava entre os habitantes. Assim o justifica, Serrão (1975, p. 234), que aponta a ocorrência do “*flagelo epidémico*”, associado “*à carência de meios sanitários e às condições do ambiente*”. A introdução milho, oriundo da América, veio por isso melhorar o regime alimentar da população portuguesa reduzindo parcialmente os riscos de morbilidade que a afetavam, nomeadamente os que decorriam da cultura de arroz nas baixas alagadiças dos principais cursos de água a sul do rio Vouga, cuja retenção de água para este cereal acompanhava-se de episódios, frequentes e constantes, de sezões que enfraqueciam e dizimavam a população rural.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

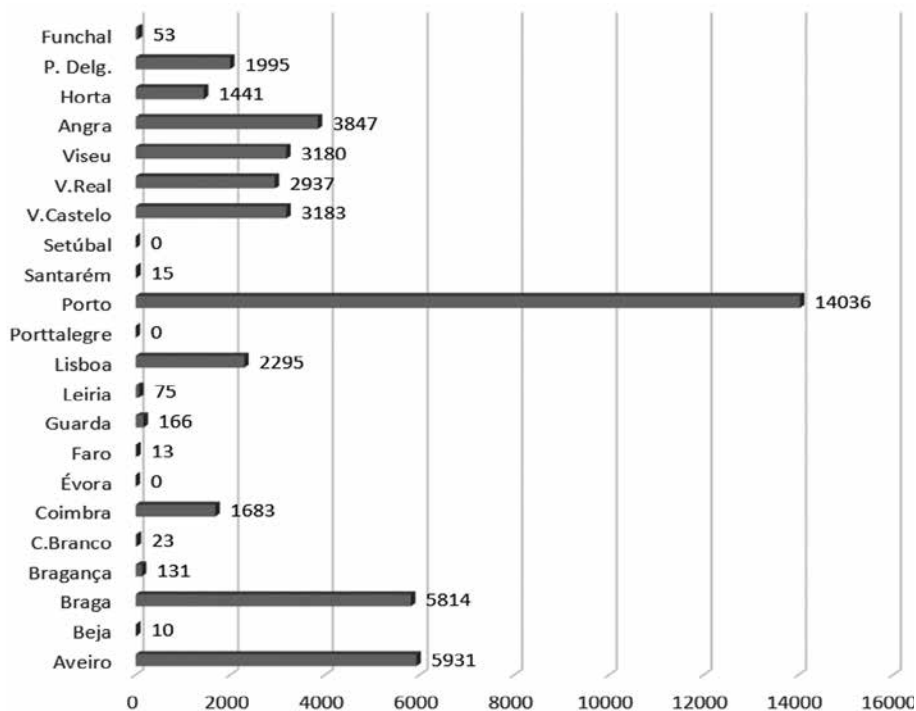


Fig. III, 20 - Mapa de emigrantes: 1870 a 1874

Fonte: Pery, 1875

Tal como as epidemias os episódios de combate, nomeadamente a guerra peninsular e as invasões francesas do início de Oitocentos foram responsáveis, sobretudo nas áreas atravessadas pelos exércitos franceses, por numerosas perdas da população portuguesa. Consultemos dois testemunhos:

- Segundo, Balbi (1822.I, p. 46),

“Sa population, dont la ruine fut commencé par l’émigration des habitants qui avaient suivi le prince, ou avaient chercher à échapper à la méfiance souçonneuse ou à la poursuite systématique de l’ennemmi, reçut deux funestes atteintes par les invasions de 1809 et 1810, et par les pertes inévitables d’une guerre opiniâtre de sept ans”.

Esta situação tem reflexos evidentes no comércio, na indústria, na agricultura e nas contas públicas da nação obrigando a empréstimos de dívida externa (op. cit., p. 47), *“en obligeant la nation à contracter des dettes nouvelles et considérables, pour l’amortissement desquelles ses ressources ne suffisaient pas”*, agravados internamente

(loc. cit.), “*par la scandaleuse malversation des agents du fisc, et plus encore par le système vicieux de l’administration*”.

- Por sua vez Serrão (1975, p. 235) regista a existência de condições favoráveis ao crescimento da população, nomeadamente as transações comerciais assentes nas muitas feiras existentes no país e as condições de assistência proporcionadas pelas 17 Misericórdias e 30 hospitais (op. cit., p. 235) disponíveis nas 19 cidades do reino, para além de mais outros 70 hospitais e de 50 Misericórdias nas demais províncias, “*que se consagravam aos doentes, à religião e à caridade, permitindo satisfazer ao nível local as primeiras necessidades*”.

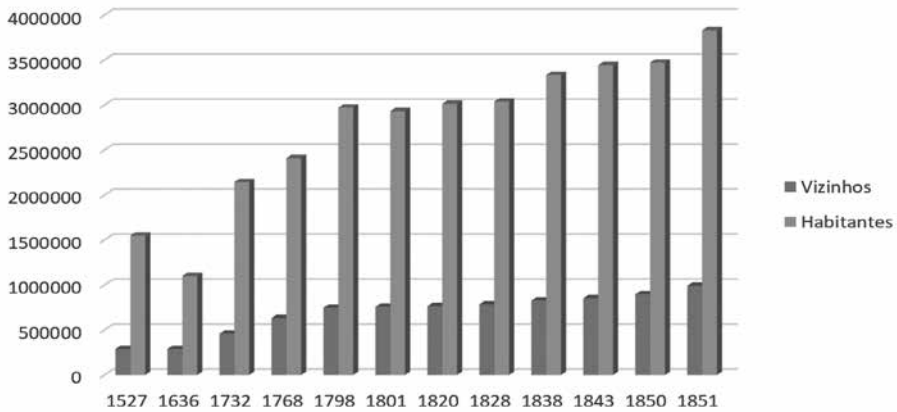


Fig. III, 21 - Portugal: vizinhos e habitantes em diferentes épocas

Fonte: Ayala, 1855

A natureza destes equipamentos de saúde, juntamente com os demais de natureza administrativa, social, educacional e outros, ajuda-nos a compreender a evolução da população urbana e rural. A primeira (INE, 1946, XXIV, p. 105) “*é a que vive nas cidades ou em povoações de certa importância, com hábitos, profissões, exigências e atitudes necessariamente muito diferentes da segunda, que vive isolada no campo ou em pequenos núcleos populacionais que têm por única ou principal razão de ser o trabalho da terra*”. Esta diferenciação anda associada à construção da rede de infraestruturas de transportes, ao crescimento económico do país e aos movimentos da população, em particular ao crescimento natural e emigração com implicações na composição, estrutura e distribuição dos habitantes. A estes indicadores associaram-se, posteriormente, investimentos públicos e privados que agravaram muitas das assimetrias já então existentes.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

As situações descritas podem resumir-se ao seguinte:

I) Crescimento natural

O aumento natural da população procede da combinação conjunta da variação da natalidade e da mortalidade geral, ambas sujeitas a condições de vida e subsistência, estado sanitário, pestes, lutas internas e externas, saídas de habitantes que ao longo do tempo afetaram a sociedade portuguesa. O registo público deste acréscimo torna-se mais consistente a partir de Oitocentos em virtude da centralização do sistema régio no que foi acompanhado pelo desenvolvimento de diversas ciências, nomeadamente da estatística, da ação de instituições científicas e do acréscimo da instrução pública que apesar de reduzida facilita a formação de um escol de diplomados oriundos de diversas regiões. A sua variação ao longo das duas primeiras décadas de Novecentos permite ajuizar a sua variação conjunta:

<i>Ano</i>	<i>Natalidade (%0)</i>	<i>Mortalidade (%0)</i>
1900	30,5	20,3
1905	32	21,9
1910	31,6	19,1
1915	31,9	19,9
1920	34,1	23,9

O relatório que acompanha o Censo de 1890 (INE, 1890, p. LXVI) reconhece a preparação das estatísticas do movimento da população com carácter regular a partir de 1868 e acrescenta alguma informação ao movimento registado anteriormente (loc. cit.).

Quadro III, 13 – Movimento da população: 1801 a 1911

Anos	População	Aumento	Média anual
1801	2.931.930	-	-
1835	3.061.684	129.754	3.816
1851	3.471.199	409.515	25.594
1864	4.188.410	717.211	44.825
1878	4.550.699	362.289	25.878
1890	5.049.729	499.030	38.634
1900	5.423.132	373.403	37.340
1911	5.960.056	536.924	48.811

Complementarmente, relembra a ocorrência de três períodos distintos relativos à situação sociopolítica do país:

“O primeiro, desde o princípio do século até 1834, ano que foi definitivamente implantado o regímen constitucional; o segundo, desde esse ano ao de 1852, em que findaram as dissensões intestinas que caracterizaram os primeiros anos de vida das novas instituições, e o terceiro desde então até 1890, longo período de 38 anos de paz ininterrupta e de notável desenvolvimento económico (...)”.

Estas condições foram acompanhadas por flutuações no crescimento dos habitantes. Com efeito a partir de 1860 os valores do crescimento fisiológico, resultante da diferença entre o número de nascimentos e o de óbitos por 100 habitantes, dá conta da sua variação positiva ao longo do período e do crescimento natural dos habitantes. Este movimento foi contrariado pelo excesso da emigração transoceânica registada durante finais de Oitocentos e o início de Novecentos até ao início da primeira guerra mundial e à quebra dos transportes marítimos no Atlântico associada a esse conflito armado.



Fig. III, 22 - Crescimento fisiológico: 1860 a 1910

Fonte: Censo de 1890

Não sendo homogéneo há que realçar que o acréscimo de habitantes foi mínimo nos distritos de Coimbra (8%), Bragança (7%), Braga (6%), Vila Real (6%), Viseu (5%) e Viana do Castelo (3%), situação que contrasta com os distritos entre o Mondego e o Tejo onde se registou um acréscimo igual ou superior a 15% - salvo Leiria, com 13% - e, finalmente, os distritos do sul do Tejo com valores entre os 11% e os 15% (op. cit., p. LXXII).

Já nas Ilhas as perdas de população durante este intervalo ascenderam a 750.000 habitantes o que se justifica, conjuntamente com os dados mais reduzidos do continente, à vaga da emigração transoceânica ocorrida nas três últimas décadas de Oitocentos.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL



Fig. III, 23 - Aumento da pop. segundo os censos de 1864 e 1890, referido a 100 hab. em 1864

Fonte: Censo de 1890

II) Naturalidade da população recenseada

O registo da naturalidade da população recenseada a partir de 1890 permite conhecer a intensidade das deslocações do campo para a cidade, bem como a afluência de moradores de outros distritos em cada uma destas unidades administrativas. Neste domínio importa acentuar duas realidades distintas:

- A mobilidade dominante nos distritos de Lisboa e do Porto em direção a estes centros urbanos, sobretudo entre habitantes dos concelhos da mesma unidade administrativa ou já de qualquer outra naturalidade;

- Movimento semelhante ocorreu no sul do país: Beja, Évora e Portalegre, superior ao valor dos demais distritos de Coimbra, como Braga e Coimbra.

Este é um processo que de forma distinta vai evoluir nos anos seguintes com maior relevância nas cidades de Lisboa e do Porto e nos centros da sua periferia devido ao fenómeno de urbanização-industrialização e alargamento dos serviços. A associação destes dois fatores, com a transferência das populações rurais para a cidade, vai dar origem a um novo modelo demográfico e de crescimento dos habitantes, diferente do tradicional ou natural em que esse crescimento estava dependente das causas naturais e biológicas. O novo ciclo faz parte de um outro arquétipo demográfico onde a contenção da fertilidade da mulher por razões voluntárias, acompanha a sua entrada no mundo do trabalho e as lides domésticas que desempenha em conjunto com a atividade laboral. A esta situação feminina aliam-se as novas condições de alojamento, separação familiar, horários de trabalho e outras, sendo comum a outros contextos sociais criados com a revolução industrial.

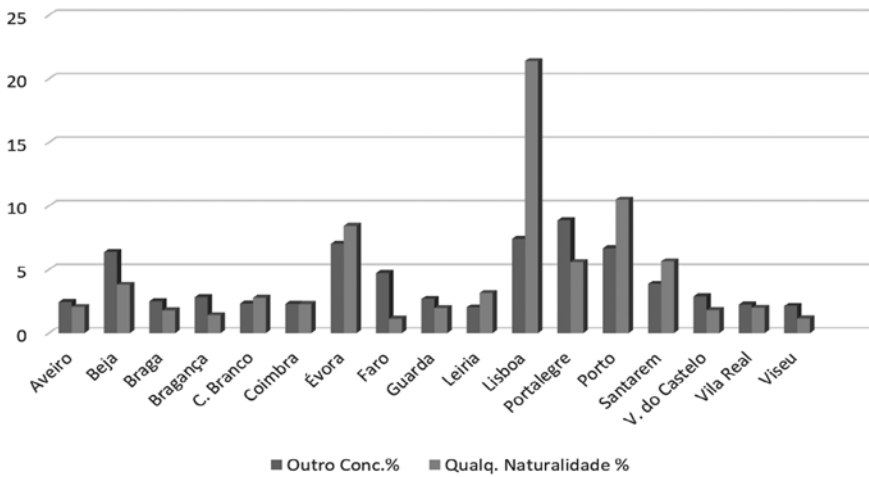


Fig. III, 24 - Composição da população, segundo origem/100 habitantes: 1890
 Fonte: Censo de 1890

No período em questão os centros industriais e de serviços vão continuar a acolher novos residentes. As áreas do sul do país, apesar dos incentivos agrários ao aproveitamento das capacidades do solo para a produção de cereais, acabam por sustentar essa mesma qualidade de atração e a perder parte dos seus habitantes a favor da capital.

III) Composição por sexo

A composição da população por sexo constitui um indicador que ajuda a entender a dimensão dos movimentos migratórios internos e para o exterior. O número de varões por 100 habitantes, em regra inferior no total da população residente devido à sobre-mortalidade masculina e à emigração masculina, varia bastante entre 1864 e 1911:

- Em distritos de forte ruralidade como Beja, Bragança, Évora e Portalegre, esse valor mantém-se superior ou próximo dos 50%;
- Em Lisboa esse valor é igualmente significativo por razões de crescimento da cidade, construção de edificações, implantação de serviços diferenciados ou já pela necessidade de reforço de serviços policiais;
- Nos demais distritos a quebra acompanha as vagas de forte emigração que durante esse meio século se fizeram sentir no continente e nas ilhas a favor do Brasil, das Américas e de outros destinos de além-mar.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

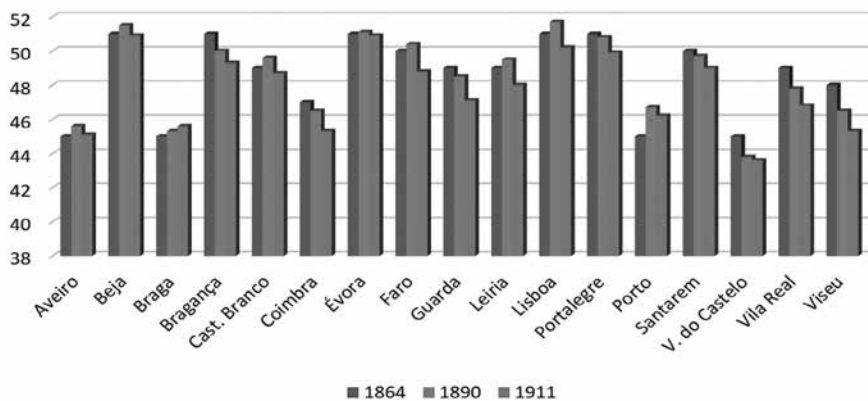


Fig. III, 25 - N° de Varões/100 habitantes (Distrito)

Fonte: Censos de 1890 e de 1911

IV) Estado civil

A forte prevalência de homens e de mulheres solteiras que não constituem família devido a causas económicas como o desemprego e à situação agrícola do país, que não permite o estabelecimento de famílias regulares, é elevada, levando ao acréscimo de mendigos e emigrantes. Um dos reflexos desta situação é, também, o registo das vocações religiosas que se agravam em períodos de maior crise social e a maior procura da emigração por parte das famílias e de emigrantes solitários.

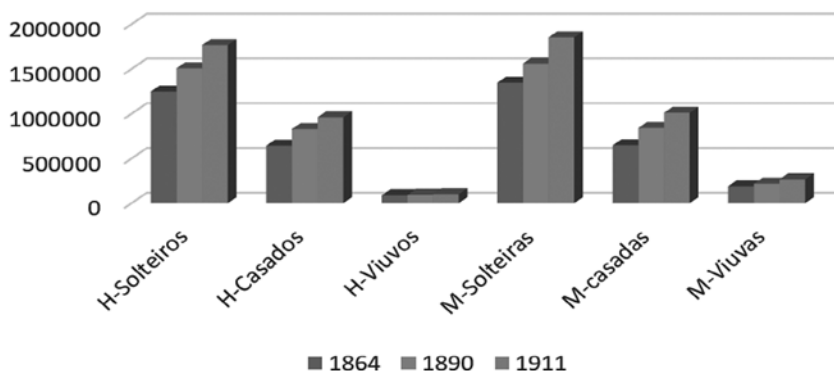


Fig. III, 26 - Estado Civil da população portuguesa: 1864, 1890 e 1911

Fonte: INE

V) Estrutura da população

A referência à estrutura por idade individualiza a importância dos jovens até aos 10 anos entre os demais grupos de população, em particular do grupo atingido pelo cumprimento do serviço militar obrigatório e não pago, de cinco anos - depois de 1869 (Narciso, 1999, p. 90) - e da população adulta. O decréscimo dos grupos etários correspondentes aos jovens-adultos e adultos tende a reduzir-se nas demais categorias de idade em função do movimento natural e do movimento migratório. A propósito da emigração transoceânica, o relatório de apresentação do Censo da população de 1890 (p. LV), relata o seguinte:

“É certo que a emigração depauperava annualmente o paiz n’uma parte importante do excesso da natalidade sobre a mortalidade; mas este facto, sem deixar de ser grave, não constitue para a demografia portugueza uma doença essencial, uma lesão orgânica, como aquella de que a França parece estar soffrendo n’este momento, porque em parte pode ser atenuado por acção puramente administrativa”.

Na sua relação com a evolução da população, regista o documento (op. cit., p. LVI) que à data, a emigração, considerada por Levasseur, como

“Um dos factos mais consideráveis da história da civilização no século actual, e dos mais fecundos em consequências politicas e económicas (...) multiplicou o poder do homem, desentranhou da terra tesouros, que n’ella estavam ocultos (...) e coincidência notável! É o período de maior emigração europeia excatamente aquelle, em que se nota mais elevado accrescimento na população dos estados do velho continente. É que já hoje não é defensável á luz da sciencia em face dos factos a antiga ideia de que a emigração produzia a despovoação dos estados (...)”.

Ao tempo a situação de crescimento de habitantes registada em todos os distritos da metrópole foi idêntica, à excepção das Ilhas onde o distrito da Horta apresentou um crescimento negativo. Contrariamente ao assinalado noutros países europeus, o citado relatório (op. cit., p. LVI) justifica: *“quando regularmente exercida, a emigração, longe de depauperar a população, é antes um estimulante ao seu desenvolvimento”*, a realidade portuguesa foi bem diferente (op. cit.):

“Em Portugal, são diversos os factores do movimento emigratório, que tem vindo n’um crescendo sucessivo, a ponto de comprometer de muito o natural desenvolvimento, que a população deveria ter por virtude do excesso da nossa natalidade sobre a mortalidade”, a saber (op. cit., p. LVII): *“às causas geraes e permanentes, actuando desde antigos tempos, juntaram-se em epocha proxima os efeitos*

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

da crise económica interna e os factos mais peculiares das regiões de onde quasi exclusivamente provém a emigração portuguesa”.

Estas são algumas das leituras sobre a emigração portuguesa cuja variação ao longo do tempo não esconde a natureza da grei, a diversidade de ciclos a que está associada, os efeitos que a mesma revela sobre as famílias e a sociedade no seu conjunto.

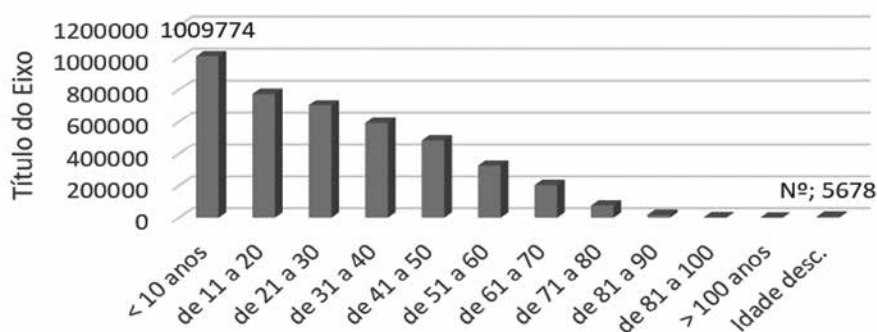


Fig. III, 27 - População por categorias de idade: 1864 (Nº)

Fonte: Censo 1864

A intensidade dos movimentos de saída que se fazem sentir antes ainda do censo de 1864, mostra como este escalonamento decresce de forma regular até ao censo de 1911, com reflexos no traçado da pirâmide etária. Nesta data a respetiva estrutura piramidal apresenta uma imagem retraída já pela quebra da natalidade ligada ao acréscimo da emigração nas décadas anteriores e pelas perdas etárias dos jovens, sobretudo do sexo masculino, de 14 aos 20 anos. No caso da população masculina tal justifica-se pela forte emigração transoceânica de menores pertencentes a este grupo etário para se libertarem das exigências do serviço militar obrigatório; no sexo oposto, decorre da mobilidade de domésticas para Lisboa e para casa de famílias de posses, que fazia parte de um roteiro de procedimentos das famílias portuguesas residentes nas grandes cidades e em muitas outras em que as serviçais eram procuradas para as lides internas do lar.

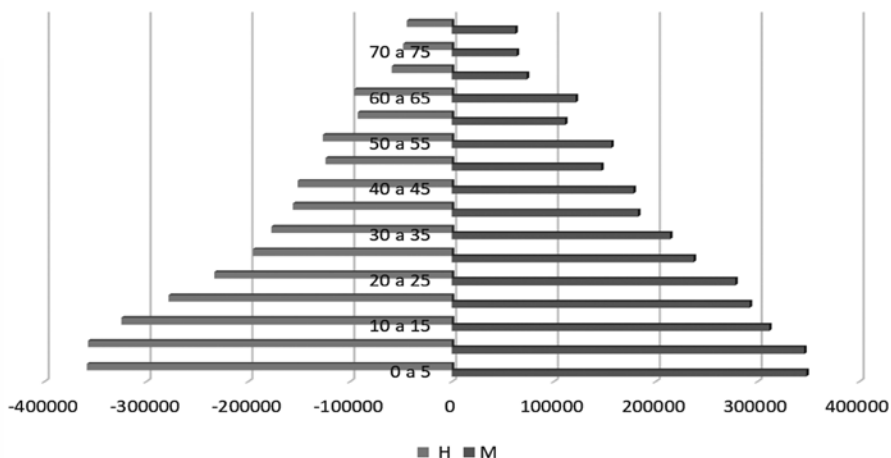


Fig. III, 28 - Pirâmide etária: 1911

Fonte: INE

A estrutura por atividade profissional com o predomínio da população ativa na agricultura realça a forte dependência dos habitantes por este setor económico e a sua ruralidade, evidente também nos valores elevados de analfabetismo, da ordem dos 69% em 1911.

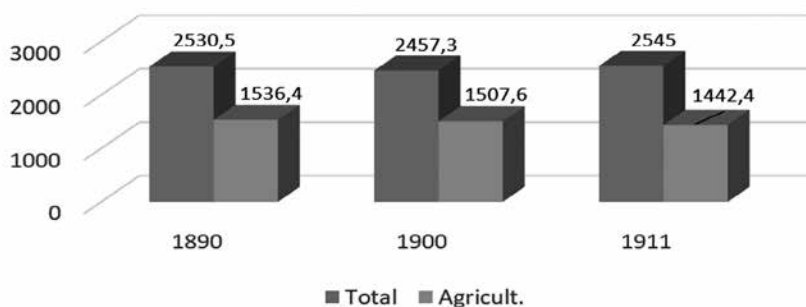


Fig. III, 29 - População ativa: 1890, 1900 e 1911

Fonte: INE

Embora sendo a situação dominante o relatório que acompanha o censo de 1890 (XLI) reconhece, ao longo dos últimos sessenta anos, “o excepcional desenvolvimento de todos os ramos da actividade humana, os progressos maravilhosos da industria, a extrema multiplicação e facilidade dos meios de transporte, e o conseqüente alargamento das relações commerciaes”, que não bastaram para alterar o peso signi-

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

ficativo da vida rural. Esta situação mantém-se aliada ao fraco nível de instrução da população portuguesa, ilustrada pelo acréscimo da população que sabe ler, predominantemente a masculina, que no início do período representava apenas $\frac{1}{4}$ do total. Como assinalado faz-se ainda acompanhar de uma forte percentagem de analfabetos, indicador que acompanha os demais, relacionados com o desenvolvimento socioeconómico como a mortalidade geral e a mortalidade infantil, condições de alojamento, estrutura familiar alargada, natalidade e fecundidade elevada e outros de índole cultural da população.

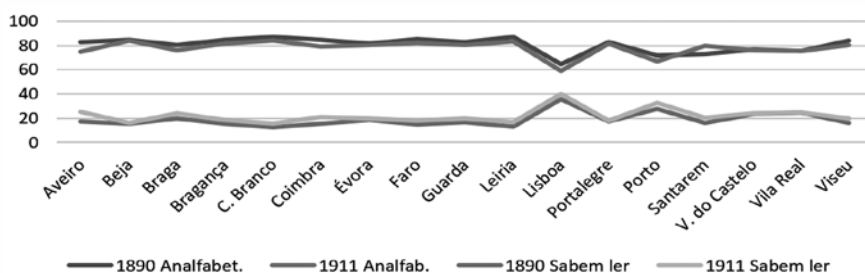


Fig. III, 30 - Instrução elementar, por distrito: 1890 e 1911 (%)

Fonte: INE

VI) Distribuição da população

A desigual distribuição da população ilustrada pela sua repartição no solo evidencia a maior procura pela faixa litoral e menor carga humana nos distritos da raia e do interior. A este mapa associa-se o peso da população residente na cidade do Porto e no designado Noroeste português de Entre-Douro e Minho. Complementarmente a maior carga humana na cidade de Lisboa está patente na distribuição do número de fogos e montante de habitantes, que nas décadas seguintes passam a superar os demais registados nos outros distritos do país numa afirmação da capacidade de atração da capital em detrimento das demais cidades.

Nesta distribuição os distritos de Lisboa e Porto, respetivamente com 435.569 e 194.009 habitantes acolhem cerca de $\frac{1}{10}$ da população portuguesa; Braga constitui-se como o distrito mais populoso do Norte a seguir ao Porto; Coimbra, a principal divisão povoada no centro; Évora, Faro e Portalegre, as áreas mais habitadas do sul do país. Já nas ilhas atlânticas, o Funchal rivaliza com Braga em número de residentes.

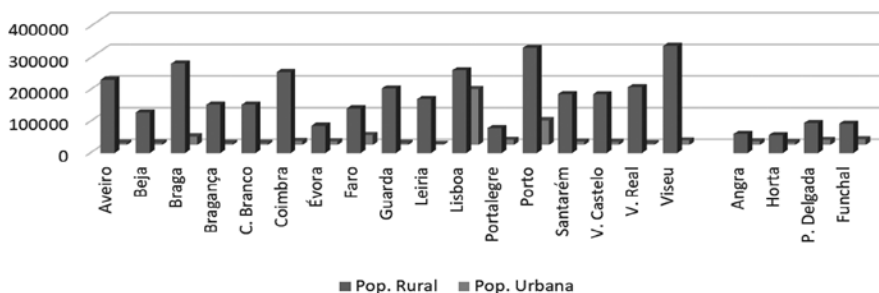


Fig. III, 31 - População urbana e população rural por Distritos: 1864

Fonte: Censo de 1864

Na sua evolução até ao final de Oitocentos, o distrito de Lisboa aumentou a sua população urbana em mais de 200.000 habitantes entre 1864 e 1900 – 378.083 moradores nesta data – e o distrito do Porto em metade deste valor – 173.020 habitantes em 1900. Nos restantes distritos essa variação foi menos intensa e mais sensível no sul, em Faro e Portalegre e na área da cidade episcopal de Braga.

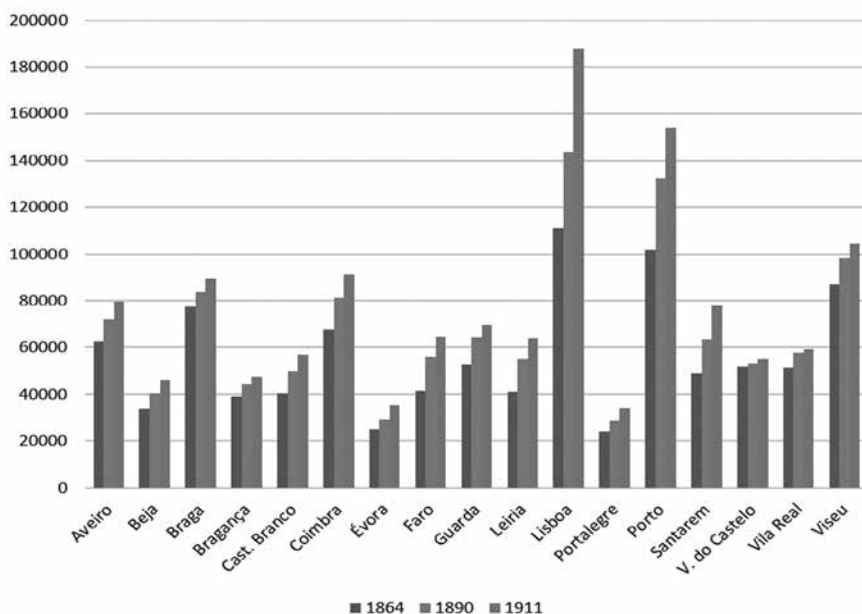


Fig. III, 32 - Portugal, número de fogos: 1864, 1890, 1911

Fonte: Censos de 1864, 1890 e 1911

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

A estes valores podemos acrescentar mais duas notas: a forte estabilidade da população recenseada, dado que 85% dos 5,9 milhões de habitantes residiam, à data da realização do primeiro censo de Novecentos, no mesmo concelho de onde eram naturais. O fraco desenvolvimento do território nacional e atração pelos centros urbanos era incipiente e só veio a acelerar-se depois da construção da rede ferroviária nacional que ligou as capitais de distrito à capital do reino. Por sua vez o número de estrangeiros recenseados foi inferior a uma meia centena de milhares de indivíduos naturais de Espanha e Brasil, de Inglaterra e de França, países com os quais Portugal havia estabelecido relações de vária ordem, sobretudo comerciais e diplomáticas, no decurso dos séculos anteriores.

As notas precedentes devem ser completadas com algumas referências à distribuição dos habitantes que evidencia uma tendência nata para a concentração em

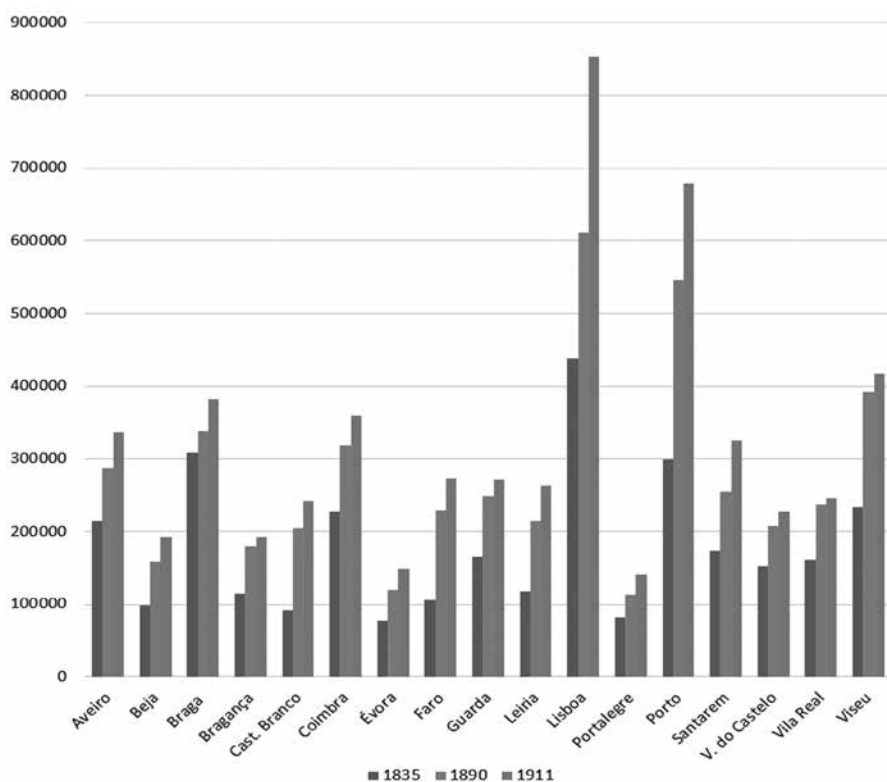


Fig. III, 33 - População por distritos: 1835, 1864 e 1911

Fontes: 1835 e 1890 – Censo de 1890; 1911 – Recenseamento de 1911

torno da capital, da cidade do Porto e de outras cidades interiores com capacidade de organização administrativa, religiosa e funcional capaz de atrair a população do seu território: Braga, Coimbra e Viseu são exemplos a destacar. Por sua vez os distritos do sul perdem a relevância que haviam assumido em épocas anteriores, aquando da reconquista e colonização do território nacional.

A importância desta informação, completada com outros elementos sobre a rede de vilas e de cidades e outras indicações tomadas na altura dos censos realizados pelo serviço de estatística do reino, acompanha a centralização da informação numérica e a quebra da dependência do poder régio em relação às autoridades religiosas centrado na recolha dos dados paroquiais e das dioceses. Este foi um processo moroso que se foi consolidando à medida que cresceram os negócios do reino e quando o conhecimento matemático e estatístico permitiu a realização de contagens da população assentes em critérios internacionalmente reconhecidos.

Não obstante o desenvolvimento do nosso regime constitucional, Miranda (2013, p. 3) assinala que a *“religião de Estado com mera tolerância das demais confissões – como era o que se vivia na monarquia absoluta e que as Constituições de 1822, 1826 e 1838”*, abre caminho para a separação entre o estado e as igrejas ditado pela publicação do Decreto de 20 de abril de 1911, o qual estabelece:

- *“Art. 1º: A República reconhece e garante a plena liberdade de consciência a todos os cidadãos portugueses e ainda aos estrangeiros que habitarem o território português;*

- *Art. 2º: A partir da publicação do presente decreto com força de lei, a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confissões religiosas são igualmente autorizadas (...).”*

Uma análise mais fina desta realidade referente ao ano de 1911 contabiliza 5,9 milhões de habitantes (de facto) - mais 536.924 habitantes que em 1 de janeiro de 1900 – correspondendo a um acréscimo anual de 0,9% da população. Neste período de final da monarquia e implantação da república, *“o excesso de nascimentos sobre o de óbitos da população portuguesa, foi de 749.375 indivíduos e que no mesmo período atingiu 384.860 o número de emigrantes”* (INE, Censo da População Portuguesa, 1911, p. XII) ou seja, de mais de 35.000 emigrantes/ano). Neste levantamento, louvando os resultados obtidos desde 1864 a 1911, o responsável pela Direção Geral de Estatística (loc. cit.) assinala o aumento de 1,7 milhões de habitantes nesse período de quase meio século, saudando a disponi-

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

bilidade da informação sobre “a ‘*Longevidade*’ dos octogenários aos centenários por cada freguesia, a da população de facto de cada vila, povoação, localidade, aldeia, etc., em que se dividem as freguesias; e por último (...) a discriminação por as várias indústrias, artes, ofícios, etc., da população em Portugal”. Quanto à desagregação dos dados conseguida neste censo da população, traduz uma evolução do processo de recolha e tratamento da informação para corresponder “às exigências dos serviços do governo de Portugal” (loc. cit.).

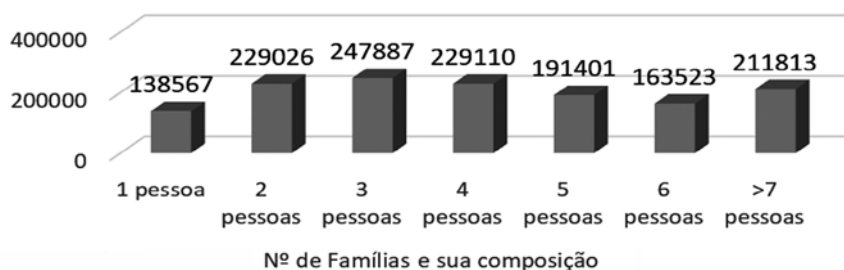


Fig. III, 34 - Número de famílias e sua composição: 1911

Fonte: Censo de 1911

Diversos valores podem servir de base a uma descrição sumária da população no início de regime republicano. Para além do seu crescimento em relação aos anos anteriores, o nº de fogos existentes, da ordem de 1,4 milhões, expressa uma média de 4,2 pessoas/fogo, com uma representação assimétrica do nº de famílias e da sua composição com uma percentagem elevada, da ordem dos 15% de famílias numerosas, com 7 ou mais pessoas por unidade conjugal.

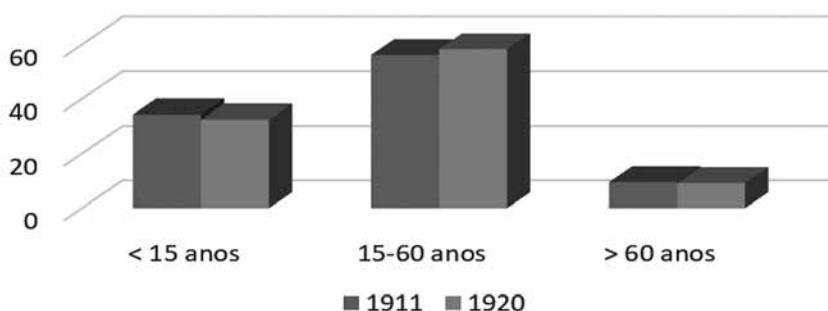


Fig. III, 35 - Estrutura etária da população: 1911 e 1920 (%)

Fonte: Censos de 1911 e de 1920

Correspondendo ao peso da população jovem registada nas décadas anteriores, os varões e as fêmeas solteiras representam em 1911 mais de 60% dos moradores, percentagem quase idêntica à da população maior de sete anos de idade, analfabeta; os habitantes com idade entre os 15 e os 60 anos, representavam mais de metade dos moradores e os jovens com menos de 15 anos, 34% desse total. Se comparada com a situação do início dos anos vinte verifica-se uma ligeira quebra da população jovem (com menos de 15 anos) e da população envelhecida (com mais de 60 anos), justificável pela crise de mortalidade que acompanhou a gripe pneumónica de 1918.

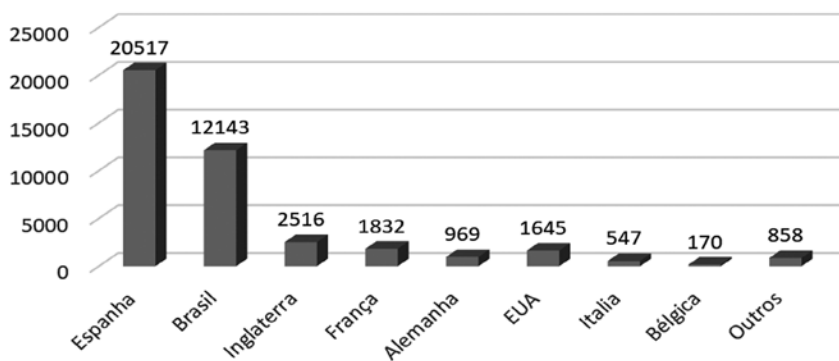


Fig. III, 36 - 1911: Estrangeiros recenseados

Fonte: Censos de 1911

Uma outra nota sobre a atração da população estrangeira mostra a diversidade de nacionalidades aquando do recenseamento de 1911 destacando-se, em particular, os espanhóis e os de nacionalidade brasileira que superaram em grande número os naturais de outros países e nacionalidades.

No limiar de Novecentos, em Portugal, a população urbana total orçava os 986,5 milhares de habitantes, sendo no continente de 929,5 milhares, dos quais 46,8% residentes já na cidade de Lisboa. Esta imagem comprova a forte componente rural da população portuguesa e o início do forte crescimento urbano da capital e do Porto, com 194,0 milhares de habitantes residentes no seu perímetro citadino. À sua maneira a maior concentração urbana acompanha a própria evolução da população no seu conjunto, em detrimento da maior parte das áreas rurais sujeitas quer à perda de habitantes quer a novos desenhos do povoamen-

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

to interno associado ao arroteamento dos solos e à fixação dos seus moradores. Não obstante o desenvolvimento da vida industrial, reconhece Caldas (1998, p. 412) a ausência de matérias-primas essenciais, como o ferro e o carvão, entraves à expansão deste processo iniciado em Oitocentos. Mesmo assim a população aí residente em 1911: 435,3 milhares em Lisboa, 194 milhares no Porto e 30,3 milhares em Setúbal, demonstra a atração a dos habitantes por estas áreas urbanas onde se concentravam atividades diversas, nomeadamente os serviços e a defesa, o comércio marítimo e o poder.

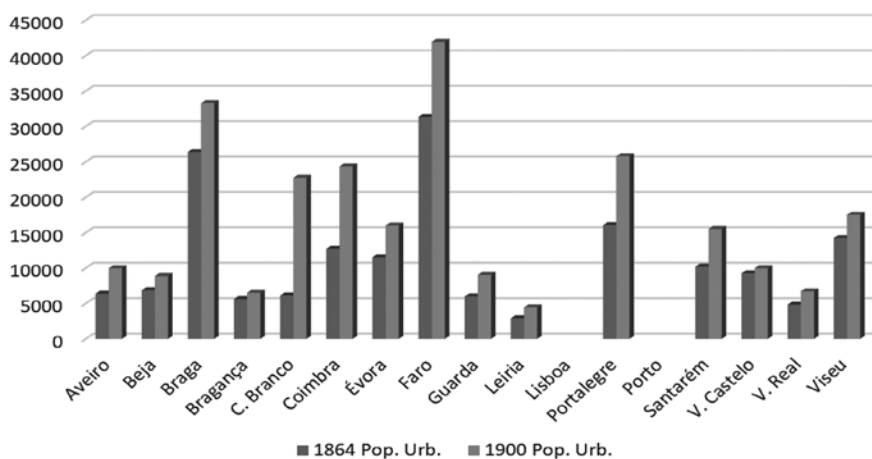


Fig. III, 37 - População urbana por Distritos: 1864 e 1900

Fonte: Censos de 1900

A par deste crescimento são as cidades de maior tradição religiosa e administrativa, como Braga, Coimbra e Évora – respetivamente com 24,6 milhares de habitantes, 20,5 milhares de habitantes e 17,9 milhares de habitantes cada, em 1911, que albergam maior número de residentes, logo seguida da Covilhã com 15,7 milhares de moradores. As demais capitais de distrito e cidades registam valores inferiores anunciando alguma diferenciação regional que vai ser operada por ação de fatores locais de desenvolvimento dos transportes e da indústria, da instalação de aquartelamentos militares e dos movimentos da população rural do campo para a cidade já então em curso.

Dando seguimento a alguns dos dados já considerados a propósito da evolução, composição e estrutura da população na sua comparação com o primeiro censo geral da população portuguesa, cabe esta breve reflexão sobre o ordenamen-

to territorial e social herdado da monarquia, que se continua durante o período da 1ª República até ao final da primeira metade de Novecentos. Embora esta data seja posterior à queda da monarquia, ela corresponde ao fim de um período conturbado da história europeia e nacional devido à 1ª grande guerra e ao envolvimento do exército português nesse conflito.

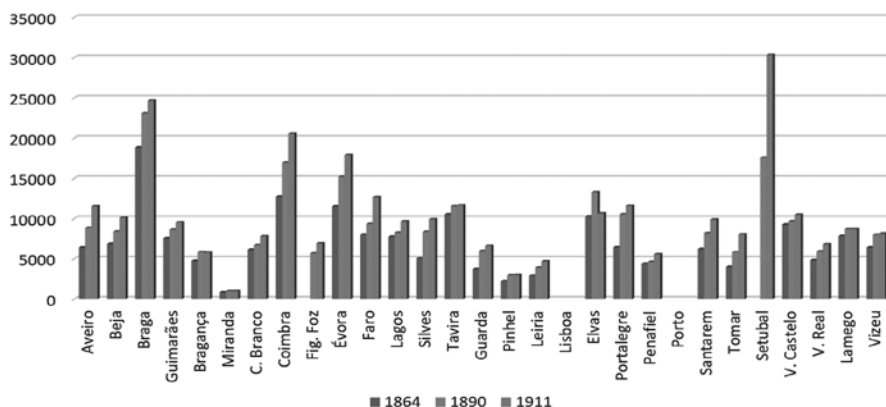


Fig. III, 38 - População residente em cidades: 1864, 1890 e 1911

Fonte: Censos de 1890 e de 1911

Tomando em consideração o crescimento da população nos anos seguintes à implantação da república e durante essa década, regista-se a continuação do movimento emigratório transoceânico com destino ao Brasil, interrompido no decurso do 1º conflito armado de 1914-1918, a que se associou a eclosão de gripe pneumónica com foco principal em Vila Viçosa. Espalhando-se rapidamente a todo o país, este surto epidémico atingiu sobretudo a população jovem vitimando cerca de 120.000 habitantes (Silva et alii, 2019, p. 73) entre abril desse ano e o verão do ano seguinte. A este respeito assinalou o Diário de Notícias⁹³: “*Os mortos portugueses são uma ínfima parte dos mais de 20 milhões de vítimas em todo o mundo - embora existam estimativas que apontam para números bem mais altos -, mas é uma quantidade tão impressionante que pode ser considerada a mais alta para uma doença do género em Portugal*”. Sobre o mesmo tema assinalam Sobral e Lima (2018), “*a doença mais mortífera de todos os tempos, que terá afetado uma em cada três pessoas*

93. D.N. “A epidemia que veio de Espanha...” - <https://www.dn.pt/portugal/a-epidemia-que-veio-de-espanha-e-matou-de-60-mil-portugueses-9195035.html> 18ABR21

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

na população mundial”, num Portugal em processo de industrialização, com forte densidade de população rural e urbanização incipiente dominada pelas duas principais cidades com relações comerciais com o império colonial: Lisboa e o Porto.

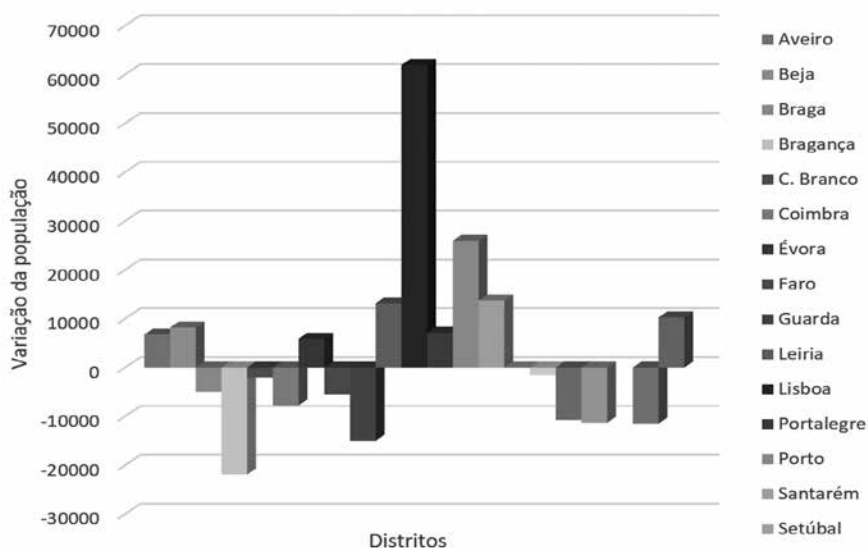


Fig. III, 39 – Variação da população: 1911-1920 (Distrito)

Fonte: INE

Em simultâneo com os efeitos da grande guerra, da instabilidade política dominante na 1ª República e do fraco desenvolvimento do país, aliado às condições de vida e de nutrição, as grandes perdas humanas (Silva et alii, 2019, p. 75) em particular nos distritos de Coimbra, Vila Real, Leiria, Santarém, Faro, Viseu e Bragança, ficaram igualmente associadas à deficiente cobertura médica, agravada pela deslocação destes profissionais para os serviços de apoio às estruturas e ao exército português em Flandres e em África. Apesar desta situação entre 1911 e 1920 a população portuguesa aumentou cerca de 82,1 milhares de habitantes acréscimo esse repartido de forma muito desigual. Destaca-se, no entanto:

- O acréscimo de habitantes nos três distritos do Alentejo (Beja, Évora e Portalegre);
- O aumento da população na faixa litoral: Porto, Aveiro, Leiria, Lisboa e Santarém;
- Perdas acentuadas na faixa interior do país e em particular nos distritos da raia, entre Viana do Castelo e Faro.

De acordo com Matos (2012, p. 627) neste período assiste-se a “uma demo-

grafia declinante e sem estímulo estatal (...)” marcada, justamente, pela perda da população em grandes áreas do país, pelo êxodo rural para os centros urbanos e pela emigração que gradualmente vai progredindo no todo nacional. Sobre os movimentos migratórios, Oliveira (1995, p. 307) assinala que estes alimentam-se dos que

“Partem em busca de pão menos amargo, da procura da mobilidade social. Escudeiro que segue qualquer prosápia nos séculos XVI e XVII, camponês à procura de ofício mecânico na cidade, escolar que procura grau universitário, trabalhador agrícola que estacionalmente acorre onde a mão-de-obra é melhor remunerada. Gente que se acoita e afoita na cidade, ‘espaço vivido e investido”.

A evolução da população no decurso da 1ª República ressentem-se da forte instabilidade política e económica que a acompanha, dos efeitos da primeira guerra mundial, da crise sanitária decorrente da gripe pneumónica de 1918 e dos seus efeitos sobre a morbilidade dos habitantes, bem como dos efeitos da emigração transoceânica, que tendo atingido o seu pico em 1914, decresceu desde então para valores inferiores. Apesar desta situação entre 1911 e 1920 a população portuguesa aumentou cerca de 82,1 milhares de habitantes, acréscimo esse repartido de forma muito desigual no território. Sobre este movimento o volume primeiro do Censo da População de Portugal realizado em dezembro de 1920 (D.G.E., 1920, VIII), regista:

“Se a vida normal do povo não voltar tam cedo a ser convulsionada por qualquer crise violenta como as que se verificaram neste período, e se, como é de esperar, progressivamente forem melhoradas as condições de vida do povo, facilitando-se a nupcialidade, e pelo desenvolvimento dos serviços de assistência, diminuindo-se o índice de mortalidade que, em 1920, se conservava ainda muito superior ao normal, é de prever que a população do Continente e Ilhas atingirá a cifra de dez milhões de habitantes no decénio de 1980-1990”.

Em 1920, a mortalidade geral foi de 22,54 ‰ e a natalidade de 32,12 ‰, valores que em 1950 se situam em 12,14‰ e 24,16‰ respetivamente, anunciando uma variação significativa do saldo fisiológico natural que se vai reduzir nas décadas seguintes. Para este efeito vai pesar o movimento migratório geral, que entre 1941 e 1946 regista valores bastante inferiores a uma dezena de milhares de emigrantes, montante que se mantém entre 1936 e 1940 e que retoma depois de 1947. Regista-se o volume de emigrantes retornados que nos últimos anos da

década de trinta (1936 a 1940) foi de 34.754 indivíduos (INE, 1946.LXXIV, p. 47) equilibrando, desta forma, os ganhos de população traduzidos nos saldos líquidos ou excedentes da população portuguesa.

Quanto à distribuição dos habitantes (op. cit., IX), verifica-se:

“algumas regiões onde a população vem sendo acumulada em notável progressão ao passo que outras têm sido sucessivamente depauperadas; é a atracção pelos centros onde se estão desenvolvendo indústrias e as dificuldades da vida rural, que urge remediar, que fazem acentuar estas desigualdades de distribuição”.

Apontando para os problemas da colonização interna, o referido documento (op. cit., X) considera que o Alentejo, *“trazendo consigo a fragmentação da propriedade, há-de ser um estimulante ao desenvolvimento do país”*, sugerindo a adoção de *“legislação agrária, especial, que corrija os inconvenientes dos latifúndios, facilitando aos proprietários, ali estabelecidos o chamamento e fixação de famílias de colonos (...)”*.

Os traços essenciais da evolução da população portuguesa até 1940 estão referidos no Relatório Volume XIV - do VIII Recenseamento Geral da População, em 1949. Para além da precisão de conceitos, da divulgação dos resultados individualizada por distritos e da publicação da Memória descritiva dos trabalhos, o referido documento procede ainda a uma comparação de grande valor sobre os traços essenciais da população portuguesa até 1890 e do período de 1890 a 1940. Este documento assinala o trabalho desenvolvido pela Secção do Censo (Censo de 1940 – Nota introdutória)⁹⁴ do I.N.E. sobre as condições de aumento e as condições de distribuição da população portuguesa anteriormente à criação do sistema estatístico nacional e no primeiro levantamento levado a cargo por este organismo central da administração pública.

5 – O SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

O sistema estatístico nacional assenta na criação dos serviços centrais de recolha de informação pública, o Instituto Nacional de Estatística (I.N.E.), criado em 1935, sucedendo à Direcção Geral de Estatística. A Base I estabelecida na Lei nº 1911, de 23 de maio de 1935, assim o determina: *“extinta a Direcção Geral de*

94. INE (1946). VIII Recenseamento Geral da População – Vol. XXIV – Relatório. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

Estatística, da qual transitarão para aquele as publicações, arquivos, biblioteca, mobiliário e demais material e o edifício em que a mesma Direcção Geral tem estado provisoriamente instalada". Por sua vez, a Base II, define que *"As funções de notação, elaboração, publicação e comparação dos elementos estatísticos referentes aos aspectos da vida portuguesa que interessam à Nação, ao Estado ou à ciência, pertencem ao Instituto Nacional de Estatística"*.

Diretamente subordinado ao Ministério das Finanças, o I.N.E. *"goza no desempenho das respectivas funções de completa autonomia técnica"* (Base III) e

"Tem a faculdade de fazer todos os inquéritos e indagações necessários ao bom exercício das funções que lhe pertencem e pode exigir de todos os funcionários, autoridades, repartições ou organismos públicos e de todas as pessoas, singulares ou coletivas, com permanência ou atividade em território português, as informações convenientes, sob as sanções legais" (Base IV). Por sua vez estabelece a Base V: *"os elementos estatísticos de ordem individual recolhidos pelo instituto nacional de estatística são de natureza estritamente individual"*.

Estes aspetos são realçados em legislação posterior de 1966 (Decreto-Lei nº 46925) que valoriza os princípios estruturantes da reforma das estatísticas nacionais, a saber: centralização, autonomia técnica, autoridade e segredo estatístico, fiscalização de publicações da mesma natureza, procedendo à reformulação desses serviços com o intuito de promover *"a reorganização do sistema nacional de estatística indispensável ao planeamento para todo o espaço português"* em particular a preparação dos planos nacionais de fomento. Para além destas funções cabe-lhe dar resposta à *"variedade de dados estatísticos sobre o nosso país solicitados cada vez mais intensamente por numerosos organismos e entidades estrangeiras ou internacionais"* (Preâmbulo).

Quadro III, 14 – Variação da população por distritos: 1920-1970

Distrito	1920	1930	1940	1950	1960	1970
Aveiro	346938	391875	433305	483396	524592	546974
Beja	202914	242687	278215	291024	276895	205179
Braga	378145	414101	487674	546302	596768	612748
Bragança	170188	186984	213679	228358	233441	181239
C.Branco	241574	262285	304592	324577	316536	255753
Coimbra	360361	377289	415827	438688	433656	402991

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Distrito	1920	1930	1940	1950	1960	1970
Évora	155918	179036	209956	221881	219916	179744
Faro	270592	295660	319625	328231	314841	268957
Guarda	259386	259504	295663	307667	282606	212287
Leiria	283428	309575	358021	395990	404500	378968
Lisboa	743496	903460	1054731	1222471	1382959	1581062
Portal.	150962	165101	189044	200430	188482	146668
Porto	706629	805595	940870	1053522	1193368	1318774
Santar.	335415	378268	426136	460193	461707	430386
Setúbal	186340	232720	270000	325646	377186	471491
V. Cast.	230122	232827	261133	279486	277748	251640
V. Real	234940	255961	291297	319423	325358	266382
Viseu	410884	441579	469024	494628	482416	412067
T. Cont.	5668232	6334507	7218882	7921913	8292975	8123310
Açores	231543	255464	287091	318558	327480	286989
Madeira	180360	212458	249450	269769	268937	252953
T. Geral	6080135	6802429	7755423	8510240	8889392	8663252

Fonte: INE

Para além da recolha e tratamento de informação quantitativa, cabe ainda ao I.N.E. a “*notação, apuramento, coordenação e publicação dos dados estatísticos que interessam ao País*” (Art. 1º do referido Decreto-lei nº 46925), decorrentes da realização dos censos, inquéritos e estudos. Neste sentido é publicada legislação de enquadramento dos censos de que se evidencia o VIII Recenseamento Geral da População Portuguesa que se reporta às zero horas do dia 12 de dezembro de 1940. A metodologia seguida permite aprofundar os conhecimentos sobre os traços económicos da população num processo que vai ter continuidade nos censos posteriores.

A sua apreciação dá conta da evolução registada anteriormente, indicando que nos distritos fronteiriços de Viana do Castelo, Bragança, Guarda, Castelo Branco e Faro registam valores inferiores a uma dezena de milhares de habitantes não naturais desses distritos aí residentes em 1940, ao contrário de Lisboa e do Porto onde os residentes não naturais superaram os 110,5 milhares no Porto e os 355,1 milhares na capital. Como observa o relatório que acompanha o referido

censo (INE, 1946.XXIV, p. 101), “*Com excepção de Lisboa e do Porto, as médias superiores pertenciam todas aos distritos transtaganos do Sul, avultando na escala das percentagens a diferença que se abria entre eles e os outros (...)*”.

As deslocações internas dos habitantes para as sedes do mesmo concelho ou distrito ou para outras áreas, é uma situação que agrava o despovoamento de uma grande faixa territorial da raia, designada por Barrenechea e Pintado (1974) com base na reunião de um conjunto de indicadores, como “*fronteira do subdesenvolvimento*” entre Portugal e Espanha. Território de passagem e de confrontos militares, de solos esqueléticos e relevo acidentado, sem grande aproveitamento que não seja a pastorícia e o trabalho rural, com uma rede urbana dispersa e pouco atrativa, o destino da sua população tem sido a emigração. Neste cenário aceitamos a designação de Rivero (2018, p. 22 – Quilles et alii, 2018) “*Lo rayano señala el extremo donde algo empieza a parecerse a algo otro, denotando una zona de gris en la que algo no se sabe si termina o empieza*” e cujos reflexos estão traduzidos em perdas da população tal como se registara já entre 1890 e 1920 nos distritos de Bragança e de Vila Real, na cidade da Covilhã, em Elvas e Tavira.

A evolução da população a partir de 1940 e até 1970 traduziu-se num acréscimo significativo de 755.000 habitantes até ao final da 1ª metade do século passado, onde consta um acréscimo mais moderado entre 1950 e 1960 (379.999) e uma quebra entre 1960 e 1970 com uma perda de 226.000 habitantes. Para tanto contribuiu o forte movimento emigratório legal e clandestino registado no decurso dos anos sessenta, até à crise energética da primeira metade dos anos setenta, que conduziu não só ao decréscimo da população jovem e adulta em idade de procriação, como ao défice de nascimentos em casais mais novos que deram o seu contributo ao crescimento demográfico e à renovação geracional dos países de imigração como a França, a Alemanha e o Luxemburgo, destinos de eleição da emigração portuguesa.

O recurso à população imigrante como solução para reduzir os efeitos de um crescimento natural deficitário constituiu, à época, um meio para equilibrar a evolução demográfica nesses países tal como se registará noutros contextos atingidos pelas migrações internacionais no continente europeu e noutros países procurados por estes movimentos. Assim tem ocorrido em Portugal em período de imigração recente. No conjunto dos distritos do país, o período compreendido entre os anos vinte e o início dos anos cinquenta traduziu-se num acréscimo global da

população portuguesa, de mais de 2,25 milhões de habitantes no continente e de 2,43 milhões no conjunto da metrópole e das ilhas, não se registando perdas da população em nenhum deles.

**Quadro III, 15 - Taxas brutas de natalidade,
mortalidade e crescimento natural (%0)**

	1941	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975
T.B.N.%0	23,8	26,1	24,4	24,1	23,9	23,0	20,0	19,1
T.B.M.%0	17,4	14,4	12,2	11,4	10,6	10,4	10,3	10,4
T.C.N.%0	6,4	11,7	12,2	12,7	13,3	12,6	9,7	8,7

Fonte: INE, 1985

Esta circunstância deixa de se verificar no decurso da segunda metade do século passado nos distritos a sul do Tejo, com exceção de Setúbal, em todo o interior do país e ainda em Viana do Castelo. No primeiro caso a urbanização e industrialização da área próxima de Lisboa e da margem sul do Tejo justifica um forte movimento interno da população residente para as bacias de emprego em crescimento. Já as perdas assumidas nas outras áreas estão relacionadas com as saídas para o estrangeiro num processo que vai continuar até à crise energética de 1973-74 e à dificuldade crescente da imigração estrangeira nos países do ocidente europeu.

A figura relativa à situação registada entre 1950 e 1970 dá conta da extensão das perdas no conjunto do território nacional, realçando a fuga de gentes e a capacidade de retenção de população nos distritos mais industrializados e litorais de Braga, Porto, Lisboa e Setúbal. Anteriormente, o período de instabilidade mundial decorrente da crise financeira dos anos trinta e da crise política e militar vivida durante a guerra de 1939-1945, acabou por quebrar ainda mais este movimento de saídas para o estrangeiro deixando à população portuguesa o recurso para as migrações internas, inicialmente para os trabalhos agrícolas nas áreas de propriedade extensiva do Alentejo e de trabalhos sazonais relacionadas com as tarefas agrícolas noutras áreas do país, carenciadas de trabalhadores braçais.

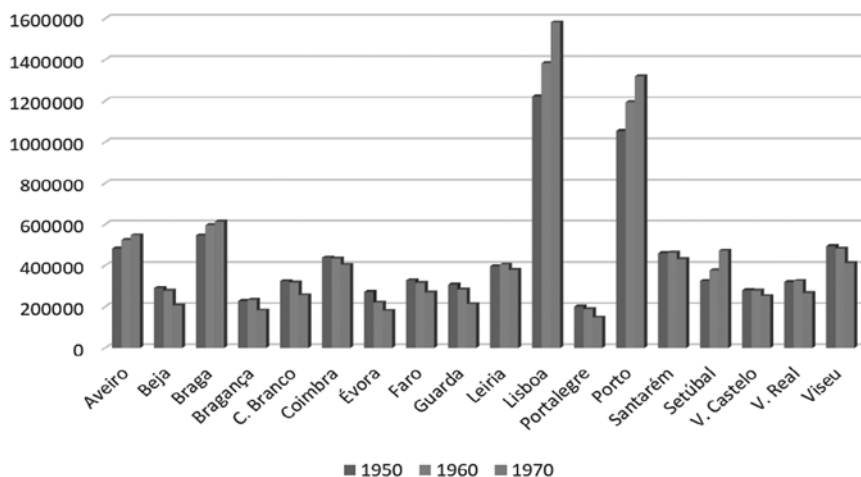


Fig. III, 40 - Variação da população no Continente: 1950, 1960 e 1970

Fonte: INE

Para além das migrações os valores do crescimento natural registados pelo INE mostram a redução das taxas brutas de natalidade que decresceram de 24,14%0 em 1955/59 para 22,68%0 entre 1960/69 e 19,89%0 entre 1970 e 1974, que se conjugam com a redução da taxa bruta de mortalidade, de 11,46%0, 10,58%0 e 10,77%0 respetivamente, em cada um desses períodos. A evolução distinta destas duas componentes do movimento natural da população vai determinar o envelhecimento progressivo da população, um fenómeno novo que se fez sentir a partir da segunda metade de Novecentos nas “*sociedades desenvolvidas*” e também em Portugal e que Nazareth (2009, p. 11) caracteriza do seguinte modo: “*Não se tratou de uma epidemia (não existe nenhuma doença chamada ‘envelhecimento’, mas certas doenças que surgem ou que se agravam com a passagem dos anos) que tivesse surgido de um momento para o outro, mas de uma simples constatação de carácter quantitativo*”. Esta realidade conduz à intensificação dos movimentos migratórios e à aplicação as leis da física no que respeita à ligação entre os vasos comunicantes, ora expressos na intensificação da mobilidade humana: migrações internacionais e migrações internas entre áreas diferenciadas na sua densidade, níveis de ocupação humana, atividade, salário, nível de vida, projetos e outras condições atinentes à tipologia geral dos movimentos migratórios (cf: George, 1976; Arroteia, 1986.b).

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

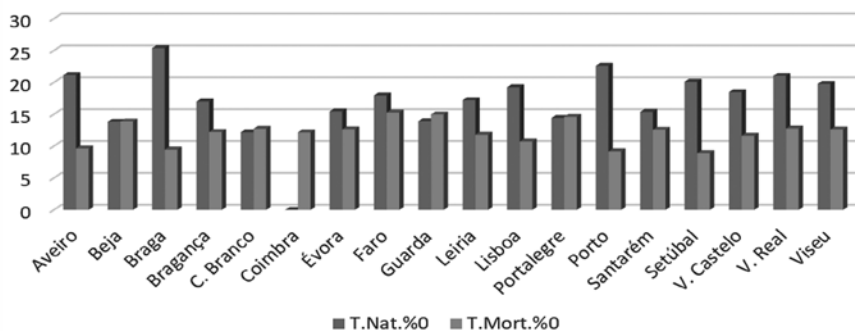


Fig. III, 41 - Distribuição das taxas de natalidade e de mortalidade por distrito: 1970

Fonte: INE

A propósito das migrações internas uma análise detalhada realizada por Alarcão (1964, p. 515 e ss) reconhece a importância dos “*centros urbanos do Continente como centros polarizadores da actividade económica regional e das migrações internas da população, bem como no estabelecimento de bem elaborados programas de desenvolvimento espaciais*”, com incidência regional. Esta situação é reforçada pela melhoria da rede de acessibilidade rodoviária entretanto implementada que conduziu à criação de redes de transporte facilitadoras da mobilidade humana. O Quadro anexo, parcialmente transcrito desse estudo (Quadro 19 - op. cit., p. 556), indica os saldos líquidos da atração populacional nos diversos distritos do continente entre os quais salientamos:

- Os saldos líquidos calculados a nível de concelho (H, M) nos períodos intercensitários entre 1920 e 1960, indicam a evolução da capacidade de atração (e fixação) dentro de cada unidade distrital em cada um desses períodos, situação que gradualmente se esbateu com a saída de habitantes e o despovoamento de vastas áreas do interior;

- Os saldos líquidos de repulsão, sempre negativos em todos os distritos durante o mesmo lapso de tempo, traduzem as perdas de habitantes em cada uma dessas unidades por via das migrações internas e da emigração internacional.

Outras situações foram igualmente determinantes na construção destes movimentos. Internamente a urbanização e industrialização da região de Lisboa e da margem sul do Tejo justificam um forte movimento interno da população residente para as bacias de emprego então criadas.

Quadro III, 16 – Atração populacional (Alarcão, 1964)

Distritos	1921/30	1931/40	1941/50	1951/60
Aveiro	359	2727	1697	1185
Beja	9237	2695	461	0
Braga	1287	4831	0	0
Bragança	1011	2808	0	3521
Cast. Br.	0	3013	0	0
Coimbra	8069	6557	7624	0
Évora	4901	4206	1378	0
Faro	8222	1571	356	0
Guarda	0	966	0	0
Leiria	1387	1548	1888	609
Lisboa	130962	144957	137886	131236
Portaleg.	1123	635	0	0
Porto	33733	44825	27229	17560
Santarém	2607	4766	1465	1762
Setúbal	18531	12223	31659	38167
V. Cast.	398	0	0	0
V. Real	67	3195	1560	0
Viseu	0	887	0	0
	221894	242410	213185	194040

Fonte: Alarcão, 1964 – Quadro 19

A par destes movimentos as perdas assumidas nas outras áreas justificam-se pelas saídas para o estrangeiro, num processo que vai continuar até aos anos setenta quando foram dados incentivos ao retorno de imigrantes por parte de alguns países do ocidente europeu. Como resultado desta evolução verificou-se um acréscimo significativo da densidade populacional no continente, duplicando esta de 45,7 habitantes/Km² em 1864 para 93,6% no início da segunda metade de Novecentos.

No que respeita à evolução por grupos etários é de salientar que em 1940 a população entre 20 e 64 anos de idade representa cerca de metade dos habitantes; 53,9% em 1950, situação que vai evoluindo até 1970 com cerca de 53,4%. Pelo contrário o grupo etário dos 0-19 anos de idade acompanha as quebras de

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

nascimentos registados ao longo do período, passando de 41,8% na primeira data para 39,8% em 1950 e 37% em 1970. Nesta sequência intensifica-se a tendência para o envelhecimento gradual da população com o grupo de maiores de 65 anos a aumentar de 6,4% em 1940 para 7,0% em 1950 e 9,7% início dos anos setenta.

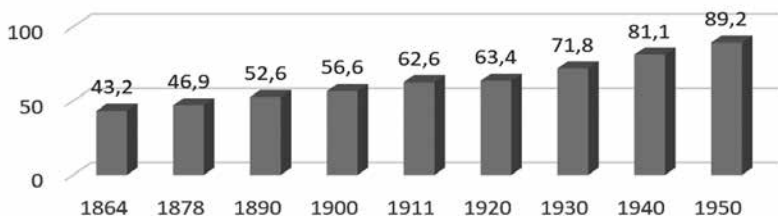


Fig. III, 42 - Densidade da população no Continente (Hab/Km²)

Fonte: INE

Esta evolução está plasmada no traçado das pirâmides etárias de 1950 e particularmente na figura correspondente a 1970, onde se nota:

- A redução da população na base que traduz a quebra dos valores da natalidade assumida nos anos anteriores;
- A redução do grupo etário de jovens adultos, a partir dos 25-29 anos, causada pelos efeitos da emigração e da guerra colonial;
- Aumento progressivo da população com mais de 75 anos, sobretudo da população feminina traduzindo a maior esperança de vida da mulher, à data de 70,8 anos face ao homem que era de 64,2 anos.

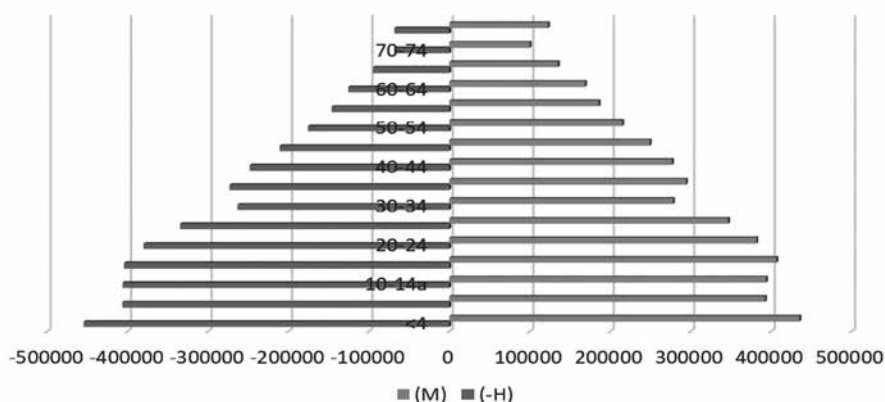


Fig. III, 43 - Estrutura etária da população: 1950

Fonte: Valério, 2001

Antecipando esta situação como a nova realidade económica e social do nosso tempo, Nazareth (2009, p. 175), entende o seguinte: “*O século XXI será o século da valorização das diferenças no grupo 65 e + anos e será na diminuição da amplitude do grupo dos ‘falsos velhos’ que se poderá encontrar o equilíbrio do Estado social*”.

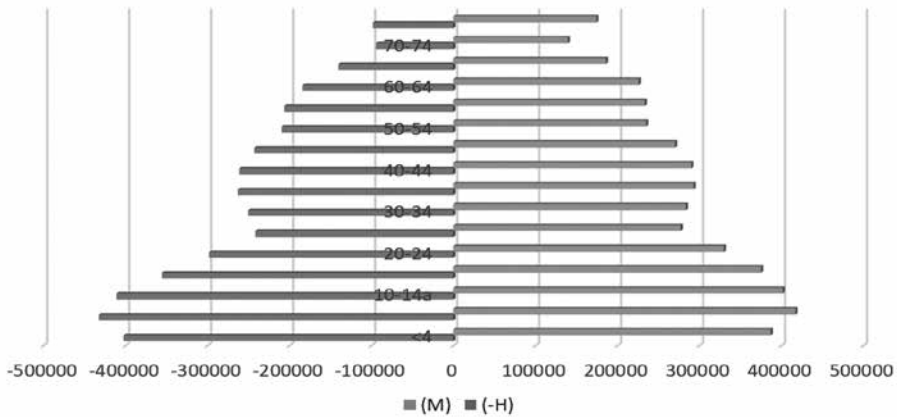


Fig. III, 44 - Estrutura etária da população: 1970

Fonte: Valério, 2001

A evolução destas proporções nas décadas posteriores evidencia o envelhecimento progressivo da nossa população, na base e no topo da pirâmide, a incapacidade da sua regeneração decorrente da quebra da sua natalidade (INE, 1985, p. 15), a alteração profunda do modelo de crescimento populacional e das estruturas demográficas dominantes. Uma oportuna síntese do estado da população no início da segunda metade de Novecentos preparada por Alarcão (1984, p. 132) descreve o seguinte:

“Para escassos 9 milhões de habitantes em 1960 e um ‘saldo natural’ ou ‘excedente de vidas’ (=nascimentos—óbitos) a reduzir-se aceleradamente da casa dos 120 mil ao ano para 80 mil e menos, em Portugal continental e insular, ultrapassavam já mais de 1,35 milhões os emigrantes que por decénio desfalcavam o ‘património’ demográfico da Nação portuguesa, que assim via comprometido seu quantitativo total e laboral, a renovação das gerações, o futuro da Pátria”.

O aumento do saldo migratório acima do valor do saldo fisiológico acarreta a redução dos habitantes em vastas áreas do território nacional. Estas situações espelham as mudanças operadas no movimento natural e nos movimentos migratórios da população, acusando um conjunto de alterações que se continuam

a agravar. Recordamos, a propósito, a quebra gradual dos valores de natalidade responsáveis pelo envelhecimento progressivo dos habitantes expresso na pirâmide etária através da redução da população jovem pela base e no aumento da população idosa, com o alargamento dos grupos etários de maior idade no topo. Esta situação conduz a um acréscimo da população idosa beneficiária da alteração das condições de vida, assistência e apoio social que tem permitido o alargamento do ciclo de vida para além do calculado nas estatísticas oficiais.

Por sua vez os movimentos migratórios compostos de população jovem e ativa em idade de procriação, são responsáveis pelas perdas de habitantes nestes grupos etários, bem como pela redução dos nascimentos, agravando ainda mais o envelhecimento pela base da pirâmide etária. Para além destas situações a diversidade dos movimentos migratórios, tendencialmente com maior participação da população masculina, traduz-se em desequilíbrios da própria composição com maior presença feminina, ditada pela tradicional emigração transoceânica constituída essencialmente por jovens em idade de serviço militar e adultos. A nível regional as saídas da população feminina conduzem a um *sex-ratio* com maior representatividade da presença de homens expressas nos registos censitários.

Em toda a história das migrações o regresso desta população, particularmente sentida no início dos anos setenta de França e da Alemanha, dos “retornados” do ultramar e da população nativa de origem portuguesa e colonos quando da eclosão das guerras da independência das terras africanas - e mais tarde das migrações internacionais oriundas da América latina e dos continentes africano e asiático - expressam-se em acréscimos da população residente, suscitando eventuais situações de maior envelhecimento e alterações culturais no seio das comunidades locais.

Entre junho de 1975 e novembro de 1976, através das operações de apoio ao retorno cidadãos nacionais residentes no ultramar, foram acolhidos em Portugal mais de meio milhão de retornados, que à data representam 5,3% da população residente no continente e cerca de 5,1% da população das ilhas dos Açores e da Madeira. Este movimento teve particular significado no equilíbrio da população portuguesa e na construção do saldo positivo registado no decurso dessa década.

Oriundos do ultramar africano independente depois de 1974, à data de 30 de junho de 2006 haviam sido acolhidos 463.315 desalojados, com desigual repartição em cada um dos distritos, valores que estão contemplados no mapa da

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

decorrente da alteração dos comportamentos demográficos da população em geral e da mulher, cuja fecundidade no grupo etário dos 20-24 anos até ao grupo etário dos 50-54 anos decaiu, entre 1864 e 1960, de valores francamente positivos nesse período para -0.8 em 1960 (Bacci, 1971, p. 23). Assim vai continuar a acontecer no decurso da década de setenta que se constitui como um período charneira da sociedade portuguesa decorrente da mudança social já inscrita na década anterior.

Em simultâneo aos valores de fertilidade e de mortalidade elevados segue-se

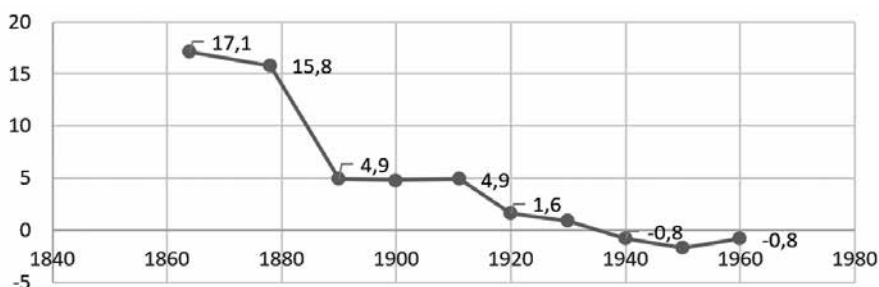


Fig. III, 46 - Evolução da Fecundidade: 1840 a 1960 (%)

Fonte: INE (1946.XXIV, até 1940) e Estatísticas demográficas

o registo de uma transição demográfica com necessidade da introdução de novos indicadores relacionados com a nupcialidade e a fertilidade, que se vai estender para além do período em análise. Para tanto concorreram os movimentos naturais de crescimento da população, os movimentos migratórios, as condições sociais e de vida, a alteração do modelo família e novos fatores culturais e laborais com características regionais próprias que acabam por influenciar a composição e estrutura, a evolução e o crescimento da população portuguesa notado nos censos da população realizados no início dos anos oitenta e nas décadas posteriores.

No presente como em contextos passados, os movimentos naturais e os movimentos migratórios cruzam-se, estando na origem do “*povoamento civilizador da terra*” (Queirós, 1979, p. 15), da

“Emigração progressiva e expansiva do homem para além dos logares de origem (...) – individual, espontânea, livre, protegida pelas leis, organizada por associações, com causas puramente económicas, com um fim meramente agrícola ou industrial, indo procurar nos países novos, - onde é atraída por toda a sorte de concessões e de isenções (...).”

Esta tem sido a marcha da emigração portuguesa como “*constante estrutural*” da nossa sociedade (Godinho, 1978) que se tem modelado em função das pressões internas e da abertura das fronteiras no exterior, traduzida num rol demasiado longo e intenso de partidas, de vivências familiares e outras, desfeitas e recompostas, de vai-e-vem de pessoas e de bens, de circulação de capitais e de ideias que têm contribuído para a mudança social e cultural do Portugal contemporâneo.

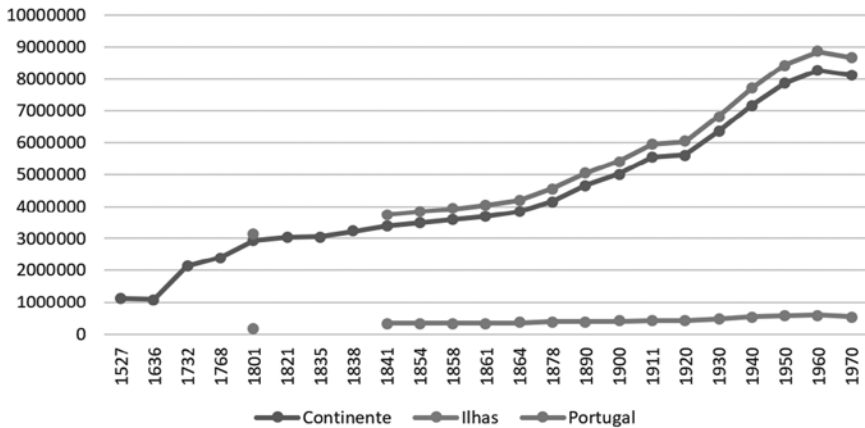


Fig. III, 47 - Evolução global da população portuguesa

Fontes: Até 1920: Serrão, J., *Demografia - Dicionário de História de Portugal*
Depois de 1920: INE: Recenseamento geral da população

Como “fenómeno social total”, atingindo todos os estrados e camadas da sociedade portuguesa, os seus efeitos em forma de “bola de neve” têm sido sentidos em toda a parte do território nacional, gerações e grupos sociais, fazendo crer tratar-se de uma “fatalidade irremediável”, de uma “peste social” instalada no nosso meio, de um “fado” vivido pelos que partem, em proveito, tantas vezes, dos que ficam, carpindo os efeitos das “*saudades*” que “*só os portugueses / Conseguem senti-las bem / Porque têm essa palavra / para dizer que as têm*” (Fernando Pessoa).

Tal como noutras ocasiões a evolução global da população portuguesa, os traços fundamentais, comportamentos e movimentos ilustram a sua marcha ao longo do tempo e associação aos fenómenos do crescimento dos habitantes, à mudança e evolução das atividades humanas e da própria civilização na sua transição do rural para o urbano e na marcha demográfica que tal acarretou. Neste contexto é adequada a reflexão de Ribeiro (1970.b, p. 11) quando afirmou: “*se nas cidades*

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

se constituem as formas superiores de civilização, o campo, como modo de vida e como forma de paisagem, prepondera, tanto pelos homens que nele trabalham como pela extensão que cobre, constituindo aspecto relevante de todo o passado". Contudo o processo de mudança social, económica e política abriu um novo ciclo na "revolução demográfica", identificado com a "revolução reprodutiva" que vivenciamos nos dias de hoje.

IV

SISTEMA MIGRATÓRIO

O crescimento da população portuguesa ao longo do tempo está associada ao movimento natural e às migrações humanas igualmente responsáveis pela formação do substrato étnico dos habitantes do reino, da sua evolução e mobilidade. Estas duas componentes cruzam-se na construção do nosso sistema migratório estabelecido ao longo de séculos de entradas e de saídas de habitantes que afetaram a evolução, composição, estrutura, distribuição e natureza da ocupação e atividades humanas dos nossos antepassados. A combinação de diversos fatores geográficos e históricos acompanha o progresso deste sistema com o qual se articula a mobilidade humana, o desenvolvimento económico e social e a sua tendência futura. Assim acontece no presente, como foi escrito em épocas mais remotas da nossa memória comum.

Não sendo fenómenos recentes, mas constantemente renovados ao longo de diferentes ciclos, as migrações portuguesas são exemplo de um dos mais antigos e complexos sistemas de mobilidade humana que se desenvolveram e expandiram desde o fim da Idade Média ilustrando, à época, a progressiva mundialização dos fluxos originários de Portugal com múltiplas polarizações e destinos: costa ocidental de África, costas do Índico e do Pacífico, continente sul-americano. À exceção do Brasil onde a distribuição da população imigrante expandiu-se por outras paragens sul-americanas a partir de povoações que se foram alargando como S. Paulo, Santos e S. Salvador da Baía, nos continentes africano e asiático este modelo assentou em portos alimentados pela atividade comercial, tráfico negreiro, extensões de defesa e do poder religioso incluindo, desde o seu início, fluxos diferenciados de soldados e comerciantes, religiosos e escravos, funcionários da administração régia e, nalguns casos, colonos, que deram origem a outros tipos de ocupação e presença, alguns deles ainda recordados.

A ideia de mundialização das migrações estudada por Tapinos (1974) e exemplificada por Simon (1996) em relação a França aplica-se a Portugal desde o início da Idade Moderna com as saídas de habitantes e as entradas de população escrava trazida para Portugal e depois distribuída por diferentes possessões, ou promovendo a sua recolha e distribuição pelo novo continente através de negrei-

ros de origem portuguesa e de outras nacionalidades. Complexo na sua origem e descrição, o sistema migratório português assenta numa construção tipológica destes movimentos (Arroteia, 1986, p. 24) que tem por base o quadro geográfico, a natureza, a composição, as modalidades, as causas e a sua duração.

A exemplificação destas migrações permite reter, nesta parte do ensaio, alguns traços que servem para ilustrar diversas fases da construção do nosso sistema migratório em contextos geográficos diferenciados: no continente e além-fronteiras; a sua natureza espontânea ou organizada através do envio de colonos e forçada, com a movimentação de criminosos e degredados; a sua composição, predominantemente masculina mas contando igualmente com a participação de mulheres e de famílias inteiras; as modalidades de migrações com autorização e passaporte ou clandestinas; as causas de natureza económica baseadas na luta e procura de meios de subsistência e de outras razões nomeadamente de natureza religiosa e política; a prevalência dos movimentos de longa duração associados à colonização juntamente com a esperança das migrações temporárias registadas desde o seu início.

Nesta sequência prevalecem duas situações geográficas a que importa atender: as migrações internas e as migrações além-fronteiras, marítimas e de base colonial, que evoluem para as grandes migrações transoceânicas do século XIX até meados do século XX. Seguindo o pensamento de George (1976), a expressão dos “*número em movimento*” traduz-se, no domínio interno, na mobilidade relacionada com a fixação do povoamento e colonização das terras menos ocupadas, no arroteamento de solos e exploração de propriedades régias, nobres, religiosas e particulares, responsáveis pela fixação de novos povoadores, na realização de determinadas tarefas agrícolas associadas à sazonalidade do tratamento dos solos, sementeiras e colheitas, na transumância pastoril de verão e de inverno que integrou, durante séculos, a base de sustentação comunitária e familiar da população residente em áreas de montanha.

Acrescem a estes movimentos, outrora conduzidos pelo “montanheiro”, ou seja, o pastor ou camponês responsável pela movimentação dos rebanhos, a troca de residência por parte dos demais habitantes entre as áreas rurais e as vilas e cidades, centros acolhedores de novas indústrias e oferta de serviços de defesa e outros, com melhores condições de vida e trabalho. Às causas desta mobilidade juntam-se as deslocações sazonais ligadas ao veraneio e ao termalismo e as mais recentes migrações periódicas e diárias entre os locais de residência e de traba-

lho. Aos movimentos internos da população – que durante o período da união dinástica entre Portugal e Espanha atingiram os dois reinos – juntam-se os movimentos além-fronteiras nas suas duas componentes: entrada de mão-de-obra escrava e mais tarde de populações acolhidas para trabalhos diversos, sobretudo em períodos de crise no ultramar representada mais recentemente pela imigração de cidadãos de países africanos, americanos e asiáticos e de países de língua oficial portuguesa. Como assinala André (2016),

“Da nossa língua vê-se o mar. Foi, sem dúvida, no prolongado convívio com o imenso mar oceano que se formou e foi crescendo a língua portuguesa. Nem podia ser de outro modo. O mar, esse imenso território sem fim, é parte indelével do nosso destino de povo de finisterra. Na sua vastidão se agigantou este outro território, pouco mais que minúsculo, que é aquele que habitamos”.

Para qui convergem, há vários séculos, populações de nacionalidades distintas representadas na atualidade pelas migrações internacionais nas suas diferentes origens, causas e modalidades. Em contrapartida saem cidadãos nacionais carregando (loc. cit.) *“no porão dos nossos navios e no porão dos nossos olhares coisas estranhas e também as palavras com que urgia comunicá-las”*. Embora carecendo de uma análise mais aprofundada os exemplos citados ilustram a construção de um sistema migratório faseado e diversificado, estruturado ao longo de mais de cinco séculos e que deu origem ao *“espaço lusófono”* (Arroteia, 2017), representado por múltiplas comunidades de cidadãos de origem portuguesa residentes nos vários cantos do globo.

Na sua essência estas migrações transoceânicas e intraeuropeias repercutem-se na variação da população total residente a nível das regiões e do país, na alteração da sua composição e estrutura, na sua evolução e tendências futuras com reflexos nas bacias de acolhimento e de partida. Mais ainda, espelham-se na estruturação de grupos de cidadãos com a mesma nacionalidade – e dentro destas, comunidades de residentes da mesma terra ou região de origem – e pela extensão da diáspora lusitana ao longo do tempo. Estas condições de diferenciação sugerem uma apreciação em separado dos movimentos internos, associados essencialmente ao meio e ao êxodo rural entre regiões agrícolas e do campo para a cidade, bem como nas migrações com o exterior, representadas pelas migrações internacionais: emigração para o estrangeiro e imigração de estrangeiros para o espaço nacional. Para além dos aspetos geográficos ora considerados outras análises poderiam relacionar

o estatuto social, económico e cultural destas comunidades na sua articulação com a mobilidade social da população migrante e a comunidade de acolhimento.

Exemplos comuns das nossas migrações apontam para casos de sucesso e de insucesso destas saídas, exemplificados pelo retorno de cidadãos nacionais repatriados para a sua pátria de origem por razões de natureza económica. Não estando em apreciação nenhuma destas condições, retenhamos outros traços destes movimentos.

1 – CONTINENTE E ULTRAMAR

Os movimentos da população inscritos nas fronteiras geográficas do reino acompanham a sua evolução e o processo de povoamento nas suas margens e interior do país. Na orla raiana a instalação de atalaias e castelos de fronteira, o desenvolvimento do comércio e os benefícios régios serviram de estímulo à fixação de novos moradores. A este respeito Vasconcelos (1980.II, pp. 590-594) dá conta de diversas povoações “*nascidas de castelos e torres*”, a que “*sucederam praças de guerra, em sentido moderno, como consequência dos progressos da artilharia e da engenharia militar*”. São vários os exemplos que ilustram a importância dessas praças militares na área da raia e de locais defensivos noutros pontos do território, como Torre de D. Chama e Torre de Moncorvo ou até de residências senhoriais em zonas rurais, junto de cidades, associadas ao topónimo, Paço: Paço do Lumiar, Paço de Arcos, aldeia ou lugar de Paço. Para amanho das propriedades fundiárias associadas a um antigo ‘*palatium*’ podemos encontrar vestígios de fixação de moradores deslocados para estas explorações. Assinala o mesmo autor (op. cit., p. 659) que a ideia contínua dos monarcas era a de aumento das suas povoações e “*quando concediam forais, foros, cartas de vila, alargamento de termo, e privilégios, não deixavam de dizer de qualquer terra: para ser melhor poboada, para melhor se afortalecer*”.

Na orla atlântica além da atividade portuária foi a pesca costeira a principal atividade que atraiu campanhas piscatórias que gradualmente se fixaram junto de pesqueiros existentes dando origem à instalação de “*cabanas*” (Vasconcelos, 1980.II, p. 548), “*as quais têm servido de núcleos de povoações*” favorecidas pela pesca e comércio de pescado e que no decurso do século passado sofreram um considerável impulso com o desenvolvimento do veraneio e terapia marítima,

como aconteceu em toda a costa atlântica e meridional. Destes movimentos são conhecidos os de pescadores a partir de colónias antigas, como a Póvoa de Varzim para Espinho e Ovar – juntamente com pescadores da Ria de Aveiro aquando da obstrução da laguna no início de Oitocentos – que estiveram na origem de novos povoados ou que emigrando mais para sul, para as margens do rio Tejo, Sado e Algarve, deram origem a núcleos de pescadores e de varinas ocupadas no comércio do peixe e noutras atividades.

Outros exemplos ligados ao setor primário indicam lugares com artífices e operários especializados na exploração de metais (Vasconcelos, 1980.II, p. 555 e ss) e de águas medicinais: Amieira, Caldas de S. Jorge, Cucos, Felgueira, Vidago, Gerez, Luso, Pedras Salgadas, Monte Real. Outros exemplos podem encontrar-se em estudos locais (Arroteia e Gomes-coord. 2017), relacionados com o trabalho da pedra que no início do século passado favoreceu a extensão da arte exercida em pedreiras de Penafiel, nas explorações em Monte Redondo-Leiria, aquando da exploração do ofito gabro-diorítico local para obtenção de balastragem para os caminhos-de-ferro, esteios e pedras de grande porte para obras portuárias. Ligado à natureza do acidente diapírico que lhe deu origem cita-se ainda o jazigo de exploração de sal-gema na Junqueira (Monte Redondo), igualmente realizada à custa do trabalho de marnotos da Figueira da Foz que trabalharam na instalação do aparelho de produção de sal instalado à sombra desse acidente geológico.

A estes exemplos podemos juntar dois tipos de movimento principais descritos por Vasconcelos (1980.II) e Ribeiro (1955) relacionados:

- O primeiro, com a fixação de grupos de habitantes que se fixaram em locais distintos, dando origem a pequenos lugares e povoações. Para Vasconcelos (op. cit., p. 550), “*os terrenos eram doados ou aforados para serem povoados*” e daí a dispersão de casais em todo o território português que deram origem a unidades paroquiais religiosas e civis;

- O segundo, com movimentos da população ocupada em trabalhos agrícolas que sazonalmente deixavam a sua terra para trabalhar noutros locais. Entre os exemplos sugestivos destas migrações internas, Vasconcelos (op. cit., p. 589) regista diversos casos associados ao processo de colonização antiga e à transferência de moradores de áreas mais densamente povoadas para o arroteamento de novas terras ficando associados a topónimos locais, tais como: Algarvios, Bragueses, Coimbrões, Sintrão, Sourões.

Para além dos movimentos da população de carácter permanente ligados à colonização e povoamento, as condições naturais do solo, sobretudo nas áreas mais montanhosas do norte e do centro do país, com clima mais agreste, registaram durante séculos deslocações periódicas da população para acudir a trabalhos sazonais de produção agrícola e de cereais, tratamento de terrenos e colheita de frutos, não possíveis de satisfazer pela mão-de-obra local. Sobre estes movimentos Ribeiro (1955, pp. 117-118) aponta vários exemplos:

- “*Rogas*” de trabalhadores que participam nas vindimas do Douro;
- “*Charnecos*” ou “cortilhões” que trabalham na apanha da azeitona e extração de cortiça na zona raiana da Beira Baixa;
- “*Ratinhos*”, trabalhadores das Beiras que partilham as tarefas das ceifas no Alentejo;
- “*Segadores*” raianos, que participavam nos trabalhos agrícolas em Espanha;
- “*Caramelos*”, trabalhadores que participam na orizicultura dos campos do Mondego, do rio Vouga e das baixas do rio Sado;
- “*Gaibéus*”, trabalhadores do norte do Ribatejo que desciam à lezíria para trabalhar nos campos;
- “*Avieiros*”, pescadores da foz e das margens do rio Lis que durante o inverno desciam às terras da Borda-de-Água para pescar.

No âmbito, ainda, das atividades do setor primário, a pastorícia foi responsável pelas migrações de pastores com os seus rebanhos que percorriam os caminhos centrais do maciço central e das montanhas do Minho durante o verão, a caminho dos pastos dos cumes das serras e no inverno, das forragens de sopé. A transumância de rebanhos em Portugal teve articulação com os movimentos da vizinha Espanha através das “*cañadas reais*” que ligavam povoações próximas da fronteira de Portugal com os maciços montanhosos do interior da meseta, num movimento cujas raízes são evocadas por Dias (1951, p. 23):

“La transhumance est, de nos jours, un spectacle des plus impressionants et des plus évocateurs d’époques disparues, alors que des tribus patriarcales nomades erraient par les montagnes et les plaines en quête de pâturages pour leurs troupeaux, qui constituaient la source presque exclusive de l’économie qu’ils connaissaient. Bien qu’elle se trouve en voie de régression, et loin d’avoir l’importance qu’elle connut en Espagne et même au Portugal, aujourd’hui encore, à de certaines époques, d’énormes troupeaux se déplacent en grand attroupement, remplissant

l'air du tintement des grelots et des clochettes, des cris des pâtres et du bêlement d'inombrables bêtes”.

Ainda no decurso da primeira metade de Novecentos esta atividade evoca a importância da pastorícia em certas regiões do país e a imagem social desta atividade (Ribeiro (1955, p. 185): “*los ganados serranos, considerados como una plaga, encontraron por todas partes las dificultades de las ‘coimas’ (multas) y de falta de pastos*” depois da sua grande expansão anteriormente à restauração do reino. Entre outras causas responsáveis pela queda desta prática no mundo mediterrânico, Birot (1974, p. 115) aponta o desaparecimento das pastagens de inverno, “*pela expansão das culturas permanentes das terras de oeste*”, bem como a abolição dos baldios na Beira, juntamente com o arroteamento a que foram submetidos os solos devido à maior pressão demográfica da população residente.

Esta breve nota sobre as migrações internas pode ser completada com as designações populares ou alcunhas atribuídas à população residente em diversos lugares, reconhecidas em contexto migratório: “*Pica-milho*”, os que comem pão de milho, como os minhotos; “*Cagaréus*”, os que ‘cagam à ré’, da laguna de Aveiro; “*Tripeiro*”, natural do Porto; “*Chaparrós*”, habitantes do Alentejo; “*Patos-Bravos*”, residentes em Tomar e margens do Nabão, “*Alfacinhas*”, habitantes de Lisboa; “*Sadinos*”, habitantes de Setúbal; “*Salaios*”, residentes na Estremadura, nas proximidades de Lisboa e tantos outros conhecidos no país.

Na sua configuração mais recente as migrações internas ficam associadas ao êxodo rural e aos fenómenos de industrialização e urbanização que se acentuaram após a construção da rede de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias dos finais de Oitocentos, conduzindo ao esvaziamento dos campos e ao empobrecimento da agricultura. A este respeito assinala Caldas (1998, p. 323), que

“O abandono dos campos não era novo, e ocorrera sempre que cresceram as cidades e se descobriram novos territórios. Incluindo o Brasil independente, no século XIX, as terras de além-mar eram heranças dos portugueses. Mas já não havia escravos a compensarem o vazio dos que partiam. (...) Ia muito longe o tempo que cativos da guerra ou aprisionados da costa de África substituíam camponeses que tomavam caravelas a povoar ilhas atlânticas, praças-fortes e reitorias africanas, das costas do Brasil e do Oriente”.

Com a independência do Brasil e a pressão estrangeira sobre a ocupação efetiva das possessões africanas, Portugal continuou a esquecer a emigração para este

destino. Segundo Caldas (1998, p. 323), “*Para a ‘costa de África’ iam deportados os criminosos e despedidos os marginais e as prostitutas*”. Além destas saídas para o continente africano a evolução da rede de cidades em Portugal regista o alargamento de Lisboa e com ele a atração de novos habitantes para a indústria e comércio, para as atividades domésticas e serviços, para a defesa e forças armadas. Tal acompanha a terciarização local e da sociedade portuguesa, com o incremento dos movimentos pendulares que constituem uma das vertentes de análise do sistema migratório português, construído e fortalecido durante séculos pela máxima de Amorim Girão (1941), anteriormente assinalada, “*para onde correm as águas, correm as gentes*”, num processo (op. cit., p. 299), relacionado com o “*urbanismo*”, as tarefas agrícolas, as “*migrações periódicas*” (op. cit., p. 302), com a “*colonização interna*” (op. cit., p. 305) e, mais recentemente, com a litoralização do país.

O mesmo assunto é tratado por O. Ribeiro (1955) que assinala os “*movimentos da população*” (ob. cit. p. 116), sobretudo de trabalhadores entre as diferentes regiões do país, em diversas épocas do ano e ao fenómeno do “*povoamento do Sul*” do território (op. cit., p. 119) com habitantes oriundos, sobretudo, da sua parte setentrional. Este é um tema igualmente caro aos historiadores, em particular a O. Marques (1976.I), que evoca as “*clareiras demográficas*” registadas no solo português após a reconquista e os movimentos da população entre o norte e o sul que se seguiram, contribuindo “*decisivamente para uma mutação social, através da mobilidade que implicava*” (ob. cit., p. 115). O mesmo se registou após os descobrimentos por meio das transferências da população entre o interior e os centros portuários do continente, as ilhas atlânticas ou já outros destinos no continente africano e na América do Sul.

Outros estudos podem ser assinalados: Girão e Velho (1948) servindo-se dos elementos recolhidos no VIII Recenseamento Geral da População, analisaram, por períodos decenais, a variação dos não naturais de outros concelhos do mesmo distrito e de outras naturalidades em cada um dos concelhos do continente, no período de 1890 a 1940. A análise em causa permitiu definir, para cada um desses períodos, os principais centros de atração e de repulsão populacionais e encontrar algumas das causas justificativas desse comportamento. No todo continental assinalam duas manchas de maior densidade humana, as bacias inferiores do Tejo e Sado e toda a região alentejana vizinha, bem como a “*zona mais reduzida em extensão, mas não menos importante do Douro litoral*” (op. cit., p. 12). Na sua

variação e intensidade estes movimentos, mercê dos saldos fisiológicos elevados – cerca de 3,3 milhões de pessoas entre 1890 e 1940 (INE, 1946.LXXIV, p. 47) – conseguiram superar as perdas causadas pela emigração para o exterior, orçada, nesse período (loc. cit.), em mais de 1,4 milhões de saídas.

Outros autores estudaram este assunto. Alarcão (1964) analisou a dimensão dos movimentos da população em Portugal avaliando o poder de atração e de repulsão demográfica das várias unidades administrativas do continente, à escala do concelho. Teve em vista a determinação, “*em termos quantitativos, do êxodo rural e do afluxo urbano*” (op. cit., p. 511) entre 1920 e 1960. Para este período o autor calculou os valores de atração e de repulsão através da conjugação das variações absolutas da população com os referidos saldos fisiológicos estimados anualmente. Os resultados deste estudo permitem reconhecer como os movimentos da população entre os diversos concelhos constituem indicadores e expressão das “*economias regionais*” e do próprio desenvolvimento económico nacional, responsáveis por estes tipos de movimentos com sentido e variação diferenciada. Regista-se, a propósito, a evolução favorável de habitantes e de nascimentos nos distritos Évora e Beja até aos anos quarenta do século passado que contrariam o processo de litoralização e de metropolitanização português já em curso, responsável pelo despovoamento do interior e das vastas áreas identificados, nos nossos dias, como “*territórios de baixa densidade*”.

Esse fenómeno traduzido na escassez de habitantes tem sido agravado pelo envelhecimento da população residente e crescimento dos centros urbanos de maior atratividade. Por sua vez a dimensão migratória no espaço nacional durante a Monarquia, a 1ª e a 2ª República até ao fim do Estado Novo, inclui o continente, as ilhas e os territórios ultramarinos. Neste cenário podemos referir o caso das migrações para esses lugares como que inseridos num processo de colonização em que os trabalhadores recrutados transportaram para os climas tropicais as mesmas ferramentas, técnicas de produção, espécies e atividades de criação de gado usadas no país temperado onde residiam. A falta de visão prospetiva condicionou todo o esforço de colonização portuguesa encetada em territórios africanos.

Referiu-se Oliveira Martins (1956, p. 57) à “*imigração insulana (...) com destino ao trabalho agrícola em países ultramarinos*”, por ação das “*sociedades de emigração ultramarina*”. Importa, no entanto, assinalar, que a emigração para as colónias de Africa foi sempre demasiado tímida no contexto da emigração transoceânica

e pouco cuidada em relação ao desenvolvimento do território e à sua utilização futura. Em documento oficial dos anos vinte do século passado (M.I.-Junta de Emigração, 1926, p. 5) reconhece-se o seguinte:

“Para Portugal, com possessões ultramarinas capazes de retribuírem todo o trabalho de cultura e desenvolvimento material e ético, o verdadeiro ideal consiste em proporcionar à laboriosidade e às faculdades operosas da nossa gente o emprego acomodado. Sem isto nunca poderá esfriar a emigração” (...). ‘Um solo só se valoriza quando não faltam os meios indispensáveis para a sua valorização’.

A falta de braços brancos em África, reconhecida depois do ultimato britânico e do fim da 1ª guerra mundial – a qual, com a derrota da Alemanha, garantiu a sobrevivência do império português em África (Sandoica, 2006, XVIII, p. 114) – levou a imitar o exemplo de outros países através da colonização agrária e do controlo armado no sentido de se valorizar a construção do império ultramarino. Neste sentido a ideia da criação de colunatos, iniciada com a transferência de famílias madeirenses para o sul de Angola no final de Oitocentos, obedeceu a um modelo específico que assumia finalidades de natureza militar, relacionadas com a administração e defesa; comercial, suportado pela exploração dos recursos existentes e intensificação de produtos a transacionar com a metrópole; religiosa, associado à missão cristã. Na sua origem conta-se a perda da “jóia da Coroa”, o Brasil, independente em 1822, e o projeto de se reconstituir em África um espaço de valorização das populações nativas através da entrada de colonos portugueses desviados da tradicional emigração transoceânica, juntamente com a valorização dessas terras através da abolição da escravatura em todo o reino.

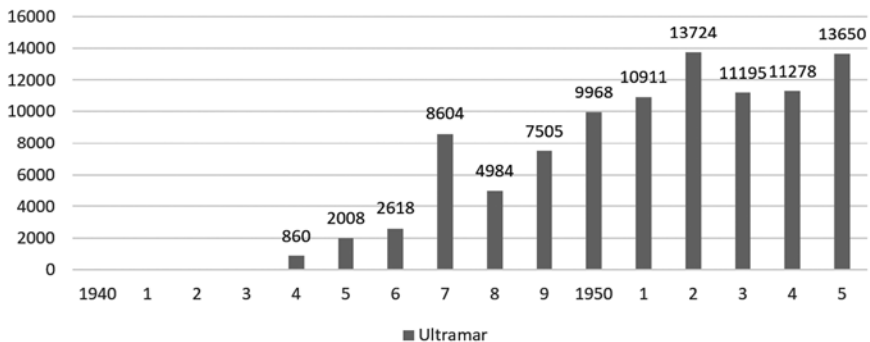


Fig. IV, 1 - Movimento de saídas para o ultramar: 1944 a 1955

Fonte: Junta da Emigração

Assim o determinou o Visconde de Sá da Bandeira, em 1836 – baseado num relatório dos secretários de estado de três repartições distintas – que a propósito da escravatura⁹⁶ assinala:

“O infame tráfico dos negros é certamente uma nódoa indelével na história das Nações modernas; mas não fomos nós os principais, nem os únicos, nem os piores réus. Cúmplices, que depois nos arguíram tanto, pecaram mais, e mais feiamente. Emendar pois o mal feito, impedir que mais se não faça, é dever da honra portuguesa, e é do interesse da Coroa de vossa majestade (...)”.

Sugerindo que *“Promovamos na África a colonização dos Europeus, o desenvolvimento da sua indústria, o emprego de seus capitais; e numa curta série de anos tiraremos os grandes resultados que outrora ora obtivemos das nossas colónias”*, estipula-se no artigo 1º do referido decreto de abolição: *“Fica proibida a exportação de escravos, seja por mar ou por terra, em todos os Domínios Portugueses, sem excepção, quer sejam situados ao norte, quer ao sul do equador, desde o dia em que na Capital de cada um dos ditos Domínios for publicado o presente Decreto.”* Esta prescrição, para além de ser obrigatória em todo o território português, seria extensiva (artigo 3º) à *“importação de escravos por mar feita por um Colono, quer nacional, quer estrangeiro, que de qualquer país não sujeito à Minha Coroa vier estabelecer-se em algum dos Domínios dela em África. (...)”*.

Sem efeito imediato e progredindo de forma significativa até meados desse século, estas medidas coincidem temporalmente com uma fase de intensa *“escravatura branca”* constituída por emigrantes sob ação de redes de engajadores atuando por toda a parte, fazendo chegar ao Brasil homens e mulheres, jovens de ambos os sexos e crianças de todas as idades. As ocupações no comércio e na lavoura, nos serviços domésticos e nas fazendas, nas plantações e nos engenhos acolhem parte dessa população dando assim continuidade a movimentos anteriores que integravam degredados e condenados enviados para esses domínios para engrossar o povoamento branco.

Do continente africano, sobretudo da costa atlântica, foram igualmente arrancados enormes contingentes de escravos enviados para as plantações do Brasil e para outros destinos, alimentados por negreiros de diferentes nacionalidades até à aprovação do *“Ato contra o Comércio de Escravos”* – Slave Trade Act - nos territó-

96. O portal da História: Decreto de abolição da escravatura - https://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/vsb_abolicaoescravatura.html 14JUL21

rios da coroa inglesa, aprovado pelo parlamento britânico em 1807. Esta medida esteve na origem dos grupos abolicionistas responsáveis pela supressão total do comércio negreiro no decurso de Oitocentos e a sua abolição definitiva em 1833 - *Slavery Abolition Act*. Recorde-se que este período foi igualmente marcado pela generalização da revolução industrial e mudança social operada em diferentes países e contextos geográficos mundiais, com a redução da mão-de-obra e incremento da máquina a vapor.

Em Portugal data de 8 de julho de 1856⁹⁷, o seguinte documento:

“*Dom Pedro, por graça de Deos, Rei de Portugal e dos Algarves, etc.*” faz saber a todos os súbditos “*que as Cortês geraes decretaram, e Nós queremos a Lei seguinte:*

Artigo 1º - Fica abolido o estado de escravidão nos seguintes territórios da província de Angola:

1º No districto de Ambriz, desde o rio Lifune até ao rio Zaire.

2º Nos territórios de Cabrinda e de Molemo.

Artigo 2º - Esta Lei terá execução no districto de Ambriz seis mezes depois de haver sido publicada no Boletim Oficial de Angola; e nos mais territórios mencionados no artigo precedente, seis mezes depois de cada um deles haverem sido estabelecidas pelo Governo autoridades administrativas e militares (...).”

O enquadramento social destas medidas corresponde à vivência de um dos períodos mais longos da história de Angola, assente no interesse comercial quando recebeu degredados e condenados nos tribunais do continente e mesmo do Brasil para efeito de remissão das penas e incremento do povoamento branco. Juntamente com estes, a terra acolheu mendigos e vadios, num movimento que se estendeu desde os tempos da monarquia às primeiras décadas da república. Fazendo fé na análise de Pacheco et alii (2018, p. 84) este corresponde ao “*período de Mercantilismo Colonial*”, que “*começa antes de 1575 e desenvolve-se até 1885*”⁹⁸ (loc. cit.) e dá seguimento ao “*período do Capitalismo Colonial (de 1885 a 1975)*”. No primeiro destes períodos a economia de subsistência local aliava-se aos interesses externos baseados na intensa “*escravatura comercial*” (op. cit., p. 89) com

96. Publicado no Diário do Governo nº 165 de 15 de Julho de 1856. In: <https://idi.mne.gov.pt/imagens/efemerides/QuestaoAmbriz/Image00008-1.jpg> 10JUN21

98. 1865: Data da Conferência de Berlim. “Três pontos principais constituíram a agenda da Conferência: (1) a liberdade de comércio em toda a bacia do Zaire e sua foz; (2) a aplicação dos princípios do Congresso de Viena quanto à navegação nos rios internacionais (entre outros, do Níger); (3) a definição de “regras uniformes nas relações internacionais relativamente às ocupações que poderão realizar-se no futuro nas costas do continente africano”; (4) estatuir sobre o tráfico de escravos”. <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/conferencia-de-berlim> 10JUN21

expressão máxima para o Brasil (op. cit., p. 91): “*Em termos do total para o tráfico de escravos do Atlântico, de 1519 a 1867, estima-se que 11,6 milhões de homens, mulheres e crianças foram levados do interior de África para as Américas, 3,3 milhões morreram no percurso entre a sua região de origem e o porto negreiro na costa e 1,5 milhões morreram na travessia do Atlântico*”. O comércio humano abrangia ainda a “comércio de serviços” do sexo feminino.

Com o enfraquecimento do negócio de exploração escravagista os interesses coloniais orientam-se para a exploração de matérias-primas e produtos agropecuários assente em plantações intensivas, criação de gado, expansão de produtos agrícolas, cereais e plantas alimentares de origem tropical. Estas orientações dão origem aos primeiros colonatos de madeirenses e de continentais – colónias brancas - nesse território africano: em Moçâmedes (1849-1850) e Lubango (1884-1885), iniciativas que se fazem acompanhar, no decurso das últimas décadas de Oitocentos, da construção de linhas de caminho-de-ferro para apoio à exportação, à exploração mineira e a trabalhos de fomento em Angola e Moçambique. Contudo, regista Dias (1991, p. 133), que o investimento do estado português nas colónias foi sempre dominado pelos gastos militares, situação que teve continuidade até à independência destas possessões.

Em relação ao período em análise a “*Gazeta das Colónias*” (1926, p. 26)⁹⁹, reconheceu o mau resultado dos projetos aí iniciados relativos ao povoamento branco, traduzidos:

- Nos custos elevados que comportam (op. cit., p. 6):

“*Com as colónias portuguesas está a realizar-se a situação estranha delas constituírem, em vez de um valioso auxiliar do ressurgimento económico e financeiro da nacionalidade, em vez de serem um poderoso elemento para a solução das dificuldades financeiras que a grande guerra trouxe à metrópole, serem, pelo contrário um pesado ónus, que mais complica aquelas dificuldades*”.

- Nas duras condições de vida: “*As duras necessidades da existência impõem muitas vezes taes condições de trabalho que se poderia, com vantagem, comparar-lhes certas formas da escravatura doméstica e isto apesar de todas as leis de proteção operária. É que há leis económicas de que não podem facilmente evitar-se as consequências*”.

A necessidade de uma maior atenção em relação ao ultramar é atestada em

99. *Gazeta das Colónias*, nº 38, ano II – Lisboa, 10 de outubro de 1926

diferentes diplomas legais do último quartel de Oitocentos que procuram desviar a emigração brasileira para as colónias, concedendo facilidades de saída. Assim o fez D. Carlos, que em abril de 1907 (Artigo 1º) dispensa “*todos os nacionais e estrangeiros a exigência de passaportes para a entrada no reino e bem assim é dispensada para sair d’ele*” (...), 2º - *Aos nacionais que pretendam sair para as possessões portuguesas do ultramar*”. Tal decorre da intensa pressão exercida pelas potências europeias, nomeadamente pela Inglaterra aquando do *Ultimatum* de 1890 em relação à dominação dos territórios de África contidos no “*mapa cor-de-rosa*” e sobre a política africana seguida por Portugal. Outras medidas do tempo da República e do Estado Novo reconfiguram os interesses, o modelo de administração e povoamento, bem como os movimentos da população para o ultramar num processo lento e complexo de formação de colónias agrícolas e a saída, comedida, de população do continente e ilhas para esses destinos.

Como em tempo assinalou Martins (1956, p. 239) estas saídas eram constituídas “*em metade, de analfabetos e na sua grande parte de proletários*”, sem promessa de grandes “*vantagens de futuro*” (op. cit., p. 240), quando muito como fazendeiro (op. cit., p. 239), “*explorando a terra com o braço do negro*”. Contudo este movimento não consegue ser representativo em relação ao montante dos fluxos emigratórios transoceânicos para o Brasil, no caso do continente e dos destinos americanos como os Estados Unidos – caso dos Açores -, Demerara, Jamaica e Saint-Kito – na Madeira -, constituídos por adultos e jovens desde que munidos de passaporte e que gradualmente vão engrossando a “*exportação da indústria da cria de gado humano*” (Martins, 1956, p. 251) para esses mercados.

No espaço nacional consideramos ainda o caso das migrações internacionais, de acolhimento de população estrangeira em solo português durante o período desta análise. Em 1950, dos 8,4 milhões de habitantes no continente e ilhas, 80,7% residia no mesmo concelho de origem, 11,6% havia mudado de distrito. Quanto ao movimento de entrada de população portuguesa oriunda de outros locais, 18,8 milhares eram naturais das províncias ultramarinas, 16,5 milhares haviam regressado do estrangeiro. O total de estrangeiros recenseados não ultrapassou os 21,1 milhares. O acolhimento de cidadãos ultramarinos, sobretudo em períodos de crise alimentar em alguns territórios africanos sob administração portuguesa, era comum durante o período de edificação de grandes obras públicas.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

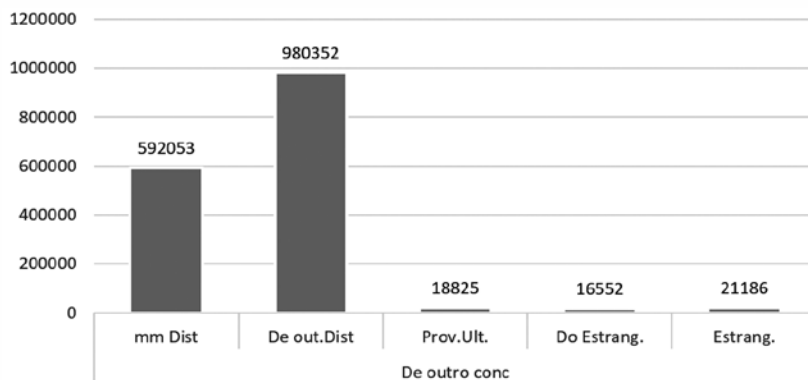


Fig. IV, 2 - Mobilidade geográfica da população: 1950

Fonte: INE, 1950

Depois de 1960 e entre esta data e 1973, os dados oficiais reunidos pela Pordata¹⁰⁰ permitem conhecer essa evolução: 20.514 estrangeiros residentes legalmente em Portugal na primeira data, dos quais 53,2% de nacionalidade espanhola e os demais, na sua maioria de origem europeia, valor que em 1974 ascendia a 32.057 indivíduos, dos quais 68% de origem europeia – com maior número de espanhóis: 8.959, ingleses: 3.934, franceses: 2.122 e italianos: 1.028 cidadãos.

Apesar da base rural da sociedade portuguesa os investimentos que gradual-

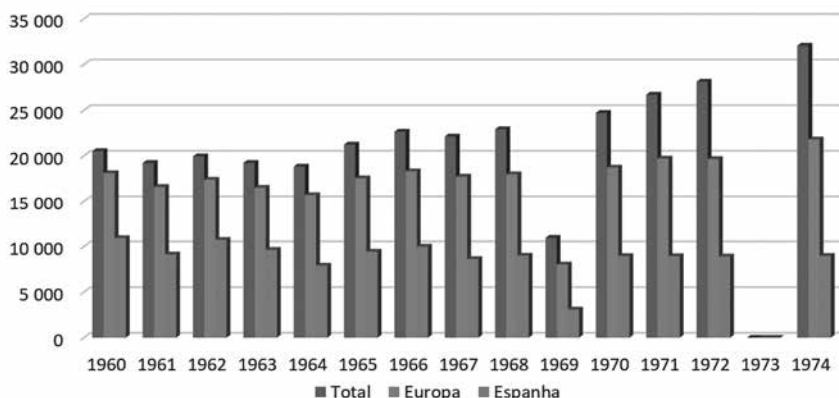


Fig. IV, 3 - População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por nacionalidade: 1864-1974 - Fonte: Pordata

100. Pordata - <https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-24> 7SET21

mente foram dirigidos para a indústria, juntamente com o crescimento de serviços associados ao comércio, aos serviços, ao setor bancário, ao ensino e à relação com o ultramar, justificam esta abertura e acolhimento gradual de população de outras nacionalidades a um país identificado pelo seu regime político conservador, em guerra nas antigas colónias, em contraciclo com os países democráticos do ocidente europeu e que desde os anos sessenta havia aberto as suas fronteiras a muitos visitantes atraídos pelo turismo nas regiões de Lisboa e do Algarve.

2 – CONTEXTO MARITIMO E COLONIAL

Para além do domínio das migrações internas o sistema migratório português consolidou-se até meados do século XX com o predomínio das saídas da população para os antigos domínios da coroa e já para outros países além-fronteiras. Conjuntamente com estas saídas as entradas de população estrangeira foram pouco significativas ocorrendo, apenas, em períodos de maior euforia económica, instabilidade militar e conflitos internacionais no velho continente. Nestes casos a imigração de cidadãos de outras nacionalidades concentra-se especialmente nas cidades de maior relevância comercial e política, como Lisboa e o Porto, onde se cruzam as funções diplomáticas com os interesses económicos e de governo dos negócios do reino e da nação portuguesa, bem como as transações de companhias e de empresas de maior dimensão.

Recuando ao tempo das grandes navegações marítimas e às diferentes épocas que marcaram a evolução da sociedade portuguesa nas centúrias posteriores ao início da expansão portuguesa, o conhecimento de novos mundos foi decisivo para a construção de um sistema de poder e de governo assente numa trilogia de interesses régios e militares, económicos e comerciais, religiosos e de missão, que conduziram à construção de um sistema migratório dominado pela procura de condições de vida da população e aproveitamento dos recursos. Estes movimentos estão expressos em tons de um negro carregado e na pobreza dos habitantes, assim cantados por Guerra Junqueiro (1890):

*“É negra a terra, é negra a noite, é negro o luar.
Na escuridão, ouvi! Há sombras a falar:*

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

I – Falam choupanas de camponeses:

Pulula a infância na pobreza!...

Campos maninhos!...

E os berços cheios... Que tristeza!

Como é que Deus seca a devesa,

Fazendo ninhos?!

Vento, porque é que nos arrasas

Num turbilhão?!

Na enxerga fria tremem asas,

No lar extinto faltam brasas,

Nas arcas negras não há pão!

O gado é morto, a seara é morta,

Morta a alegria.

O sol requeima, a geada corta...

Anda um fantasma à nossa porta

De noite e dia... (...)"

Estruturado ao longo dos últimos cinco séculos este sistema migratório tem uma componente fortemente transoceânica marcada pela saída de contingentes numerosos, oriundos do continente e das ilhas adjacentes e uma orientação predominantemente marítima e colonial contrariada, apenas, a partir de meados do século passado, pela procura de novos destinos na Europa. No seu desenvolvimento revela ciclos de grande intensidade e constantes, que os autores mais antigos (Costa, 1706.I, p. 1) filiam na sua ação por “*mares nunca de antes navegados*” em que, “*vencendo grandes dificuldades, dilatarão seu domínio na Africa, na Asia e na América; e continuando com sua larga derrota, descobrirão as vastíssimas Regioens do oriente (...) chegarão à China e Japão, em cujas dilatadas viagens afirmarão haver Antípodas, que muitos contradiziam (...)*”.

Para além do domínio armado o sistema migratório português assenta no povoamento e colonização, exploração dos recursos naturais e comércio, na procura de riqueza que identifica a emigração por causas económicas, preenchida por vagas de cidadãos: homens, mulheres e crianças – muito deles com idade inferior aos 14 anos para fugir aos compromissos militares – para enganar pobreza dos seus lugares de origem (Ribeiro, 1955, p. 125). O imaginário de novas terras asso-

ciadas a promessas de riqueza e facilidades de trabalho inspiradas em relatos, porventura fantasiosos de capatazes e engajadores, são cobiça fácil para a gente sem trabalho que a partir da primavera desloca-se em grupos por diferentes regiões do país, prontos a angariar algum rendimento, trabalhando ou agrupando-se em locais públicos onde podem ser facilmente contratados (op. cit., p. 126):

“Marchando lentamente, trabajando por el camino, estes grupos migratórios constituían un caso más de movilidad de población (...). Una vez desarraigada, movida por el afán de lucro y sugestionada por el espejismo de la aventura, la cuadrilla que desertaba de su lugar de origen estaba dispuesta a enfrentarse com el destino. Así que no admira que, por aquella época, los miñotos, además de trasladarse a las provincias del Sur, marchasen en gran número a los territorios ultramarinos de Portugal”.

Outros, porém, oriundos do continente e de outras terras do norte de Portugal, das Beiras e da Estremadura, alcançavam novos destinos engrossando as fileiras dos ‘pioneiros’, continuadas pelo ciclo de ‘migrações em massa’ na procura de mais destinos, no novo continente e já no final do período de análise, na velha Europa. Assim sucedeu depois da participação do exército português em terras gaulesas nos finais de Setecentos, em Oitocentos e depois da construção das vias férreas e do incremento da navegação a vapor para as terras de além-mar, contribuindo para engrossar o caudal emigratório e alimentar a rendosa indústria de seres humanos através da emigração. Entre os considerandos de finais de Oitocentos, os males deste movimento são transcritos por Dias (1982) na “poesia vivencial” de um emigrante português nos E.U.A.:

<i>“Ai triste de quem é triste</i>	<i>Como o arroz de terceira</i>
<i>Na travessia do mar!</i>	<i>Com ganas de vomitar.</i>
<i>Tem uma dor de partir</i>	<i>Ê sua terra sorrindo,</i>
<i>E tem medo de chegar.</i>	<i>Vê sua gente a chorar. (...)”</i>

Vejamos alguns aspetos deste sistema na sua dimensão externa.

2.1 – Pioneiros

O movimento de entradas e de saídas de habitantes vai além da operação contabilística inscrita nos censos que registam as variações da população decorren-

tes do movimento natural e das migrações estabelecidas ao longo do tempo e que acompanham a expansão marítima e colonial iniciada com a operação dos descobrimentos e continuada na emigração transoceânica dos séculos que nos antecederam. Este processo está associado à consolidação das fronteiras naturais anteriormente à crise desencadeada pela revolução de 1383/85 e ao governo da nova dinastia de Avis na sua aliança com a Inglaterra, que alimentou a ideia da expansão marítima e a ocupação de praças militares em África como um imperativo de sobrevivência à crise agrícola e aos interesses comerciais da coroa.

Ao tempo as crises de subsistência no solo europeu, agravadas pelas guerras e pestes frequentes, traziam consigo o sinal da fome e da mortandade elevada, obrigando à procura de cereais fora do reino, aliada ao espírito de cruzada contra os infiéis que orientam a tomada da praça de Ceuta no continente africano. Esta operação marítima é entendida, do ponto de vista ofensivo, como uma necessidade sentida pela dinastia de Avis em consolidar a sua independência e alcançar, através da sua fixação no continente africano, as praças de comércio e militares que garantissem a valorização das atividades do reino e a sua expansão territorial impedida pelo domínio de Castela sobre o restante território peninsular.

Assinala Martins (1908 – A história nacional) que, com a dinastia de Avis, “*a vida marítima fôra-se desenvolvendo: e a nova dynastia obedece conquistando o litoral da Africa aos marroquinos, á corrente historica peninsular: e inicia, com as navegações e descobertas, um movimento particularmente nacional. Póde então dizer-se que por um momento Portugal esteve á testa da história da Hespanha*”. Nesta sequência as praças submetidas ao processo de expansão da navegação marítima ao longo da costa atlântica africana e sucessivamente alargada às margens do Índico permitiram as transações comerciais, a implantação de forças de defesa e missionação religiosa, estendendo-se de Marrocos à Guiné, a Cabo Verde, ao sudoeste de África, a África Oriental e à Abissínia. Progredindo para Oriente passou pelo Golfo Pérsico e Índia, atingiu a Malásia e Insulíndia, alcançando o mar da China e o Japão. Do outro lado do Atlântico, no continente sul-americano, estendeu-se ao longo da costa do Brasil, desde a bacia do Amazonas à foz do Rio de Prata. A cronologia da ocupação destes destinos mostra que algumas destas possessões mantiveram-se unidas à coroa por longos períodos de tempo, até à independência; outras foram perdidas, cedidas e ocupadas, atraindo até então cidadãos nacionais e mão-de-obra escrava.

Razões diferenciadas levaram a que se constituíssem, em tempos distintos, focos de atração de militares e de comerciantes, com exploradores e colonos em África, no Oriente e na América. Contudo uma causa única parece estar na origem de tais movimentos (Ribeiro, 1902, p. 5): a “*febre dos descobrimentos, das viagens*” que (loc. cit.) “*abalou o povo português, logo que todos os ânimos se voltaram para esta nova forma de actividade e logo que entrou no convencimento de todos que, de taes empreendimentos, se poderiam auferir fáceis e avultados proventos*”. A cada um dos períodos dos descobrimentos corresponde um ciclo de vida da monarquia portuguesa e ideia de império (Martins, 1908 – A história nacional):

“Ao imperio oriental perdido, vem a exploração e colonização do Brazil substituir-se, dando um ponto de apoio externo ao pequeno corpo europeu; e mais tarde, perdido a seu turno o Brazil, voltamo-nos agora, a vêr se a Africa pôde dar-nos os meios de custearmos as despesas de um paiz pequeno e mediocrementemente abastado, sobre o qual pesam os encargos cada vez maiores do machinismo nacional”.

Esta reflexão sugere uma apreciação diferenciada da construção do sistema migratório marítimo e colonial português durante um período alargado que se seguiu à exploração e navegação marítima ao longo da costa de África ocidental, a sul do Cabo Não, em 1412 (Castilho, 1866, p. 62), do qual diziam os navegantes: “*Quem passar o cabo de Não ou tornará ou não*”. Depois de se ultrapassar este promontório e dobrado o cabo Bojador (em 1434), o movimento prolongou-se até meados dos anos sessenta do século passado com uma intensa emigração transoceânica que teve no Brasil o seu principal destino.

Retomando a narrativa histórica destas migrações, com a conquista de Ceuta deu-se início ao movimento de saídas da população do reino, movimento que se tornou uma constante associada aos interesses militares de ocupação de praças e das feitorias implantadas ao longo da costa africana e à fixação dos primeiros colonos, de forma permanente, nas ilhas da Madeira e Porto Santo, onde se dedicaram à exploração da cana sacarina. O mesmo processo veio a registar-se com a colonização das ilhas atlânticas dos Açores, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe e com a intensificação das ações militares através da construção de fortalezas dispersas pela costa africana, pela costa do Índico e Índias orientais e ao incremento da atividade comercial associada ao estabelecimento de novas feitorias. Nesse contexto estas praças representavam lugares de comércio, sem que daí ocorresse o domínio territorial das terras e povos vizinhos.

Ao conhecimento da terra e dos povos além do cabo Bojador, para o Senhor Infante “*haver de tudo manifesta certidão*”, juntam-se outras justificações referidas por Zurara (Serrão, 1976, pp. 15 e ss),

“(…) *se poderiam para estes reinos trazer muitas mercadorias que se haveriam de bom mercado (...); (...) para determinadamente conhecer até onde chegava o poder daqueles infiéis; (...) se se achariam em aquelas partes alguns príncipes cristãos em que a caridade e amor de Cristo fossem tão esforçados que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da Fé*”; “*o grande desejo que havia de acrescentar em a santa Fé de nosso senhor Jesus Cristo (...)*”.

Os interesses ora assinalados justificam o esforço do poder régio e dos mercadores que aí se instalaram alimentando um comércio rendoso de marfim e de metais preciosos, de ferro e cobre, de peles e madeiras, de mercadorias diversas e de escravos enviados para o reino e para outras praças do Oriente que, entretanto, abriram as portas ao sistema de comércio da colonização europeia. Na sua forma inicial esta corrente migratória toma como destino as terras de África, sugerindo mais tarde um processo de colonização desencadeado pelos conflitos e interesses internacionais através da exploração e povoamento desse continente e das suas reservas naturais. Este processo inscreve-se numa fase inicial das “*migrações europeias*” constituídas (Ladame, 1958, p. 17), por “*conquistadores e religiosos, pioneiros e mercadores, exploradores de ouro e médicos que espalharam no mundo a energia da fé, a perseverança e astúcia, a obstinação e a devoção que, no seu conjunto, forma o espírito ocidental*” em diferentes partes do globo.

Importa recordar que estes movimentos marítimos beneficiaram do aprofundamento dos conhecimentos da geografia, astronomia e matemática, divulgados no ocidente pelos cientistas que deixaram Bizâncio por altura da queda do Império Romano do Oriente, fixando-se em Génova, Florença e Veneza. De acordo com Ladame (1958, p. 34) estes ensinamentos foram especialmente aproveitados pelas nações ibéricas uma vez que as outras potências da Europa, em particular a França e a Inglaterra, “*enfraquecidos pela guerra dos cem anos, absorvidos por grandes dificuldades internas (...) deixaram o campo inteiramente livre aos Espanhóis e aos Portugueses*”.

A progressão do movimento de expansão marítima de Quinhentos intensificou-se através das viagens marítimas para sul e do alargamento das rotas por influência dos ventos e correntes marítimas presentes no Atlântico meridional

levando os navegadores portugueses às terras de Vera Cruz. Destas viagens realçamos a descoberta, em 1498, do caminho marítimo para a Índia, por Vasco da Gama e a navegação para ocidente da qual se destaca a viagem de Pedro Álvares Cabral e a descoberta do Brasil, em 1500. Na sua matriz original a fixação da população portuguesa nestas terras teve lugar a partir da criação de um sistema de capitânias a partir dos portos de acesso costeiros – Porto Seguro, Santos, Rio de Janeiro, Salvador da Baía, Pernambuco, Olinda/Recife, entre outros - que serviram de suporte ao povoamento de áreas litorâneas e de apoio à exploração continental da vasta colónia brasileira.

No continente africano este movimento conta com o apoio religioso decorrente da necessidade de missionação da população moura, seguidora de Alá, residente na costa ocidental e oriental de África, já visitada por religiosos católicos no decurso da expansão do Cristianismo nos primeiros anos da sua existência e do confronto peninsular com os seguidores do Islão a partir do século VIII. Contra a expansão do Islamismo em África, a Bula “*Romanus Pontifex*” (ANTT)¹⁰¹ assinada pelo Papa Nicolau V em 1455, concede ao rei D. Afonso V e ao Infante D. Henrique, bem como aos demais reis de Portugal seus sucessores, o domínio de todas as conquistas no continente africano, nas ilhas e nos mares adjacentes, “*desde o cabo Bojador e Não e toda a costa da Guiné*” para que nelas possam mandar edificar Igrejas “*cujos padroados lhe ficarão pertencendo*”¹⁰². Mais, concede ainda a faculdade de poderem fazer comércio com a população local (loc. cit.), “*excepto naqueles géneros proibidos, e que ninguém sem sua autoridade pudesse navegar aquelas mares*”.

A responsabilidade da missionação portuguesa nessas paragens foi confiada essencialmente às Ordens mendicantes e aos Jesuítas, que para além de procederem ao levantamento sumário da região aí construíram igrejas, missões e escolas, num processo que se manteve durante gerações. Aos nobres da corte foram concedidos postos na administração régia local e aos comerciantes, facilidades na expansão das suas atividades de negócio e de movimentação da carga para outros locais do reino. Recorde-se que depois da colonização da Madeira e dos Açores, a chegada dos portugueses a Cabo Verde e a São Tomé, na segunda metade do século XV, assinala o início da ocupação destes territórios com povoadores oriundos do solo

101. Arquivo Nacional Torre do Tombo - <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3907997> 3JUL21

102. Arquivo Nacional Torre do Tombo - <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3907997> 22NOV2020

português ou já das outras ilhas Atlânticas, no que foram auxiliados pelos escravos africanos trazidos das praças vizinhas. Para tanto valeu-se o Infante D. Henrique dos recursos da sua ordem religiosa e militar e da visão do mundo que o levou a intensificar a exploração da costa ocidental do continente africano na procura, talvez, da passagem para oriente balizada mais tarde na descoberta do cabo das Tormentas.

Neste processo de exploração e colonização das ilhas atlânticas e de outras possessões, o aumento da população foi acompanhado pelo cruzamento entre a população de origem portuguesa e a africana, acabando por dar origem à mestiçagem e a um estrato racial – os crioulos – identificados pela cor de pele, linguagem e hábitos tradicionais, revestindo as formas de uma e outra origem étnica. Por sua vez o comércio de escravos no golfo da Guiné consolidou esta ocupação a que se associou a exploração das produções locais de cana do açúcar e de milho, legumes e frutos que auxiliaram a exploração e o comércio desses produtos para as viagens atlânticas de grande distância alimentadas, com o advento das plantações no novo mundo, pelo tráfego escravagista. Não esqueçamos Curado (2000, p. 6) ao recordar que “*em termos de comunicações, Lisboa estava a três meses de distância do Rio de Janeiro (...) havendo, além disso, que contar com outras condicionantes de que se destacam as condições meteorológicas, as limitações à navegação em determinadas épocas e mares e a pouca disponibilidade de navios*”.

A este respeito Ladame (1958, p. 43) regista a presença desta população africana na Europa desde o início do século XVI, “*a partir de 1517 em relação a Espanha e de 1530 em relação a Portugal que este recrutamento se faz directamente nas praças de África: golfo da Guiné, costa dos Escravos, Congo, Angola e Moçambique (...) por acção das razias levadas a cabo pelos negreiros europeus*”. A captura de escravos foi uma das fontes de riqueza e de comércio autorizado por D. João II aos moradores das ilhas africanas residentes para além da costa da Mina, movimento que mais tarde se alargou ao Congo e a Angola com a recolha desta mão-de-obra para as Índias orientais e para o Brasil.

A partir dos alvares do século XVI os portugueses começaram a dirigir-se para o Brasil em maior número quando o sistema de capitánias permitiu o povoamento de vastas áreas do litoral e o apoio à exploração do interior. Para este efeito foram para aí transportados colonos oriundos do continente e das ilhas atlânticas, em especial da Madeira, agravando assim o forte desequilíbrio demográfico que

já então se fazia sentir no território nacional devido à saída daqueles habitantes e dos funcionários régios, negociantes, militares, ministros da religião e artífices que embarcavam para as fortalezas e feitorias de além-mar. Depois das grandes vagas de emigração para o sul e para o solo norte-americano - neste caso procurado essencialmente por populações anglo-saxónicas - é que se desenvolve a emigração intraeuropeia para um continente parcialmente destruído pelos dois primeiros conflitos mundiais.

Tal como outrora a evolução deste movimento acompanha as alterações geopolíticas que levaram às alterações dos fluxos migratórios ibéricos e do continente europeu para o mundo, depois das viagens das descobertas e da criação do sistema marítimo de transporte e de comércio internacional nas águas do Atlântico e do Índico que no seu conjunto, “*rompem com a tradicional geografia mítica e livresca, os protagonistas da acção passam à prática eficaz inserida no real*” (Godinho, 1994, p. 45). Este novo ciclo substituiu a navegação interior no Mediterrâneo, associado ao comércio caravaneiro do deserto e às estepes asiáticas que alimentou, durante séculos, a prosperidade e riqueza das rotas comerciais convergentes para os portos deste mar interior.

Assinale-se ainda a importância económica destas expedições marítimas para um povo que habita a nação lusitana, com relações de vizinhança difíceis, expressas no sentimento popular de que “*de Espanha nem bom vento nem casamento*” – retorquido do lado espanhol de que “*los portugueses son pocos y locos*” - que assenta na necessidade de acesso a outros países e mercados centralizados pelo crescimento das actividades económicas na cidade de Lisboa. Com o acréscimo do movimento comercial promovido pelos descobrimentos portugueses, à foz do Tejo afluem embarcações do norte da Europa e da bacia do Mediterrâneo, conjuntamente com as naus e caravelas do Oriente e do Brasil, atraindo cada vez mais a população do reino para as longas viagens e para os novos domínios da coroa. Muitas delas acabaram por resultar em naufrágios e sobrevivência de pequenos grupos de colonos, de escravos e de outra população de origem lusa naufragada nas costas do continente americano e nas costas do Índico. Exemplos locais de colónias dessa natureza assim o sugerem, ilustrados pelos “*Melungos*” (Everett, 1999) dos Montes Apalaches; no continente africano, em Ziguinchor, cidade do Senegal onde os portugueses construíram uma fortaleza na margem do rio Casamansa, dando origem ao crioulo aí falado.

Outros casos surgem no Oriente: na Birmânia – os Bayingyis – povo descendentes militares lusos radicados¹⁰³ nessa região asiática que conservam, além de “*características físicas, o crioulo de origem portuguesa e algumas tradições, mantêm viva a ligação aos seus antepassados. Em alguns locais, inclusive, é comum cantarem em português e a religião católica é predominante*”; na Indonésia, em Lamno – os “*portugueses de olhos azuis*” e noutros locais em que essa presença se alargou às Ilhas das Flores, às Molucas (Sousa, 1997), centrando-se em Timor. Aí deixaram, na primeira destas ilhas, vestígios do “*crioulo português*”. Testemunhos de uma ocupação armada de mais de um século (1511 a 1641) foram deixados em Malaca, cidade estratégica pela sua localização e ligação com o Ásia insular onde persiste uma comunidade de “*irredutíveis filhos de Albuquerque*”¹⁰⁴ (Thomaz, 1964) ainda unidos pelo “*papiá kristáng*” falado na Malásia e em Singapura. Mais casos são conhecidos no Sri Lanka - Burghers, na Índia - Korlai, na Indonésia – Tugu.

Este movimento, inscrito no registo das saídas periódicas da população portuguesa, observa ciclos do calendário e do regime de ventos dominantes no hemisfério norte e no hemisfério sul, em particular o regime de monções asiáticas - que sopram alternadamente da terra para o mar durante o Inverno e em sentido contrário durante o Verão -, e da sua variação anual. Assim o escreveu Gil Vicente¹⁰⁵:

“*Partem de Maio daqui*”¹⁰⁶

Quando o sangue novo atija:

Parece-me que é justiça?”

É de salientar que a entrada dos navegadores nacionais no espaço marítimo do Índico e os laços de comércio aí estabelecidos foram uma empresa arrojada face ao domínio das comunidades muçulmanas as quais, no dizer de Oliveira (2003), eram “*hegemónicas em relação a quaisquer comunidades autóctones, indianas ou malaiaias*”. Mais ainda (loc. cit.), suplantavam “*também, quer os grupos provenientes do Mediterrâneo e da Pérsia, quer os próprios árabes, se bem que estes conservassem uma importância relativa na metade Ocidental do Índico*”.

Ao tempo a Índia e o vasto Oriente passaram a ser palco das nossas nave-

103. National Geographic - <https://www.natgeo.pt/historia/2020/01/bayingyis-marca-dos-portugueses-na-antiga-birmania> 21JUL21

104. Diário de Notícias, 7SET2011 - <https://www.dn.pt/revistas/ns/malaca-os-irredutíveis-filhos-de-albuquerque-1973737.html> 21JUL21

105. Gil Vicente – Auto da Índia

106. Este texto insere parcialmente trechos de um conjunto de notas publicadas pelo Jornal de Notícias na secção Desenvolvimento social / emigração, no decurso do ano de 1989.

gações¹⁰⁷. Como centros vitais do comércio mundial, estas áreas permitiram o encontro de muitas nacionalidades, que Oliveira (2003) justifica “*por ser o cruzamento das duas monções contrárias que permitem a confluência das embarcações provenientes de África, do Médio Oriente e do Mar da China*” ou seja, de um conjunto de rotas que abrangiam (loc. cit.) o “*Mar Vermelho, o Golfo Pérsico, a costa ocidental da mesma Índia e a África oriental*”. Além destes domínios geográficos regista o mesmo autor (loc. cit.) a importância de novos mercados e rotas marítimas que individualizam um segundo segmento que “*inclui ainda a Índia, Java, Samatra, a Birmânia, a Tailândia e os antigos reinos do Mecão (Mecom/Mekong/Lan-ts’ang Chiang/Daz Chu). O terceiro abarca a China, o Japão e o Sudeste asiático continental e insular (...)*”.

Neste contexto comenta Garcia de Resende (Miscelânea)¹⁰⁸:

*“Vi grandes perdas no mar,
mús movimentos na terra,
muitas mudanças no ar:
nos verões, no invernar,
vemos já também que erra:
pão, carne, frutas e vinho,
e os pescados marinhos, azeites, e todo o que há
se nos vai de Portugal,
e não sei por que caminhos”.*

A fixação dos interesses régios e comerciais em alguns desses lugares a partir de Quatrocentos e no século seguinte, abriu as portas à saída da população do reino que servia nas armadas, no comércio fixo, na evangelização cristã, associando nesta operação mão-de-obra jovem e adulta ocupada na agricultura, artífices, clérigos, nobres e marinheiros que se dispersaram pela costa africana, do golfo da Guiné até à Abissínia. Na sua progressão para oriente essa presença no continente asiático vai desde a Pérsia ao sudeste e leste asiático, até à China e às muitas ilhas e arquipélagos da Indonésia, Malaca e Japão.

As condições específicas impostas pelo regime das monções índicas e dos ventos do Atlântico sul facilitaram a chegada dos navegadores à América e a sua dispersão por outros locais. Sobre este movimento escreveu Magalhães Godinho

107. <http://www.indiportuguesa.com/histoacuteria-do-impeacuterio-mariacutetimo-portuguecires.html> 19Nov15

108. Dedicada a D. João III

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

(1971, p. 64): “(...) a expansão dos portugueses pelo mundo não se circunscreve aos quadros do império português, antes pululam fora dele como mercadores, artífices, marinheiros, bombardeiros e homens de armas” de tal forma que no termo de Quinhentos (op. cit., p. 61) eram “mais de 100000 do Brasil ao Japão, da Terra Nova ao Peru, dos Países Baixos a Moçambique e à Abissínia, de Ormuz e da Pérsia a Timor e às Filipinas, do Rio da Prata a Sevilha e ao interior de Castela”. Acrescenta ainda (op. cit., p. 57) uma estimativa dessas saídas para o período de 1500 a 1580 em que terão acontecido mais de 280.000 saídas, o que corresponde a uma média anual de cerca de 3.500 cidadãos e que durante o domínio Filipino terá alcançado o dobro de emigrantes anuais, num total de 300.000 a 360.000. De “1640 a 1700 o desfalque reduz-se para uns 120.000”.

A dimensão económica deste movimento expresso no “cheiro da canela” e de outros odores de especiarias pouco correntes, acolhe de Sá de Miranda diversos registos, a saber:

“Não me temo de Castela Disto o cheiro, disto a cor
donde inda guerra não soa; que preço, nam tam igual
mas temo-me de Lisboa, milagres de Portugal
que, ao cheiro desta canela, cousas de tanto sabor
o Reino nos despoeva. (...) pera saberem tam mal! (...)”

Após a descoberta do Brasil a exploração dos recursos disponíveis agravou as necessidades de mão-de-obra, sobretudo masculina e jovem-adulta de marinheiros, soldados e serventes necessários à ocupação e defesa, à administração régia, aos serviços religiosos e comércio já presentes em várias praças da costa de África e oceano Índico, numa extensão que ia do corno de África às costas de Ásia, incluindo diversas ilhas na Polinésia. Contudo o Brasil e a Índia constituíram, durante as primeiras décadas de Quinhentos, os dois principais destinos nas saídas da população portuguesa. Posteriormente a importância desse movimento para o oriente foi-se reduzindo nos finais do século XVI assumindo por isso a nossa presença nas longínquas terras do continente asiático as características de uma “ocupação militar e de domínio naval e mercantil”. A perda de independência nacional e a subjugação aos interesses de Castela assim o determinaram.

O súbito interesse pela defesa e ocupação do solo brasileiro, demonstrado pela enorme vaga de saídas que para aí se registaram, é evocado nos “Diálogos do sítio de Lisboa” (Serrão, 1976), de Luís Mendes de Vasconcelos através da conversa

do filósofo com o soldado onde aquele põe em causa o interesse da conquista da Índia fazendo, outrossim, a defesa do povoamento do Brasil. Estes exemplos expressam a dimensão da “*diáspora lusitana*” que vai tendo reflexos no crescimento da população portuguesa e no desenvolvimento das atividades económicas, com efeitos no recurso de mão-de-obra estranha e no estado do reino, cantado por vários cronistas.

Esta é a herança marítima, comercial e religiosa do tempo das grandes navegações joaninas desencadeadas com a descoberta do caminho marítimo para a Índia e a exploração das oportunidades que a viagem de Vasco da Gama proporcionou à coroa e aos navegadores portugueses quinhentistas no Oriente¹⁰⁹ na sua relação marítima com o ocidente brasileiro e o seu apogeu em meados dessa centúria. A volta da Índia tornava frequentemente obrigatória a passagem pelos portos da América do sul antes de tomarem a direção da capital do reino. Para finais do século XVI, após a assinatura do Tratado de Tordesilhas com Castela e a transferência do “*eixo da política colonial do Índico para o Atlântico*”, a presença portuguesa nas terras do continente asiático decaiu e passou a assumir essencialmente as características de uma presença de soldados, associada ao comércio marítimo e de relação com os povos orientais.

No decurso da união dinástica a maior parte dessas praças foram perdidas (Pires, 2009.b, p. 338):

“No Oriente, a situação é ainda pior. Se Macau resiste aos Holandeses em 1622 e em 1624, na Índia estes atacam as Molucas, Malaca, Samatra, Ceilão, etc. e os Ingleses apoderam-se de Ormuz (ou apoiam os Persas na conquista do mesmo) num ataque iniciado logo no ano de 1619 e consolidado em 1622. Dos ataques holandeses, em 1640, restam apenas Colombo e Jafanapatão, no Ceilão (perdêramos Galle, Negumbo, Teniquimale, Baticalá (...)); Goa e Malaca estão cercadas (pelos Holandeses e sultões vizinhos); estão ainda perdidos Ternate, Amboino, Bornéu, Celébes, Java e Sumatra. A situação só não é ainda mais grave porque os inimigos europeus de Portugal na Ásia não tinham os apoios que pensavam conseguir: em 1618 os indígenas de Malaca, Sumatra e Ceilão, auxiliados pelos holandeses, exercem acções provocatórias sobre os portugueses,

109. Transcritos em “Manuscrito de Valentim Fernandes” sobre as viagens e a expansão portuguesa, destinado, essencialmente “a fornecer indicações para grandes viagens, com períodos longos sem avistar terra, onde se perdiam com facilidade as referências próprias das travessias curtas (...)”. Instituto Camões: Navegações portuguesas. - <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/a36.html> 20JAN22

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

contudo, Gillis Van Ravesteyn escrevendo de Surrate afirma – os indianos são mais favoráveis aos portugueses do que a qualquer outra nação cristã. Em África, tínhamos perdido Mombaça e S. Jorge da Mina”.

Durante o ciclo de perda de independência da monarquia portuguesa a favor de Castela, a administração dos interesses coloniais seguiu as conveniências da dinastia Filipina e os efeitos do seu envolvimento nas grandes questões e guerras sediadas na Europa. Durante este período foi grande o número de portugueses que se dirigiu para a vizinha Espanha e para algumas das suas possessões além-mar, de tal forma que antes da restauração dizia-se que a sua presença era elevada em Sevilha e que um terço de Buenos Aires era constituído por cidadãos portugueses. A propósito assinalou Godinho (1971, p. 63) que embora a independência de Portugal tenha atrofiado esses núcleos de portugueses residentes em Castela e no império espanhol, “*não os erradicou por completo*”.

Sobre a dominação Filipina assinala Balbi (1822.I, pp. 21-22) que após as Cortes de Lisboa e a presença do exército do Duque de Alba em Portugal, a coroa portuguesa passa para as mãos do monarca espanhol, Filipe II, levando ao refúgio de António, Prior do Crato, nos Açores, mais tarde em França “*et le Portugal avec ses vastes colonies passe sous la domination espagnole*”. No decurso da dominação Filipina, Portugal (loc. cit.):

- “*Perd ses trésors, son commerce, son armée, sa marine marchande et militaire, les riches domaines de la couronne et presque toutes les colonies*”.

- “*Les Hollandais, ne pouvant pas acheter à Lisbonne les marchandises de l’Inde, dans la revente desquelles ils faisaient un grand profit, commencent (1596) à naviguer directement aux Indes, où ils tâchent de s’établir malgré l’opposition des Portugais.*”

- *Les Hollandais font la conquête des Moluques et de Malacca, s’établissent à Java, s’emparant de Saint Georges de la Mina et d’autres établissements en Guinée (1630), de Pernambuco et d’une grande partie do Brèsil*”.

- *Les Persans, aidés des Anglais, prennent (1662) l’importante île d’Ormus,*

- *Que les Japonais (1622) chassent les Portugais de leur empire,*

- *Et que dans d’autres contrées les naturels secouent leur joug*”.

Nestas circunstâncias só depois da restauração é que se recuperam os antigos interesses da coroa portuguesa acendendo-se a luta pela preservação de alguns dos seus antigos domínios. Tal acontece com a dinastia de Bragança através da assinatura de tratados de aliança com a França, a Suécia e a Holanda, prosseguindo

estes a ocupar as antigas possessões lusas em África e nas Índias orientais, salvo no Brasil. Culmina este processo a celebração do tratado de aliança de Portugal com a Inglaterra de 1703, conhecido pelo tratado de Methuen (Balbi, 1822.I, p. 24), o qual *“fait entrer le Portugal dans la grande aliance contre la France, et qui paralyse pendant un demi-siècle l’industrie, l’agriculture, le commerce et la navigation du Portugal, dont le seul dédommagement est l’augmentation de la culture de la vigne surtout le long du Douro”*.

Por sua vez Sandoica (2006.XVIII, pp. 110-111 - Abon, 2006.XVIII), afirma que através desse acordo os ingleses *“conseguiram com Portugal um livre – cambismo ‘avant-la-lettre’ e uma divisão de trabalho bilateral, altamente favoráveis aos ingleses”*, com a perda de mercados devido ao encerramento dos mercados nacionais ao comércio estrangeiro, à abertura dos portos brasileiros, nomeadamente aos interesses ingleses. Esta celebração (op. cit., p. 111) *“marcou o fim temporário das ambições imperiais portuguesas e eliminou qualquer hipótese de industrialização (...) o enfraquecimento da burguesia comercial portuguesa, face à nobreza e à Igreja, que controlavam a fonte de riqueza mais importante do país, isto é, a terra”*.

A evolução das saídas de portugueses de diversas terras do reino, do continente ou já das ilhas atlânticas abrandou após 1640. Para tanto contribuiu a sangria humana e material do período Filipino com as perdas de homens e embarcações nos palcos de guerra de Castela e nas iniciativas bélicas terrestre e marítimas em que se viram envolvidas as tropas portuguesas. Apesar de terminado o domínio castelhano e das lutas com os holandeses no Brasil, a crise açucareira então registada não foi capaz de atrair grandes contingentes de trabalhadores. Mesmo assim, entre 1640 e o início da centúria seguinte esse movimento atingiu 2.000 emigrantes/ano. Nestes estão incluídos os colonos madeirenses que o governo de Lisboa incentivou a partir para o Brasil nos finais de Quinhentos devido à crise açucareira na ilha, bem como outros colonos de origem açoriana que no mesmo período rumaram com o mesmo destino ou já para as possessões ultramarinas de maior dimensão.

Durante a segunda metade do século XVII um grupo de mais de duas centenas de pessoas embarcaram¹¹⁰ *“no barco Jesus, Maria e José em Horta, Ilha de Faial, com destino ao Grão-Pará, atual estado do Pará”* dando assim continuidade a um

110. Portugueses: origem da imigração açoriana - <http://villadosacores.blogspot.com/2012/06/normal-0-21-false-false-false.html> 30JUL21

movimento de colonização iniciado antes ainda da conversão de Lisboa e de Sevilha como dois dos principais destinos das rotas transoceânicas e do comércio marítimo com as Américas então dominado pelos dois reinos ibéricos. Assim o registam Quiles et alii (2018, p. 14)¹¹¹:

*“Do Tejo à China o Português impera,
De um pólo ao outro o Castelhana voa,
E os dois extremos da redonda esfera
Dependem de Sevilha, e de Lisboa”.*

Posteriormente, no início do século XVIII outros habitantes foram acolhidos na colónia do Sacramento, acabando por se instalar em Rio Grande (Franzen, 2003, p. 123), *“fugindo dos conflitos permanentes a que aquele estabelecimento português no Rio da Prata estava sujeito, buscavam segurança e tranquilidade no novo povoado”* e reforçando o povoamento que acolheu novas nacionalidades como italianos e alemães. O estudo desta autora mostra ainda a afirmação da identidade açoriana nesta região sul-grandense na sua relação com a construção da imagem do “gaúcho” (op. cit., p. 126), *“homem do campo, habituado às lides da criação de gado, primeira grande riqueza do Rio Grande do Sul”* nos tempos mais recentes.

A complexidade das operações militares no oriente asiático e no Brasil, assentes no avanço do conhecimento científico, nas técnicas de navegação, na observação e cálculo astronómico, na cartografia e na descrição dos povos e dos seus hábitos e costumes - como o assinala Pero Vaz de Caminha, escrivão da feitoria de Calecute, na Carta endereçada ao rei D. Manuel em 1 de Maio de 1500 relativa ao achamento do Brasil - permitiu o traçado de novas rotas comerciais e a identificação dos portos seguros então visitados pelos navegadores. A estas condições juntavam-se os laços de amizade estabelecidos em feitorias próprias e nas praças de comércio marítimo conhecidas dos navegadores e comerciantes nacionais com base no domínio do regime dos ventos e das correntes que havia permitido a travessia do cabo das Tormentas e a descoberta do caminho para o Índico, abrindo as portas à construção de uma rede de feitorias em diferentes pontos do Oriente (Garcia de Resende):

*“Outro mundo encuberto
vimos então descobrir;*

111. Traducción a partir de: José de Santa Rita Durão (1781), p. 182.

*que se tinha por incero:
 pasma homem de ouvir
 o que sabe muito certo,
 que cousas tão grandes sam
 hos da India, e Iucatam,
 e quam na China espantosas,
 que façanhas façanhosas
 no Brasil e no Peru vaam?”*

Esta foi uma situação que se alterou no decurso da união dinástica durante a qual, assinala Barros (1789.I, p. 134),

“O concurso das outras Nações da Europa, que depois de nós passaram ao Oriente a buscar hum comércio mais útil, e ao mesmo tempo mais pacífico, e de melhor economia; um governo. Com uma política estrangeira sem sinceros estímulos nas nossas próprias prosperidades; os nossos privilégios sem vigor, e sempre em tudo mal guardados, e os nossos desgostos sem sossego, e já sem termo”.

Tais situações conduziram a uma situação de perda da população no reino e à sua maior concentração fora dele por via desta empresa e da emigração transoceânica para o Brasil. A estas circunstâncias internas junta-se a descoberta das minas no Brasil e a correspondente intensificação das saídas para este destino, o que levou o poder central a publicar medidas legislativas destinadas a restringir esse movimento, que embora colonizador no seu início assumiu desde então os traços de uma emigração determinada por razões económicas. Não sendo um fenómeno específico no sul do continente europeu, depois da restauração do trono português e antes ainda do termo do século XVII, é reconhecida à escala europeia uma descida da taxa de crescimento da população (Pinedo, 2006.XIV, p. 139 - Abón, 2006.XIV) devido às “condições económicas menos favoráveis do que as do século anterior”, à mortalidade, celibato e matrimónio tardio (op. cit., p. 141) e mobilidade geográfica dos habitantes.

Os traços anteriores acentuaram-se no início da centúria seguinte continuando a ameaçar o despovoamento do reino e obrigando a uma legislação ainda mais rigorosa, como sucedeu em 1720 com a proibição de saída (Serrão, 1970) de “*todos quantos não estivessem investidos de funções oficiais*”. Tal legislação não pôs cobro à emigração dado o sucesso dos “*mineiros*” (e mais tarde dos “*brasileiros*”), regressados ao seu país de origem. E embora muitos dos que partiram não tivessem alcan-

çado o sucesso almejado, o enriquecimento rápido, negócios chorudos, trabalho fácil e bem pago difícil de conseguir no continente, continuaram a alimentar as partidas de fidalgos e letrados, de funcionários régios e comerciantes, proprietários e trabalhadores indiferenciados, que anualmente engrossaram o caudal emigratório que se dirigia para aquelas paragens. Nem sempre, porém, as condições reais coincidiam com o sonho de riqueza e as situações de acolhimento eram as mesmas que engajadores dispersos pelo reino prometiam. Como em tempo assinalou Alexandre Herculano (1838)¹¹²,

“Pintam-lhes esses agentes o Brasil como o Eldorado, onde para achar ouro não há mais do que tocar naquelas praias abençoadas. Falam-lhes dos desmesurados salários que lá ganham os artistas, os caixeiros, os agricultores, mas não lhes dizem que a moeda, em que esses salários são pagos, tem muito pouco valor, ou por outra, que os géneros com ela comprados são de excessiva carestia. Este modo de proceder não é leal, nem generoso, e, ainda dizemos mais, não é útil ao Brasil”.

A muitos, porém, aguardava o trabalho árduo prestado de sol a sol no campo e, à noite, as tarefas no alambique, nos engenhos e nos armazéns dos fazendeiros; o tratamento de escravo e a falta de pagamento adequado; a ausência de recursos para saírem de tal inferno. Contudo (loc. cit.):

“Mas sem nos embarçarmos com os males nascidos do carácter individual das pessoas de quem tratamos; considerando a emigração para o Brasil como uma coisa que pode produzir vantagens para os que a tentarem, e para aquele país, resta-nos fazer algumas reflexões sobre este objecto, em relação à emigração portuguesa, que, força é confessá-lo, nestes últimos anos tem sido espantosa”.

Assim o assinalou o padre António Vieira que num dos seus sermões comparou estes trabalhadores a Cristo, despido, faminto, maltratado, conjuntamente com “os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontados” sofridos nas plantações. Apesar desta situação o número de saídas de Portugal para o Brasil no período correspondente ao domínio castelhano, cerca de três centenas de milhares, é um valor que não deixa de ser relevante dada a população de então. Durante o século XVII (em 1667), antes ainda do achado de ouro em terras brasileiras, o Brasil restringiu fortemente esta emigração. Razões tem a tradição popular ao recordar a desilusão e destino de tantos emigrantes portugueses:

112. Diário do Governo n.º 12, de 13 de janeiro de 1838

*“Brasil, terra de enganos
Quantos lá vão enganados
Tantos lá vão por três anos,
E la ficam sepultados”.*

As perdas da população a favor da colônia do Brasil, assinaladas por Barros (1789.I, p. 134), ilustram a “*emigração forçada ou voluntária*” justificada pelo “*vasto e fértil terreno, à sua primeira, e mais importante cultura, ao açúcar, e ao tabaco*” a quem devemos “*tanto benefício*” (loc. cit.). Este processo foi acompanhado da intensificação do povoamento das terras do sul e do interior desse continente contribuindo para o crescimento da população brasileira que no início do século XVII deveria rondar uma centena de milhar de habitantes (excetuando a população indígena), e que teria aumentado para cerca de quatro milhões – metade dos quais escravos negros – no início do século XIX.

Foi depois da independência desta antiga colônia que a população aumentou ainda mais em virtude da enorme expansão da plantação e do comércio de café – base da economia brasileira – e do surto notável de emigração estrangeira que para aí se dirigiu em virtude das enormes carências de mão-de-obra exigida por aquelas tarefas depois da publicação da “Lei Áurea”, de 13 de maio 1888¹¹³. Esta norma pôs fim à escravatura neste país e através da imigração contribuiu para que a população aumentasse significativamente. Eis um excerto desse documento:

“A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súbditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. (...)

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente”.

A publicação desta legislação tem como efeito imediato o agravamento das

113. Lei nº 3.353 - Presidência da República - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm 3JUL21

necessidades de mão-de-obra, ainda não substituída pela revolução industrial e introdução da energia a vapor em algumas das atividades económicas. Em pouco mais de um século e meio a população residente passou de 1.500.000 habitantes em 1750 para mais de 14.333.000 em 1890, valores que ganham significado se atendermos aos dados da emigração portuguesa registados para este país e ao contributo destes moradores que se cruzaram com os povos indígenas promovendo o aumento demográfico desse destino. Por sua vez os dados indicados por V. M. Godinho (1978, pp. 8-9) relacionados com as perdas da população portuguesa, associada às preferências da população nacional pelo Brasil, realçam o seguinte:

- Desde o século XVI que o Brasil atraía colonos de origem portuguesa, que durante o século seguinte, até à restauração, repartiam-se igualmente por Castela e pelo império espanhol;

- Depois da restauração e antes do ‘rush’ mineiro do século XVIII, este movimento de saída é particularmente registado a partir dos portos de Viana do Castelo, Porto e Lisboa com destino a Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro, com cerca de dois milhares de emigrantes anuais.

A evolução desta corrente para este destino ficou então marcada pelo incremento de exploração dos recursos naturais existentes e pela importação de escravos:

- Séculos XVI, XVII e XVIII, ao pau-Brasil,
- Século XVII, à exploração de metais,
- Séculos XVII e XVIII, exploração de perdas preciosas
- Século XIX, à cultura do café.

O contributo da população escrava é descrito por Pereira (2009):

“É do conhecimento geral que foi a escravatura que viabilizou o desenvolvimento da América no período colonial. A emigração dessa época forneceu essencialmente os quadros administrativos, militares, técnicos e um restrito corpo de comerciantes e artesãos. Os colonatos foram raros e de êxito variável. Regra geral omite-se que foi a presença massiva de escravos que determinou a reduzida dimensão da emigração europeia e o seu forte controle”.

Acrescenta, ainda: *“No Brasil (...), com a independência não diminuiu o afluxo de mão-de-obra escrava, bem pelo contrário, a expansão do café veio a intensificar o afluxo de mão-de-obra escrava, bem pelo contrário, a expansão do café veio a intensificar a procura. De 1820 a 1850, calcula-se em 1.100.000 o número total de entradas”.*

As dificuldades crescentes do tráfico negreiro desde 1850 e a abolição da escla-

vatura em 1880 obrigaram o Governo brasileiro a apoiar a vinda de mão-de-obra estrangeira, “escravos brancos”, onde se incluía uma vasta parte de população portuguesa. Na época e desde a saída da corte de Lisboa para o Brasil no início das invasões francesas, a situação económica do continente agravara-se com o declínio do comércio e da indústria, também da agricultura, o que piora a situação ruínosa do reino de Portugal (Balbi, 1822.I, p. 49):

“Sa population (...), continua à s'appauvrir par l'envoi force au Brésil de quelques milliers d'hommes, qui, après avoir exposé leur vie pour la patrie et pour le trône, après avoir mérité de goûter le repos dans la tranquillité de la paix, au sein de leur famille, ou de jouir dans leur pays natal du prix de leur dévouement et de leur courage, furent continuer dans l'Amérique méridionale les durs travaux de la guerre, et d'une guerre qui, faite à une si grande distance du Portugal, semble n'avoir porté ses coups que sur ce royaume, en attaquant de plusieurs manières les sources essentielles de sa vigueur, et en exposant en même temps aux entreprises d'une nation puissant, sa voisine, toujours sa rival, et maintenant piquée, et même, d'après son opinion, offensée et outragée”.

Mesmo depois da sua independência o Brasil continua a ser o principal destino da nossa emigração. Assim o mostra Freitas (1867, p. 10) que no período correspondente a uma década, entre 1855 e 1865, contabiliza o predomínio de emigrantes saídos para o Brasil embarcados na Foz do Douro e Viana, a que se juntam as saídas para outros destinos do continente americano, sobretudo para os E.U.A. oriundas dos portos do Funchal, na Madeira e de Angra, Horta e Ponta Delgada nos Açores. A esta relação de portos de embarque podemos ainda acrescentar os portos da Galiza, em particular Vigo, conhecido das populações do Norte litoral e interior do país.

Quadro IV, 1 - Destino e origem de emigrantes nacionais embarcados por via marítima – portos do Continente e Ilhas

Destino	Porto	Viana	Func.	Angra	Horta	P.Delg.
Brasil	56387	1677	1369	3938	4236	3371
E.U.A.	-	-	2	-	3002	-
Demerara	-	-	4629	-	-	-
Jamaica	-	-	357	-	-	-
Suriname	-	-	-	30	-	-

Destino	Porto	Viana	Func.	Angra	Horta	P.Delg.
Saint-Kitto		-	-	213	-	-
Rio de Janeiro	43228	1671	1369	3583	1103	2742

Fonte: Freitas, 1867

2.2 – Migrações em massa

Referimo-nos às migrações em massa a propósito da emigração transoceânica e das saídas registadas a partir de meados do século XIX, com as quebras do início de Novecentos assinaladas pelas sucessivas crises do café no Brasil, seguidas das renegociações da dívida do país na transição do século e nos primeiros anos de Novecentos correspondendo ao período da primeira guerra mundial de 1914-18. Segue-se a intensificação deste movimento durante os anos vinte até à eclosão da crise económica dos anos trinta, que afetou não só a América como toda a economia mundial. Daí resultou uma quebra global da emigração portuguesa que só volta a intensificar-se nos finais da primeira metade do século XX, progredindo de forma mais contida a partir de então, até ao início dos anos sessenta, quando foi substituída pela forte vaga de emigração legal e clandestina com destino à Europa.

Como foi descrito desde o início de Oitocentos que diversas vicissitudes de natureza económica e social alimentaram a continuidade das anteriores vagas de emigração para o Brasil. Durante os anos trinta do mesmo século a guerra civil entre liberais e absolutistas, apoiada por voluntários estrangeiros que integraram as milícias liberais, agravou ainda mais a intensidade desse movimento. Note-se, contudo, que após a independência do Brasil o ritmo de partidas abrandou devido à legislação imposta pelo governo imperial brasileiro que suprimiu os créditos à colonização e ainda devido à falta de assistência às colónias de imigrantes obrigando-as a regredir para uma “*economia de subsistência*” contrária à esperança dos seus habitantes. Conhecida esta nova situação na Europa, generalizou-se na opinião pública uma ideia contrária à emigração para o império “escravista” da América, levando a Alemanha a suspender a emigração para este país durante o terceiro quartel de Oitocentos. Mesmo assim o movimento intensificou-se logo durante a segunda metade do século XIX, generalizando-se quer nos distritos mais densamente povoados do norte e do centro do país, quer nas ilhas adjacen-

tes. Justificando a ocorrência da emigração, Domingos Vandelli (Alves, 2017, p. 223) escreveu: “*Expatriam-se muitos (cultivadores) cada ano por várias razões, entre as quais é a falta de subsistência: facilitando-se estas emigrações com terras gratuitas para cultivar, e auxílios que acham fora deste reino (...)*”.

Razões internas relacionadas com o enorme peso das chegadas em portos brasileiros, as flutuações económicas, a exploração humana e a miséria associada às crises de maior oferta condicionaram o emprego a muitos desses imigrantes dando origem a elevado número de repatriados e de expatriados que Oliveira Martins estimou em cerca de treze dezenas de milhares no último quartel de Oitocentos. Esta situação atesta como esse retorno nem sempre coincidiu com o regresso afortunado e com o que o povo cantava no Portugal de Setecentos (Cortês, 1980, p. 22 e p. 97): “*restaurado e anticastelhano, barroco, é certo, mas feminino, criando à força de saudade e amor insatisfeito, uma das sínteses mais belas da afectividade nacional, cujas raízes mergulha, aliás, no lirismo medieval*”. São exemplo as quadras populares recolhidas pelo autor (loc. cit.):

<i>“Já fui ao mar e voltei,</i>	<i>S. João, ó S. João,</i>
<i>Já fui ao Brasil e vim:</i>	<i>Ó meu santo marinheiro,</i>
<i>Já fui amante dum anjo,</i>	<i>Levai-me na vossa barca,</i>
<i>E agora sou serafim.</i>	<i>Para o Rio de Janeiro.</i>
<i>Ó coração das três penas,</i>	<i>Tenho o meu peito fechado</i>
<i>Dá-me uma, quero voar!</i>	<i>A chave está no Brasil;</i>
<i>Que eu vou ao Brasil e venho</i>	<i>O meu peito não se abre,</i>
<i>Na volta torno-ta a dar...</i>	<i>Sem a chave de lá vir”.</i>

O interesse com que o governo brasileiro apoiou pontualmente a colonização durante os primeiros anos de libertação ficou demonstrado na ajuda dada à transferência de “grupos familiares”, especialmente para o sul do território, contrariando a persistência da emigração de “isolados” que durante três séculos alimentaram as saídas para a antiga colónia. Tal medida já tinha sido posta em prática no início do século XIX, por D. João VI, quando promoveu a partida de cerca de um milhar e meio de casais açorianos para a capitania de Rio Grande do Sul. Esse movimento prosseguiu com a fixação de outras famílias oriundas de Portugal e de países europeus, como da Alemanha, Suíça e Prússia, que se fixaram em diversos locais do solo brasileiro, sobretudo no sul dotado de clima moderado.

No que concerne a realidade portuguesa salienta-se a importância da emigração familiar a qual, como recorda Oliveira Martins (1956) referindo-se às características desse movimento durante a segunda metade de Oitocentos, teria representado entre 30% e 40% do total da emigração das ilhas atlânticas e que seria pouco relevante no continente, em particular no Minho e nas Beiras onde não ultrapassaria os 9%. Este tipo de “emigração familiar” era favorecido pela “*excessiva densidade de população e pela miséria*”, distribuindo-se “*em razão da densidade da população*”. Assim o confirma o referido autor (op. cit., p. 219) que a propósito escreveu:

“(...) o Minho é o centro da emigração que se alastra, por um lado, pelo litoral, para o sul (Beira Alta) nos distritos de Aveiro e Coimbra principalmente, estendendo-se ainda ao de Leiria (Estremadura); e, por outro lado, se insinua para leste no distrito de Vila Real (Trás-os-Montes. As ilhas (...) partilham das condições do Minho”.

Os dados apontados ilustram a dimensão deste movimento: mais de 13.000 emigrantes anuais entre 1866 e 1888, valores que são justificados, não pelo “*capricho de enriquecer, mas, sim, fundamentalmente, da míngua de meios de subsistência*”. Considerando a importante “*criação de gado humano para exportação (...) que constituía um suplemento de rendimento da pequena propriedade*” (op. cit., p. 221) ela tornou-se responsável pelo acréscimo da “diáspora” lusitana e crescimento moderado da população portuguesa, compensado por considerável volume de remessas – cerca de 14:000 contos de réis anuais – enviados regularmente pelos nossos compatriotas durante as últimas décadas do século XIX.

Ao mesmo assunto referiu-se Herculano (1983, p. 69): “*(...) o Brasil é a nossa melhor colónia desde que deixou de ser colónia nossa*”, situação assinalada em documento do início do século passado (M.I., 1926, p. 6): “*Muitos, senão uma grande parte, dos portugueses que ali vão em busca de fortuna levam uma vida penosa, sofrendo as maiores agruras, arruinando a saúde*”, numa luta constante “*do homem contra o meio*” (op. cit., p. 12). Complementarmente verifica-se que esse movimento para a antiga colónia representava nos finais do século XIX cerca de 90% do total das saídas, ficando assinalado pelo peso excessivo de menores com menos de 14 anos de idade fugindo às obrigações militares, de emigrantes isolados, analfabetos e clandestinos.

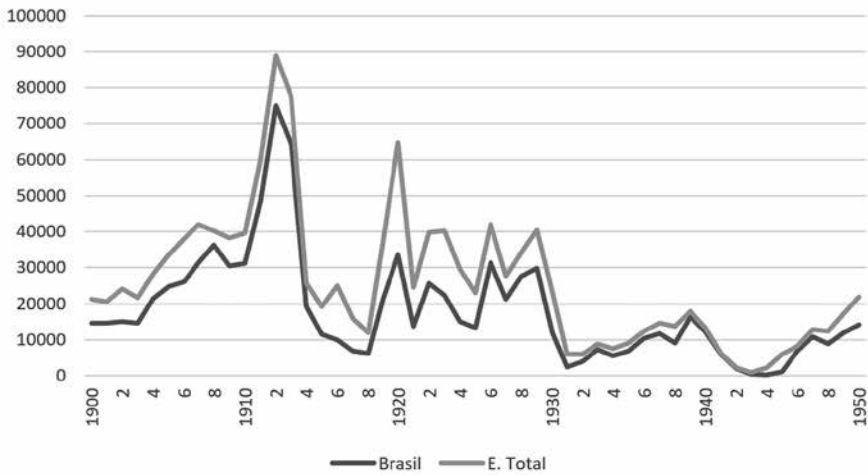


Fig. IV, 4 - Emigração portuguesa: total e para o Brasil: 1900 a 1950

Fonte: Junta da Emigração

A importância da emigração para o Brasil que levou à saída de mais de meio milhão de emigrantes entre 1908 e 1923 – média anual de 31,3 milhares de saídas –, é assinalada na análise do Boletim de Emigração de 1925 (M. Int., 1926, p. 7):

“O Brasil, exuberante de vitalidade, abre braços a toda a colonização porque não a pode dispensar, e os portugueses, a quem o espírito de aventura levou a deixar a Pátria, para lá vão engrandecê-lo sem que tenham muitas vezes a simpatia que lhe é devida. Muitos, senão o maior número deles, para conseguirem a verba indispensável ao custo da passagem despem-se dos parques bens que possuem na terra que lhes foi berço. Uma vez no Brasil, fixam residência, constituem família e ali ficam para todo o sempre, desnacionalizando-se (...)”.

Movimento semelhante acontece com os imigrantes de outras nacionalidades que à data procuram este país em grande número. Esta nota realça a importância do “Eldorado” brasileiro que ao tempo constituía o sonho do emigrante português (Cortesão, 1980, p. 98):

<i>“Deus te leve e Pernambuco</i>	<i>“Você diz que não me quer</i>
<i>E venhas de lá tão rico</i>	<i>Que eu não tenho dinheiro</i>
<i>Que el-rei da Dinamarca</i>	<i>Tenho o meu pai no Brasil,</i>
<i>Não possa igualar contigo”.</i>	<i>Sou filha de brasileiro”.</i>

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

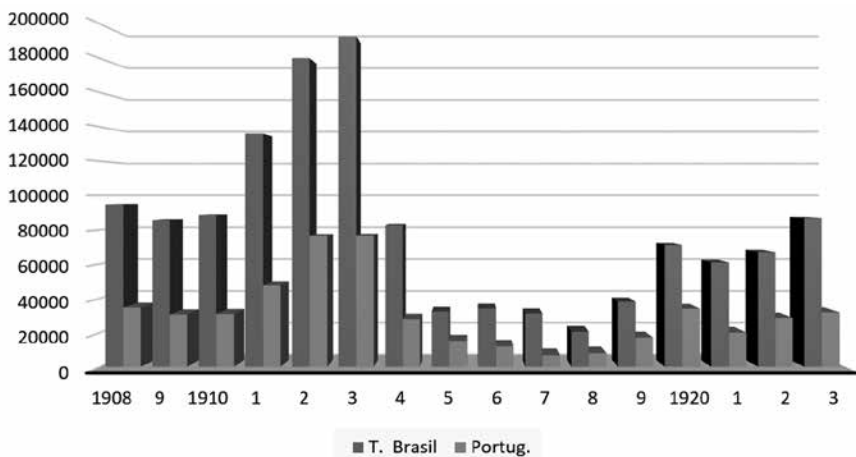


Fig. IV, 5 - Imigração total e imigração portuguesa no Brasil: 1908 a 1923

Fonte: Junta da Emigração

Em estudo relacionado com a política portuguesa de emigração, Pereira (1981, p. 50) chama a atenção para o recrudescimento da emigração portuguesa para este país depois de 1870, já que “*uma vez terminada a guerra do Paraguay e definitivamente proibido o tráfico negreiro*” a emigração aumentou. Entre essa data e o início da crise económica dos anos trinta a política de emigração nacional procurou (op. cit., p. 53) “*Manter a corrente de divisas provenientes do Brasil e conseguir deslocar para África uma parte do contingente emigratório, indispensável à implantação administrativa portuguesa, conciliando estes dois objectivos com as necessidades de mão-de-obra da burguesia agrária e industrial*”.

Esta situação foi acompanhada de profundas melhorias no que respeita às condições de transporte, com consequências imediatas no movimento das migrações internacionais. Por isso, à semelhança do que aconteceu com outros países europeus, a revolução técnica traduzida na revolução industrial e na utilização da máquina a vapor no transporte marítimo, com a redução dos custos de viagem e da sua duração e comodidades, veio a provocar a intensificação das viagens transoceânicas da Europa para o continente americano. No nosso caso esse movimento foi ampliado pelo movimento maciço de emigrantes italianos e de outras nacionalidades para terras sul-americanas e das carreiras regulares estabelecidas entre a bacia do Mediterrâneo e o Atlântico sul que banhava as terras da fortuna, das montanhas de ouro, da abundância e da fartura. Para Leite (1991, p. 742), o transporte em veleiros

“Na sua maior parte, embarcações de 200 a 400 toneladas, capazes de transportar entre 100 e 200 pessoas. Como passageiros de proa, os emigrantes não tinham acomodações próprias e dormiam no chão de um porão atravancado, escuro e sufocante. Falta de espaço e falta de higiene constituíam as queixas mais frequentes dos funcionários consulares nas suas visitas de inspeção. A ementa tinha como base o arroz e o biscoito duro, carne e peixe salgado; sem qualquer mesa, uma tina de comida reunia à sua volta um grupo de pessoas que, de colher em punho, se iam servindo; todos bebiam pela chupeta, que circulava de mão em mão”.

Com a substituição dos veleiros pelos vapores, as condições de viagem alteraram-se (op. cit., p. 743):

“A maior e mais desimpedida área de convés dos vapores, onde os passageiros podiam movimentar-se, espairar e conversar, era outra das suas vantagens. É natural, por isso, que já em 1862 os mesmos funcionários consulares que registavam queixas sobre os veleiros notassem o bom serviço dos paquetes, onde os passageiros de 3.ª classe eram ‘bem tratados, com bons alimentos, etc’”.

Melhores condições aceleram a procura e intensificam a ligação entre os portos argentinos e brasileiros de tal modo que em plena fase da grande emigração transoceânica de Oitocentos, assinala o autor (op. cit., p. 749): *“O resumo estatístico de 1870-74 acima mencionado registou 222 veleiros, 217 dos quais eram portugueses; e 507 vapores, dos quais 497 eram estrangeiros”.* Na sua origem se os vapores seguiam rotas internacionais mais longas, os veleiros asseguravam ligações específicas entre portos dos dois continentes, permitindo ao autor (op. cit., p. 752) afirmar que *“a transição para o vapor sugere uma ordenação económica dos fluxos migratórios”* com a utilização dos veleiros em carreiras especializadas de emigrantes entre os Açores e Cabo Verde para portos norte americanos.

A leitura de Cruz e Silva (1807 – Cabral, 1985, p. 17) sobre a *“Viagem por mar”* permite conhecer um relato dessa experiência:

*“Saímos pela barra com bom vento,
Mas, ao terceiro dia de viagem,
Se alçou de noroeste tal aragem,
Que as vagas arrojava ao firmamento:*

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

*Sossegado este horrendo movimento
Em que roncava o mar como um selvagem,
Vimos ao sexto dia, de passagem,
A vinosa madeira a barlavento.*

*Na barba da cruel Serra leoa,
Oito dias sofremos calma
E o cérebro fuzilar com que o céu troa.*

*Passámos logo a linha ao quarto dia,
E surgimos, com toda a gente boa,
Aos sessenta, do Rio na Baía”.*

Embora com as dificuldades inerentes à contabilização dessas saídas recordamos que apenas durante os três últimos quartéis do século XIX, de entre mais de dois milhões de imigrantes acolhidos em solo brasileiro, cerca de um quarto eram de nacionalidade portuguesa; cerca de um milhão, italianos; duzentos mil, espanhóis; sessenta mil, alemães e os restantes de outras nacionalidades, sobretudo suíços e prussianos a que se juntaram, em períodos seguintes, gregos, sírios e asiáticos. A chegada destes contingentes segue o movimento já iniciado durante o século XVIII em virtude da grande corrida ao ouro e aos diamantes e à ação de diversos governos estrangeiros que procuraram encontrar no novo mundo solução para problemas económicos e políticos relativos ao excesso de habitantes no seu país.

Apesar da flutuação da economia brasileira este novo país fez parte dos novos destinos das migrações livres impulsionadas pela evolução dos transportes marítimos e colonização europeia, por razões militares e políticas - como sucedeu em Portugal durante a primeira metade de Oitocentos - e por outras causas induzidas pelas crises do mundo rural e do processo de revolução industrial em curso nos países da Europa setentrional. Note-se, contudo, que após a independência do Brasil o ritmo de partidas abrandou devido à legislação imposta pelo governo imperial que suprimiu os créditos à colonização e ainda devido à falta de assistência às colónias de imigrantes obrigando-as a regredir para uma “economia de subsistência”. Em Portugal, porém, o movimento intensificou-se logo durante a segunda metade desse século generalizando-se quer nos distritos mais densamente povoados do norte e do

centro do país, quer das ilhas adjacentes, através da participação de emigrantes de ambos os sexos e forte componente de cidadãos de menor idade.

Quadro IV, 2 - Composição da emigração portuguesa

Períodos	Sexo M	Sexo F	Idade Maior	Idade Menor
1866-1871	45196	6313	43720	7789
1872-1875	52813	7733	50345	10171
1876-1879	37429	7840	38898	7331
1880-1884	65865	16410	70004	12271
1885-1888	54129	12846	57130	12785

Fonte: Oliveira Martins, 1956

Um documento do início da 1ª. República (M.I., 1926, p. 7), dá-nos conta do seguinte:

“Da maior conveniência é também que para o Brasil não vão os rapazes e raparigas cujas idades sejam respectivamente inferiores a catorze e dezasseis anos, quando não se façam acompanhar dos pais ou tutores idôneos. Acontece muitas vezes que certos indivíduos conseguem ludibriar as autoridades, intitulado-se tutores de menores de ambos os sexos, e, uma vez chegados ao Brasil, depois de receberem a espórtula do engajamento, os abandonam a uma vida de vadiagem ou prostituição”.

Note-se que os menores, fugidos às leis do serviço militar, constituíam uma mão-de-obra bastante cobiçada pelos fazendeiros brasileiros por serem mais “dóceis” e pelos encargos que exigiam serem inferiores aos dos escravos negros. O mesmo tipo de testemunho é encontrado em documentos da época onde se aponta como justificação a obrigatoriedade de indivíduos com mais de 14 anos só poderem partir sob “fiança”. Tal obrigava os pais, para os não ver soldados, M. H. Pereira (1981), a “arremessá-los para o Brasil, muitas vezes sem a mais leve recomendação, entregues completamente à inexperiência, se não acham a quem os venderem”. Esta fuga da população de jovens e adultos – sobretudo de habitantes em idade de cumprimento do serviço militar - embora compensados pelo “proveitoso regresso” de alguns afortunados - que no dizer de Oliveira Marreca, “recolhendo-se quase sempre muito melhorados em cabedal, vêm reforçar as faculdades produtivas do Reino” - alertou a consciência de muitos dos políticos e pensadores de então preocu-

pados com o descalabro da economia portuguesa. Transcreve-se a propósito uma citação de Rodrigues de Freitas (Serrão, 1976) sobre as causas deste movimento:

“Se um povo quer diminuir a corrente emigratória depois de já ter adoptado preceitos legislativos (...) resta-lhe somente melhorar suas próprias condições sociais: à medida que as aperfeiçoar diminuirão as forças centrífugas do seu sistema económico-político: a expatriação irá perdendo as excrescências doentias, e tenderá para dentro dos limites de um fenómeno verdadeiramente fisiológico (...)”.

No contexto Oitocentista apesar da expansão da economia das plantações, a supressão da escravatura foi saudada pelo poder de Roma, como se demonstra pela mensagem enviada pelo Papa Leão XIII à princesa Isabel, regente, a 24 de maio de 1888, aquando da concessão da “Rosa de Ouro” pela liberdade dos escravos:

“(...) As exímias e preclaras virtudes que adornam o teu espírito e a dedicação singular que tens demonstrado para connosco e a Sede Apostólica, mereceram-te um peculiar e insigne testemunho da nossa estima e paternal benevolência. Para a demonstração deste testemunho, nenhuma ocasião se tinha apresentado mais propícia do que esta, em que mais uma nova claridade se junta aos teus méritos pela promulgação das leis que sancionaste com a tua autoridade de Alteza Imperial, em favor daqueles a quem o Império Brasileiro impôs a condição servil e que agora acabam de adquirir a dignidade e os direitos de homens livres. Por isso te enviamos, diletíssima filha nossa em Cristo, a Rosa de Ouro que sagramos no altar com a prece apostólica e os sagrados ritos de antiquíssimo costume”¹¹⁴.

Apesar deste reconhecimento o Brasil continuou a registar novas vagas de imigração, descritas por Moura (1913, pp. 336) nos seguintes termos:

“Dos 380 milhões de europeus emigraram, anualmente cêrca de 800:000: um emigrante por 475 habitantes e por 1:230 hectares de terra. A emigração portuguesa é superior a um emigrante por cada 100 habitantes, e por cada 180 hectares de território na metrópole. Somos o povo de maior emigração. As condições determinantes da emigração são muito complexas: emigra-se pela fome, pela aventura, pelos desgostos políticos e sociaes, pela disciplina colonisadora. A emigração, se é dos mais fracos, não é boa para a colonisação; se dos mais validos e preparados é para a lucta da vida, deixa a metrópole exausta (I).

114. Correio da Manhã: Domingo, 12 de março de 1967 - http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=80443&url=http://memoria.bn.br/docreader# 9JUN21

A emigração portuguesa para as colónias muito diminuta: não chega à décima parte da emigração total. Assim os emigrantes portugueses não valorizam convenientemente a economia geral de Portugal, mas, calculando em 600\$00 escudos o valor de cada emigrante, os 50:000 emigrantes que cada anno vão para o Brazil valem 30:000 contos, e os 20:000 contos, que annualmente veem do Brazil em cambiaes, se se assemelham pelo defeito economico com o antigo dinheiro que vinha do Brazil, não são receita compensadora de tanta população emigrada.”

Ao tempo, em Portugal, o desenvolvimento económico e o estado da agricultura foram continuamente considerados como responsáveis pelos movimentos da população. Acresce a esta realidade uma ideia de estado centralizado nos meandros de uma corte e centro de poder macrocéfalo, constantemente renovado e reconstruído pelas elites de governo, mas esquecendo os demais habitantes. A este respeito escreveu Balbi (1822.I., p. 237):

“La difficulté qu’éprouve le paysan portugais de faire quelque économie par son travail, le force à chercher fortune dans les villes, où il devient domestique ou faïnéant, ou chez l’étranger et dans los colonies. Le Portugal perd ainsi non-seulement les bras utiles d’un agriculteur, dont il a un si grand besoin, mais encore les laboureurs qu’il aurait pu lui donner en se mariant avec une femme de sa condition”.

No reverso desta situação as poupanças conseguidas no Brasil constituíram uma importante fonte de divisas, que no dizer de Herculano, O. Martins - e de outros historiadores mais recentes como M. Godinho, J. Serrão ou Miriam H. Pereira -, permitiam “*equilibrar uma balança de pagamentos de outro modo deficitária*”. De tal forma que essa honrosa indústria de “*cria de gado humano para a exportação*”, como lhe chamou O. Martins, rendendo quase dezena e meia de contos no termo da década de oitenta de Oitocentos, permitiu a Herculano considerar o Brasil “*a nossa melhor colónia (...) depois que deixou de ser colónia nossa*”.

Tal como no passado ainda hoje são evidentes testemunhos dessa riqueza inscrita em solares e construções solarengas do Minho e de outras regiões do centro e do norte do país que atestam, no meio da paisagem rural, o sucesso do “brasileiro”. Outras construções edificadas comprovam o êxito dos “americanos”, dos “africanos”, dos “franceses” e dos “alemães” do século passado, ilustrando desta forma o contributo da emigração local na animação dos circuitos regionais da economia portuguesa. A este respeito e referindo-se à pessoa do Sr. Eusébio Seabra, chamado por autonomasia o “Brasileiro”, é sugestiva a descrição que Júlio

Dinis (1868) nos legou desta personagem: “(...) *homem de 50 anos, bem figurado e sisudo, de falar compassado e, com os seus quês de oráculo, frases sentenciosas e ares de protecção a todo o mundo*” que, conforme confessa, comeu “candeias acesas pelo Brasil para arranjar um bocado de pão para o resto da vida”. Quanto ao seu percurso, descreve-o o autor:

“(...) saíra criança da aldeia e fora tentar fortuna no Brasil. Por lá esteve quarenta anos e voltou o homem grave que vemos, e rico. Veio edificar uma casa no sítio em que nascera, uma casa grande, de cantaria e azulejo, com três andares e varandas, jardim com estátuas de louça e alegretes pintados de verde e amarelo, o qual o jardim tinha mais fama, naquelas aldeias vizinhas, do que os jardins suspensos da Babilónia (...)”.

De acordo com o descrito verifica-se que uma das características fundamentais da emigração portuguesa na transição de Oitocentos para Novecentos foi a enorme expansão deste movimento que se traduziu, entre os finais da última década do século XIX e o começo do século seguinte, num êxodo de cerca de quatro centenas de milhares de indivíduos, com um máximo de 44.350 emigrantes em 1895, valor que representou quase o dobro da média anual entre 1886 e 1900. Tal coincide com a vaga de forte imigração estrangeira que se fez sentir com maior intensidade no último quartel de Oitocentos quando o regime de povoamento e doação de terras no sul do novo país, aberto até meados desse século a portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses, foi substituído pela forte incorporação de mão-de-obra estrangeira necessária à expansão da produção cafeeira, até então assegurada pelo tráfico de escravos para as terras de Vera Cruz.

Ao tempo a escassez destes trabalhadores, traduzida na redução do tráfico negreiro e depois na publicação da “Lei Aurea”, levou aos fazendeiros a recrutar população imigrante destinada a substituir os libertos por essa lei, não nas tarefas da sua própria quinta, mas sim nas plantações dos grandes senhores feudais. Para Pery (1875, p. 92) a emigração,

“Esse movimento espontâneo da população causado pelo desejo aventuroso de conquistar a fortuna e o bem-estar, que na pátria com dificuldade se alcança, e que tem produzido muitas decepções, e causado muitas vítimas, a emigração, data em Portugal dos primeiros descobrimentos e conquistas portuguesas, e aumentou consideravelmente com a descoberta das inexgotáveis minas de ouro do Brasil”.

Mais adiante, prossegue (loc. cit.):

“D’entre as variadas causas da emigração há duas principaes: a negação para o serviço militar, e a ambição das riquezas. (...). Falta de trabalho não há actualmente, porque na maior parte do paiz é sensível a falta de braços. A insuficiência dos salários, e a carestia dos meios de subsistência, para um povo sóbrio como o das províncias do norte de Portugal, são causas secundárias, que não sofrem comparação com as tentações dos empregadores ou contratadores e com as sedutoras histórias das riquezas facilmente adquiridas”.

Completa esta descrição, afirmando:

“Dos emigrantes que vão para o Brazil, uma grande parte morre. Dos poucos que regressam á pátria, a maior parte volta tanto ou mais miserável do que foi, mas auxiliados e socorridos pelos estabelecimentos de beneficência portuguezes no Brazil. Outros, relativamente em pequeno numero, adquiriram fortuna, mais ou menos avultada, muitas vezes à custa de ímprobos trabalhos e medonhas privações. Os raros emigrantes que grangearam riquezas muito avultadas ficam quasi todos no Brazil, onde constituem importantantes e florescentes colonias de portuguezes, em poder dos quaes está o principal comercio do império”.

Por sua vez Moura (1913, pp. 334-335) descreve a situação vigente nos finais de Oitocentos:

“Depois do ano de 1892, foi o ano de 1895 aquele em que a emigração portugueza mais se elevára, pois que a attingiu a cifra de 45:000 emig. Este número depois decresceu até 1899, anno em que a emigração foi de 20:000 indivíduos. Depois a emigração tem aumentado até que em 1912 foi de 90:000 portuguezes, o dobro da de 1895, o anno que antes tinha sido de maior emigração. Em 1891 emigraram 35:583 portuguezes (dos quaes 29:630 para o Brazil), em 1892 - 21:074; em 1893 - 30:388; em 1894, 28:993; em 1895 44:350 (dos quaes 40:390 para o Brazil); em 1896 - 27:680; em 1897 - 21:344, em 1898 - 23:604; em 1899 - 17:774; em 1900 - 21:306, em 1901 - 20:652; em 1902 - 24:170; (dos quaes 15:003 para o Brasil, 1940 para a Africa e 7:227 para outros destinos)”.

A importância deste movimento, enquadrado num movimento geral de imigração estrangeira no continente sul-americano oriunda da Europa e de países asiáticos, é comentada por uma fonte do Arquivo Público do Estado de São Paulo¹¹⁵ do seguinte modo:

115. Arquivo Público do Estado de São Paulo - <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/estatisticas.php> 9JUN21

“No início do século XX, os italianos chegam a compor mais da metade dos estrangeiros da capital. Em menor número, chegam os japoneses, austríacos e alemães. Na década de 1920, a imigração diversifica-se: são registradas entradas de romenos, lituanos, sírios, iugoslavos, polacos, entre outros. A vida dos recém-chegados não é fácil. O acesso à terra é difícil, e o sonho de “fazer a América” parece distante. Apesar da quantificação irregular, são significativas as taxas de emigração.” Mais ainda, regista a mesma fonte¹¹⁶:

“A crise do sistema produtivo e o fim da escravidão, combinados com a necessidade de mobilização e força de trabalho livre para a lavoura cafeeira, em franca expansão, impulsionaram a imigração em São Paulo. A primeira experiência imigratória no estado aconteceu em 1840, mas a entrada expressiva de imigrantes só iria ocorrer aproximadamente 50 anos depois. Em São Paulo, a imigração assume características próprias. Os Núcleos Coloniais, experiência imigratória que prevalece no sul do país, por exemplo, têm papel secundário no estado. Os imigrantes atuaram, a princípio, como mão de obra complementar às grandes fazendas de café e, posteriormente, no desenvolvimento da indústria. No final do século XIX, a imigração é fomentada pela necessidade de mão de obra para a produção cafeeira e pela política de subsídios do governo paulista. Em 1902, a Itália estabelece o Decreto Prinetti, que proíbe a imigração subsidiada para o Brasil (...).

Após breve recuperação, a imigração europeia sofre nova queda, provocada pela I Guerra Mundial. Com o fim do conflito a lavoura recupera-se, levando a novo surto migratório. Em 1927, encerram-se os subsídios para a vinda de novos imigrantes. Em 1930, com a crise provocada pela superprodução do café, o governo brasileiro impõe restrições à imigração, que só voltaria a crescer após a II Guerra Mundial, com o desenvolvimento da indústria. Sai de cena o colono, entra o operário. Italianos, portugueses e espanhóis são os primeiros a migrar em massa para o Brasil no final do século XIX”.

Os traços referidos acompanham o início da colonização europeia do “novo mundo”, no qual se destacam os europeus do sul, do norte e do centro deste continente. Neste processo o povoamento de novos domínios atinge a África e a Austrália, reivindicado pela Inglaterra a partir de 1770 e palco de novas migrações internacionais, nomeadamente de portugueses, dando sequência à presença lusa

116. Arquivo público do Estado de São Paulo - <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/estatisticas.php> 9JUN21

na Índia, no mar da China e noutras paragens orientais. O enfraquecimento dessa estadia em resultado do domínio Filipino e da consolidação do reino em fase perturbada da vida no continente europeu orientou a “*diáspora indica*” (Serrão, 1972) e para o Brasil, passando a emigração a funcionar como uma espécie de “*válvula de segurança*” da estrutura tradicional da sociedade portuguesa (op. cit., p. 77). Esta foi uma situação perpetuada nos séculos posteriores, condicionada pelas possibilidades de recrutamento e oportunidades de trabalho noutros países, na procura de melhoria das condições de vida fora da terra de origem, nas exigências de uma mobilidade social não satisfeita na comunidade natal.

A grande procura do Brasil, em consequência da carência de trabalho e de mão-de-obra, é responsável pela expatriação de milhares de portugueses que neste país ou já noutras partes do solo americano encontraram oportunidades de vida, ocupação e trabalho. Esta busca de outros destinos para o continente americano esconde, por vezes, o verdadeiro interesse da imigração para os novos países do da América, em particular os EUA que desde finais do século XIX vieram a promulgar legislação limitativa da entrada de imigrantes através do sistema de “quotas”. Tal procedimento levou ao incremento da imigração clandestina de cidadãos portugueses e de outras nacionalidades para os países do novo continente, como o Canadá e o México ou já para a Argentina e Cuba muitos dos quais, aproveitando a abertura concedida a habitantes já residentes no novo-mundo, reemigraram para os EUA.

Referindo-se de forma geral à situação registada no território americano atesta um documento oficial português de meados dos anos vinte do século passado (M.I., 1926, p. 5):

“O asserto de que os maiores empreendimentos materiais, levados a cabo no continente americano, quer de arroteamentos, quer de assentamento de linhas férreas, quer de edificações de toda a ordem e de toda a natureza, encerram todos em larga parte o produto do esforço braçal dos europeus (...). E não só o vocábulo ‘Europa’ ali está escrito em obra do braço dos filhos do velho continente, mas também na da inteligência ilustrada e na do talento consagrado”.

Tomando ainda como exemplo este destino, Gonçalves (2017, p. 307), assinala que “*a nova configuração da economia mundial reservou ao Brasil o papel de produtor e exportador de café, resultando na expansão das lavouras e no aumento da demanda por braços: inicialmente escravos, depois imigrantes*”. Esta tendência manteve-se ainda elevada durante os primeiros anos da década seguinte até aos alvares

da primeira grande guerra, tendo-se verificado uma média de 41.000 emigrantes/ano entre 1900 e 1913, com máximos de 41.950 saídas em 1907 e 77.645 emigrantes em 1913. Nos anos seguintes e até ao final dos anos vinte a emigração portuguesa sofreu novas quebras como consequência do desemprego que acompanhou a crise económica dos anos trinta e da paralisação dos transportes marítimos, no decurso do conflito de 1939/45. Comprovam-no as cerca de 8.450 saídas legais registadas nesse período, valor que será duplicado em 1949, cerca de 17.500 emigrantes, atingindo 33.664 em 1951.

De realçar que durante este período as saídas para o Brasil, num total de 448.097, representaram 78% da emigração oficial. Esta percentagem foi menos significativa do que a que se havia verificado na última década do século XIX quando esse valor ultrapassou os 90% do movimento global. Como uma epidemia social ou de um “*éxodo para não morrer*” (Afonso Costa: In Serrão, 1976, p. 158), acompanhado (loc. cit.), de “*um grito de desespero de agonia*”, assenta em descrições míticas do “Eldorado” brasileiro e numa corrida para a felicidade e prosperidade, para a abundância e riqueza do solo desta “terra prometida” relatada com mágoa por Guerra Junqueiro, que dá conta da extensão de tal movimento:

*“Olhai, olhai, vão em manadas
Os emigrantes...
Uivos de dó pelas estradas
Junto dos cais, nas amuradas
Das naus distantes...
Velinhos, noivos e crianças,
Senhor! Senhor!
Ao voar das últimas esp'ranças
Crispam as mãos, mordendo as tranças
Loucas de dor.
Lá vão levados, vão levados
Pelo alto mar...
Adeus ó noutes nos eirados...
Adeus ó beijos perfumados,
Beijos d'Agosto à luz do Luar!...
Voltarão? Quando, mar profundo?
Jamais! Jamais!”*

3 – RESERVA HUMANA E DIVERSIFICAÇÃO DE FLUXOS

A justificação para o intenso e expressivo movimento das migrações portuguesas assenta em causas de natureza económica e política, religiosa e social e, também, populacional, associadas às saídas do país. A este respeito Ribeiro (1970, p. 353), referindo-se à nossa “*pequena casa lusitana*” assinala que “*na exiguidade da área, na pobreza do solo, na abundância e fecundidade das gentes, a limitação natural das suas possibilidades de povoamento*”, a emigração (loc. cit.) é a “*única solução larga, capaz de remediar o excesso da gente*”. Os contrastes demográficos apontados nas diversas obras relacionadas com a distribuição e o povoamento português alertam para esta situação decorrente das condições naturais e do clima (op. cit., p. 359), “*entre o Norte húmido e o Sul seco, entre as planícies e colinas férteis do litoral e os planaltos e montanhas pobres do interior*”. Trata-se da leitura expressiva de um determinismo geográfico que nos impede de corrigir a herança de um passado histórico e cultural.

Se pensarmos no período a que se refere esta nossa análise prevalecem as condições que dão razão a Gourou (cit: Ribeiro, 1983, p. 2): o espaço natural “*constitui pelo menos o suporte, e muitas vezes a condição dos elementos humanos*” e a sua evolução no tempo e no espaço está identificada por padrões inscritos na paisagem natural e humana, no povoamento e nas relações sociais, nos territórios e na sociedade, afetando a sua ação e modos de vida. Nesta sequência os desequilíbrios populacionais que acompanham o crescimento, fixação, distribuição e estrutura

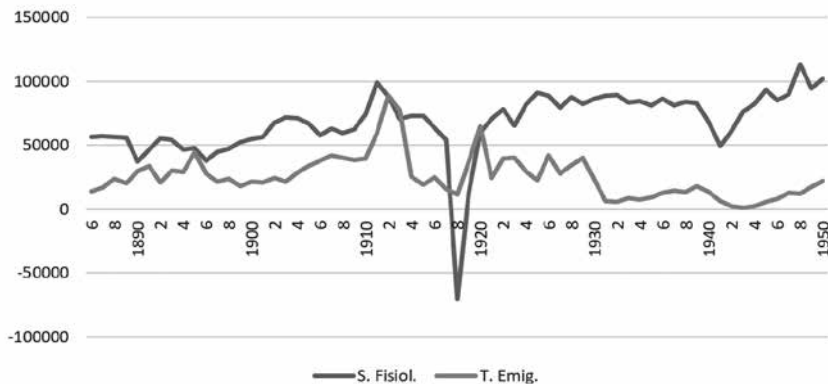


Fig. IV, 6 - Emigração total e saldos fisiológicos: 1896 a 1950

Fonte: Junta da Emigração

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

da população bem como a estrutura fundiária, as atividades económicas, o sistema financeiro, o domínio e exercício do poder são fatores coadjuvantes do mesmo fenómeno e uma constante da geografia histórica portuguesa. Embora diferenciada, colonizadores e emigrantes, expatriados e exilados, como os refugiados e peregrinos inscrevem-se no rol alargado das migrações lusitanas cujas causas, para Almeida et alii (1968, p. 122), “*não devem ser procuradas num ‘sector em crise’ ou numa ‘região desfavorecida’, mas nas estruturas da sociedade portuguesa, em todos os sectores económicos e na política económica seguida*”.

Tal como outrora os seus efeitos fazem-se sentir na evolução do mercado de trabalho em contextos diferenciados do novo mundo e mais tarde da Europa, em áreas urbanas e industrializadas e também em áreas rurais, entre centros atrativos de mão-de-obra e regiões alimentadas por uma economia de subsistência sem grandes alternativas de desenvolvimento ou afetadas por fortes excedentes da população. No passado essa carga humana foi alimentada pela natalidade elevada que garantiu um crescimento intercensitário positivo e saldos migratórios negativos em grande parte dos distritos do nosso país durante a primeira metade de Novecentos.

A partir da segunda metade do século passado por via dos mecanismos internos de mobilidade de habitantes ou já da sua saída para o exterior, o crescimento intercensitário, positivo durante a década de 1951 a 1960 ocorrido nos distritos

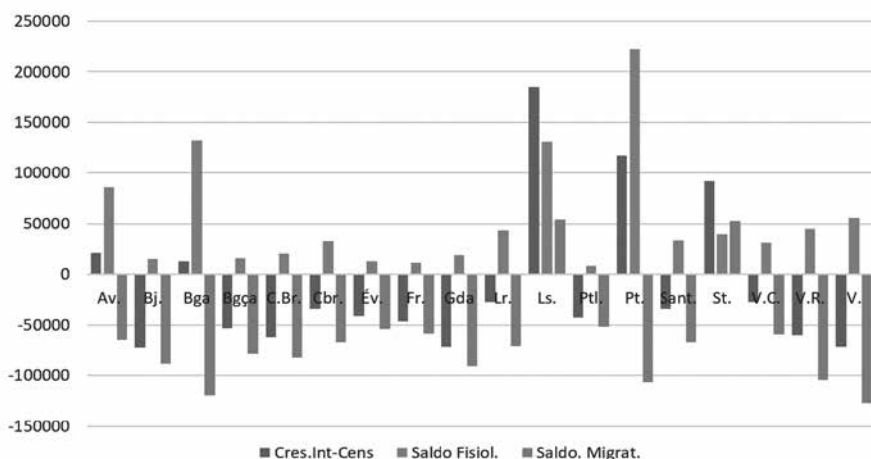


Fig. IV, 7 - Variação da população e saldos migratórios: 1961-1970 (Distrito)

Fonte: INE

da faixa atlântica, de Viana do Castelo a Setúbal e ainda em Bragança, Santarém, Vila Real e Viseu, altera-se significativamente ficando limitado no seu crescimento durante a década seguinte, de 1961-1970, aos distritos de Braga e Aveiro, Porto, Lisboa e Setúbal. Acentua-se a litoralização do país e, com ela, agravam-se as assimetrias regionais determinadas pela concentração de equipamentos sociais e culturais e de infraestruturas materiais que incitam a mobilidade interna.

A enorme reserva demográfica de Portugal - assim como a de outros países do sul da Europa mediterrânica - alimentou a emigração transoceânica para o Brasil e os traços de “aventura” e “pioneirismo” como sinais de fuga a uma débil situação económica que engrossou os vastos contingentes de jovens e emigrantes isolados, que desconhecendo o que os esperava nessas paragens, foram desembarcando nas terras de Vera Cruz. O interesse pela emigração brasileira alastrou aos Açores e à Madeira devido à melhoria das condições de transporte entre as ilhas e aquele país do continente sul-americano e às condições precárias e moléstias das plantações de cana sacarina e dos vinhedos que em períodos distintos atacaram as plantações desta última ilha, a “pérola” do Atlântico.

No que concerne à situação nos Açores assistia-se já, nos finais do século XIX, ao início de uma corrente emigratória com destino aos Estados Unidos da América resultante de paragens frequentes e do recrutamento de pescadores locais para a faina nos baleeiros daquele país. Outros açorianos saíram para Buenos Aires e Guiana Inglesa (Demerara), destinos que foram gradualmente perdendo a sua importância devido aos incentivos e ao crescimento da comunidade portuguesa na Califórnia e à chamada de familiares e amigos.

Da ilha da Madeira a emigração local dirigiu-se para o Brasil, para as ilhas Sanduíche (Oceânia), Guiana inglesa e continente sul-africano, movimento que terá progredido durante o último quartel de Oitocentos quando o governo português instalou na estação de Huíla (Moçâmedes) quase um milhar de colonos madeirenses. No século passado, Caldas (1998, p. 378) descreve ainda as “*relações entre portugueses, situados no litoral, e autóctones do interior, no século XIX. Portugueses fixados em Moçâmedes, por terem sido obrigados a abandonarem Pernambuco, mantinham relações de comércio com as tribos do interior, que viviam em perfeita autonomia*”.

Num país com uma enorme “reserva demográfica” traduzida em elevados saldos fisiológicos decorrentes do excesso de nascimentos sobre os óbitos, o movi-

mento de saídas vai permitir um excedente de população que integra a corrente emigratória que durante mais de um século se vai desenvolver, entre meados de Oitocentos e os anos sessenta do século passado, quando se faz sentir um forte crescimento natural da população. Neste processo integram-se habitantes das áreas mais populosas, em particular do noroeste português e da Galiza, que emigram para o Brasil em grande número. Não admira por isso que perante as dificuldades de recrutamento de mão-de-obra no Brasil surgidas na transição do século XVIII para o século seguinte, tenham sido aproveitadas novas oportunidades de emigração para os EUA, para Argentina e já no final do período de análise para a Venezuela, África do sul e outros países, que ilustram a diversificação dos fluxos de saídas identificadores do sistema migratório marítimo e colonial português.

Entre os novos destinos encontram-se as pescas e a lavoura que atraem o maior número de portugueses na vizinha Espanha. Outros atravessam já os Pirinéus e procuram fixar-se nas terras gaulesas iniciando uma corrente emigratória que terá o maior desenvolvimento na segunda metade do século XX. A este respeito Pereira (2008, p. 35 - Nota 1) dá conta de evolução deste movimento na sua relação com a evolução da política de emissão de passaportes em diversos tempos da monarquia salientando, a propósito, que ao tempo de D. João V, em

“20 de maio de 1720, em pleno período da febre do ouro, torna-se um marco referencial nesta matéria: estipulava que nenhum funcionário poderia partir para o Brasil sem antes ter sido despachado na metrópole para qualquer emprego civil ou eclesiástico ou para servir nas missões, e os particulares que embarcassem necessitavam justificar com documentos que iam fazer negócio considerável, com fazendas próprias ou alheias, para voltarem ou acudir a negócios urgentes ou precisos, podendo apenas, nestes restritos casos e depois de rigorosa investigação judicial, ser-lhes concedidos passaportes”.

Antes, porém, já em 6 de dezembro de 1660, a Rainha Maria Francisca de Saboia¹¹⁷, consorte de D. Afonso VI, havia decretado aos que saíssem do reino “*sem passaporte meu (...) se lhes remeta dinheiro algum*” lançando pesadas penas aos “*Mestres de navios estrangeiros que nelles levarem Portuguezes sem licença minha*” e aos “*barqueiros naturais do Reino, que o levarem a embarcar depois de passada a Torre de belém, não mostrando passaporte (...).*”

117. Biblioteca Nacional Digital: Ficha bibliográfica - <https://purl.pt/23675/5/index.html> 10JUN21

As questões relacionadas com a fuga às fileiras do exército de jovens com idade para prestação do serviço militar – neste caso com idade superior a 14 anos que não conseguissem redimir essa falta através de “fiança” – é objeto de outra legislação publicada em 4 de junho de 1859 (Art. 11º) que estipula: “*Nenhum mancebo, desde a idade dos quatorze anos a vinte e um anos completos, se dará passaporte para país estrangeiro sem que dê fiança de como sendo chamado ao serviço militar, se apresentará ou se fará substituir*”. Novas medidas foram adotadas orientadas para a população indígena e condições laborais, para os impostos e trabalho, administração provincial e outros assuntos centrados nas relações entre a metrópole e o ultramar.

Os reflexos destes movimentos traduzem-se no despovoamento e debandada maciça da população rural e urbana, que incentivada pelos subsídios do Governo brasileiro, não hesitava em partir “*ou doidamente para África ou ajuizadamente para o Brasil*” como escreveu Sampaio Bruno. Neste movimento incorporaram-se indistintamente letrados e proprietários, trabalhadores rurais (o maior número) e oficiais especializados, caixeiros e criadas de servir, marítimos e indiferenciados, acalentados pelo “mito da fortuna” e alimentando uma outra esperança, a do retorno posterior à sua terra natal. Se, na verdade, alguns o conseguiram à custa do seu trabalho nos centros urbanos – comércio, transportes e ofícios mecânicos - ou mesmo no campo como proprietários e fazendeiros, outros, porém, não alcançaram a almejada fortuna sendo por isso expatriados ou cortando definitivamente as suas relações com a terra mãe.

Completando aspetos anteriormente assinalados regista o Boletim de Emigração (1926, p. 6): “*Há no Brasil um grande número de portugueses que por virtude da sua inaptidão para o trabalho, por falta de competência profissional ou de robustez física, representa um ‘pêso morto’, e que em Portugal, onde a falta de braços se ressentia dia a dia, podiam ser úteis a si próprios e à economia nacional*”. Mais ainda, reconhece a falta de preparação do emigrante e de informação esclarecedora sobre as condições climáticas e de higiene tropical, quiçá, até, do contexto social e económico do outro lado do Atlântico (op. cit., p. 11): “*Um dos grandes defeitos do colono português, (...), que procura emprego comercial, é vir para o Brasil à aventura. Quer fazer-se comerciante quando toda a gestão comercial ou outra qualquer exige alguma habilidade e esta, evidentemente, não se adquire em um dia.*”

A dimensão desta corrente migratória foi sempre engrossada pelas saídas transoceânicas para o Brasil e para outros destinos ocupados e colonizados pelos ex-

ploradores portugueses. Neste relato são ainda evidentes diversas presenças dominantes - sobretudo de algarvios na Argentina, como foi estudado por Borges (2009, pp. 75 e ss) - que partilharam, juntamente com cidadãos nacionais de outras regiões e com os Galegos, a experiência da emigração transoceânica antes ainda do século XIX e até meados do século seguinte aquando do fim do sistema marítimo colonial a que nos referimos. Outros destinos situam-se no Canadá, nos E.U.A. e noutros portos e ilhas do continente americano, para onde foram transportadas heranças culturais e familiares, modos de vida e crenças que se acumulam no seio de comunidades já instaladas ou construindo aí a sua própria identidade.

Dos exemplos conhecidos no continente americano, Dias (1982, VI-VII) relata casos da emigração de açorianos para a América para onde transplantam “*a ilha, até a freguesia*” com as suas devoções e cantorias, tradições familiares – baseado na lealdade familiar, “*ao mesmo tempo por herança e mecanismo de defesa*”, mas impotente perante as difíceis “*barreiras linguísticas*” (loc. cit.): “*Pobres mesmo. O emigrante chega vítima da sua circunstancialidade e enfrenta comparáveis dificuldades para superar as suas limitações educativas*”. Sonhador, sabe expressar através da escrita em poema o que lhe vem na alma e cantar a situação de “emigrante” (op. cit., p. 3)¹¹⁸:

<i>“Por terras distantes</i>	<i>A andar embarcado</i>
<i>Entre sofrimentos</i>	<i>Com fé na ventura</i>
<i>Cavaleiros andantes</i>	<i>Pelo mar irado</i>
<i>Nas asas do tempo</i>	<i>Buscando a fortuna</i>
<i>São os emigrantes</i>	<i>Como no passado.</i>
<i>É triste o destino</i>	<i>Fortuna ilusória</i>
<i>Do povo do mar</i>	<i>Jamais encontrada</i>
<i>Sempre condenado</i>	<i>Ilusão de glória</i>
<i>À Pátria deixar</i>	<i>Apenas sonhada</i>
<i>A andar embarcado.</i>	<i>Não mais que memória.</i>
	<i>Não mais que memória! (...)</i> ”

Destes territórios o interesse português na bacia do “Rio de la Plata” é anterior ao período da união dinástica com Castela - mantendo-se significativo após a

118. Autor: Manuel Bráulio da Costa Fontes

restauração da coroa onde fundaram a colónia do Sacramento em frente à cidade de Buenos Aires - até aos primeiros anos do século XX com a re-emigração de cidadãos nacionais anteriormente desembarcados no Brasil e que decidiram transferir-se para este país independente onde se constituíram como uma das comunidades de estrangeiros mais significativa do país.

Do conjunto de destinos americanos destacam-se ainda os EUA e mesmo o Canadá que durante o regime antigo acolheram emigrantes portugueses oriundos, sobretudo, do arquipélago açoriano. Estas saídas devem-se aos contatos dos baleeiros com os portos destas ilhas e à abertura destes países à emigração europeia, em particular de origem anglo-saxónica, para a confederação americana – EUA – a partir da segunda metade do século XIX e mesmo para o Canadá, mas a *“um ritmo mais lento que o do seu vizinho americano”* (Ladame, 1958, p. 102). Apesar de reduzidas o continente norte-americano era já conhecido de muitos emigrantes portugueses residentes no Brasil e noutros países sul-americanos que cedo acordaram para as vantagens oferecidas por aqueles países setentrionais.

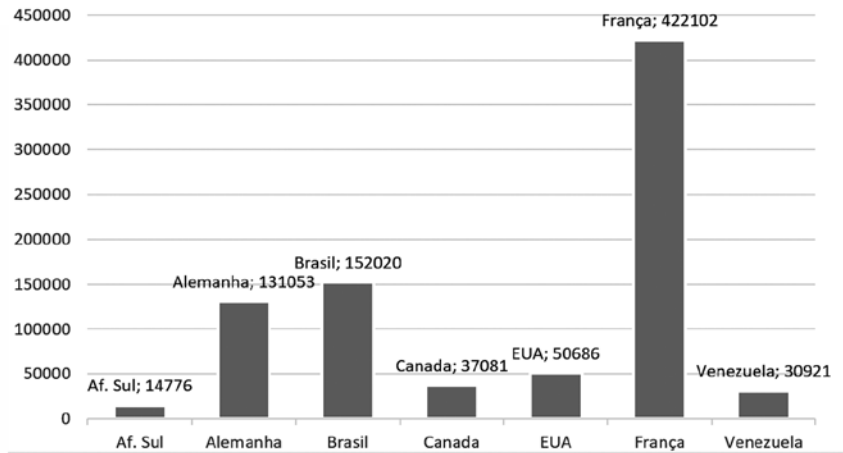


Fig. IV, 8 - Emigração oficial no Continente: 1955 - 1974

Fonte: Junta da Emigração

A formalização da emigração de portugueses para este país foi oficializada em 1953 depois dos acordos celebrados entre os dois países. No caso dos E.U.A. a entrada de imigrantes açorianos ligados à pesca da baleia terá registado uma primeira vaga em meados do século XIX - juntamente com o incremento das planta-

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

ções de cana do açúcar - a que se seguiu, nas décadas finais e início de Novecentos, uma procura pela Califórnia decorrente do “rush” mineiro e das oportunidades de trabalho na agricultura e na indústria. Esse ensejo deu origem à formação de comunidades de maior dimensão, de açorianos e murtoseiros na costa Leste em New Bedford, Fall River, Rhode Island e outros locais como a cidade de Newark, habitada por uma forte comunidade portuguesa.

Em tempo mais recente a grande emigração para os EUA, sobretudo de açorianos, ocorreu depois da erupção vulcânica dos Capelinhos (em 1957), acolhimento este que resultou da aprovação do “Azorean Refugee Acts of 1958-1960”, do qual resultou¹¹⁹ “*an increase in Azorean immigration during the following ten years of an average of 10,400 people annually. Most of them took factory jobs, while some integrated into the small business community*”.

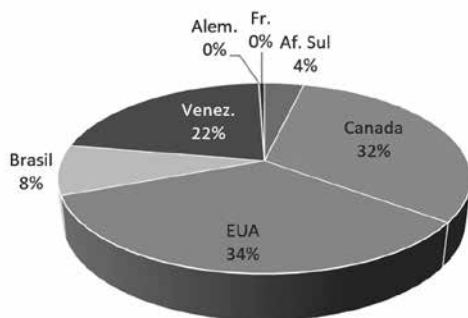


Fig. IV, 9 - Emigração oficial:
Açores e Madeira: 1955 - 1974 (%)
Fonte: Junta da Emigração

Ainda neste período a abertura de novos destinos ligados ao comércio e o incremento das plantações abre as portas a diferentes contingentes, nomeadamente aos portugueses, sobretudo residentes no Brasil e à sua fixação nestes domínios tais como: Venezuela, Uruguai, Jamaica, Demerara (Guiana), Suriname e no Havaí, onde se verifica a presença de trabalhadores recrutados na Madeira e Açores a partir de meados do século XIX. Aí deixaram testemunhos da sua presença e origem com o legado de instrumentos musicais, como a “*Braguinha*” e “*Rajão*” (Madeira) e o “*Cavaquinho*” (Norte de Portugal) que influenciou a produção local do cordofone “*Ukulele*” usado na música tradicional Havaiana.

Sendo a emigração transoceânica uma das faces mais conhecidas da nossa

119. <http://ldldproject.net/cultures/portugal/index.html> 30JUL21

emigração, o drama associado a estas viagens, pela sua duração, condições de transporte, destino dos emigrantes e sucesso ganha, durante e a partir da restauração de 1640 novos destinos. Tal acontece sobretudo depois da participação do exército português em campanhas militares além-fronteiras, desde a campanha do Rossilhão e da sua integração nos exércitos de Napoleão, sobretudo por parte de Junot (Sérgio, 1979, p. 128), que “*privou Portugal dos elementos militares, que mandou para França*”. Esta situação foi mais tarde repetida aquando da participação de expedicionários portugueses em França no decurso da primeira grande guerra mundial, ampliando-se depois de terminado o segundo conflito. Antes ainda, no início do século XX, Serrão (1976, p. 56) dá conta, entre 1876 e 1911, e com grande regularidade, “*de uma colónia portuguesa quase sempre superior a 1 milhar de indivíduos*” chegados à estação ferroviária de Hendaya e a outros pontos fronteiriços deste país.

No decurso e depois do primeiro conflito armado as condições externas, sobretudo fora da Europa alteraram-se significativamente levando à redução da emigração transoceânica e ao incremento da emigração intraeuropeia, facilitada pela proximidade e condições de viagem, oportunidades de trabalho, mesmo que periódico, e evolução das necessidades de mão-de-obra além dos Pirinéus. Assim, no decurso dos anos sessenta verifica-se a existência de duas correntes preferenciais: a primeira, transoceânica, direccionada para os novos destinos abertos pelo movimento dos descobrimentos e a segunda, a partir de Oitocentos, em direção aos países da velha Europa. Cita-se, a propósito, o Boletim de Emigração (MAI, 1926, p. 3) que anota o seguinte:

“No dia de hoje, uma parte dos países do continente americano orienta-se no sentido de selecção dos oriundos dos outros continentes, que pretendem desembarcar nos seus portos e fixar-se temporariamente e vão-se aproximando dos governos das medidas restritivas adoptadas no Estado Unidos. O ano actual tem revelado, por essa razão, certamente, um tal ou qual afrouxamento nas correntes migratórias dirigidas para além-oceano, observando-se, por compensação, avultado registo de deslocamentos da Europa”.

Entre os países acolhedores de mão-de-obra portuguesa indica o mesmo documento (loc. cit.), Inglaterra, Itália, Espanha e “*as regiões arrasadas da França, que além da enorme baixa em vidas que sofreu na guerra está porventura longe de ver sustada a diminuição da sua natalidade*” levando ao Governo francês à celebração

de “*trados e convenções em que se estabelece o princípio da reciprocidade*”. Prosegue, assinalando que (op. cit., p. 5), “*Nas circunstâncias actuais importa que presidam ao movimento de deslocações humanas os conceitos de solidariedade, a fim de se evitarem desequilíbrios económicos em cada centro de labor e de humanidade, relativamente ao direito dos nacionais de cada país*”.

Neste contexto faz sentido evocar, Serrão (1972, p. 25), quando assinala que “*o drama nacional da emigração é uma das faces de todo o processo sócio-económico do Portugal contemporâneo, pelo menos a partir do século passado*” e que tem persistido, com outras facetas, até aos nossos dias. Bem se recorda o exemplo descrito pelo autor (op. cit., p. 27) sugerido pelo texto de Miguel Torga em que descreve a condição de emigrante: o desgraçado “*que terá de partir, de ir semear noutras leivas o suor que o pátrio chão lhe rejeita.*” em contextos tão diversos que continuam a acompanhar, na sua distribuição e limites, as rotas das antigas naus. Foi assim que se desenvolveram vagas sucessivas de colonizadores – “*porventura colonizadores e simples emigrantes coexistiram sempre, e de modo inextricável*”, adverte Serrão (1972, p. 53) – em ocasiões distintas da nossa história e que no termo do Estado Novo continuam através das correntes emigratórias mais importantes que se desenvolveram a partir de meados do século passado para a França e Alemanha, o Benelux e outros destinos no mundo ocidental.

Na sua essência o incremento das partidas para a Europa, embora contribuindo para enfraquecer aquele movimento transoceânico, acompanhou a tendência global da emigração europeia e dos países mediterrânicos na sua vertente intra-

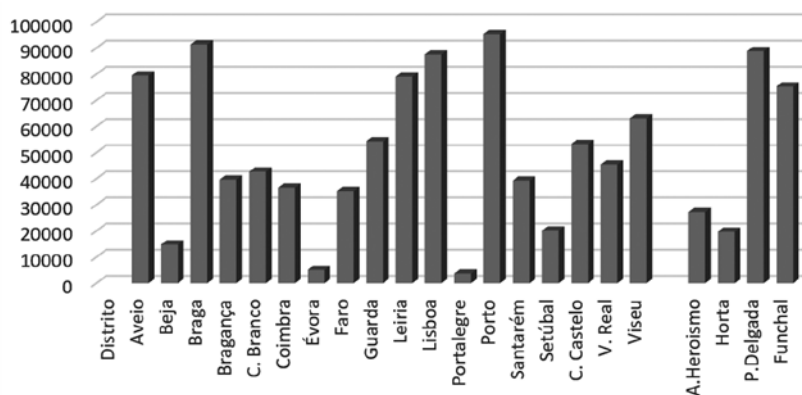


Fig. IV, 10 - Emigração oficial por Distritos: 1955 - 1974

Fonte: Junta da Emigração

-europeia que reforçou a presença de estrangeiros em França e na Alemanha, no Luxemburgo e na Suíça. Razões várias justificam a ocorrência deste fenómeno. Entre elas salientamos, no período posterior à segunda guerra mundial, o processo de desenvolvimento e de mudança social que experimentou o velho continente com a necessidade da reconstrução e da expansão económica que se seguiu àquele conflito armado.

A nova situação justifica o volume e a sua extensão entre os países menos desenvolvidos da “periferia” do continente europeu face aos mais industrializados do “centro” industrializado. Mais ainda, realça os desequilíbrios existentes entre as suas diferentes regiões. No entendimento de G. Tapinos (1974) este fenómeno decorreu da desigual repartição “entre as necessidades e os recursos, a pressão demográfica e o desenvolvimento económico”, sendo mais um sintoma da tradicional “divisão norte-sul” manifestada na dependência dos países mediterrânicos face ao poder económico dos países industrializados do ocidente europeu. Uma breve descrição do movimento legal realça o expressivo crescimento da emigração portuguesa para França a partir do final da 2ª guerra mundial, com menos de um milhão de emigrantes/ano entre 1949 e 1956; menos de uma dezena de milhares de emigrantes/ano, entre 1957 e 1962, aumentando significativamente até 1966 – com máximos de 73,4 milhares e de 59,4 milhares em 1966 e 1967, respetivamente – e decaindo gradualmente para 20,6 milhares de saídas para este país em 1973 e 10,5 milhares no ano seguinte de 1974.

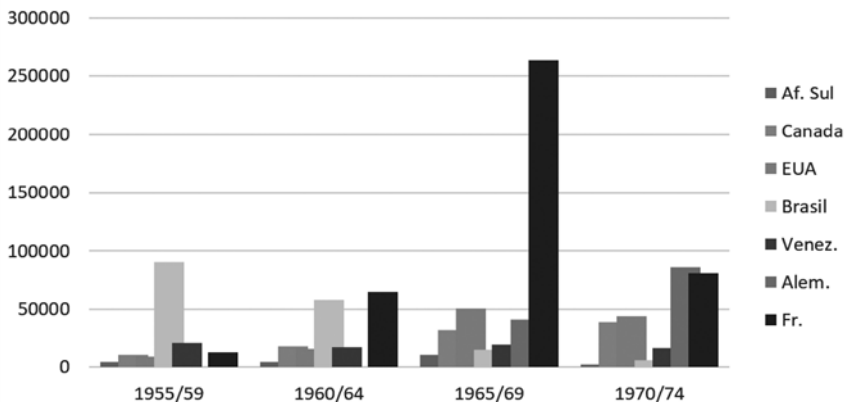


Fig. IV, 11 - Emigração oficial: Continente e Ilhas: 1955 - 1974)

Fonte: Secretaria de Estado da Emigração

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Podemos ainda acrescentar a estes valores a estimativa da emigração clandestina que no quinquénio de 1960 a 1964 ascendeu a 51,4 milhares de saídas; entre 1965 e 1969, ultrapassou os 161,3 milhares, alcançando quase 300 milhares entre 1970 e 1973 e um valor mínimo de 26,8 milhares de clandestinos em 1974. O reconhecimento oficial do movimento clandestino é igualmente assumido no Boletim da Junta da Emigração (1959, pp. 76-77) em relação aos E.U.A e Canadá, à União da África do Sul, à Venezuela e em particular a França, país que (loc. cit.), “*abre-lhes os braços, necessariamente porque precisa deles*”. Daí o acolhimento dado a “turistas” e a trabalhadores – ou mesmo a portadores de ‘passaportes clandestinos’ – que para aí se dirigiram apesar da intervenção direta do “*Office National d’Immigration*” e da atividade da referida Junta de Emigração no nosso país.

As estatísticas anuais publicadas pelas entidades oficiais registam esse movimento, para França, desde 1960, (S.E.E., 1974, p. 7), “*único país para que tal movimento se considera relevante e relativamente ao qual as estatísticas oficiais disponíveis relativas a regularização, permitem o seu cálculo*”. Estes dados mereciam, no entanto, ser comparados com informação nacional relativa aos países vizinhos, como o Luxemburgo e a Alemanha (R.F.A.), país em que procedemos a uma breve análise sobre o número de trabalhadores de origem portuguesa entre 1966 e 1972, com valores bastante esclarecedores: 1966: 18.755 trabalhadores; 1968: 19.980; 1970: 44.796 e 1972: 66.008 trabalhadores nacionais.

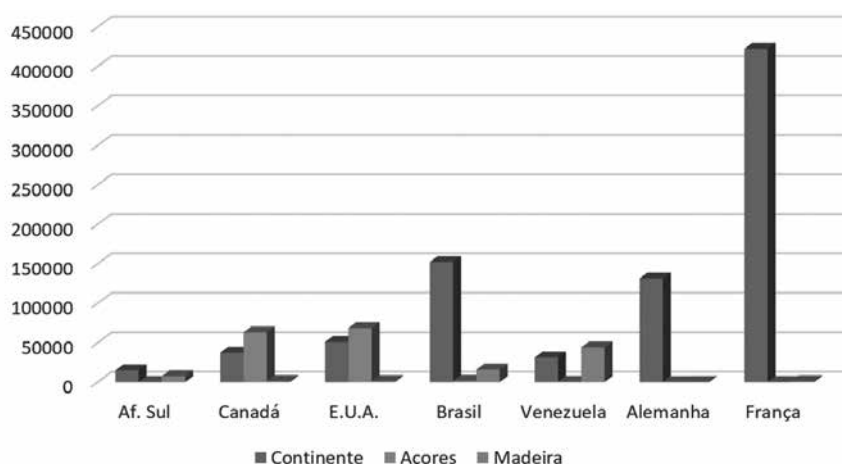


Fig. IV, 12 - Origem e destinos da emigração portuguesa: 1955 - 1974

Fonte: Junta da Emigração

Informações disponibilizadas pelos serviços de emigração (SEE, 1974) permitem acompanhar a evolução, destino, composição e estrutura destes movimentos, bem como os valores de retorno definitivo por “via marítima” da emigração transoceânica registados desde a década de trinta. De salientar que até meados de cinquenta do século passado esse movimento foi significativo, da ordem dos 5,2 milhares de emigrantes/ano entre 1936 e 1950, valor que decresceu desde então para valores da ordem de 1 a 2 milhares de emigrantes/ano até aos finais de 1969, reduzindo-se desde então. A queda da emigração transoceânica desde o início dos anos sessenta indica que num total de mais de 1,1 milhões de saídas legais entre 1955 e 1974, 587,9 milhares participaram no movimento intraeuropeu e 512,3 milhares no movimento transoceânico.

Outros traços deste movimento mostram que o mesmo foi constituído essencialmente por homens e mulheres: 60,1% e 39,9 % respetivamente, num total de 1,2 milhões de emigrantes entre 1950 e 1974; por jovens adultos e adultos, de ambos os sexos (59,2% de homens e 40,8% de mulheres), em idade de procriação e de crianças até aos 14 anos em processo de emigração familiar – que constitui 41,4% dos emigrantes oficiais registados entre 1950 e 1974. Contam-se ainda indivíduos solteiros e casados, em maior número e pertencentes a diferentes setores de atividade. O resumo deste movimento entre 1955 e 1974 relativo aos emigrantes de 10 e mais anos de idade, segundo as condições perante o trabalho (num total de 889,6 milhares), revela que os emigrantes sem atividade económica representaram 44,5% deste montante; 25,7% pertenciam ao setor primário, 21,9% ao setor secundário e 7,9 % ao setor terciário.

Este breve apontamento dá conta dos traços fundamentais do “sistema migratório português”, sobretudo na sua componente externa e da sua evolução no tempo entre os séculos XV e a segunda metade do século XX. Durante este longo período é possível desenhar diferentes geografias das migrações portuguesas, sobretudo na sua vertente interna e internacional, com significados e valores bastante diferenciados. Contudo o significado permanece o mesmo, correspondendo a movimentos de equilíbrio interno e com o exterior entre áreas com diferentes níveis de evolução e de desenvolvimento socioeconómico que ao longo de séculos são responsáveis pelas grandes vagas de mobilidade humana registadas em Portugal e noutros países da designada Europa mediterrânica e do norte do continente africano.

Como em tempo cantou Camões (Os Lusíadas, I, 3 e X, 145), tal faz recordar ciclos de vida distintos em que se cantam:

- As vitórias:

*“cesse tudo o que a Musa antigua canta,
que outro valor mais alto se alevanta.”*

- E as desventuras de um povo, odiadas pelo poder, e que se repetem sem cessar¹²⁰:

*“Não mais, Musa, não mais que a Lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida,
E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida.
O favor com que mais se acende o engenho
Não nos dá a pátria, não, que está metida
No gosto da cobiça e na rudeza
De uma austera, apagada e vil tristeza”.*

4 – EXTENSÕES DA PÁTRIA

Os traços dominantes da emigração portuguesa, anteriormente resumidos, carecem de um apontamento acerca das singularidades das nossas comunidades emigrantes que se foram constituindo ao longo de décadas ou de séculos de permanência no mesmo território, no seu contato com as sociedades locais e nas relações estabelecidas com as regiões de origem e o reino de Portugal através da administração e de religiosos responsáveis pela ação missionária das gentes da expansão marítima portuguesa. Não havendo informação abundante sobre este assunto recorreremos a exemplos tradicionais que confirmam vertentes diferenciadas dessa presença no domínio da assistência espiritual e física dos cidadãos, bem como de manifestações da sua associação para suprir carências sentidas pela população emigrada. Sobre este assunto, escreveu Almeida (2009-2010, 10):

“A defesa da Fé cristã nos longínquos territórios foi uma das mais constantes

120. Trata-se de uma transcrição de um canto dos Lusíadas cortado pelos Serviços de Censura, sobre documento da Seara Nova, a sair em junho de 1962. Provas enviadas à Censura em 4 de junho de 1962. - <http://ric.slihi.pt/docs/Extras/0000001920.pdf> 5JUL2021

e mais sinceras preocupações dos monarcas portugueses. As caravelas dos navegadores transportavam, conjuntamente com os nautas e os homens de armas, os difusores da mensagem cristã e arautos do Evangelho, e também conforto espiritual da marinhagem, junto dos povos que iam conhecendo”.

Mais, esclarece: “*Franciscanos com Álvaro Cabral, Dominicanos com Duarte Pacheco Pereira, uma vez chegados, a maioria não regressava, porque a sua missão ultrapassava os objectivos terrenos dos colonizadores*”, foram acompanhando os colonizadores nas suas incursões territoriais, na sua permanência, na permuta de valores e na pregação da doutrina Cristã. No entendimento de Marques (1992, p. 120) a ação da coroa portuguesa neste domínio justifica-se pelo seguinte:

“Portugal quatrocentista era uma subcristandade ibérica no conjunto da cristandade europeia. Emergira, como estado independente, no seio de um ambiente político-religioso marcado pelo espírito de cruzada contra o infiel muçulmano, invasor do seu espaço geofísico, tendo crescido durante o esforço bélico da reconquista peninsular”.

Nesta parte os missionários enviados pela Igreja e pelo rei para a cristianização dos nativos tiveram uma ação material relevante na construção de templos e de apoios físicos à ação espiritual e social da população nativa, organizando o poder em circunscrições semelhantes às do continente, paróquias, dioceses, províncias e criando centros locais de formação para jovens e clero indígena. Sobre a sua ação no tempo, assinala o autor (loc. cit.) que

“A missão portuguesa desenvolve-se ao longo dos séculos, em torno da obra dos prelados diocesanos e das ordens religiosas que se vão fixando nos territórios de missão: franciscanos, dominicanos, capuchinhos, jesuítas, ursulinas, merecendo uma menção especial os religiosos da regra de Santo Agostinho, cuja acção foi importante na interpelação dos governantes para que agissem, e fizessem agir os súbditos, como cristãos”.

Tal presença, iniciada com a presença dos Franciscanos na Guiné, a seguir à tomada de Ceuta, dos Dominicanos no Benim e Senegâmbia (loc. cit.), dos Franciscanos em Goa, nas zonas insulares e do continente asiático, foi particularmente extensa no Brasil com a grande participação dos Jesuítas nessa tarefa. Em articulação com o monarca e deste com o Papa, a organização territorial das dioceses, a primeira das quais, implantada no Funchal e incluindo a Madeira e a costa africana, foi substituída por dioceses locais, enquadradas no “Padroado”

português, apoiando a presença e as trocas não materiais entre as culturas indígenas e os evangelizadores. Conforme já assinalado desta relação fazem parte, a partir do início do século XVI, as dioceses do Funchal, Ceuta e Tanger, São Tomé (em 1481) e Santiago de Cabo Verde, São Salvador da Baía (em 1550), Goa (em 1533), Etiópia (em 1555), a Arquidiocese de Japão Cranganore (em 1600), Meliapor (em 1606), a Prelazia de Moçambique (em 1612) e as dioceses de Macau, Funay, Pequim e Nanquim.

Para Marques (1992, p. 140), a relação entre descobrimentos, missionação e colonização, tem em comum:

“São itinerários paralelos segundo um modelo sociológico ocidental” e “empreendimentos levados a cabo por povos euro-cristãos, quando se expandiram pelo mundo com um voluntarismo e uma determinação que assombra à vista dos recursos humanos disponíveis e da agressividade não poucas vezes encontrada em autóctones e até em agentes da soberania lusa”.

Nesta sequência que faz sentido encontrar novos exemplos da identidade do sistema migratório marítimo e colonial português expressos em iniciativas de índole religiosa e da sociedade civil em torno de uma ideia comum e de apego à “terra dos pais”, ou Pátria (Catroga, 2008, p. 9) “*’ôntica, lógica e cronologicamente’ anterior ao sentimento que se nutrirá para com o Estado e a nação*”. Para o autor (loc. cit.), este sentir “*engloba, tanto o enraizamento natálico, como a fidelidade a uma terra e a um grupo humano identificado por uma herança comum, real ou fictícia (...)*” baseada na ancestralidade das gerações passadas. Nesta evocação os exemplos tomam como referência o “*torrão português*” (Junqueiro, 1925), as suas instituições e a sua transmigração para os novos espaços de colonização.

Para além das notas de organização religiosa, incluem-se nesta parte:

- As Santas Casas da Misericórdia, dependentes inicialmente da Santa Confraria da Misericórdia de Lisboa, criada em 1498 pela Rainha D. Leonor como resposta às necessidades da gente que afluía em grande número à capital do reino e à miséria que a atingia em virtude da falta de condições de acolhimento;
- As Sociedades de Beneficência e outras agremiações de carácter cultural e recreativo, desportivo e religioso, que a partir do século XIX foram sendo criadas no seguimento da difusão das ideias liberais e depois da implantação do liberalismo e da Monarquia Constitucional, através de agremiações culturais, como grémios literários, instituições recreativas, filarmónicas e outras, replicando no

seio de algumas das mais importantes comunidades de portugueses, o modelo de instituições criadas em Portugal.

Seguindo o exemplo religioso das irmandades, ou seja, de “*associações de fiéis (...) tendo por fim principal promover o culto público*”¹²¹ ao tempo da criação da Santa Confraria da Misericórdia de Lisboa, em 1498, a cidade era palco de um importante comércio e tráfego marítimo que segundo Ribeiro (1902, p. 5), envolvia “*tão variadas gentes*”. Contudo, observa ao autor (loc. cit.), “*se portanto o movimento económico e intelectual atingia um desenvolvimento notável, não é menos certo que no meio de tal acervo humano, pululavam as misérias; ao ruído, ao afan do grande emporio, acorriam de toda a parte do reino os famintos, os desvalidos*”, contribuindo para dificultar a vida do povo (op. cit., p. 7), “*o qual via por entre o brilhantismo do luxo e esplendor da corte transluzir a corrupção da sociedade, que havia de produzir a fatal miséria e decadência da nação*”.

De acordo com o “compromisso” dos irmãos das Santas Casas, os objetivos da confraria enquadram-se nos princípios da doutrina Cristã de acorrer aos doentes e enfermos - nas fomes, nas pestes e na guerra – aos desamparados e condenados à morte, aos confrades desvalidos e desamparados em casos de necessidade, de participar nas cerimónias religiosas da irmandade e nas tarefas de assistência diária aos enfermos e cuidados da população carenciada em suas casas, nas mercearias, hospícios e hospitais da confraria. De acordo com Ribeiro (1902, p. 83), o alargamento das doações, dos bens e dos rendimentos, dos encargos deixados pelos “testadores” veio progressivamente a alargar-se:

“Assim, o resgate e transporte dos captivos, os dotes a donzelas e os recolhimentos de órfãos foram beneficências novas que acresceram às que o primitivo Compromisso e o uso tradicional lhe prescreviam, isto é, ao amparo às viúvas pobres, ao agasalho e tratamento dos enfermos desvalidos, à alimentação dos presos nas cadeias, sua defeza perante os tribunaes e petições à coroa, à pousada e ajuda para o caminho aos peregrinos, e, finalmente, aos confortos religiosos aos padecentes, enterramento dos mortos e preces pelas suas almas”.

O conjunto destas obrigações, transportadas pelos missionários embarcados, incluídas nos compromissos dos irmãos e defendidas pelas autoridades eclesiásticas, juntamente com as concessões do monarca a esta irmandade, estiveram na

121. E.C.P.: Confrarias - http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.php?id_entrada=408 13JUL21

origem da criação de outras irmandades – regidas pelo “compromisso” da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa - em cidades e vilas e a sua divulgação junto das possessões mais estáveis do reino de Portugal: Brasil, Goa e Macau, por exemplo. A emancipação das Santas Casas em relação à sede-mãe de Lisboa registou-se apenas no início do século XVII acompanhando o incremento das riquezas locais, as doações e a ação de benfeitores e do poder económico. De forma geral a criação das misericórdias foi seguindo os eixos de colonização portuguesa no continente sul-americano; em Goa a sua ação estendeu-se ao império colonial do Oriente, sendo iniciada com a criação da Santa Casa da Misericórdia de Cochim (em 1505) e de Cananor, antes de Goa, em 1510 e da sua extensão a Macau (em 1569), aglutinando os interesses das élites locais e transplantadas para esses territórios por ordem do monarca, ligadas à administração.

No caso do Brasil o movimento de criação das Santas Casas no decurso do século XVI levou à sua criação em Olinda (1539), Santos (1543), Salvador (1549), Rio de Janeiro (1567), São Luís (1567), Vitória (1551) e São Paulo (1599). Durante o domínio Filipino este movimento foi bastante reduzido assim como no período seguinte até ao início do século XVIII – apenas duas novas irmandades são constituídas – e entre 1730 e 1822 há fundação de mais dez confrarias. Depois da independência do Brasil e até ao final do século XIX foram criadas: entre 1825 e 1850, dezasseis novas irmandades; entre 1852 e 1900, setenta e cinco novas irmandades e durante o primeiro quartel do século XX, cerca de nove dezenas de irmandades. No seu conjunto estas entidades asseguram uma relação de estabilidade do processo colonizador e articulam-se (Khoury, I, 2004, p. 26) com a “*criação das primeiras cidades coloniais, como as de São Vicente, Salvador e São Sebastião serviram como suportes da administração da Coroa distante*”. Através da sua implantação estão inclusivamente na origem da estrutura urbana de alguns destes e de novos centros de povoamento, bem como da criação das infraestruturas iniciais relacionadas com o ensino e a prática da medicina e da enfermagem.

No friso temporal a que nos referimos outros exemplos há de confrarias religiosas e de irmandades “*tendo por fim principal promover o culto público*”¹²², e de sociedades e conferências, como a de S. Vicente de Paulo, orientadas para o apoio caritativo de residentes nas paróquias religiosas. Noutras situações associam-se à

122. E.C.P.: Confrarias - http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.php?id_entrada=408 17JUL21

criação de confrarias de mareantes, baseada na “*solidariedade informal*” dos homens do mar, de que se dá como exemplo a confraria dos marinheiros do Porto, que no longínquo ano de 1405 (Barros, p. 45) “*fundou o hospital do Espírito Santo, numa linha devocional conhecida nos portos europeus*” levando à instalação de hospedarias portuárias em diversos pontos do velho continente.

Casos mais recentes da ação direta da Igreja junto das comunidades imigrantes, sobretudo depois do incremento do movimento migratório na segunda metade de Novecentos, foi o reforço e a criação de Missões Católicas em países de acolhimento, muitas das quais deram início a cursos de língua e de cultura portuguesa destinadas a jovens, descendentes de emigrantes portugueses aí radicados ou mesmo fundando e apoiando publicações periódicas destinadas a essas comunidades. Em tempo recente o Papa João Paulo II (2002, p. 18) assume a importância das migrações humanas e o apoio à integração eclesial desta população e o seu apoio à construção de “*um ambiente onde se respeitem os direitos fundamentais da pessoa humana*” em todas as situações de mobilidade livre e forçada, de refugiados e de exilados, de estudantes estrangeiros e outros.

Ao exemplo das irmandades de natureza religiosa, representadas pelas Santas Casas de Misericórdia, a sociedade civil respondeu com a criação de outras entidades de beneficência, de natureza filantrópica, mutualidades e de proteção ao trabalho destinadas a ajudar os imigrantes e a acudir a certas necessidades de ori-

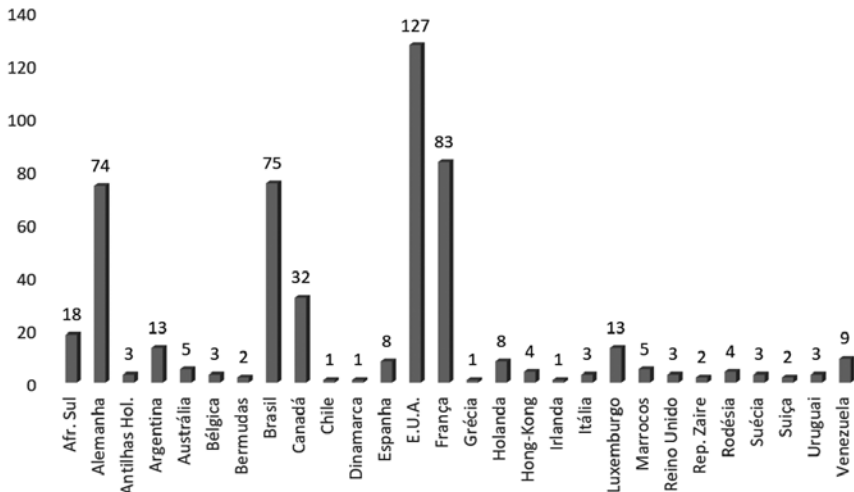


Fig. IV, 13 - Instituições portuguesas: 1973

Fonte: Junta da Emigração

gem familiar, assistencial, sanitária, financeira e cultural da população imigrante. A missão destas entidades, centradas em três obrigações precisas: dar, receber e servir (Mauss, 2002), reforça a sua atividade no passado e justifica a sua evolução traduzida nos nossos dias por numerosas agremiações de diferente teor que permitem desenvolver laços de solidariedade social entre membros de uma mesma comunidade e o país de origem ou de acolhimento, promovendo a integração e o bem-estar dos grupos de imigrantes deslocados do seu país de origem sob a forma de clubes, agremiações culturais e de previdência.

A este respeito Dias (1982, VI) debruça-se sobre os traços das comunidades portuguesas na América no século passado, as ligações familiares e de amizade que promovem a “*vida social (...) dentro do grupo*”, caracterizando muitas dessas comunidades de gente “diligente e submissa, sem forte consciência de classe, temente a Deus, apegada à casa e à família”. Reconhece, no “*ir e voltar da emigração*” a dura realidade deste movimento (Dias, op. cit., p. 4)¹²³: “*Deixo amigos por estranhos / deixo a veiga polo mar, / deixo, en fn, canto bem quero... / Quen pudera non deixar*”.

A partir do século XIX as iniciativas desta natureza seguem os exemplos que tiveram lugar depois da implantação do liberalismo e do movimento de expansão de coletividades e mutualidades que defenderam “*o princípio da caridade recíproca*” (Pistola, 2018, p. 21), ou seja (loc. cit.), do “*conceito de ajuda-mútua que se difundiu na Europa a partir do século XVIII, sintetizando aquilo que alguns autores apresentam como ‘um grande projeto liberal’ de uma sociedade regulada através de providência e do crédito, mas também como um mecanismo de transformação social*” e que o referido autor ilustra com o caso da associação mutualista Montepio Geral, criada em 1840. Anteriormente a esta data e à semelhança do que sucedia noutros países europeus, nomeadamente em Inglaterra com a criação de “*Friendly Societies*”, já haviam sido fundadas associações de socorros mútuos e montepios.

Em trabalho dedicado a este tipo de organizações sociais no Brasil, Cruz (2015, p. 112) assinala, desde o início da colonização do Brasil, a existência de “*formas de solidariedade e sociabilidade entre os trabalhadores que, inclusive, não se limitavam apenas aos livres, mas também alcançavam os cativos*”. A dimensão do país, a diversidade da população e de atividades, nacionalidades, culturas e religiões favoreceu a sua criação e expansão de diferentes associações beneficentes e de socorros

123. Autora: Rosália de Castro

mútuos, de mutuais por ofício e corporações de ofício, sociedades protetoras, ligas operárias, associações filantrópicas ou já de natureza cultural e musical como sociedades filarmônicas, algumas delas resultantes da emigração de elementos de uma determinada filarmônia para o estrangeiro. Assim aconteceu nesse século com a emigração de açorianos para os EUA e a fundação de bandas filarmônicas de origem portuguesa nesse país.

A especificidade e o contexto nacional e temporal dos países de imigração portuguesa condicionaram a natureza e a expansão das coletividades de diferente natureza, missão e objetivos, interesses materiais e culturais, criadas no decurso dados dois últimos séculos bem como a sua consolidação e permanência. Citam-se três exemplos dos muitos existentes em solo brasileiro: Grémio Literário e Recreativo Português (Pará), criado em 1867; Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro) criado em 1837; Casa de Portugal de São Paulo, criada em 1935. Na sua essência estes e outros exemplos respondem, como assinala Rocha-Trindade (2010, p. 43) a “*espaços da solidariedade*”, no vasto e complexo “*labirinto da solidão*” em prol dos cidadãos deslocados do solo pátrio.

Os exemplos estudados por Cruz (2015) sobre as associações mutualistas e do mundo de trabalho no Rio de Janeiro em finais do século XIX, dão conta das múltiplas preocupações de natureza cultural e profissional, alfabetização e de previdência dentro de um determinado grupo étnico, profissional e civil, na defesa de interesses, dificuldades e necessidades específicas (op. cit., p. 25), e “*garantia do bem-estar de seus sócios, fornecendo socorro material em momentos de dificuldade*”, tais como auxílio financeiro, assistência médica, medicamentos e outros auxílios imediatos extensiva aos beneficiários e à sua família. A propósito da situação no Brasil, observa (op. cit., pp. 115-116) a importância do elemento religioso que nos primeiros anos da colonização serviu de pano de fundo à criação destas coletividades de origem cristã:

“Atuando entre o elo espiritual e o material, estabelecia os parâmetros dos valores a serem perseguidos, os costumes predominantes e também interferia nas esferas do lazer e do trabalho. Todas essas demandas assumidas pelas irmandades eram mesmo incentivadas pelo governo, que não exercendo funções de seguridade social, estimulava essas instituições por suas características protetoras e de auxílio mútuo”.

Com a laicização da sociedade perderam-se os vínculos religiosos sendo substituídos por outras formas de solidariedade construídas em torno da tradição, dos

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

costumes e dos direitos humanos dos cidadãos. Em diferentes contextos geográficos a dispersão dos portugueses residentes no estrangeiro, arrolados no Boletim Anual da Junta de Emigração (1956), num total de 887.388 indivíduos, permite individualizar dois grupos de países:

- Os que apresentam valores mais elevados, com registos superiores a um milhar de residentes, de onde sobressai o Brasil com mais de seis centenas de milhares e os E.U.A., já com mais de uma centena de milhares;

- Os que apresentam valores inferiores a um milhar (mas superiores a uma centena), que ilustram a diversidade de destinos e também algumas preferências migratórias em relação quer aos emigrantes oriundos do continente, quer à origem insular de alguns desses grupos, como os açorianos para o continente norte-americano e os madeirenses para a União Sul Africana. No conjunto de países acolhedores da emigração portuguesa distingue-se um grupo onde essa presença é menos relevante, descendentes de antigas colónias aí radicadas, sobretudo em países da América Latina e da América do Sul desde os tempos da união dinástica com Castela e novos destinos como os EUA, cuja evolução não parou de crescer desde a crise económica mundial dos anos trinta de Novecentos.

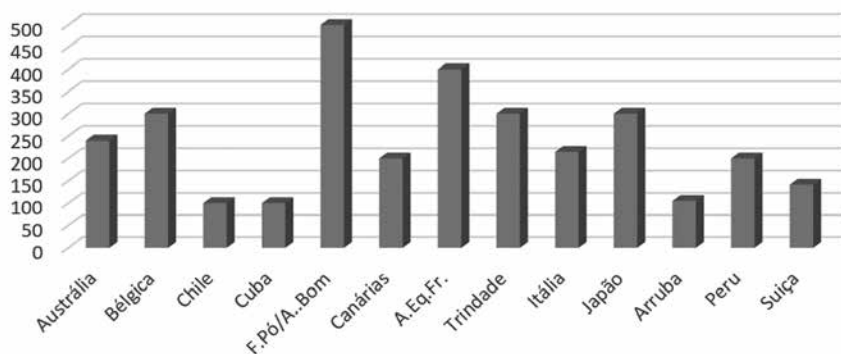


Fig. IV, 14 - Portugueses residentes no estrangeiro: 1954 (<1000 emig)

Nota: Valores representados entre 100 e 1000

Fonte: Junta da Emigração

Com o crescimento da emigração algumas destas manifestações deram origem a associações estruturadas em razão de interesses específicos e função integradora e socializadora da população imigrante nos países de acolhimento, bem como a preservação de tradições e traços culturais junto das comunidades de novos emi-

grantes nascidos em países de acolhimento. Tais iniciativas acompanham o antigo ciclo de emigração transoceânica e a emigração intraeuropeia mais recente, permitindo afirmar alguns dos traços das diversas comunidades de emigrantes portugueses residentes em países estrangeiros, na Europa e no seio da União Europeia. Destacam-se, em particular, as manifestações culturais de interesse comum relativas à identidade e domínio da língua, ao acolhimento de familiares e amigos, à ligação à Pátria de origem. São estas populações que mais uma vez evocamos, expatriados das suas famílias e terras de origem, os que recordam, apenas, o seu “*tempo de não ter fome / foi o tempo de eu mamar*” (Manuel Alegre)¹²⁴ e a quem devotamos o nosso respeito e memória. Invocando Fernando Pessoa todos eles deram o seu contributo para agravar a amargura e lágrimas das mães e fortalecer o sabor das águas do “*mar salgado*” que nos rodeia.

Os valores da população portuguesa residente em países de imigração (S.E.E., 1973, p. 229) – num total de 2.212.000 cidadãos - ilustram a diáspora portuguesa no início dos anos setenta, com as suas raízes transoceânicas, destinos diversificados e distribuição continental.

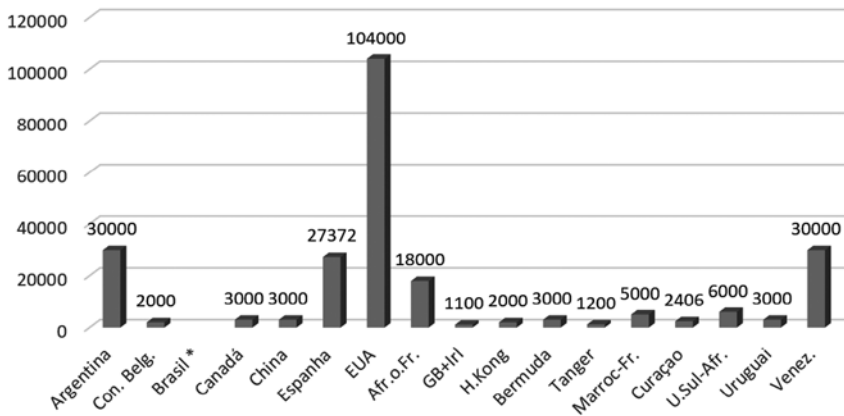


Fig. IV, 15 - portugueses residentes no estrangeiro: 1954 (>1000)

*Brasil – 615.000 emigrantes

Nota: Valores representados superiores a 1000

Fonte: Junta da Emigração

124. “O canto e as armas”, 1967

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

No seu todo, esta repartição dá sequência a diversas descrições, como a de Sousa (1730, XLj) na qual regista:

“Reducir à numero las poblaciones de los Portugueses fuera de la pátria, quando dellos se puede dezir que fueron, y son oy los pobladores del mundo, antes queda siendo descrédito, que alabança. Deixando lo muy antiguo ellos ocupan grandíssima parte de la Asia, grande de la America, y de la Africa, com tantas poblaciones celebres, y com tantas fortalezas seguríssimas, que fuera mucho el referirlas (...)”.

Os traços mais recentes do sistema migratório português são assinalados conjuntamente com a análise da população portuguesa na viragem do século XX para XXI, período em que se manifestaram os efeitos da integração de Portugal na União Europeia. Daí decorre o acréscimo de mobilidade humana, a concretização de investimentos públicos com participação de fundos europeus, a atração de novos fluxos migratórios internacionais e a evolução próxima do panorama socioeconómico da União e o processo de desenvolvimento social, territorial e a mobilidade da população portuguesa.

Quadro IV, 3 - Comunidades de portugueses residentes no estrangeiro (principais países): 1973

País	Portugueses	País	Portugueses
Afr. Sul	140000	E.U.A.	160000
Alemanha	119000	França	800000
Ant.Holand.	1500	Holanda	6000
Argentina	40000	Itália	1500
Austrália	8000	Luxemburgo	24000
Bélgica	12000	Reino Unido	24000
Bermudas	2000	Rep. Zaire	20000
Brasil	620000	Rodésia	8000
Canadá	110000	Suiça	2500
Espanha	26000	Venezuela	95000

Fonte: Junta da Emigração

Com as dificuldades inerentes a uma contagem exaustiva e recente dos valores recolhidos pela Junta da Emigração há quase meio século, Vidigal (2022), basea-

da em cálculos das Nações Unidas em 2020, aponta para um valor de “*cerca de 2 milhões*” de emigrantes portugueses nos diversos países do globo. Mais ainda (loc. cit.): “*Segundo esta revisão, em 2020 ter-se-á atingido o valor mais alto de sempre de emigrantes portugueses no mundo*”, num registo que contempla estimativas referentes às datas seguintes:

-1990:	1,871 milhões
- 2000:	1,993 “
- 2010:	1,927 “
- 2020:	2081 “

Em nota acrescenta a autora que estes dados têm em conta os cidadãos (loc. cit.)¹²⁵, “*nascidos em Portugal a residir no estrangeiro ou, quando não disponível informação sobre a naturalidade, pessoas com nacionalidade portuguesa a residir no estrangeiro*”.

Recordando esta diáspora importa atender ao significado e presença de antigas comunidades instaladas em diversos contextos geográficos mundiais durante as vagas de emigração transoceânica e da emigração intraeuropeia antes da adesão de Portugal à antiga Comunidade Económica Europeia e às mudanças operadas nos movimentos migratórios no decurso deste último meio século de alterações profundas das migrações internacionais e portuguesas no espaço da União Europeia e fora dela. Tal dá continuidade à persistência deste fenómeno que nos acompanha desde o início da nacionalidade assinalada pelas viagens marítimas pelo litoral africano do Atlântico e sucessivamente alargado a outros domínios do Índico e do Pacífico, os seus movimentos e reflexos na sociedade e na arte bem como a sua permanência, de forma distinta, nos nossos dias.

Assim, evocamos H. Segurado (Mourão Ferreira e Seixo, 1981.II, p. 13) no texto dedicado aos “Painéis de São Vicente”¹²⁶:

*“Estamos bem representados
- Com bastante idade embora –
Nesses painéis encontrados*

125. Fonte: Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, International Migration, International Migrant Stock (The 2020 Revision), International Migrant Stock by Destination and Origin: Table 1 International migrant stock at mid-year by sex and by region, country or area of destination and origin, 1990-2020.

126. “Ressentimento dum ocidental”, Galeria Panorama, 1970

Em São Vicente de Fora!
Somos anões europeus
Que pensam que são gigantes:
Ei-lo aquém dos Pirinéus
O meu país de emigrantes
(...)
Direcções obrigatórias
Levam meu povo p'ro mar:
Não são aves migratórias,
Passam anos sem voltar.
Mas tão fiéis à espécie
Querem aqui vir morrer
Como um rio que não esquece
A gota que o faz nascer!
Não paramos um momento
E, de partida em partida,
Criamos num Testamento
A Terra Comprometida!
(...)
Ó Esfinge de Tebas, volta
E pergunta aos caminhantes
O preço desta revolta
Que nos tornou emigrantes!
Tantas respostas terias
Com a angústia que nos cinge!
Nem tu própria saberias
Quem, afinal, era a esfinge”.

LEGADO GEOGRÁFICO E SOCIAL

A viagem temporal delineada no tratamento deste tema acompanha-se da evolução de múltiplos fenómenos geográficos e também sociais relacionados com a ocupação e o povoamento, crescimento das atividades produtivas e manufatureiras, alargamento do comércio, reforço das linhas defensivas de fronteira, dos portos secos e dos portos litorais, movimento interno e para o exterior da população portuguesa, entrada de escravos e outros nos territórios que foram sendo integrados na coroa portuguesa no decurso da operação marítima e colonial, comercial e religiosa iniciada com os descobrimentos. Como em tempo escreveu Sérgio (1979, p. 44), “os descobrimentos do século XV foram uma façanha de gente metódica, dotada de clara inteligência política, de visão lúcida, muito precisa, dos escopos práticos a que tendia, e do estudo minuciosos dos meios adequados a tais escopos: em suma, um vasto plano conjunto, capacidades raras de organização (...)”.

As situações acima assinaladas, descritas e aprofundadas por diversos autores alteraram-se em momentos do ciclo de vida da coroa dando origem à recomposição territorial da nação portuguesa e a movimentos dos seus habitantes entre as diferentes parcelas do reino, em particular as que tiveram lugar entre Lisboa e a sua periferia – as terras do continente – ou já mais longínquas, no domínio de possessões ultramarinas. Esta designação foi substituída por colónias depois da implantação da república, por Decreto com força de Lei de 27 de maio de 1911, que extinguiu a Junta Consultiva do Ultramar dando origem ao Conselho Colonial. Ao tempo a configuração política do território leva à especificação de diferentes divisões e Províncias Ultramarinas (Art^{os} 25^o e 67^o da Constituição de 1911).

A informação dos recenseamentos da população portuguesa, centralizados desde 1935 pelo Instituto Nacional de Estatística corresponde, antes dessa data, aos dados recolhidos das grandes unidades administrativas representadas pelos distritos criados em 1835. Nessa ordem a divisão do país, embora assente em unidades territoriais de menores dimensões, apresenta no seu conjunto uma grande diversidade física natural e social, que se foi acentuando no decurso da monarquia e que corresponde, no início da república, a uma herança diversificada e complexa da distribuição da população e das suas atividades, do povoamento rural e da

rede de cidades e acessibilidades territoriais simbolizadas na antiga concentração de poder no ‘Terreiro do Paço, “a casa de sucessivos governos, morada da criação de ‘antagonismos’ que contaminaram diversos sectores da sociedade, feitos ‘centralistas e imperialistas por osmose” (Hélder Pacheco)¹²⁷.

Estas são evidências que assinalam os contrastes entre a macrocefalia da capital e o todo nacional, bem como os contrastes associados onde se integra o “litoral urbano” e os territórios rurais mais despovoados, hoje designados de “baixa densidade”, dominados pela atividade agrícola e florestal, por solos pedregosos e vegetação espontânea que as temperaturas de verão e a ação humana vieram a transformar em palcos de fogo, já conhecidos das antigas regiões mediterrânicas agravadas nos nossos dias pelo incipiente ordenamento humano e vegetal tão reclamado pelas populações rurais.

1 – ATIVIDADES DOS HABITANTES

Analisar a longa herança relacionada com a distribuição, a ocupação e as atividades humanas articuladas com as situações mais antigas, impõe percorrer um vasto período de tempo durante o qual se foi constituindo o substrato étnico, civilizacional e cultural da nação e do estado português, na sua diversidade geográfica e variação dos limites físicos tal como hoje conhecemos. A exposição e a qualidade dos terrenos, a natureza do clima, a vegetação predominante, as técnicas utilizadas, o regime de propriedade e organização do povoamento foram alguns dos condicionalismos que pesaram no desenvolvimento das atividades ligadas à produção e aproveitamento dos solos, ao desbravamento e sementeira dos terrenos da coroa e da Igreja, alienados e aforados, mas carecendo de meios para a sua exploração e cultivo. Entre esses contributos contam-se as arroteias levadas a cabo nos finais de Oitocentos que tiveram como fator decisivo (Ribeiro, 1970, p. 332) a construção da rede ferroviária, o comércio dos produtos agrícolas e o incentivo à “*lei dos cereais*” (loc. cit.), orientada para “*desenvolver a cultura d trigo*”.

Em estudo do seu tempo, Silva (1868, XXIII) enumera, entre outros obstáculos morais à decadência e desenvolvimento da agricultura, as situações seguintes:

127. “Público”, 5 de março de 2019.

“As violências padecidas pelos lavradores, em virtude dos excessos da jurisdição civil, eclesiástica e militar, dos abusos dos poderosos, da multiplicidade dos fóros e contribuições, e exagerado rigor na sua arrecadação, da carestia dos jornaes em rasão da alta no custo das subsistências, e da falta de braços, derivada do grande numero de vadios e das emigrações do campo para as cidades e villas, da acumulação de muitos e grandes prédios em poder de poucos proprietários, e d’estes lavrarem mal por conta própria ou arrendarem a cultivadores pouco zelosos (...)”.

Além destas questões a instabilidade causada pelas guerras e lutas frequentes levantadas pelas muitas contendas de vizinhança com os reinos de Leão e de Castela ou já com a coroa de Espanha, foram condicionando a construção de um espaço territorial, frequentemente amputado e acrescido por conquistas fronteiriças, mas não indiferente às lutas travadas noutros continentes pelo domínio marítimo e colonial alcançado além-mar pelas duas coroas ibéricas. Estas lutas que se estendem por mais de sete séculos, desde a fundação do Condado Portucalense à perda da soberania sobre a praça de Olivença - embora devolvida, mas nunca consumada -, fazem parte de um património comum, que embora distante é agora apreciado tomando como referência a rede de povoamento e cidades, a expressão do dispositivo armado, a assistência e instrução geral e, ainda, o sistema migratório construído durante a monarquia e consolidado nas décadas posteriores.

Os acontecimentos que assinalam esta longa marcha temporal permitem leituras e análises diferenciadas, ilustradas por descrições que contemplam antigos escritos da geografia clássica e medieva, a que juntamos leituras mais recentes de autores nacionais e estrangeiros que dedicaram algum do seu interesse à evolução histórica e geográfica do reino de Portugal. Estes registos abarcam, essencialmente, períodos de maior risco de perda da soberania e independência nacional que assinalam o termo da sociedade antiga e a sua evolução posterior que acompanha a revolução liberal e se moderniza ao longo da república e depois da revolução de 1974.

O rol de circunstâncias inscritas no relatório de Silva, elaborado no decurso da segunda metade do século XIX, em 1868, chama a atenção para “*os graves problemas de administração e de economia pública*” que dificultam, ao longo do tempo, o conhecimento exato do sistema produtivo nacional na sua componente agrícola e silvícola, na criação animal, no estado da indústria extrativa (Silva, 1868, XXIX), “*das fabricas, das artes e officios, (...), do commercio interno e da circulação*” que fizeram parte de diversos levantamentos, nomeadamente dos trabalhos de Oliveira Marreca,

em 1853. Estes contemplam o desenvolvimento da agricultura e das demais atividades económicas do país assentes, essencialmente, na exploração primária dos seus recursos e no comércio. A evolução da sua exploração assinalada por Silva (1868) ao longo da história portuguesa, chama a nossa atenção para a o seguinte:

- Após a consolidação do reino de Portugal e durante a primeira dinastia a referência às instituições agrícolas (op. cit., p. 9), “*encontram-se nas alusões dos diplomas de compra, venda e troca de propriedades, nas amplas doações dos príncipes e particulares (...), em algumas frases dos foraes primitivos e das cartas de povoação, e nos ‘costumes’, ou direito consuetudinário particular dos antigos municípios até D. Diniz (...)*”;

- A sua evolução posterior relacionada com as medidas de povoamento e os trabalhos de construção do reinado, a guerra e a fome, a falta de braços, as condições de vida dentro dos recintos murallados das cidades (op. cit., p. 40) e nos campos (op. cit., p. 41) a que se associam “*os trabalhadores depauperados por fadigas maiores, que as forças, e mal restaurados por uma alimentação insuficiente, compunham na sua maioria uma raça pouco vigorosa e enérgica*”, acrescida pela “*falta quasi absoluta de socorros médicos (...), concorriam para aumentar o pânico, e propagarem a difusão de contágios (...)*”, enfraquecendo os seus habitantes;

- Já no início de Quatrocentos, apesar das transformações operadas na organização do reino e nas descobertas (op. cit., p. 49), “*a agricultura, não só continuará atrasada, como já principiara a declinar rapidamente, e as indústrias pouco protegidas e enfezadas em todos os tempos, cada vez esmoreciam mais*”. Mais ainda (loc. cit.):

“*A falta de braços, de capitães, de mercados e de boas comunicações desalentará o trabalho. As esterilidades repetiam-se, e avultadas somas saíam do reino para acudir com o suprimento dos cereais estrangeiros à escassez das colheitas. No anno de 1522 a fome apertou por modo tal, que os pobres caíam de fraqueza pelos caminhos, e os mortos jaziam sem sepultura nas estradas. Subira, os preços de forma, que só os abastados podiam comprar pão*”;

- Durante o século XVI a atração dos habitantes do reino pela capital aumenta (op. cit., p. 53):

“*Era visível, que a vida fugia todos os dias das extremidades para a cabeça, que Lisboa engrandecida devorava o reino, que a circulação estava entorpecida nas províncias, e que a lavoura, as artes e as indústrias, pouco prósperas sempre, tinham decaído rapidamente (...). A gangrena lavrava por todos os membros, e a falsa grandeza de um império, superior às forças, já não podia esconder da vista a triste realidade*”;

- Nos finais desse século (op. cit., p. 66) os efeitos de vários flagelos, “*conjurados com a repetição das esterilidades e com o enfraquecimento causado pela corrente perenne da emigração sobravam para desfalecer muito mais robustos impérios que o nosso*”. Donde (loc. cit.), “*a peste de 1579, agravada pela fome, viera exacerbar os tristes resultados da curta, mas desastrosa guerra de 1578. Tudo parecia apostado, pois, para apressar o ultimo suspiro da independência portuguesa*”, ampliada ainda (op. cit., pp. 67-68), pela organização da propriedade, “*concentrada em poucas mãos poderosas*”. Simultaneamente (loc. cit.), “*os maninhos e baldios cresciam todos os anos, os ermos dilatavam-se, e ao mesmo tempo o homem de trabalho debalde procurava alguma parcela de terreno alodial, aonde podesse viver da indústria rural (...)*”;

- Estas e outras condições não permitiram (op. cit., p. 11) o alargamento da superfície cultivada, donde teria resultado “*a abundância das subsistências e as comodidades da vida teriam estimulado a multiplicação das famílias, e a certeza de bons mercados e a sua concorrência teriam animado os agricultores e ampliado o movimento das exportações e das importações, e o labor interno de todas as indústrias*”. Mais ainda (op. cit. p. 68), “*Iludindo o preceito das leis, bandos imensos de mendigos e de vadios validos, homens e mulheres, percorriam as vilas e os campos, pedindo esmola, e alegando que não achavam ocupação. Muitos passavam aos reinos estrangeiros, e principalmente a Castela pela facilidade da vizinhança*”. Antes da restauração (op. cit., p. 309), “*faltavam os braços para os amanhos, faltavam os gados para o trabalho e para os adubos, e faltavam capitães e estímulos para animar as arroteias e plantações. As terras não podiam com as despesas do grangeio e com o peso dos tributos*”.

Muitas outras razões podem ser encontradas para a evolução desta situação nos séculos seguintes (Silva, 1868, p. 334), entre elas o “*vício orgânico da constituição defeituoso da propriedade, e do sistema tributário, lesivo, desigual, que afectava principalmente e de mil maneiras a terra e seus produtos*”, conjuntamente com a prevalência das condições geográficas, económicas e sociais condicionando o desenvolvimento assente em padrões criados no passado, na rede de povoamento rural e de cidades, nas redes de circulação e dependência do exterior. Outras, porém, alteram-se gradualmente em função das circunstâncias de mobilidade interna, da extensão da rede pública de instrução, dos movimentos de despovoamento do interior, da atração pela vida citadina, pela evolução do contexto político e social em Portugal e na Europa com reflexos evidentes sobre os movimentos naturais e migratórios da população portuguesa.

Ao longo do tempo diversos autores chamaram a atenção para os problemas estruturais da nossa agricultura e indústria, do comércio e do estado das vias de circulação, da expressão da emigração e do despovoamento do reino. Entre os já citados, Faria (1740, p. 2) valoriza a riqueza da nação na sua população, pela razão “*que onde houver muita gente, haverá muita agricultura, muitas Artes, e muita Mercancia, e muitos Soldados; que são as quatro cousas, em que se funda, e consiste a riqueza, o poder, e a felicidade de hum Reyno*”. A propósito realça também a importância das artes e da indústria (op. cit., p. 3) “*com que grande parte do povo se mantém; estas não as pode haver, nem podem florescer onde não houver muita gente; porque uns ensinão os outros, e inventando cada hum novas cousas, fica aos outros mais facil aperfeiçoarem a arte*”.

A falta de gente assinalada pelo autor - sobretudo para as conquistas, “*que defraudarão muito este Reyno da gente, que lhe era necessária*” (op. cit., p. 7) - para a milícia, a navegação e para o cultivo da terra, leva a que (loc. cit.), se “*servem os mais dos lavradores de escravos de Guiné, e mulatos*”. A segunda causa desta situação (op. cit., p. 8), “*he por não terem officios, com que ganham de comer por sua industria (...) e como os homens não tem de que se sustentarem, não se podem casar, e muitos com esta ocasião se fazem vadios andando pedindo esmola pelas Cidades, e Vilas, homens, e mulheres em tão grande numero, que parecem exércitos (...)*”, passando as fronteiras com Castela a Velha e Estremadura que é notório (loc. cit.), “*que os mais dos mecânicos erão naturaes deste Reino, os quaes por não terem cá em que trabalhar, hião lá ganhar sua vida*”. A terceira causa de falta de gente (op. cit. pp. 8-9) “*he por não terem neste Reyno terras, que cultivem, e de que possam tirar sua sustentação (...)*”, devido quer à forte densidade da população no norte do país, quer à dimensão das herdades no sul que por serem muito grandes (loc. cit.), “*nem se povoa, nem se cultiva*”. Referindo-se às outras duas principais causas, assinala (op. cit., p. 9) a “*união de muitos Morgados numa pessoa*” e “*a grandeza que tem chegado os dotes das mulheres nobres*”.

As situações de desespero registadas pelo autor (op. cit., pp. 13 e ss) dão conta das perdas, por morte, de soldados nas carreiras da Índia, valor que pode atingir metade dos soldados embarcados; da necessidade de se exercitarem as artes mecânicas; da exportação de “*materiais crus*” (op. cit., p. 16), como “*as laãs, seda, madeira, metaes (...), porque com os materiais vão embora também os Officiais que os lavrão*”; da necessidade de incrementar o povoamento (op. cit., p. 21), “*pois por*

este meio das Colonyas teve a povoação do Reyno principio". Estas foram algumas das propostas apresentadas neste trabalho que ilustram as atividades dominantes e situações decorrentes da escassez da população causada pelas migrações da população portuguesa.

Na sua relação com outras atividades devemos contar que para além da atividade agrícola, o comércio e a indústria fazem parte do rol de ocupações favoráveis aos habitantes e ao crescimento do reino, sobretudo depois do período conturbado da submissão da coroa portuguesa a Espanha, das guerras subsequentes, das invasões francesas e da revolução liberal de 1820. Como assinala Pereira (1969, p. 85) a estas situações junta-se, ainda, a independência do Brasil e "*a dura concorrência da indústria mecanizada britânica provocaram múltiplas dificuldades económicas*" que se repercutem no processo de desenvolvimento português e na manifestação de um dos sinais mais evidentes do seu depauperamento humano, a emigração. Anota Silva (1868.I, p. 41) a situação de pobreza e doença da população agrária, sujeita a diferentes tipos de moléstias que alastravam nos terrenos alagadiços, como o paludismo, a lepra, a sífilis, as chagas e outras doenças de pele contagiosas, que (op. cit., p. 42) "*ceifavam todos os anos á morte um número avultado de vítimas, minando além disso as forças do país e paralisando-lhe o desenvolvimento*".

Outros autores, como Pery (1875), dão-nos uma ideia mais precisa da situação das atividades do reino na segunda metade de Oitocentos, agricultura, indústria e comércio, descrição que permite entender alguns dos problemas já descritos e outros que se aprofundam no decurso da monarquia constitucional. A este respeito assinala (op. cit., p. 95) o fraco desenvolvimento da agricultura no decurso da segunda metade de Oitocentos, juntamente com a construção de estradas e caminhos-de-ferro que acompanharam a "*desamortização dos bens das corporações de mão-morta e dos baldios municipais, a abolição dos morgados e o desenvolvimento da instrução pública contribuir poderosamente para esse progresso, subdividindo mais a propriedade, facilitando a sua cultura e a permutação dos produtos*".

Esta análise, aprofundada nas seis províncias do reino, dá conta da diversidade física e humana de cada uma delas, dos contrastes de divisão da propriedade, dos sistemas de produção e da criação de gado permitindo uma imagem que reforça traços já identificados em relatos anteriores. Acresce, no entanto, a importância da administração deste setor – à data a cargo da Repartição de Agricultura da Direção-Geral do Comércio e Indústria, no Ministério das Obras Públicas - do

crédito para esta atividade, da divisão do solo e propriedade, facilitada pelos levantamentos geodésicos desse século e das produções mais relevantes: cereais e linho, legumes, frutas, vinhas, pecuária, bem como da cobertura vegetal do território e da sua exploração. As informações recolhidas deram azo à instalação de um regime de Manifesto Anual de Produção, de vinho, azeite e criação de animais, assegurado pelos Grémios de Lavoura que se desenvolveu durante o Estado Novo e que perdurou praticamente até ao seu termo.

A situação portuguesa na segunda metade de Oitocentos (Branco, 1870, p. 343) identifica-se com um país, “*inculto na sua maior parte, não chegando a produzir pão para o definhado número de seus habitantes*” e assim obrigado à importação de cereais. Se a importância do comércio era reduzida na mesma época, o mesmo podemos assinalar em relação à indústria e às suas unidades distribuídas por diversas localidades (Branco - Castro, 1870, pp. 351-365). Os valores globais da distribuição da indústria por distritos, bem como a sua natureza, realçam a sua maior concentração nas duas principais cidades de Lisboa e do Porto (op. cit., p. 362) “*sendo as de Lisboa mais numerosas e mais importantes, embora alguns escriptores costumem dar n’este respeito a primazia àquela cidade*” e algum peso, ainda, nos distritos de Castelo Branco, Portalegre, Leiria e Viana do Castelo.

Quadro V, 1 - Localização da Indústria: 1870

Localidade	Natureza	Localidade	Natureza
Amarante	Panos	Marco Canavezes	Sedas
	Lanifícios ord.	Marinha Grande	Vidros, cristais
Beja	Teares		Tecidos de lã
Braga	Gazometro	Portalegre	Frutas secos
Braga	Papel	Sines	Cortiça
Bragança	Casulo (seda)	Tomar	Tecidos
Coimbra	Gazometro	V. Castelo	Cortumes
	Massas	V.C. - Caminha - 2 un.	Louças
Covilhã	Tecidos, panos	Torres Novas	Fiaç. e tecel. linho
Évora	Tecidos, panos	Vila Feira (Crestuma)	Fiação tecidos
	Moagens a vapor	Vista Alegre (Aveiro)	Louças

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Marg. Sul do Tejo		Lisboa		Lisboa Ocid.	
Abelheira (Tojal)	Papel	Beato	Moagens, Pão	Belem	Estamp. Tinturaria
Arrentela (Seixal)	Lanifícios	Xabregas	Fiação e tecidos	Alcântara	Sabão, oleos
Caramujo (Alm)	Moagens	Xabregas	Tabacos e sabão	Sto Amaro	Tecidos algodão
Trafaria	Guano	Cp. Grande	Fiação Tecidos	Junqueira	Cordoaria Nacional
		Lisboa	Imp.Nacional	Calvário	Panos
Arred. Lisboa		Lx (Amor.)	Seda		
Póvoa (Lisboa)	Prod.quím	Lx (J.Verd)	Louças		
Sacavém (Lisb.)	Louças	Lisboa	Metal		
Barcarena	Pólvora	Lisboa	Sedas		
Oeiras	Lanifícios	Lisboa	Botões		
A.Galega (Alenq)	Moagens	Lisboa	Chapéus		
Vila F. Xira	Moagens	Lisboa	Cons.Aliment.		
		Lx (Arroios)	Fiaç. Tecidos lã		
		Lisboa	Fund.metais		
		Lisboa	Fund. metais		
		Lx (Pedr.)	Cordoaria		

Porto

Campanhã	Cortumes
Freixo (Porto)	Sabão e óleos
Gaia	Moagem
Gaia (cavaco)	Vidros
Gaia (V. Piedade)	Louças
Porto (Massar.)	Fundição
Porto	Gazómetro
Porto (Arneiros)	Tec. de algodão
Porto	Seda
Porto (R. da Paz)	Fiação de tecidos
Porto (Bonfim)	Ferro
Porto (Lordelo)	Lanifícios

Porto (Ouro)	Lanifícios
Porto (Bicalho)	Fundição
Porto (Massar.)	Moagem cereais
Porto (R. Rosário)	Fundição metais
Porto (Miragaia)	Serração madeiras
Porto (R. Bragas)	Comp. Aurifícia
Porto	Prego de arame
Porto	Sedas
Porto	Chapéus
Porto	Chapéus

Fonte: Branco, 1870

Completando os dados precedentes, de 1867, Pery (1875, p. 145) assinala, para um total de 199.174 contribuintes arrolados, a seguinte distribuição: grande indústria: 9.402 contribuintes; pequena indústria: 106.157 contribuintes; comércio: 74.368 contribuintes e profissões liberais: 10.247 contribuintes. Por outro lado, quando descreve a natureza as unidades industriais (loc. cit.), a sua diversidade sugere que se tratam de estabelecimentos de dimensão reduzida, mesmo na categoria da grande indústria, que no rol de Pery (loc. cit.), abarca:

“55 fábricas de fiação, 178 de cardação, 12 de estampanaria, 488 de tecidos, 39 de tinturaria, 24 de sabão, 45 de papel, 28 fundições, 255 pisões, 13 fábricas de louça de faiança, 1 de porcelana, 6 de vidros, 228 de cortumes, 3 de azulejos, 2 de gelo, 22 de massas, 4 de oleados, 10 de produtos químicos, 1 de guano, 15 de rolhas de cortiça, 81 typographias, 484 ourives, 3.5000 fabricas de azeite de oliveira, 601 de aguardente”.

A relação das principais variedades de indústria têxtil, vestuário, metais, artes cerâmicas e vidro, impressão de papel e indústrias diversas, completa a relação anterior, nomeadamente o caso das indústrias extrativas e da indústria pesqueira mostrando quão débil era o panorama industrial do reino no decurso da segunda metade de Oitocentos. Por sua vez a pequena indústria compreende os seguintes estabelecimentos (loc. cit.): *“10.984 moinhos, 2.773 padeiros, 1.383 fornos de pão, 4.162 teares, 646 alfaiates, 2.360 sapateiros, 1.255 tamanqueiros, 195 chapeleiros, 122 costureiras, 2.299 barbeiros, 571 marceneiros, 3,570 serralheiros, 1086 ferradores, 155 tanoeiros, 25 escultores de madeira, 377 funileiros, etc”.*

Em data anterior à entrada em pleno funcionamento das principais redes ferroviárias, o comércio de cabotagem desempenhava um papel importante no comércio e transporte de passageiros e a navegação fluvial, sobretudo no Tejo, onde dava um precioso auxílio ao comércio de importação e de exportação em muitos portos que se associavam ao movimento comercial com o exterior. O incremento da navegação a vapor acabou por causar o encerramento da maior parte deles ou assegurar-lhes, apenas, uma função intermediária no transporte de mercadorias para os ancoradouros de maiores dimensões. Outros contributos ajudam a compreender a situação do país no início do século XIX. Alexandre de Herculano (1838)¹²⁸ referiu-se, no Parlamento, a este estado de coisas:

“Está demonstrado, que o nosso país pode sustentar sete milhões de habitantes, e apenas contém três milhões incompletos: entretanto a emigração portuguesa para o Brasil parece indicar, que a população é superabundante. As causas disto têm sido mil vezes ditas: as grandes povoações estão atulhadas, enquanto os campos estão desertos; e isto acontece porque a agricultura não oferece vantagens, não sendo possível transportar aos grandes mercados os produtos do solo. Se o Governo tratar de abrir comunicações para o interior do país, seja por estradas, seja por via de canais, poderá usar de meios repressivos, ao menos indirectamente, para obviar à despovoação do Reino”.

Em período de crise interna e tentativa de recuperação, de expansão da emigração, conclui (loc. cit.): *“Feito isto é preciso mostrar aos homens laboriosos, que mais vale cultivar os imensos baldios que cobrem Portugal, do que ir rasgar o seio da terra estrangeira, e que mais de estimar é o ter o necessário na própria pátria do que o supérfluo no desterro”.* Em todo o caso, não havendo uma via única de transição para a mudança, incluímos detalhes da situação geográfica e social da nação portuguesa desde o início da 1ª República que ilustram a passagem dessa sociedade antiga para a tradicional, de base rural, que continuou a progredir até meados de Novecentos. Durante este período a evolução da população ativa pelos principais setores de atividade¹²⁹ fica assinalada pela redução gradual das atividades rurais do setor primário (I), acompanhada por uma evolução crescente da atividade industrial e dos transportes – setor secundário (II) e concomitante crescimento do setor comercial e dos serviços – setor terciário (III).

128. Diário do Governo n.º 12, de 13 de janeiro de 1838

129. Os dados de 1920 não foram apurados

O conjunto destas mudanças acompanha-se do incremento da mobilidade de pessoas e da concentração de capitais em parques fabris de maior dimensão, em investimentos urbanos, ainda que incipientes, vieram a ancorar novas iniciativas que eclodiram no decurso da segunda metade do século passado em resultado das poupanças geradas pela emigração, pelo comércio interno e internacional, pelos transportes ou já devido à industrialização e urbanização aprofundadas desde então.

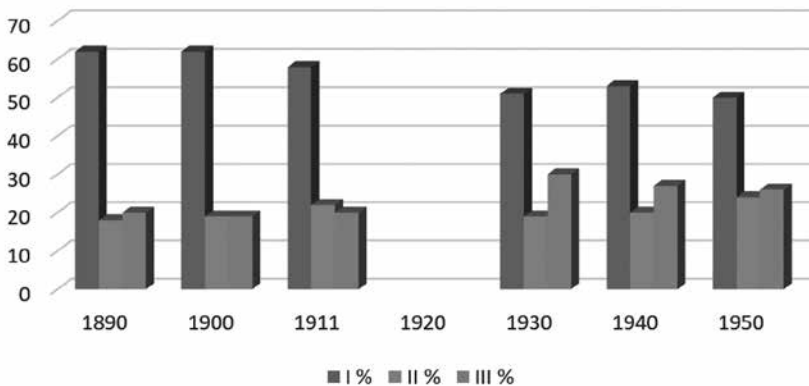


Fig. V, 1 - População ativa por setores de atividade: 1890 - 1950

Fonte: INE

Estes valores são aproximativos uma vez que só a partir do censo de 1940 é que a definição de população ativa foi ajustada a novos conceitos estatísticos, abrangendo “o conjunto de pessoas maiores de 10 anos que exerciam uma atividade, ou tinham uma condição susceptível de proveito económico imediato”. Mesmo assim importa salientar que a redução da população ativa no setor primário, de base rural e iletrada e a sua deslocação para os centros industriais e urbanos assinala uma fase de transição gradual da sociedade antiga e tradicional portuguesa para uma outra etapa da vida contemporânea, marcada pela mudança inscrita em diversos acontecimentos sociais e da população nacional que se evidenciaram a partir dos anos sessenta do século anterior. Na sua evolução, durante o século passado até aos anos setenta, não é por demais acentuar a redução drástica das atividades agrárias, acompanhada de um crescimento das “atividades servis de um pobre terciário” (Pais e Alarcão, 1976, p. 90). Tal corresponde a uma evolução da própria economia, outrora (loc. cit.), “fortemente alicerçada em atividades agrárias, mais do tipo de autoconsumo e pouco voltada para a venda, fortemente abastecida em fac-

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

tores de produção gerados na própria exploração, e de actividades servis de um pobre terciário”, para o correspondente aumento dos sectores mais nobres, industrial e terciário superior, onde se inscrevem os valores da população ativa registados em 1900 e em 1970 (loc. cit.):

Sector I:	65,0% em 1900;	32,6% em 1970
Sector II:	19,6% em 1900;	33,3% em 1970
Sector III:	15,4% em 1900;	34,1% em 1970

A importância deste sector no conjunto do emprego - que desceu de cerca de 47% em 1950, para 43% em 1960 e 33% em 1970 - expressa a sua redução crescente, acompanhada da criação de novas unidades de produção industrial e do alargamento da urbanização e terciarização da sociedade portuguesa a partir dos anos sessenta. Esta variação levou a um aumento do emprego nestes dois sectores, que em 1970 quase se equilibravam na sua distribuição percentual: 33% no sector secundário e 34% no terciário, num total de 3,16 milhões de ativos, representando uma taxa global de atividade de 36,76% da população residente. Nesta repartição apenas os distritos de Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Lisboa, Porto e Setúbal, situados na faixa atlântica, apresentavam valores inferiores a metade da sua população ativa ocupada no setor primário; no Porto mais de 50% no secundário e em Lisboa, 60% da sua população ativa pertencia ao setor terciário.

Recorde-se que o início da década de sessenta ficou assinalada pelas comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique englobando um conjunto de celebrações que coincidem com a abertura de Portugal ao turismo estrangeiro, seguidas do incremento do êxodo rural e da emigração, de reformas

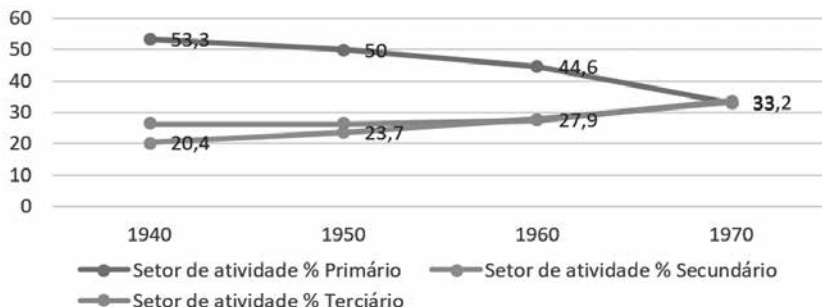


Fig. V, 2 - Estrutura da população ativa: 1940 - 1970 (%)

Fonte: INE

no ensino e início da sua democratização, do início da guerra do ultramar e do arranque da industrialização e terciarização no país.

Apesar da evolução favorável da população ativa global, em particular da população feminina devido à sua emancipação progressiva e inserção no mercado de trabalho, a redução da população jovem acompanha-se de medidas de alargamento da escolaridade obrigatória e do “efeito de onda” causado pelo prosseguimento de estudos destes alunos no ensino médio e superior. Estas situações são acompanhadas por uma evolução da sociedade e da população portuguesa que no seu conjunto acusa os efeitos da transição demográfica com a quebra de nascimentos, planeamento familiar, difusão da pílula e de métodos concetivos, emancipação da mulher, movimentos migratórios (internos e internacionais) que antecedem a revolução de 25 de abril de 1974 e a mudança operada nas décadas seguintes.

2 – REDES DE POVOAMENTO: VILAS E CIDADES

A construção da rede de povoamento em solo português foi um processo lento marcado pela disputa e posse do território, das suas praças e atalaias, dos centros de poder já constituídos e da queda dos núcleos de menores dimensões e dispersão dos moradores aí radicados. Tal evoluiu de forma distinta, antes e depois da constituição do condado e do reino de Portugal. Desde a presença romana que o espaço lusitano mostra padrões de povoamento distintos, determinados pelos contrastes de relevo, vigoroso e acidentado, a norte; moderado, de menor altitude e alinhado, a sul da bacia do Tejo, pelos limites da peneplanície alentejana, o que deu origem ao desenvolvimento de uma civilização urbana precoce desde o tempo da romanização. A distribuição da população ao longo do período histórico da nossa cronologia segue a ação de ocupação humana prosseguida durante a romanização, a reconquista e o alargamento do poder régio e da Igreja, a procura dos habitantes pelos centros com melhores condições de trabalho e defesa junto das praças-fortes e dos burgos de maior expressão.

Em tempos idos escreveu Silva (1868.I, p. 6): “*os territórios desviados dos centros populosos desatavam-se cobertos de selvas, de pântanos e de brejos*” pelo que as condições de subsistência ficam dependentes da qualidade e produção dos solos, das atividades tradicionais e do poder de alguns centros, ditado pela oferta de

serviços régios, comércio, serviços e vias de comunicação em “nós” de uma rede favorável à atração das povoações vizinhas e ao reforço da centralidade desses lugares. A cidade com a sua estrutura e organização exerce funções que a habilitam a desempenhar um papel mediador entre o centro e o seu meio circundante através da troca de bens e de ideias, de capitais e pessoas numa área territorial tanto mais extensa quanto maior for o número de atividades, de serviços e de funções que oferece. Na base inferior desta hierarquia estão as pequenas povoações e lugares, distribuídos segundo diferentes tipos de povoamento, que acolhem comunidades de famílias ocupadas no amanho da terra e nos ofícios elementares exigidos pela civilização rural.

A herança agrária deixada pelas invasões dos povos do norte da Europa, dos romanos ou já da população moura, permitiu a construção de senhorios e o uso de diferentes técnicas de exploração do solo que se continuaram depois da fundação da nacionalidade e das transações operadas sob os auspícios dos monarcas. Os moradores, distribuídos já de forma desigual pelos centros conquistados ocupavam, antes ainda da fundação do reino de Portugal, as áreas do Minho, de Trás-os-Montes ou já da Beira Alta (Silva, 1868.I, p. 13), que “*podia coadjuvar com boa cópia de gente os seus condes para oporem a rebelião armada às tropas leonezas, capitaneadas por Sancho I*”. Acrescenta este autor (loc. cit.:

“*Os territórios de entre Douro e Minho e de entre Douro e Mondego já estavam semeados também de villas, de casaes e de igrejas. Na parte mais remota de Traz os Montes, na Beira Baixa, em alguns districtos da Beira Alta e da alta Extremadura, assim como em todo o sul, é que os ermos se dilatavam, cercando de solidões immensas, de brenhas inospitas, de brejos e de paúes, as villas muradas, que, surgindo no meio dos desertos, ora hasteavam as cores do islam, ora erguiam a cruz de Christo*”.

Na linha do que já havia demonstrado (op. cit., p. 15), esclarece que a construção do reino teve o contributo dos “*mouros, ou serracenos subjugados, dos judeus tolerados, e das colónias estrangeiras vindas de além Pirinéus*”, em particular os Francos, cuja vinda para o noroeste português remonta ao tempo da reconquista (Silva, 1868, p. 19), pela população vencida nas batalhas e feita prisioneira, bem como pela população escrava. Mais ainda, à classe mais popular de Moçárabes, descendentes dos “*hispano-godos*” (op. cit., p. 21), junta-se a classe aristocrática “*asturiano-leonesa*” e por altura da conquista das terras do sul, os Cruzados, alguns

dos quais acabam por se fixar em Portugal mercê de doações régias, sobretudo em concelhos não muito distantes da cidade de Lisboa, como Vila Franca, Atouguia e Lourinhã, Azambuja e Sesimbra, Ponte de Sor.

Estes legados juntam-se aos das ordens religioso-militares, sobretudo à ordem do Templo, no Alentejo e numa linha defensiva entre o litoral e a Beira Baixa bordejando o sul do maço central, onde vieram a construir um conjunto de fortificações militares perto dos domínios fundiários em Pombal e Tomar, Almourol e Ozêzere (na convergência dos rios Zêzere com o Tejo), Idanha e Monsanto. Outras doações aos Hospitalários, S. Tiago e Calatrava, permitiram às ordens militares reter *“a melhor parte dos territórios unidos à coroa portuguesa nas províncias do sul no decurso de meio século”* (Silva, 1868.I, p. 25), e ainda na Beira Baixa e na Estremadura onde estas ofertas se juntaram a outras concedidas a congregações religiosas como a de Cister, inicialmente instalada em Tarouca e noutros pontos mais distantes nomeadamente em Alcobaça.

A importância das ordens religiosas estabelecidas em Portugal no decurso da reconquista deve ser apreciada não só em relação às ajudas militares nos campos de guerra com os mouros, mas, também, no reconhecimento das qualidades desses religiosos e cavaleiros na organização e disciplina das expedições em que participaram. Nelas incluíam-se forças dependentes dos senhores feudais, do corpo de soldados do rei e dos concelhos, assentes nas milícias de cavalaria, com lanças e espadas, na infantaria e peões com arco e flecha, nos corpos de besteiros de polé, nas bocas-de-fogo e em instrumentos rudimentares usados por populares. A este processo juntaram-se os forais concedidos a diferentes lugares, a criação de vilas, a repovoação de lugares devastados, a fundação e restauração de antigos concelhos e a construção de novas edificações. Mais ainda, integraram os antigos estratos da população portuguesa, Judeus e Mouros os quais, no dizer de Silva (1868.I, p. 30), *“Laboriosos e flexíveis os judeus monopolizavam os officios manuaes, os tractos mercantis, e as agências lucrativas, e os arabes, mais civilizados instruídos do que os vencedores, primavam nas profissões liberaes e no grangeio das propriedades”*.

Diversos traços assinalam, pela sua morfologia natural, relevo e natureza do solo, as condições favoráveis à expansão das charnecas e baldios, dos terrenos alagadiços e dos areais litorais que ao longo do tempo foram aproveitados, deixando marcas de uma densa ocupação humana nos terrenos aluvionares da faixa atlântica e do contraste nas áreas mais acidentadas e vocacionadas ao pastoreio no

interior, associado à agricultura e às queimadas destinadas à limpeza e fertilização do solo. A propósito das diferenças entre o norte e o sul do Tejo, ou entre este e o rio Douro, Branco (cf. Castro, 1870.IV, p. 314) reconhece haver aqui uma “*mudança completa nas formas orográficas do relevo; e em correspondência, a aptidão produtiva do solo vegetal manifesta-se inteiramente outra (...)*”, com a extensão do pinhal de Leiria e do pinhal do Urso a demarcarem-se por entre a gândara “*tão cultivada, especialmente entre Mira e Aveiro*” (op. cit., p. 314). A norte do Douro (op. cit., p. 316), e “*considerando dividida a provincia do Minho em dois grandes tractos pelo rio Cávado (...) na primeira delas, ou do sul, predominam os terrenos cultivados; na do norte, pelo contrário, ocupam muito maior extensão os terrenos incultos, e correspondentemente escasseia muito o povoado*”.

Afora outras considerações sobre o estado e a necessidade de arborização do país, carenciada desde o tempo das descobertas e da grande vaga de construção das armadas militares e comerciais, a florestação foi retomada ao tempo do último rei da dinastia de Avis. Desde D. Fernando que o monarca havia estabelecido o cargo de “Monteiro-Mor” e abaixo dele os “Monteiros menores” e os “Guardadores”, a quem competia vigiar pela segurança das matas e utilização pública dos recursos vegetais por parte dos lavradores (Caldas, 1998, p. 267). A estes era permitido “*cortar aquela de que precisassem para a lavoura e para construção de suas casas, em sítios das mattas em que o monteiro mor ou os seus agentes entendessem possíveis os cortes sem as prejudicar*”. Mais ainda, àqueles competia “*Pôr fogo nas mattas, cortar ou descascar madeira, colocar ali armadilhas, matar porcos ou bácoros monteses (...)*”, atribuições extintas com as “*Constituintes liberais que extinguiram as coutadas*” (op. cit., p. 389).

Ao tempo as montarias e as coutadas, como prática desportiva dos monarcas e da nobreza, constituíam uma ameaça às lides agrícolas pelas devastações causadas pelas espécies selvagens sobre as terras amanhadas, sendo objeto de reclamações por parte dos camponeses. Ao tempo de D. Sebastião (Silva, 1868, p. 263), este obrigou a que “*nos montes e baldios dos termos das cidades, vilas e lugares (...) os concelhos semeassem à sua custa pinhaes, e respondessem pela guarda e defeza deles*”. Esta preocupação foi retomada a partir da segunda metade de Oitocentos após a aprovação da Constituição de 1822 (Caldas, 1998, p. 269) que aboliu as “*montarias e coutadas, transformando a caça em ‘res nullius’ (...)*” e para as populações a expressão das liberdades defendidas pelo novo regime. De acordo com Branco

(1870, p. 316), do total dos cerca de 90.000 km² da superfície do país, “em 5 milhões de hectares, ou mais de metade daquela superfície, a extensão do solo inculto ou mal aproveitado, que sucessivamente e com o andar dos tempos, pela maior parte pode vir a ser coberto de floresta”, nomeadamente a faixa costeira coberta de dunas.

A faixa litoral acabou por ser sujeita a um intenso trabalho de arborização e fixação das areias no decurso de Oitocentos, por ação de José Bonifácio de Andrada e Silva, iniciada no Couto de Lavos e concluída com o “*Plano de Povoamento Florestal*” de 1938¹³⁰, obra realizada pela “*Intendência Geral das Minas e Matas do Reino (início do séc. XIX) da Administração Geral das Matas do Reino (1824-1886) e dos Serviços Florestais (a partir de 1886)*”. A fixação das dunas litorais acabou por contribuir para drenar diversas áreas litorais, algumas delas ocupadas pelos campos de arroz em terrenos paludosos, dos campos do Vouga, do Mondego, do Lis e do Sado por exemplo, intercalando com outras espécies de milho e cereais, a criação de gado e a laboriosa ocupação dos habitantes nos trabalhos rurais em seu redor.

Não obstante tal situação é de considerar a existência de núcleos de poder senhorial centrados em herdades e lugares de maior dimensão onde as populações eram recenseadas, pagavam os impostos, recorriam à justiça e prestavam culto às divindades. Esta situação foi alterada quando da reconquista através da fixação permanente de novos habitantes em casais e em lugares, permitindo o arroteamento permanente da terra, a exploração continuada dos seus recursos naturais e a persistência de alguns “*núcleos de cristandade*” (Serrão, 1989.II, 416) que ganharam maior expressão no decurso de toda a primeira dinastia. Este processo e a construção do reino de Portugal com os monarcas a incentivarem a colonização da terra e a sua defesa, concedendo forais e promovendo a construção de unidades de poder administrativo e eclesiástico, contou com o poder da Igreja e de diversas ordens religiosas. De acordo com Moura (1913, p. 69),

“Os foraes dos municípios, em regra, consignavam: o direito de asylo, o de elegerem os munícipes os proprios funcionarios, e até as vezes o direito de elegerem os funcionários da coroa ou dos nobres que tinham ainda attribuições n’alguns concelhos com foral. Nos foraes tambem se consignavam os deveres ou encargos, como o de fossado, anúduva, jugada, montado”.

130. Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro - https://www.drapc.gov.pt/base/documentos/fixacao_dunas.htm 9ABR21

No centro do país o povoamento estava repartido entre o domínio cristão de Coimbra e as praças agarenas de Santarém e de Lisboa, sendo por isso uma área de fronteira. Contudo a rede de povoamento cristã existente, com o enfraquecimento do domínio muçulmano, veio permitir a consolidação de comunidades de moradores e de fiéis reunidas em torno do cura, responsável pela vida religiosa nas terras sob o domínio do poder eclesiástico. A este respeito recorda-nos Ribeiro (1967, 59) que a região a sul do Mondego pertence ao “*Portugal feito já em parte pelos portugueses do Norte, que deles tomou ‘as instituições, os usos e a língua’ e algumas tintas de uniformidade*”. Estes movimentos de população andam associados às necessidades de ocupação humana e à fundação de núcleos de colonização com alguns privilégios aos moradores e beneficiários desde o tempo do Conde D. Henrique e do fundador da monarquia Afonsina e continuada pelos seus descendentes. Do tempo do primeiro contam-se diversas povoações conquistadas aos mouros, como Torres Novas e Alenquer, Torres Vedras, Sertã, Soure, Tentúgal, Montemor-o-Velho, S. João da Pesqueira, praças situadas no seu percurso de alargamento para sul e da fase de expansão das tropas cristão no ocidente peninsular, no início do século XII.

Do tempo do fundador do reino, há situações distintas a reter:

- Caso de povoações e de vilas doadas a antigos cruzados e cavaleiros estrangeiros que o ajudaram na conquista de Lisboa e das suas praças e outras fora da bacia do Tejo, tais como: Castanheira (do Ribatejo), Lourinhã, Arruda, Vila Franca, Atouguia;

- Doações de raiz aos monges Bernardos de Claraval das terras a ocidente da serra dos Candeeiros - que fazia parte da alta Estremadura que “*não passava de um deserto*” (Silva, 1868, p. 23) - onde construíram o mosteiro de Alcobaça com a sua população numerosa de monges que chegaram a ultrapassar um milhar, distribuídos pelos coutos das redondezas;

- Vilas conquistadas aos mouros, repovoadas e estruturadas como, Moura, Monforte e Arronches, Palmela e Sesimbra, Coruche, Ourém e Porto de Mós, Pedrógão, Óbidos, Miranda do Corvo, Ceira, Chaves, Pinhel e Trancoso, Marialva e Linhares, Seia e Vouzela, Sabugal, Britiande, Ponte de Lima. Esta relação pode ser completada com outras situações que continuaram a ação do rei “Conquistador” (1139-1185) e que completa a fase de reconquista, de construir e de afirmar o reino (Monteiro, 2018, p. 384):

- Do tempo de Sancho I, designado “O Povoador” (1185-1211) temos a sua ação na fixação de núcleos habitacionais e repovoamento das terras atingidas pela guerra e pela atração de colonos estrangeiros. Em torno da cidade de Lisboa criou: Póvoa, Alhandra, Azambuja – já doada por seu pai a um cavaleiro inglês das Cruzadas do Oriente -, Benavente e mais para o sul, acompanhando a expansão da reconquista: Montemor, Alvor. A norte do Tejo, Penacova, Penela, Góis, Sarzedas, Vila do Conde, Vila Nova de Sande, Ermelo, Almeida e Sortelha, Valhelhas, Penamacor, Covilhã e Monsanto, Folgosinho e Gouveia, Pedrógão;

- Do tempo de Afonso II (1211-1223), Avis, Borba, Monção, Torre de Moncorvo;

- De Sancho II (1223-1248), Serpa, Mértola, Castelo de Mendo, Celorico da Beira, Alijó,

- De Afonso III (1248-1279), Portel, Castro Marim, Loulé e Odemira, Alter do Chão e Barbacena, Santa Cristina, Vila Nova de Gaia e Prado, Viana e Caminha, Melgaço, Vinhais.

Não sendo exaustiva esta relação deve ser comparada com a lista escrita por D. Dinis que deu seguimento e incrementou uma política de povoamento do reino baseada na criação e povoamento de novos povoações e vilas; no desenvolvimento de novas atividades de natureza piscatória e comercial ligadas à pesca e navegação costeira; na agricultura, procedendo à recuperação de terras da coroa anteriormente cedidas aos nobres e à Igreja. Na instrução este monarca distinguiu-se pela fundação da universidade portuguesa. No que se refere à defesa, Marques (1993, p. 533), assinala a importância que D. Dinis concedeu ao “*segmento castelhano*” através da reconstrução dos castelos e fortalezas da raia, “*à custa da terça parte das rendas da igrejas do Reino – um dos pontos de confronto com a Hierarquia eclesiástica, presente nas concordatas de 1289, 1292 e 1309*” procurando, por esta via (loc. cit.), “*dar solução consistente através de ações de povoamento das terras relativamente próximas da linha de fronteira, processo em que a elevação a concelho marca uma posição definitiva*”. Para além da defesa a fortificação acastelada era símbolo do poder régio e da sua administração junto das populações e da nação vizinha.

A construção desta rede está patente na criação de numerosas vilas e de municípios (Marques, 1989, p. 535) nas áreas fronteiriças, a norte e a sul do rio Tejo, procurando por esta via fixar habitantes, organizar a defesa, explorar os recursos, desenvolver o território, continuando o projeto de independência alcançado pelos seus progenitores. Para este autor (op. cit., p. 523-524),

“A elevação de localidades fronteiriças à condição de municípios, além de estimular o seu ulterior desenvolvimento, constituía também um poderoso facto aglutinante, do maior interesse para o sistema defensivo, de acordo com as disposições do texto foralengo, quando a este assunto se referia, ou com a prática tradicional, gerida pelas competentes autoridades municipais”.

Uma relação incompleta dessa ação contempla o repovoamento ou a criação das vilas tais como, no sul: Estremoz e Vila Viçosa, Olivença, Monsarraz, Campo Maior, Évora-Monte e Juromenha, Castelo de Vide, Viana do Alentejo, Marvão e Alcoutim, Mourão, Ouguela e Fronteira; no centro, Castelo Maior, Vila Maior e Castelo Bom, Alfaiates e no norte: Vila Nova de Cerveira, Barcelos, Vila Real e Vila Flor, Freixo de Espada à Cinta, Alfândega da Fé e Mirandela. Note-se que a par da criação de lugares fortificados junto da fronteira, o povoamento do reino assenta na estruturação da rede de vilas nas áreas geográficas menos povoadas, tais como a Estremadura, cujos limites foram-se alterando reduzindo-a ao território situado a sul dos campos do Mondego ou mesmo da bacia do Lis, até aos limites da fronteira marítima de Sines, Alcácer do Sal ou mesmo Setúbal, portos animados pelo comércio marítimo desde a dinastia Afonsina. Esta ação é completada por um conjunto de atividades de fomento do reino dos reis da 1ª dinastia: D. Afonso IV (1325-1357), D. Pedro I (1357-1367) e de D. Fernando (1367-1383).

Por altura da restauração as vilas, num total de 158 e 17 lugares, *“abrangiam 82.570 vizinhos, constituindo o segundo terço dos moradores fixos. Com os mesmos coeficientes atinge-se uma população situada entre 290.000 e 370.000 habitantes”.* Entre estas destacam-se (Serrão, 1975) povoações da orla marítima como Viana do Castelo e Setúbal, Aveiro e Almada, Faro e Tavira, Gaia e Sesimbra, Vila do Conde; vilas situadas junto das margens de rios, como Santarém, Abrantes, Almada, Montemor-o-Velho, Alcácer do Sal e Porto de Lima; outras, ainda, no sul e interior do país, como Estremoz e Vila Viçosa, Moura e Olivença, Montemor-o-Novo e Campo Maior, Serpa. Um quadro alargado das principais vilas da Estremadura elaborado por Azevedo (1921, pp. 1077 e ss) dá conta das datas de criação da rede estremenha, desde 1362 até aos conflitos liberais de 1836.

Quadro V, 2 - Cronologia das Vilas - data de criação

Vilas			
Sines	1362	Chamusca	1555
Cascais	1364	Chamusca e Ulme	1561
Cadaval	1371	Tomar	1567
Peral	1371	Punhete	1571
Monte Argil	1372	Peniche	1609
Vila Nova da Rainha	1376	Val dos Reis	1630
Pampilhosa	1385	Lamarosa	1632
Erra	1391	Azambugeira	1633
Enxara dos Cavaleiros	1394	Asseca	1658
Aveiras de Baixo	1401	Maxial	1662
Castanheira	1452	Lavradio	1670
Vila Nova Ourem	1581	Ancião	1673
Batalha	1500	Moita	1681
Caldas da Rainha	1511	Oeiras	1759
Tancos	1517	Vila Fresca Azeitão	1759
Barreiro	1521	Paialvo	1769
Setubal	1525	Manique Intendente	1791
Sardoal	1531	Queluz	1802
Pias	1534	Cartaxo	1805
Golegã	1534	Vila Franca Xira	1823
Bombarral	1535	Vila Nova Barquinha	1837
Montargil	1542	Constância	1836
Grandola	1544		

Fonte: Azevedo, 1921

Desta relação faz parte a rede de povoações criadas na área da bacia hidrográfica do Tejo e do Sado, próximas dos estuários e margens destes dois cursos de água, animados pelo movimento portuário e pela concentração de atividades económicas em seu redor que vão despoletar a atração dos habitantes residentes nas áreas mais pobres. Note-se que o povoamento português, em particular na metade sul do território constituída por solos ainda pouca arroteados quando da fixação de colonos e das doações régias que permitiram o crescimento de novas concentra-

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

ções humanas, permitiu que alguns algumas das povoações principais viessem posteriormente a ser elevadas a concelho. Outros núcleos populacionais mais importantes correspondem a centros de povoamento animados por atividades humanas ou defensivas, merecedores de reconhecimento régio ou então centros de encontro de vias de circulação e de comércio que anteviam a sua capacidade de organização territorial e de maior atração sobre os lugares vizinhos, o que permitiu a subsistência de alguns deles para além do início e afirmação da revolução liberal, até aos nossos dias.

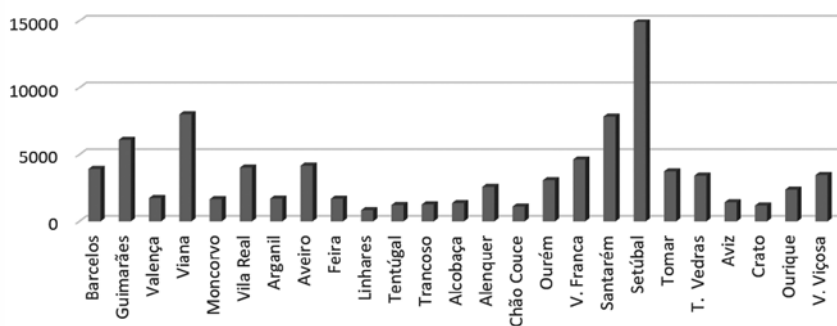


Fig. V, 3 - População residente em Vilas, cabeça de Comarca: 1821

Fonte: Azevedo, 1921

Ao tempo, uma vez definidas as fronteiras com Castela, a ação dos monarcas desdobrou-se entre lutas internas e de poder associadas à sucessão, a guerras com a coroa vizinha, à organização administrativa do reino e à centralização do poder, à assistência ao povo em situações de fome e epidemias e à procura de alianças externas favoráveis à consolidação e ao desenvolvimento do território. No decurso final da dinastia de Borgonha, o envolvimento de D. Fernando nas guerras contra Castela leva à participação de Portugal na Guerra dos Cem Anos, à sucessão de três conflitos armados que pelos seus resultados deram origem à crise social e política que culmina com a batalha de Aljubarrota e início da dinastia de Avis, inaugurada em 1385. A relação de D. João I com a região do Oeste e bacia do Tejo está na origem da construção do mosteiro da Batalha e no povoamento de Almeirim.

A lista das cidades portuguesas constituídas antes do fim ou no decurso da Idade Média está relacionada com o peso do poder eclesiástico e administrativo, em particular nas povoações sede de bispado que atraíam outros poderes ligados

à colonização do reino. Assim se afirmaram os três pilares da sociedade medievá identificada pelas três ordens dominantes e com funções específicas: o clero orava, os guerreiros combatiam e os camponeses trabalhavam o campo.

Quadro V, 3 - Relação das cidades até 1246¹³¹

Nome	Referenciação
<i>Antes da nacionalidade</i>	
Braga	14 a.C. – Bracara Augusta
Porto	868 – Ação de presúria de Vimara Peres
Lamego	1057 – Tomada aos Mouros
Viseu	1057 – Tomada aos Mouros
Coimbra	1064 - Tomada aos Mouros
<i>Depois da fundação do Reino</i>	
Lisboa	1147 – Tomada aos Mouros
Évora	1165 – Tomada aos Mouros
Guarda	1199 - Foral de Sancho I – restauração da Diocese Egítânia
Silves	1246 – Tomada aos Mouros

Nas épocas seguintes a sua expansão, para além de continuar associada à empresa do povoamento e defesa, articula-se com a necessidade de criação de núcleos da administração em diversas paragens ou como recompensa régia da fidelidade à coroa, ao desenvolvimento do território e à expansão marítima. A este respeito observa Coelho (2012) que “*Nalgumas províncias, as cidades e vilas eram ilhas num mar de ruralidade, dominado pela fidalguia e os senhores eclesiásticos*”. Mais ainda, a propósito da evolução urbana (Coelho, 2017), regista-se que “*As cidades, como um corpo vivo, vão crescendo e sofrendo mutações que lhe dão sucessivas formas e múltiplas funcionalidades, transmutando-as em novos organismos, que sempre se enraízam no seu embrião, mas se moldam com outros contornos e dinâmicas*”. Tal acontece à medida que a população na periferia e no centro aumenta, as atividades se instalam, o comércio e a indústria prosperam, alterando a posição estratégica dos centros num espaço alargado, coordenado e governado pelas autoridades régias e /ou religiosas, com novos deveres para os seus habitantes.

131. https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_cidades_em_Portugal_por_data_de_cria%C3%A7%C3%A3o 20DEZ20

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

A referência da cidade medieval é assinalada pela citada autora (loc. cit.): “*pelos finais do século XII acaba a primeira Idade Média dos camponeses e guerreiros para então começar uma segunda Idade Média dos burgueses e senhores*” gerando, através dos movimentos da população, dinâmicas específicas dentro e fora das muralhas das antigas vilas medievais e das áreas de influência. Entre nós o principal exemplo desta evolução é o da capital do reino, onde convergem o poder régio e mercantil, artífices e nobres, a raia miúda e forasteiros chegados por terra e por mar. Neste período a população vai aumentando com as oportunidades de trabalho e de viagens, de serviços e ocupações atraindo habitantes de outras partes do reino, engrossando o caudal de desenraizados e as elites locais que se vão constituindo.

Este processo acompanha a centralização administrativa régia, económica, cultural, defensiva e religiosa que vai estruturando o poder do Príncipe, o alargamento da sua corte e do sistema administrativo e financeiro central bem como o reconhecimento régio pelos municípios e povoações mais importantes. Durante esta sequência há a realçar, a par do forte impulso para o engrandecimento da capital, alcançado durante o período das grandes navegações marítimas, o movimento de criação de novas dioceses num processo retomado depois da restauração da coroa.

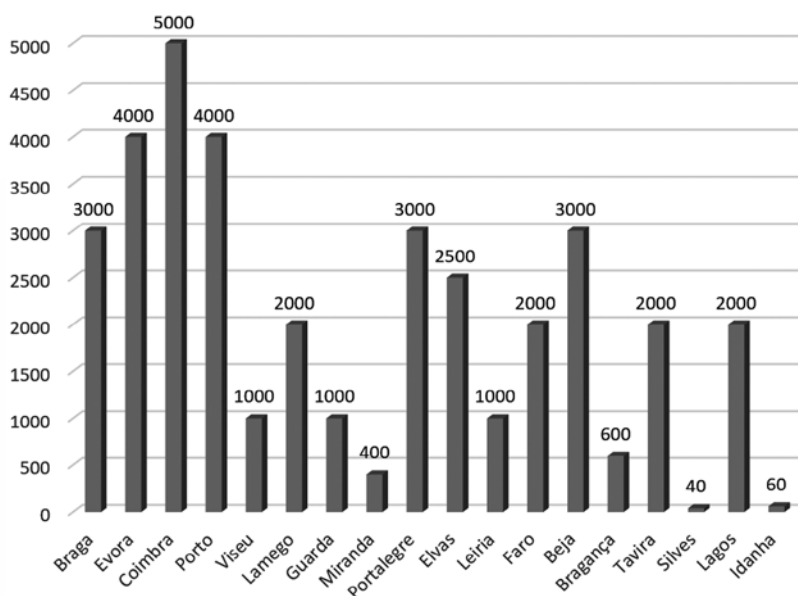


Fig. V, 4 - Vizinhos residentes em cidades do Reino de Portugal: 1645

Fonte: Serrão, 1975

Para Serrão (1975, p. 231) a situação demográfica do país em 1640: “(...) já a Metrópole vencera as dificuldades de crescimento que haviam resultado da Monarquia dualista, pelo que a curva demográfica parece corresponder a um novo surto da população”. Mais ainda (loc. cit.): “A revolta contra os Filipes tornou-se uma realidade porque desde Valença do Minho a Castro Marim havia gente capaz em número, mesmo desprovida de meios defensivos, para manter os direitos que advinham dos velhos foros de Portugal”. Nestas circunstâncias (op. cit., p. 224) em 1640 a população residente nas cidades – devido ao grande peso da cidade de Lisboa, com 67.000 vizinhos - deveria representar um terço da população do país e a cronologia mostra a criação de novas cidades depois de então. A esta distribuição junto de locais de maior acessibilidade e comércio acresce a repartição da população em zonas rurais e no interior, em particular nas províncias de Trás-os-Montes e Beiras, território que se constitui (Serrão, 1975, p. 223) “pela sua natureza rural e pela distância a que se achava dos centros vitais do País, uma área menos favorecida quanto ao número de habitantes”. Contudo, sobretudo na área fronteiriça, não era “uma região inactiva” (op. cit., p. 226), porquanto “o surto de algumas povoações era bastante para animar o comércio da região e para atrair novos moradores a esses centros. Mas sem atingir, como é evidente, a importância das áreas da costa ou de irradiação fluvial”.

Os dados referidos por este autor são coincidentes com os de Mendez Silva (1645), com a diferença que este atribuiu à cidade de Lisboa apenas 50.000 vizinhos. Por sua vez a relação de cidades cabeça de comarca, antes da reforma administrativa de 1836, acentua a dimensão da cidade de Lisboa, com 210.000 habitantes, e do Porto, com 60.000, em relação às demais cidades existentes. Para efeitos estatísticos já no presente eram consideradas cidades as povoações com mais de 10.000 habitantes ou que desempenhassem funções de sede de distrito.

Antes ainda de se fazerem sentir as pressões externas do final do século relacionadas com a disputa dos impérios coloniais e acompanhando a necessidade de industrialização do país, sobretudo depois da independência do Brasil, em 1822, e da exaustão causada pelas lutas liberais, a situação económica degrada-se face aos empréstimos realizados no estrangeiro para as obras de fomento económico. Tal repercute-se no estado geral da população portuguesa e nos seus movimentos do campo para a cidade e do país para fora do reino. Um resumo dessa rede de cidades permite-nos identificar as datas de criação destas aglomerações citadinas.

Quadro V, 4 - Relação das cidades: século XV ao início da República

Nome	Referenciação		
<i>Idade Moderna</i>			
Bragança	1464	-	D. Afonso V
Funchal	1508	-	D. Manuel I
Elvas	1513	-	D. Manuel I
Tavira	1520	-	D. Manuel I
Beja	1521	-	D. Manuel I
Angra do Heroísmo	1534	-	D. João III
Faro	1540	-	D. João III
Leiria	1545	-	D. João III
Miranda do Douro	1545	-	D. João III
Ponta Delgada	1546	-	D. João III
Portalegre	1550	-	D. João III
Lagos	1573	-	D. Sebastião
Aveiro	1759	-	D. José I
Penafiel	1770	-	D. José I
Pinhel	1770	-	D. José I
Castelo Branco	1771	-	D. José I
Portimão	1773	-	D. José I ¹³²
<i>Monarquia Constitucional</i>			
Horta	1833	-	D. Pedro, Duque de Bragança
Tomar	1844	-	D. Maria II
Viana do Castelo	1848	-	D. Maria II
Guimarães	1853	-	D. Maria II
Setúbal	1860	-	D. Pedro V
Santarém	1868	-	D. Luís I
Covilhã	1870	-	D. Luís I
Figueira da Foz	1882	-	D. Luís I
<i>República</i>			
Abrantes	1916	-	1ª República
Portimão	1924	-	1ª República

132. Reverteu ao seu anterior estatuto de vila após a morte do rei, em 31 de Maio de 1777 Wikipédia – Cidades https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_cidades_em_Portugal_por_data_de_cria%C3%A7%C3%A3o 8FEV21

Vila Real	1925	-	1ª República
Estremoz	1936	-	2ª República
Caldas da Rainha	1927	-	2ª República
Barcelos	1928	-	2ª República
Chaves	1929	-	2ª República

Fonte: Wikipédia – Cidades

A elevação de novas povoações a cidade foi interrompida no decurso do Estado Novo registando-se, apenas, em 1973, três elevações: Almada, Espinho e Póvoa de Varzim. Com a construção das novas vias de circulação o país tende a renascer - apesar dos movimentos internos da população e da emigração para o Brasil - com as remessas de ouro e o comércio que despertou nas principais cidades e a consequente animação dos circuitos económicos locais e regionais traduzidos em novas edificações, negócios e mobilidade dos habitantes. Esta distribuição acompanha os valores reduzidos da população rural e urbana residente no continente em 1864, cerca de 424 milhares de habitantes, valor que até ao final do século duplicou atingindo em 1900 os 803,9 milhares. Nestas datas, a população urbana do distrito do Porto era, respetivamente: 777,4 milhares e de 173,0 milhares e a de Lisboa: 176,5 milhares e 378,0 milhares.

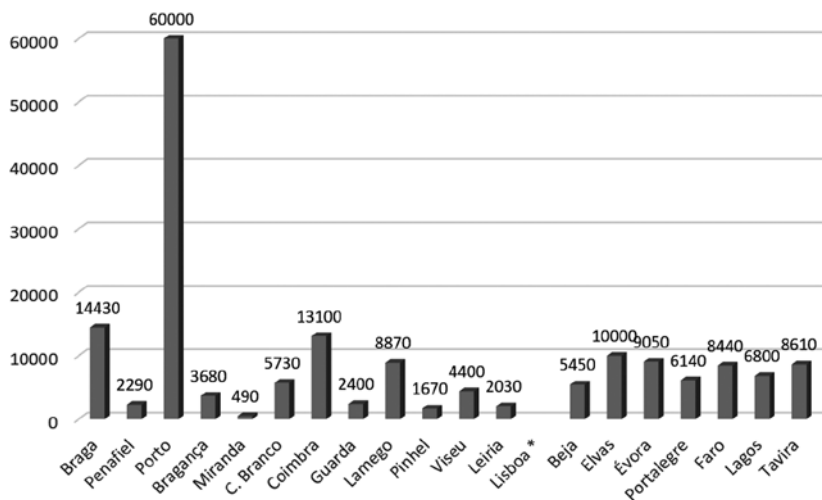


Fig.V, 5 - População em cidades, cabeça de Comarca: 1821

Lisboa* - 210000 moradores

Fonte: Ayala, 1855

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Na sua evolução, até ao final de Oitocentos o distrito de Lisboa aumentou a população urbana em mais de 200.000 habitantes entre 1864 e 1900 – 378.083 moradores nesta data – e o distrito do Porto em metade deste valor – 173.020 habitantes em 1900. Nos restantes distritos essa variação foi menos intensa e mais sensível no sul, Faro e Portalegre e ao norte na cidade episcopal de Braga. Para além desta repartição a população residente nas principais vilas e cidades de Portugal em meados de Oitocentos realça a distribuição de “nós” de uma rede de povoamento estabelecida durante a monarquia e que se vai alterar profundamente com a construção da rede de transportes ferroviários e rodoviários do final do regime. Realçando a centralidade da capital do reino, que por volta de 1850 deveria albergar 270.000 habitantes e em segundo lugar a cidade do Porto, com 70.000 (Ayala, 1855, pp. 133-136), a repartição da população nessa época dá conta da dimensão de muitas das vilas existentes, superior em número de habitantes aos das cidades, antecipando alterações dos tempos modernos.

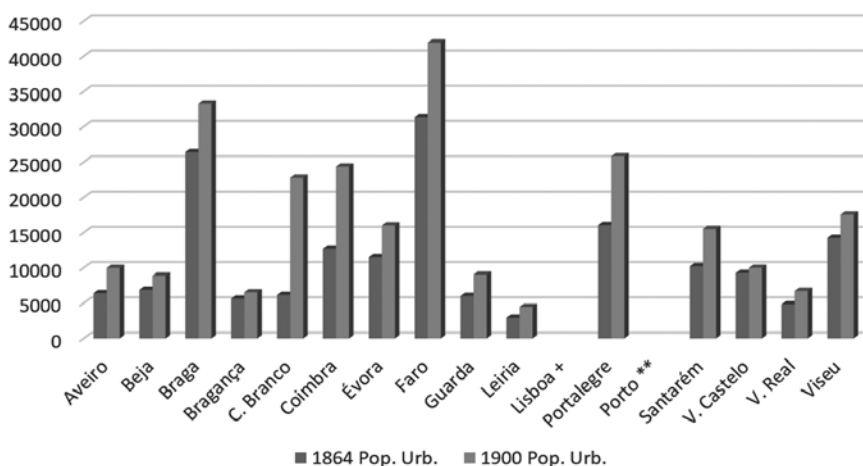


Fig. V, 6 - População urbana por Distritos: 1864 e 1900

Lisboa *: 1864 – 176510 hab. 1900 – 378083 hab.

Porto **: 1864 – 77736 hab. 1900 – 173020 hab.

Fonte: INE

Recorde-se que a ideia de um Estado assente no aparelho administrativo suportado pelos impostos dos cidadãos, criado pelo Marquês de Pombal no âmbito do conjunto de Reformas Pombalinas sob a designação de “Tesouro Geral” ou

“Erário Régio”, em 1761, exige estruturas organizacionais próprias dependentes do poder régio e próximas da sua residência oficial o que vem reforçar o centralismo do poder político na capital. Trata-se de autoridade conquistada pelo rei desde a fundação da dinastia Afonsina e da escolha de Lisboa para sede da monarquia, em meados do século XIII (1255), ao tempo de Dom Afonso III, quando decidiu transferir toda a corte da cidade do Mondego para Lisboa, mudança que reforça a importância da antiga praça conquistada em 1147 e a atração que gradualmente veio a assumir sobre os habitantes do reino.

A fixação da corte nesta cidade e a centralização dos negócios do poder régio, dos serviços administrativos e exército, juntamente com a evolução da burguesia, das atividades económicas e das manufaturas geraram um notável fluxo de migrações internas para a capital que acompanham, ao longo do tempo, a centralismo político da vida nacional. Assim o recorda a lírica popular numa expressiva mensagem cantarolada em tempos de saudade:

*“Abalei da minha terra,
Olhei para trás chorando:
- Adeus, terra da minha alma,
Que tão longe vais ficando!”*

O estudo de Silva (1921) sobre a população de Lisboa permite conhecer a sua evolução ao longo de séculos desde a conquista da cidade, na primeira metade do século XII, até ao início da época moderna da estatística nacional traduzida na operação censitária de 1864. Este crescimento acompanha-se de medidas centralizadoras e da criação de diversos serviços públicos que permitiram conhecer a população e satisfazer as necessidades administrativas da nação. Entre os valores registados por este autor (op. cit., pp. 530 e ss), transcrevemos os seguintes:

- 1147: Descrição da cidade de Lisboa pelo cruzado Osberno “*Descrevendo a cidade, diz êle que se ‘compunha de 60:000 familiares (ou servos da gleba) que pagavam contribuição contando com os arredores, excepto os livres, que não estavam sujeitos a imposto algum’*;

- 1421: A “*Resenha dos povos de Portugal, feita em 1417 (alías 1421) por comissão que ElRey D. João I deu a Vasco Fernandes Távora e a Armão Daurim para irem pelo Reino ver, apurar e escolher os besteiros de Conto*”, a população de Lisboa seria de 63.750 pessoas;

- 1527: ‘*Numeramento do Reino*’ dá para a cidade de Lisboa: 13.010 vizinhos e mais 4.024 no seu termo, aproximadamente 53.000 habitantes;

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

- 1551: O ‘*Summário*’ de Cristovão Rodrigues de Oliveira assinala que “*tinha Lisboa 10:013 casas, 18:030 vizinhos e 98:131 habitantes, incluindo neste último número os clérigos extravagantes, os cônegos e beneficiados da Sé e igrejas paroquiais, os frades e freiras e os servidores dos mosteiros*”;

- 1620: *Cômputo* do Frei Nicolau de Oliveira sobre a população da cidade de Lisboa, “*excluindo as pessoas com menos de 7 anos, os estrangeiros, os escravos, os portugueses hóspedes, os que vinham em negócios à Corte, e os mercantes das conquistas que aqui vinham tomar a carga dos seus navios*”, 26:863 fogos e 113:266 habitantes;

- 1642: D. Rodrigo da Cunha atribui à cidade, 50.000 vizinhos¹³³;

- 1739: António de Oliveira Freire, “*atribui-lhe 800:000 pessoas, de toda a idade, sexo e condição*”;

- 1767: O padre Luís Cardoso, no “*Portugal Sacro-Profano*”, parte 1 (1767, pp. 311 e ss) atribui à cidade de Lisboa, antes do terramoto, 33.390 fogos e 148.339 pessoas;

- 1780: Depois do terramoto havendo necessidade de “*estabelecer novas circunscripções paroquiais e de definir os seus limites*”, o total calculado foi de 33.764 fogos e 135.904 pessoas;

- 1801: O censo da população atribui, nas 40 freguesias da cidade: 44.057 fogos e 237.000 habitantes;

- 1835: Joaquim José Ventura da Silva indica, nas 40 freguesias da cidade, 47.868 fogos e 220.750 pessoas;

- 1864: Censo da população, nas 34 freguesias de Lisboa, 42:180 fogos e 163:763 pessoas.

- 1911: Censo da população, nas 42 freguesias da cidade, 4 Bairros, 92.986 fogos e 434.436 pessoas, (em 1 de dezembro).

- 1920: Censo da população regista um acréscimo de meia centena de milhares de moradores na cidade em relação a 1911, pouco superior à média percentual do país e a intensificação do fenómeno de urbanização na periferia: concelhos de Cascais: 96,7%, Oeiras: 89,4%, Barreiro: 176,1%, Seixal: 79% e Almada: 50,4%.

Estes valores mostram a evolução crescente dos moradores na cidade de Lisboa num ritmo que não cede durante as décadas seguintes. A descrição de Silva (1868, p. 68) registada por altura da união dinástica assim o antevê:

133. Este é o valor registado por Silva (1645, p. 146) montante dividido em 40 Paróquias, servidos de 300 Clérigos, 25 Conventos de Frades, 18 Conventos de Monjas, vários Recolhimentos e Hospitais

“À medida que o reino definhava enfesado por tantas contrariedades, Lisboa, engrossando de ano para ano, tornava cada vez mais sensível a desproporção de uma cabeça imensa em corpo tão pequeno e desfalcado. A capital devorava as províncias, concentrando e reunindo em si por constante e funesta absorção todos os elementos de riqueza e vitalidade”.

A evolução posterior agravada pela crise desencadeada pelas invasões francesas, retirada da corte para o Brasil e lutas liberais permitiu, mesmo assim, duplicar a população residente entre o início de Oitocentos e a implantação do regime republicano. Tal acompanha a industrialização promovida pela criação de uma rede de infraestruturas ligadas à circulação e ao transporte, ao aproveitamento de matérias-primas oriundas das colónias, que está associada ao fenómeno da urbanização, ao êxodo da população das áreas rurais e à evolução da população citadina. Este fenómeno, pouco sentido nas décadas anteriores, acentuou-se a partir do 2º quartel do século XIX com a introdução da máquina a vapor para fins industriais (Marques, 1976. II, p. 11), e as deslocações da população que continuaram os antigos movimentos gerados por via do “povoamento” e da “colonização interna” das áreas menos densamente povoadas. Estas são situações, que a partir da realização das contagens da população ficam registadas no movimento geral dos habitantes, encontram justificação no estado económico e sanitário do reino, nos descobrimentos e na saída da população para as lutas armadas associadas a essa empresa.

Conforme assinalado no início do século XIX o forte crescimento da população urbana em torno da capital e da cidade do Porto segue os efeitos da abertura das linhas de transporte ferroviário e de obras de fomento portuário, conduzindo à criação dos dois núcleos de industrialização do país e de construção das grandes áreas urbanas junto das fozes dos rios Douro, do Tejo e do Sado. Nestes exemplos ao poder administrativo instalado junta-se, sobretudo nos dois primeiros casos, a industrialização e a construção de complexos especializados desta atividade que geram um processo cumulativo de concentração de indústrias favorável ao recrutamento de mão-de-obra, abastecimento de produtos, exportação, conhecimento tecnológico e abastecimento de energia, favoráveis a essa localização próxima.

Na sua relação com a cidade a industrialização é responsável por todo um conjunto de processos conducentes à urbanização, ordenamento do território, mobilidade geográfica, seleção e estratificação social que acompanham a mudança

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

decorrente da atração cidadina desencadeada por estes fenómenos. Vilas como Covilhã, Figueira da Foz e Abrantes são elevadas à categoria de cidade entre 1864 e 1916, num processo que tem em conta o crescimento das povoações e da sua indústria, sobretudo depois da ligação às novas vias ferroviárias, como sucedeu a esta última cidade em 1891 depois da construção da linha da Beira Baixa. O crescimento urbano do continente está desde então associado ao lançamento das novas infraestruturas de transporte e ao traçado das vias de comunicação que desempenharam um papel relevante no crescimento das atividades económicas e do crescimento de algumas povoações cidadinas. Em 1864 a população residente nestes centros representava cerca de 13% do total de habitantes e no final da monarquia, 19%. Durante esse período a variação dos habitantes nas duas principais cidades do reino foi a seguinte:

- Lisboa: 199	milhares (1864)	Porto: 90,4	milhares (1864)
301,2	“ (1890)	138,8	“ (1890)
435,3	“ (1911)	194,0	“ (1911)

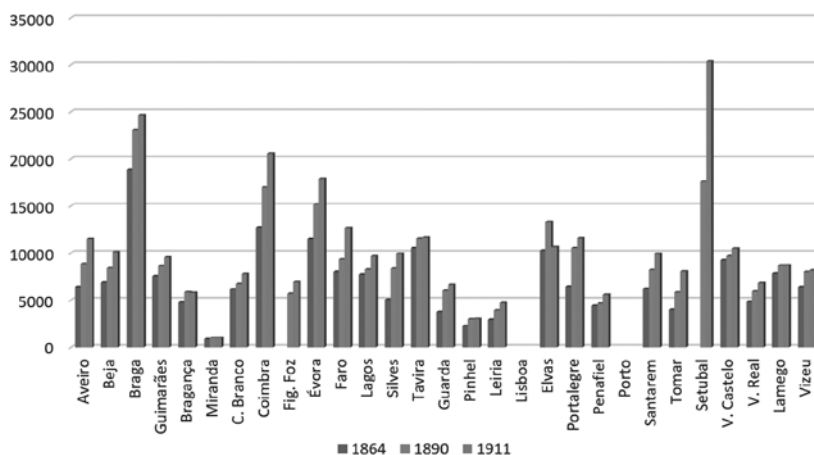


Fig. V, 7 - População das cidades: 1864, 1890 e 1911

Fonte: INE

Em 1911 Lisboa tinha 435,3 milhares de habitantes, Porto 194 milhares e Setúbal, 30,3 milhares. A par destas são as cidades de maior tradição religiosa e administrativa, como Braga, Coimbra e Évora – respetivamente com 24,6 milhares de habitantes, 20,5 milhares de habitantes e 17,9 milhares de habitantes, cada,

em 1911 – que albergam maior número de residentes, seguida da Covilhã – 15,7 milhares. As restantes cidades registam valores inferiores anunciando alguma diferenciação regional que vai ser operada por ação de fatores locais de desenvolvimento dos transportes e da indústria, da instalação de aquartelamentos militares e dos movimentos da população rural do campo para a cidade já então em curso. Assim aconteceu com as povoações de Póvoa de Varzim e de Olhão, à data com mais de dez milhares de habitantes, cada.

Quando do censo de 1920 apenas quatro cidades, Setúbal, Faro, Porto e Coimbra registam um acréscimo significativo da sua população residente, sendo que (DGE, 1923, XII) “*as outras cidades não acompanharam o desenvolvimento da população da região a que pertencem, do qual algumas se distanciam bastante, facto este que, simplesmente assim considerado, pode levar-nos a aceitar que a urbanização tem tido, entre nós, um valor relativamente diminuto*”. Se assim se verifica em relação aos antigos centros, a industrialização na margem sul do Tejo atrai a população do sul e de outras regiões levando a que, nesta data, a população do Barreiro tenha ultrapassado os dez milhares de residentes. Em relação aos dados deste recenseamento, comparados aos de 1930, confirma-se o crescimento já anunciado na margem esquerda do Tejo, com o Barreiro a ultrapassar os 16 milhares de residentes e a implantação do centro de Matosinhos com uma população da ordem de 19 milhares de habitantes. Este montante supera o peso do núcleo urbano do Porto, que à data acolhia 232,3 milhares de habitantes, montante que na cidade de Lisboa ascendia a 594,4 milhares.

O fortalecimento da rede urbana no país conta ainda com o aumento da população de Guimarães que ultrapassa os 10,2 milhares de residentes. Comparando com a situação registada no início da década seguinte, em 1940, a lista de povoações com mais de dez milhares de habitantes alarga-se a quase todas as capitais de Distrito e a Elvas, Lamego e Figueira da Foz. Em meados do século passado a transição da primeira metade para a segunda metade do século – ano de 1950 - fica assinalada:

- Reforço da área urbana da grande Lisboa (783,2 milhares de habitantes) com o crescimento do Barreiro (22,2 milhares), Montijo (13,3 milhares), Almada (12 milhares);

- Reforço da área urbana do grande Porto (281,4 milhares de habitantes), Gaia (38 milhares) e Matosinhos (29,1 milhares);

- Alargamento do peso demográfico a outras povoações com registo de mais de dez milhares de residentes: Portimão, Chaves, Peniche, Caldas da Rainha.

Esta tendência será reforçada nos censos posteriores traduzindo as mudanças socioeconómicas e culturais operadas na sociedade portuguesa decorrentes do processo de industrialização-urbanização do país, agravamento do êxodo rural e atração urbana, intensificação das oportunidades de emprego no setor dos serviços, alargamento das áreas urbanas, fortalecimento das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, melhoria das redes de circulação facultando uma acrescida mobilidade da população portuguesa. Neste caso a configuração geométrica dos limites do estado e a centralidade adquirida pela capital no decurso das grandes viagens e descobertas marítimas condicionaram o traçado geral das novas vias, estruturando uma via principal ligando o norte ao sul do país e a partir de alguns nós urbanos ou ferroviários, a sua penetração no interior. Este desenho veio a ser completado com novas articulações litorais e interiores que se foram desenvolvendo em períodos distintos, entre 1864 e o final do regime monárquico.

Em 1911 (Silveira et alii, 2011, p. 32) registam que “*as áreas com acesso ao caminho-de-ferro abrangeram mais de metade da população portuguesa*” e desempenham um papel fundamental no processo de modernização da nossa sociedade, no incremento das migrações internas das áreas rurais para a cidade e da emigração para o estrangeiro, sobretudo nas áreas dotadas de maior acessibilidade em relação a este meio de transporte (op. cit. pp. 40-56). A este respeito recorde-se que antes da construção destas vias de transporte a circulação entre o litoral e o interior estava condicionada à utilização dos cursos fluviais e dos leitos dos rios, ameaçados ao longo do tempo pela obstrução e ação das correntes e dos ventos marítimos das fozes e embocaduras, do assoreamento dos leitos ou pela natureza dos fundos. Mesmo assim relatos do início de Oitocentos (Martín, 1833, pp. 45-46) descrevem a utilização do rio Douro até S. João da Pesqueira (devido às “cachoeiras” responsáveis pelo afundamento das embarcações tradicionais), do Tejo até Abrantes, do Guadiana, até Mértola, sem menosprezar a utilização de pequenas embarcações no leito dos demais cursos de águas nascidos em solo português como o Mondego até Coimbra e em demais extensões do seu percurso como foi anteriormente assinalado.

Note-se que a rede das ligações rodoviárias assente no traçado das vias romanas e servida, até à construção das linhas de caminho-de-ferro pelo serviço de diligên-

cias, está descrita em diversos roteiros de viajantes que em épocas distintas percorreram o país. Vem a propósito citar Castro (1814, p. IV) e o *”Roteiro terrestre de Portugal”*, trabalho baseado num Decreto de Filipe IV, de 1638 no qual ordenou aos Corregedores das Comarcas para que *“fizessem tirar com as individuações o cálculo das medidas, e distancias, que havia de humas terras a outras da sua alçada”*. Esta descrição contempla a indicação das antigas vias militares do tempo dos romanos e os novos traçados a partir de Lisboa, sede da corte do reino português e coração da monarquia, *“centro de todos os Roteiros”* (loc. cit.).

Quadro V, 5 – Via militar de Lisboa a Braga (Castro, 1814)

	De Lisboa a	Passos (x 1:000)
Jerabrica	Povos ¹³⁴	30
Sacalabim	Santarém	32
Cellium	Tomar	32
Conumbrica	Condeixa	34
Aeminium	Águeda	40
Talabricum	Aveiro	10
Langobricam	Feira	18
Calem	Porto	13
Bracharam	Braga	55

O trabalho do autor na compilação destas informações foi *“ideado com o intuito de servir de ultimo remate ao meu Mappa de Portugal”* (op. cit., Prólogo) e realizado durante o reinado de D. José, depois do terramoto de 1755 (op. cit., p. VIII), *“não só para o bom comodo dos caminhantes, e segurança das expedições militares (...) mas para a fácil conducta dos géneros mercantis, e verdadeira noticia local das terras, que he a base da Geografia, e huma das principaes luzes da História”* (loc. cit.). À data o padrão de cálculo usado é a “légua”, definida por *“uma hora de caminho a passo cheio, e ordinário, dando a cada légua três mil passos geométricos e a cada passo geométrico cinco pés geométricos (...)”*. Damos como exemplo a via militar de Lisboa a Braga (op. cit., p. 7), *“em que se constavam 244 mil passos, o que fazem 61 léguas”*.

134. Deverá corresponder a Alenquer

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

A consulta destes itinerários – “*verdadeira notícia local das terras, que é a base da geografia, e uma das principais luzes da História*” (op. cit., Prólogo) - permite identificar antigas povoações que se mantiveram como centros de povoamento e de comércio bem como a ligação entre os centros mais populosos do reino. As vias principais irradiavam da sede da corte e ligavam o norte ao sul do reino. Já os itinerários transversais partiam dos centros regionais facilitando a ligação a outros centros nacionais ou do país vizinho, à data igualmente servido por vias de circulação militar, a saber:

- A via militar de Lisboa para Mérida (op. cit., p. 9) “*em que se contavam 212 mil passos*”, a saber:

Quadro V, 6 – Via militar de Lisboa a Mérida (Castro, 1814)

	De Lisboa a	Passos (x 1:000)
Equa Bona	Coína	12
Cetobrica	Setúbal	12
Ceciliana	Gualva	12
Malceca	Marateca	8
Salacia	Alcácer do Sal	20
Ebora	Évora	40
Ad An fluv.	Guadiana	60
Evandriana	Talaveruela	12
Emerita	Mérida	36

- Exemplo do itinerário de Tomar para Leiria - 7: passos - (op. cit., p. 45):

Quadro V, 7 – Via militar de Tomar a Leiria (Castro, 1814)

De Tomar para Leiria	Passos (x 1:000)
A Val dos ovos	1
Alcochete	1
Aldea da Cruz	1
Homem morto	1
Sete rios	1
Leiria	2

Na sua relação com a sede da monarquia é de salientar, tal como o recorda o autor, a par das “*vias das estradas*” (op. cit., p. 6), outras há a considerar: as “*vias dos portos, e trajetos dos rios (...) por meio dos quias recebe também com recíproca influência a fertilidade, e regalo dos frutos, que todas as terras deste Continente lhe estão tributando como Princeza*”. Nesta sequência há a notar a importância do serviço de mala-posta¹³⁵, que “*surgiu em Portugal inserida no processo de extinção do Ofício do Correio-Mor, que durante cerca de dois séculos esteve na posse da família Gomes da Mata, passando, depois, a ser explorado pelo Estado em 1797*”. Em 1859 a ligação entre Lisboa e o Porto – estabelecida entre Lisboa e o Carregado, por via fluvial - durava cerca de 34 horas, com 23 estações de muda de cavalos em diligência de seis lugares, que permitia satisfazer o correio público e o transporte de passageiros entre diversas localidades do seu percurso¹³⁶ e a irradiação desse serviço a outras povoações distantes, em particular no norte do país onde as diligências asseguravam a ligação do Porto a Braga, Guimarães e Viana do Castelo.

Para além dos percursos terrestres contamos ainda com o contributo da navegação fluvial e marítima usada no transporte de mercadorias e da população antes da construção das linhas de caminho-de-ferro. Completa esta referência a breve descrição de Lemos (1859, p. 7) que assinala a “*navegação por vapor entre Lisboa e Porto, faz-se com a rapidez de 14 a 29 horas, nos bons paquetes ‘Lusitania’ e ‘Vesuvio’ por 10\$000 réis em camara de 1ª, 8\$000 réis em camara de 2ª e 2\$400 réis em convés, bem como a possibilidade de utilização de diligências entre diferentes cidades, além de (loc. cit.) ‘liteiras, burros e cavalos que se alugam por preços razoáveis (...)’*”.

O serviço nacional de navegação a vapor incluía ainda ligações marítimas periódicas a Faro e viagens mensais para os Açores, Madeira e Angola (Abreu, 1865, p. 339). Além desta rede é de salientar o serviço de paquetes de outras nacionalidades, ingleses, franceses, alemães e espanhóis que ligavam o porto de Lisboa a outros centros portuários do continente europeu, bacia do Mediterrâneo, continente africano nomeadamente Guiné, Angola e Moçambique, Açores e Madeira, bem como a portos sul-americanos do Brasil, Rio da Prata e Argentina.

Nestas referências importa salientar que à reforma administrativa da primeira

135. Fundação Portuguesa das Comunicações <https://www.fpc.pt/agenda-evento/mala-posta/> 29JAN23

136. <https://artsandculture.google.com/exhibit/correios-em-portugal-500-anos-fundacao-portuguesa-das-comunicacoes/vQliZiVztkVKJg?hl=pt-PT> 25MAR21

metade de Oitocentos segue-se, no decurso da 2ª metade de Oitocentos, um conjunto de medidas estruturantes do desenvolvimento económico do país através de projetos de construção de obras públicas a cargo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Foi então desenhada e posta em execução a construção da rede de transportes ferroviários ligando a cidade de Lisboa a Faro, a Coimbra, ao Porto e às principais capitais de distrito, linhas que no início do século XX ultrapassavam os 2,3 milhares de Km de extensão. Em 1874, Pery (1875, p. 190), dá conta da extensão da rede de estradas existente no ano anterior:

- Estradas reais	3 136:418	metros
- Est. distritais	701:322	“
- Est. municipais	130:122	“
Total	3 967:862	“

Em 1852 um decreto de D. Maria II (Branco - Castro, 1870.IV, p. 381) “*abria concurso para a construção da primeira secção d’um caminho-de-ferro de Lisboa a Santarem em direcção á fronteira de Hespanha*” e em 1859 foi constituída a “Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses”. No mesmo ano (Abreu, 1865, p. 233) “*foi o governo auctorizado a contractar um novo caminho de ferro das Vendas Novas até Évora e Beja*”, rede entretanto alargada e posta em execução a construção de novas vias de transporte ferroviário ligando a cidade de Lisboa a Faro, a Coimbra, ao Porto e às principais capitais de distrito. No início do século XX esta rede ultrapassava os 2,3 milhares de Km de extensão. A descrição de Pery (1875, p. 191) relativa ao ano anterior dá conta do seguinte:

“A rede de caminhos de ferro, construídos, em construção ou projetados, liga treze capitais de distrito e sessenta cabeças de concelho, além de um grande número de povoações importantes que, pela sua proximidade das linhas férreas ou por estarem em comunicação com elas pelas estradas já construídas, gozam dos benefícios deste poderoso instrumento de progresso”.

A importância da cidade de Lisboa obriga a sua escolha como “*centro de todos os roteiros (...) Corte do Reino Portugues e o coração da Monarquia*” (Castro, 1814, V-VI) que “*comunica, e reparte a substancia vital dos cabedais a todas as partes mais remotas das suas provincias, e Comarcas, ou já pelas vias dos portos, e trajetos dos rios, ou pelas vias das estradas (...)*”. O seu traçado vai contribuir para a atração de habitantes das áreas rurais, que são igualmente usados na construção das infraestruturas ferroviárias e rodoviárias desencadeadas pelo alargamento da rede a todo

o país. Estes exemplos confirmam a descrição de Silva (1868.I, p. 53) sobre o crescimento da cidade durante os descobrimentos, e em particular desde o reinado de D. Manuel quando “*Era visível, que a vida fugia todos os dias das extremidades para a cabeça, que Lisboa engrandecida devorava o reino, que a cabeça, que a circulação estava entorpecida nas províncias, e que a lavoura, as artes e as indústrias, pouco prosperas sempre, tinham decaído rapidamente*”.

Quadro V, 8 – Caminhos-de-ferro: 1875 (Pery, 1875)

Caminhos de ferro	Início	Nº Km*	Nº Km**
Linha do Leste – Lisboa-Badajoz	1858	278	-
Linha do Norte – Entronc. ao Porto	1860	229	-
Linha do Sueste – Barreiro a Beja	1856	154	-
Linha do Algarve – Beja a Casevel	1864	47	95
Linha Évora – Estremoz	1870	78	-
Ramal de Setúbal			12
Linha de sueste – Beja à fronteira	1864	20	42
Linha do Minho	1873	55	46
Linha do Douro	1873	38	40
Linha da Beira Alta		-	196
Linha da Beira Baixa		-	140

*Em exploração - **Estudados

Fonte: Pery, 1875, p. 192

O arranque do Fontismo e o lançamento e construção da rede de infraestruturas ferroviárias no reino – em detrimento do “*reformatar e reforçar a actividade da Produção*” (Sérgio, 1979, p. 138) - veio a permitir a abertura do mundo rural ao “trâmuei”, a instalação da indústria, o crescimento e a modernização das cidades servidas por esse meio. A ligação pelo telégrafo e correio deu também um poderoso impulso à “*política do Transportes*” (op. cit., p. 139), acompanhada que foi pelo desenvolvimento “*do burguesismo capitalista, sem as vantagens correspondentes de uma forte iniciativa produtora*”. Contudo estas condições não foram suficientes para promover o crescimento geral do país, mas apenas de alguns dos seus centros urbanos que souberam progredir com investimentos industriais, alterando a intensidade das saídas do campo para a cidade ou já para o exterior como vinha

a suceder com a forte a emigração transoceânica. Ao tempo estas situações foram acompanhadas por ameaças ao império colonial português, pelo “*Ultimatum Inglês*” e por outros acontecimentos políticos que conduziram à queda do regime monárquico.

O traçado das novas vias de circulação no território nacional ligando o norte ao sul e a partir de “nós” estratégicos, o litoral ao interior, insere-se na política promovida por Fontes Pereira de Melo, no entendimento de que “*Acima do cavalo da diligência está o trâmuêi, acima deste a locomotiva, e acima de tudo o progresso*”¹³⁷. Apesar do medo inicial de grande parte da população que desconfiava do “*combóio puxado pelo cavalo rinchão tocado a fogo*”¹³⁸, a acessibilidade conferida pelo traçado destas vias permitiu o desenvolvimento das viagens de passeio ou recreio e de trabalho, acelerando o processo das migrações internas do campo para a cidade, abrindo novas possibilidades de trabalho apesar do controlo interno destes movimentos e da exigência de “passaporte” para passar de uma para outra província, como sucedera desde meados do século XVIII e durante as décadas seguintes, até ao liberalismo.

A este respeito, em 1808, Antillon (1808, p. 163) assinala o registo destes movimentos na Beira Baixa, de onde “*Mucha gente pobre de esta provincia sale á servir á Lisboa*”, dando origem aqui noutros lugares do reino à “*diminuição de fecundidade e de menor duração da vida média*”, como é reconhecido no relatório sobre o Censo da População dirigido ao Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, pelo Chefe da Repartição de Estatística Geral (INE)¹³⁹. O mesmo aconteceu com a emigração (op. cit., p. LV), a qual “*depaupera anualmente o paiz numa parte importante do excesso da natalidade sobre a mortalidade*”.

Note-se que os movimentos internos da população atravessam o tempo e o espaço português desde a invasão islâmica da península com o arrastamento da população primeiramente para norte, em direção aos reinos cristãos peninsulares de Leão e das Astúrias e mais tarde em sentido oposto, acompanhando o movimento da reconquista. Continuaram-se nas deslocações relacionadas com o povoamento e nos trabalhos agrícolas e nas lides periódicas de ceifa, vindimas, apanha da azeitona, monda do arroz e noutras tarefas, sobretudo nos campos do Tejo e a sul deste rio, onde dominaram os “ratinhos” da Beira.

137. Regeneração (1851-1865) - <http://www.politipedia.pt/regeneracao-1851-1865/> 3FEV21

138. Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1953, LXV, nº 1563

139. INE. Relatório sobre o Censo da População – Separata do volume 1 de 1890. p. LIV

*“Sou do Minho, sou minhoto,
Filho duma minhoteira;
Pego nos picos às costas
Vou trabalhar para a Beira”.*

Os “ceifeiros” no Alentejo, os “beirões” na bacia do Sado, os “galegos”, que no Porto e em Lisboa se ocupavam de diferentes serviços e atividades ou mesmo nas encostas do Douro dedicando-se com mestria à construção de socalcos, dão razão ao que descreveu Leira (2007, p. 11) como sendo uma “*emigração de ciclo curto*”. Junto destes fenómenos sucediam-se as migrações interiores de “camaradas” da Serra da Estrela que no verão participavam na tosquia do gado ovino do Alentejo, de “algarvios”, que descem a serra algarvia para trabalhar no Alentejo a que se juntam os “minhotos” e os “pica-milhos” que Orlando Ribeiro descreve nos campos do Ribatejo e no Alentejo e que permanecem na memória de certas localidades. A estas migrações juntam-se outras de menor expressão ligadas à rizicultura, à pesca, ao comércio de peixe e à indústria pesqueira das populações da Ria de Aveiro para Lisboa, Setúbal e Algarve – “varinos”, aos pescadores e trabalhadores agrícolas da bacia do Lis para o baixo Tejo, “avieiros” – para “*ajudar a colher a fartura criada nos nateiros depositados pelas cheias*” (Caldas, 1998, p. 374) e outros trabalhos agrícolas - conhecidos por “gaibéus”.

A cada um delas são atribuídas características próprias:

*“P’ra tocar, o algarvio,
P’ra fandangos, Ribatejo;
P’ra campinos, Borda d’Água,
P’ra cantar, o Alentejo”.*

Em ranchos migratórios numerosos ou mais reduzidos, os “companheiros” de viagem participam em movimentos da população conduzidos pelo seu “manajeiro”, “capataz” ou “engajador”, designação esta que se repete aquando da emigração legal e clandestina para o Brasil e Europa. Alguns destes grupos acabam por criar raízes nas terras de destino, criando colónias permanentes que o tempo tende a esbater, mas mantendo ainda traços culturais dessa presença migratória.

Entretanto as mudanças operadas na sociedade portuguesa em Oitocentos por influência do exército inglês estacionado em Portugal, sobretudo por parte do corpo de oficiais (Azevedo, 2008, p. 18) - que passa “*a ter novas ideias políticas e a demonstrar um bom domínio das técnicas e conhecimentos militares, tornando-se*

incómodo para o Antigo Regime” - promovem o avanço das ideias liberais e incentivam a mudança do modelo económico (loc. cit.), nomeadamente o desenvolvimento da agricultura com base em novos padrões importados da velha Albion. Os contrastes da fragmentação da propriedade rural entre o norte e o sul e os problemas locais decorrentes da disponibilidade de mão-de-obra e da gestão das produções terão dificultado uma alteração significativa da situação rural em Portugal de Oitocentos, quando, sendo a “*grandeza média da propriedade em Portugal de 1,55 hectares*” (Pery, 1875, p. 110), mais de metade dos distritos do continente, na sua faixa atlântica e interior – de Viana, a Leiria e Guarda – a dimensão média era inferior a esse valor. Nos restantes, do interior e sul – Bragança, Castelo Branco, Santarém, Lisboa, Portalegre, Beja, Évora e Faro – a sua dimensão média excedia aquele montante.

A atenção aos percursos de desenvolvimento assenta na articulação dos territórios que integram o reino com base na coesão nacional e nas iniciativas promovidas pela monarquia para desenvolvimento das atividades produtivas e do bem-estar da sua população. Tal ocorre antes de se traduzirem na relação e na hierarquia de diferentes representações gráficas dos fluxos de pessoas, serviços e mercadorias, dos planos de ordenamento territorial e outros, sendo expressa nas facilidades de locomoção e acessibilidades entre povoações com diferente dimensão e nível de equipamentos. Na sua distribuição os equipamentos mais conhecidos dependem da administração régia, fiscal, judicial, militar, segurança e de outras naturezas que promovem o recrutamento e a fixação de novos habitantes. Com a administração pública centralizada e presente nos centros de maior dimensão, a articulação territorial é feita por decreto e pela mobilidade geográfica e social inscrita nas acessibilidades físicas e culturais da fruição dos diversos equipamentos ligados à instrução pública e à rede de estabelecimentos que albergam a população escolar e a mais abastada. Juntamente com estas, as razões de natureza laboral incentivam novas formas de mobilidade expressa nos registos dos censos e no movimento geral da população traduzido nas perdas de habitantes nos diversos concelhos do continente.

Retomando a análise já encetada a variação da população nas diferentes unidades administrativas de base concelhia ilustra um estádio da sua evolução e o agravamento do despovoamento com perdas de habitantes no interior do país, a favor do litoral e de países estrangeiros, situação que é realçada por outros indicadores,

a saber: evolução do nível de instrução da população portuguesa que acompanha o processo de democratização do ensino, variação da mobilidade geográfica da população assente no sistema migratório interno, marítimo e colonial, transição acelerada do sistema demográfico a partir do último quartel de Novecentos.

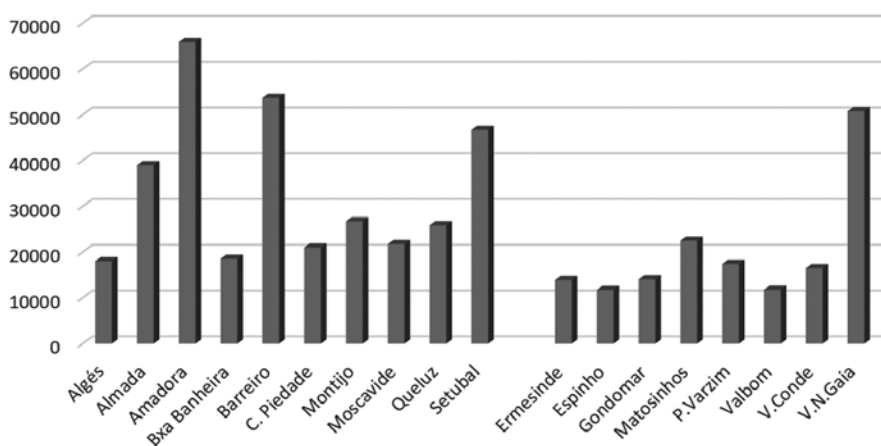


Fig. V, 8 - População residente em centros urbanos da área de Lisboa e do Porto: 1970

Fonte: INE

Nas circunstâncias referidas o aumento da população nos centros urbanos com mais de 10.000 habitantes em 1970, representando cerca de 27% da população total, ilustra a grandeza do êxodo rural em Portugal e a dimensão crescente da urbanização e terciarização da nossa sociedade, em particular nas áreas urbanas de Lisboa, Porto e na península de Setúbal. Em Lisboa a população residente ascendia a 760.150 habitantes e no Porto, a 300.925 habitantes. Em seu redor a lista agrupava outras localidades cuja dimensão continua a crescer. Ao tempo numa população de 8,1 milhões de habitantes no continente a população residente nos centros urbanos representava 27% desse conjunto, com valores máximos de 65,9% e 46,4%, respetivamente, nos distritos de Lisboa e de Setúbal.

Quadro V, 9 - População residente em centros urbanos: 1970

Distritos	Pop.1970	Pop. C.U.
Aveiro	546974	34130
Beja	205179	14760
Braga	612748	73015
Bragança	181239	9310
C.Branco	255753	45270
Coimbra	402991	66470
Évora	179744	23665
Faro	268957	41925
Guarda	212287	9735
Leiria	378968	33165
Lisboa	1581062	1043080
Portal.	146668	21275
Porto	1318774	472540
Santar.	430386	51305
Setúbal	471491	218960
V.Cast.	251640	12510
V.Real	266382	10050
Viseu	412967	16140
A.Her.	86288	13795
Horta	40997	6145
P. Delg.	159704	20190
Funchal	252953	38340

Fonte: Gaspar, 1979

Esta é a imagem charneira desta análise cuja construção assentou num crescimento demorado em que se construíram diversos equipamentos destinados à defesa, à formação militar, à instrução dos mancebos em idade prestação obrigatória, à cobertura nacional do exército nas suas diferentes especialidades de infantaria, artilharia, cavalaria e outras de natureza defensiva, adequadas à estruturação do sistema de guerra e defensivo nacional. As necessidades defensivas em diferentes épocas da história militar justificam a distribuição assimétrica das fortificações e dos serviços associados à guerra, seguindo uma orientação geoestratégica comum

delineada em torno da defesa da fronteira terrestre e da costa marítima com os seus portos e ancoradouros naturais.

3 – CONTRIBUTO DO DISPOSITIVO MILITAR

A importância do dispositivo militar constituído pela rede de aquartelamentos, fortes, fortalezas e outras edificações com guarnição marcial é agora considerada como um dos suportes da vida de diversas povoações, vilas e principalmente cidades que cresceram beneficiando da função defensiva garantida pela fixação permanente de um corpo de soldados. Na ausência destes contingentes muitas povoações não teriam conseguido sustentar parte da sua população e o crescimento de atividades humanas ligadas ao comércio de retalho, alimentação, bebidas e de dormidas em seu redor durante o período em que mantiveram em funcionamento os antigos aquartelamentos militares.

Na sua continuidade esta parte do texto considera a situação depois da restauração de 1640 uma vez que só então foi estruturado o exército moderno, assente em novos conceitos de defesa e estratégia armada, obrigatoriedade do serviço militar que se manteve até ao termo da guerra colonial. Segundo Pires (2005), após a perda da soberania do poder defensivo, “*Depois da Restauração, em 1640, o Exército consolidou-se como corpo permanente. Também nesta fase difícil da nossa história tivemos de recomeçar do nada, sem Exército e sem Marinha.*” Nesta sequência (loc. cit.), “*Perdida grande parte do nosso império ultramarino foram necessárias medidas de excepção para recuperar o velho espírito de ‘nação em armas’ e ampliá-lo*”, ou seja (Pires, 2009, p. 1), o conceito de “*Nação em Armas*” pressupõe a existência de “*um exército de uma nação, organizado nacionalmente mas desenvolvido regionalmente*” na “*dependência do seu soberano*” (loc. cit.), o que constitui um dos traços de coesão das forças armadas durante a monarquia com melhor organização, recrutamento obrigatório e modernização. Completando a situação anterior refere ainda o mesmo autor (Pires, 2005) a criação de “*três escalões de forças*”, a saber:

- “*Ordenanças - destinadas a guarnecer as praças-fortes, em companhias de 240 homens cada, a servir como tropa irregular nas operações de pequena guerra, local e circunscrita, e a funcionar como depósito de recrutamento;*

- *Auxiliares ou Milícias - destinadas a acudir às fronteiras em situações de guerra, organizadas em terços com cerca de 600 homens;*

- *Exército de Linha ou Exército Regular - Exército permanente destinado à guerra de manobra, a Infantaria organizada em Terços de 2:000 homens e a Cavalaria em companhias de 100 homens num total de 20:000 infantes e 4:000 cavaleiros”.*

A este respeito escreve Oliveira (2004, p. 9) que após 1640, D. João IV cria o “*exército de linha*”, de carácter permanente, destinado “*especialmente à guerra de manobra nas fronteiras para o que foi dado em agosto de 1645 o Regimento de Fronteiras (...)*”, composto por (loc. cit.), “*Terços de Infantaria de 2:000 homens, divididos em 10 companhias de 200 homens cada*”. Com efeito as guarnições raianas, antes ainda da assinatura do tratado de paz entre Carlos II de Espanha e D. Afonso VI, em 1640, retomaram as suas funções de defesa do território fronteiriço, medida esta que foi acompanhada da nomeação (Archeevo)¹⁴⁰ dos “*Governadores das Armas para cada uma das províncias*”¹⁴¹, ficando sob sua alçada tudo o que dizia respeito ao serviço militar”. Juntamente com a criação do Conselho de Guerra em dezembro de 1640, foi também criada (Oliveira, 2004, p. 7) “*a Junta de Fronteiras, especialmente incumbida do que dizia respeito às fortificações, cuja importância era ainda capital, sobretudo nas regiões de fronteira*”. Esta referência pode ser comparada com uma leitura recente da importância do traçado da divisória entre os dois reinos após 1640, que Rivero (2018, p. 26 – Quilles et alii, 2018, p. 26) comenta da seguinte forma:

“El Portugal restaurado en su independencia reafirmó la tradicional política anti-castellana portuguesa creando una colección de axiomas que se han mantenido casi hasta nuestros días como verdades indiscutibles: 1) que el periodo filipino fue de postración nacional bajo el yugo de Castilla/España; 2) que la alianza inglesa, con el hegemon marítimo, era esencial para la independencia de Portugal; 3) que la preservación del Imperio era la salvaguarda de la soberanía nacional”.

Mais ainda: “*Esta ideología movilizó la lógica de la construcción de la frontera, el lugar en el que dos Estados se encuentran enfrentados; en detrimento de la raya como espacio de comunicación e intercambio poroso*” ou seja, “*frontera nos conduce*

140. Arquivo do Exército: História administrativa

141. Alentejo (Elvas), Algarve (Castro Marim), Trás-os-Montes (Chaves), Minho (Valença), Beira (Pinhel) e Estremadura (Santarém) Cf: Os Governadores das Armas - <https://www.arqnet.pt/exercito/governadores.html> 22MAR21

a la idea de espacio de confrontación; y la raya a la idea de cercanía y proximidad”. Não descurando a segurança das áreas de fronteiriças o dispositivo armado passou a contar com novos regimentos, legislação e recrutamento com base regional, consubstanciado nas reformas do Conde de Lippe (1762-1767) e na criação de 25 Regimentos de Infantaria, 10 de Cavalaria, 4 de Artilharia, 1 regimento da Armada e 1 de Voluntários Reais (Freire, 2005, p. 154). Regista o mesmo autor (loc. cit.) a atenção que o mesmo deu à modernização da arma de artilharia e à construção de fortificações de defesa nas áreas mais frágeis da raia situadas em corredores estratégicos e de fácil acesso.

A evolução do dispositivo defensivo nacional fica ainda assinalada pela intervenção de outros monarcas, nomeadamente por parte de D. João V, que em 1707 assinou novas Ordenanças (Castro, 1763.II, p. 372) em que *“deu forma à Infantaria, Cavalaria e Dragões”*. Em relação ao ano de 1739, regista o mesmo autor o panorama global do dispositivo militar – fortalezas, fortes, praças, torres, castelos - existentes nas seis províncias do reino, a saber (op. cit., pp. 373 e ss):

- Estremadura: *“Há nesta província dous Regimentos de Cavalaria, e quatro de Infantaria, de que dous chamados da Armada, e da Junta erão pagos pele repartição dos Armazens. Há mais oito Terços Auxiliares, e as Ordenanças, que todos tem por praça de armas a Corte de Lisboa (...)”*;

- Alentejo (pp. 381-382):

“Nesta Província, em tempo de paz, ordinariamente há dous Regimentos de cavalaria, que guarnecem as Praças de Elvas, e Moura: há mais dous de Dragões nas Praças de Campo Mayor, e Olivença, com doze Companhias cada hum. Aloja também sete Regimentos de Infantaria, e hum de Artilharia com dous batalhões cada hum de dez Companhias, em que entra hum de Granadeiros, além dos Auxiliares, e Ordenanças, de que se contão oito Terços (...)”;

- Beira (p. 386): *“Guarnecem esta provincia dous Regimentos de Infantaria, hum de Cavalaria, e outro de Dragões: mais huma Companhia de guarnição de Buarcos, e da Figueira: duas de Artilheiros, com oito Terços de Auxiliares, e as Ordenanças (...)”*;

- Minho (p. 388-389): *“Forma-se a guarnição desta província de dous Regimentos de Infantaria, e do presidio, que tem o Castelo da barra de Viana, com oito Terços de Auxiliares, e as Ordenanças. A cidade do Porto sustenta, e paga hum Regimento de Infantaria e os muitos Fortes, que comprehende a sua marinha (...)”*;

- Trás-os-Montes (p. 391): *“As Tropas desta provincia são compostas de dous Re-*

gimentos de Infantaria, hum de cavalaria, e outro de Dragões, com cincoenta e três Artilheiros, e seis Terços de Auxiliares, além das Ordenanças (...)”;

- Algarve (p. 392): “*Compõem-se este Presidio de dous Regimentos de Infantaria, e hum de Cavalaria. Há mais dous Terços de Auxiliares com as ordenanças, que tudo governa o Governador desta Província, e Reino, que na sua ausência substitue o Bispo (...)*”.

Além destas instalações regista-se ainda a importância da força naval constituída por (op. cit., p. 394), “*uma Armada viva de vinte navios fortes, que andavam todo o ano à vista da terra em guarda da costa. Repartiam-se três para Cascais; quatro para Atouguia, quatro para Caminha, quatro para Lagos, dois em Vila Nova e três em Sezimbra*”.

A alteração do modelo de “Governo de Armas” das províncias foi alterada em 1836 com a reestruturação do exército e “*extinção dos Governos das Armas, substituídos por divisões militares*” (loc. cit.) em número de 10 em todo o reino e ilhas adjacentes. Assim o assinala Faria (1995, p. 162) em relação ao reforço da área fronteiriça com a Estremadura espanhola e Alto Alentejo, “*palco privilegiado pelas ações militares daquele período*”, o que determina a reestruturação da rede de postos fronteiriços, a construção de novos baluartes de defesa - tais como as praças-fortes de Valença, Monção, Almeida e Elvas - e das milícias. O autor descreve ainda o trabalho desenvolvido pelos engenheiros militares (loc. cit.) na análise das “*áreas geográficas mais vulneráveis do País, com o objectivo de levantarem as linhas de defesa fundamentais à contenção dos invasores*”.

Recorde-se que o continente europeu viveu desde os anos trinta do século XVIII um clima de grande agressividade bélica, situação que condiz com as necessidades de defesa face à instabilidade política herdada da Europa de Setecentos: guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714), guerra dos Sete Anos (1756-1763) e guerra da Revolução em França (1792-1800). No início do século seguinte esta situação é continuada pela Guerra Peninsular decorrente destes conflitos armados. Assinala Arteché (1859.II, p. 21) a ocorrência de invasões, limitadas às zonas fronteiriças entre o Douro e o Tejo em 1704 (guerra de Sucessão de Espanha)¹⁴², em 1762, no decurso da guerra franco-espanhola e mais tarde no início de Oitocentos, em 1801, aquando da guerra das Laranjas (1801) que devolveu

142. https://www.arqnet.pt/portal/pessoais/augustooforte_1688.html 22MAR21

Oliveira à monarquia de Castela. A situação desta praça armada, em solo estranho, foi considerada por Dumouriez (1775, p. 145) como “*assez incomode pour les Espagnols, parce qu’il favourise les incursions des troupes légères dans l’Estremadure & Andalousie, & qu’il leur donna une retraite aisé, ainsi que Moura, Mouraon & Serpa*”. No dizer de Pires (2010.b, p. 3) a sequência de situações desencadeadas pela derrota em Oliveira – associada à definição “*das fronteiras no sul do Brasil, a forte defesa do Algarve e do Minho e a primeira contenção das intenções francesas em Portugal*” - atesta (op. cit., p. 13) o “*tradicional desatender das forças armadas, sem condições de se opor sozinho ao maior e melhor exército da Europa – o exército de Napoleão, reforçado pelo exército do nosso vizinho – a Espanha*”.

As alterações registadas no corpo militar traduzem a efervescência política no velho continente e a necessidade de organização dos exércitos. No caso português tal foi iniciada com a reestruturação do corpo militar promovida pelo Marquês de Pombal com a admissão do Conde de Lippe para comandar o exército e desenvolver reformas que veio a concretizar com a sua reorganização depois de 1762/63 e a construção de diversos aquartelamentos nas áreas de maior vulnerabilidade defensiva e nas sedes de distrito. De acordo com Pires (2005, p. 236) a estrutura do exército incluía três divisões militares: Norte, Centro e Sul e “*O sistema de recrutamento, mais assente num sistema regional, permitia a existência de 21 regimentos de infantaria, 12 de cavalaria e 4 de artilharia*”, a saber (“Alvará de 19 de maio de 1806”)¹⁴³:

“*IV. A composição de cada Divisão será portanto da seguinte maneira:*

A Divisão do Centro será composta dos Regimentos de Infantaria, N.º 1 Lippe, N.º 4 Freire, N.º 7 Setúbal, N.º 10 Lisboa, N.º 13 Peniche, N.º 16 Vieira Telles, N.º 19 Cascais, N.º 22 Serpa; dos de Cavalaria, N.º 1. Alcântara, N.º 4 Mecklemburg, N.º 7.º Cais, N.º 10 Santarém; do de Artilharia, N.º 1.º da Corte.

A Divisão do Sul será composta dos Regimentos de Infantaria, N.º 2 Lagos, N.º 5 Primeiro de Elvas, N.º 8 Castelo de Vide, N.º 11 Penamacor, N.º 14 Tavira, N.º 17 Segundo de Elvas, N.º 20 Campo Maior, N.º 23 Almeida; dos de Cavalaria, N.º 2 Moura, N.º 5 Évora, N.º 8 Elvas, N.º 11 Almeida; dos de Artilharia, N.º 2 Algarve, N.º 3 Estremoz.

143. Lagos Militar - <http://lagosmilitar.blogspot.com/2008/04/diviso-do-exrcito-em-brigadas-e-divises.html>
5ABR21

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

A Divisão do Norte será composta dos Regimentos de Infantaria, N.º 3 Primeiro de Olivença, N.º 6 Primeiro do Porto, N.º 9 Viana, N.º 12 Chaves, N.º 15 Segundo de Olivença, N.º 18 Segundo do Porto, N.º 21 Valença, N.º 24 Bragança; dos de Cavalaria, N.º 3 Olivença, N.º 6 Bragança, N.º 9 Chaves, N.º 12 Miranda; do de Artilharia, N.º 4 do Porto”.

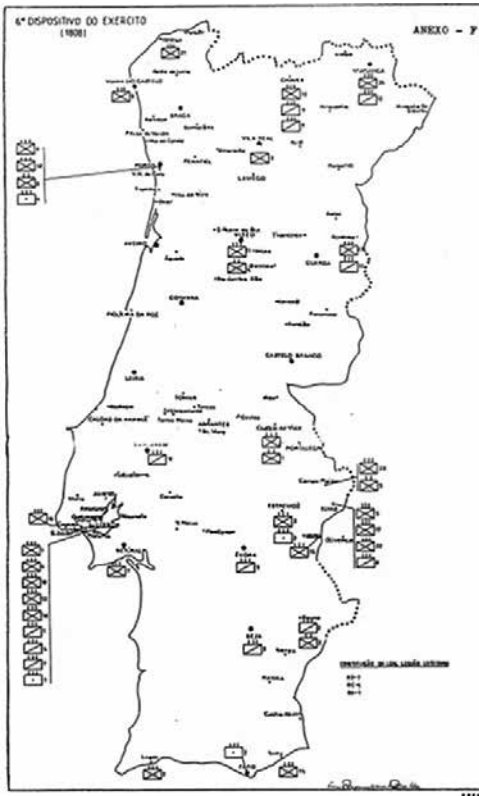
Nestes exemplos inclui-se a construção do forte da Graça em Elvas e do aquartelamento em Olivença, que acolheu um regimento de Cavalaria Ligeira ou Lançeiros, em 1707 e que em meados do mesmo século, em 1742, deu lugar ao regimento de Dragões, cavalaria montada de auxílio a outras forças. As vicissitudes históricas relacionadas com a guerra das Laranjas e a ocupação do território pelos exércitos espanhóis levou a que o referido aquartelamento fosse extinto, transferindo-se para a cidade de Beja e mais tarde para Aveiro e Elvas (Morais-Alexandre, 2001, p. 74) “até à sua extinção, determinada pela fidelidade do regimento ao Rei Dom Miguel I, na sequência da Convenção de Évora-Monte”.

As notas anteriores permitem realçar que a partir de finais de Setecentos a reorganização das tropas do reino mantém-se como preocupação dominante, acentuando-se depois das invasões napoleónicas como um desígnio de defesa nacional. Daí decorre a construção de diversos aquartelamentos e fortificações nas áreas de fronteira e em cidades próximas no decurso das reformas liberais, da primeira e da segunda República, até ao fim das campanhas de África, associadas às lutas pela independência das antigas possessões ultramarinas, entre 1961 e 1974. Entre outros exemplos regista-se a edificação de aquartelamentos militares nas áreas dominadas pela “raia” em Viana do Castelo, Valença do Minho, Chaves, Bragança, Almeida, Guarda, Covilhã, Penamacor, Castelo Branco, Portalegre, Estremoz, Elvas, Vila Viçosa, Tavira e outras no interior do país, associadas à defesa de linhas de penetração estratégicas destinadas à proteção das populações, particularmente em locais de mais fácil atravessamento, que não só os cursos de água e as bacias hidrográficas, como as áreas planálticas do nordeste, do centro e do sul de Portugal.

A rede de fortificações militares atesta a acessibilidade de alguns territórios da raia em relação à cidade de Lisboa, capital do país, onde se concentra o poder e a maior parte de aquartelamentos e de serviços da mesma natureza. Sendo assim não admira que as linhas defensivas de Ribacôa e do Alentejo tenham desempenhado um papel relevante na contenção das marchas de guerra conduzidas a partir do estado vizinho, ou por iniciativa da monarquia hispânica, sobretudo na

área de maior facilidade e acesso, o Alentejo onde algumas das fortalezas haviam sido entregues às ordens militares dos Templários e dos Hospitalários (cerca do ano de 1128) conjuntamente com terras limítrofes.

Posteriormente a evolução desta linha defensiva fronteiriça fica marcada por numerosas investidas dos exércitos lusos e castelhanos, pela sua intervenção bélica e destruição, pela reconstrução e adaptação às novas técnicas de guerra e depois da restauração, para a contenção de exércitos aliados de Castela - como aconteceu em Setecentos quando do alinhamento desta coroa com a França, contraria-



mente a Portugal, velho aliado da potência rival gaulesa, a Inglaterra - e de invasões estrangeiras contra Portugal. No jogo de influências diplomáticas e interesses há os que defendem a ligação de Portugal à pátria do liberalismo e outros depositando as suas esperanças no reforço da antiga aliança inglesa. Estas posições tiveram influência nas situações de guerra que ocorreram na sociedade portuguesa depois da constituição da linha fronteiriça de defesa da raia com Castela e do alargamento dos respetivos dispositivos fronteiriços.

Fig. V, 9 -
Dispositivos do Exército: 1808¹⁴⁴

Nos finais do século XVIII a nação vizinha reclamou a participação do exército português - cerca de 5,4 milhares de combatentes - para as campanhas militares dos Pirinéus aquando do seu envolvimento na guerra revolucionária declarada pela França contra a Espanha e a Inglaterra: campanhas do Rossilhão (1793-

144. Fonte: Assunção, J. Augusto Marcos (2014). As unidades militares da Praça de Almeida entre 1642 e 1927: a defesa territorial na fronteira da Beira. Lisboa: Academia Militar, Ilustração 35

1795) e da Catalunha. Esta participação, posterior à revolução francesa, uniu esforços de Espanha e de Inglaterra contra a França e esteve na origem da deslocação e das perdas humanas registadas pelas tropas portuguesas na Catalunha antes do seu regresso a Portugal e da assinatura da paz em agosto de 1797. A este respeito relata Borges (2008, p. 51) que em 1796 “*começaram a desenvolver-se ações militares no sentido de fazer face às represálias francesas e espanholas*”, situação que deu origem à reorganização do exército (op. cit., p.52), “*que englobou, o aumento de efectivos da artilharia, cavalaria e infantaria, a criação de Regimentos de Milícia, em substituição dos Terços Auxiliares, e uma legião Ligeira, com tropas de infantaria, cavalaria e artilharia*”.

Desta linha defensiva natural constam as fortalezas militares como de Valença do Minho¹⁴⁵, Vila Nova de Cerveira¹⁴⁶, Chaves¹⁴⁷, Bragança na raia setentrional, e na raia oriental ou beirá, o Terço de Almeida, Terço de Penamacor e Terço da Guarda, antes da sua recomposição em regimentos nos séculos seguintes e posterior descontinuação por altura das invasões napoleónicas. Nesta oportunidade parte do exército português seguiu para França ao serviço de Napoleão para integrar a Legião Portuguesa. A invasão de Junot em 1807 seguiu a linha fronteiriça do Minho: Santiago, Orense, Chaves, Braga e Porto; por sua vez Massena, seguiu o caminho do Mondego para daí passar ao centro do país e daí caminhar para sul.

A notícia alargada da situação armada de Portugal neste período decorre da obrigatoriedade de incorporação da população jovem na defesa e construção do estado moderno¹⁴⁸ de que damos um breve apontamento:

“Assente na fiscalidade e na guerra - a saber: a constituição de um exército à escala do território nacional (quer como alternativa à contratação de tropas mercenárias - com pouca tradição em Portugal, quer ao recrutamento efectuado com base nas levas de homens pelos senhores - realidade dominante no nosso país - de forma a dotar o monarca de um corpo militar não estritamente dependente das hostes senhoriais) e como forma de repelir os ataques dos corsários estrangeiros contra as costas portuguesas”.

Estas situações agravaram-se no decurso da empresa dos descobrimentos e da

145. <https://correiodominho.pt/noticias/valenca-mostra-historia-das-unidades-militares/32928> e http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=691 25ABR21

146. http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=1267 5ABR21

147. https://pt.wikipedia.org/wiki/Regimento_de_Cavalaria_N.%C2%BA_6 5ABR21

148. <https://archevo.amap.pt/details?id=332267> 25MAR21

intensificação do comércio com o Oriente e colonização do Brasil, retirando a população jovem e adulta do continente, fragilizando as suas guarnições. Daí que, como se refere num documento do Arquivo do Exército¹⁴⁹, se tenha constituído uma “*organização defensiva que traduz uma característica peculiar que retorna ao início da nacionalidade, associada à desproporção entre território e população - o que obrigava a ter constantemente ativa e mobilizada toda a gente válida - que é a existência de «forças localmente levantadas para defesa da sua terra» (Nova História Militar de Portugal. V.3. p. 154)*”, baseada nas Ordenanças.

Na sua organização estas classes foram estabelecidas por Dom João III, em Regimento de 7 de agosto de 1549, quando “*determinou, de uma forma geral, as obrigações militares de todos os súbditos com idade entre os 20 e os 60 anos*”. Anote-se que as forças de armas divididas em “*Capitanias-Mores*”, sediadas em concelhos, cidades ou vilas, eram formadas (loc. cit.) por “*um número variável de Companhias de Ordenanças, constituídas individualmente por 250 homens, sob o comando de um Capitão de Ordenanças, coadjuvado por um alferes e um sargento*”, divididos em 10 Esquadras, com responsabilidades de treino e defesa da coroa. De acordo com Pires (2009, p. 3), as Ordenanças são corpos de defesa “*destinadas a guarnecer as praças-fortes, em companhias de 240 homens cada, a servir como tropa irregular nas operações de pequena guerra, local e circunscrita, e a funcionar fundamentalmente como depósito de recrutamento*”.

Depois da restauração a hierarquia dependente da criação do Conselho de Guerra, em 11 de dezembro de 1640, passou a ter um papel centralizador do governo das forças militares, situação que é melhorada mais de um século depois, em 1764, que estabeleceu o método de (loc. cit.), “*tirar à sorte, de entre os membros das listas das Ordenanças, de quem era enviado para o Regimento*” para o cumprimento da recruta. Este procedimento deu origem à expressão de “*ir às sortes*”, assinalado com manifestações religiosas e festividades promovidas pelos jovens quando atingiam a idade de prestação do serviço de armas, mais tarde sancionada pela realização da “*inspeção médica*”. No seu conjunto as ordenanças constituem uma forma de organização defensiva local constituída pela população masculina de idade superior aos 16 anos de idade, até aos 60, para defesa de concelhos, cidades, vilas e honras do reino (Balbi, 1822.1, p. 347).

A evolução do sistema de organização militar continuou a sofrer alterações

149. <https://arquivo.amap.pt/details?id=332267> 25MAR21

cabendo aos Capitães-Mores, praticamente até à revolução liberal um papel fundamental (loc. cit.) na elaboração das “*listas dos hábeis para o recrutamento, com base no sistema de sorteamento, para ingresso na Tropa de Linha ou nas Milícias (constituídas, grosso modo, pelos membros dos grupos privilegiados)*” ou mesmo para o exército da 1ª linha. De acordo com Pires (2009.b, p. 5), o “*Exército de Linha*” ou “*Exército regular*” é “*destinado à guerra de manobra, com a Infantaria organizada em terços de 2:000 homens e a cavalaria em companhias de 100 homens num total de 20:000 cavaleiros infantes e 4:000*” e as obrigações militares abrangiam os homens válidos entre os 15 e os 60 anos, sendo os soldados oriundos (loc. cit.) “*das listas de ordenanças entre os filhos segundos de todas as classes*”.

O mapa das guarnições em Portugal alterou-se posteriormente com a constituição de unidades militares de diferentes armas: infantaria, caçadores, cavalaria, artilharia e outras a que correspondeu uma maior especialização das tropas, remuneração e profissionalização de alguns dos corpos, estabelecimento de regras para o cumprimento do serviço de armas obrigatório, alargamento da população aquartelada e o exercício de maior influência na vida económica das povoações que acolheram estes centros de recrutamento, formação e defesa nacional¹⁵⁰. No seu conjunto os destinos destas unidades passaram depois da restauração para a alçada dos “Governadores de Armas” nomeados para cada uma das seis províncias do reino. O seu aumento registou-se¹⁵¹:

- Em 1758 “*devido à abertura da barra e do porto de Aveiro, é instituído o 7.º comando militar, que agrupou os territórios costeiros que iam de Vila do Conde à foz do Mondego, e que será conhecido pelo nome de Partido do Porto*”;

- Por volta de 1821, “*foi instituído o 8.º Governo Militar, o da Beira-Baixa*”, com sede em Castelo Branco, ficando o Governo da Beira Alta, com sede em Viseu.

Em 1836 estes governos passaram a depender de cada uma das dez divisões criadas no reino e nas ilhas, situação que se alterou¹⁵² através do “*Decreto de 20 de dezembro de 1849, que deu nova organização ao Exército, as Divisões Militares foram alteradas para 3 Divisões territoriais no Continente*” e em 1869 “*através do Decreto de 13 de dezembro, foram fixadas 5 Divisões Militares*”. Nesta sequência cidades houve que não sendo capitais de distrito acolheram as sedes de comando

150. Almeida - https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra%C3%A7a-forte_de_Almeida 2MAR21

151. Os Governadores das Armas - <https://www.arqnet.pt/exercito/governadores.html> 25MAR21

152. Arquivo Militar - História administrativa

de armas beneficiando daí uma certa preponderância em relação ao centro. São exemplo: Castro Marim, entre 1625 e 1668 sede do Governo de Armas do Algarve, transferido depois para Lagos e daí para Tavira, herdeira do governo de armas do Algarve nos finais do século XVIII e que lhe garantiu uma certa prosperidade económica; Elvas, sede do Governador das Armas do Alentejo ao tempo de D. João IV; Chaves, sede do Governador das Armas de Trás-os-Montes ao tempo do referido monarca; Valença, sede do Governador das Armas do Minho ao tempo do referido monarca; Pinhel, sede do Governador das Armas da Beira; Santarém, sede do Governador das Armas do Estremadura.

Posteriormente outras localidades vieram a beneficiar da transferência da sede do governo de armas em Bragança, Chaves e Vila Real, em Lamego e Viseu, em Elvas e Estremoz¹⁵³, em Faro ou Tavira, havendo ainda o registo da subdivisão destas unidades como Penamacor e Setúbal. Ocorreu ainda a criação de novas circunscrições como o Porto e a criação de aquartelamentos militares, regimentos e batalhões fixos fazendo parte do “*exército de linha*”. A par destas alterações registou-se ainda a fixação de “*capitães de milícias*” localizados em diversos lugares do mesmo distrito e agrupando os cidadãos com idades compreendidas entre os 18 anos e o máximo de 35-40 anos de idade, não pagos, reunidos em exercícios mensais de manobras. Apesar da variação dos limites superiores de idade para o cumprimento das obrigações militares, esta imposição deu origem ao incremento da emigração de jovens e de adultos e de deserções durante as campanhas realizadas no continente ou nas suas incursões vizinhas.

No território aos comandos militares distribuídos pelas principais sedes de distrito – em número de 45 na reorganização militar de 24 de fevereiro de 1764 - juntam-se os regimentos e os batalhões de diversas armas e mais tarde os serviços complementares como hospitais, presídios e outros, os corpos de milícias (2ª linha ou tropas auxiliares), de ordenanças (3ª linha) e as unidades do exército de 1ª linha (tropas pagas). Nessa data contavam-se¹⁵⁴ “*45 Regimentos de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia existentes na altura, incluindo os dois Regimentos de Armada e o de Voluntários Reais*”. A importância que os aquartelamentos passaram a ter no crescimento urbano justifica que atendamos em separado à evolução destas instalações de instrução e defesa na rede de cidades no decurso das últimas décadas da

153. <https://arqhist.exercito.pt/details?id=144502> 22MAR21

154. http://www.arqnet.pt/exercito/ord_guimaraes.html 26MAR21

monarquia. Transcrevemos de Balbi (1822.I, pp. 346-347) os corpos de milícias das oito províncias do reino nos anos vinte de Oitocentos e a sua distribuição pelas principais localidades. Alguns destes aquartelamentos serviam igualmente de base ao exército da 1ª linha estruturado nos finais do século XVIII.

Propostas diversas elaboradas no seio da Câmara dos Deputados vieram a sugerir novos padrões da localização da rede de centros militares, em particular no que respeita às sedes da legião de tropas ligeiras de infantaria, cavalaria e artilharia (unidades de 2ª linha) criadas em 1796. De acordo com Balbi (1822, p. 348), o total de regimentos existentes ascendia a quatro dezenas, assim repartidos:

- 24 Regimentos de Infantaria de 1 batalhão, cada;
- 12 Regimentos de Cavalaria, de 4 esquadrões;
- 4 Regimentos de Artilharia.

Quadro V, 10 - Corpo de Milícias nos anos trinta (século XIX)

Estremadura	
Lisboa	4 Regimentos Reais
Lisboa	6 Regimentos e batalhões de “Milicias Novas”
Torres Vedras	Regimento
Tomar	“
Lousã	“
Setubal	“
Alcácer do Sal	“
Leiria	“
Soure	“
Alentejo	
Beja	Regimento
Évora	“
Vila Viçosa	“
Portalegre	“
Algarve	
Lagos	Regimento
Tavira	“
Beira Baixa	
Castelo Branco	Regimento

Idanha	“
--------	---

Covilhã	“
---------	---

Beira Alta

Viseu	Regimento
-------	-----------

Tondela	“
---------	---

Lamego	“
--------	---

Arouca	“
--------	---

Trancoso	“
----------	---

Guarda	“
--------	---

Arganil	“
---------	---

Partido do Porto

Coimbra	Regimento
---------	-----------

Figueira	“
----------	---

Aveiro	“
--------	---

Oliv. Azeméis	“
---------------	---

Feira	“
-------	---

Porto	“
-------	---

Maia	“
------	---

Penafiel	“
----------	---

Minho

Basto	Regimento
-------	-----------

Guimarães	“
-----------	---

Vila do Conde	“
---------------	---

Braga	“
-------	---

Barcelos	“
----------	---

Barca	“
-------	---

Viana	“
-------	---

Arcos	“
-------	---

Tás-os-Montes

Vila Real	Regimento
-----------	-----------

Chaves	“
--------	---

Bragança	“
----------	---

Miranda	“
---------	---

Fonte: Balbi, 1822.I

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Em data próxima à revolução liberal, Balbi (op. cit., pp. 349 e 358) dá conta, para além da criação dos corpos de Guarda Real da Polícia (Lisboa e Porto) e das Brigadas da Marinha, do alargamento da rede para mais: 12 Batalhões de Caçadores; 1 Batalhão de engenharia; 1 Corpo de soldados de Transportes; 1 Corpo de Veteranos, constituído por 30 companhias cada uma com 120 homens.

Quadro V, 11 - Homens de Armas em 1811 (Balbi, 1822.I)

- Tropas de Linha	60:508
- Milícias	58:500
- Ordenanças (c/ Fuzil)	82:843
- Ordenanças (c/Lança)	153:588

Fonte: Balbi, 1822.I, p. 360

Seguindo, ainda, as informações deste autor, em 1811 o total de homens de armas ascendia a 335.439 militares (loc. cit.), montante que veio a reduzir-se substancialmente no termo dos acordos do fim da guerra Peninsular entre Portugal, Espanha, Inglaterra e França. Sendo as despesas com os efetivos militares elevadas a administração dos fundos para o exército, constituídos essencialmente pelas rendas da Casa Real e impostos pagos pelo povo, estava confiada (Serrão, 1989.II, p. 407) a “*uma comissão permanente, em que estavam representados os três braços das cortes (...)*”, com responsabilidade alargada à manutenção das fortificações. Nesta sequência o corpo de homens de armas foi estabelecido em menos de três dezenas de milhares de soldados e a pouco mais de 4,4 milhares de cavalos. A expansão dos regimentos de cavalaria fica associado ao incremento da criação do gado cavalari em diversas áreas do país, como sucedeu nos campos do Tejo e do Mondego, fortalecendo a agricultura praticada em algumas delas.

A relação dos dispositivos do exército à data da revolução liberal (Balbi. 1822.I, pp. 363-364) permite individualizar, para além dos aquartelamento de armas do exército, um conjunto de fortificações castrenses de defesa terrestre e marítima, munidos de uma pequena guarnição armada. Tal acresce à rede de quartéis existentes e suporta o peso do aparelho de defesa e a sua distribuição durante algumas décadas, cujos vestígios é possível encontrar embora com novas formas de utilização nos nossos dias.

Quadro V, 12 - Exército português em 1820 (Balbi, 1822.I)

	Homens	Cavalos
- Estado-Maior	100	Variável
- Corpo de Engenheiros	64	
- 24 Regim. Infantaria	17616	120
- 6 Regim. Caçadores	4419	42
- 12 Regim. Cavalaria	4608	4176
- 4 Regim. Artilharia	2604	20
- 1 Batalhão Artífices Eng ^a	201	3
- 1 Comp ^a Artlheiros Cond.	42	50

Fonte: Balbi, 1822.I, pp. 362-363

De realçar também a grande expressão de fortificações ao longo da costa, o que evidencia a permanência de pirataria marítima desde a Antiguidade até à Idade Moderna, através de incursões de povos oriundos da bacia do Mediterrâneo ou já do norte da Europa. A geografia costeira portuguesa assinala ainda diversos portos de abrigo que ao longo de séculos foram ameaçados por expedições organizadas de pirataria e razias berberes junto das populações litorais, afastando-as para locais mais distantes da linha de costa. As situações de corso agravaram-se no decurso e após o domínio Filipino, levando à construção de torres de vigia ao longo do litoral e ao restabelecimento gradual, depois da restauração, de uma defesa marcial organizada por forma a defender o povoamento costeiro e a segurança das populações piscatórias. Embora mais frequentes no Algarve estas fortificações eram constituídas por torres de vigia, junto da costa e por fortificações de defesa situadas na retaguarda para defesa das populações ribeirinhas e dos terrenos agrícolas.

Quadro V, 13 - Principais fortificações do Reino (+_ 1820)

Praça-Forte	Marítimas
Valença	V.Real Sr ^o António
Monção	Tavira
Lindoso	Faro
Chaves	Albufeira
Miranda	Vila Nova Portimão
Almeida	Lagos

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Praça-Forte	Marítimas
Monsato	Sines
Abrantes	Setúbal
Palmela	Torre de Outão
Marvão	Castelo S. Filipe (Setubal)
Ouguela	Sesimbra
Campo Maior	Torre S. Vicente (Belém)
Estremoz	Torre S. Juilão (Lisboa)
Forte de Conde de Lippe – Elvas	Cascais
Elvas	Forte Velho (Cascais)
Jurumenha	Ericeira
Mértola	Peniche
Mourão	Buarcos e Figueira
Alcoutim	Aveiro
Castro-Marim	Castelo S. João Foz
	Castelo de Matosinhos
	Castelo de Vila do Conde
	Forte de Espozende
	Castelo de Viana
	Forte de Ínsua

Fonte: Balbi, 1822.I

Tal como foi apresentado em relação ao exército terrestre, no final do século XVIII, em 1793 a marinha portuguesa dispunha de treze navios de linha, com 870 canhões no seu conjunto; doze fragatas, com 464 canhões e dez corvetas, brigues e escunas, com 222 canhões (Balbi, 1822.I, pp. 583-584). Esta força perdeu no início do século seguinte, aquando da saída da família real para o Brasil, dezasseis embarcações de guerra e suas respetivas tripulações (op. cit., p. 584) contribuindo para o empobrecimento da armada. No início do liberalismo, em 1821, a frota nacional dispunha apenas de 4 navios de linha, com 266 canhões; onze fragatas, com 428 canhões; sete corvetas com 166 canhões e seis brigues, com 132 canhões, num total de 28 embarcações, com 992 canhões (op. cit., pp. 385-386).

Na organização militar consta a progressiva obrigatoriedade do serviço armado e a rotação das tropas de acordo com a duração dos turnos de instrução e de servi-

ço efetivo, o que constituiu um fator de desenvolvimento das cidades de província que viam partir e chegar periodicamente contingentes destinados a participar nas campanhas ibéricas e ultramarinas em África nos cenários de guerra. Dessas ocorrências regista-se uma observação de Antillon (1808, p. 155) sobre a localização das praças-fortes e do exército nacional: “*No faltan á Portugal plazas fuertes que le defiendan en una guerra contra la España. Se puede decir, añade un militar sabio, que tiene mas de las que ne cesita, y que si las guarnece com tropas suficientes se debilitará hasta el punto de no poder seguir la campaña*”.

A necessidade de uma nova organização defensiva e do exército acabou por ser concretizada no termo das lutas liberais, em novembro de 1836, com a criação de dez divisões militares e o estabelecimento de dez quartéis-generais¹⁵⁵.

Quadro V, 14 – Divisões militares¹⁵⁶

Divisão	Sede	Distritos
1 ^a	Lisboa	Lisboa, Santarém, Leiria
2 ^a	Viseu	Viseu, Coimbra
3 ^a	Porto	Aveiro, Porto
4 ^a	Braga	Braga, Viana
5 ^a	Chaves	V. Real, Bragança
6 ^a	C. Branco	C. Branco, Guarda
7 ^a	Estremoz	Portalegre, Évora, Beja
8 ^a	Tavira	Faro
9 ^a	Funchal	Funchal
10 ^a	Angra	P. Delgada, Angra, Horta

Fonte: Archeevo

Tal confirma o reconhecimento de velhas questões de fronteira e não só entre os dois países depois da perda de Olivença em 1801, quando, apesar do compromisso estabelecido em 1815 no Congresso de Viena – Art. 105º - sobre a devolução desta praça a S.A.R o Príncipe Regente de Portugal e do Brasil, a nação vizinha deixou de pressionar o estado português mais envolvido nas questões relacionadas

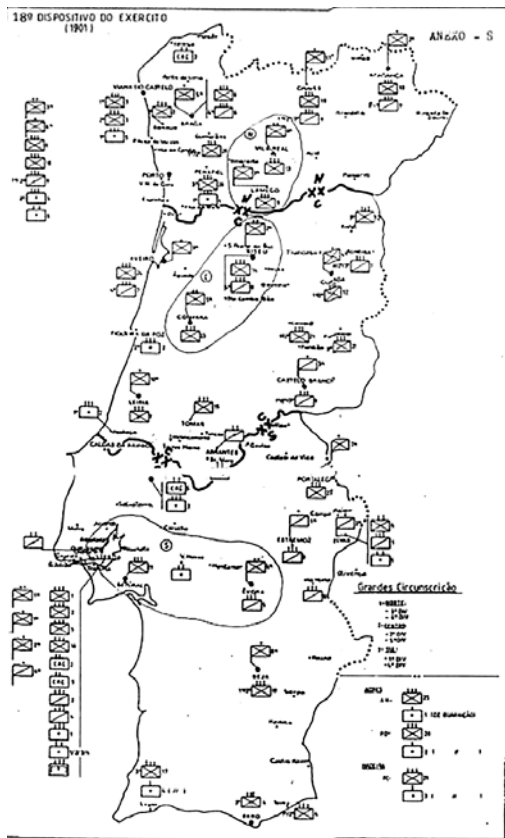
155. Archeevo - <https://arqhist.exercito.pt/details?id=41672> 15MAR21

Cf. José Dias de Carvalho em 1993 na obra Síntese da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993

156. Antillon, 1808

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

com a manutenção do seu império africano sobretudo depois do ultimato britânico de 1890 contra as pretensões portuguesas traçadas no “Mapa Cor de Rosa”. Contudo a evolução do dispositivo militar terrestre acompanha-se do reforço da malha de guarnições militares que permanece até ao início do século passado com uma distribuição ordenada ao longo da linha fronteiriça e das principais vias de penetração terrestre e bacias hidrográficas no território. Essas divisões seguem



o padrão das ameaças militares de Castela e da vizinha Espanha que se alteram com as novas perspectivas de defesa introduzidas pelas tropas de Infantaria, Artilharia e Engenharia, mecanização dos meios de locomoção, novas conceções da guerra tática que acompanham a evolução da situação militar na Europa e os interesses gerais de defesa do Atlântico.

Fig. V, 10
Dispositivos do Exército: 1901¹⁵⁷
Fonte: Assunção, 2014, Ilustração 47

A distribuição dos equipamentos de defesa junto à “raia”, na fronteira terrestre entre os reinos de Portugal e de Espanha, evidencia, assim, a ameaça permanente vinda do lado da península, numa longa faixa de terras assinalada por múltiplos conflitos, proximidade e solidariedade humana, contrabando e comércio, esperança e de desterro dos seus habitantes. Já a dimensão e as atividades distintas das cidades litorais do

157. Fonte: Assunção, J. Augusto Marcos (2014). As unidades militares da Praça de Almeida entre 1642 e 1927: a defesa territorial na fronteira da Beira. Lisboa: Academia Militar, Ilustração 47

Porto e particularmente da capital, com maior poder económico e peso político, proximidade ao Tejo e ao Atlântico as orientações de defesa foram alteradas (Telo, 1998):

“No final do século XIX, a tónica da política militar era colocada ainda na “ocupação efectiva” do Império, mas a fase mais intensa das “campanhas de pacificação” está a chegar ao fim. Desde 1898, assiste-se a uma transição da tónica da política militar para a Europa e a situação interna do regime. Surgem então planos para um amplo renascimento naval, com o projecto de reconstituir a esquadra de alto mar, de modo a valorizar a posição nacional na Península e na Secular Aliança. (...)”

Daqui decorrem novas necessidades que contemplam a utilização de dispositivos e equipamentos modernos de segurança marítima, comunicações e de novos equipamentos destinados à segurança do reino e da sua população.

Quadro V, 15 - Dispositivo militar nas cidades de Lisboa e do Porto: 1911¹⁵⁸

Lisboa	R.Inf 1	Porto	R.Inf.6
	R.Inf.2		R.Inf.18
	B.Cçd.5		R.Inf.31
	R.Cv.2		R.Cav.8
	1ºG.Mt.		R.Cav.11
	R.Art.1		R.Art.6
	G.Cp.C.F.		G.Sap.Min.
	B.Teleg.		
	Esq. Aviação		

Com a queda do regime monárquico operou-se esta diferenciação e desenvolvimento de planos alternativos assentes na especialização das forças armadas no domínio marítimo (Telo, op. cit.): *“um amplo renascimento naval, com o projecto de reconstituir a esquadra de alto mar, de modo a valorizar a posição nacional na Península e na Secular Aliança (...)”* com a criação de uma *“força naval significativa, com um Exército diminuto e bem equipado, virado sobretudo para o Império”*; em alternativa: a *“criação de um Exército de massas que deve absorver o melhor dos recursos nacionais, cabendo à Armada um papel secundário (...)”*.

158. https://www.momentosdehistoria.com/MH_05_04_Exercito.htm 2MAI21

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Quadro V, 16 - Quartéis Militares: 1911¹⁵⁹

Cidade	Quart. Milit.							
Lisboa	R.I. 1	R.I.2	B.C.5	R.Cv.2	1ºG.M.	R.A.1	G.C.C.F.	B.Tg. E.Av.
V. Castelo	R.I. 3		B.C.9		8ºG.M.	R.A.5	R.A.M.	
Lagos	R.I. 4	R.I.33					C.Rainha	R.I. 5
Porto	R.I. 6	R.I.18	R.I.31		R.Cv.8	R.Cv.11		R.A.6 R.S.M.
Leiria	R.I. 7						3ºG.M.	R.A.4
Braga	R.I. 8	R.I.20	R.I.29		R.Cv.9	R.Cv.9		
Lamego	R.I. 9							
Bragança	R.I.10	R.I.30		B.C.3				
Setúbal	R.I.11							
Guarda	R.I.12			B.C. 7				
V.Real	R.I.13							R.A.7
Viseu	R.I.14				R.Cv.5	R.Cv.5		
Tomar	R.I.15							
Évora	R.I.16							R.A.3
Beja	R. I.17							
Chaves	R.I.19			B.C.10			6ºG.M.	
Coimbra	R.I.21	R.I.23	R.I.35					
Portalegre	R.I.22			B.C.1				
Aveiro	R.I.24							
A.Herois.	R.I.25						1ªBt.M.I.	
P.Delgada	R.I 26						2ªBt.M.I.	
Funchal	R.I.27						3ªBt.M.I.	
F.Foz	R.I.28						5ºG.M.	R.A.2
Penafiel	R.I.32							
Mangualde	R.I.34							
Covilhã				B.C.2				
Faro				B.C.4				
C. Branco				B.C.6				
Elvas				B.C.8	B.C.11	R.Cv.1		
Estremoz						R.Cv.3	R.Cv.0	

159. Fonte: Portugal Continental: A defesa do território continental - https://www.momentosdehistoria.com/MH_05_04_Exercito.htm 30JAN22

Cidade	Quart. Milit.	
Santarém		R.Cv.4 G.ACv.
Guarda		
Abrantes		R.A.8
Sacavem		B.A.G.
Cascais		B.A.Pos.
Tancos		B.Pont.

A participação de Portugal na 1ª grande guerra mundial e, mais tarde, a evolução política do regime em Espanha (1936-39) e evolução política europeia no pós-guerra de 1939-45 com a constituição do eixo de aliança atlântica e aposta na defesa do continente e do Império repercutiu-se no redimensionamento da carta dos estabelecimentos militares do início da 1ª República, na sua função e utilização futura.

Seguindo a alteração das circunstâncias de então foi-se relegando a atenção das questões de defesa fronteiriça concentrando o governo a atenção na rede de dispositivos do exército e da marinha entretanto criados nas diversas capitais de distrito e noutros aquartelamentos indispensáveis ao recrutamento e instrução dos soldados e demais corpos de guerra. Nessa oportunidade o aumento da rede de estabelecimentos militares e da sua população permanente veio a permitir uma maior intervenção desta classe na vida da nação, num processo (Neves, 2013) *”que transcende o advento Estado Novo, com as Forças Armadas a ganhar uma crescente tendência para intervir politicamente durante a 1ª República, processo que culminará no golpe militar de 28 de maio de 1926”*.

No decurso do Estado Novo as reformas militares assentam na publicação da Lei nº 1905, de 22 de maio de 1935, que promulga as bases em que deve assentar a organização superior da defesa nacional, completada em 1937 - Lei nº 1960 - Lei da Organização do Exército (de 1 de setembro de 1937) que define, no seu Art. 1º: *“A organização militar do País tem por fim essencial a manutenção da integridade do território e a defesa da soberania do Estado”*. Daí a criação de duas forças, as forças metropolitanas e as forças coloniais, sendo que - Art. 2º - *“O conjunto das forças metropolitanas constitui o exército metropolitano; o conjunto das forças coloniais constitui o exército colonial”*. Mais ainda, *“Os exércitos, metropolitano e colonial, são solidários na manutenção da integridade e na defesa da nação e podem ser empregados pelo Governo, dentro ou fora do território, conforme as conveniências nacionais o exigirem”*.

Na sua organização geográfica – Art. 8º - “*O território da metrópole divide-se em cinco regiões no continente e dois comandos militares dos Açores e da Madeira*”, na dependência do Ministro da Guerra. Em tempo de paz (Art. 42º), a organização compreende as Armas de Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia e Aeronáutica e os Serviços de Saúde, Veterinária e Administração militar. Quanto à Marinha, a sua intervenção em prol da defesa nacional, das ilhas da Madeira e os Açores e das colónias, passou depois da assinatura do Tratado de Defesa do Atlântico Norte – OTAN – a reconfigurar a organização e estrutura do poder em função dos interesses da Aliança Atlântica e da criação de novos aquartelamentos que reforçam a rede já criada e existente no início do regime republicano.

Durante a década de sessenta, por ação da guerra colonial, a rede de aquartelamentos militares sofre alguns ajustamentos em virtude do processo de mobilização marcial e da responsabilidade de algumas dessas unidades ficarem responsáveis pela formação de batalhões encaminhados seguidamente para defesa das ex-colónias. A rotação deste processo de recrutamento e de mobilização gerou fluxos periódicos da população, militares e seus familiares aos locais de instrução e de despedida dessas forças com reflexos evidentes sobre a animação e a atividade comercial dessas localidades.

4 – ASSISTÊNCIA E INSTRUÇÃO

Os assuntos anteriores relacionados com a construção da sociedade portuguesa ao tempo da monarquia exigem um olhar final sobre a sociedade e a análise dos efeitos das reformas administrativas e económicas que permitiram a construção de um estado alimentado pelas reformas liberais e modernidade imposta pela quebra do isolacionismo geográfico e liberdade de circulação alcançada nos finais de Oitocentos através da construção das vias ferroviárias. No seu traçado esta rede ligou a capital ao resto do país permitindo a mobilidade e a difusão de iniciativas culturais de diferente natureza para fora do círculo reduzido da corte e da capital. Tratou-se de um processo moroso que atesta a veracidade da reflexão de Vasconcelos (2017, p. 505) sobre a lentidão e gradualidade da marcha da civilização “*através de todos os tempos e de todos os países*”.

O progresso avança “*a pouco e pouco*” (loc. cit.) não seguindo uma via única,

mas sim um conjunto de centros de difusão, de rotas e de percursos que convergem para o bem-estar económico, social e cultural da população a qual contribui para a riqueza das ciências, das artes e independência das nações. Os dados recolhidos através do sistema estatístico nacional podem ser completados com outras referências que suportam a mudança demográfica e social da sociedade portuguesa operada na segunda metade de Novecentos, a revolução de 1974 e depois desta data o processo de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia realizada no decurso da década seguinte.

Recuando no tempo verificamos que o processo de expansão da rede de povoamento com base nos núcleos dispersos de atividade rural e nas povoações com títulos honoríficos, vilas e cidades foi sujeito durante séculos às condições adversas de circulação entre os núcleos dotados de maior número de equipamentos comerciais, administrativos e militares. Esta situação altera-se antes da queda do regime monárquico com a construção das redes de circulação e de transporte permitindo, desde então, uma maior mobilidade e capacidade de atração desses centros para a população residente na sua área direta de influência. Tal está relacionado com o fortalecimento das relações comerciais incrementadas pelas vias de circulação e a “economia de troca” que passa a animar a vida económica das cidades com maior densidade populacional. A estes equipamentos juntam-se os que decorrem do reforço da administração pública, assistência e instrução, induzindo a mudança social, política e cultural expressa no pensamento de D. António da Costa (1870): *“universalizar a educação é multiplicar a riqueza nacional”*.

As deslocações, em regra penosas para a maior parte dos habitantes moradores em locais afastados dos centros citadinos e os compromissos de diferente natureza que obrigavam à sua deslocação periódica para satisfação de deveres cívicos, religiosos e outros ligados ao poder administrativo, ao comércio e aos serviços e ofícios concentrados intramuros ou próximos dos perímetros de defesa inscritos nas cercas muralhadas das vilas e das cidades medievais, foram-se esbatendo gradualmente em função da atração de novos moradores para a sua periferia. O contraste entre o habitante da cidade e os habitantes do mundo rural em redor aumenta com o afastamento geográfico do centro de poder e das redes de influência estabelecidas, pela hierarquia social, pelas diferenças culturais dominantes sendo pouco propícias a uma ligação de outra natureza que não fosse a de dependência do centro e das funções administrativas, religiosas, defesa, justiça e de mercado definidas

pela centralidade da sede de concelho ou distrito, do centro de recrutamento do exército ou da obediência religiosa à Sé e ao prelado da diocese.

Complementarmente importa atender à natureza e intensidade dos movimentos dos habitantes bem como às condições de vida e, sobretudo, de assistência, ligadas à saúde, salubridade, condições sanitárias e de vida responsáveis pelo crescimento natural da população, natalidade e mortalidade, esperança de vida e morbidade causada por doenças endémicas como sezões, fome e epidemias que grassam periodicamente entre os habitantes rurais. Como se depreende o registo destas situações, objeto de análise em estudos especializados de incidência local e regional, completa a sua apreciação a nível nacional pelo que nos vamos debruçar, ainda que de forma sucinta, à rede assistencial e à “instrução pública” inscrita nos censos da população. Os seus reflexos sobre o analfabetismo assumem, no termo da monarquia e início da república, as dimensões de uma verdadeira “*chaga nacional*” traduzida no fraco nível de instrução da população residente. Uma terceira componente reveladora da transição e mudança em curso (Ribeiro. In: F.C.G., 2021.03, pp. 13 e ss) relacionada com as atividades da população e mercado de trabalho será globalmente enquadrada no desenvolvimento socioeconómico adiante considerado.

A oferta de serviços destinados à população centrados nas cidades, a maior parte com frequência periódica ligada a calendários fiscais, administrativos, religiosos, vacinação, saúde e outros, fica facilitada depois da construção das redes de circulação e de transporte ferroviário incrementada pelas reformas liberais e mais tarde pela rede rodoviária

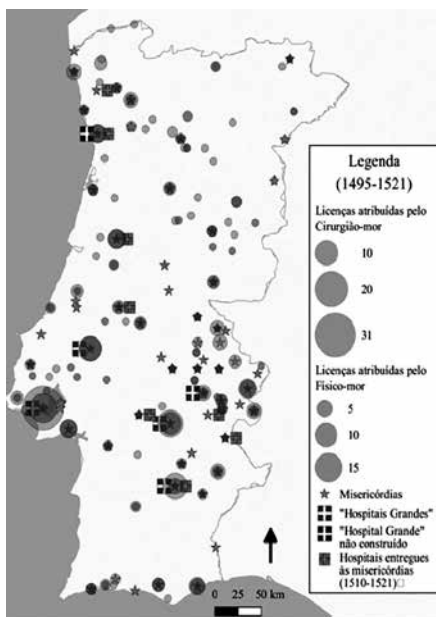


Fig. V, 11 - Recursos formais de saúde e assistência ao tempo de D. Manuel I¹⁶⁰

Fonte: Abreu, 2001

160. Fonte: Abreu (2001). Araújo, Maria L. (2018), p. 52

https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/23600/1/Oferta_e_regulacao_em_saude_o_legado_de%20%281%29.pdf 5OUT21

ria que aproximou os habitantes à oferta de novas valências da missão pública ligadas à assistência e à saúde assente nas instituições de benemerência, hospícios e hospitais da irmandade da Misericórdia e das ordens religiosas.

No seu conjunto e através da ação assistencial aos pobres, enfermos e necessitados, estas entidades retomam (Abreu, 2001, p. 592) “*um dos valores essenciais do cristianismo o que encara a assistência como uma das mais importantes manifestações de espiritualidade assente no ‘espírito de fraternidade’ e prática das “obras de misericórdia”*”. Nesta sequência importa relembrar a difusão das Santas Casas de Misericórdia no mundo português e a sua atividade de beneficência, assistência social e saúde em particular no Brasil onde, com o decorrer do tempo, ampliaram a sua ação nas áreas da formação da saúde hospitalar e da enfermagem. Neste exemplo cabe a ação das fraternidades que suportam as Santas Casas de Misericórdia e o compromisso dos irmãos que se inscrevem como membros da confraria e da irmandade de invocação a Nossa Senhora da Misericórdia – Sé de Lisboa - criada pela Rainha D. Leonor em 1498 e que ao tempo de D. Manuel I foi confirmada pelo Papa Alexandre VI. Com o movimento dos descobrimentos a irmandade de Lisboa, responsável pelo apoio a órfãs e administração do Hospital Real de Todos-os-Santos, - construído na transição do século XV para XVI - foi alargada à maioria dos concelhos do país e aos domínios ultramarinos sob administração portuguesa.

A este respeito nota Pery (1875, p. 253) a existência, na década de sessenta de Oitocentos, da existência de “*1 estabelecimento de caridade por 403 habitantes, proporção muito superior à de França*” na mesma época. Na sua longa caminhada de prestação de cuidados de saúde e de diferenciação assistencial, Graça¹⁶¹ regista:

- A sua passagem de “*estabelecimentos de cariz local*” como albergarias, gafarias, leprosas, hospícios e mercearias, no início da nacionalidade, distribuídos por várias localidades;

- A sua diferenciação durante o

“*Reinado de D. Dinis (distinção entre cuidados ambulatorios e de internamento, esboço de diferenciação dos prestadores, início da organização do ensino médico, tentativa de regulamentação e organização da profissão médica, desenvolvimento das primeiras medidas sanitárias a nível municipal e central, criação dos primeiros estabelecimentos para recolha de crianças órfãs ou abandonadas)*”;

161. <https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos71.html> 20MAI21

- Finalmente,

“Uma terceira fase, que é marcada pelo crescente papel do poder central, com D. Afonso V (que retira aos Trinitários certos privilégios e aos irmãos de Rocamador a administração dos hospitais) e sobretudo com a reforma da assistência levada a cabo por D. João II e sua mulher e continuada por D. Manuel I (fundação do hospital termal de Caldas da Rainha, em 1485, do Hospital Real de Todos-os-Santos, em 1491, da Misericórdia de Lisboa, em 1498, e de muitos outros hospitais pelo resto do país, como o do Espírito Santo, em Évora, o de Jesus Cristo, em Santarém, e pelos novos territórios ultramarinos, como o de Goa, etc., além da Casa da Saúde, em Lisboa, já em 1520, destinada às vítimas da peste)”.

Na sua longa evolução as “Santas Casas” prestaram um serviço de assistência a órfãos e crianças, a enfermos e doentes no domicílio e em regime de internamento, serviços clínicos e assistência alimentar. Se algumas destas incumbências são da responsabilidade dos serviços assistenciais - como as que decorrem da mendicidade da população e que levaram à criação da Direção Geral de Assistência - Lei de 25 de maio de 1911 – responsável pela criação, em Lisboa, da Provedoria Central da Assistência de Lisboa – outras há que dizem respeito à saúde da população e como tal enquadradas por legislação e serviços apropriados.

Quadro V, 17 – Hospitais militares, até finais de Oitocentos

(Borges, 2009, p. 105)

Ano	Localidade
1612	Angra
1629	Lisboa
1641	Elvas
1638	Moura
1676	Montemor-o-Novo
1677	Bragança
1690 (?)	Penamacor
1706	Almeida
1720/21	Chaves
1721	Peniche
1764	Almeida
1766-1801	Almeida

Ano	Localidade
1812	Penamacor
1814	Castelo de Vide
1815	Lagos
1821	Miranda do Douro
1885	Peniche

Fonte: Borges, 2009

Para além de outros serviços assistenciais as condições médicas e sanitárias do reino ficaram marcadas pela existência de núcleos com melhores condições em Lisboa, Coimbra e no Porto, onde se concentram equipamentos essenciais para acudir aos problemas de auxílio à saúde da população representados inicialmente por tratamentos em conventos e mosteiros, albergarias e gafarias orientadas para a caridade e apoio aos residentes flagelados pela fome, peste e guerra e aos peregrinos de Santiago de Compostela. Ligados à Ordem do Templo e à coroa, como o Hospital Termal das Caldas da Rainha (1485) e o Hospital de Todos os Santos (1491) – que antecedeu o Hospital de S. José - antecipam os hospitais das misericórdias e os hospitais régios.

Entretanto e dadas as relações conflituosas com Espanha depois da restauração, em 1643, são criados Reais Hospitais Militares em praças como Elvas, Olivença e Valença do Minho (Borges, 2009, p. 55) destinados essencialmente ao serviço médico dos soldados das fileiras e aos feridos em combate. Regista o referido autor que em 1646, um alvará régio (loc. cit.) encarrega os “*Irmãos Hospitais de S. João de Deus de fundar, administrar e organizar os Reais Hospitais Militares no reino de Portugal*”, situação que mantiveram por mais de meio século. Do mesmo autor transcrevemos uma relação da cronologia de projetos de plantas de hospitais militares elaborados para novas edificações em diversas localidades do país.

**Quadro V, 18 - Rede de hospitais: construção
entre final do século XVIII e meados do século XX**

Ano	Cidade	Construção/Remodelação
1769	Porto	Hospital de Santo António
1769/75	Lisboa	Hospital Real de São José
1797	Lisboa	Hospital Real da Marinha
1798/800	Leiria	Hospital da Misericórdia de Leiria

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Ano	Cidade	Construção/Remodelação
1801	Viseu	Hospital Novo
1836	Lisboa	Hospital Militar de Lisboa (Conv. N ^a Sr ^a da Estrela)
1836	Santarém	Hospital da Miser. de Santarém
1836	Barcelos	Hosp. Miser. de Barcelos (inst. antigo Convento)
1841	Lisboa	Hops. S. Lázaro
1842/61	Guimarães	Hospital de Guimarães
1843	Lisboa	Maternidade Sta. Bárbara (H. S. José)
1848	Lisboa	Hospital de Rilhafoles
1851	Lisboa	Edifício Balneário – Hosp. Rilhafoles
1857	Lisboa	Hospital do Desterro
1860	Lisboa	Hospital D. Estefânia
1861	Porto	Hosp. Psiquiátrico Dr. Magalhães Lemos
1868/83	Porto	Hospital Conde Ferreira
1871	Lamego	Hospital da Miser. De Lamego (conc. em 1892)
1872	Lisboa	Novo Hospital – Alto de Sto Amaro
1874	Melgaço	Hospital da Misericórdia
1878	Famalicão	Hospital da Misericórdia
1879/80	A. Valdevez	Hospital da Misericórdia
1881	Lisboa	Tenda-Barraca – Hospit. Estefânia
1881	Valpaços	Hospital da Misericórdia
1882	T. Novas	Hospital da Misericórdia
1884	Porto	Hospital Joaquim Urbano
1887-/90	Alcobaça	Hospital da Misericórdia
1888	Porto	Hospital de Santa Maria
1890	Lisboa	Hospit. Regim ^o de Infantaria 1 (Conv. Boa Hora)
1891	S. Estrela	Hospital Príncipe da Beira
	Penafiel	Hospital Misericórdia
1892	C. Rainha	Hospital D. Carlos I
1892	Lisboa	Hosp. Rainha D. Amélia (Conv, N ^a S.Luz Arroios)
1893	Lisboa	Posto de Desinfecção (Conv.Francesinhas)
1896	Lisboa	Instituto Real Bacteriológico
1897	Carcavelos	Sanatório Marítimo
	Alcobaça	Hospital da Misericórdia

Ano	Cidade	Construção/Remodelação
1899	Lisboa	Hosp. do Repouso (Sanatório Popular)
1900	Outão	Sanatório da Torre do Outão
1901	Parede	Sanatório da Parede
1902	Lisboa	Hospital do Rego
	Lisboa	Hosp. Colonial/Escola Med. Tropical
	Covilhã	Hosp. D. Amélia
1903	Benavente	Hospital de Benavente
	Lisboa	Hospital Sta Marta (Convento Sta Marta)
1904	Covilhã	Hospital D. Amélia
1904	Parede	Hospital de Sant'Ana
	Leiria	Pav. de Doenças Infecciosas do Hospital Civil
1904/07	Guarda	Sanatório Sousa Martins
1905	Lisboa	Instituto Rainha D. Amélia
	Lisboa	Escola Médica de Lisboa
1906	Lisboa	Hospital/Consultas Internas Sta. C.M. Lisboa
1908/14	Lisboa	Maternidade Alfredo da Costa
1909	Portalegre	Sanatório Dr. Rodrigues de Gusmão
	Águeda	Hospital Asilo Conde de Sucena
1910	Lisboa	Sanatório Popular de Lisboa
	Lisboa	Hospital Miguel Bombarda
1910	Esposende	Hospital Valentim Ribeiro
1911	Lisboa	Hospital de Arroios
1913/14	Lisboa	Proj. transf. Hospitais Civis
1913	Lisboa	Manicómio de Lisboa (H. Júlio de Matos)
1914	Barcelos	(Ampliação de instalações)
	P. Lanhoso	Hospital António Lopes
	Lisboa	Hospital dos Mutilados (Campolide)
1916	Parede	Pavilhão-Enfermaria – Sanatório Sant'Ana
1917	Bombarral	Hospital
	Coimbra	manicómio de Sena
	Gaia	Sanatório Marítimo do Norte
1918	Loures	Sanatório de Albergaria (Montachique)
	Coimbra	Sanatório da Colónia Port. do Brasil

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Ano	Cidade	Construção/Remodelação
1920	Seia	Hospital de Seia
1922	Gouveia	Hospital D. Maria Cândida (V. N. Tazem)
1921	Caramulo	Sanatório do Caramulo
1926	V.N.Cerveira	Hospital da Misericórdia
1927/28	Bragança	Hospital da Misericórdia
1928	Porto	Maternidade Júlio Dinis
1929	Lisboa	Instituto de Ophtalmologia (Dr. Gama Pinto)
1930	Parede	Solário da Pedra Alta
193/34	Covilhã	Sanatório da Covilhã (Inaug. em 1944)
1938	Lisboa	Bloco Hospit. Inst. de Oncologia
1939	Porto	Hospital de S. João
	Lisboa	Hospital Escolar de Lisboa
1940	Cascais	Hospital Conde Castro Guimarães
1949	Caramulo	Sanatório
1951	V.F.Xira	Hospital
(...)		

Fonte: Hospitais Portugueses – Arquitecturas da Saúde¹⁶²

Sobre este tema Bulcão et alii (2019, p. 3) apontam o seguinte:

“Na Idade Moderna surge no século XVI o Hospital Geral de Coimbra e o Hospital S. Marcos em Braga, no mesmo ano (1508). Em seguida, no Porto foi criado o Hospital de D. Lopo, no final do séc. XVII (1689). Depois só no último quartel do séc. XVIII são fundados o Hospital Real de S. José em Lisboa (1775), que teve a sua origem no Hospital Real de Todos os Santos e o Hospital de Santo António no Porto (1799)”.

Por sua vez (loc. cit.): *“A criação do Hospital Real de Todos os Santos em Lisboa, veio contribuir para a centralização do regime assistencial em Portugal, em que a monarquia tentava aproximar-se de um poder mais unificador”.* Mais ainda. (loc. cit.): *“Foi neste contexto, que nasceram os hospitais médicos estabelecidos como locais de cura, consequentemente, os peregrinos, viajantes, doentes contagiosos ou incuráveis, foram afastados das enfermarias, grupos estes que haviam partilhado aqueles espaços até então”.*

162. Arquitecturas da Saúde – Cronologias
http://www.arquitecturasdasaude.pt/main/hospitais_pt.html 30JAN23

Numa descrição breve sobre a assistência em Portugal no início da década de sessenta de Oitocentos, Pery (1875, p. 250), aponta o seguinte:

“Portugal é um dos países onde a beneficência se exerce em mais larga escala. Desde eras remotas que existem, em grande número de povoações, instituições de beneficência sob a designação de misericórdias, caridosa instituição genuinamente portuguesa, confrarias e irmandades, albergarias, asilos, hospícios e hospitais, creados e custeados uns, o menor número, à custa do tesouro, dos distritos e dos municípios, e outros mantidos e ampliados pela caridade pública”.

Referindo-se ao ano de 1861 dá conta da existência (loc. cit.) de “9:575 irmandades e misericórdias existentes no reino e ilhas adjacentes”, de 196 hospitais, 25 albergarias e outras unidades de beneficência (recolhimentos e mercearias) e asilos (infância desvalida, órfãos, inválidos e mendicidade). Estas unidades encontram-se repartidas de forma distinta, mas com maior concentração no distrito mais populoso de Lisboa entre os quais o Hospital Estefânia, o Asilo Maria Pia, o Asilo D. Luiz, o Albergue dos inválidos do trabalho e asilos para a infância desvalida. Durante o regime Liberal foram ainda criadas diversas associações de socorros mútuos e montepios de previdência destinados a acudir a necessidades específicas dos seus associados. Contudo a situação assistência, que nos é relatada por Junqueiro (1891, IV) traça um quadro de miséria e de dor:

*“Tossi, tossi, pulmões desfeitos,
Em vielas lobregas sem ar!
Nos dormitórios faltam leitos...
Tossi, pulmões, nos magros peitos,
Tossi, que a Morte quer jantar!
Morrei de fome, no abandono,
Mendigos trôpegos, senis...
E invejae, não o rei no throno,
Mas os cães grandes que tem dono
E as feras más qte tem covis!... (...)”*

Uma relação mais detalhada dos hospitais portugueses construídos entre finais do século XVIII e o início da república permite conhecer a evolução da rede hospitalar pública, gerida pelas das Santas Casas de Misericórdia e entender os valores elevados da mortalidade da população portuguesa em geral e sobretudo da mortalidade neonatal e infantil, dominante no regime antigo¹⁶³. A evolução da política

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

assistencial e de saúde no decurso dos anos seguintes fica assinalada pelas medidas de natureza “*caritativa-corporativista*” (Graça, 1996, baseado em Campos, 1983) introduzidas pelo Estado Novo.

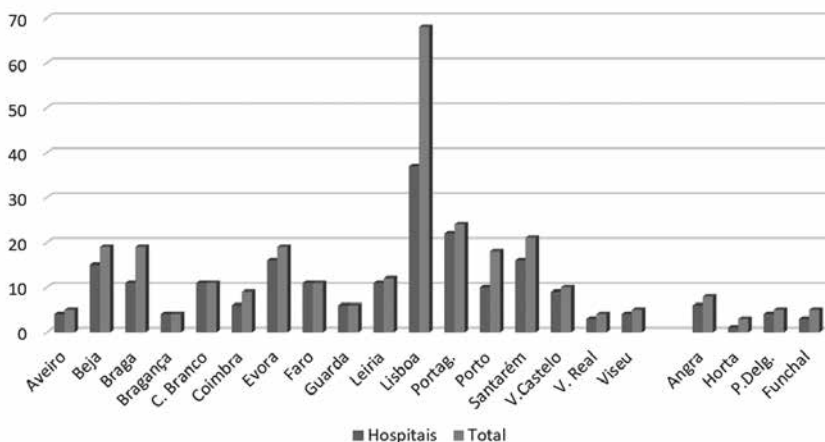


Fig. V, 12 - Unidades de beneficência por Distritos: 1861

Fonte: Pery, 1875

Mais tarde a rede de assistência clínica e sanitária arrolada em 1950 regista 310 hospitais gerais distribuídos no continente e ilhas, 134 maternidades e enfermarias de partos, 33 sanatórios antituberculosos, 16 hospitais e casas de saúde para alienados, 618 postos médicos civis, 76 dispensários antituberculosos e 42 dispensários de higiene social e postos antivenéreos que prestavam serviços gerais, consultas e tratamentos às vítimas das principais afeções que à data atingiam a população portuguesa. Esta rede era complementada por outras entidades assistenciais, a saber: Hospital Colónia ‘Rovisco Pais’, destinado a doentes leprosos; Instituto Bacteriológico ‘Câmara Pestana’, destinado ao tratamento anti-rábico e anti-difitérico; Instituto Oftalmológico Dr. Gama Pinto; Instituto Português de Oncologia, além de 9 hospitais destinados a militares.

Tendo em conta algumas doenças que atingiam a população incluíam-se nesta rede outros serviços destinados ao combate à tuberculose, ao paludismo - serviços

163. Hospitais Portugueses: Arquitecturas da Saúde - http://www.arquitecturasdasaude.pt/main/hospitais_pt.htmlV 26MAI21

antissezonáticos - sobretudo nas regiões de orizicultura; serviços de profilaxia da difteria, profilaxia da varíola e serviços de puericultura. A distribuição da população (continente e ilhas) em estabelecimentos de saúde no ano de 1950 era a seguinte (INE, 1951, p. 54):

- Médicos:	1.800
- Enfermeiros:	1.643
- Parteiras:	78
- Aux. Enferm:	849
- Serventes:	3.654
- Emp. Adm:	2.161

Estes são exemplos de unidades hospitalares criadas pelo poder régio, independentes das misericórdias, mas sem excluir a possibilidade de colaboração entre elas ou a sua eventual anexação. Em 1950 o total de hospitais do Estado era apenas de 13 e os hospitais das misericórdias ascendiam a 251, havendo ainda a registar 8 maternidades do Estado e 104 das misericórdias. Esta situação tende a alterar-se no decurso das últimas décadas do anterior regime, em particular na segunda metade de Novecentos, com a construção de novos hospitais centrais e regionais, aumento da formação médica, criação de postos de saúde e distribuição de recursos pelos centros urbanos de maior dimensão populacional.

Relativamente a 1973 os dados recolhidos por Gaspar (1979, p. 160) permitem salientar que para um total de 8,123 milhares de habitantes no continente (8,6 em Portugal e ilhas), o total de médicos disponíveis ascendia a 8.917 (9.111, no total do país), numa relação de 11 médicos por 10.000 habitantes. O total de hospitais disponíveis ascendia a:

- Hospitais centrais: 15 (2 em Coimbra, 8 em Lisboa e 5 no Porto),
- Hospitais regionais: 39 (pelo menos 1 em cada capital de distrito, 4 no distrito de Lisboa e 4 no distrito do Porto),
- Hospitais sub-regionais: 214, repartidos por quase todos os concelhos existentes.

Esta indicação pode ser realçada através de um indicador de disponibilidade de acolhimento traduzido no nº de camas/1.000 habitantes, com uma média era de 6,2 camas/1.000 habitantes no continente. Nesta distribuição a melhor cobertura registava-se nos distritos de Coimbra e de Lisboa, com 15,01 e 10,64 camas/1.000 habitantes, respetivamente.

Na sua relação com a evolução das maleitas sofridas pela sociedade registamos

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

que a rede assistencial e hospitalar instalada ao longo do tempo acompanha os conhecimentos gerais de cada uma das épocas, os seus efeitos sobre a população, a formação académica e práticas hospitalares, a cobertura sanitária do país e a política de saúde determinada pelos anteriores regimes. Destaca-se o lançamento de diversas campanhas de rastreio e de vacinação contra as doenças do mundo rural e urbano então dominantes em particular a tuberculose que desde 1899 era objeto de cuidados por parte da Assistência Nacional aos Tuberculosos (ANT) criada para combater esta doença.

Dada a sua incidência em Portugal, em 1953 foi criado o Instituto Nacional aos Tuberculosos que passou através de brigadas móveis de radiorrastreio e de centros de diagnóstico e de profilaxia, juntamente com a vacinação em massa através da vacina BCG, iniciada no início dos anos trinta de Novecentos, passou a desempenhar um papel relevante na luta contra esta doença. Outras campanhas de vacinação vieram a ser promovidas através do Plano Nacional de Vacinação (PNV), em 1965, contra a poliomielite, a difteria, o tétano, o sarampo, a rubéola, a papeira e outras que contribuíram para reduzir a extensão e mortalidade das doenças associadas. Tal altera o entendimento tradicional em que as preocupações com a cura de certas moléstias da população estava associada à purificação da alma e confiada à piedade cristã dos monges enfermeiros e das enfermarias religiosas e à disponibilidade dos físicos e cirurgiões hospitalares, barbeiros, boticários e sangradores que nas áreas rurais procediam a sangrias, ao tratamento com

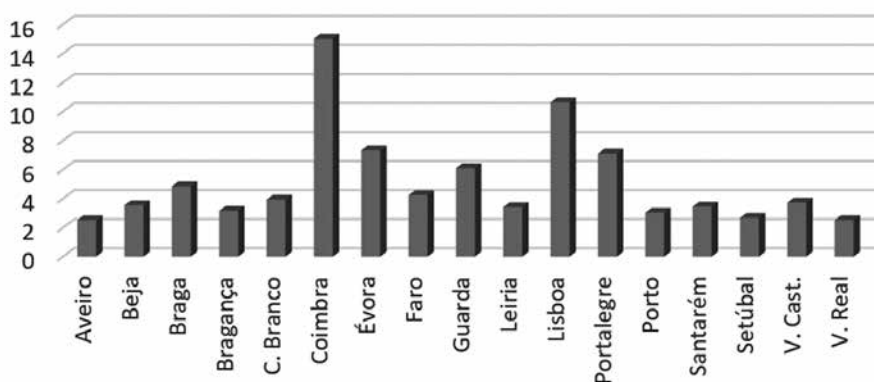


Fig. V, 13 - Camas hospitalares / 1000 habitantes: 1973

Fonte: M.P.C.E., 1987

sanguessugas e mezinhas, às rezas e defumações comuns à medicina popular cujas tradições ainda são recordadas em alguns recantos da nossa terra.

Ao tempo as carências da população necessitada iam além da prestação de cuidados de saúde oficial e por curandeiros, incluindo a ajuda alimentar e esmolas aos mendigos que deambulavam pelo país. Entre as medidas destinadas a esse fim cita-se o Decreto-lei de 3 de janeiro de 1837, promulgado pela Rainha D. Maria II que cria o Conselho de Saúde Pública, subordinado à Repartição dos Negócios do Reino, a quem compete (Art. 6º): “*a fiscalização superior em tudo o que respeita aos diversos ramos de saúde; a saber: 1º Educação física dos habitantes, 2º Prática de medicina, Cirurgia e Pharmacia, 3º Policia médica*”. Em 1868 este Conselho é substituído por uma Junta Consultiva de Saúde Pública, integrada na mesma Secretaria, havendo mais desenvolvimentos no decurso da Regeneração e no final da monarquia. É neste contexto que a luta contra as deficientes condições de assistência na saúde e à população empobrecida ganham maior relevo, sobretudo na capital e nas cidades mais populosas.

O exemplo da peste é, apenas, uma das muitas doenças que periodicamente afetavam a nossa população. A este respeito Graça (1999)¹⁶⁴ dá conta das grandes epidemias que grassaram em Portugal e que passaram a ser atacadas por medidas da Monarquia Constitucional nomeadamente a tuberculose, febre pneumónica, cólera, febre amarela, febre tifóide, tifo, varíola e a peste bubónica que periodicamente atingiram as grandes cidades, particularmente Lisboa e o seu porto aberto que acolhia doentes infetados com estas doenças e que rapidamente se propagavam por entre os habitantes. Já nas regiões rurais as moléstias mais frequentes, como as febres intermitentes, estavam associadas ao paludismo ou malária induzida pela plantação do arroz nas baixas alagadas dos campos do Mondego e do Lis, do Tejo e do Sado e de outros cursos de água onde a estagnação das águas paradas, associadas às cheias periódicas de inverno, incapacitavam e provocavam baixas na população residente.

Igualmente em áreas de maior humidade e afetadas por crises alimentares, a tuberculose - “*peste branca*” - constituiu uma das doenças endémicas da população portuguesa que as medidas profiláticas da época contemporânea permitiram debelar garantindo melhores condições de habitabilidade, alimentação, vida e

164. Graça, Luís (1999). Saúde e terror no Antigo Regime - <https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos15.html> 20MAI21

trabalho. Para além desta, Longo (2014) identifica outras doenças consideradas “contagiosas” durante o período medieval como a epilepsia, sarna, erisipela, antraz, tracoma e lepra, as doenças venéreas e as doenças comuns algumas delas associadas ao consumo do álcool que se agravavam com as crises epidémicas e/ou de subsistências, causando elevadas perdas da população designadas por crises de mortalidade (cf: Barbosa, 2001). Destas a peste negra (1348), extensiva a toda Europa e país e no início do século XX, a gripe espanhola, foram duas dessas enfermidades que atravessam a Idade Média e o antigo regime, continuando depois da instauração das primeiras medidas profiláticas do regime vigente depois da revolução liberal.

Sobre este tema Graça (2000)¹⁶⁵ assinala que foi no domínio da saúde pública e não no hospitalar que incidiram as preocupações da Monarquia Constitucional, a saber:

- *“A vulgarização da vacinação como forma de prevenção da varíola;*
- *A proibição dos enterramentos nas igrejas e capelas;*
- *A matrícula e o exame médico das prostitutas;*
- *A fiscalização sanitária dos estabelecimentos de beneficência (incluindo os hospitais) e de educação;*
- *As primeiras preocupações com os estabelecimentos fabris ou os estabelecimentos incómodos, insalubres ou perigosos;*
- *A criação de uma rede concelhia de inspectores sanitários;*
- *O sistema de vigilância e de informação epidemiológicas;*
- *O combate ao charlatanismo;*
- *O desenvolvimento do ensino médico e cirúrgico;*
- *As medidas preventivas mandadas executar por todo o país sempre que pairava a ameaça das epidemias (nomeadamente a cólera e a febre-amarela)*
- *A luta contra a tuberculose, etc.”.*

Depois de diversas iniciativas orientadas para a beneficência – nomeadamente a criação, em 1899, da Direcção Geral de Saúde e Beneficência Pública - para a prestação em caso doença e incapacidade traduzidas na criação das Associações de Socorros Mútuos, foi registada a reforma sanitária de 1899-1901 protagonizada por Ricardo Jorge (Graça, 2019, p. 116) que introduziu em Portugal “*os conceitos*

165. Graça, L. (2000): Assistência pública e Filantropismo privado no século XIX. - <https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos100.html> 24MAI21

do moderno sanitário, em franco desenvolvimento em países como a Inglaterra e a Alemanha, pioneiros da revolução e urbana". Foram então criados serviços de saúde centrais (Inspeção Geral dos Serviços Sanitários, Repartição de Saúde e Conselho Superior de Higiene Pública) e "externos" (as chamadas autoridades sanitárias) e tomadas outras medidas relacionadas com o ensino da profissão médica e o alargamento das áreas de intervenção neste domínio.

Neste processo de desenvolvimento da saúde e da assistência pública durante o período de referência, Graça (2000) dá conta do seguinte:

"De 1901 data a criação da Direcção-Geral de Saúde, graças à reforma pioneira (mas com poucos ou nenhuns efeitos práticos) de Ricardo Jorge (1858-1939) que, já em 1884, propunha uma Higiene social aplicada à nação portuguesa. Com os inevitáveis desfasamentos de calendário em relação ao resto da Europa Ocidental, assiste-se nas últimas décadas do Séc. XIX ao desenvolvimento da medicina e à unificação da profissão médica. Mas já anteriormente tinha sido fundada a Sociedade das Ciências Médicas (1822), e criadas as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto (1836) que, com a República, darão lugar às Faculdades de Medicina de Lisboa e Porto (1911).

No plano económico e social, este período é caracterizado por um incipiente processo de industrialização, pela emergência de uma classe operária (e, com ela, os fenómenos sociais da proletarianização e da urbanização) e, mais tardiamente ainda, pelo aparecimento das primeiras, embora tímidas e inoperantes, medidas de protecção social da população trabalhadora, já no final da monarquia constitucional (1820-1910) e durante a relativamente curta vigência da República (1910-1926).

Todavia, o direito à saúde só será reconhecido, entre nós, em 1971, já em plena crise do Estado Novo (1926-1974) (...)".

As calamidades públicas decorrentes da aglomeração humana em locais sem esgotos ou água sucedem-se no final de Oitocentos a "peste bubónica" do Porto, em 1899, sendo controladas por iniciativa do médico sanitário, Ricardo Jorge, que vai ter um papel relevante na promoção de medidas de apoio à saúde da população urbana, primeiro na cidade invicta e depois na capital, influenciando a luta contra as debilidades sanitárias da população portuguesa. Para além destas causas e da guerra a incidência de mortalidade elevada em diversas regiões do país ou restrita a determinadas áreas rurais e muralhadas, justifica as perdas de popu-

lação portuguesa sempre agravadas pelos movimentos migratórios para o exterior. Nestas circunstâncias o recurso a um anécdota popular dá conta da dimensão de cada uma dessas contrariedades: “*Da fome, da guerra e da peste (...) e do bispo da nossa terra, ‘libera nos, Domine!’*”

Em diversos períodos desta análise é possível reter valores da mortalidade geral que de uma forma global acompanham, embora tardiamente, os efeitos da revolução industrial na Europa caracterizada pela utilização de novas fontes de energia a vapor, de matérias-primas e de alterações significativas na distribuição da população e sua atração pelos centros mineiros, industriais e urbanos criados desde então. Em Portugal o fenómeno manifestou-se primeiramente nas cidades de Lisboa e do Porto com forte atração da população rural por esses centros onde se fixaram indústrias manufatureiras, comércio e oportunidades de trabalho, nomeadamente serviços domésticos e outras tarefas pouco especializadas que intensificaram as migrações internas e externas.

No que respeita ao movimento natural da população a transição de Setecentos para a centúria seguinte assinala o início de uma redução gradual da natalidade e da mortalidade, que no caso português baixou de valores da ordem dos 35‰ nos finais do século XIX para cerca de 29‰ no final dos anos trinta, tendência continuada nas décadas seguintes. Por sua vez a mortalidade, acima de 20‰ até ao começo do século passado, manteve valores elevados nos finais da segunda década de Oitocentos reduzindo-se gradualmente desde então. Associada a esta questão importa assinalar que no final da monarquia, em 1910, a taxa de mortalidade infantil era superior a 200‰, valor que baixou para 155‰ no início dos anos vinte e que na transição da primeira metade para a segunda metade de Novecentos, em 1950, atingiu valores de 94‰ com tendência decrescente nas décadas seguintes.

A evolução decrescente destes valores, acompanhada de um alargamento crescente da esperança de vida à nascença - que nos finais do século XIX não atingia sequer os 40 anos de idade - tem a ver com o avanço da bacteriologia por Koch e Pasteur sobre a tuberculose e a raiva, com a descoberta da penicilina por A. Fleming, a evolução dos cuidados e a formação médica, com o aumento da rede e cuidados hospitalares, da assistência pública e termal, esta herdeira de uma longa tradição da cura de águas em Portugal. O recurso a águas medicinais para efeito de cura de afeções de pele, ossos, maleitas bronco-pulmonares e outras constitui

uma prática desde o tempo de Hipócrates de Cós (-460 a -370 a.C.) e da expansão do pensamento pioneiro expresso na obra “*Dos ares, águas e lugares*” e dos efeitos ambientais sobre a doença.

Sobre este assunto assinalou Vasconcelos (1928.I, p. 264) a antiguidade do seu uso associado a práticas de veneração e a crenças remotíssimas “*de que nelas, e bem assim noutros elementos da Natureza, existe imanente um poder oculto e força maravilhosa e impessoal (...)*”. Daí a sua utilização em banhos desde o tempo dos romanos e os vestígios encontradas em grande número de estâncias termais e da sua utilização por esse povo, tais como (op. cit., p. 269-270): Vizela, Chaves (*Aquae Flaviae*), Lisboa (*Olisipo*), Taipas, Monte Real, Peras Negras (Penafiel), Braga (*Bracara*), Vidago, Caldelas e muitas outras. Entre nós a utilização da água de origem termal e marinha como recurso medicinal desde o tempo dos romanos, é confirmada nos alvares da nacionalidade quando D. Afonso Henriques decidiu, após a razia em Badajoz, estacionar nas termas de Lafões, conhecidas por Banho¹⁶⁶, e aproveitar as propriedades da água desse lugar onde mandou fazer obras de beneficiação na gafaria e construir uma capela dedicada a S. Martinho.

A prestação de cuidados de assistência e saúde durante o período medieval e início do Renascimento (Rodrigues, 2013, p. 13) cabia a “*casas religiosas, orientadas por matrizes espirituais bem definidas e pontuadas pelos conceitos de pobreza e de caridade*”. A alteração para que estes serviços, dispensados por hospitais, viesse a considerar estas entidades como “*casas de assistência*” (loc. cit.), modelos do “hospital moderno”, verificou-se aquando “*da fundação do hospital de Nossa Senhora do Pópulo, nas Caldas da Rainha, e do hospital Real de Todos os Santos, em Lisboa. As restantes estruturas hospitalares (re)fundadas nos inícios do século XVI seguiram os modelos de organização dos primeiros*” em termos de princípios, missão, dimensão, organização e funcionamento. Concretizou-se através da criação de pequenas unidades orientadas essencialmente para fins assistenciais e prestação de cuidados a enfermos a cargo da Igreja e privados.

Em 1485 com a fundação do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo (Rodrigues, op. cit., p. 59), “*segundo a tradição romana dos banhos que, conquanto esvanecida na Idade Média, não tinha desaparecido por completo*”, D. Leonor assegurou o funcionamento de

166. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69845> 15JAN22

“um dos exemplos mais representativos da história da hidroterapia em Portugal. Se por um lado a cura através das águas termais não era original, por outro, era totalmente ignorada a fundação de um hospital com regulamento, profissionais médicos, administrativos e religiosos em serviço contínuo, dispondo de espaços de alojamento distintos conforme o género e o estatuto social dos enfermos e, por último, um hospital que, por ser termal, estava aberto apenas durante os meses da primavera e do verão, isto é, entre abril e setembro de cada ano”.

A exemplo das Caldas da Rainha o aproveitamento das águas medicinais estendeu-se a diferentes povoações do reino, nomeadamente à cidade de Lisboa, onde em 1716 foram abertas as Alcaçarias do Duque (Alfama), e outras, nomeadamente as dos Monges de Alcobaça, alimentadas por águas cloretadas bicarbonatadas – próprias para reumatismos e doenças de pele – surgindo *“em linha recta desde a Fonte da Telha, zona ribeirinha da Alfama, até ao Mouchão da Póvoa, tudo sugerido resultar de uma série de fracturas, em consequência da tectónica da região de Lisboa”* (Amaro, 03)¹⁶⁷. Conjuntamente com estas nascentes, os veios de água foram aproveitados para construção de tanques de lavadeiras e chafarizes públicos. A indicação dos banhos quentes de Lisboa está referida nos trabalhos de Al-Idrisi que a propósito desta cidade assinala o seguinte¹⁶⁸: *“Lisboa está edificada na margem setentrional do rio Tejo (...). Esta formosa cidade alastra-se ao longo rio; está cercada de muralhas, e tem uma cidadela. Ao centro da cidade estão as fontes de água quente, que conservam o mesmo calor no inverno e no estio (...)”*.

Para além da cidade de Lisboa o aproveitamento das águas medicinais generalizou-se a partir do século XVIII a outros pontos do país destacando-se, a propósito, os seguintes: Gerês (1735), Estoril (1787/88), Monção (1801), Caldelas – Amares (1803), S. Jorge - Sta. Maria da Feira (1805), Monte Real (1806), Chaves (1807), Sulfúrea – Fronteira (1817), Monte da Pedra – Crato (1819), Touca – Fundão (1840), Piedade – Alcobaça (1840), e outras localidades. Este foi um processo contínuo que até finais do século XIX compreendia uma rede de mais quatro dezenas de banhos termais construídos desde então até à publicação da Lei das Termas de 1892 e de 1894¹⁶⁹ que regulam o termalismo e o aprovei-

167. Alcaçarias (grupo da Alfama) - http://www.aguas.ics.ul.pt/lisboa_alcacias.html 26MAI21

168. http://www.bdalentejo.net/BDAObra/obras/78/BlocosPDF/bloco18-165_174.pdf 26MAI21

169. <http://www.arquitecturasdasaude.pt/main/termas.html> 26MAI21

tamento das nascentes de águas minerais em Portugal ¹⁷⁰. Ainda no decurso da Monarquia Constitucional esta lista foi aumentando prosseguindo nos tempos mais próximos com a criação e remodelação de novos centros de lazer num processo marcado pela adesão popular aos banhos e à cura de águas garantida por profissionais e equipamentos especializados.

Para além da cobertura e da natureza da assistência às populações o nível de instrução pode ser considerado como referencial do bem-estar dos habitantes do reino em períodos distintos. Em estudo recente coordenado por J. F. Ribeiro (F.C.G., 2021, p. 13) reconhece o autor que “*a educação é um indicador portador de futuro porque influencia os comportamentos demográficos e produz mais-valias no estado de saúde individual e coletivo*”. Justifica-se por isso que atendamos, mesmo no passado mais distante, aos traços fundamentais da instrução pública ao tempo da monarquia e nas décadas seguintes.

A construção da rede de estabelecimentos de instrução pública, designada por Escolas Menores de Instrução Primária, no continente e ilhas, publicada pelo monarca D. José – Lei nº 06 de novembro de 1772¹⁷¹ determina: “*em cada huma das Comarcas, e das Cidades, e Villas dellas, que podem constituir huns Centros, nos quaes os Meninos, e Estudantes das Povoações circunvizinhas possam ir com facilidade instruir-se*”. Esta relação inclui o total de mestres a recrutar bem como a sua distribuição no reino de Portugal e Algarve (províncias, comarcas e terras que não são cabeça de comarca) nas ilhas (Madeira, Terceira e S. Miguel), na América (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Mariana, S. Paulo, Vila Rica, S. João de El’ Rei, Pará e Maranhão), em África (Cabo Verde, Príncipe, Angola e Moçambique) e na Ásia (Goa e Macau).

Até à construção da rede nacional de estabelecimentos de instrução pública do ensino primário e secundário, a partir da segunda metade do século XIX o ensino religioso em seminários e conventos constituía a principal oportunidade de aprendizagem da população jovem antes do exercício das suas funções como clérigos regulares ou como missionários além-mar. Após a revolução liberal a preocupação com o aumento da instrução da população portuguesa ficou inscrita

170. <https://arquitecturasdasauade.wordpress.com/cronologia-das-termas-portuguesas-3/> 26MAI21

171. Legislação Régia: Assembleia da República - <https://legislacaoeregia.parlamento.pt/Pesquisa/?q=ensino&cf=subject&ts=1> 14JUL21

na Constituição Política da Monarquia Portuguesa decretada pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, aprovada em 1822, que determinou:

“Art. 237º: Em todos os lugares do reino, onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas, em que se ensine a mocidade Portuguesa, de ambos os sexos, a ler, escrever e contar e o catecismo das leis religiosas e civis.

Art. 238º — Os actuais estabelecimentos de instrução pública serão novamente regulados, e se criarão outros onde convier, para o ensino das ciências e artes”.

Nesta época a baixa escolarização dos habitantes constitui uma das marcas da sociedade tradicional portuguesa. A instrução pública dividida em três ramos: Primária, Secundária, Superior e a Educação especial em Belas artes, contemplava ainda o Ensino especializado para o exército e marinha. Em meados do século XIX o ensino industrial não estava ainda desenvolvido, reclamando-se a sua organização por *“ter um efeito directo e poderosos no desenvolvimento da riqueza pública”* (Decreto de 30 de dezembro de 1852) e das instalações fabris, em particular nas cidades de Lisboa e do Porto onde se concentrava. O seu alargamento a outros centros industriais do país será registado na década de oitenta na Covilhã, Coimbra, Caldas da Rainha e alargamento da rede de instalações na capital e na cidade invicta. Por sua vez o Ensino religioso era assegurado nos seminários e conventos que preparavam para a vida religiosa tendo sido encerrados no início da revolução liberal, 510 conventos, *“sendo 380 de frades e 130 de freiras”* (Pery, 1875, p. 276). Em 1873/74 havia 13 estabelecimentos de instrução eclesiástica com cerca de meio milhar de alunos internos e de um milhar de alunos externos, dependentes do Ministérios dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça.

Já no início do último quartel desse século, por volta de 1875, a instrução superior era oferecida na Universidade de Coimbra, na Escola Politécnica de Lisboa e na Academia Politécnica do Porto, na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, do Porto e do Funchal, no Curso Superior de Letras em Lisboa, na Academia de Belas Artes de Lisboa e na Academia de Belas Artes do Porto. O ensino da música era assegurado pelo Conservatório Real de Lisboa.

**Quadro V, 19 - Instrução primária e secundária:
distribuição e frequência: 1848 e 1851**

Província	Instr. Primária: Alunos			Instr. secundária: Alunos		
	Cátedras	1848	1851	Cátedras	1848	1851
Minho	205	9962	8368	31	787	689
T. os Montes	125	4291	348	20	266	41
Beira	408	12121	16092	48	919	1336
Estremadura	236	5204	5110	50	602	531
Alentejo	113	3056	2490	25	161	150
Algarve	29	610	974	8	70	113
Madeira	14	696	762	6	95	56
Açores	39	826	2271	22	101	422

Fonte: Pery, 1875

O financiamento destas entidades era suportado pelo Ministério do Reino e da Instrução Pública, designação que vai manter até 1936 quando passou a designar-se por Ministério da Educação Nacional. Por sua vez cabia a outros ministérios a responsabilidade de financiamento da Escola do Exército e do Colégio Militar, da Escola Naval, do ensino agrícola elementar e do Instituto Geral de Agricultura, do Instituto Industrial de Lisboa e do Instituto Industrial do Porto. A frequência de alunos na Universidade de Coimbra orçava um milhar de alunos, valor que superava o de alunos matriculados nos restantes ramos de ensino.

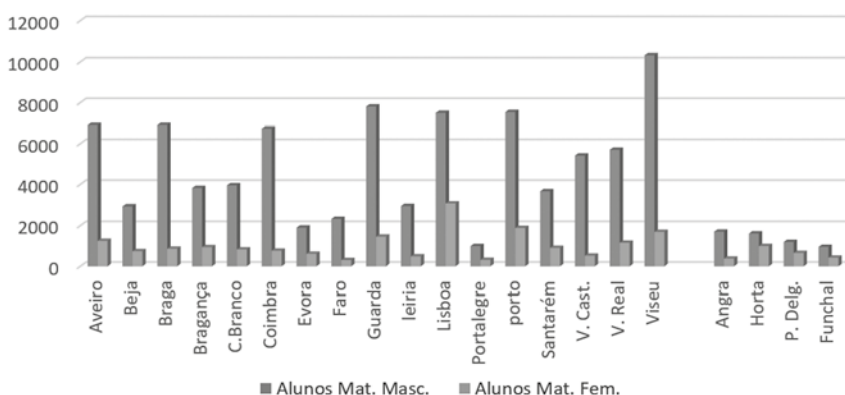


Fig. V, 14 - Alunos matriculados em escolas primárias oficiais: 1871-1872

Fonte: Pery, 1875

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Quanto à instrução Secundária o total de alunos em 1873/74 era de 2,3 milhares no continente – inferior ao total de alunos matriculados da ordem dos 5,9 milhares – diferencialmente repartidos por Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Évora, Santarém, Viseu e Funchal que à data constituíam a rede de liceus de 1ª Classe. Nos demais distritos tinham sido criados liceus de 2ª classe cujas aulas (Pery, 1875, p. 236), “*espalhadas em diversas vilas do continente e ilhas adjacentes*”, lecionavam 1º e 2º ano de Português, Latim, Latinidade, Francês e Inglês. Para o final da primeira metade do século XIX (em 1875), os valores recolhidos por Ayala (1855, p. 316) sobre as cátedras e alunos nas diversas províncias do reino: instrução primária e instrução secundária nos anos de 1848 e de 1851 permitem conhecer essa distribuição e frequência.

A realização dos recenseamentos da população realizados a partir de 1864 dão a conhecer o nível de instrução da população portuguesa ao nível do distrito e a sua evolução no tempo. Tal permite tomar consciência da “chaga do analfabetismo” e alicerçar programas da sua erradicação levados a cabo durante o Estado Novo e, sobretudo, no decurso do regime democrático. As fontes de então intercalam-se depois de 1864 com outras referências censitárias que permitem identificar situações relacionadas com a evolução da rede escolar.

Quadro V, 20 - População legal e instrução elementar: 1864

Distrito	Pop. legal	Escolas (Total)	Alunos (Total)	Al/Escola Mascul.	Femin.	F/100V*
Aveiro	251928	121	5597	48.9	56.4	9.9
Beja	140368	81	2389	34.4	16.7	15.3
Braga	318429	118	5940	50.7	58.8	7.4
Bragança	161459	107	3484	34.4	35.1	11.2
C. Bra.	163165	106	3570	34.0	35.5	26.4
Coimbra	280049	126	4778	40.9	39.3	7.0
Évora	100783	69	2653	38.1	45.6	65.5
Faro	177310	89	2602	33.6	24.1	33.4
Guarda	215995	167	6440	36.8	69.7	16.3
Leiria	179705	87	3181	37.9	37.5	14.9
Lisboa	435522	479	16025	40.8	29.2	81.9
Portaleg.	97796	66	1923	29.5	32.3	25.2

Distrito	Pop. legal	Escolas (Total)	Alunos (Total)	Al/Escola Mascul.	Femin.	F/100V*
Porto	418453	292	9936	40.3	31.7	30.3
Santar,	198282	181	3850	26.8	16.0	49.1
Setúbal	-	-	-	-	-	-
V. Cast.	203721	80	3643	47.3	46.4	6.8
V. Real	218320	131	4929	39.9	44.1	13.1
Viseu	366107	199	8117	40.0	75.1	11.3
<i>T. Cont.</i>	<i>3561285</i>					
Açores	249135	214	7569	50.7	29	57.4
Madeira	110468	61	2630	43.7	47.6	76.8
<i>T. Geral</i>	<i>3920888</i>	<i>2774.</i>	<i>99256</i>	<i>39.9</i>	<i>31.3</i>	<i>29.3</i>

*Fêmeas por 100 varões

Fonte: População: Censo de 1878. Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, XII

Nesta data os valores relativos à instrução elementar dão a conhecer o alcance das medidas destinadas à escolarização da população portuguesa e a algumas medidas oficiais tendentes ao seu incremento e generalização, em particular na instrução básica. De acordo com Pery (1875, p. 238) a instrução primária integra “*duas escolas normaes primárias, uma para o sexo masculino, outra para o feminino, creadas por decreto de 14 de dezembro de 1869, cujo fim é abilitar professores para a instrução primária*”. Quanto às escolas públicas o seu número ascendia, em 1874, a 2.445, das quais 1.987 para o sexo masculino e 458 para o sexo feminino. Desta desproporção de estabelecimentos resulta a desigual repartição entre os alunos do sexo masculino e os de sexo oposto em todos os distritos do continente e nas ilhas tal como assinala Pery (1875, p. 238) e a desproporção da oferta para os alunos do sexo feminino cuja missão era, fundamentalmente a de constituir família e serviços domésticos, tendência que gradualmente foi decaindo a favor da maior instrução e valorização cultural da mulher.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Quadro V, 21 – População de facto e instrução elementar: 1890

Distrito	1890	Analfab		Sabem ler		Sabem ler e esc.	
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Aveiro	287437	94185	143862	3024	1560	34032	10774
Beja	157571	66301	66889	1451	1044	13422	8464
Braga	338308	105582	166256	3387	2612	44435	16036
Bragaç.	179678	70250	81723	2153	1387	17546	6619
Coim.	316624	110963	157767	3897	1229	33135	9633
Évora	118408	48424	47935	844	867	12006	8332
Faro	228635	97087	97606	1164	1856	17083	13839
Guarda	250154	89973	117903	3487	1942	27167	9682
Leiria	217278	86678	101852	2391	1694	17800	6863
Lisboa	611168	198271	196067	9568	10475	108158	88629
Portal.	112834	45852	47613	891	740	10867	6871
Porto	546262	157310	235795	7350	6337	90332	49148
Santa.	254844	99024	112939	4220	3343	23248	12070
Setúb.	91587	-	-	-	-	-	-
V. Cast.	207366	53713	105536	2039	1382	35094	9602
V. Real	237302	76137	103155	3227	3819	34448	16516
Viseu	391015	135779	193337	2900	1358	431134	14507
Açores	255594	89624	107119	2802	6886	22910	26250
Madei.	134040	54584	58635	989	2478	8127	9227
T. Ger.	5049729	1762842	2238115	58076	52531	609371	328744

Fonte: Censo da População do Reino de Portugal. Lisboa, Typographia da “A Editora”, 1906

A reflexão oportuna de Guerra Junqueiro (1890 – V): “*É negra a terra, é negra a noite, é negro o luar. / Na escuridão, ouvi! Há sombras a falar*”, relativa à situação geral do país e a alguns dos setores mais importantes, como o ensino - “*Falam as Escolas em ruínas*” -, antecipa uma longa evolução do sistema de ensino público:

“A alma da infância é um passarinho;

Gorgeia o ninho e a escola chora:

Na infância cae a noite; e o ninho

Tem sobre as plúmulas d’arminho

A Aurora.

*A alma da infância é flor mimosa;
 A escola é triste e a flor vermelha:
 Na escola paira a c'ruja odiosa,
 E sobre o calice da rosa
 A abelha*

*Tu fazes, Patria, as almas cegas,
 Prendendo a infância n'um covil.
 Aves não cantam nas adegas;
 Se a infância é flor, porque lhe negas
 Abril?!*

Os dados relativos à instrução elementar em 1911 permitem conhecer a evolução da escolarização da população portuguesa nos alvares da 1ª república.

Quadro V, 22 – População de facto e instrução elementar: 1911

Distrito	Total	Analf. Masc.	Analf. Fem.	Sabem ler Masc.	Sabem ler Fem.
Aveiro	326243	91930	157088	56722	26503
Beja	192499	79474	82058	18562	12405
Braga	382276	112172	177923	61758	30123
Bragança	192024	71364	85470	23945	11899
C. Branco	241184	91427	112179	25945	11633
Coimbra	359387	109140	175025	53760	21462
Évora	148295	58336	60669	17137	12153
Faro	272861	109456	114616	23768	25021
Guarda	271616	92118	125809	35781	17908
Leiria	262632	96003	123163	30181	13385
Lisboa	852354	244731	265368	183227	159028
Portaleg.	141481	55185	60563	15472	10260
Porto	679540	181926	274222	132080	91312
Santarém	3257752	117711	142611	42080	23423
Setúbal	166263				
V. Cast.	227250	59846	112611	39190	15756
V. Real	245547	77690	107029	37277	23551

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Distrito	Total	Analf. Masc.	Analf. Fem.	Sabem ler Masc.	Sabem ler Fem.
Viseu	416744	132893	202735	55896	25220
Açores	242565	83414	90469	27875	40807
Madeira	169783	68014	72492	12708	16369

Fonte: Censo de 1911

Quanto ao ensino secundário no termo de Oitocentos o reino dispõe de 18 liceus, um em cada uma das capitais de distrito e na cidade de Lamego. Divididos em 2 classes, pertencem à categoria de 1ª classe os liceus de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Évora, Santarém, Viseu e Funchal. Regista o mesmo autor (Pery, 1875, p. 236) que “*as aulas de instrução secundária, espalhadas em diversas vilas do continente e ilhas adjacentes, e nas quaes se leciona 1º e 2º ano de português, latim, latinidade, francês tiveram a seguinte frequência nos três últimos anos*”.

Para além da rede de estabelecimentos de instrução primária e secundária contamos com outros estabelecimentos de ensino (op. cit., p. 236), tais como:

- Real Colégio Militar de Lisboa, destinado a “*recompensar os serviços dos oficiais do exército e armada, fornecendo ensino gratuito aos seus filhos, e habilitar estes com uma educação militar*”;

- Escola Industrial do Porto, criada depois da legalização da Associação Industrial do Porto, em 1852, e por isso designada por Escola Industrial Portuense, com 15 cursos distintos;

- Ensino Agrícola elementar através da criação de quintas regionais, de estações experimentais e de cursos elementares de agricultura nos liceus;

- Ensino Agrícola Superior assegurado pelo Instituto Geral de Agricultura, criado em 1852 e alargado em 1855 com o ensino de Veterinária.

Sobre a designada instrução especial, compreende os seguintes estabelecimentos de ensino:

- Academia de Belas Artes de Lisboa, com origem na Aula de Desenho, criada em 1781;

- Academia Portuense de Belas Artes, com origem na aula de Debuxo e Desenho, criada em 1779;

- Conservatório Real de Lisboa;

- Instituto Industrial de Lisboa, com ensino industrial e comercial e oferta de

cursos (Pery, 1875, p. 241) de instrução geral de operários, diretores de fábricas, oficinas industriais, mestres e contramestres, condutores de obras públicas, condutores de máquinas e fogueiros, telegrafistas, mestres-de-obras, construtores de instrumentos de precisão, curso elementar de comércio, curso completo de comércio.

Quanto à instrução superior, desde o século XVI que contava também com a Universidade de Évora, autorizada pela Bula ‘Cum a nobis’ de abril de 1559¹⁷², “*com direito a lecionar todas as matérias, exceto a Medicina, o Direito Civil e a parte contenciosa do Direito Canónico. A inauguração solene decorreu no dia 1 de novembro desse mesmo ano (...)*” nas instalações do Colégio do Espírito Santo entretanto construído. As principais matérias ensinadas eram: Filosofia, Moral, Escritura, Teologia especulativa, Retórica, Gramática e Humanidades. Entretanto (loc. cit.), “*No reinado de D. Pedro II viria a ser introduzido o ensino das Matemáticas, abrangendo matérias tão variadas como a Geografia, a Física, ou a Architectura Militar. O prestígio da Universidade de Évora durante os dois séculos da sua primeira fase de existência confundiu-se com o prestígio e o valor científico dos seus docentes. (...) Em 8 de Fevereiro de 1759 (...) a Universidade foi cercada por tropas de cavalaria, em consequência do decreto de expulsão e banimento dos jesuítas*”, e encerrada.

Nos finais do século XIX esta rede está representada pelos seguintes estabelecimentos de ensino:

- Universidade de Coimbra (Cursos de Teologia, Direito, Curso administrativo, Medicina, Matemática, Filosofia e Desenho);
- Escola Politécnica de Lisboa (Ensino de Matemáticas superiores; História natural e Economia Política) e Escola Politécnica do Porto, com a oferta de cursos idênticos aos de Lisboa;
- Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa, Porto e Funchal. As duas primeiras vieram a dar origem à faculdade de Medicina na capital e na cidade invicta;
- Curso Superior de Letras, criado em 1861 em Lisboa destinado à formação superior em Filosofia, História e Estudos Literários que veio a dar origem à Faculdade de Letras após a implantação da república.

Por sua vez a instrução militar de nível superior está representada:

172. Universidade de Évora - <https://www.uevora.pt/universidade/historia> 25MAI21

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

- Escola do Exército (Pery, 1875, p. 229), escola de aplicação “*onde se habilitam os alunos para os cursos das diversas armas do exército e para a engenharia civil*”;

- Escola Naval, criada em 1845 em substituição da Academia de Guardas Marinhas, criada em 1796.

A diversidade de escolas e a sua orientação para especialidades civis e militares, marcadas pela quase ausência de população feminina e preferencialmente orientada para a Universidade de Coimbra (Carvalho, 1986, p. 638) para onde ocorria “*a grande massa estudantil (...) dos estudos jurídicos, ensaiar a palavra fácil e convincente, cultivar as flores da melhor retórica que os ajudasse a forçar as portas dos tribunais, das repartições públicas, do parlamento*”. A comparação de uma notícia redigida por Dumouriez (1775, p. 212) acerca da Universidade de Coimbra pode sugerir uma reflexão sobre o estado em que se encontrava esta instituição aquando do encerramento da Universidade Eboresense:

“L’Université de Coimbra, la mère des savans en Portugal, est une école barbare, remplie de tous les préjugés ecclésiastiques; on n’y connaît que la philosophie d’Aristote, arrièrre de dix siècles, héritée de tous les sofismes théologiques des premiers savans de l’ère chrétienne & de toutes les subtilités honteuses, déraisonnables absurdes de l’école de la pédanterie”.

Mais ainda (loc. cit.): “*Cette université contient plus de 4000 écoliers, qui passent leur vie dans la dissipation & l’ignorance (...)*”. Estas observações são corroboradas a propósito de uma classe profissional específica, os médicos, que o autor (op. cit., p. 219) considera que praticam a sua arte apenas por rotina ou ainda, da apresentação que faz da corte (op. cit., p. 235), “*fort triste & fort cérémonieuse*”.

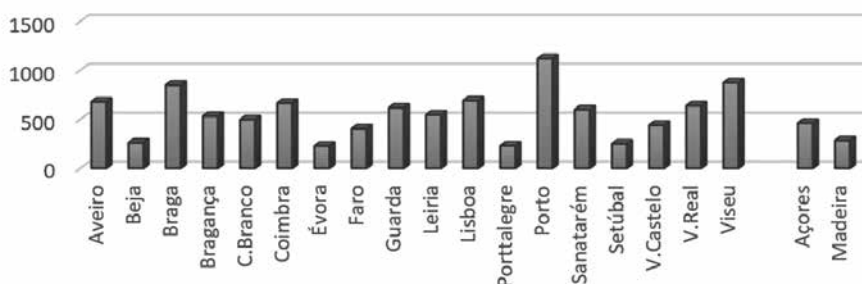


Fig. V, 15 - Estabelecimentos de ensino primário por Distritos: 1950

Fonte: INE

Na data da implantação da república constata-se a necessidade da reforma da mentalidade portuguesa, que muitos consideram só ser possível através da instrução e da educação. Por isso a educação republicana surge como uma “*educação interessada na criação e consolidação de uma maneira de ser português, capaz de expurgar a Nação de quantos males a tinham mantido (...) arredada do progresso europeu, sem força, sem coragem, sem meios para sacudir de si a sonolência em que mergulhara*” (Carvalho, 1986, p. 651).

Algumas circunstâncias pesam negativamente no desenvolvimento deste projeto, nomeadamente no que diz respeito ao peso elevado do analfabetismo: “*Portugal é um país de analfabetos*” contando, em 1911, com 75% da população portuguesa nessas condições. Esse valor desceu em 1930 para 67,8% atingindo em 1950 cerca de metade da população. Por sua vez a rede de escolas primárias, que em 1910/11 ascendiam a 5.552 escolas oficiais do ensino primário, em 1925/26 passaram a 7.126, subindo para dez milhares em 1950 dos quais 2.177 postos de ensino. A estas condições junta-se a ainda a deficiente preparação pedagógica dos professores. No decurso dos primeiros anos da república foram promovidas certas medidas de que se destaca a reforma do ensino primário, em três escalões (Decreto de 29 de março de 1911):

- Elementar (obrigatório, para todas as crianças, entre os 7 e 9 anos),
- Complementar (facultativo, para as crianças dos 10 aos 12 anos),
- Superior (facultativo, para crianças dos 12 aos 14 anos).

Acompanharam esta iniciativa:

- Criação das Escolas Normais Primárias (Lisboa, Porto e Coimbra),
- Manutenção dos Liceus Nacionais centrais (Lisboa, Porto e Coimbra) e dos Liceus Nacionais (1 por cada capital de distrito),
- Criação da Universidade do Porto (22 de março de 1911) com duas faculdades distintas, Ciências e Medicina, completada mais tarde pelas faculdades de Engenharia, Letras, Farmácia e Economia.

O texto de criação da Direcção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial (Preâmbulo) refere, nomeadamente:

“Considerando que um dos primeiros deveres do Estado é assegurar a todos os cidadãos, sem distinção de fortuna, a possibilidade de se elevarem aos mais altos graus de cultura, quando d’isso sejam capazes, por forma que a Democracia

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

constitua (...) aquela forma de estado que permite a cada indivíduo produzir o seu máximo esforço e desenvolver, em toda a plenitude, a sua personalidade (...)”;

“Atendendo, com efeito, a que, para a transformação e desenvolvimento da cultura nacional, no sentido moderno, e para a organização científica da vida económica do País, não basta importar como, até aqui, na sua expressão livresca e em fórmulas já feitas, dos resultados obtidos nas nações mais adiantadas e progressivas, mas se faz mister que a juventude portuguesa assimile, directamente ‘in loco’, os métodos de ensino, de criação e de aplicação das sciências, para os implantar entre nós e criar centros autónomos de cultura nacional (...)”;

Art. 1º: “No território da República, além da Universidade de Coimbra já existente, são criadas mais duas Universidades – uma com sede em Lisboa e outra no Porto”.

Nas décadas seguintes são introduzidas medidas que levam à alteração da rede anterior e à criação de novas faculdades e escolas superiores da rede pública de ensino, em Portugal, Angola e Moçambique, bem como a Universidade Católica e a Faculdade Pontifícia de Braga, no âmbito da Concordata assinada entre Portugal e a Santa Sé em 1940. Na sequência daquele diploma o Decreto com força de lei de 19 de abril de 1911 da referida Direcção-Geral, estabelece as Bases da nova Constituição Universitária definindo o carácter nacional e fins das Universidades, a designação das faculdades e escolas que as integram e as bases da sua organização e administração.

Por sua vez a criação da Universidade Técnica de Lisboa – Decreto nº 19081, de 2 de dezembro de 1930, é justificada (Preâmbulo) pela *“transformação por que neste momento passam todas as nações”*; pela necessidade de *“conjuguar as escolas superiores técnicas mais directamente, umas com as outras, no sentido da finalidade económica colectiva”*, pelo que *“Ao lado das Universidades clássicas, centros de alta cultura e de investigação científica, é tempo de se formarem Universidades técnicas, ensinando como se deve desenvolver a vida económica, com todas as exigências materiais da civilização moderna”*.

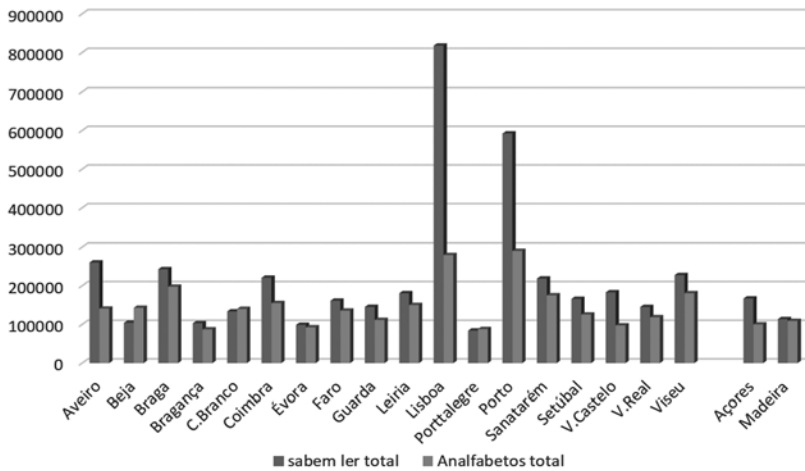


Fig. V, 16 - Habitantes que sabem ler e analfabetos: 1950

Fonte: INE

De acordo com a Base 1ª deste decreto, esta Universidade é “a associação das escolas e institutos superiores que pelo seu poder de investigação e cultura, além da preparação profissional a que são destinados, se propõem acentuar a finalidade superior económica do Estado, estudando os seus problemas mais instantes e pondo consciência na sua ação”. Dela fizeram parte no seu início o Instituto Superior de Agronomia, o Instituto Superior Técnico, o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e a Escola Superior de Medicina Veterinária. Sobre esta situação geral reconheceu Carvalho (1986, p. 678), que “o país real não possuía as condições mínimas para suportar o arranque das providências decretadas, não só por dificuldades económicas que em tudo tinham reflexo, como também por carência de uma mentalidade disposta a aceitar mudanças de comportamento social”.

O reconhecimento da instrução na evolução da sociedade é referido no I volume do Censo de 1911 (D.G.E., 1923, XII) que a propósito assinala:

”Uma democracia será tanto mais perfeita quanto mais desenvolvida fôr a instrução e a cultura geral do povo. O analfabetismo em Portugal é ainda o inimigo mais terrível da nossa democracia e contra o qual é urgentíssimo que a República faça o mais decidido e enérgico esforço, procurando, num lapso de tempo relativamente curto, modificar a desgraçada e vergonhosa situação legada pelo antigo regime, que não soube ou não pode fazer mais em prol da instrução primária, deixando-nos entre os países mais atrasados da Europa”.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

A confirmar esta análise está a evolução das percentagens dos maiores de sete anos, sabendo ler, entre 1890 e 1920, a saber: 1920, sabe ler, 34,8% da população: 43,3% varões e 27,5 fêmeas; 1911, sabe ler, 30,3 % da população: 39,2 varões e 22,6%, fêmeas; 1900, sabe ler, 25,9% da população: 35,0%, varões e 17,9 %, fêmeas e em 1890, apenas 24% da população sabe ler, sendo 32,4% varões e 16,5%, fêmeas. Nesta última data, em 1920, os distritos com maior número de população analfabeta – 70,89% da população – são os de Castelo Branco (82,22%), Beja (80,92%), Leiria (79,71%), contrariamente aos de Aveiro (69,50%), Porto (62,53 %) e Lisboa (55,98%) sendo que (D.G.E, 1923, XX-VIII) o analfabetismo de sexo masculino era de 64,37% e o do sexo feminino, na metrópole, de 76,76%.

A evolução do sistema estatístico nacional depois de 1935, com a criação do Instituto Nacional de Estatística, permite aprofundar os dados relativos aos níveis de instrução da população portuguesa, mostrando que a taxa de analfabetismo decresceu até 1950 de mais de 66% em 1920, para 61,8% em 1930, 49% em 1940 e 41,77% em 1950, dos quais, 33,41% homens e 49,27%, mulheres. Entre as medidas executadas referem-se as “escolas móveis” para adultos e os cursos noturnos móveis, criados em 1913 e em 1914, respetivamente, destinados a combater o analfabetismo vigente; a criação da Comissão de Educação Popular (Decreto n.º 16 481, de 8 de fevereiro de 1929). Depois da publicação deste diploma no início do Estado Novo foram criados “*cursos noturnos para difusão dos primeiros conhecimentos do ensino primário*” (Decreto nº 18724, de 5 de agosto de 1930 Art. 1º), destinados “*a indivíduos de idade superior a catorze anos, de um ou de outro sexo, podendo a regência dos cursos do sexo masculino ser cometida a professor ou professora e devendo ser cometida a professoras a regência dos cursos para o sexo feminino*” e mais tarde desenvolvidas novas atividades no âmbito da educação de adultos e da sua alfabetização.

Na data da implantação da república constata-se a necessidade da reforma da mentalidade portuguesa, que muitos consideram só ser possível através da instrução e da educação. Por isso a educação republicana surge como uma “*educação interessada na criação e consolidação de uma maneira de ser português, capaz de expurgar a Nação de quantos males a tinham mantido (...) arredada do progresso europeu, sem força, sem coragem, sem meios para sacudir de si a sonolência em que mergulhara*” (Carvalho, 1986, p. 651).

**Quadro V, 23 - População maior de 7 anos,
por nível de instrução e analfabetos: 1950**

Distrito	Populaç. presente	Sabe ler >7anos <i>total</i>	Grau de ensino <i>E.Prim</i>	Completo		Analfabetos		
				<i>E.Sec.</i>	<i>E.Sup.</i>	<i>total</i>	<i>H</i>	<i>M</i>
Aveiro	400102	260078	61017	6023	1589	140823	41823	98182
Beja	247167	104145	22270	1422	509	143004	67917	75087
Braga	440381	242771	49370	5048	1779	197599	68406	131194
Bragan.	190245	103159	24092	1766	668	87086	37130	9956
C.Branco	273720	133620	34344	2616	854	140098	55333	84765
Coimbra	375844	220759	48279	5204	2159	155073	44855	110218
Évora	191335	98824	24202	2712	706	92454	41438	51016
Faro	286881	161316	34921	3468	827	135564	64496	71068
Guarda	256660	145344	38799	2335	821	111605	43950	67656
Leiria	330763	180649	35239	3346	841	150101	53764	96397
Lisboa	1098729	817832	286274	53544	18166	279348	101017	178331
Portal.	172177	84020	23318	1866	565	88153	38076	50077
Porto	882249	592118	172739	21225	6524	290114	95076	195038
Santarém	393976	218616	55694	4299	1276	175345	66628	108717
Setúbal	281345	165895	41041	4348	798	125525	57363	68172
V.Castelo	230397	182887	24882	2208	726	97504	25411	72093
V.Real	263585	145119	31005	2800	939	118453	48814	69644
Viseu	468246	227540	54831	4080	1474	180684	62213	118471
Açores	266952	166977	34060	3433	890	99973	53630	46343
Madeira	222608	113705	19298	2584	723	108900	47269	61631

Fonte: INE

Ao longo deste período assistiu-se a um acréscimo dos valores de escolarização primária, secundária e superior em todo o país, com particular destaque para os distritos de Lisboa, Porto, Coimbra e Castelo Branco em resultado de diferentes medidas de política educativa que antecedem a Campanha Nacional de Educação de Adultos em meados do século passado.

A evolução da procura e oferta da rede escolar e da escolarização da população portuguesa vai-se reduzindo gradualmente até meados do século anterior quando tem lugar a Campanha Nacional de Educação de Adultos, conjuntamente com

o Plano de Educação Popular promovido pelo Estado Novo no decurso dos anos cinquenta. Gradualmente vai-se reduzindo o analfabetismo ao mesmo tempo que se concentram esforços para o acréscimo do nível de escolarização da população portuguesa com as reformas da 1ª República direcionadas para o ensino primário e na 2ª República para o alargamento da rede do ensino liceal e a promulgação do estatuto da instrução secundária (Decreto nº 12425 de 2 de outubro de 1926) e a confirmação da existência de um liceu em cada capital de distrito. Para além da rede estabelecida admite-se o funcionamento do ensino particular e doméstico (Art. 123º do mesmo decreto), como “*o ensino secundário ministrado fora dos estabelecimentos do Estado*”, quando “*ministrado na casa da família do aluno, não sendo a mesma casa de pensão*”, ou seja, o local “*onde vivem mais de quatro alunos que não tenham parentesco entre si ou com o chefe de família*”.

No período do Estado Novo a reforma do ensino liceal de 1936 (Decreto-Lei nº 27084), com a criação da Mocidade Portuguesa vai promover um conjunto de “medidas novas” assentes no “*tronco de um sistema pedagógico que procurará desburocratizar todo o ensino e pô-lo, organicamente, ao serviço da unidade moral da Nação*” (Preâmbulo). No seu enquadramento nacional (Art. 1º) lê-se: “*O ensino liceal integra-se na missão educativa da Família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral, intelectual e física dos Portugueses, nos termos da Constituição, e tem por finalidade específica dotá-los de uma cultura geral útil para a vida*”.

Por sua vez a reforma do ensino profissional industrial e comercial tem lugar em 1948 – Decreto nº 37029, 25 de agosto. Com a publicação do estatuto este tipo de ensino abrange dois ciclos (Art. 1º): 1º grau, ciclo elementar de educação e pré-aprendizagem e o 2º grau, com cursos comerciais e industriais complementares de aprendizagem, formação profissional e de habilitação para ingresso dos institutos da mesma natureza. A sua larga distribuição por diversas localidades, além das sedes de concelho, permitiu o incremento do processo de formação ativa e de democratização do ensino profissional. Esta maior procura do ensino por parte da população em idade escolar foi comum a outros contextos geográficos e sociais europeus e de outros continentes, sendo um fenómeno registado depois da segunda guerra mundial através da “explosão escolar” e da abertura dos sistemas educativos a vastas camadas da população jovem.

Outras medidas tiveram lugar no decurso do Estado Novo:

- Ao nível da escolaridade obrigatória o Decreto-Lei nº 40964 de 31 de de-

zembro de 1956, incluiu a escolaridade oficial até à 4ª classe para alunos do sexo masculino, condição exigida para o ingresso em todas as funções do Estado, para a obtenção da carta de condução de veículos automóveis, a entrada em competições desportivas de carácter oficial ou de campeonato e o desempenho de lugares em entidades de natureza desportiva e associativa.

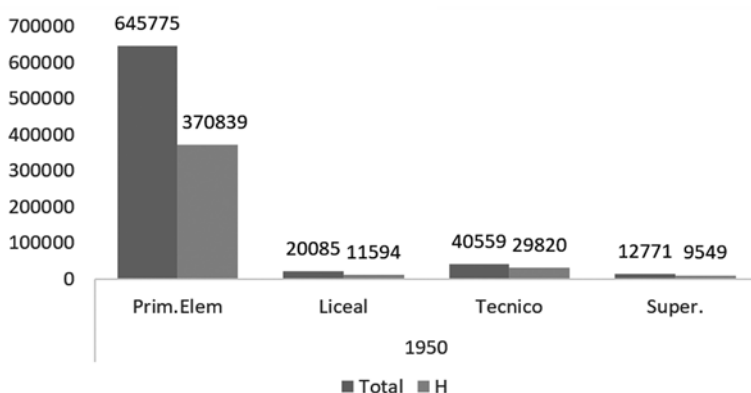


Fig. V, 17 - Distribuição dos alunos por nível de ensino: 1950

Fonte: INE

Ao tempo e aquando do lançamento do Projeto Regional do Mediterrâneo (P.R.M.), elaborado em ligação com a O.C.D.E., o Ministro da Educação de então, Leite Pinto, defendeu (P.R.M., 1964) não ser possível a qualquer nação “*ser considerada como culta se a sua massa produtiva tiver apenas quatro anos de escolaridade obrigatória*”. Daqui resulta a alteração daquela medida em 1964 – Decreto-Lei nº 45810, de 9 de julho – estabelecendo a escolaridade obrigatória de ambos os sexos até aos 14 anos ou até à obtenção da 6ª classe. Assim o determina: “*Artigo 1º - O ensino primário é ampliado, passando a compreender dois ciclos, um elementar, correspondente às atuais quatro classes, e outro complementar constituído por duas novas classes.*

Artigo 2º - O ciclo complementar do ensino primário terminará com a aprovação no exame da sexta classe ou no de admissão ao segundo ciclo do ensino liceal ou a algum dos cursos de formação do ensino técnico profissional”.

- Na sequência desta última medida, em 1967 procede-se à unificação do 1º ciclo do ensino liceal e ciclo preparatório do ensino técnico que passa a constituir (Art. 1º - 2, do Decreto-lei nº 47480 de 2 de janeiro de 1967), “*habilitação*

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

necessária para o ingresso em qualquer ramo do ensino secundário, salvo nos casos exceptuados por lei (...). Em 1968 a criação da Telescola (Portaria 23.529) assegura através da TV a lecionação do ciclo preparatório em postos oficiais, alargando a sua oferta a localidades rurais e o crescimento da população escolar. A gratuitidade deste ensino passa a ser assegurada em 1972.

- Em 1973 a aprovação da Lei nº 5/73, conhecida por reforma Veiga Simão, aprova as bases de reforma do sistema educativo no âmbito da qual se inserem diversas medidas onde se inclui o aumento da escolaridade obrigatória para 8 anos e a criação – Decreto-Lei nº 402/73, de 11 de agosto - da rede de estabelecimentos de ensino superior: Universidades Nova de Lisboa, de Aveiro e do Minho e o Instituto Universitário de Évora, Instituto Politécnicos e Escolas Normais Superiores. A mudança de regime político em 1974 adiou algumas das medidas constantes deste diploma.

Quadro V, 24 - Evolução da população escolar: 1960 a 1974

Ano esc.	Ed.Pré-Esc.	Ens. Bas.	Ens. Sec.	Total
1960/61	6528	1066471	13116	1086115
1961/62	7030	1082665	13858	1103553
1962/83	8039	1100471	14857	1123367
1963/64	9411	1110577	16920	1136908
1964/65	10350	1141982	18540	1170872
1965/66	11271	1152799	19901	1183971
1966/67	12417	1165415	21406	1199238
1967/68	13548	1182345	21736	1217629
1968/69	14536	1262285	23939	1300760
1969/70	15153	1316279	27028	1358460
1970/71	17135	1347887	31994	1397016
1971/72	18687	1378582	33802	1431071
1972/73	18964	1412768	40303	1472035
1973/74	41080	1444883	43653	1529616

Fonte: INE /GEPE., 2009. II, Quadro. A.0.1.0.0

As medidas assinaladas traduziram-se num acréscimo significativo do número de alunos em todo o sistema educativo, de quatro centenas de milhares em todo o

continente e ilhas, com particular destaque para os ensinos secundário e superior que duplicaram os seus efetivos entre o início da década de sessenta e o início da década seguinte. Neste contexto importa assinalar a dimensão do ensino eclesiástico que indiretamente contribuiu, ao nível dos estudos preparatórios, para o acréscimo do nível de instrução de jovens na sociedade portuguesa. Em 1950 o total de alunos inscritos em Seminários religiosos neste ciclo inicial de formação ascendia a 3.708 e os alunos de formação especializada – filosófica e teológica – a cerca de 1,3 milhares. Por sua vez, os aprovados para cursos de regentes escolares foi inferior a uma centena e o número de alunos inscritos no ensino superior: Universidades de Coimbra, de Lisboa, do Porto e Universidade Técnica, conjuntamente com a Escola do Exército, a Escola Naval e a Escola Superior Colonial, ascendeu a 12.771 alunos.

Quadro V, 25 – Alunos matriculados: 1960/61 a 1970/71

	E.Primário		E.Secundário		E.Superior		E.Normal	
	1960/61	1970/71	1960/61	1970/71	1960/61	1970/71	1960/61	1970/71
Aveiro	57898	72722	7684	19757	80	29	170	95
Beja	25374	21074	3477	6552	13	14	83	78
Braga	75469	93330	12536	21615	390	521	382	637
Bragança	26588	23526	3310	7981	52	35	211	246
C. Bran.	31835	26543	7069	12212	17	0	168	103
Coimbra	40175	40753	13710	21947	5537	9221	508	480
Évora	18256	16628	5348	9684	65	213	247	173
Faro	26712	24191	8161	13479	0	0	194	156
Guarda	31102	25822	4262	8529	91	45	294	213
Leiria	42823	44706	6957	15155	76	60	191	269
Lisboa	96750	129617	67138	130430	12816	29825	689	1163
Portaleg.	15259	13321	3073	6142	46	30	163	163
Porto	131321	170241	36827	69135	4385	9051	508	1081
Santarém	41584	42049	10820	22964	53	14	0	24
Setubal	35288	42636	9900	27555	223	174	0	0
V. Cast.	31571	34047	2981	7166	9	15	62	115
V. Real	38532	37917	5007	10128	72	18	315	308
Viseu	54207	56313	6445	12352	113	135	328	305

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

	E.Primário		E.Secundário		E.Superior		E.Normal	
	1960/61	1970/71	1960/61	1970/71	1960/61	1970/71	1960/61	1970/71
Ang. Her.	9876	9920	1552	2420	73	37	55	80
Horta	4732	4082	726	1436	0	0	48	58
P. Delg.	21492	25917	3387	4920	0	0	80	102
Funchal	30381	37091	4651	8631	38	24	107	98

Fonte: INE

O aumento da população escolar em todos os níveis de ensino, sobretudo a partir do final da década de cinquenta duplicou até ao final dos anos sessenta, no que foi correspondido pelo acréscimo de professores: 18 milhares em 1949/50 e cerca de 59 milhares em 1969/70. Nesta evolução a década de sessenta e seguinte, até 1974, registou um acréscimo significativo de alunos na educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário que transcrevemos em quadro anterior (INE / GEPE., 2009. II, Quadro. A.0.1.0.0). Nesta evolução há a salientar o acréscimo de meio milhão de alunos entre 1960 e 1973, reflexo das medidas de política educativa, alimentadas pela marcha das taxas de natalidade, embora tendencialmente menores no fim do período - da ordem de 20%0 - e um acréscimo geral da população escolar decorrente da institucionalização da educação pré-escolar, da extensão da escolaridade obrigatória e do alargamento da rede.

Este aumento foi acompanhado do acréscimo do número de estabelecimentos de ensino e dos recursos humanos alocados à educação. No seu conjunto estes valores respondem à evolução em curso na sociedade portuguesa registada no decurso da segunda metade do século passado, reforçada por um conjunto de recomendações internacionais e de situações internas que apesar do controlo de informação e da ação da polícia política não impediu o desenvolvimento de movimentos de contestação ao regime através da imprensa e da rádio estrangeira, acolhida por parte da população escolar atenta à situação política do país. Por sua vez o ensino superior alimentado pela criação de novos cursos e modalidades de ensino acusa o “efeito de onda” gerado pelo acréscimo de alunos nos outros subsistemas de ensino, a democratização da oferta e da procura e as expectativas geradas pela mobilidade social conferida pela frequência deste subsistema.

Quadro V, 26 – Resumo do sistema de ensino superior: 1960 -1970

<i>Estabelecimentos</i>	<i>1960/61</i>	<i>1964/65</i>	<i>1970/71</i>
E. oficial	28	30	31
E. particular	45	43	38
<i>Pessoal docente</i>			
E. oficial	1 113	1 435	1 805
E. particular	454	482	480
<i>Alunos matriculados</i>			
E. oficial	21 927	29 133	42 849
E. particular	2 222	2 442	3 170

Fonte: INE

Nesta evolução temporal regista-se a duplicação dos alunos matriculados depois de 1960/61 (INE), em particular no ensino oficial que passou a acolher os alunos que haviam completado o ensino secundário. Por sua vez o ensino particular, apesar da quebra de estabelecimentos durante a década de sessenta, viu o número de alunos aumentar em função da criação de novos cursos orientados para as necessidades do sistema, das empresas e da sociedade.

Em 1973 o número de alunos ascendia a 53,6 milhares e a 58,6 milhares em 1974, dos quais 34,9 milhares de alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior no distrito de Lisboa; 12,6 milhares em estabelecimentos idênticos no distrito do Porto e 9,9 milhares no distrito de Coimbra.

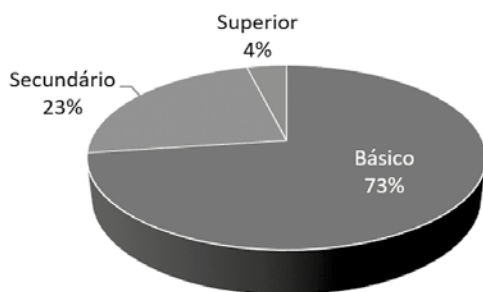


Fig. V, 18 - Repartição dos alunos no ensino básico, secundário e superior: 1970

Fonte: INE

Uma breve nota sobre a distribuição territorial da população escolar em momentos distintos desta evolução permite conhecer certas assimetrias que acompanham a evolução da sociedade portuguesa durante Novecentos e a sua variação recente. Assim:

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

- Para o conjunto de distritos do continente, fora as cidades de Lisboa e do Porto, verifica-se um aumento global do total de alunos matriculados no sistema de ensino, salvo em Beja, Castelo Branco e Guarda, os que primeiramente acusam perdas da população residente e conseqüente quebra da natalidade e da população escolar;

- Nos distritos de Lisboa e do Porto o crescimento da população escolar é particularmente relevante: entre o início da década de sessenta e 1973/74 Lisboa vê a sua população escolar quase duplicar: 180,5 milhares em 1969/61 e 348,9 milhares em 1973/74; no Porto es montante passou de 173,6 milhares para 298, 3 milhares;

- Em relação aos distritos do Atlântico e à exceção do distrito açoriano de Horta, cuja variação é pouco significativa, os demais acusam um acréscimo de alunos durante o mesmo período.

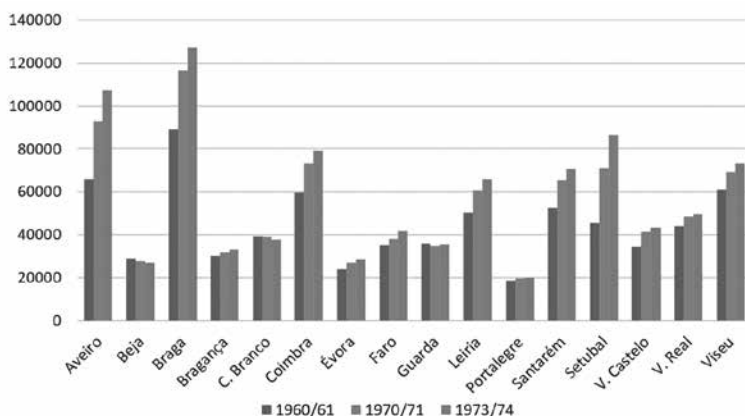


Fig. V, 19 - Total de alunos matriculados por Distrito: 1960/61, 1970/71 e 1973/74

Fonte: INE

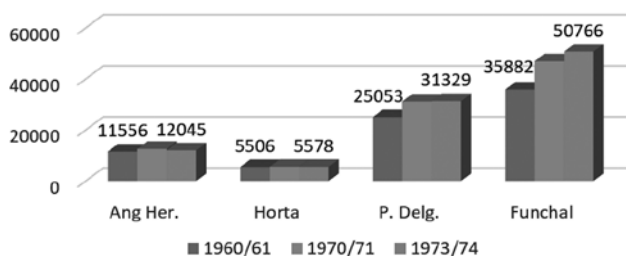


Fig. V, 20 - Total de alunos matriculados na R.A. Açores e na R.A. Madeira

Fonte: INE

O panorama descrito, herdeiro das medidas que gradualmente foram introduzidas no sistema de ensino no sentido de promover a sua democratização e acesso à maioria dos alunos em idade escolar, acompanha a diversidade territorial e as desigualdades sociais postas em evidência por um conjunto de situações e de indicadores que traduzem a procura da educação e as respostas do sistema a esse movimento promotor da mobilidade social das novas gerações de habitantes. O alargamento progressivo da escolaridade obrigatória, da rede de estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, dos modelos de formação docente, aliados à criação de novas oportunidades de emprego e de formação profissional foram determinantes para a procura aumentar correspondendo aos anseios de ascensão e de mudança da população portuguesa através da escola, da mobilidade geográfica, da participação política, da emancipação da mulher, da abertura da sociedade a novos contextos sociais e culturais, tecnológicos e económicos que se acentuaram no decurso do ultimo quartel de Novecentos.

5 – DO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÓMICO

Os detalhes relativos ao desenvolvimento socioeconómico do país que hoje em dia permitem a descrição detalhada do território, da sociedade e das condições de vida dos habitantes, acompanham a construção do sistema estatístico nacional e a recolha diversificada de indicadores indispensáveis a esse tipo de análise. No período a que nos reportamos demos realce à construção das infraestruturas de circulação ferroviária e rodoviária empreendida pela monarquia, aos movimentos dos habitantes, à sua repartição na grei e a iniciativas de fomento para contrariar o mau estado da agricultura e o desprezo dos campos provocado pela emigração. Neste domínio, o traçado da rede ferroviária nacional aproximando as capitais de distrito da capital, permitiu o acesso marítimo ao principal sistema portuário nacional e o desenvolvimento da emigração transoceânica.

A evolução deste fenómeno durante o século XIX é geral, acelerado pelos movimentos de independência das colónias inglesas e francesas da América do Norte. A dimensão da emigração nessa época levou Queiroz (1979, p. 15) a assinalar que esta tenha assumido um *“amplo carácter de universalidade, de espontaneidade e de liberdade, que a tornam um dos factos mais poderosos da moderna actividade*

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

económica, e uma das forças de civilização contemporânea”, facilitado pelas bases de uma sociedade (op. cit., p. 28) nesses domínios. Em época de crescimento da navegação a vapor, observa o autor (op. cit., p. 28):

“Depois o vapor aplicado à navegação começou a facilitar as viagens. A abolição da escravatura nas repúblicas nascentes da América foi uma atracção ao trabalho europeu. O desenvolvimento da marinha mercante abaixou o preço dos transportes. A emigração começou a ser organizada e regulamentada, e assim se formou, se alargou, e criou as suas correntes normaes e permanentes”.



Fig. V, 21 –
Linhas de Caminhos de Ferro
Portugueses (1970)

Como um mal da época, Guerra Junqueiro evoca as amarguras dos emigrantes e de uma “*Finis patriae*” (1891) agonizante e dedicada à “Mocidade das escolas”:

*“Por terra, a túnica em pedaços
Agonizando a Pátria está.
Ó Mocidade, oiço os teus passos!...
Beija-a na frente, ergue-a nos braços,
Não morrerá!” (...)*

*Rasga o teu peito sem cautela,
Dá-lhe o teu sangue todo, vá!
Ó Mocidade heroica e bela,*

*Morre a cantar! ... morre ... porque ela
Reviverá!”*

- Às “*choupanas dos camponeses*”:
*“Pulula a infância na pobreza!...
Campos maninhos!...
E os berços cheios... Que tristeza!
Como é que Deus seca deveza,
Fazendo os ninhos ?!” (...)*”

*“Morreu a vinha, não dá uvas...
É morto o velho camponez...
Pedras levadas pelas chuvas...
Tecto a cahir ... órfãos e viúvas,
Luto e nudez!”*

- Às “*possilgas de operários*”:
*“Creações rotas, sem abrigo...
A enxerga é pobre e a roupa é leve...
Quarto sem luz, meza sem trigo...
Quem é que bate ao meu postigo?
- A neve!” (...)*

*“Lume apagado e o berço em pranto
Na terra húmida, Senhor!
A mãe sem leite ... opae a um canto ...
Quem vem além, torva de espanto?
- A Dor!” (...)*

O conjunto destas evocações enquadra as propostas de realização de fomento apresentadas durante a 1ª República, afetadas como foram pela rotação de governos e pelo grande défice acumulado entre 1909/1910 e 1924/25, compilado por Correia (1926 – Quadro I). Com a revolução nacional de 1926 foi implantada a Ditadura Militar (1926-1933) e depois desta o Estado Novo (1933 a 1974), que assumiu o processo de desenvolvimento socioeconómico assente em conceitos de planeamento económico estruturado em função do “*desenvolvimento da economia nacional corporativa*” (Art. 34º) estabelecido na Constituição de 1933 e das bases de Reconstituição Económica publicadas na Lei nº 1914, de 14 de maio de 1935

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

de 6.500:000 contos a “*executar em projetos fundamentais a executar no período de 15 anos*”.

QUADRO N.º 1

RECEITAS E DESPESAS DO ESTADO
Gerências
Incluindo as despesas da guerra, crise económica e excluindo os serviços autónomos

Valores em contos

Anos	Receitas	Despesas	Saldo ou -defeito	Valor médio da libra
1909-1910	68:239	71:151	— 29:12	5802(5)
1910-1911	66:010	66:303	— 293	4885(4)
1911-1912	64:381	70:281	— 5900	4790(4)
1912-1913	72:575	72:562	+ 13	5209(4)
1913-1914	67:425	62:251	+ 5:174	5229(7)
1914-1915	70:254	95:738	— 25:484	6238(3)
1915-1916	82:603	120:795	— 38:192	6290(3)
1916-1917	84:756	136:120	— 51:364	7244(5)
1917-1918	88:152	175:441	— 87:289	7290(4)
1918-1919	114:482	229:066	— 114:584	7256
1919-1920	182:361	259:438	— 77:077	11254(4)
1920-1921	243:099	431:554	— 188:255	30230(4)
1921-1922	355:838	545:354	— 189:516	45278(4)
1922-1923	511:284	1.012:247	— 501:189	91270(8)
1923-1924	793:094	1.022:612	— 229:518	123213
1924-1925 (a)	1.368:579	1.616:247	— 247:668	113245

(a) Sujeito a rectificação.

NOTA.— Os serviços autónomos do Estado com orçamento próprio são os seguintes:
Correios e Telégrafos;
Caminhos de Ferro do Estado;
Caixa Geral de Depósitos;
Serviços Florestais e Aquícolas;
Pôrto de Lisboa;
Seguros Sociais Obrigatórios.

Quadro V, 27 – Receitas e despesas do Estado

Fonte: Correia, 1926, Quadro I

A Base I desta Lei discrimina os setores a atingir:

“1.º À *defesa nacional, compreendendo:*

a) *A reforma geral do exército e seu armamento, fortificações, edifícios e outras obras militares;*

b) *O prosseguimento da restauração da marinha de guerra (...);*

2.º À *reconstituição económica, abrangendo:*

a) *Conclusão das redes de caminhos-de-ferro e das estradas e construção de aeroportos, sem prejuízo da dotação orçamental estabelecida para as estradas;*

- b) *Portos comerciais e de pesca;*
- c) *Rede telegráfica e telefónica;*
- d) *Rede elétrica nacional;*
- e) *Hidráulica agrícola, irrigação e povoamento interior;*
- f) *Edifícios para escolas e instalação de outros serviços do Estado;*
- g) *Reparações extraordinárias de monumentos nacionais;*
- h) *Trabalhos de urbanização de Lisboa e Porto;*
- i) *Crédito nacional;*
- j) *Outros problemas ou realizações que interessem directamente ao objectivo previsto neste número”.*

A ideia de realização de grandes obras públicas através da realização de “Planos de Fomento”¹⁷³ foi operada nos finais dos anos quarenta de Novecentos, beneficiando da aplicação do Plano Marshall para reconstrução da Europa e da adesão de Portugal, como membro fundador da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), em 1948, que deu origem, em 1961, à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). De acordo com Caldas (1998, pp. 517 e ss), o “1º Plano de Fomento (1953 – 1958)”, considerando, embora o alargamento do “*regadio, sobretudo a sul (...) mediante a criação de explorações agrícolas do tipo familiar, que promovam a cultura intensiva de terrenos até aqui incultos ou cultivados extensivamente*”, promoveu a construção da rede de produção hidroelétrica nacional na bacia do Douro e o arranque da indústria de base: siderurgia, refinação petrolífera adubos e outras. Daqui resultou um “*vultoso investimento previsto para colonização interna*” que se perdeu “*e, quanto ao povoamento florestal, foram depois presentes projectos de arborização de bacias hidrográficas de Obras de Hidráulica Agrícola visando a defesa das albufeiras e a conservação do solo e da água, que nunca foram executados*”.

Por sua vez o “2º Plano de Fomento (1959-1964)” serviu, fundamentalmente (op. cit., p. 520), “*para organizar os serviços públicos de planeamento económico, criando-se o Secretariado Técnico respectivo (...)*”, para dar continuidade à “política industrializadora” do país, considerando, ainda, no caso do setor primário (loc. cit.), obras de “*Viação rural, abastecimento de água e, com forte dotação, a electrificação rural*” consideradas essenciais no “Plano Intercalar” de 1965-1967. Já a

173. ANTT: Planos de Fomento - <https://digitarq.arquivos.pt/DETAILS?ID=3887602> 31JUL21

“Introdução Geral” ao “III Plano de Fomento” (Actas da Câmara Corporativa, 1967, p. 492) indica que este plano intercalar foi concebido “*como instrumento de programação global do desenvolvimento económico-social de todo o espaço português (...) isto é, como grande quadro orientador da evolução da economia e da vida social do País, tanto no que respeita ao sector público como no tocante às actividades privadas*”, contemplando o continente e as províncias ultramarinas. Neste sentido pela ação da Junta de Emigração foi dada particular relevância ao recrutamento de colonos para as províncias ultramarinas - em particular para os colonatos de Cunene e Limpopo - seleção (Boletim da Junta de Emigração, 1959, p. 105) que recaiu “*sobre os mais necessitados, que satisfaçam as condições, e nos concelhos onde se verifica maior excesso de mão-de-obra agrícola*”, em particular no Nordeste Transmontano e na Beira Interior.

Conjuntamente com os distritos do sul alentejano, onde o regime de propriedade é diferente, era nesta faixa raiana que se concentrava a maior parte da população ocupada na agricultura, em áreas de relevo e de solos de fraca qualidade, de produção cerealífera pouco abundante e de pastorícia onde se registam sinais de migrações mais antigas e carências significativas de infraestruturas económicas e socioculturais. Recorde-se que a década de sessenta ficou presente na memória da sociedade portuguesa por um conjunto de acontecimentos que mudaram significativamente o seu rumo na década seguinte.

As comemorações dos 500 anos da morte do Infante D. Henrique, assinaladas na construção do Padrão dos Descobrimento junto à foz do Tejo e as celebrações associadas acompanham-se do desenvolvimento do setor do turismo nacional. Em simultâneo verificou-se o acréscimo da emigração intraeuropeia, o início da guerra colonial em Angola (1961), o fim do domínio português na Índia, a integração de Goa, Damão e Diu na União Indiana (1961), o início da guerra colonial na Guiné (1963), em Moçambique (1964) e nas demais possessões portuguesas em África, a que se sucederam outros acontecimentos marcantes como a posição da ONU e da sua Comissão de Descolonização contra os “*territórios sob dominação portuguesa*” ou a posição assumida pelo governo de Salazar no reconhecimento do domínio da China sobre Taiwan.

Nesse mesmo período Portugal aderiu a outras instituições internacionais em formação, de que se destaca a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), em 1960; manteve-se na OCDE (sucessora da OECE) em 1961 com a assina-

tura de acordos com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) e em 1962 adere ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Antecedendo as negociações ao BIRD, a missão que visitou Portugal (Caldas, 1998, p. 548),

“Estudou ‘projectos’ existentes que avaliou serem muito poucos, não se preocupando com o que se via nos campos desertificados pela angustiada emigração em curso (...). Em análise global da capacidade agrária portuguesa, a Missão afirmou que Portugal é tecnicamente mais próprio para a arboricultura e pastagem do que para qualquer outro uso em grande escala”.

A estes registos junta-se a queda do governo de Salazar (1968) e a tomada de posse de Marcelo Caetano como primeiro-ministro durante seis anos, identificado com a “Primavera Marcelista”, marcado pela internacionalização da economia nacional, incremento da industrialização e da terciarização urbana, atividades inscritas no 3º Plano de Fomento (1968-1973). O “Projecto de proposta de lei nº 4/IX” apresentado à Câmara Corporativa em 30 de junho de 1967 explicita (Base II) que *“O III Plano será concebido como instrumento de programação global do desenvolvimento económico e do progresso social do País, tendo em vista a formação de uma economia nacional no espaço português e a realização dos fins superiores na comunidade”.*

A sua estrutura consagra um capítulo específico ao “Planeamento Regional” (Actas da Câmara Corporativa, 1967, p. 857 e ss), justificado pela *“importância que vem sendo atribuída ao problema da harmonia do crescimento”*, à *“situação de desigual desenvolvimento das diversas regiões metropolitanas”* e à constatação das *“assimetrias regionais de crescimento do continente”*. Nele se reforça a imagem da litoralização do país expressa na concentração de estabelecimentos fabris, no montante de empregos e valor de produção, no desenvolvimento económico em torno de Lisboa, Porto e Aveiro, sendo que (op. cit., p. 860), *“Ao contrário dos anteriores, Aveiro e, principalmente, Lisboa conquistaram posição mais destacadas em diversos ramos, incluindo os da maior influência motriz sobre o desenvolvimento”*. Mais ainda (op. cit., p. 861),

“A existência de áreas industriais mais evoluídas e dinâmicas, oferecendo melhores condições de vida, contribui para a desigual repartição da população, originando um movimento de despovoamento do interior do Norte e do Centro e do litoral do Sul e uma concentração populacional na faixa litoral de Braga e

Setúbal”, donde (loc. cit.), “apenas as áreas urbano-industriais de Lisboa e Porto demonstram capacidade para fixar não só o total dos seus saldos fisiológicos, mas ainda os excedentes de outras zonas”.

A análise de outros setores de atividade, nomeadamente da agricultura, é considerada neste documento registando (op. cit., p. 862) ser “*influenciada pela localização das áreas urbano-industriais mais evoluídas*”, pelas condições de vida e desigualdades traduzidas nos níveis de produção, pelos movimentos migratórios internos e para o exterior, pelos “*estrangulamentos e dificuldades adicionais para o ordenamento dos actuais pólos de atracção*”. Estas as situações justificativas dos desequilíbrios regionais e do enunciado dos grandes objetivos do plano (M.A.I., 1980, p. 15 - Anexos) com base no equilíbrio da rede urbana e na dotação de equipamentos indispensáveis às populações, na descentralização da indústria e dos serviços, na especialização da “*agricultura regional de acordo com as aptidões dos solos e as influências climáticas*”,

A análise do sector agrícola realizada por Caldas (1998, p. 521) enumera diversas intenções de estruturar e organizar o setor

“De molde a vencer as dificuldades inerentes à essência do seu sistema produtivo, (...) à criação ou manutenção de empresas dotadas dos necessários atributos para alcançar a máxima rentabilidade do processo produtivo, a fim de poderem remunerar justamente os factores de produção e, simultaneamente, enfrentar com êxito a batalha dos mercados (...), o fomento da reorganização fundiária desde que visem o dimensionamento da exploração capaz de auferir”.

Contudo, reconhece o autor (op. cit., p. 522), que “*O III Plano de Fomento não deixou rasto na Agricultura portuguesa estagnada. Perto do seu termo chegou a ser elaborado, sem esperança, o IV Plano de Fomento. Iniciado em 1974 foi suspenso no 25 de Abril, sem deixar história*”. As notas anteriores enquadram os contrastes e assimetrias de desenvolvimento socioeconómico do país assinalados em trabalhos realizados no decurso do período de análise ou imediatamente seguintes sobre este assunto.

Para Caldas e Loureiro (1966) no estudo sobre o traçado das regiões homogéneas em Portugal, os desequilíbrios regionais podem ser identificados por indicadores distintos relativos ao sistema económico, à população e ao bem-estar, considerado este “*como resultado do funcionamento dos sistemas económicos regionais*” (ob. cit., p. 183), permitindo àqueles autores delimitar, quanto à dinâmica

e ao nível de desenvolvimento, as principais regiões homogéneas do continente português. As conclusões relativas ao período de 1950-1960 apontam para uma separação nítida entre as diferentes áreas do país reveladoras ao mesmo tempo de desequilíbrios que seguindo uma transição gradual do litoral para o interior, assinalam “*uma configuração territorial própria de economias de faixa orientadas segundo eixos norte-sul*” (op. cit., p. 146). Tal faz transparecer, à semelhança do que anteriormente sucedia, uma hierarquização de diferentes níveis segundo a mesma linha norte-sul a partir das regiões fronteiriças do interior. Esta situação é bastante significativa e adequa-se à extensão do fenómeno emigratório português nas áreas social e economicamente mais repulsivas do nosso continente determinando, com o despovoamento do interior, a litoralização acrescida.

Por sua vez a investigação de Sedas Nunes (1964) expressa em artigo editado no início dos anos sessenta ilustra a construção de uma “*sociedade dualista*” revelada pelo tratamento de vários indicadores que lhe permitem afirmar (op. cit., p. 415) que “*à margem e ao redor de algumas restritas áreas socialmente privilegiadas, nas quais os diversos elementos utilitários da civilização moderna atingiram já um grau notável de difusão, perdura e se estende toda uma zona social muito mais extensa, imersa em condições de vida e formas de civilização tradicionais*”, demonstrado pelo grau de urbanização das populações e pela densidade do seu escolar cultural. Tal traduz-se na confirmação de diversas disparidades económicas e sociais expressas (op. cit., p. 417) na “*vigorosa polarização do acesso à civilização moderna em áreas privilegiadas, escassez de focos de propagação de tal movimento em todo o resto do território, indiscutível predomínio da civilização tradicional numa área geográfica e social incomparavelmente mais lata que a daquelas zonas*”.

Esta situação havia sido parcialmente reconhecida no texto de apresentação do III Plano de Fomento (Actas da Câmara Corporativa, 1967, p. 865 e ss) através do reconhecimento das situações seguintes:

- Despovoamento dos distritos do interior e litoral do sul;
- Concentração industrial gerado de movimentos de atração da população;
- Registo de fenómenos de industrialização e urbanismo como “*processos cumulativos, susceptíveis de agravar cada vez mais as desigualdades existentes*”;
- Desequilíbrios na repartição dos “*níveis do produto*” e “*da rede urbana*”, com acentuado crescimento das aglomerações de Lisboa e Porto;
- Crescimento “*desorganizado das áreas suburbanas daquelas aglomerações e o*

estrangulamento da expansão urbana nas áreas em vias de industrialização, no litoral entre Lisboa e Porto”;

- “*Dependência excessiva de todo o País em relação a Lisboa e Porto em matérias de equipamentos urbanos*”;

- Carência de infraestruturas e de condições favoráveis nos distritos do interior e litoral do sul.

Remata o documento (op. cit., p. 866): “*perante este panorama, a harmonização do desenvolvimento económico à escala regional é hoje exigência, não só económica, como social, pelo que se torna necessário definir princípios que permitam enunciar um conjunto equilibrado de medidas de política regional*” tendentes ao desenvolvimento socioeconómico do país e da nossa população.

Na sequência deste Plano, a Lei nº 8/73, de 26 de dezembro de 1973 – organização e execução do IV Plano de Fomento (1974/79) - estabelece as XVIII Bases do seu desenvolvimento. Entre elas, a Base II define: “*1. O Plano constituirá instrumento basilar da política do Governo em matéria de desenvolvimento económico e de progresso social, tendo em vista a realização dos fins superiores da Comunidade, nomeadamente a formação de uma economia nacional no espaço português*” (...). Por sua vez, a Base VII define os três grandes domínios, de natureza social, produtivos e de infraestruturas, de apoio à atividade económica e progresso social e a Base VIII, a prioridade às atuações tendentes a promover:

“*O fortalecimento e equilíbrio da rede urbana e da rede de apoio rural (...)*;

- *A expansão descentralizada da indústria e dos serviços (...)*;

- *A ocupação racional do espaço rural (...)*”.

Verifica-se, no entanto, que na década de sessenta o país continuou a progredir no seu despovoamento e litoralização, êxodo da população rural para as cidades de média e de maior dimensão, concentração da atividade industrial na faixa marítima costeira, de Braga a Aveiro e Lisboa-Setúbal e empobrecimento do meio rural no interior do país. Assim se comprova pela descrição do Ministério do Plano e Coordenação Económica (1977, p. 32) sobre os núcleos de maior desenvolvimento industrial em torno de Coimbra, Leiria/Marinha Grande, com expressão no interior em torno de centros urbanos e polos industriais: Viseu/Nelas, Covilhã/Seia, Tomar/Torres Novas/ Constância/Abrantes. Este cenário contrasta com as terras interiores em redor, constituídas (op. cit., p. 33) por “*terrenos de sequeiro, mais pobres e com mais baixos valores de produtividade, contrastando com*

as zonas agrícolas da faixa litoral, onde o regadio é mais abundante e os níveis de produtividade são bastante mais elevados”.

Nos anos setenta o CEP (1976) estuda o mesmo assunto a partir da utilização de indicadores relacionados com as condições de vida, o peso dos serviços e o grau de urbanização (os que melhor se coadunam com a “*hierarquização do desenvolvimento*”). A sua apreciação permite acentuar a dicotomia existente entre a faixa litoral, compreendida entre os concelhos de Setúbal e Viana do Castelo e o resto do continente (op. cit., p. 18), mostrando que “*aproximadamente 4/5 dos concelhos se encontram num nível de desenvolvimento inferior ao do continente, tomado no seu conjunto*”. Neste conjunto assumem-se quatro regiões-plano ou de planeamento regional, a saber:

Norte:	V.Cast., Braga, Porto	+V. Real, Bragança
Centro:	Aveiro, Coimbra, Leiria	+Viseu, Guarda, C. Branco
Lisboa:	Lisboa, Setúbal	+Santarém
Sul:	Faro	+Portalegre, Évora, Beja

Os desequilíbrios territoriais e sociais decorrentes da estrutura e modelo da administração pública seguida pelos regimes monárquico e republicano assentes na construção de uma “*região privilegiada*” (M.A.I., 1980, p. 25), centrada na capital e seus arredores onde se concentrou a maior capacidade de “*decisão política, económica e financeira*” (loc. cit.), acabaram por “*criar e acentuar desequilíbrios no desenvolvimento regional*” que vieram a ser reforçados por numerosos fatores relacionados com o investimento público e privado, movimentos da população e relações económicas, traduzidas “*numa “transferência líquida de recursos do interior para a faixa costeira, seja pela degradação dos termos de troca entre produtos agrícolas e industriais, seja pela via dos sistemas fiscal e bancário*”. A estas situações foram associadas muitas outras vias complementares, nomeadamente através do recrutamento de “*recursos humanos*” contribuindo assim para o empobrecimento das áreas periféricas.

Estes são traços que identificam os fenómenos relativos às migrações internas e à imigração estrangeira sugerindo a sua maior intensidade nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, no Algarve e junto de outros pólos urbanos e das principais bacias de emprego que registam melhores oportunidades laborais. No entanto, mesmo nestas áreas, a distribuição desta população nos nossos dias não é uniforme, fazendo crer que “*ao redor de restritas áreas de economia e sociedade*

moderna se mantêm toda uma vasta zona de economia e sociedade tradicional” (Nunes, 1964). Estas as características ainda sensíveis no nosso tempo que continua a referir o seu carácter “*dualista*” (loc. cit.) na qual se inscrevem, com densidade diferentes, o êxodo rural e a emigração, o crescimento urbano e o despovoamento, a participação e a exclusão social comuns a outros sistemas geográficos.

Tendo presente a sua evolução e incidências na sociedade portuguesa verificamos que estes fenómenos assumiram proporções de autêntica “*hemorragia social*”, sobretudo nas áreas de maior frequência emigratória que genericamente correspondem às regiões do norte e centro do país onde essa tradição, decorrente do tipo de estrutura agrária e da organização social, é conhecida há vários séculos. Estes movimentos expressam ainda o reforço da dicotomia litoral-interior, acentuando a litoralização progressiva em detrimento dos contrastes mais antigos de sentido norte-sul que identificam tradicionalmente a terra portuguesa, dando assim razão a Nunes (1964, p. 420) sobre a “*coexistência, no Continente Português, de dois tipos de sociedade: uma sociedade moderna, cujas mais vultosas implantações se confinam em espaços geograficamente restritos, e uma sociedade tradicional, estendida por todo o território e rodeando as grandes concentrações ou núcleos menores da primeira*”.

A cada um destes tipos correspondem indicadores de desenvolvimento económico e humano, bastante distintos, assinalados noutros trabalhos. Entre eles destaca-se o Projecto Regional do Mediterrâneo (1964) que reúne o diagnóstico dos sistemas de ensino em países da O.C.D.E. e a ação desta entidade na sua promoção. Ao tempo a “*baixa produtividade*” relatada para o ensino superior português foi assinalada, entre outras causas (op. cit., p. 30) por:

- a) desajustamento entre os programas dos ensinos de acesso e os do ensino superior;*
- b) falta de orientação e de informação dos alunos candidatos à aptidão às Universidade quanto à natureza de alguns dos cursos que escolheram;*
- c) falta de coordenação entre matérias em cada um dos anos e, principalmente, de ano para ano;*
- d) falta de prioridade das disciplinas de cada ano (...);*
- e) falta de pessoal docente em todos os níveis do ensino superior;*
- f) dificuldade de adaptação rápida às exigências aconselhadas pela conjuntura, principalmente nos cursos técnicos”.*

Esta situação tinha como aliadas (op. cit., p. 33) a rede limitada de escolas e de

faculdades, as condições deficientes de lecionação e a baixa frequência de alunos no ensino secundário e no ensino técnico, circunstâncias que acompanham o desenvolvimento socioeconómico que enquadra a reforma do sistema de ensino em Portugal conduzida pelo Ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, em 1973, plasmada na Lei nº 5/73, de 25 de julho¹⁷⁴. Desta lei, salienta-se:

- *“Base I: 1. A educação nacional visa a formação integral dos Portugueses, preparando-os, pela valorização das faculdades espirituais e físicas, para o cumprimento dos seus deveres morais e cívicos e a realização das finalidades da vida (...).*

- *Base II: No domínio da acção educativa, incumbe especialmente ao Estado:*

a) Assegurar a todos os Portugueses o direito à educação (...);

b) Tornar efectiva a obrigatoriedade de uma educação básica generalizada (...);

c) Facilitar às famílias (...) o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos;

d) Garantir a liberdade de ensino em todas as suas modalidades;

e) Fomentar e coordenar as actividades respeitantes à educação nacional”. (...).

Com a criação da educação pré-escolar e a obrigatoriedade do Ensino básico com a duração de oito anos, a referida lei contempla ainda os objetivos do ensino secundário, superior, formação profissional e educação permanente. Quanto ao ensino superior destaca-se a criação da rede de universidades e de institutos politécnicos, onde se inscreve a criação da Universidade de Aveiro e a sua instalação em 15 de dezembro de 1973. A criação da nova rede de estabelecimento de ensino superior aprovada pelo Decreto-lei nº 402/73, de 11 de agosto justifica a decisão no sentido de expandir e diversificar a rede existente de modo a corresponder *“à necessidade de assegurar o desenvolvimento social e económico do País, que exige um número cada vez mais elevado de cientistas, técnicos e administradores de formação superior, dotados de capacidade crítica e inovadora”*. Assim deu-se seguimento ao enunciado na lei nº 5/73, de 25 de julho e aos princípios aí contidos, nomeadamente no que respeita à ideia e missão de universidade e ao seu desenvolvimento futuro.

Neste processo e para além da ação educativa e científica das novas instituições de ensino superior e do seu contributo para a formação de recursos humanos e

174. Diário do Governo, Iª série, nº 173

desenvolvimento regional, a extensão desta rede tende a reduzir os muitos contrastes regionais já assumidos aquando da análise da distribuição da população e das suas atividades, do crescimento socioeconómico e das acessibilidades, das assimetrias regionais associadas aos contrastes de natureza física e humana, social e cultural da população residente. Neste domínio a extensão da rede de ensino superior constitui um marco do processo de democratização do ensino e da sociedade com a aplicação do princípio de “direito à educação”, bem como a criação de maior igualdade de acesso à educação pela população jovem residente em áreas de menor acessibilidade socioeconómica e instrução das famílias às infraestruturas e aos bens e equipamentos de educação terciária.

Para o conjunto do sistema de ensino a rede de cursos e de estabelecimentos tem ajudado a promover e a desenvolver o nosso sistema educativo, definido pela L.B.S.E. (Art. 1º)¹⁷⁵ como “*o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade*”.

Num contexto social e político assinalado pelo regime do Estado Novo e pelas suas manifestações de opressão e conservadorismo a necessidade de mudança está expressa na leitura de um excerto de Rui Belo (Mourão-Ferreira e Seixo, 1981-II, p. 21)¹⁷⁶ – que evoca o sentimento de abandono, a meio do dia:

“Morte ao meio-dia

No meu país não acontece nada

À terra vai-se pela estrada em frente

Novembro é quanta cor o céu consente

Às casas com que o frio abre a praça

Dezembro vibra vidros brande as folhas

A brisa sopra e corre e varre o adro menos mal

Que o mais zeloso varredor municipal

Mas que fazer de toda esta cor azul

Que cobre os campos neste meu país do sul?

(...)

175. Lei nº 46/86 – Lei de Bases dos Sistema Educativo. DR nº 237/1986, Série I de 14OUT1986, com as alterações introduzidas Lei Nº 115/1997, de 19 de setembro e pela Lei nº 49/2005, de 30 de agosto

176. “País possível”, 1973

*A minha terra é uma grande estrada
Que põe a pedra entre o homem e a mulher
O homem vende a vida e verga sob a enxada
O meu país é o que o mar não quer”.*

Afinal estava em curso o processo de democratização do ensino e a revolução de 25 de abril de 1974 que marca a implantação do regime democrático vigente e o conjunto de mudanças que assinalam a evolução da nossa sociedade no decurso do último meio século da sua evolução. Relendo M. Alegre (1967), recordamos o esforço, o suor, o esforço e as mãos calejadas dessa época:

*“Com mãos se faz a paz se faz a guerra.
Com mãos tudo se faz e se desfaz.
Com mãos se faz o poema – e são de terra.
Com mãos se faz a guerra – e são a paz.
Com mãos se rasga o mar. Com mãos se lavra.
Não são de pedras estas casas mas
de mãos. E estão no fruto e na palavra
as mãos que são o canto e são as armas (...)”*

A mudança operada nos sistemas sociais desde então são demasiadas e não cabem, por isso, no âmbito desta notícia. Contudo assinalamos alguns aspetos que dão continuidade a estas notas e assinalam a transição e mudança registadas no sistema démico português, expressivo das manifestações efervescentes que atingem a “crosta exterior” da nossa sociedade. Uma expressiva descrição de Barreto (Mateus, 2013, p. 7) dá conta das alterações que permitiram a abertura dos horizontes de abril complementada com a integração europeia:

“Com a fundação da democracia, os sonhos pareciam estar ao nosso alcance. Para muitos, novamente a Europa resumia os desejos e as necessidades. Queríamos fugir às velhas e às novas opressões; queríamos as liberdades e a igualdade; queríamos educação e saúde para todos; queríamos bem-estar e conforto. Para tudo isto, a resposta era quase sempre “Europa”. Sem o rigor dos manuais, mas com a certeza das grandes intuições. Dez anos depois de bater à porta, Portugal entrou. Cumpria-se a geografia e eliminava-se uma barreira política, social e cultural. Há séculos que Portugal preferia outras paragens e outros continentes: o Atlântico, as Américas e África. Um novo horizonte político, económico e cultural tomava a dimensão de obra histórica” (...).

Tomando por referência o trabalho anterior compreendemos melhor o significado e os efeitos da mudança operada por efeito da aplicação dos fundos europeus (Mateus, 2013, p. 27) que permitiram a

“(...) modernização da economia e da sociedade portuguesas, que proporcionou um acesso praticamente generalizado da população à satisfação das necessidades básicas elementares, um importante aumento do nível de equipamento das famílias (...) e um reforço substancial do peso dos serviços, do lazer e da cultura no consumo”.

Mais ainda (loc. cit.), *“As transformações dos ‘25 anos de Portugal europeu’ conduziram a população portuguesa a um nível de vida, material e imaterial, bem superior ao que conhecia antes da plena integração europeia, ainda que de forma desigual, desequilibrada e não sustentável”* como o autor tem oportunidade de demonstrar ao longo do seu vasto estudo. Neste contexto os traços ora considerados são uma parte, apenas, do vasto e complexo caminho que já percorremos e da necessidade de um “roteiro do futuro” que vai exigir (op. cit., p. 35) *“um novo entendimento do progresso económico e social no qual o desenvolvimento interno depende da capacidade de participar mais ativa e equilibradamente na construção europeia e na globalização, abrindo mais oportunidades para os portugueses, para as suas empresas e para as suas regiões.”*

Como habitualmente tem acontecido, a Geografia (Claval, 2001), através do conhecimento das estruturas espaciais, da articulação, complementaridade e dinâmicas dos conjuntos territoriais e sociais - já que (op. cit., p. 174), *“chaque culture dispose d’une grammaire de relations qu’elle sait mettre en oeuvre”* -, continuará a dar o seu manifesto contributo. A necessidade de outras achegas prende-se com a evolução conjunta de Portugal e da União Europeia e da superação dos inúmeros desafios que se colocam à sua evolução e afirmação no quadro europeu e geoeconómico e estratégico mundial sobretudo em períodos de crise, tal como sucede nos dias de hoje marcados pela expansão das crises regionais e de soberania, com reflexos mundiais.

Tomando como último exemplo as circunstâncias do momento e o caso da pandemia SARS-Cov-2 (PRR, 2021, p. 1), a qual *“para além de representar uma emergência de saúde pública, que obrigou a respostas imediatas no plano sanitário, desencadeou uma retração generalizada da atividade económica, originando impactos sem precedentes e severas consequência de ordem económica e social á escala mundial”.*

Reagindo a esta situação a União Europeia (loc. cit.), criou o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com execução até 2026.

“Um instrumento comunitário estratégico de mitigação do impacto económico e social da crise, capaz de promover a convergência económica e a resiliência das economias da União, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e para responder aos desafios da dupla transição para uma sociedade mais ecológica e digital” – Next Generation EU –

Este plano é destinado (loc. cit.) a *“implementar um conjunto de reformas e de investimentos que permitirá ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década”* com consequências sobre o desenvolvimento económico, social e humano e o bem-estar social dos europeus e dos portugueses. Não fora o início da guerra que desde Fevereiro de 2022 atinge parte do território oriental do velho continente, a nação ucraniana e por arrastamento os demais países europeus, estaríamos a desenvolver projetos inovadores e maior valor sustentado preparando para os próximos desafios sociais, económicos e culturais as gerações futuras.

A POPULAÇÃO NA VIRAGEM DE NOVECENTOS A XXI

O texto anterior foi dedicado ao crescimento da população e ao povoamento do solo português na sua relação com o território e o processo de construção da nossa sociedade ao longo do tempo, desde a ocupação primitiva aos nossos dias. Deu-se particular realce ao terceiro quartel de Novecentos quando do início da construção da nova rede de ensino superior que iria abrir as portas à criação de novos estabelecimentos de natureza politécnica e universitária, permitida pela mudança do sistema político então vigente e instauração do novo regime em 1974. Debruça-se, agora, sobre as manifestações de natureza demográfica que acompanham a construção do sistema democrático e social então iniciado.

O texto vai continuar a atender aos traços dessa marcha que inclui traços do desenvolvimento territorial, social, económico e cultural ancorado na situação populacional das duas últimas décadas de Novecentos, já então sob efeito do processo de transição démica que antecede a revolução demográfica e reprodutiva expressa nos resultados dos censos levados a cabo no século XXI. Neste contexto e dada a diversidade de estudos levados a cabo nas últimas cinco décadas sobre a população e os seus recursos, processos de desenvolvimento territorial, urbano e social, debruçamo-nos agora sobre os fatores de mudança que acompanham a evolução próxima da nossa população e o seu futuro, a construção da nova realidade demográfica portuguesa e os fenómenos associados à transição, mudança e rutura populacional em curso.

1 - ROTAS DE TRANSIÇÃO

Os dados sobre a população até ao último quartel do século XX servem de base para a construção do sistema de reprodução da população portuguesa, em particular do seu estado e evolução no decurso do último meio século em que se aprofundou a transição demográfica decorrente da conjugação simultânea dos movimentos naturais e dos movimentos migratórios. No seio deles a fecundidade passou a ter um papel relevante na apreciação da revolução demográfica, iniciada

com a era industrial do século XIX (Decroly e Vanlear, 1991, p. 29), “*qui l’a fait passer d’une démographie traditionnelle, caractérisé par una forte fécondité et une espérance de vie basse, à un autre regime associant basse fecondité et allongement de la durée de vie*”. As alterações constantes desse crescimento desde o seu início, da época da revolução industrial aos anos mais próximos que nos antecederam, ficaram marcadas por dois conflitos mundiais com repercussões na economia e sociedade dos países ocidentais e noutras partes do globo. Regista sequências distintas do processo de alteração dos movimentos naturais e dos movimentos migratórios da população que se acentuaram no decurso da segunda metade de Novecentos nos países do ocidente europeu e em Portugal.

O período de análise compreende dois ciclos distintos: o primeiro, vigente até aos anos setenta, corresponde à “*primeira transição demográfica*” (first demographic transition - FDT) e o segundo, a partir dos anos oitenta, à “*segunda transição demográfica*” (second demographic transition – SDT). Para Lesthaeghe (2014, p. 18113), “*The end point of the first demographic transition (FDT) was supposed to be an older stationary population corresponding with replacement fertility (i.e., just over two children on average), zero population growth, and life expectancies higher than 70 y (...)*”. A análise da FDT e da SDT nos países ocidentais deve ter em atenção três ordens de fatores: casamento, fertilidade e vivência social, assunto que tratamos nesta parte do texto juntamente com a análise da fecundidade e situações conexas relativas à segunda transição demográfica e à revolução reprodutiva.

No período iniciado com as negociações de adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia e depois de 1986, após a sua adesão, o sistema estatístico nacional sofreu alterações significativas que decorrem da entrada de Portugal nessa comunidade de países ocidentais relacionadas com a substituição das unidades de contagem dos habitantes que deixaram de ter como unidade de referência o distrito, passando a obedecer aos critérios europeus do Eurostat através da criação das Unidades Territoriais de Estatística denominadas “NUTS”. Essa medida justifica-se pela necessidade¹⁷⁷ “*de permitir a recolha, o tratamento e a difusão de estatísticas regionais harmonizadas na UE. Este sistema hierárquico destina-se igualmente às análises socioeconómicas das regiões e à elaboração das intervenções no contexto da política de coesão da UE.*” A configuração destas novas unida-

177. Parlamento Europeu - https://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pr/FTU_3.1.6.pdf 25DEZ21

des, aliada à extinção dos distritos, vai alterar o traçado dos limites da distribuição da população portuguesa a partir do censo de 1991, em sintonia com o traçado das unidades estatísticas existentes no seio da União Europeia permitindo, desta forma, a sua comparabilidade e análise conjunta a partir da realização do XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação, em 1991. Em relação ao calendário de realização no início do decénio anterior, em 1981, o censo da população e da habitação havia sido transferido para data ímpar (INE)¹⁷⁸ “*de modo a ficar em consonância com o calendário censitário (de 1 de março a 31 de maio de 1981) em vigor nos países da Comunidade Económica Europeia*”.

Como fenómenos sociais os acontecimentos ligados aos movimentos da população inscrevem-se em quadros coletivos organizados e difundem-se através de mecanismos complexos de difusão espacial (Hagerstrand, 1968), alicerçados em circuitos e fluxos de informação, na mobilidade humana e na configuração do “mundo plano” (Friedman, 2006) em que vivemos. No dizer de Claval (2001, p. 168) a difusão espacial desempenha um papel importante na organização do espaço e, através de contactos, no desenvolvimento da inovação. Neste exemplo inscrevem-se os fenómenos demográficos que identificam a sociedade portuguesa na sua relação com a demografia do velho continente.

Até aos finais de Novecentos o crescimento global da população nacional seguiu um padrão comum ao de outros países da U.E., sobretudo aos países da franja mediterrânica onde se concentravam as maiores reservas demográficas que alimentaram os movimentos de emigração transoceânica e, sobretudo, as migrações intraeuropeias desse século. Neste exemplo a população portuguesa, juntamente com a população de outros países do sul da Europa partilhou diversos modelos de imigração, nomeadamente as “*migrações de substituição*” e de “*rotação de mão-de-obra*” – com o retorno da população imigrante envelhecida ao país de origem no termo do ciclo laboral ativo¹⁷⁹ –, em migrações permanentes e temporárias que continuaram a colmatar as lacunas de mão-de-obra causadas pelo decréscimo da população autóctone e acompanhando o processo de reconstrução do pós-guerra. Este fenómeno fez-se acompanhar de um conjunto de mudanças

178. INE – Recenseamento Geral da População: 1981 - https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1981_26DEZ21

179. Toma-se como exemplo o caso da emigração italiana para o G. D. do Luxemburgo no início do arranque da industrialização mineira do século XIX e seguinte, que permitiu o “milagre siderúrgico” luxemburguês.

societais relacionadas com a industrialização – e desindustrialização, traduzida (Mateus, 2001, p. 101) na “*refetação de recursos produtivos entre as atividades económicas face às mutações internacionais*” - urbanização, concentração dos habitantes nas áreas urbanas, terciarização da sociedade, emancipação progressiva da mulher e participação mais intensa no mundo cívico, do trabalho e particularmente na frequência do ensino superior onde representa mais de metade do total de inscrições em curso.

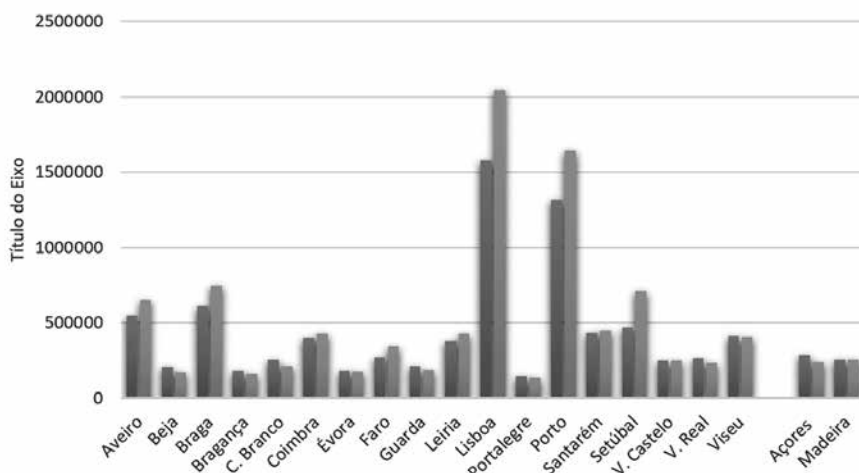


Fig. VI, 1 - Variação da população por Distrito: 1970-1991

Fonte: INE

Para além destas situações temos ainda a flutuação do desemprego, acompanhada que é da inserção mais tardia dos jovens no mercado de trabalho, dependência alargada destes em relação aos seus familiares, alteração da composição e vivências e dos núcleos familiares, abertura de novas oportunidades laborais no seio dos países da União Europeia e conseqüente incremento da mobilidade humana. Estas alterações foram registadas na sua evolução e crescimento, distribuição, estrutura e movimentos que acusam a intensificação das migrações em áreas cada vez mais extensas. Estão representadas na variação conjunta de fatores naturais e das migrações que se traduziram na perda de 282,5 milhares de habitantes em 1970 relativamente ao início do decénio anterior. Assim, de 1970 e 1981, o crescimento da população foi de +1.284,1 milhares de indivíduos e de 1981 e 1991, o acréscimo foi de +9,6 milhares de indivíduos.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Durante este lapso de tempo acentuou-se a tendência anteriormente esboçada de despovoamento dos distritos do interior e do sul do país, de Bragança a Castelo Branco, Portalegre, Beja e Évora, com o reforço da litoralização e o crescimento da rede de centros urbanos, movimento que vai acentuar-se nas décadas seguintes levando a que, entre 1991 e 2001, o acréscimo da população portuguesa tenha ascendido a +495,5 milhares de indivíduos e entre 2001 e 2011, a +199,7 milhares de habitantes. Entre essa data e 2011 a variação da população foi particularmente significativa na R. A. Madeira - que viu aumentar a sua população em 9,3% - e na R. A. Açores, em 2,1%. Por sua vez a região de Lisboa aumentou 6% e a região do Norte manteve a população de 2001. Relativamente ao começo da centúria atual a região Centro perdeu cerca de 1% dos habitantes e o Alentejo, cerca de 2%.

Na sua distribuição no território o padrão segue o de Oitocentos, acompanhando a evolução das redes de comunicação, a criação de infraestruturas, as acessibilidades e a hierarquia urbana já anunciada. Os dados de 2011 permitem identificar esta repartição associada às características familiares, alojamentos e edifícios, mostrando uma maior concentração de habitantes nas NUTII do Norte, de Lisboa e do Centro, respetivamente 34,9%; 26,7% e 22% da população residente em Portugal nessa data; no Alentejo - 7,2%; no Algarve - 4,3%; na R. A. Madeira - 2,5% e na R. A. Açores - 2,3%. No que respeita aos edifícios e alojamentos o INE (2012)¹⁸⁰ regista que, “*Em 2011, os alojamentos clássicos distribuíam-se do seguinte modo: 3.991.112 residências habituais, 1.133.300 residências secundárias ou de uso sazonal e 735.128 vagos, representando respetivamente 68,2%, 19,3% e 12,5% do parque habitacional.*” Comparativamente ao início da década anterior esta variação foi especialmente notada na R. A. Madeira e Algarve, com acréscimos superiores a 35%.

Embora podendo recuar no tempo e balizar as perdas em diversos concelhos do continente desde o início de Novecentos, os dados relativos a esta variação confirmam que foi durante a segunda metade do século anterior que esse movimento ganhou particular relevância. E a partir de 1991 a população portuguesa decresceu de forma intermitente na R. A. Açores e de forma contínua nas NUTIII do Centro e do Alentejo. Esta é uma situação que se repercutiu ao nível das estruturas do povoamento, na hierarquia urbana e na sua organização funcional,

180. INE (2012) - Censos 2011 - http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=150331034&att_display=n&att_download=y, 5ABR14

anunciando dinâmicas muito diferenciadas entre os centros de atração populacional e as áreas de maior repulsão.

Tal como acontece em relação a outros indicadores, a diversidade e extensão territorial das unidades estatísticas – NUT II – evidenciam também valores distintos ao nível das NUTIII e dos seus municípios, comprovando a existência de muitos vazios demográficos assinalados em concelhos com elevados níveis de repulsão populacional. Estes centros ponteiam e alastram no território, agravam-se por influência de condições naturais e decisões de política territorial e desenvolvimento e surgem como áreas privilegiadas de intervenção pública para a realização de inevitáveis investimentos demográficos e sociais que tendem a suspender a repulsão dos seus residentes. Entre os territórios mais atrativos contam-se os que acolhem não só a população nacional como residentes estrangeiros, nomeadamente os que se situam na área urbana de Lisboa-Península de Setúbal e no Algarve (INE, 2013)¹⁸¹.

Quadro VI, 1 - População residente por NUTS II: 1991 a 2021

NUTII	Pop. resid. 1991	Pop. resid. 2001	Pop. resid. 2011	Pop. Resid. ¹⁸² 2021	Var. 1991-01	Var. 2001-11	Var. 2011-21
Portugal Total	9867147	10356117	10561614	10 344 802	488970	205497	-283 473
Portugal Continente	9375926	9869343	10047083	9857593	493417	177740	-189490
Norte	3472715	3687293	3689609	3 587 074	214578	2316	-100 981
Centro	2258768	2348397	2327580	2 227 567	89629	-20817	-99 843
Área Metrop. Lisboa	2520708	2661850	2821699	2 870 770	141142	159849	49 257
Alentejo	782331	776585	757190	704 707	-5746	-19395	-52 368
Algarve	341404	395218	451005	467 475	53814	55787	16 489
R. A. Açores	237795	241763	246746	236 440	3968	4983	-10 115
R.A. Madeira	253426	245011	267785	250 769	-8415	22774	-16 725

Fonte: INE

A referida ocupação realça uma inversão na tendência normal de crescimento da população na parte norte do país, a qual era tradicionalmente conhecida pelo

181. INE: (2013) – A população estrangeira em Portugal – 2011. http://www.ine.pt/ngr_server/attachfileu.jsp?lookparentBoui=150133806&att_display=n&att_download=y, 5 ABR 14

182. INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=526271534&DESTAQUESmodo=2 31DEZ21

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

seu dinamismo demográfico e social. Tal ocorrência pode ser apreciada a nível municipal, sobretudo no litoral e na área metropolitana do Porto, mas não consegue superar as perdas registadas no interior e, sobretudo, nas áreas fronteiriças do país. Aqui as baixas demográficas continuam a reforçar o peso da interioridade e o menor desenvolvimento que identifica a zona fronteiriça.

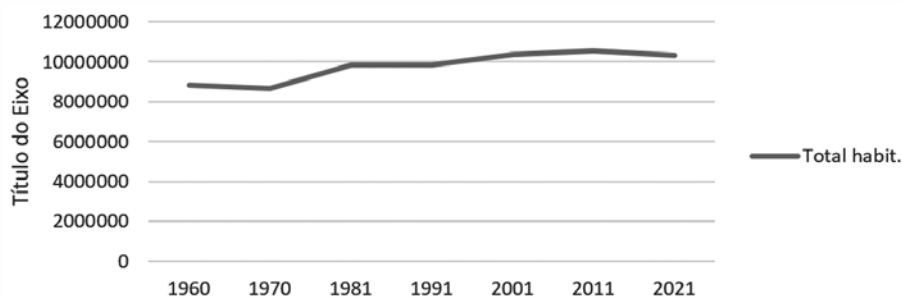


Fig. VI, 2 - Evolução da população portuguesa: 1960-2021

Fonte: INE

Em relação ao censo de 2021¹⁸³ os dados provisórios indicam um total de 10,344 milhões de habitantes, expressando uma perda de 250.066 de milhares de cidadãos, ou seja, uma queda percentual de -2,1% indivíduos em relação ao censo anterior. Deste total 5,423 milhões são do sexo feminino e 4,921 milhões do sexo

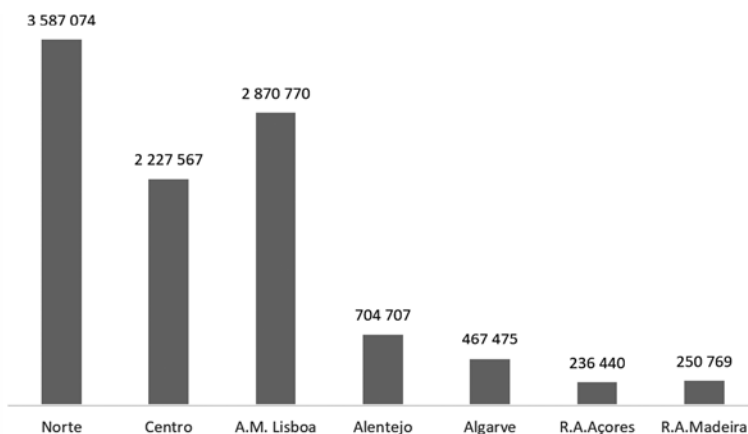


Fig. VI, 3 - Repartição da população por NUTS II: 2021 (%)

Fonte: INE

183. Os dados do Censo de 2021, divulgados pelo INE, são provisórios (24OUT22)

masculino, com uma relação de masculinidade de 90,7 homens/100 mulheres, representativo de uma perda desta população, valor inferior a 2011 quando era de 91,5 homens/ 100 mulheres. Por sua vez a variação da população por NUTSII (INE, 2013)¹⁸⁴ em relação aos dados do censo anterior, realça o significado destas perdas no Norte: -2,8%; Centro: -4,3%; Alentejo: -6,9%, na R. A. Açores: -4,2% e na R. A. Madeira: -6,4%. Na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve esse aumento foi de 1,7% e 3,7%, traduzidas em acréscimos de 49,2 de milhares de habitantes e de 16,5 milhares, respetivamente.

A imagem desta variação no período alargado de 1981 a 2021 reconstruída a partir do território dos antigos distritos, extintos em 2011, reforça a perda de habitantes em grande extensão nacional e a atração pela área litoral: Braga, Porto, Aveiro, Leiria, Lisboa e Faro. Nesta faixa litoral Leiria e Santarém, com 420,0 milhares e 454,1 milhares de habitantes em 1981, respetivamente, atingiram o seu máximo de população em 2001, com 459,4 milhares e 454,5 milhares cada, confrontando-se com variações negativas no decurso deste século.

Por outro lado, Viana do Castelo, que perdeu 76,5 milhares entre 1981 e 2001, aumentou cerca de 51,0 milhares entre 2001 e 2021. Situação idêntica foi registada na R. A. Madeira, que perdeu 3,4 milhares de habitantes no decurso das últimas duas décadas de Novecentos, recuperando 5,7 milhares no decurso da atual centúria. Estes dados, que comprovam o despovoamento português, acompanham-se da redução de nascimentos, do aumento progressivo de idosos e da variação dos movimentos migratórios. Esta é uma realidade que espelha a mu-

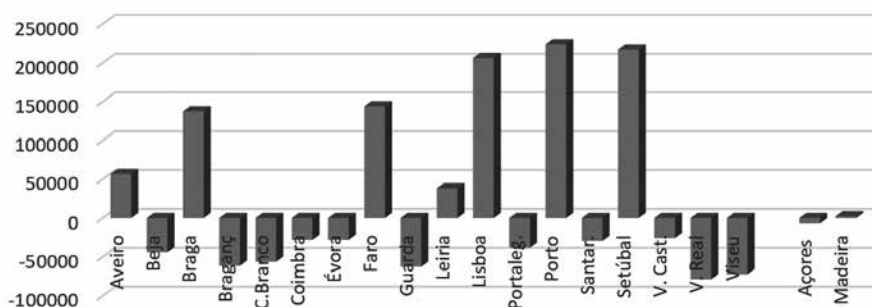


Fig. VI, 4 - Variação da população: 1981 - 2021 (unidade distrital)

Fonte: INE

184. Os dados do censo de 2021 são dados provisórios

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

dança das condições de vida e de emprego em Portugal, causa e efeito da alteração do movimento natural e dos movimentos migratórios que prosseguem durante a segunda metade de Novecentos.

Completamos com a apreciação das condições de alojamento e das famílias o que permite traçar um primeiro retrato demográfico construído na última década, que tem por base as diferentes NUTS II. A distribuição presente acusa o movimento geral da população durante estes últimos dez anos, acompanhada que foi pelo acréscimo de alojamentos e de edifícios, em sintonia com a evolução do parque habitacional e da constituição de novos fogos. No seu conjunto, porém, o acréscimo dos edifícios¹⁸⁵ entre 2011 e 2021: 3,544 milhões em 2011 e 3,573 milhões em 2021 representa um acréscimo de apenas 0,8%. Já o total de alojamentos¹⁸⁶ subiu de 5,878 milhões em 2011 para 5,981 milhões em 2021, acréscimo de 1,7%, com maior incidência nas NUTS do Algarve: +3,2%, Norte: + 2,5%, Centro: 1,7% e Alentejo: 0,6%. Na área Metropolitana de Lisboa esse aumento foi 0,8%; na R. A. dos Açores, de 3,2% e na R. A. da Madeira, de 1,2%.

Quadro VI, 2 - Alojamentos e famílias: 2011 e 2021

<i>Contínente</i>	2011		2021		
	<i>Aloj.Fam.Clas.</i>	<i>Famílias. Clas.</i>	<i>Aloj.Fam.Clas.*</i>	<i>Aloj.Res.Habit.</i>	<i>Agreg.Fam.</i>
Portugal	5621098	3859004	5 970 677	4143043	4155144
Norte	1846589	1328268	1 894 933	1379610	1382374
Centro	1443886	902643	1 470 422	907964	911103
Lisboa	1483717	1144466	1 496 902	1191491	1194363
Alentejo	469287	301790	472 808	290686	292477
Algarve	377619	181837	391 416	193414	194397
R.A.Açores	109337	81453	113 159	85079	85471
R.A.Madeira	129105	92664	131 037	94799	94959

INE: Censos 2011¹⁸⁷

INE*: Censos 2021 – Resultados definitivos

185. INE Censos 2021: “Edifício clássico: Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins”.

186. INE Censos 2021: “Alojamento: Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação, com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência (...)”

187. INE (2012) – Censos 2011 – Resultados definitivos. Lisboa: INE e Censos 2021 (Resultados provisórios) - https://censos.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html 31DEZ2021 e INE – Resultados definitivos (2022.b)

Por sua vez a repartição dos alojamentos familiares clássicos¹⁸⁸ e de residência habitual¹⁸⁹ no censo de 2021, dá conta que num total de 5,970 milhões de alojamentos familiares, 1,104 milhões servem de “residência secundária” – a que acrescem mais 723 milhares de alojamentos vagos – com repartição variada nas diversas NUTS do território nacional e maior relevância no Norte, Centro e Algarve: respetivamente 320 milhares, 350 milhares e 151 milhares. Na Área Metropolitana de Lisboa esse valor orça os 145 milhares, atingindo os 104 milhares no Alentejo. Nas restantes NUTS III essa situação fica abaixo de duas dezenas de milhares: 14 milhares na R. A. Açores e 18,2 milhares na R. A. Madeira.

Da população residente em 2021 a sua repartição por estado civil mostra um relativo equilíbrio entre solteiros: 43,4% dos residentes e casados: 41,1%. Por sua vez os divorciados representam 8% e os viúvos, 7,5% do total. Na sua repartição territorial o grupo de cidadãos casados sobrepõe-se aos demais no norte e centro do país e o dos solteiros nas restantes NUTS II e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Tal como anteriormente algumas leituras podem ser sugeridas acerca dos valores referenciados, nomeadamente os que dizem respeito à situação no mercado de trabalho, composição familiar e noutras situações relacionadas com a conjugalidade e vivência. Analisemos, em separado, os movimentos responsáveis pela evolução destas situações: o crescimento natural, a estrutura da população e os movimentos migratórios.

➤ Crescimento natural

A evolução da população depende, no seu conjunto, de fatores internos relacionados com o seu movimento natural e de movimentos externos ligados aos fluxos migratórios. Os primeiros são responsáveis pelo decréscimo registado desde o início de Novecentos traduzindo os efeitos da revolução demográfica que em termos globais identifica-se pela variação sucessiva dos nascimentos e dos óbitos, assinaladas na quebra das taxas brutas de natalidade e da mortalidade que desde há meio século estão a baixar de valores. A primeira, da ordem dos 20,8‰ em 1970, 15,4‰ em 1981, 10,9‰ em 2001, 10,7‰ em 2001, 8,2‰ em 2020 e 7,7‰ em 2021; a segunda, que em 1960 orçava os 10‰, situava-se em 1971

188. INE Censos 2021: “Alojamento familiar Clássico - Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício (...)”.

189. INE Censos 2021: “Alojamento familiar de residência habitual: Alojamento familiar ocupado que constitui a residência habitual ou principal de pelo menos uma família”.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

em 11,4‰, em 1981, em 9,7‰, subindo em 1991 para 10,4‰, e mantendo valores superiores a uma dezena de mortes por mil habitantes durante a década anterior até atingir os 12‰ em 2020 e 12,1‰ em 2021.

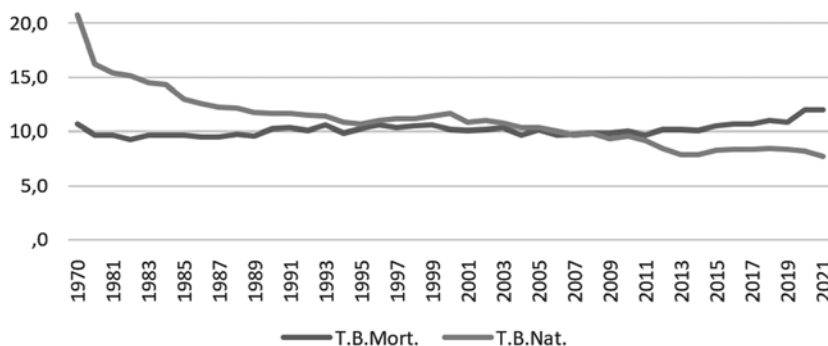


Fig- VI, 5 - Taxas brutas de Natalidade e de Mortalidade: 1970 - 2021

Fonte: INE e Pordata

A variação da mortalidade depois de 2019 sofre os efeitos da expansão da gripe pandémica COVID 19, reportada em Portugal em 2 de março de 2020 e o registo do primeiro óbito a 16 de março desse mês. Até ao final desse ano o total de óbitos devidos à pandemia foi de 7,1 milhares, valor que no ano seguinte ascendeu a 12,0 milhares. De notar ainda que o movimento da mortalidade registada em Portugal acompanhou o aumento da esperança de vida à nascença da população de ambos os sexos: 82,6 anos para as mulheres e 76,7 anos para os homens, em 2011 e 84,3 e 78,0, respetivamente, em 2021.

De momento a mortandade supera os nascimentos e aumenta a situação de défice e de controlo dos nados-vivos, segue o modelo da transição demográfica ou transição da fecundidade do sistema démico português no decurso de Novecentos com os ajustamentos decorrentes de outros fatores que influenciam o saldo natural da população no seu conjunto. Este é um fenómeno decorrente da conjugação de diferentes fatores relacionados com a globalização e a mobilidade de capitais e mercadorias, com as migrações humanas e acima de tudo da mudança social alimentada pelas novas tecnologias de informação. Tais condições marcam um novo ciclo civilizacional em que o decréscimo da natalidade e da fecundidade é acompanhado pelo acréscimo da mobilidade – contida e forçada – de grandes grupos humanos carenciados.

A convergência dos referidos indicadores para valores muito próximos a partir dos finais da década de noventa, assinala o início de uma “*segunda transição demográfica*” (Lesthaeghe, 1994) no que é suportada por diferentes situações familiares a que sucintamente nos referimos. Assim:

- No que respeita à dimensão média das famílias, em 1960 era de 3,8 pessoas, de 3,1 em 1991, baixou para 2,6 pessoas em 2011 situando-se em 2020¹⁹⁰ em 2,5;
- A percentagem de famílias com mais de 5 pessoas, que em 1991 representava 6,6% das famílias residentes, em 2011 baixou para 2%.

Complementarmente a dimensão média dos agregados domésticos privados que no início dos anos oitenta situava-se em 3,3 pessoas, em 2011 situou-se em 2,6 e em 2021 em 2,7 pessoas¹⁹¹;

- Os agregados domésticos unipessoais representavam em 2011, 21,4% das famílias residentes no nosso país das quais, cerca de metade, possuíam mais de 65 anos de idade; em 2021 num total de 4.2 milhões de famílias clássicas, cerca de 1/4 eram constituídas por 1 indivíduo; destas, 81,8% eram famílias monoparentais femininas.

Estas alterações refletem a evolução da composição e estrutura da nossa população bem como as mudanças operadas durante o último meio século no tipo de famílias, ao nível da sua redução, composição e formas de parentalidade. Assim:

- No início dos anos noventa as famílias monoparentais representavam apenas 6,3% do total de agregados domésticos privados, valor que ascendeu em 2011 a quase 10% desse total e em 2021 a 12% representando 452,8 milhares;
- O nº de casais sem filhos, que em 1991 representava 32% do total de casais, subiu em 2011 para os 41,2%. Em 2021 num total de 3,7 milhões de agregados domésticos privados, os casais sem filhos representavam cerca de 20% desse total, valor mais baixo da série iniciada na primeira década deste século e que atingiu em 2019, cerca de 25% dos 4,1 milhões de agregados domésticos privados.

A evolução do número médio de pessoas por família/agregado familiar em Portugal, expresso nos dados do INE (2019)¹⁹² permite apreciar duas destas situações bem como a transição operada no decurso do último meio século, desde 1960

190. Pordata - <https://www.pordata.pt/Portugal/Dimens%C3%A3o+m%C3%A9dia+dos+agregados+dom%C3%A9sticos+privados-511> 3JAN22

191. Pordata - <https://www.pordata.pt/Portugal/Dimens%C3%A3o+m%C3%A9dia+dos+agregados+dom%C3%A9sticos+privados-511> 24OUT22

192. INE (2019). Retrato Territorial de Portugal – 2019. Lisboa: INE

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

até 2018: a redução da extensão da família nuclear e o acréscimo das famílias unipessoais. Associamos este fenómeno ao agravamento do envelhecimento e ao êxodo populacional, sobretudo nas áreas mais interiores e em alguns municípios da área metropolitana de Lisboa e do Porto por razões de trabalho, de formação e outras causas desencadeadas pelos fenómenos de urbanização e terciarização dos principais centros urbanos e das áreas metropolitanas já assinaladas. Este padrão tem resultado da tendência de transferência das populações dos centros urbanos para as duas principais metrópoles e para a sua periferia, do envelhecimento, do isolamento das populações em locais mais distantes e da procura da população jovem pelos centros residenciais dotados de melhores infraestruturas e promotores do bem-estar dos seus habitantes.

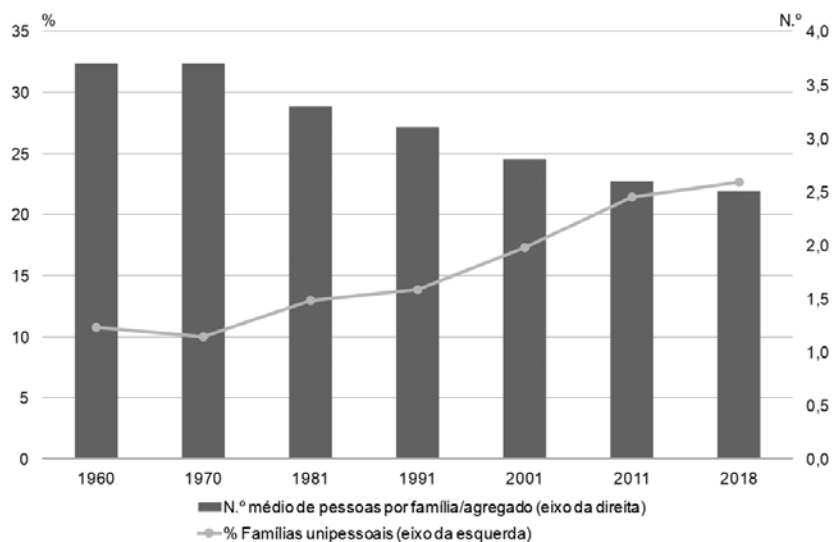


Fig. VI, 6 - Número médio de pessoas por família/agregado e percentagem de famílias unipessoais, Portugal, 1960-2018
Fonte: INE e Pordata
Fonte: INE, 2019 (RTP- Figura III.3)

Hoje como ontem continuam a fazer-se sentir as dicotomias norte-sul, litoral-interior e, sobretudo, rural-urbano, refletindo-se no espaço social e no ordenamento das áreas metropolitanas, na rede urbana associada às cidades e às suas periferias, nos cenários dos campos abandonados, das queimadas e das clareiras naturais e humanas que se estendem por todo o lado. Para além destas, a paisagem comum da sociedade portuguesa é dominada pelos tons cinzento e branco de

uma prole grisalha, marcada pelo envelhecimento da população que acompanha a marcha da evolução demográfica, a sua composição e estrutura, com incidências no futuro do nosso sistema social, produtivo e económico.

Os indicadores anteriormente transcritos realçam a situação de transição e de mudança do nosso sistema demográfico traduzido no envelhecimento, no aumento do número de óbitos, na redução dos nascimentos. Conjugam-se ainda com o aumento da esperança de vida, estimada em 2020 em cerca de 80,7 anos para as mulheres e 77,7 anos para os homens (Pordata), cuja variação no tempo resulta da ação de diversos contributos associados à medicina familiar e saúde pública, à cobertura e disponibilidade dos estabelecimentos hospitalares, aos projetos de envelhecimento ativo, aos recursos e meios financeiros disponíveis para o seu desenvolvimento, à criação de redes de serviços de apoio a cidadãos dependentes, à capacidade financeira individual e do sistema social e financeiro em suportar tais encargos, à abertura das corporações laborais para aproveitar muitos dos recursos humanos ora deixados fora do baralho. Estas situações realçam a socialização crescente à modernidade e as mudanças operadas no sistema demográfico português no decurso do último meio século.

A população portuguesa está a mudar e com ela a sua dinâmica traduzida na evolução dos saldos naturais e dos saldos migratórios que passaram a ser negativos desde o início da década passada. Também, devido à aquisição da nacionalidade portuguesa por parte de cidadãos estrangeiros cujo valor, em 2021, foi de cerca

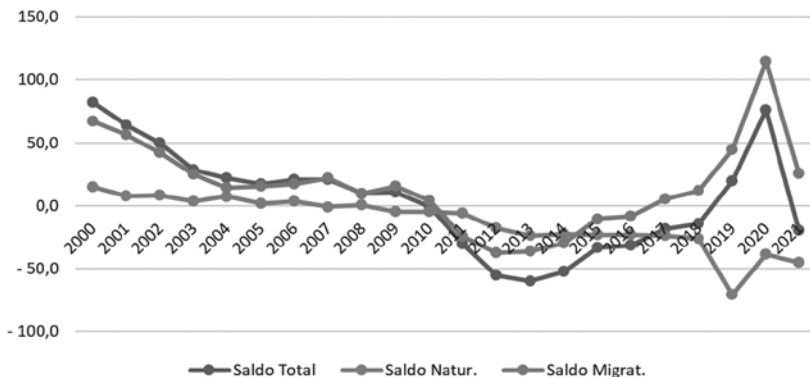


Fig. VI, 7 - Evolução do saldo natural e do saldo migratório: 2000-2021
(milhares de indivíduos)

Fonte: Pordata

foi de 11,8 milhares. Da variação conjunta destes fenómenos resultam as perdas de habitantes registadas em 2021 face a 2011, expressas igualmente nas projecções da população para as próximas décadas, situação que tem sido confirmada pelo INE (1972, 2004, 2009, 2017)¹⁹³ que aponta para uma redução da população portuguesa para valores inferiores aos do início da presente década.

No seu conjunto estes dados têm vindo a prever diferentes cenários dessa variação temporal e territorial, da transição e da mudança operada no nosso sistema démico com reflexos na sociedade portuguesa. Entre eles contam-se o desenvolvimento de diversas bolsas de maior povoamento, a par de grandes áreas de repulsão que se acompanham de situações de profunda alteração da estrutura demográfica da população nacional, da variação dos valores da natalidade e da mortalidade, do envelhecimento, das condições médico-assistenciais e da esperança de vida cujos valores, registados depois da eclosão da pandemia, tem vindo a decrescer. Analisemos em pormenor alguns aspetos da mudança em curso.

➤ Estrutura da população

Acompanhando a evolução do movimento natural da população importa ain-

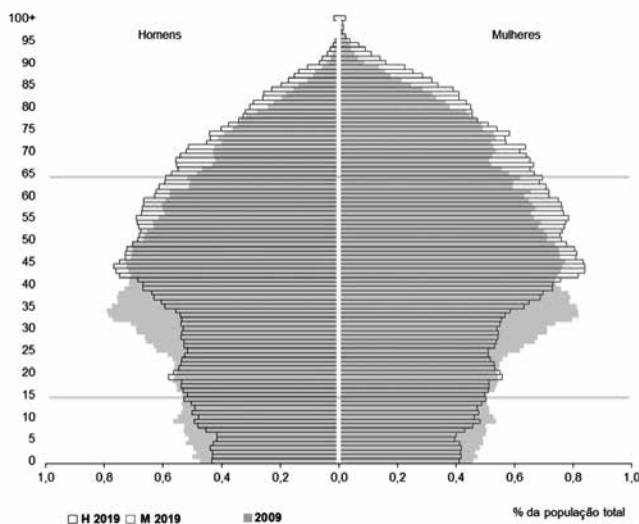


Fig. VI, 8 - Pirâmides etárias: 2009 – 2019

Fonte: INE (2020)¹⁹⁴

193. Veja-se: INE (1972). Projeções de População Residente – Continente e Ilhas Adjacentes. Lisboa: INE; INE (2004). Projeções de População Residente - Portugal e NUT II: 2000-2050: Lisboa: INE; INE (2009). Projeções de População Residente – Portugal: 2008-2060; INE (2017). Projeções de População Residente em Portugal: 2015-2080. Lisboa: INE
 194. INE (2020): Estimativas de População Residente em Portugal - 2019

da salientar o contributo da variação conjunta do saldo natural e do saldo migratório e dos seus reflexos na estrutura da nossa população. Quanto ao saldo natural a quebra de nascimentos agravou as condições do envelhecimento pela base da nossa pirâmide etária; o aumento da esperança de vida, que conduziu a um acréscimo da população idosa e o seu envelhecimento no topo. Já as saídas de jovens e adultos, levando a uma redução dos grupos funcionais dos ativos, estreitou o corpo dessa estrutura piramidal. Tais situações alteraram significativamente o desenho original do início do século passado, para configurações do tipo “às de espadas”, em “urna” ou já para formas mais singulares, em “cogumelo”, como o evidenciam as imagens das projeções demográficas mais recentes.

Estas formas de representação gráfica, traduzindo os efeitos de diferentes fatores, sociais e humanos, justificam novas leituras do fenómeno de envelhecimento populacional na sua relação com o todo dos habitantes ou tão só em relação com a população em idade ativa. Não sendo um caso isolado trata-se de uma situação comum aos regimes demográficos de outros países europeus que registaram mais precocemente os efeitos da revolução industrial e conseqüente processo de terciarização, acompanhados que foram da revolução demográfica e sanitária, da quebra da natalidade, da redução da população autóctone, do contributo dos movimentos migratórios, da revolução reprodutiva. No texto alargado de uma “Europa grisalha” são cada vez mais evidentes os traços de um continente envelhecido, incapaz de bastar-se na autorregeneração da sua população, atividades, construção e afirmação do futuro que reserva aos seus habitantes.

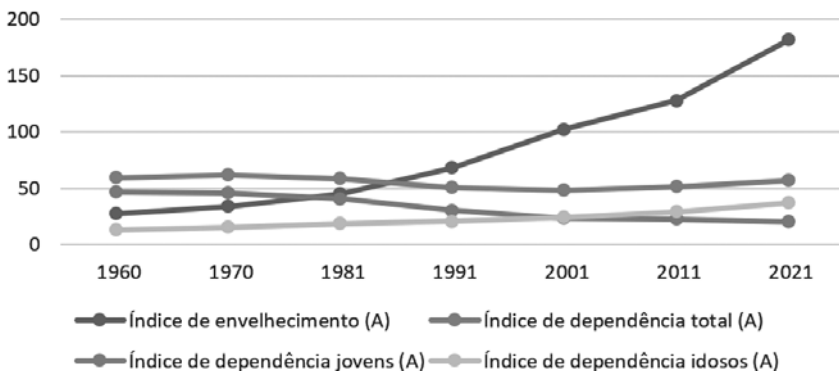


Fig. VI, 9 - Indicadores de envelhecimento: 1960-2021 (%)

Fonte: Pordata

Na sua ligação aos demais fenómenos demográficos a estrutura e a mobilidade da nossa população têm variado em função das oportunidades de emprego, das acessibilidades económicas e culturais e dos níveis de bem-estar dos residentes. No primeiro caso esta situação tem conduzido ao agravamento dos índices de dependência (jovem e idosos)¹⁹⁵; no segundo, à capacidade de renovação dos contingentes laborais, dos índices de dependência jovem e dos idosos nas diferentes NUTIs do país. Tal como acontece noutras circunstâncias, as clareiras demográficas do maciço central e da peneplanície alentejana fazem-se acompanhar de bolsas de dependência bastante significativas em relação ao total dos seus moradores.

A situação de declínio demográfico, evidente em Portugal há algumas décadas acentuou-se no decurso deste milénio devido à conjugação de outros fatores, nomeadamente das migrações internacionais, em consonância com a permeabilidade das fronteiras, a grande variação dos mercados de emprego e a mobilidade acrescida da população jovem e diplomada. No decurso das últimas duas décadas de Novecentos e começo da atual centúria aos valores elevados de imigração, com valores superiores a meia centena de milhares de admissões nos dois últimos anos da década passada, juntou-se uma variação da emigração nacional com valores inferiores a meia centena de milhares de saídas nos anos que nos antecedem. Note-se que estes contingentes incluem em grande número população jovem-adulta detentora de maiores habilitações académicas e formação profissional o que revela um movimento mais profundo de “fuga” de cidadãos qualificados e um desperdício face aos investimentos na formação superior desta população.

As alterações do clima económico em Portugal e da própria conjuntura internacional mudaram este movimento dando origem a uma quebra da imigração estrangeira e a um maior acréscimo da emigração de nacionais. Esta variação não sendo igualmente repartida no tempo nem uniformemente distribuída no território nacional, acentuou a litoralização e a concentração em torno dos principais centros urbanos, bem como o despovoamento do interior do país como consequências inevitáveis da dualidade e dos contrastes evidentes nos meios sociais.

195. INE: - “Índice de dependência de idosos – relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas com 15-64 anos)”.

- “Índice de dependência de jovens - relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas com 15-64 anos)”.

Apesar da importância da população imigrante nos diferentes grupos etários, em 2021 confirma-se o progressivo envelhecimento plasmado nas pirâmides etárias desde a década de sessenta do século passado. No presente esse envelhecimento acentuou-se no grupo etário dos jovens como o demonstra a redução de habitantes com idade inferior a 14 anos que representa, em 2021, apenas 18% do total de habitantes. Por sua vez a população idosa, com mais de 65 anos, atinge quase um terço dos residentes: 32% dos moradores. No conjunto de todos os habitantes a população ativa, entre os 25 e os 64 anos de idade, corresponde a 35% do total de recenseados nessa data.

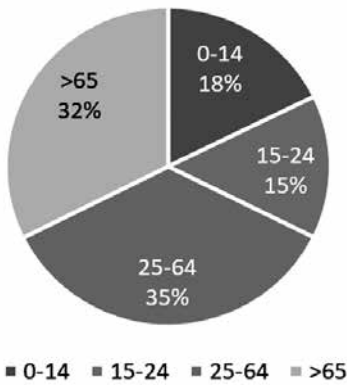


Fig. VI, 11 - Portugal: repartição da população por grupos etários: 2021 (%)
Fonte: INE (resultados provisórios)

Na sua repartição territorial, por NUTS II, as assimetrias acentuam-se entre o Norte: 35% dos moradores, o Centro: 22% e a Área Metropolitana de Lisboa, 28% e o Sul do país: Alentejo: 7% e Algarve: 4%. Por sua vez à população residente nos Açores, cerca de 236 milhares e a residente na Madeira, 250 milhares, cabe uma percentagem residual de cerca de 2% cada, desse total. Nesta distribuição está representado o peso dos diferentes grupos etários a que correspondem situações diferenciadas relativas à escolarização e formação, ao ingresso na vida ativa, à dependência dos idosos e às demais oportunidades de bem-estar e saúde dos residentes.

Tomando ainda como referência a análise da estrutura etária, a redução da população jovem traduz-se num acréscimo dos Índice de envelhecimento da população¹⁹⁶, que em 2011 atingiu o valor de 127,84. Este valor atingiu em 2021 os

196. INE: "Índice de envelhecimento - relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas dos 0 aos 14 anos)".

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

182 ou seja, por cada 100 jovens contavam-se 182 idosos. A sua repartição pelas diferentes NUTSII mostra a sua repartição regional com grande incidência no Alentejo e no Centro do país sendo que a região Norte, tradicionalmente a mais populosa, apresenta um índice de envelhecimento superior ao da média do país, de 184 idosos por cada centena de jovens.

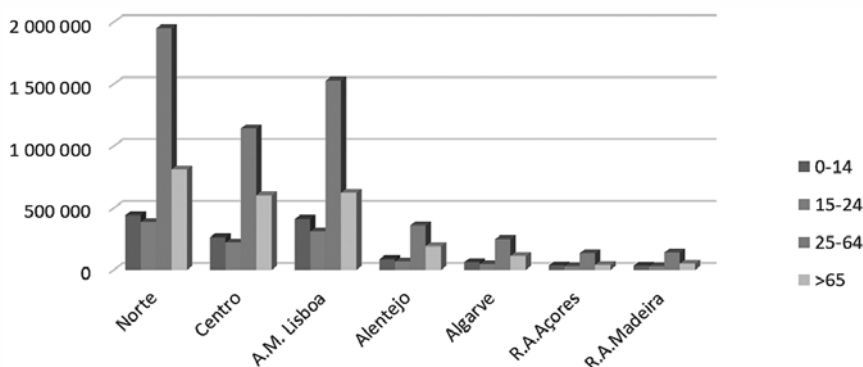


Fig. VI, 11 - Repartição da população por NUTS II e grupos etários: 2021
Fonte: INE (resultados provisórios)

Uma análise mais detalhada a nível do município confirma as observações já produzidas sobre a extensa área de repulsão do interior fronteiriço, não só a que retém menos habitantes, como a que acusa o envelhecimento mais acentuado da população portuguesa. A par destas áreas, outras ocorrem na proximidade de

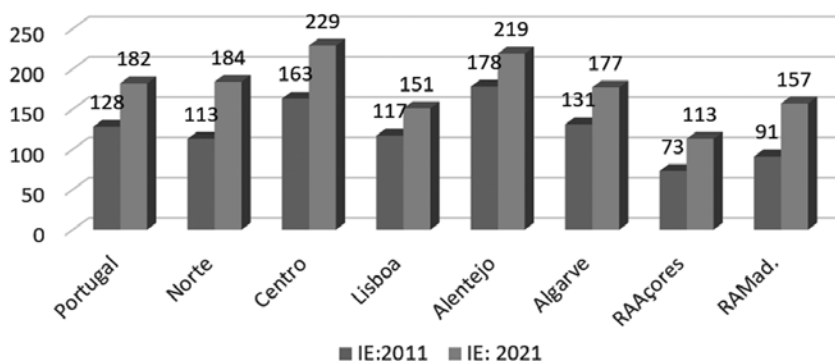


Fig. VI, 12 - Índice de envelhecimentos por NUTS II: 2011 e 2021
Fonte: INE (resultados provisórios)

alguns dos principais centros urbanos de outras regiões do país, constituindo-se como territórios de eleição para o agravamento da repulsão populacional em largas faixas do território nacional.

Outras implicações da estrutura demográfica da população residente fazem-se sentir no cálculo do Índice de renovação da população em idade ativa¹⁹⁷, indicador que traduz o número de admissões no mercado de trabalho em função dos que dele se ausentam. Reportando-nos apenas aos dados de natureza demográfica, em 2011 este indicador era de 94,3%, enquanto no início da década anterior, em 2001, tal valor atingia os 143,5% (INE, 2012¹⁹⁸). As quebras da população jovem repercutem-se na capacidade de renovação da população ativa como o demonstra a evolução recente do valor médio em 2020 de 78,7, com valores distintos em cada uma das NUTSII:

Quadro VI, 3 - Índice de renovação da população em idade ativa (Nº)
(2015-2020)

	2015	2020
Norte:	82,8	76,7
Centro:	75,8	75
Lisboa:	81,4	80,5
Alentejo:	72,9	70,8
Algarve:	79,7	77,9
RAAçores:	124,3	102,9
RAMad:	101,1	88,3

Fonte: INE

➤ Movimentos migratórios

No conjunto de situações que se alteraram na transição da segunda para a terceira década de XXI temos o movimento natural da população e os movimentos migratórios, sobretudo a imigração, a cujo incremento se assistiu durante o ter-

197. INE: "Índice de renovação da população em idade ativa - relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas com 55-64 anos)".

198. INE (2012) – Censos 2011 - http://www.ine.pt/ngr_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=150331034&att_display=n&att_download=y, 5DEZ13

ceiro quartel de Novecentos. A dependência geral destes movimentos é calculada em função das oportunidades criadas pelo sistema económico e decorre da sua natureza como fenómenos sociais complexos, associadas à evolução do sistema geopolítico mundial, ao crescimento económico e à mobilidade de extensos grupos da população, à diversidade de condições de vida e de salários, à diversidade dos mercados e às práticas ligadas ao carácter regular/irregular destes movimentos. A variação e perda da população para o estrangeiro foi durante a década anterior compensada pela forte imigração estrangeira, em crescendo desde o início do nosso século, com 207,587 milhares em 2000, duplicando para 445,262 milhares em 2010, decrescendo em seguida e quase duplicando entre 2015 - 338, 731 milhares de estrangeiros residentes – e em 2021 os 698, 536 milhares.

Como outros fenómenos sociais as migrações registam um tempo histórico (assente na sucessão de ciclos económicos) e um tempo biográfico (ligado às características dos migrantes), que faz variar os impactos e os modos de integração da população afetada por estas deslocações. Neste contexto o conhecimento das migrações internacionais, juntamente com a análise das tipologias dos movimentos migratórios, realça a mobilidade da mão-de-obra migrante entre diferentes bacias de emprego. Nestes locais a mobilidade geográfica anda ainda associada à mobilidade social e à atenuação do binómio vicioso do envelhecimento-natalidade. É neste contexto e sobretudo no caso de migrantes academicamente mais qualificados, que ganha relevância a igualdade profissional de indivíduos de ambos os sexos.

Embora mais tardiamente a situação demográfica portuguesa revela a dimensão e o aumento das comunidades de cidadãos estrangeiros residentes entre nós, sobretudo desde os anos setenta de Novecentos (Arroteia, 2008) na sequência do fenómeno de descolonização, da abertura das fronteiras e aumento da navegação aérea. A relevância desta imigração pode sistematizar-se através da sua evolução e nacionalidades. Recuando no tempo verifica-se um aumento dessa população que se traduz num acréscimo significativo a partir da década de noventa, acompanhando as alterações legislativas que permitiram regularizações de pedidos pendentes, expressos nos valores seguintes: 106.664 imigrantes residentes em 1991; 226.715 em 2001; 388.731 em 2015 e 662.095 milhares em 2020¹⁹⁹. Nesta data,

199. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) - <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2020.pdf> 5JAN2022

as comunidades mais representativas eram as de origem brasileira: 27,8%, inglesa: 7%; caboverdeana: 5,5%, romena: 4,5% e ucraniana: 4,3% e outras nacionalidades como italiana, chinesa, francesa, indiana, angolana. A descrição do SEF (2021, p. 23) permite identificar novos detalhes desta população anteriormente ao censo de 2021:

“A população potencialmente ativa representa 76,4% dos cidadãos estrangeiros residentes, com preponderância do grande grupo etário 25-44 anos (298.822). Releva o facto de a população com mais de 65 anos (9,5%) apresentar um peso relativo inferior à população de jovens entre os 0 e os 19 anos (14,1%); - Mantém-se a distribuição geográfica da população estrangeira, incidindo sobretudo no litoral, sendo que 68% está registada nos distritos de Lisboa, Faro e Setúbal, totalizando 450.074 cidadãos residentes, por oposição a 405.089 em 2019” (...).

Para além dos dados sobre a população estrangeira residente interessa assinalar que para além da imigração, outros movimentos há que completam a visão genérica das migrações em Portugal. Referimo-nos, em particular, à recusa dos pedidos de entrada na fronteira – cerca de 1,5 milhares em 2020 – e aos pedidos de asilo: proteção internacional, refugiados e outros - com variação flutuante ao longo do tempo -, assim como o acolhimento de refugiados. Em 2020, ao abrigo do Programa Nacional de Reinstalação, permitiu-se a transferência de 631 cidadãos estrangeiros de outros campos de refugiados, para Portugal.

Quadro VI, 5 – Evolução de pedidos de Asilo: 2011- 2020 (SEF)

<i>Asilo</i>	<i>2011</i>	<i>12</i>	<i>13</i>	<i>14</i>	<i>15</i>	<i>16</i>	<i>17</i>	<i>18</i>	<i>19</i>	<i>2020</i>
Prot.Intern	275	299	507	447	896	1469	1750	1272	1848	1002
Refugiados	x	x	x	x	x	109	119	286	183	77
Aut.Res.c/Prot.	x	x	x	x	x	267	382	405	113	17

Fonte: SEF, 2020

Da população imigrante recenseada, diferenciada nas suas origens geográficas e ocupações laborais, as profissões dominantes estão relacionadas com os serviços domésticos, a construção civil, o comércio ou já profissões especializadas ligadas à saúde (médicos e enfermeiros), professores e quadros de empresas, essencialmente de origem europeia. O comércio ocupava grande parte dos cidadãos chineses e as

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

atividades menos diferenciadas eram partilhadas pelas demais nacionalidades, em particular oriundas do continente asiático.

Devemos realçar que à semelhança do que aconteceu com a procriação da população portuguesa no estrangeiro durante o início do ciclo migratório europeu - onde a sua maior fertilidade contribuiu para uma melhoria efetiva do crescimento natural nos países de acolhimento - também em Portugal foi registado fenómeno idêntico com os novos residentes. Tal deve-se ao contributo da população ativa em idade de procriação que integra os contingentes migratórios, à dimensão dos núcleos familiares neste movimento e aos valores culturais referentes ao significado da natalidade no seio das comunidades de origem. Os dados atuais tendem a acentuar o significado da aculturação urbana das populações migrantes no sentido da redução da dimensão da família e a sua fixação na Área Metropolitana de Lisboa, economicamente mais favorecida e onde essa população, predominantemente em idade ativa, encontra maiores oportunidades de trabalho (SEF, 2021, p. 22).

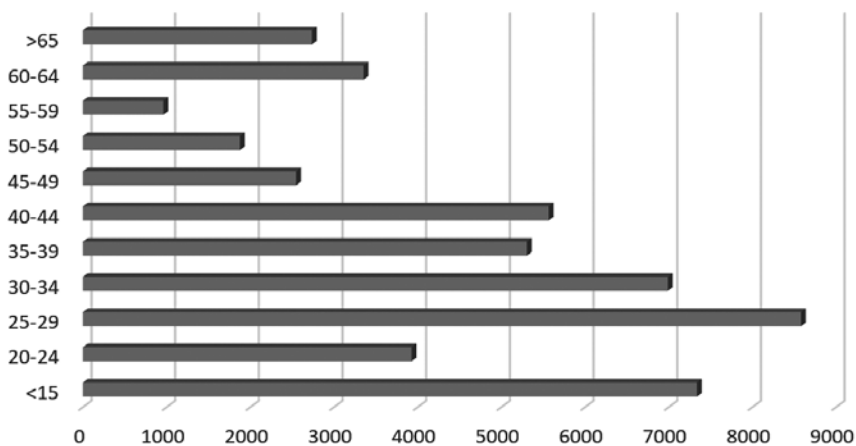


Fig. VI, 13 - Imigrantes permanentes por grupo etário: 2021

Fonte: Pordata

Quanto ao seu contributo no saldo da população residente, verifica-se que os nascidos vivos de mulheres estrangeiras residentes no nosso país aumentaram no decurso da última década e apesar de moderado - por via da ação conjunta do movimento natural e do movimento migratório - deu o seu contributo ao crescimento natural e efetivo dos nossos habitantes. Mesmo assim, foi negativo. Em 2021 dos 10,3 milhões de habitantes recenseados, a população estrangeira ascen-

deu a 698,5 milhares. No que respeita à sua repartição territorial é de salientar o peso que esta população tem no continente e, sobretudo, em municípios da Área Metropolitana de Lisboa: Lisboa: 108,6 milhares, Sintra: 42,5 milhares, Cascais: 34,1 milhares, Amadora: 23,8 milhares e Loures: 21,6 milhares.

Os dados do censo de 2021 registam uma população residente de nacionalidade estrangeira de 542.314 milhares.

Quadro VI, 4 – População residente de nacionalidade estrangeira (2021)

	Total	Nacionalidades							
	HM	Brasil	Angola	C.Verd.	R.U.	Ucrânia	França	China	Guiné.
Portugal	542 314	199 810	31 556	27 144	24 609	21 199	19 064	16 631	15 298
Norte	92 806	48 479	4 302	1 867	1 387	2 623	3 980	3 592	659
Centro	83 811	34 120	3 890	1 296	5 262	5 467	3 440	2 281	1 214
AM Lisb.	254 339	92 321	21 571	21 887	3 906	7 138	6 695	8 014	12 296
Alentejo	33 032	8 885	910	564	963	1 840	564	1 290	228
Algarve	67 945	14 694	767	1 376	12 031	3 914	4 045	1 081	868
RA Açor.	3 348	639	56	126	157	58	130	230	10
RA Mad.	7 033	672	60	28	903	159	210	143	23

INE – Censos 2021 – resultados definitivos

O contributo das migrações internacionais faz-se ainda sentir através do registo de saídas da população portuguesa (OE, 2020)²⁰⁰, o que mostra o seu carácter estrutural e a dependência do nosso mercado de mão-de-obra face à conjuntura interna e internacional como foi descrito anteriormente. É o que se pode apreciar neste último período da nossa análise com a evolução das saídas para países europeus, que no decurso da década passada foram dirigidas para Espanha, Reino Unido, Luxemburgo e Suíça, países que conjuntamente com a França, a Alemanha e Andorra fizeram parte o rol de países europeus então preferidos pela emigração portuguesa.

A partir dos anos noventa estas preferências diversificam-se para países da União Europeia e fora dela. Nestes contingentes inclui-se a população jovem-adulta, detentora de maiores habilitações académicas e formação profissional que

200. Observatório da Emigração (2021). Emigração portuguesa 2020: Relatório estatístico. Pires, R. P., Azevedo, J., Vidigal, I., & Veiga, C. M. (2020)

consubstancia um movimento mais profundo de fuga de cidadãos qualificados. Não bastasse a fuga de jovens em idade de procriação e com eles o potencial de renovação das novas gerações, a saída de quadros academicamente qualificados acarreta uma situação de duplo empobrecimento demográfico e científico, perdendo-se por esta via os investimentos na formação superior e profissional desta população.

As formas de mobilidade dos portugueses incluem ainda regressos anunciados e forçados de antigos emigrantes, que por razões de idade, alteração do projeto de vida ou já de desemprego nos anteriores países de destino, foram obrigados a voltar ao seu país. Quanto às saídas os dados disponíveis ilustram este fenómeno que ao longo da primeira década do presente século traduziu-se em mais de 1,717 milhões de emigrantes (Observatório da Emigração, 2011)²⁰¹ para destinos como a Venezuela, que na década seguinte, devido a alterações políticas na condução do regime, deixou de fazer parte deste roteiro. Uma breve análise às condições em 2011 dá conta da população que já residiu no estrangeiro e do período do seu regresso a Portugal.

O censo desse ano permite ainda concluir que entre a população de nacionalidade portuguesa que havia residido no estrangeiro, ocorreu o regresso acentuado de habitantes no decurso dos anos setenta de Novecentos e a sua variação nas décadas seguintes: 31,6 %, no decurso da década de setenta; 19,6%, entre 1981 e 1990; 21,9 %, entre 1991 e 2000; 9,1 %, entre 2001 e 2005 e 12,5 %, entre 2006 e 2011. No primeiro caso podemos interpretar esse fenómeno como resultado da conjugação de dois fatores distintos:

- Incentivos ao regresso de emigrantes estabelecidos em países europeus, como em França e na Alemanha, ou mesmo fora deles como nos EUA nos anos próximos à 1ª crise energética de 1973;
- Fenómeno de retorno de cidadãos portugueses das ex-colónias em data próxima à sua independência;
- Regresso de emigrantes portugueses residentes em países estrangeiros no termo do respetivo “ciclo migratório”.

201. Observatório da Emigração (dados relativos a 29/8/2011)

**Quadro VI, 6 - Emigrantes permanentes (Nº)
por grupos de países de destino (2015-2020)**

	Total	País de destino EU - s/PT		Extra EU
2015	40 377	27 633	UE28	12 744
2016	38 273	28 928	UE28	9 181
2017	31 753	22 556	UE28	9 197
2018	31 600	21 348	UE28	10 252
2019	28 219	21 973	UE28	6 246
2020	25 886	14 047	UE27 (>2020)	11839
2021*	25 079			

Fonte: INE: Estatísticas demográficas: 2020 & Pordata

*Total

Os exemplos dos anos seguintes correspondem, em muitos casos, ao fim de vida de um ciclo emigratório das primeiras gerações de portugueses que saíram para a Europa no período correspondente ao de forte emigração dos anos sessenta e setenta do século passado. Estas e outras razões relacionadas com o estado do mercado de emprego nos países de imigração justificam esses valores e novos movimentos de reemigração, que continuam a alimentar outros fluxos recentes na mobilidade da nossa população. Entre 2015 e 2021 o total de emigrantes permanentes ascendeu a 351,2 milhares, com maior relevância para países da União Europeia. Se incluirmos neste cômputo os emigrantes permanentes o total de saídas ultrapassa os 772,3 milhares, montante que realça a continuidade deste movimento, como “válvula de escape” das tensões sociais e laborais evidentes na nossa sociedade. Deste conjunto realça-se a variação das saídas de diplomados pelo ensino superior particularmente no contexto da crise pandémica de 2020 e 2021.

Para além dos valores da emigração permanente devemos igualmente ter em conta a emigração temporária que terá ascendido, no mesmo período, a mais de 151,2 milhares de saídas. Estes fenómenos justificam a variação das comunidades de cidadãos nacionais residentes no estrangeiro cuja dimensão, características e diversidade territorial, constituem fatores de atração para novas saídas. Aqui podemos incluir os destinos transoceânicos tradicionais, os intraeuropeus – nomeadamente Inglaterra e países da União Europeia - como os lugares mais distantes na América, África, Ásia e outros destinos.

**Quadro VI, 7 - Emigrantes permanentes com >15 anos de idade (%)
por nível de escolaridade completo: 2015-2020**

Anos	Total	Nível escolaridade completo		
		ISCED.1-2	ISCED:3-4	ISCED:5-8
2015	100	43	27	29,9
2016	100	35,8	22	40,5
2017	100	42,5	26,9	28,7
2018	100	38,9	19,6	40
2019	100	28,3	29,4	42,3
2020	100	34,3	29,3	34,2

¹Classificação Internacional Tipo de Educação (CITE)/International Standard Classification of Education (ISCED):

ISCED 0-2: Educação pré-escolar, Ensino básico 1.º, 2º e 3º ciclo;

ISCED 3-4: Ensino secundário e Ensino pós-secundário;

ISCED 5-8: Ensino superior.

Fonte: INE: Estatísticas demográficas: 2020

De notar que parte significativa desta população, constituída por emigrantes mais jovens com projetos de mobilidade diferenciados, pode movimentar-se entre países distintos consoante as oportunidades de emprego ou regressar ao seu país de origem no termo do ciclo de vida individual ou familiar em que participam. Assim acontece aos migrantes com carácter permanente, aos emigrantes temporários com contrato e, sobretudo aos trabalhadores que se deslocam sem qualquer vínculo empresarial e se ocupam em determinadas tarefas relacionadas com a sua formação, experiência profissional ou necessidades conjunturais do próprio mercado de trabalho.

Quadro VI, 8 - Emigrantes temporários (Nº) por sexo: 2015-2021

Anos	Total	Sexo	
		H	M
2015	60 826	44 101	16 725
2016	58 878	42 312	16 566
2017	49 298	33 960	15 338
2018	50 154	33 736	16 418
2019	48 821	32 317	16 504

Anos	Total	Sexo	
		H	M
2020	42 323	27 979	14 344
2021	40904	21800	19104

Fonte: INE, Pordata, 2022

No conjunto dos movimentos registados entre a década de noventa de Novecentos e a atualidade, os valores relativos ao montante de cidadãos portugueses nascidos em Portugal e a residir no estrangeiro deve somar-se aos valores já assinalados sobre a distribuição de comunidades de cidadãos portugueses. A sua evolução acompanha os diferentes ciclos das migrações portuguesas para diversos países de acolhimento e a sua expressão no solo pátrio.

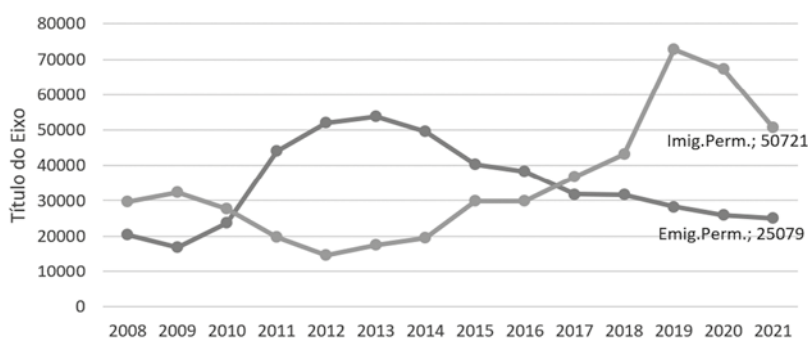


Fig. VI. 14 - Saldo migratório: emigrantes/imigrantes permanentes, 2008-2021 (Nº)

Fonte: Pordata

Uma breve referência ao mercado de trabalho e à sua evolução durante este último meio século permite apreciar o seu crescimento até ao começo do século XXI: 3,6 milhões de ativos em 1974; 5,128 milhões em 2001 e o seu decréscimo para valores 2020. Sobre este assunto, regista o INE (2021, p. 26)²⁰²: “*Em 2020, a população ativa em Portugal ascendeu a 5 165,1 mil pessoas, a que corresponde a uma taxa de atividade (15 e mais anos) de 58,0%, inferior em 1,3 pontos percentuais (p.p.) à do ano anterior.*” Deste total, apenas 255,8 milhares - 5,3% - trabalhava

202. INE (2021) Anuário Estatístico-2020: Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

em atividades do setor primário; 1.212,3 milhares - 24,9% - no setor secundário (indústria, energia e água, construção) e 3.381,5 milhares - 69,8% - no setor terciário (serviços).

A evolução destas parcelas revela os efeitos do abandono da agricultura por parte da população rural, envelhecida e atraída por outros setores de atividade. Tal como tem vindo a suceder na E.U. esta variação foi acompanhada pelos efeitos da desindustrialização do país, traduzida na queda de empregos e na redução do Valor Acrescentado Bruto da atividade industrial no PIB e por um acréscimo significativo dos serviços e atividades financeiras.

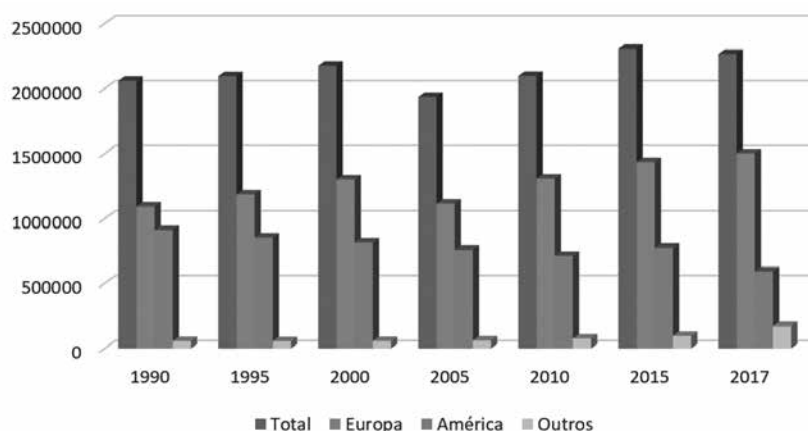


Fig. VI, 15 - Estimativa do número total de emigrantes portugueses (stock): nascidos em Portugal a residir no estrangeiro, por continente, 1990-2017²⁰³

Fonte: Observatório da Emigração – 2020 - Quadro 1.4

A transferência de mão-de-obra dos setores tradicionais para o setor terciário acompanha o crescimento dos serviços em detrimento dos setores produtivos que se acelerou com o processo de construção europeia, a livre circulação de bens e de pessoas, o aumento do nível de escolarização da população jovem e o défice de criação de novos empregos nas atividades tradicionais. Esta situação está plasmada na repartição da população ativa pelos principais setores de atividade, em par-

203. Observatório da Emigração – 2020 - Quadro 1.4 Estimativa do número total de emigrantes portugueses (stock): nascidos em Portugal a residir no estrangeiro, por continente, 1990-2017

Fonte: Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). Trends in International Migrant Stock: The 2017 revision (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2017)

ricular na agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca, que anteriormente ao início da segunda década do nosso século apresentava valores superiores a cinco centenas de milhares de ativos, decaindo a partir de 2011 para menos de duas centenas de milhares: 175,2 milhares em 2011 e 130,2 milhares em 2021. Na indústria transformadora esse montante tem-se mantido oscilante rondando, nas mesmas datas, 782,7 milhares na primeira data e 754,4 milhares em 2021 e a construção, 342,1 milhares. Na sua relação com a urbanização e a terciarização crescente da nossa sociedade, o setor terciário foi o que cresceu de forma mais significativa alcançando cerca de 3,2 milhões de ativos no censo de 2021.

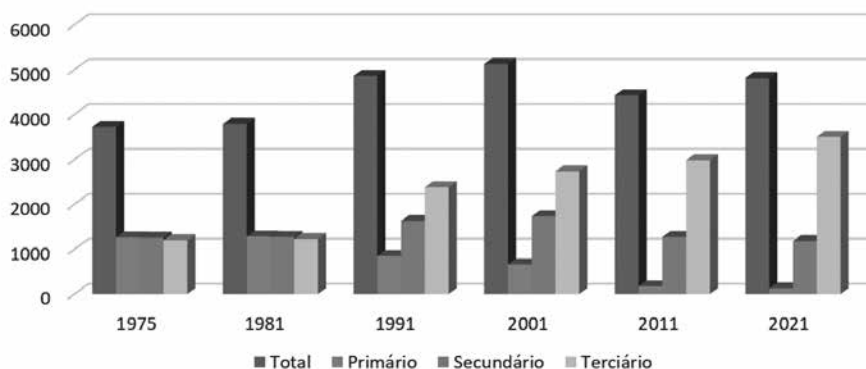


Fig. VI, 16 - População empregada por grandes setores da atividade económica (Milhares de ativos)

Fonte: Pordata

A situação em 2021 registada no Anuário Estatístico de Portugal (INE, 2022, p. 26) regista seguinte:

“A população ativa com pelo menos o ensino secundário no total da população dos 25 aos 64 anos era superior em 23,0 p.p. à de 2011 (passando de 31,0% para 54,0%). No caso da população ativa com pelo menos o ensino superior no total da população dos 25 aos 64 anos o acréscimo foi menor, 13,6 p.p. (passando de 15,5% para 29,2%). A população empregada foi estimada em 4 812,4 mil pessoas, tendo aumentado 128,6 mil pessoas (2,7%) relativamente a 2020, retomando a tendência crescente quebrada em 2020.”

As imagens relativas à distribuição dos principais centros urbanos e ao traçado dos eixos de circulação no continente permitem associar alguns dos traços da população às condições geográficas e assimetrias espaciais que assinalam o nosso

ordenamento social e territorial. Aos desequilíbrios conhecidos juntam-se vastas áreas com características demográficas comuns marcadas pela grande mobilidade, envelhecimento e repulsão de habitantes. Tais situações acompanham os desequilíbrios regionais mais evidentes do todo nacional e a sua dualidade litoral/faixa interior, que atesta a litoralização e a concentração populacional e urbana nos centros citadinos de maiores dimensões na metade ocidental do país.

Como assinala Mateus (2013, p. 259), “*o modelo de povoamento do país é dual, com a população a cair no interior e a crescer no litoral, numa bipolarização urbana em torno das duas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto*”. Neste cenário surgem ainda outras concentrações urbanas de tamanho mais reduzido que não conseguem superar as assimetrias estruturais das terras raianas. Aqui a rarefação do povoamento é menor; a racionalização dos equipamentos públicos, mais difícil; a inovação social, apesar da percentagem de população diplomada, pouco evidente e a tendência para o êxodo surge como uma solução coletiva, sobretudo para as populações jovens e adultas.

Esta distribuição dos habitantes no país, não sendo homogénea, exige a sua apreciação num contexto territorial mais reduzido que permita conhecer os condicionalismos naturais e as possibilidades do homem quanto à exploração dos recursos disponíveis e atividades. Em data recente o INE (2019) – Retrato Territorial de Portugal - torna público a “*informação estatística de base territorial disponibilizada pelo Sistema Estatístico Nacional*”, com relevância territorial em três domínios: Qualificação territorial, Qualidade de vida e coesão, Crescimento e competitividade. Quanto à importância da educação, “*como direito humano e base fundamental da sociedade civil, contribuindo para a coesão e inclusão social e qualidade de vida das populações*”, na sua relação com o desenvolvimento regional cita um estudo do Conselho Nacional de Educação assinalando que esta permite “*criar condições de qualificação e sentido de pertença aos territórios*’ (CNE, 2018), *detendo uma dimensão social e económica de valor acrescentado e competitividade para as populações e os seus territórios.*” Estas considerações, baseadas nos dados recolhidos a nível das unidades estatísticas territoriais (NUTII e NUTIII), reforçam o sentido e a missão da rede de ensino superior universitária e politécnica, nomeadamente da Universidade de Aveiro (Arroteia, 2013, pp. 127-193) no que respeita ao processo de desenvolvimento regional em áreas distintas, como:

- Formação de recursos humanos e capital humano;

- Construção do conhecimento científico e pedagógico;
- Territorialização da formação e desempenho;
- Partilha do saber e cooperação institucional;
- Participação em redes internacionais.

A análise de cada um destes contributos e o tratamento estatístico das informações recolhidas pelo sistema estatístico nacional, se devidamente apreciadas, permitem uma leitura mais adequada do espaço humanizado, do meio natural, das dinâmicas urbanas, dos eixos de circulação e das relações destes fenómenos com o aproveitamento e a ocupação do solo. Como fator dinâmico deste processo regista-se o acentuar da mobilidade geográfica da população e das atividades humanas que acompanham e acentuam a dualidade, os contrastes e os fenómenos de exclusão persistentes na nossa sociedade. Para além das assimetrias espaciais relacionadas com a distribuição dos habitantes, características e atividades dominantes, importa ainda destacar os efeitos das acessibilidades aos bens e equipamentos sociais e culturais; a concentração de investimentos e o padrão tradicional da mobilidade dos moradores que na sua marcha continuam a acentuar o padrão de despovoamento, a geografia das dependências e os contrastes do território português.

Isoladamente e nas suas relações com o traçado das principais vias de circulação rodoviárias e eixos de circulação ferroviária traçados nos finais de Oitocentos, mantém-se o padrão mais antigo reforçado em tempo recente pela construção de novos acessos decorrentes dos financiamentos comunitários e europeus a Portugal e da ação continuada e sinergias entre o Poder Central e o Poder Local. Apesar da sua referência ao ano de 2011, a imagem relativa às cidades estatísticas produzido pelo INE (2019), ajuda-nos a compreender certos aspetos da mobilidade da população portuguesa, nomeadamente da população jovem e estudantil do ensino superior, nas suas preferências académicas e migrações intermitentes.

Retomando trabalhos anteriores (Arroteia, 1984 e 2008) recordamos que a existência de um país geograficamente desarticulado no seu ordenamento físico, rede urbana, acessibilidades e infraestruturas, é uma situação antiga e reforçada pela maior concentração e dimensão populacional dos centros urbanos do litoral em detrimento da rede esparsa e assimétrica que domina a metade interior do país. Por razões geográficas e históricas a rarefação do povoamento e a dimensão dos centros urbanos é, aí, consideravelmente menor. Disso nos dá conta a distribuição da evolução da densidade humana que acompanha os desequilíbrios espaciais de-

terminados pela distribuição dos habitantes, das suas atividades, acessibilidades e equipamentos. O padrão dessa distribuição realça a concentração espacial da rede urbana e a acessibilidade litorânea decorrente do traçado e densidade dos eixos de comunicação, das condições de emprego e concentração de infraestruturas económicas e outras, situando-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, com densidades de ocupação média no início da década passada de 1.580 hab./km² e 1.484 hab./km², respetivamente quando no país esse valor era de 111,3 hab./km² em 2013. Em 2021 a densidade média situava-se em 112,2 habitantes /km², com grandes disparidades em termos territoriais” (INE, 2022.b, p. 14).

Esta distribuição confirma a relevância destes centros, o processo de litoralização/despoamento do interior e a atração exercida pelos centros de maiores dimensões e carga de equipamentos. Tais questões, há muito identificadas por diversos cientistas sociais (Gaspar, 1987; Nazareth, 1988), reforçam a natureza dos problemas de índole demográfica na sua relação com o ordenamento social e territorial do país, reconhecido pelos níveis de desarticulação territorial e pela geografia das dependências expressa na estrutura, projeções e distribuição da população portuguesa. Bolsas de idosos, clareiras demográficas, áreas de atração humana e áreas de repulsão em grandes extensões, são imagens que sugerem a continuação de medidas adequadas ao ordenamento do território, aos investimentos demográficos e ao planeamento social no seu todo e ao autárquico em particular.

Não fosse a extensão de tais desequilíbrios e dos indicadores relacionados com os traços da sociedade dualista (Nunes, 1964), essa tarefa seria hoje facilitada pelas condições de vida e trabalho, pelo emprego e acessibilidades disponíveis, pelos efeitos das políticas laborais e sociais de educação, saúde, assistência social que não conseguiram ainda construir regiões mais homogéneas e com melhor qualidade de vida para a população residente nas áreas rurais e nas cidades. A este respeito a definição de critérios estatísticos sobre as aglomerações urbanas, a “cidade estatística”, corresponde a um ajustamento dos critérios estatísticos estabelecidos pela Lei nº 11/1982, de 2 de junho, aos limites territoriais desses centros. De acordo com o INE²⁰⁴,

“A cidade estatística é a unidade territorial que corresponde ao ajustamento do perímetro urbano, consagrado nos instrumentos jurídicos de ocupação de solos para a povoação com categoria de cidade, ao perímetro das subseções estatísticas

204. INE – Divisão administrativa https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=6251013&xlang=pt 29OUT22

utilizadas pelo INE na Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) e que a integram”.

Em 2021 este montante ascendia a 159 (INE, 2022, p. 12), onde

“Residiam cerca de 4,5 milhões de indivíduos, o que correspondia a 43,1% do total da população residente em Portugal. A maioria das cidades situava-se nas regiões Norte (54 cidades) e Centro (43), seguindo-se o Alentejo (21 cidades), a AML (17), o Algarve (11) e finalmente as regiões insulares: 7 cidades na Região Autónoma da Madeira e 6 cidades na Região Autónoma dos Açores.”

A situação presente continua a levantar muitos desafios à geografia e ao ordenamento do território na sua ligação direta com a marcha dos fenómenos sociais e totais relacionados com o estado presente e o devir da nossa sociedade, com a evolução da população, o seu envelhecimento, a quebra da natalidade, a atividade laboral e as políticas laborais e de desenvolvimento. Estas condições são determinantes para o bom exercício da governança e para a “sã política”, que para A. Comte (1828) *”não deveria ter por objecto fazer avançar a espécie humana, que se move por impulso próprio, seguindo uma lei tão necessária quanto a da gravidade, embora mais modificável; ela tem por finalidade facilitar sua marcha, iluminando-a”*.

A previsível evolução negativa da população portuguesa e europeia assinala um novo paradigma demográfico, menos desenvolvimentista, estabilizador e exigente nas suas novas configurações sociais e humanas, na sua literacia e oferta de formação, nos seus modelos laborais e práticas sociais, na inclusão e melhoria dos seus modos de vida e ocupação das gerações de jovens, adultos e idosos. As perspetivas sobre a evolução desta população tendo de há muito surgido nas preocupações entre o crescimento da população e as subsistências (Malthus, 1798), continuam a ser desenvolvidos em estudos de geografia e economia da população, nomeadamente em trabalhos da ONU, do World Economic Forum, do Banco Mundial e outras entidades internacionais.

No que se refere à situação portuguesa os dados recolhidos aquando dos últimos censos confirmam diferentes aspetos da desarticulação territorial – também social - marcada pela distribuição, evolução e movimentos da população, conjuntamente com a crescente urbanização do litoral em contraste com o interior do país. Referências anteriores relacionadas com as condições geográficas naturais, as condições climáticas, os padrões de distribuição humana mais antigos, assentes em razões históricas e de acessibilidade física confirmaram a extensão deste pa-

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

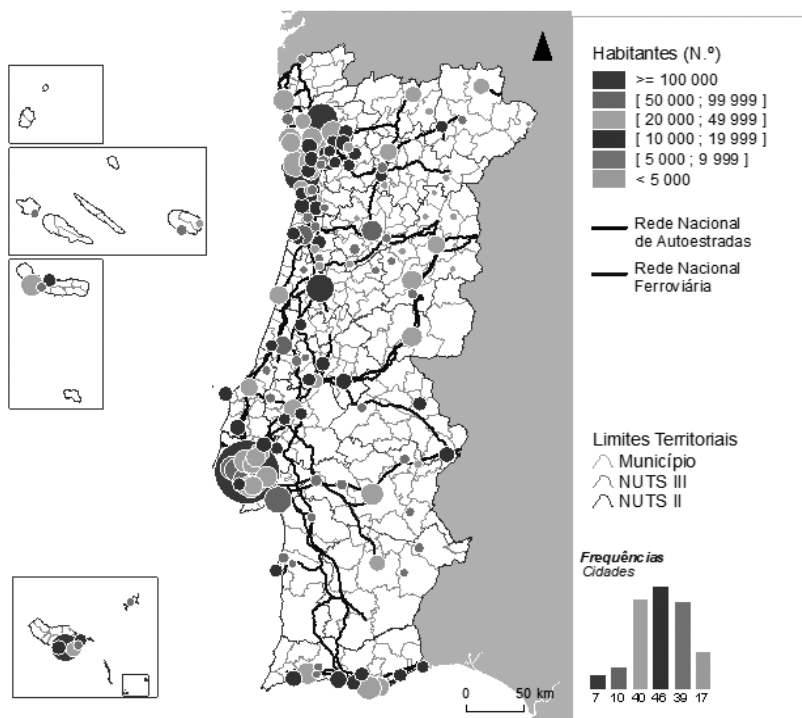


Figura II.1 – População residente em cidades estatísticas, 2011
INE (2019) - Retrato territorial de Portugal

drão, as políticas de ordenamento territorial e social mais próximas que não conseguiram alterá-lo. Toma-se como exemplo a distribuição do “poder de compra” em Portugal que em 2019 (INE, 2021)²⁰⁵

“Era superior à média nacional em cerca de 10% dos municípios portugueses, maioritariamente localizados nas duas áreas metropolitanas de Lisboa (10 em 18 municípios) e do Porto (6 em 17) ou coincidentes com capitais de distrito. Apenas 22 municípios concentravam 50% do poder de compra nacional. No conjunto, as duas áreas metropolitanas concentravam mais de metade (52%) do poder de compra, apesar de reunirem 45% da população do país.”

Esta situação só por de si reveladora de diferentes assimetrias espaciais configura outro tipo de desequilíbrios como os que decorrem da própria estrutura produtiva, igualmente desarticulada no espaço nacional.

205. INE: Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 2019 - https://www.ine.pt/ngr_server/attachfileu.jsp?lookparentBoui=528348419&att_display=n&att_download=y, 11JAN2022

**Quadro VI, 9 - Distribuição regional e Índices de disparidade do PIB (...)
per capita por NUTS II: 2018**

Regiões	Euros	Índice
Norte	14041	85
Centro	17300	87
A.M.Lisboa	25916	130
Alentejo	18481	93
Algarve	22151	111
R.A.Açores	17607	88
R.A.Madeira	19438	97
Portugal	19952	100

Fonte: INE: 2020 – Quadro 6

Não sendo um fenómeno recente a expressão quantitativa destas assimetrias não se limita, apenas, aos fenómenos de natureza demográfica, mas exige uma leitura alargada de diferentes domínios das políticas públicas com expressão em indicadores recolhidos pelo sistema estatístico nacional, nomeadamente os que se referem ao nível de qualificação académica e profissional, à repartição da população ativa e níveis de (des)emprego. A nível global o processo de mudança, de democratização e inclusão do nosso sistema social e político deve igualmente ser aferido em função dos resultados da gestão da coisa pública, da satisfação e do bem-estar da população portuguesa e das vicissitudes que acompanham a evolução do sistema económico e político europeu e mundial.

Em data recente fatores internos e externos estão na origem da quebra de atividades tradicionais relacionadas com os sectores primário e secundário, com a terciarização crescente das nossas atividades, a mobilidade humana, o despovoamento geográfico e a dependência extrema dos mercados exteriores. Assim o revela a repartição regional do PIB/per-capita ao nível das diferentes NUTIII, reflexo da própria competitividade regional (INE, 2020)²⁰⁶. Estas situações traduzem-se num conjunto de assimetrias espaciais que confirmam os desequilíbrios territoriais, sociais e humanos que afetam o nosso território e sociedade há muito diagnosticados. Outros fatores são de considerar. Entre eles a regeneração da po-

206. INE – Contas regionais: base 2016, 2018 e 2019 Provisório (15 de dezembro de 2020) - https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=469659499&att_display=n&att_download=y: 14JAN22

pulação ativa face à sua redução presente é uma consequência do arrefecimento demográfico do sistema social na sua relação com o sistema europeu e internacional onde nos inserimos.

Estes desafios, assentes em perspetivas diferenciadas e algumas vezes complementares sobre o território e o espaço de representação e vivência das novas realidades demográficas e sociais do país, justifica uma visão integrada da nossa grei e população. Mais ainda, a construção de um modelo de crescimento e contrato social que tenha em conta os diversos cenários sugeridos pelos dados dos últimos recenseamentos. A reforçá-lo estão também as situações de dependência demográfica de natureza geracional, laboral e educacional, com expressão diferenciada por regiões, mas com resultados semelhantes no sistema social português que decalcam as assimetrias espaciais, as dualidades sociais, a heterogeneidade dos níveis de desenvolvimento e de fadiga económica, bem como a capacidade de inovadora onde se concentra a população com maior nível de instrução de nível pós-secundário e superior.

2 – INVERNO DEMOGRÁFICO E REVOLUÇÃO REPRODUTIVA

O estudo da população nos dias de hoje prossegue o interesse milenar do seu conhecimento para efeito do exercício da guerra e da cobrança de impostos usado desde os antigos impérios sobre os cidadãos. No caso da evolução da natalidade, a sua apreciação individualizada e na sua relação com as subsistências e sociedade foi iniciada no século das Luzes por T. Malthus (1798) dando origem, desde então, a diferentes tipos de apreciação. Na época contemporânea este debate alargou-se a temas como a pobreza e as suas causas, firmando-se a sua leitura e efeitos nos salários (Ricardo, 1817; Stuart Mill, 1873), salários e crescimento económico (Proudhon, 1840), propriedade privada e capital (Marx, 1867), recenseamentos (Congresso Internacional de Estatística de Bruxelas (1848).

No início do século passado a primeira Conferência Mundial sobre população, realizada em Genève em 1927, centrou-se nos problemas da “*superpopulação humana*” e seus reflexos sobre recursos naturais, meio ambiente e migrações. Em meados da centuria com o aprofundamento do fosso entre os países subdesenvolvidos e os países ricos - associado ao crescimento industrial e urbano da revolução industrial -,

alargaram-se as preocupações ambientais que estão plasmadas em declarações universais, como a “*Declaração da Conferência de ONU sobre o Ambiente Humano*” (Estocolmo, 5-16 de junho de 1972) e a aprovação de 26 princípios universais:

1) “*O direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras*”; 2) *a preservação dos recursos naturais da terra “incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais (...), mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento (...)*”.

Nesta apreciação cabem outros estudos relacionados com a “*gramática civilizacional*” (Braudel, 1989) ou a evolução do “*processo civilizatório*” (Ribeiro, 1998) que acompanham a mudança das sociedades tradicionais ou já os efeitos do “*crescimento zero*” (Sauvy, 1973) da população e o “*inverno demográfico*” (Dumont, 2011). Estes são temas recentes que culminam em 2021 com a realização da “*Conferência das Nações Unidas sobre alterações climáticas (COP26 e COP 27)*”²⁰⁷ causadas pela humanidade na intensa exploração da terra e dos seus recursos. Durante este período marcado por flutuações várias a nível do crescimento económico, repartição da riqueza, intensificação dos cenários migratórios, ameaças geopolíticas, ambientais e outras a União Europeia, reunindo informações dos países membros, tem vindo a proceder à construção de um retrato fiel e atualizado da sua população²⁰⁸. Estas preocupações têm presente os princípios adotados no Tratado de Lisboa (2007)²⁰⁹, são inspiradas “*no património cultural, religiosos e humanista da Europa, de que emanaram os valores universais que são os direitos invioláveis e inalienáveis da pessoa humana, bem como a liberdade, a democracia, a igualdade e o Estado de direito*”.

Da diversidade de informação recolhida pelo sistema estatístico nacional retemos alguma informação complementar sobre dois dos subsistemas sociais que nos ajudam a compreender a evolução próxima da marcha da população, a evolução, fecundidade e envelhecimento, relacionada com a educação e a saúde dos habitantes.

207. Realizadas: a primeira em Glasgow, Reino Unido, 1 de novembro de 2021 e a segunda em 7-8 de novembro de 2022

208. Eurostat: you key to European statistics - <https://ec.europa.eu/eurostat/web/main> 14JAN22

209. Alterações introduzidas no Tratado da União Europeia e no Tratado que institui a Comunidade Europeia. In: Jornal Oficial da União Europeia, 17/12/2007



À semelhança do que foi anteriormente assinalado temos presente a importância da educação, da saúde e do mercado de trabalho (F.C.G., 2021, p. 13) como exemplo dos setores reveladores da transição e mudança social entre nós. Cabe, por isso, ter em consideração a evolução da população escolar que reflete as mudanças (loc. cit.) que se “foram reconfigurando a sociedade portuguesa nas últimas décadas, produzindo novas lógicas e condições sociais, bem como lançando as bases para novos futuros possíveis”. Tal diz respeito às medidas de política educativa, promotoras da democratização e acessibilidade ao ensino obrigatório num contexto generalizado de arrefecimento demográfico. No passado próximo e depois da implantação do regime democrático diversas referências podem ser tomadas nomeadamente a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo Português (Lei nº 46/86) e as alterações complementares²¹⁰ que decorrem de ajustamentos do sistema a novas realidades sociais internas e à construção do espaço europeu de ensino superior firmado no processo de Bolonha. Mais ainda, devemos atender à educação como (F.C.G. 2021, p. 14), “um indicador portador de futuro também em termos de estruturação familiar e mercado de trabalho”.

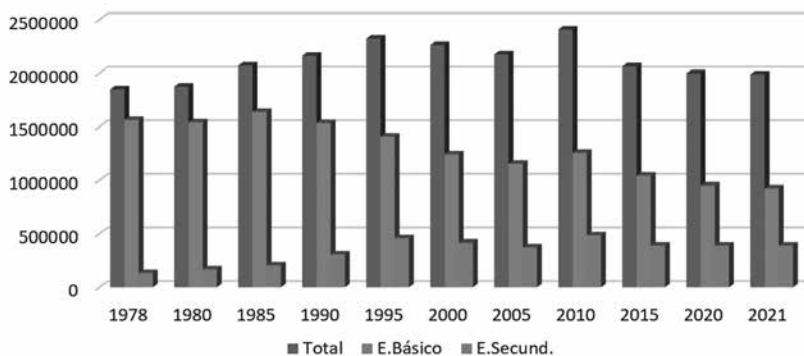


Fig. VI, 18 - Alunos matriculados: total e por nível de ensino: 1978 - 2021

Fonte: Pordata

210. Lei n.º 85/2009 - Diário da República n.º 166/2009, Série I de 2009-08-27
 Lei n.º 49/2005 - Diário da República n.º 166/2005, Série I-A de 2005-08-30
 Lei n.º 115/97 - Diário da República n.º 217/1997, Série I-A de 1997-09-19

A evolução dos alunos matriculados no decurso do último meio século dá conta do aprofundamento do processo de democratização e da procura da educação por parte da população jovem. Contudo é assinalável a redução do total de alunos no sistema educativo, movimento que se traduz na quebra da população escolar ao nível do ensino básico e o aumento da “esperança de vida escolar” no ensino secundário, que por “efeito de onda” acaba por se refletir na frequência do ensino superior cuja população ascendia, em 2021 a 1,7 milhões de alunos neste subsistema de ensino.

Tomando com referência as medidas de democratização do ensino obrigatório, secundário e superior iniciadas em 1974, a consulta do estudo de Mateus (2013, p. 355) dá igualmente conta do seguinte: “*Em 1985, menos de um terço dos portugueses tinha completado o ensino básico. Em 25 anos, praticamente duplicou o peso da população com ensino secundário ou superior*”.

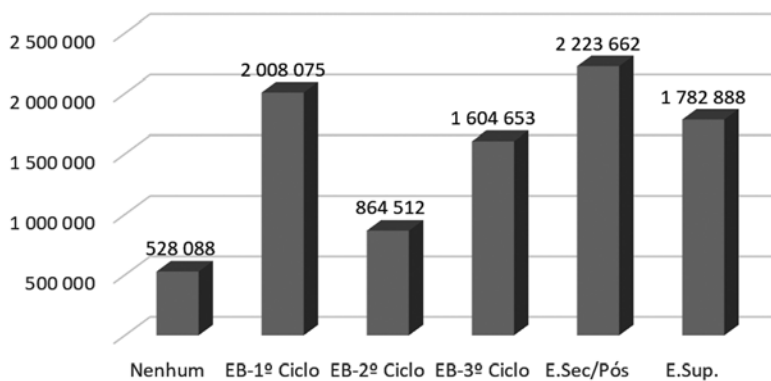


Figura VI, 19 - população residente por nível de ensino completo: 2021

Fonte: INE, 2022.b

Esta situação permite comparar, em data próxima, informações recolhidas ao nível de escolaridade completa, ou seja, da qualificação académica dos recenseados. Verifica-se que em 2011 a população com grau de ensino superior, entre os 30-34 anos, era de 29% a nível nacional, registando Lisboa um valor bem superior à média, de 36%. Acompanhando esta sequência no ano letivo de 2017/2018 a taxa de transição/conclusão no ensino secundário, de 86,1% no país, foi superior à média nacional no Norte, Centro e Alentejo. Já a Área Metropolitana de Lisboa regista um valor inferior de 82,4. Em relação ao ano letivo de 2017 os

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

dados divulgados pelo INE no Retrato Territorial de Portugal – 2019, permitem verificar algumas situações que antecipam a realidade do censo de 2021.

No ano letivo de 2017/18, a relação de diplomados (as) do ensino superior por 1.000 habitantes atingia o máximo de 182 na Região de Coimbra, 135,9 em Trás os Montes, 111,8 nas Beiras e Serra da Estrela e 104,7 na Área Metropolitana de Lisboa. São, no entanto, os centros urbanos de maior dimensão que apresentam capacidade redobrada de fixação moradores academicamente mais qualificados, respondendo à procura de serviços e outras atividades aí instaladas.

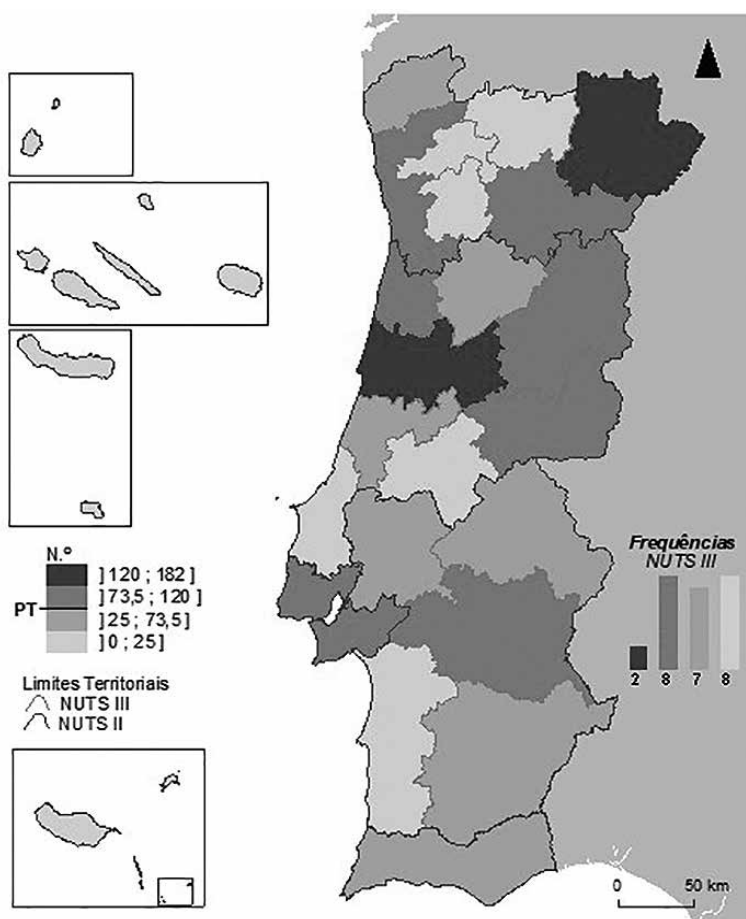


Fig. VI, 20 - Diplomadas/os do ensino superior por 1000 habitantes, Portugal e NUTS III, ano letivo 2017/2018
INE, 2019 – Retrato territorial de Portugal (Figura II.24)

A distribuição territorial ao nível das NUT III surpreende ainda pelos dados recolhidos nas áreas fronteiriças, tradicionalmente as mais desfavorecidas nas suas dinâmicas populacionais e condições de desenvolvimento socioeconómico e bem-estar dos habitantes. Esta e outras situações apontam para a existência de diferentes desequilíbrios regionais do nosso sistema educativo e da necessidade da sua análise juntamente com outros indicadores ligados à formação profissional, ao sistema laboral, à herança económica e cultural das famílias, à ideia e ao projeto de individual da educação terciária e oportunidades da formação de nível superior pós-secundária no desenvolvimento humano e pessoal dos alunos. Porventura, ainda, na matriz empresarial dominante e na leitura do setor em relação à natureza da formação, perfil e competências dos diplomados por este sistema de ensino.

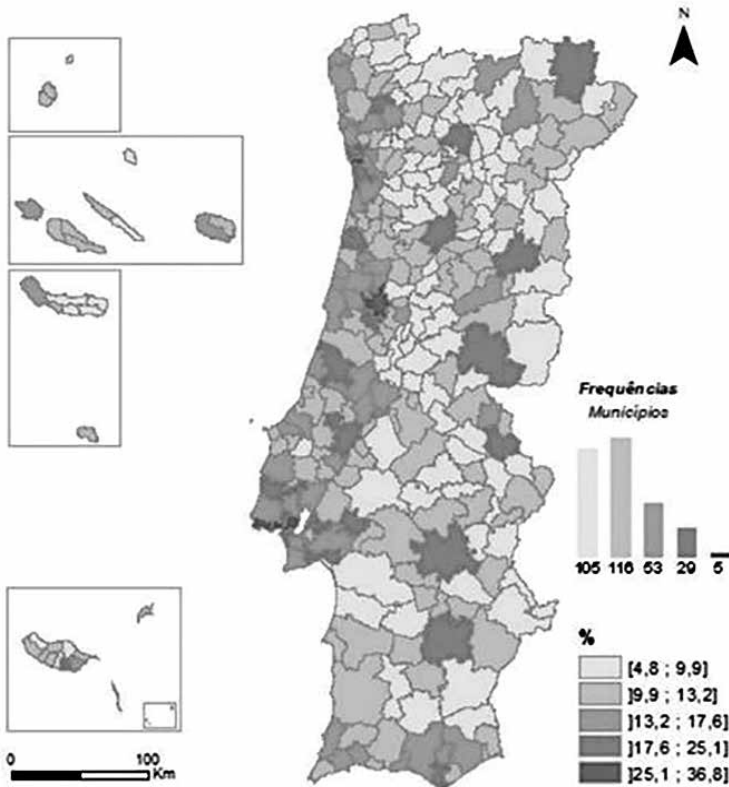


Fig. VI, 21 – População residente com ensino superior completo: 2021 (Município, %)

Fonte: INE, Censos 2021 – resultados provisórios

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Os indicadores estatísticos sobre a procura são esclarecedores da importância regional dos estabelecimentos de ensino superior, mas sugerem uma apreciação ponderada sobre a missão da educação terciária na sua relação com o desenvolvimento humano e desenvolvimento regional, perfil empresarial, científico e laboral das empresas e serviços, na sua relação com as ações e os investimentos realizados no âmbito de projetos europeus e das iniciativas do poder local nestas unidades territoriais intermédias. Neste domínio poderíamos recolher exemplos de diferentes práticas e resultados, iniciativas e projetos desenvolvidos e resultados no âmbito das políticas de emprego, crescimento económico, desenvolvimento social e humano.

Tendo presente os dados do censo de 2021 o número de habitantes com 15 ou mais anos não possuindo qualquer nível de ensino ascende a 5,9%. Uma segunda nota realça que quase metade da população – 49,7% - frequentou o ensino básico completo, resultado da escolaridade voluntária ou das medidas de política educativa que em anos anteriores tornaram obrigatória a sua frequência; 24,7 % dos recenseados possuem o ensino secundário completo ou já formação pós-secundária e 19,8% dos habitantes são diplomados pelo ensino superior, muitos com formação doutoral. Quanto a esta distribuição o maior número de diplomados com o ensino superior residia:

- Área Metropolitana de Lisboa: 559,4 milhares;
- NUTII Norte - 559,4 milhares;
- NUTII do Centro - 342,6 milhares
- NUTII do Alentejo - 90,5 milhares;
- NUTII do Algarve - 69,9 milhares;
- R. A. da Madeira – 36,1 milhares;
- R. A. dos Açores - 29,6 milhares.

Tendo em conta a distribuição da população com maior qualificação académica, regista-se ainda:

- A importância sub-regional dos municípios que acolheram as sedes do Ensino Superior Politécnico e as suas escolas;
- Os reflexos da democratização do ensino superior e da acessibilidade física por parte da população desses municípios e das unidades vizinhas;
- O contributo dos eixos rododiferroviários, sobretudo de traçado longitudinal que atravessam o território nacional: o litoral, o intermédio e o interior;

- As muitas clareiras desenhadas com o auxílio deste indicador, que na maioria dos casos correspondem a áreas geográficas marcadas por traços físicos e humanos que assinalam a desigual repartição dos solos, da população e das suas atividades. Acompanha, ainda, a distribuição antiga da população, a sua estrutura etária e evolução da fertilidade notada no Noroeste português e, sobretudo, na principal área metropolitana do país.

Os aspetos assinalados sobre a escolaridade da população ganham maior significado se inseridos num conjunto de indicadores relacionados com o desenvolvimento humano (PNUD, 2020, p. 19), “*índice composto que mede as realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno*”. Para além de indicadores de desenvolvimento económico, ambientais e de rendimento, a ação da educação e da saúde no cálculo das desigualdades sociais e humanas, justifica uma nota complementar sobre o subsistema de saúde.



Seguindo o conceito de saúde²¹¹ da WHO²¹², “*Health is a state of complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity*”. Tal exige a construção de um sistema de saúde de âmbito nacional acessível na sua rede, especialidades médicas, cuidados, pessoal e projeto, que atenda à marcha, estrutura e perfil de saúde da população suportada por uma rede alargada de estabelecimentos hospitalares, centros de saúde, postos médicos, locais de diagnóstico, farmácias e pessoal habilitado. Mais ainda, a uma ideia, estrutura, ação e ponderação que tenha em atenção as consequências dos desequilíbrios sociais (PNUD, 2020, p. 3) hoje agravados pelos efeitos do Covid-19 e conflitos internacionais.

A este respeito e alertando-nos para o problema das desigualdades, o relatório do PNUD de 2020 (loc. cit.), adverte:

“Os novos agentes patogénicos – ou as epidemias que podem provocar – não caem do céu. A Covid-19 propagou-se rapidamente ao redor de um mundo interligado e prosperou, em particular, por entre as fendas das sociedades, explorando e exacerbando uma miríade de desigualdades ao nível do desenvolvimento

211. Anuário Estatístico de Portugal – 2020. Lisboa: INE

212. World Health Organization - <https://www.who.int/about/governance/constitution> 8JAN22

humano. Em demasiadas situações, estas fendas frustraram os esforços para controlar o vírus”.

Valendo-nos dos dados do INE (INE, 2020)²¹³ e do “*Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR)*” retratado nas estatísticas da saúde de 2018 (op. cit., p. 15), “*metade (50,1%) da população com 16 e mais anos avaliava como bom ou muito bom o seu estado de saúde em 2019 (...)*”. Embora circunscrita no tempo esta informação ganha maior relevância nos habitantes com níveis de escolaridade mais elevados (op. cit. p. 16), superior a 70% “*no caso dos que terminaram o ensino secundário ou o ensino superior*”; nos empregados: 65,4%, percentagem mais elevada que no caso dos desempregados – 51,4% e da população reformada: 55% dos casos. Regista ainda o mesmo documento (op. cit., p. 17), que

“A análise temporal do período para o qual se dispõe de informação evidencia três fases distintas na evolução da proporção de pessoas com avaliação que o seu estado era muito bom ou bom: uma primeira fase até 2011 caracterizada por tendência crescente, a que seguiram três anos, de 2012 a 2014, em que se reduziu, e uma terceira etapa novamente caracterizada pelo aumento. A proporção das pessoas com avaliação que o seu estado era mau ou muito mau exhibe uma tendência decrescente que se acentuou a partir de 2015.”

Estas referências, juntamente com os traços da população residente e a consulta de diferentes indicadores sobre a rede de equipamentos, pessoal, atendimentos e enquadramento económico e educacional da população portuguesa, estão plasmadas em diferentes retratos territoriais que informam sobre a construção social do sistema de saúde em Portugal, isoladamente e no contexto da EU. No nosso caso o Serviço Nacional de Saúde público, criado em 1979, tem (F.C.G., 2021, p. 52) “*cobertura universal e financiamento basicamente suportado pelo imposto, que integra verticalmente cuidados de saúde primários (...) e cuidados hospitalares (...)*”. Em relação ao futuro adverte este estudo (op. cit., p. 59) que

“O direito à saúde não resulta apenas do sistema de saúde (...) porque depende da aptidão de dada sociedade para canalizar todas as suas capacidades e por essa via contribuir para que os seus cidadãos sejam produtivos, participativos e proativos (...) de criar condições para que todos possam aceder aos tratamentos necessários para ter boa saúde”.

213. INE – Estatísticas da Saúde – 2018. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

No presente a informação contida na publicação do INE (2022)²¹⁴ permite assinalar, em termos de cobertura nacional, a disponibilidade de 228 hospitais (110 públicos e 128 privados) diferencialmente repartidos pelo Norte: 81 unidades, Centro: 60 e Área Metropolitana de Lisboa: 57.

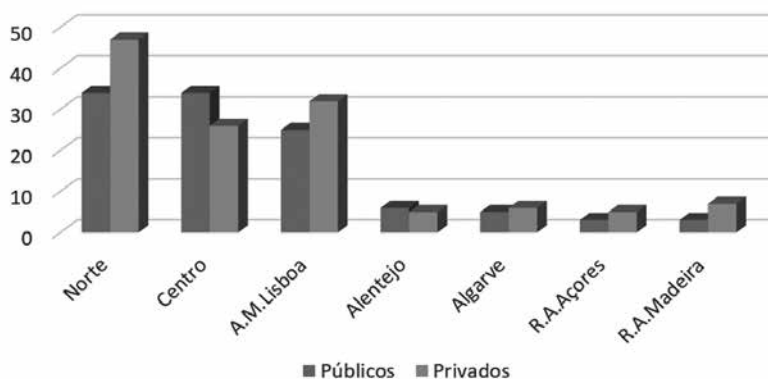


Fig. VI, 22 - Hospitais por NUTS II: 2020

Fonte: INE

Já a distribuição do pessoal médico segundo o local de residência, num total de 57.198 em 2020, 60% dos quais titulares de uma especialidade médica, repartiam-se preferencialmente pelas regiões Norte e Área Metropolitana de Lisboa: respetivamente 19.873 e 19.360 médicos; pela região Centro: 11.707 médicos e em menor valor, pelas demais NUTS II – Alentejo: 2.258, Algarve: 1.899 - e Regiões Autónomas – Açores 902 e Madeira – 1.202 médicos. Na mesma data, o pessoal médico em serviço nos hospitais²¹⁵ ascendia a 24,8 milhares, os enfermeiros a 39,9 milhares e os técnicos de diagnóstico e terapêutica a 8 milhares. Quanto ao estado geral dos habitantes em 2020, 43,2% dos habitantes referiram ter doença crónica ou prolongada, em particular os habitantes do grupo etário dos 65 + anos: 73,8 % e ao grupo dos 16-64 anos, 32,5%.

Estes valores podem ser completados com a informação relativa à esperança de vida à nascença, que no último triénio de 2019 (op. cit., p. 18) seria de 83,51 anos para a mulher e 77,95 anos para o homem. A comparação deste indicador

214. INE (2022). As pessoas – 2020. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

215. Pordata - <https://www.pordata.pt/Portugal/SNS+pessoal+ao+servi%C3%A7o+nos+hospitais+e+centros+de+sa%C3%BAde+++Continente-3322.11> JAN2022

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

com os dados de 1970 - em que esse valor era de 64 anos para os homens e de 70,3 anos para a mulher -, juntamente com outros dados relativos à mortalidade infantil, ou seja, ao número de óbitos ocorridos durante o primeiro ano de vida, registado em 1973 (Carrilho, 1977 p. 16): de 43,64‰ no continente, 63,64‰ nos Açores e 58,63‰ na Madeira, mostra que baixaram em 1975 para 38,66‰, 46,27‰ e 38,95‰, respetivamente. Comparativamente a 1950-1953, temos a seguinte distribuição: 89,93‰ no continente, 144 ‰ nos Açores e 111‰ na Madeira. Em 1980 assinala-se uma quebra acentuada dos mesmos: 21,8‰ no continente; 27‰ nos Açores e 26,7‰ na Madeira, movimento este que se acelerou no decurso deste último meio século denotando uma melhoria significativa da assistência materno-infantil e da evolução da cobertura médico-sanitária no país. Em 2020²¹⁶ esse valor baixou para 2,3‰ no continente, 4,8‰ nos Açores e 3,2‰ na Madeira.

Não obstante esta situação, as questões levantadas pela geografia da saúde materno-infantil no nosso país, exige uma atenção redobrada do mapa de acessibilidades físicas e humanas disponibilizadas no âmbito do sistema nacional de saúde e da articulação entre territórios e serviços contíguos que prestam os cuidados primários à família e aos nados-vivos que ocorrem.

Quadro VI, 10 - Causas de morte: 1950, 1970 e 2000

Causas morte/	1950	1970	2000
D.infecc./parasit.	13.5	1.0	1.0
Tum. malignos	4.8	11.7	20.3
D. ap. circulat.	14.2	17.0	38.7
D. ap. respirat.	8.7	12.0	9.7
D. ap. digest.	3.8	7.5	3.9
Outras doenças.	20.4	26.5	11.6

Fonte: F.C.G., 2021, p. 12

Nesta evolução verifica-se ainda que as causas de morte em Portugal entre 1950 e 2000 traduzem uma alteração das condições de vida - como a tuberculose responsável em 1950 por 11.7% dos óbitos e 0.3% em 2000 - do mercado de tra-

216. Pordata - <https://www.pordata.pt/Municipios/Taxa-de+mortalidade+infantil-371> 11JAN2021

balho e da assistência médica, bem como os efeitos do progresso científico na área da medicina operado a partir do último quartel do século passado. Uma breve incursão às causas da morte no final da década passada, em 2019, os maiores valores referem-se a doenças do aparelho circulatório (INE, 2021)²¹⁷, com cerca de 33,6 milhares de óbitos, a tumores: 29,1 milhares e a doenças do aparelho respiratório: 12,2 milhares. Esta informação pode ser completada por outros dados divulgados em data próxima ao censo de 2021, as estatísticas da saúde-2019²¹⁸, sobre a avaliação que os habitantes fazem ao seu estado de saúde entre 2004 e 2020.

Regista o INE (2021, p. 12)²¹⁹:

“A análise temporal da série iniciada em 2004 evidencia três fases distintas: uma primeira fase até 2011 caracterizada por tendência crescente, a que seguiram três anos, de 2012 a 2014, em que a proporção de pessoas com avaliação positiva se reduziu, e uma terceira etapa novamente caracterizada pelo aumento contínuo do indicador, que se manteve em 2020 apesar das limitações impostas pelas medidas de mitigação da pandemia COVID-19.”

A pandemia recente marca a procura e o funcionamento do sistema de saúde português desde o início de 2020 conduzindo, desde então, a um aumento substancial da mortalidade (INE, 2021)²²⁰, *“que se traduziu num excesso de 1925 óbitos*

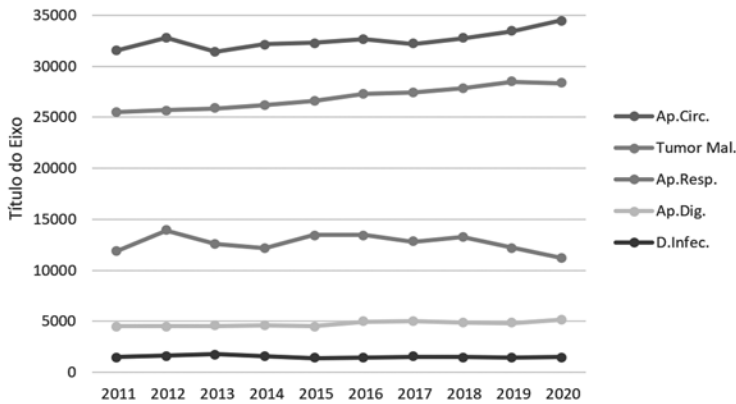


Fig. VI, 23 - Óbitos ocorridos por principais causas de morte: 2011-2020

Fonte: Pordata

217. INE (2021). Estatísticas da saúde – 2019. Lisboa: INE

218. INE (2021). Estatísticas da saúde – 2019. Lisboa: INE

219. INE (2021). Estatísticas da saúde – 2019. Lisboa: INE

220. INE. Um ano de pandemia: uma breve síntese. - https://www.ine.pt/ine_novidades/1APandemia/6/index.html 11JAN2022

em média mensal relativamente ao período de referência (5 anos anteriores) dos quais 1.363 associados ao vírus SARS-COV2". Desta distribuição (loc. cit.), "o mês de janeiro de 2021 foi aquele em que se verificou o maior número de óbitos (19.634), mais 66,1% que em janeiro de 2020. O mês de junho foi o que registou menor mortalidade (8.547 óbitos) e o menor aumento relativamente ao mês homólogo de 2019 (5%)".

A sua evolução nos meses seguintes ficou assinalada pela presença de vários picos de contágio associados ao aparecimento de novas variantes com reflexos imediatos no acréscimo da procura de cuidados médicos e desenvolvimento do processo de vacinação de idoso, adultos e crianças em idade escolar. Da sua eclosão recente assinala-se a série curta de mortes associadas ao COVID (INE)²²¹ desde 2020:

- Em 2020, 6972 óbitos ou seja, 5,6% do total de 123.679 óbitos registado nesse ano;

- Em 2021, 12004 óbitos, correspondendo a 9,6% dos 125.032 óbitos registados no mesmo ano;

- Em março de 2022, os valores mostram uma redução de casos: +_10.000/dia, da incidência/1000 habitantes: 762 e do índice de transmissibilidade R(t): 1,02.

Uma observação complementar permite assinalar (Expresso)²²² que entre 10 de janeiro de 2021 e 4 de fevereiro desse ano ocorreu um número máximo de mortes em Portugal, "sempre acima das 600 mortes diárias e atingindo um máximo de 748". Este registo obriga-nos a recuar um século, aos anos da gripe pneumónica do pós-guerra, em 1918, quando se verificaram valores igualmente elevados. Sobre este assunto o Portal de Saúde Pública, transcrevendo um contributo de Frada (2005)²²³, dá conta que a "pneumónica de 1918" causou 60.474 mortos entre os grupos etários dos 20-29, 30-39, 40-49 e 50-59 anos. A distribuição do Mixovirus no país foi mais intensa (loc. cit.), na "área localizada na bacia do Tejo, entre Lisboa e Santarém onde veio a desencadear grande mortalidade" distribuindo-se noutras áreas do país (loc. cit.), "na razão inversa do grau de qualidade e eficácia dos recursos médicos, os quais, nesta época, deveriam deixar muito a desejar fora das Comarcas de Lisboa, Porto e Coimbra".

A evolução da situação presente permite seguir a evolução trimestral de óbitos

221. RR - <https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2022/01/14/2021-quase-10-das-mortes-em-portugal-atribuidas-a-covid-19/268246/> 14JAN22

222. Expresso Curto - expresso@news.impresa.pt 11JAN2022

223. Portal de Saúde Pública: A pneumónica de 1918 em Portugal: estudo socioeconómico e epidemiológico com particular análise do concelho de Leiria. Fonte: Frada (2005).

causados pela pandemia na sua relação com a mortalidade total durante o ano da sua eclosão, em 2020.

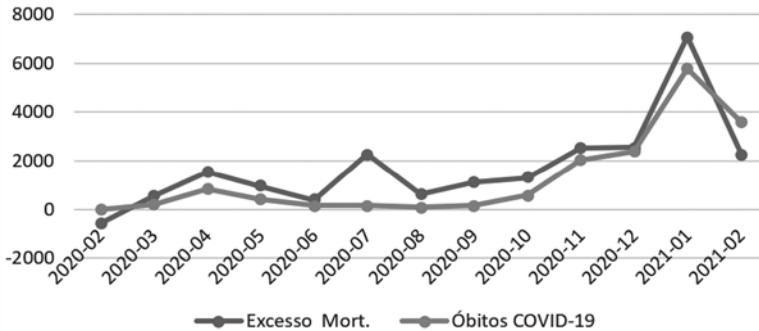


Fig. VI, 24 - Excesso de Mortalidade e Óbitos por COVID 19 (Trimestre)

INE: Um ano de pandemia: uma breve síntese²²⁴

A par deste aumento a natalidade (INE, 2021) registou uma “*diminuição de 4,8% no número de nascimentos no 1º ano da pandemia e consequente agravamento do saldo negativo*”, verificando-se que o mês de setembro foi o que acolheu maior número de nascimentos. Acresce a esta situação (INE, loc. cit.): “*Durante o 1º ano da pandemia, mais de metade dos nascimentos ocorreram fora do casamento (58,4%), acentuando assim a tendência dos últimos anos*”. Em 2021 o número de crianças nascidas por 1.000 residentes decaiu para 7,7. A variação conjunta da mortalidade e da natalidade levou a um acréscimo do saldo natural negativo da população neste primeiro ano da pandemia, ocorrência registada no Censo de 2021 – que indica uma taxa bruta de mortalidade de 12%0. Complementarmente o número de nascimentos no conjunto de 1.000 mulheres em idade de procriação situa-se em cerca de 35,8%0, situação que agrava as condições de renovação das novas gerações, a continuidade de antigas instituições e um conjunto de outras circunstâncias de um inverno demográfico que atinge o espaço geográfico, humano e identitário da nossa sociedade.

Diversos estudos e reflexões relacionadas com o crescimento da população e a sua adaptação a cenários demográficos, económicos e civilizacionais distintos põem em evidência teias e relações complexas do homem e dos seus comporta-

224. INE: Um ano de pandemia: uma breve síntese - https://www.ine.pt/ine_novidades/1APandemia/index.html 11JAN2022

mentos em situações reais de escassez e de abundância, repartidas de forma desigual na ecúmena humana. Aos efeitos das mudanças climáticas em curso juntam-se os resultados de uma inversão populacional, envelhecimento e intensificação das migrações humanas que têm vindo a confirmar o agravamento da relação direta entre a disponibilidade de recursos e a sua posse, com formas de dominação e de poder mundial associados à disputa entre espaços económicos e geoestratégicos e a riscos de conflitos regionais de maior extensão.

Com a queda da fecundidade da população ocidental, por razões distintas que decorrem de fatores naturais e da decisão humana, as perdas de população nos nossos dias prestam-se a análises distintas que procuram não só compreender a natureza, as causas e a marcha dos fenómenos demográficos totais, como fomentar a cooperação entre organismos internacionais e países para enfrentar alguns dos desafios gerados pelo “inverno demográfico” que nos acompanha (F.C.G., 2021.02, p. 42): “*A Europa será um continente com uma população altamente envelhecida, e esse é um processo difícil de reverter*”. Em época passada a interpretação da “*densidade demográfica*”, defendida por Durkheim (1893) como motor do progresso e da divisão do trabalho, permite novas leituras que foram reforçadas em Novecentos com contributos da demografia e da geografia da população. Referimos, a propósito, as questões de sobre-população e de sub-população estabelecidas em torno do “*optimum*” populacional (Landry, 1934 e Sauvy, 1963), os “*regimes*” e a “*transição demográfica*” (Thompson, 1929; Chesnais, 1986) na sua forma original “*altruistic transition*” (Sauvy, 1960) e “*individualistic transition*” (Van de Kaa, 1987).

Por sua vez a reflexão entre a população e o desenvolvimento foi posteriormente desencadeada pela ONU nas conferências mundiais da população (Bucareste, 1974; México, 1984 e Cairo, 1994 e seguintes), alargando-se este tema a outros assuntos como à “*ecologia*” (Meadows, et al., 1972) ao “*envelhecimento*” (Nazareth, 1979) e ao “*futuro das sociedades*” (Demography report, U.E., 2020). No seu conjunto estes trabalhos tratam dos problemas inerentes à alteração das estruturas demográficas e efeitos sobre a sociedade do seu tempo. Ao longo destes anos as soluções adotadas ao nível dos países do ocidente europeu têm sido orientadas para minimizar os efeitos do “inverno demográfico” sobre o crescimento e o desenvolvimento das sociedades obrigando a reformas dos sistemas de saúde, emprego e segurança social, auxiliadas por políticas preventivas orientadas para

a família, população imigrante, sistema de emprego e saúde reprodutiva. Estas referências remetem-nos para a leitura de outros autores, tais como:

- Livi-Bacci (1993), para quem a fecundidade, a mortalidade e a mobilidade, isoladamente e nas suas múltiplas combinações, são as primeiras responsáveis pela aumento, estagnação e redução das populações²²⁵ e Sauvy (1952), que alertou ser necessário atender ao “*optimum*” populacional - decorrente dos recursos naturais e económicos, das condições técnicas e do projeto de sociedade -, para justificar a evolução da população.

Estas perspectivas confirmam a aliança entre os fatores biológicos e os fatores sociais como estruturantes dos fenômenos demográficos no seu conjunto e da sua evolução no tempo.

- Por sua vez, van de Kaa (2002, pp. 29-30), dá ênfase à mudança de valores e de mentalidades dos habitantes como principais condicionantes da fecundidade nos nossos dias: “*The essential point is, that fertility will rise only when couples feel it is their best interest and that caring for (more) children will enrich their life (...). It is also evident, that the economic, social, and cultural conditions with which people are confronted when making life style decisions matter a great deal*”.

Este enquadramento cronológico obriga a que as situemos:

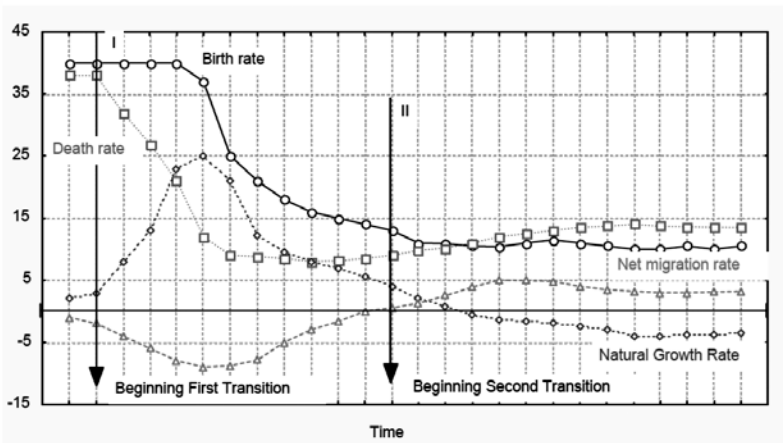


Fig. VI, 25 - Modelo de transição demográfica (Van de Kaa, 1999)

Fonte: van de Kaa, 2002, p. 2 (in: van de Kaa-Edit., 1999)²²⁶

225. <http://cisolog.com/sociologia/julio-perez-diaz-apuntes-de-demografia-y-la-trr/ 2MA114>

226. StudyLib <https://books.google.pt/books?id=Ej7iF-6hAocC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false 2JAN23>

- A primeira posição, associada à evolução conjunta da natalidade e da mortalidade, justificada na “Teoria de Transição Demográfica” (Sauvy);

- A segunda, articulada com a segunda revolução demográfica e a consequente transição expressa numa maior variação da fertilidade, redefinição do modelo de família, incremento da mortalidade e dependência da imigração (van de Kaa, 2002, p. 31) ou seja, na quebra de influência do saldo natural em detrimento do saldo migratório.

Da conjugação de novos factores resultam interpretações variadas sobre a marcha da natalidade. Entre elas a “*teoria da revolução reprodutiva*” (Díaz e MacInnes, 2009), centrada no estudo do “*contexto social da reprodução*” - incidindo sobre a criança e seu bem-estar, alocação de recursos o desenvolvimento humano – e encarada como um factor de ajustamento populacional e de dinâmica intergeracional. Esta dinâmica assenta no ajustamento da fecundidade, na eficiência do sistema demográfico e na alteração do papel da mulher como tradicional “*meio de produção*”. Tal sugere uma analogia com “*teoria do capital humano*” (Friedli, 2006, p. 16), a “*escolha racional*” e comparação da utilidade e benefício de ter uma criança, com os custos que lhe estão associados.

Na sua complexidade a segunda transição demográfica e a revolução reprodutiva expressam-se na variação dos habitantes e integram componentes socioeconómicos e contextuais da procriação; decisões individuais e familiares; recurso a práticas da medicina reprodutiva; suportes para a procriação fora do círculo familiar tradicional; alteração dos modelos tradicionais das estruturas familiares. Servem-nos de exemplo os trabalhos de Lesthaeghe (2014) em torno da transição demográfica mundial, que aprofundam aspetos desta segunda transição demográfica que envolve, também, alterações da conjugalidade e nupcialidade, da fertilidade e diversidade cultural, socioeconómica e laboral, da natureza das políticas de população, da importância dos movimentos migratórios e dos seu impactos no seio dos países que integram o mosaico europeu.

O ajustamento daqui resultante insere-se na “terceira revolução da modernidade” – a “*revolução reprodutiva*”²²⁷ - cujos efeitos marcam a evolução da população em Portugal e na Europa, quiçá noutros contextos geográficos através da mudança social e modernidade cuja difusão acompanha a globalização. De acordo com

227. http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS122_031207049049393.pdf 2 MAIO14

Lesthaeghe (2014, p. 18113), tal como a primeira transição demográfica – FDT – os traços desta segunda fase – SDT – de sinal contrário à primeira, conjugam-se numa série de indicadores em torno do casamento, fertilidade e aspetos sociais, a saber:

Traços demográficos e sociais da SDT nos países Ocidentais²²⁸

“Casamento

- *Queda da proporção de casados, aumento da idade ao primeiro casamento,*
- *Aumento da co-habitação pre e post-marital,*
- *Aumento do divórcio e de divórcios em idades mais baixas,*
- *Declínio de segundos casamentos e de vivências separadas²²⁹.*

Fertilidade

- *Adiamento da fertilidade, aumento da idade média na paternidade, aumento de adoções,*
- *Contraceção mais eficiente,*
- *Aumento da fertilidade não conjugal, paternidade fora do casamento (entre casais coabitantes, mães solteiras),*
- *Aumento da infertilidade em mulheres que já viveram em união.*

Aspetos sociais

- *Maior aspiração de mobilidade social, de autonomia, de reconhecimento do trabalho, da autorrealização, do reconhecimento pessoal, da tolerância,*
- *Afastamento de redes cívicas orientadas para a comunidade,*
- *Recuo da intervenção do Estado, secularização da revolução sexual, recusa da autoridade imposta,*
- *Compromisso com a igualdade de género, com a autonomia e a educação da mulher”.*

Recorde-se que os condicionalismos que acompanham a marcha dos fenómenos sociais e totais (Gurvitch) relacionados com a reprodução humana conferem às decisões inerentes à natalidade um carácter individual, mais do que social, em que a decisão de procriar anda associada ao cumprimento das necessidades básicas fundamentais (Maslow), ao interesse, desejo e satisfação individual, à análise de risco que lhe está associado, ao investimento ponderado pelos casais ou tão

228. Lesthaeghe, 2014, p. 18113

229. LAT - “living apart together”

só dos cidadãos sobre a motivação e benefícios em terem filhos. Estas condições tendem a adiar o registo de procriação para a segunda metade do ciclo fértil da vida quando as principais necessidades fisiológicas, de segurança, afirmação e outras, tendem a estar realizadas. Na sua relação com a sociedade dos nossos dias a situação presente depende das relações conjuntas entre a demografia, o sistema económico e a revolução reprodutiva, entendidas como vértices de uma triangulação na qual assenta a sua evolução futura. Daí que, confrontados com a situação presente de redução da natalidade, mobilidade acrescida da população à escala mundial, alteração das estruturas démicas e mudança social, o conhecimento dos fenómenos populacionais, dos percursos longitudinais e de vida dos habitantes, bem como dos seus reflexos sobre a natalidade e a fecundidade, requerem uma atenção redobrada.

Por sua vez os ajustamentos relativos à evolução e recomposição da população e dos sectores de atividade económica passam igualmente pela ação de diversos fatores, nomeadamente os que se relacionam com a duração do ciclo de vida escolar; função e participação da mulher em casa e no trabalho; movimento natural da população; idade de saída do mercado de trabalho; crescimento económico, produtividade, capacidade de inovação e mobilidade da população no sentido de garantir o preenchimento dos postos de trabalho. Nestas circunstâncias as situações acima descritas são acompanhadas de alterações relacionadas com a composição, estrutura e comportamento das famílias e dos núcleos familiares, com reflexos sobre a ideia e realização da fecundidade geral, da fecundidade desejada e da fecundidade realizada.

No que a Portugal diz respeito, entre 2015 e 2020 a taxa de fecundidade geral variou entre 36‰ na primeira data e 37,21‰ na segunda, mas a sua distribuição por grupos etários aponta para uma fecundidade cada vez mais tardia em relação ao grupo etário da mulher. O conjunto destas ocorrências dificulta a capacidade de renovação das gerações associadas à redução da fertilidade, ao adiamento da idade de casamento e do nascimento do primeiro filho, ao aumento da herança escolar e académica da mulher traduzida no prosseguimento de estudos superiores e inserção laboral. Acresce, ainda, o aumento da separação de casais e de nascimentos extraconjugais, o acréscimo de famílias monoparentais, o acréscimo de coabitações e da procriação nessas uniões.

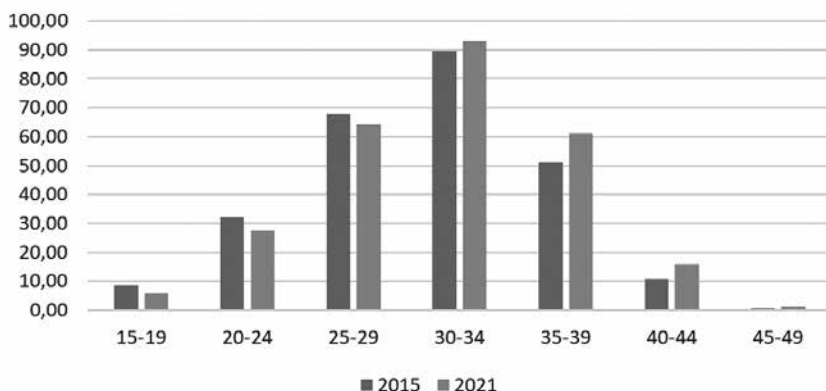


Fig. VI, 26 - Taxa de fecundidade específica por grupo etário

Fonte: Pordata

Se atendermos ao mercado laboral os dados anteriores repercutem-se no cálculo do índice de sustentabilidade potencial²³⁰, que expressa o nº de indivíduos em idade ativa, por cada idoso. Este valor baixou de 4,1 % em 2001 para 3,5 % em 2011. Tendo em conta a situação portuguesa na altura reconheceu o INE (2014)²³¹ na apresentação do trabalho sobre as estimativas da população, 2012-2060, o seguinte:

“A população residente em Portugal tenderá a diminuir até 2060, em qualquer dos cenários de projecção. No ‘cenário central’ a população diminui de 10,5 milhões de pessoas, em 2012, para 8,6 milhões de pessoas, em 2060. Para além do declínio populacional esperam-se alterações da estrutura etária da população, resultando num continuado e forte envelhecimento demográfico. Assim, entre 2012 e 2060, o índice de envelhecimento aumenta de 131 para 307 idosos por cada 100 jovens, no ‘cenário central’. Nesse mesmo período e cenário, o índice de sustentabilidade potencial passa de 340 para 149 pessoas em idade ativa por cada 100 idosos.”

Nesse estudo, realizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS, 2012), a projecção da população portuguesa entre 2010 e 2030 assenta na constru-

230. Índice de sustentabilidade potencial: “Relação entre a população em idade ativa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por cada pessoa (com 65 ou mais anos)”. - <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2457> 29DEZ14

231. INE (2014) – Projecções de população residente 2012-2060 - <http://www.ine.pt/xportal/> (...) 5ABR14

ção de cenários (INE²³²) elaborados com base no número de residentes em 2011 e na conjugação de diferentes fatores²³³, a saber: dinâmica e tendências demográficas mais recentes, participação da população estrangeira, ou seja, da imigração, movimentos de saída identificados com a emigração. As alterações registadas na década passada comprovam a perda de habitantes e de jovens e o acréscimo dos idosos, cenário já identificado pelo INE (2014) que a propósito desses fenómenos, assinalou o seguinte:²³⁴:

“Face ao decréscimo da população em idade ativa a par do aumento da população idosa, o índice de sustentabilidade potencial (i.e., do quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos) poderá diminuir de forma acentuada: em Portugal, entre 2012 e 2060, este índice passará de 340 para 149 pessoas em idade ativa por cada 100 idosos, no cenário central, valor que pode reduzir-se até 111 pessoas em idade ativa por cada 100 idosos no cenário baixo”.

Este é um cenário atual que se resume no seguinte (F.C.G., 2021.01, p. 57): *“Portugal enfrenta os desafios de uma sociedade onde faltam jovens e o número de idosos não cessa de aumentar”.* Na sua evolução recente o índice de sustentabilidade calculado pela Pordata²³⁵ desceu de 6,4 em 1970 para 4,1 em 2001. No ano de 2021 os valores ainda provisórios (loc. cit.) apontam para uma redução ainda maior, de 2,7, o que confirma o cenário de extrema dependência demográfica e social do sistema démico nacional.

O conjunto destas situações estão plasmadas nos dados inscritos nas estatísticas demográficas do final da década e, particularmente, nos resultados provisórios do censo de 2021. Os dados já divulgados mostram que a variação negativa dos habitantes e o despovoamento são faces da mesma moeda onde se inscrevem, ainda, o desemprego, o envelhecimento e a dependência da população; os idosos, nas suas condições de existência e de vida; os mais jovens, na mobilidade da sua vida escolar e laboral; os adultos, na procura e defesa dos postos de trabalho

232. INE (2014) – Projeções de população residente 2012-2060 - [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid= \(...\) 5ABR14](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid= (...) 5ABR14)

233. De acordo com o estudo do INE (2009, p. 5), os quatro cenários têm como referência: “o cenário central que conjuga um conjunto de hipóteses consideradas como mais prováveis face aos recentes desenvolvimentos demográficos, o cenário baixo, o cenário elevado e um cenário sem migrações, este último com objectivos de comparação com os restantes cenários”.

234. INE: Projeções de população residente 2012-2060 (2014) - <file:///C:/Users/User/Downloads/28ProjPopResidPortugal2012-2060.pdf> 13MAI14

235. Pordata - <https://www.pordata.pt/Portugal/N%C3%BAmero+de+indiv%C3%ADduos+em+idade+ativa+por+idoso+segundo+os+Censos+-+734> 3JAN22

que lhes permitam suportarem os encargos do estado social. Esta situação mostra que a questão da dependência demográfica que atinge Portugal é uma situação alargada que não pode ser entendida, apenas, como um problema nacional, mas alargado aos países da União Europeia onde a quebra da fecundidade tem vindo a ser registada desde os anos sessenta.

Em trabalho dedicado ao “inverno demográfico europeu” (Dumont, 2008, p. 31) assinala que, “*La ‘vieille Europe’ devient une région de vieux, et ceux qui rêvent de miracles permettant de résoudre sans effort les déséquilibres démographiques croissants entre les générations ne pourront que connaître de sérieuses déconvenues*”. Na situação presente os ajustamentos da natalidade referida por este autor (op. cit., p. 37) “*programmée au nom d’une certaine rationalité, à l’exclusion de l’ensemble des enfants qui sont, selon les enquêtes, idéalement désirés*”, colocam esta situação demográfica no patamar de um problema geopolítico mundial ilustrado pela quebra da população residente e pela dimensão dos fluxos migratórios destinados ao velho continente. Nesta sequência a dimensão temporal de análise dos fenómenos geográficos, em particular os que respeitam à geografia da população, deve ser entendida tanto na sua marcha próxima, como na sua dimensão prospetiva. Isso obriga-nos a ter em conta os fenómenos sociais e totais (Gurvitch) e a sua expressão nas diferentes camadas da nossa sociedade – também nos diferentes contextos geográficos que lhe andam associados – e os acontecimentos que podem afetar a sua evolução futura.

Pela sua oportunidade recorremos a um escrito de D. António Costa (1855) sobre a população: “*o mundo não é outra cousa mais do que a população. É a ella que deve a sua existência, a sua felicidade, o seu progresso a sua civilização, a sua vida enfim multiplicada em milhares de ramos. À população devem as sciências as suas descobertas, as artes o seu brilhantismo e as nações a sua independência*”. Nesta linha de pensamento damos particular relevância a situações demográficas sobre o estado da nossa população tais como as que decorrem dos ensinamentos da geografia humana e social, ligados à evolução da população, aos movimentos, às estruturas e às estimativas de crescimento populacional baseadas em novos indicadores relacionados com a capacidade de rejuvenescimento e de substituição dos habitantes.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

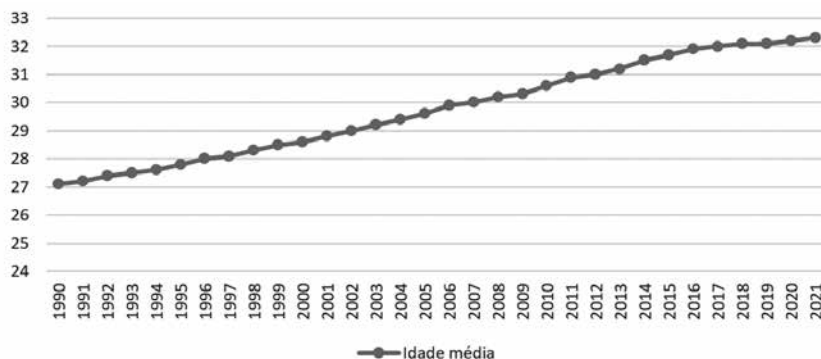


Fig. VI, 27 - Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho

Fonte: Pordata

Recorda-se que a evolução da natalidade anda associada a diversos outros fenómenos como a fecundidade geral - de 35,8% em 2021 – a que se associa o índice sintético de fecundidade (ISF)²³⁶ de 1,34 na mesma data; a nupcialidade, traduzida no número de casamentos por mil habitantes (taxa bruta de nupcialidade %) que em 1970 orçava os 9,4%, baixou para 3,8% em 2010 e para 2,8% em 2021. A esta informação podemos ainda associar outros dados como o número de divórcios por 100 casamentos, com valor residual de 0,6 em 1970, de 68,9 em 2010 e de 59,5 em 2021; a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho, que aumentou entre 2001 e 2011 - de 26,8 anos na primeira data, para 29,2 anos no último ano e de 30,9 anos em 2021, dados que indicam um retardamento significativo da maternidade e da idade de casamento.

A esta situação junta-se o retardamento da idade de casamento de ambos os sexos, verificando-se o seu atraso no calendário de fertilidade feminina ou mesmo o aumento de uniões de facto que acompanha a quebra da reprodução em Portugal no decurso das três últimas décadas. O conjunto de dados publicados sobre este assunto mostram que o período compreendido entre o último quartel de Novecentos e o presente, corresponde ao tempo em que transição da fecundidade ganha maior expressão na queda dos seus montantes e nos efeitos sobre a população residente, acentuando as áreas de maior dependência já comprovadas.

236. Dados da Pordata

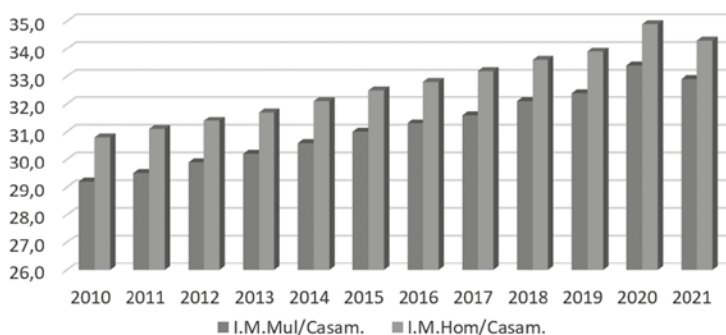


Fig. VI, 28 - Idade média da mulher e do homem ao 1º casamento

Fonte: Pordata

Note-se também que a transição da fertilidade para valores que não asseguram a renovação da população sucede ao modelo de racionalidade familiar quando a procriação natural deixa de garantir a unidade de subsistência e de sobrevivência da família, mantida durante séculos. Essa foi a “fase natalista” (Duplin, 2010), alterada pela revolução industrial e mudança social dela decorrente. A partir de então as condições laborais que levaram à concentração das populações rurais nas bacias mineiras e industriais, bem como nos centros urbanos próximos deram origem a uma primeira quebra dos valores de natalidade. Sequencialmente esta acentuou-se face à empregabilidade e emancipação da mulher, situação que conduz a uma fase de racionalidade laboral (loc. cit.) – “fase trabalhista” – em que o número de filhos passa a estar dependente das possibilidades financeiras e de tempo de trabalho do casal. Embora tais condições persistam na atualidade, as quebras registadas pertencem à fase típica (loc. cit.) de “consumismo-dependência”, em que as preocupações com a natalidade acompanham os novos padrões de sobrevivência familiar e a escolha de “*um número ideal de filhos numa família*” que pouco ultrapassa uma unidade.

Quadro VI, 11 - Indicadores demográficos: 2020

	TBN	TBM	TBN	TBD	TFG	TFAd
Portugal	8,2	12	1,8	1,7	37,2	6,7
Norte	7,5	11,2	1,8	1,7	33,4	4,3
Centro	7,1	13,6	1,7	1,6	33,5	6
A.M.Lisboa	9,8	10,9	1,9	1,6	44,4	8,3

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

	TBN	TBM	TBN	TBD	TFG	TFAd
Alentejo	7,6	16,1	1,6	1,4	37,5	11,9
Algarve	9,9	12,3	1,9	1,6	44,9	8,6
R.A.Açores	8,7	10,1	2,3	2,4	34,5	11,3
R. A. Mad.	7,3	10,7	2,4	2	30,4	6,2

TB-Taxa Bruta; N: Natalidade; M: Mortalidade; D: Divórcio; TFG: Taxa de Fecundidade Geral; TFAd: Taxa de Fecundidade na Adolescência
 Fonte: INE: Estatísticas demográficas: 2020

O Inquérito à Fecundidade (INE, 2013) registou esta mesma situação entre nós: “*Em média, as pessoas têm 1,03 filhos, pensam vir a ter no máximo 1,77 filhos, e desejariam ter 2,31 filhos*”. De acordo com os resultados desse inquérito (op. cit.), as pessoas que vivem em áreas densamente povoadas desejavam ter, em média, mais filhos do que as que viviam em áreas menos povoadas. Associada a este registo temos uma alteração da capacidade de renovação das novas gerações que tendem a agravar as dependências anteriormente assinaladas. Neste domínio os movimentos migratórios e o incentivo à fixação de imigrantes e seus familiares podem ajudar a equilibrar esta situação. Na sua relação com os movimentos migratórios os valores e a composição da imigração estrangeira em Portugal têm configurado a prevalência de adultos em idade de procriação e a percentagem de nascimentos de mães imigrantes: 5,2% em 2001 e 10,3% em 2011. Os dados da Pordata²³⁷ relativos a 2020 indicam que num total de 84.426 nados vivos registados em Portugal, 73,3 milhares foram de mãe portuguesa e 11,3 milhares, de mãe estrangeira.

Não havendo capacidade de rejuvenescimento pela base da nossa pirâmide etária - por acréscimo de nados-vivos ou por acolhimento de novos habitantes -, resta-nos encontrar soluções que atenuem as condições de saída da população jovem e de dependência em que nos situamos. Tal depende ainda da evolução de outros fatores ambientais e internos ligados às alterações climáticas, ao “inverno demográfico”, à evolução das crises de saúde pública reveladas por novas doenças infecciosas e outras que exigem diferentes compromissos da nossa sociedade. Em tempo assim o assinalou Fernandes Martins (1954-Introdução): “*o homem apode-*

237. Pordata - <http://www.pordata.pt/Municipios/Nados+vivos+de+maes+residentes+em+Portugal+total+e+por+nacionalidade+da+mae> 2JAN15

ra-se e restitui simultaneamente; o meio dá, mas também recebe”, pelo que devemos contar com a ação de outros fatores ambientais e internos ligados às alterações climáticas, ao envelhecimento da população, à evolução das crises de saúde pública reveladas por novas doenças infecciosas e outras que exigem diferentes compromissos da nossa sociedade. Mais ainda, contar com o contributo de diversos atores, entidades e organizações sociais nas tarefas de valorização do território e dos grupos sociais.

Os elementos estatísticos fornecidos pelos recenseamentos e completados com informações relevantes das estatísticas demográficas permitem-nos conhecer as dinâmicas populacionais de uma marcha que acompanhou as diversas fases de uma evolução social e de transição demográfica marcada pelos movimentos naturais da população, pelos movimentos migratórios e por ajustamentos estruturais da própria sociedade baseados na ideia de um crescimento finito dos recursos naturais, das subsistências, dos índices de pobreza e do contributo dos sistemas sociais, em particular do sistema científico e académico em processos de inovação e participação das comunidades. Tal convida à construção de cenários relacionados com o crescimento populacional em diferentes meios geográficos e a análises aprofundadas destes fenómenos em diferentes contextos sociais, económicos e culturais.

A leitura da marcha dos fenómenos demográficos desenvolvidos por Warren Thompson (1929) sobre a evolução da população (natalidade e mortalidade) nos países industrializados estiveram na origem da Teoria da Transição Demográfica (TTD) - conhecida igualmente por Teoria da Transição da Fertilidade – que relaciona a evolução das populações com o processo de desenvolvimento do país, ou na análise do decréscimo rápido da mortalidade, seguida da natalidade; na variação da população daí resultante; na sua evolução contida desde então. Sobre este assunto Pressat (1979, 278) referiu que a T.T.D. parte da análise da *“situação de uma população em que a natalidade e a mortalidade, ou pelo menos um destes fenómenos, baixaram dos seus valores tradicionais para se situarem em valores mais baixos associados a processos de ‘fecundidade dirigida’ e ao emprego de meios modernos de luta contra a mortalidade”*.

A situação nacional sobre o estado das famílias em Portugal retratada em inquéritos do INE e por outros estudos (Delgado e Wall, 2014; Castro (2014) chamam a atenção para a evidência da queda do índice sintético de fecundidade

(ISF), “*a que estão associadas alterações no comportamento face à fecundidade*” (Delgado et al, p. 30) ou já (Castro, (2014) para a relação entre o ambiente económico e os fenómenos da população (crescimento natural e crescimento migratório), acentuando a importância dos movimentos migratórios no processo declínio demográfico e de crescimento regional. Nesta situação a perda de habitantes associada ao desemprego, à precarização da vida dos jovens e à incerteza do futuro são situações particularmente sentidas no país, sobretudo em locais onde o fenómeno de despoamento assume valores mais elevados, realçando a alteração de condições nacionais e externas que ampliam os efeitos da difusão e incorporação de novas atitudes nos padrões de comportamento anteriores.

Às alterações da fecundidade e da mortalidade e à ação das migrações, aliam-se os efeitos da situação económica e das assimetrias espaciais geradoras das migrações nacionais e internacionais. Nestes casos a disponibilidade e os stocks da população resultam dos movimentos naturais, da mobilidade e da redução do número de filhos, como o expressam os resultados dos inquéritos à fecundidade. A sua variação no tempo readuz as alterações operadas ao nível da instituição familiar, da nupcialidade e da fecundidade da mulher. Neste caso verifica-se como esta tem vindo a progredir separadamente da situação matrimonial, realçando uma evolução distinta dos padrões tradicionais quando o maior volume dos nascimentos era registado no seio da unidade familiar.

Por sua vez as alterações da conjugalidade e procriação registadas nos Inquéritos à Fecundidade e Família (INE, 1997; INE, 2013 e INE, 2019) expressam condutas de sexualidade diferenciadas com base na utilização de práticas anticoncetivas, planeamento familiar e recurso ao aborto. Os seus efeitos ampliam a multiplicidade de representações e de alterações em curso num contexto acelerado de mudança social e de medidas de apoio à procriação. Da intervenção conjunta dos factores naturais e sociológicos resultam cenários reais e prospetivos diferenciados associados aos diversos contextos de origem dos progenitores, juntamente com decisões do foro individual sobre a procriação. Daqui decorre que a marcha da natalidade, a capacidade de substituição das gerações, a dependência laboral dos postos de emprego continuam articuladas com a resolução de situações estruturais que afetam o sistema económico, emprego, saúde, segurança social, igualdade de género e fatores de natureza individual e familiar.

A estas situações acresce ainda a ponderação individual das circunstâncias, mo-

mento, oportunidade, aceitação e custos de ter um filho que se projetam na motivação individual e na confiança nos sistemas sociais e de saúde. Assim o aponta o Inquérito à fecundidade de 2019 (INE, 2020): “*Em 2019, 42,2% das mulheres e mais de metade dos homens (53,9%) não tinham filhos; mais de metade das mulheres (55,1%,) e quase metade dos homens (47,3%) não tencionavam ter ou vir a ter filhos; e 9,7% das pessoas, (8,4% das mulheres e 11,0% dos homens) não tinham nem tencionavam ter filhos*”. Mais ainda, comparativamente ao Inquérito realizado em 2013, indica (loc. cit.) que “*Em 2013 aquelas percentagens eram bastante menores: 35,3% e 41,5%, respetivamente. O número médio de filhos, de mulheres e homens, passou de 1,03 em 2013 para 0,86 em 2019*”. Neste mesmo documento - Inquérito à Fecundidade (INE, 2013)²³⁸ indica que: “*A maioria das pessoas sem filhos têm menos de 30 anos; é porém neste grupo etário que é mais elevada a proporção dos que pensam vir a ter 2 ou mais filhos.(...) A maioria das mulheres (51%) e uma grande percentagem dos homens (46%) tem filhos e não tenciona ter mais*”. A situação anterior continua a manifestar-se no final da década, uma vez que (INE, 2020), “*Em 2019, 93,4% das mulheres e 97,6% dos homens do escalão etário mais jovem (dos 18 aos 29 anos) não tinham filhos e mais de metade (54,6%) dos homens dos 30 aos 39 anos encontravam-se na mesma situação*”. Mais ainda (loc. cit.):

“Questionados sobre a intenção de ter filhos, 55,1% das mulheres e 47,3% dos homens indicaram não tencionar ter ou ter mais filhos. Perto de 10% das pessoas, (8,4% das mulheres e 11,0% dos homens, 9,7% no total) não tinham nem tencionavam ter filhos. Para estas pessoas, os principais motivos assinalados foram a vontade própria e o facto de a maternidade ou paternidade não fazerem parte do seu projeto de vida”.

A este respeito o Inquérito de 2013 havia já assinalado a predominância de factores externos que impedem que os valores da procriação sejam concretizados pelos respectivos casais relacionados com “*Custos financeiros associados a ter filhos*” como razão indicada para a decisão de não ter filhos. Por sua vez o inquérito do INE (2020), referente ao ano de 2019, indica ser decisão própria o retardar o aumento da prole familiar (INE, 2020):

“Uma parte expressiva das mulheres e dos homens com filhos (45,1% e 58,5%,

238. INE (2013): Inquérito à Fecundidade-2013 (primeiros resultados) - http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=208478593&att_display=n&att_download=y.16MA114

respetivamente) tiveram o 1º filho mais tarde do que desejavam. O adiamento foi de pelo menos 5 anos para uma parcela considerável de mulheres e de homens (36,0% e 47,7%). As mulheres que tiveram o 1º filho mais tarde do que desejavam foram as que mais apontaram como muito importantes para o adiamento os motivos relacionados com a estabilidade financeira e no emprego e as condições da habitação”.

A motivação para concretização da fertilidade ao nível do primeiro ou já de um segundo filho, fortemente condicionada pela “*vontade de ser mãe*” (INE, 2020) – apesar das responsabilidades familiares que assume no desempenho das lides domésticas – parece condicionada pelo cumprimento de um conjunto de expectativas sociais relacionadas com a satisfação das necessidades de confiança e permanência no sistema laboral, económico de segurança social e de saúde, ao aumento dos rendimentos das famílias e à maior coesão e disponibilidade do tempo de vivência familiar (loc. cit.): “*Cerca de 9 em cada 10 (89,8%) mulheres e 85,9% dos homens consideraram dever existir incentivos à natalidade*”, a saber (loc. cit.):

- “*No contexto do acesso a serviços para ocupação dos filhos, ‘alargar a rede e o acesso a creches, jardim-de-infância e Atividades de Tempos Livres (ATL)’ foi a medida mais referida como a mais importante.*
- *Quanto às medidas no âmbito dos rendimentos das famílias, mulheres e homens apresentaram uma distribuição distinta: para as mulheres a medida considerada como a mais importante foi ‘aumentar os subsídios relacionados com educação, saúde, transporte, habitação e alimentação dos agregados com filhos’, para os homens foi ‘reduzir os impostos para as famílias com filhos, incluindo aumentar as deduções fiscais para quem tem filhos’.*
- *No que respeita a outras medidas que não integram os três domínios referidos, ‘atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos’ foi assinalada como a mais importante por quase metade das mulheres e mais de metade dos homens”.*

O conjunto destas questões alarga o significado do crescimento natural à presença de outros fatores que se acentuaram no decurso do último meio século tais como o aumento dos divórcios, a redução temporal das uniões matrimoniais, as condições de vida e laborais da população, contribuindo para a quebra da fecundidade e para a sua evolução próxima. Assim, o índice sintético de fecundi-

dade (ISF) – que traduz o número médio de nados vivos/mulher durante o seu período de fertilidade -, em redução desde o início da década de oitenta: cerca de 2.0 – baixou para uma situação de não retorno, pouco acima de 1.20 entre 2012 e 2014. Recorda-se que este valor só acima de 2.1 filhos por cidadã permite a renovação dos cohortes, e a sua redução conduz à quebra das novas gerações.

A situação em 2020, de 1,4 - abaixo do valor acima referenciado e da média europeia, que se situava em 1.57 - é responsável pelo decréscimo progressivo da população portuguesa. Este decréscimo está plasmado no total de nascimentos que desde o ano de 2009 desceu abaixo de uma centena de milhares (99,5 nados vivos) - decrescendo em 2020 para 84,5 milhares e em 2021, 79,6 milhares - são expressivas da evolução e capacidade de rejuvenescimento dos habitantes. Nas sociedades actuais abertas aos movimentos da população, os fenómenos emigratórios justificam a redução das mulheres em idade fértil (15-49 anos) no conjunto da população feminina. Estes valores confirmam a redução progressiva de filhos em cada 1.000 mulheres em idade fértil (Taxa de fecundidade geral): 84,6‰ em 1970, de 43‰ em 2001, 38,6‰ em 2011 e 35,8‰ em 2021.

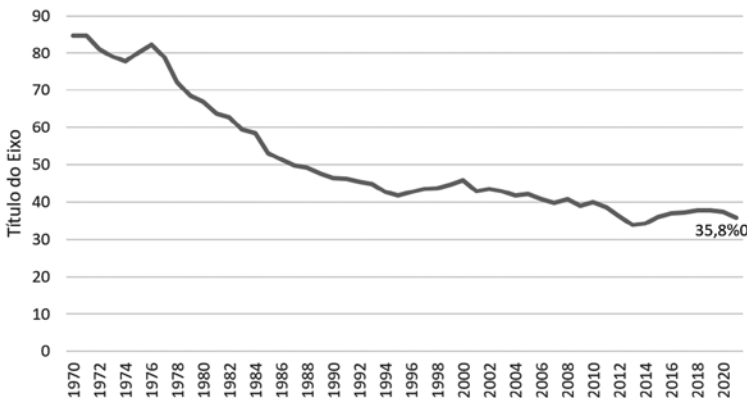


Fig. VI - 29 - Taxa de fecundidade geral

Fonte: Prodata

Em Portugal como na Europa, a fecundidade é um indicador de variação da população sujeita a condições individuais que determinam a “*fecundidade desejada*”, versus, “*fecundidade realizada*”. Nesse domínio, a diferença entre ambas revela as dificuldades pessoais e/ou sociais surgidas na realização da fecundidade, bem como a importância das políticas públicas orientadas para a família, a população

imigrante, o sistema de emprego, a saúde reprodutiva e outras. Nestas circunstâncias com a saída desta população, a fecundidade realizada pode não coincidir com a desejada pelos casais. Tal significa que embora potencialmente fecunda, o número de filhos por mulher entre os 15 e os 45-50 anos de idade, tem decrescido. O mesmo tem-se acentuado conjuntamente com o aumento da coabitação pré-marital, da constituição de famílias monoparentais, das uniões consensuais e do acréscimo das vivências isoladas. Estas questões surgem articuladas no retrato demográfico e social da população portuguesa, condicionando o seu futuro:

- Em primeiro lugar porque as alterações do nosso sistema démico configuram situações de não retorno no que respeita à evolução imediata da nossa população, ao agravamento da sua estrutura etária, à mobilidade dos residentes e à projecção imediata destes valores a médio e a longo prazo;

- Em segundo lugar porque os efeitos destas mudanças populacionais na sociedade portuguesa conduziram a uma situação em que as populações dependentes exigem garantias de vida e de sobrevivência em condições pessoais e institucionais dignas e ajustadas ao seu meio.

De um texto anterior (Arroteia, 2014) retemos o enunciado de situações que acompanham a crise de natalidade em Portugal:

- As flutuações de natureza económica e a situação de dependência externa na sua relação com os investimentos produtivos e os investimentos demográficos capazes de inverterem a situação dominante;

- A emigração dos jovens, já de si denunciadora das difíceis condições de empregabilidade interna e do empreendedorismo social, torna-se ainda mais empobrecedora devido aos investimentos individuais e colectivos realizados e à fuga de emigrantes qualificados para o exterior;

- As disparidades territoriais que ameaçam a coesão social em termos de acessibilidades e bem-estar, condições de vida, distribuição e usufruto dos rendimentos e os investimentos públicos. Estes são fundamentais para a democratização das amenidades sociais e sua extensão aos jovens e adultos em idade de procriação, bem como aos demais adultos e séniores.

Como em tempo assinalou Mateus (2013, p. 267): *“Menos filhos e mais anos de vida são os ingredientes do aumento do peso da proporção de idosos, evolução que a imigração não tem conseguido atenuar. Portugal acompanha uma transição demográfica mundial que questiona as estruturas económicas, sociais e culturais e a*

relação entre as gerações”. A complexidade destas situações realça a interferência de múltiplos fatores sobre a dinâmica populacional sugerindo a necessidade de políticas públicas assentes em princípios de parceria (Governo de Portugal, 2014)²³⁹: igualdade entre homens e mulheres, não discriminação, acessibilidade e desenvolvimento sustentável em contexto territorial e com dimensão comunitária que assegure a participação de diferentes atores: indivíduo, família, comunidade e organizações sociais. Contudo aos desequilíbrios físicos e humanos juntam-se as assimetrias ditadas pela desigual repartição dos diferentes grupos etários e sociais, laborais e económicos, culturais e outros, que se expressam num cenário geográfico em renovação no seu ordenamento, rede urbana, acessibilidades, redes de infraestruturas e iniciativas de desenvolvimento.

O conjunto de observações sobre este assunto ganha mais significado se atendermos aos dados estatísticos relativos à população portuguesa editados nos finais da década passada ou já relativos ao último censo. Neste contexto, aquando da realização do Censo XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da habitação – Censos 2021 - o conhecimento dos traços fundamentais da nossa população, juntamente com as estimativa da sua projeção, advertem para os efeitos do “inverno demográfico” português com os problemas existentes relacionados com a baixa da fecundidade, aumento da população idosa e mobilidade humana, entendida como uma procura e compensação da diversidade geográfica em meios, recursos, bens, rendas e oportunidades de melhoria de vida dos nossos cidadãos e da população imigrante. Daqui decorre a evolução dos habitantes e a construção de cenários distintos sobre a sua variação e características, tendo em conta a variação conjunta dos movimentos naturais, em particular a que respeita às componentes da fecundidade e da mortalidade e a evolução dos movimentos migratórios internacionais.

Temos presente que os fenómenos demográficos, como fenómenos sociais e totais, revestem-se de diferentes dimensões de análise nos domínios da educação, saúde, proteção social, entre outros. Envolvem ainda outros aspetos traduzidos na sua distribuição, difusão e mobilidade espacial. A atenção a estas dimensões interfere na carga demográfica e populacional atual, na sua capacidade reprodutiva e na sustentabilidade geracional das atividades económicas e da vivência hu-

239. Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020 (Acordo de Parceria proposto por Portugal à Comissão Europeia – julho de 2014)

mana. Em boa verdade as assimetrias espaciais da população acompanham-se de contrastes sociais e culturais, com potenciais reprodutivos distintos e permitindo leituras diferenciadas sobre a dimensão das questões demográficas, projetos de sociedade, opções estratégicas e seus contextos.

Nesta sequência devemos recordar a importância da análise deste fenómeno no todo nacional, a visão global e integrada dos seus problemas bem como a modelização multisetorial e sistémica em consonância com a situação demográfica na U.E. e a sua evolução no tempo. Tal obriga-nos a olhar para estas fronteiras e a encarar os fenómenos demo-sociais no quadro de uma economia aberta, em que a mobilidade deve ser encarada não como solução única mas sim como um compromisso a juntar a outras situações decorrentes da promoção e valorização dos fatores endógenos relacionados com a carga demográfica da União. Tomando em consideração as situações descritas temos consciência como se torna difícil reverter a situação desta fase de segunda transição demográfica e da revolução reprodutiva no sentido de promover políticas públicas e setoriais capazes de minimizar os efeitos do inverno demográfico, com reformas dos sistemas de saúde, emprego e segurança social no contexto de uma sociedade envelhecida e afetada por constrangimentos vários de natureza interna e externa.

Antes ainda dos grandes acontecimentos que assinalam os nossos dias os cenários descritos pelo INE a nível das diferentes NUTII (Portugal) permitem construir uma imagem mais precisa sobre a realidade previsível em função da variação do ISF, da esperança de vida à nascença e dos saldos migratórios. Os dados apresentados tomam por base três cenários distintos: baixo, central e elevado, construídos pela conjugação das três componentes de variação: fecundidade, mortalidade e migrações. A metodologia utiliza o método das ‘componentes por coortes’ a qual INE, 2009, p. 9²⁴⁰): “*permite a elaboração de diferentes cenários de evolução demográfica, baseados em diferentes evoluções das componentes fecundidade, mortalidade e migrações*”. Daqui decorrem diversas hipóteses assentes em quatro cenários diferenciados (INE, 2020)²⁴¹, elaboradas em torno de um ‘cenário cen-

240. INE (2009) - Projecções de população residente em Portugal: 2008-2060. Lisboa: INE

241. INE (2020) - “Cenário central - Neste cenário foram consideradas as hipóteses de evolução central da fecundidade, central da mortalidade e central das migrações. • Cenário baixo- Neste cenário são consideradas as hipóteses pessimista para a fecundidade, pessimista para mortalidade e pessimista para as migrações. • Cenário alto- Este cenário resulta da combinação das hipóteses de evolução otimista da fecundidade, otimista da mortalidade e otimista das migrações. • Cenário sem migrações - Um cenário idêntico ao cenário central, mas sem migrações.”

tral' que “*conjuga um conjunto de hipóteses consideradas como mais prováveis face aos recentes desenvolvimentos demográficos*”. A incerteza e variabilidade dos fenómenos demográficos leva ainda a considerar três outros cenários alternativos, que completam a análise anterior:

“um ‘cenário baixo’ e um ‘cenário elevado’; adicionalmente, foi ainda estabelecido um ‘cenário sem migrações’, em que as hipóteses de evolução para as componentes da fecundidade e mortalidade são idênticas às consideradas no cenário central mas onde se pressupõe, apesar da sua improbabilidade, a não ocorrência de fluxos migratórios externos, permitindo a análise do seu impacto demográfico”.

Quadro VI, 12 - Projeção da população portuguesa: 2080 (INE)

Cenários	Pop. Total	Pop.0-14	Pop. 15-64	Pop. >65anos
Baixo ²⁴²	6057479	651215	2993225	2413039
Central ²⁴³	8126015	1007772	4182206	3026037
Alto ²⁴⁴	10555447	1480200	5484499	3590748
s/Migr. ²⁴⁵	6905483	793690	3460908	2650885

Fonte: INE em 31 de março de 2020 (Figura 13 – Quadro síntese dos principais resultados, Portugal (...) 2018 (estimativa e 2080 (projeção)

De acordo com o descrito os valores calculados em 2018 utilizam montantes diferenciados da população portuguesa em meados deste século inferiores aos da atualidade. Dada a imprevisibilidade dos fenómenos de mobilidade humana é ainda considerado um cenário distinto sem migrações. Neste caso as projeções de população residente em Portugal elaboradas pelo INE em 31 de março de 2020²⁴⁶ apresentam cenários dessa evolução para 2080 esclarecedores de uma possível evolução de habitantes neste período por grupos etários e NUTS II. No que a essa distribuição diz respeito poderão agravar-se as situações de despovoamento, salvo na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve, com acréscimos do número

242. INE (2020) – “Neste cenário foram consideradas as hipóteses de evolução central da fecundidade, central da mortalidade e central das migrações.”

243. INE (2020) – “Neste cenário são consideradas as hipóteses pessimista para a fecundidade, pessimista para mortalidade e pessimista para as migrações.”

244. INE (2020) – “Este cenário resulta da combinação das hipóteses de evolução otimista da fecundidade, otimista da mortalidade e otimista das migrações.”

245. INE (2020) – “Um cenário idêntico ao cenário central, mas sem migrações.”

246. INE - https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=426127543&att_display=n&att_download=y 8JAN22

de moradores. Em data próxima indica a mesma fonte (loc. cit.) que, “*Em 2025, a população residente em Portugal poderá variar entre 10,3 milhões, no cenário baixo, e 10,6, no cenário alto*”.

**Quadro VI, 12 – Quadro síntese dos principais resultados: 2018
(estimativa) e 2080 (projeção) INE**

Cenários	IEnv.	ISP	ISF	EVNh	EVNm	SMig
Baixo	371	124	1,42	85,77	91,31	-8268
Central	300	138	1,59	87,92	93,30	14020
Alto	243	153	1,82	94,42	94,42	35988
s/Migr.	334	131	1,59	93,30	93,30	-

I.Env – Índice de envelhecimento

ISP – Índice sustentabilidade potencial (“quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre 15 e 64 anos e o número de pessoas com 65 e mais anos”)

ISF – Índice sintético de fecundidade

EVN – Esperança de vida à nascença (h)-homens / (m)-mulheres

SM – Saldo migratório

Fonte: INE em 31 de março de 2020

Em quaisquer dos cenários indicados é de acentuar o aumento do grau de dependência demográfica da geração atual e das futuras face aos movimentos da população, o que mostra como os sistemas económico e social do país estão condicionados pela mão conjunta da demografia, do empreendedorismo social, da evolução económica e das relações intergeracionais. Tomando como referência os dados projetados, o traçado da pirâmide da população portuguesa, em 2080, surge em forma quase de “*urna*”, comprovando o estado de envelhecimento nessa data e as diferentes implicações que se colocam à sociedade nesta marcha futura.

As possibilidades de intervenção abertas pelo conhecimento científico atual permitem identificar os vetores principais que vão acompanhar a sua evolução próxima num tempo e espaço determinados, com efeitos sobre as gerações vindouras. Esta é uma questão que se coloca a nível nacional e europeu²⁴⁷, que atinge ainda outros países e contextos estratégicos do globo. Uma situação que associa muitas outras questões que se irão acentuar relacionadas com a sustentabilidade

247. Eurostat - http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product_details/publication?p_product_code=KS-RA-11-019-/-/ ABR14

dos nossos sistemas demográfico, económico, assistencial e de saúde a partir quer dos movimentos naturais, quer dos movimentos migratórios e da evolução das suas componentes fundamentais e efeitos sobre o sistema demográfico (F.C.G, 2021).

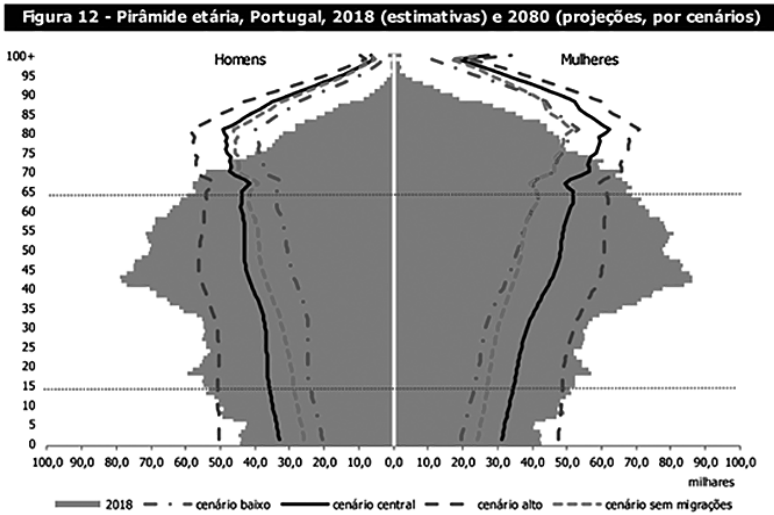


Fig. VI, 30 - Pirâmides etárias I (2018-2080)

Fonte: INE, 2020

Temos presente que os fenómenos demográficos, como fenómenos sociais e totais, merecem ser considerados em separado por grandes domínios de atuação e envolvem novas dimensões como a dimensão espacial, traduzida na distribuição, difusão e mobilidade dos habitantes. Estes aspetos interferem na carga demográfica e populacional, na capacidade reprodutiva, na sustentabilidade geracional das atividades económicas, na inovação social e na vivência dos habitantes.

3 – OUTRO ‘OLHAR’

A reflexão que se impõe por via da marcha da humanidade em Portugal é comum ao velho continente onde antecipadamente ocorreram transições de diversa ordem: demográfica, fecundidade, epidemiológica e, a mais recente, de cariz civilizacional identificada com a revolução reprodutiva. A expansão destes fenómenos a partir de centros ou “nós” diversificados, afetados por processos de inovação téc-

nica e social, estiveram inicialmente ligados ao processo de revolução industrial, aos movimentos de atração populacional, às oportunidades de emprego surgidas por via do crescimento económico, da indústria e dos serviços. Localmente estes centros foram atingidos por constrangimentos associados à manutenção de famílias numerosas de tradição rural, pela aceitação e prática de medidas de contenção da prole familiar acabando por se expandir a nível nacional.

O padrão de distribuição e difusão espacial descrito por Hagerstrand (1968) interpreta os modelos de deslocalização individual, grupal e de contágio, tipo difusão (Cox, 1972, p. 91) que acompanham os movimentos da população na transmissão da novidade ou inovação – neste caso, práticas sociais –, na sua aceitação (op. cit. p. 93) e transmissão à vizinhança. Debruçando-se sobre os processos de difusão relacionada com as redes de lugares e de funções centrais, acessibilidades e hierarquias urbanas, a geografia locativa permite recolher novos exemplos atinentes à manifestação dos comportamentos demográficos que justificam também a difusão de padrões de povoamento, o alargamento de mercados, a mudança social. Tal como no exemplo em apreço a imagem da distribuição dos fenómenos populacionais relacionados com os movimentos naturais e migratórios da população acompanha os modelos sociais de desenvolvimento socioeconómico e cultural e a ação das políticas públicas relacionadas com a qualidade de vida e o bem-estar das populações, as desigualdades e assimetrias existentes, o esclarecimento e apoio aos habitantes de menor herança material e cultural.

Não carecendo de uma análise sobre a evolução da população nem das políticas de população no seio da antiga Comunidade Económica Europeia ou já da União Europeia, importa recordar um escrito de Noin (1991 – Préface)²⁴⁸:

“L’Europe n’est pas non plus une entité économique. (...) L’Europe constitue par contre un espace démographique qui se distingue nettement du reste du monde. Elle se différencie même des autres pays industriels par l’ancienneté de sa mutation et par le très faible niveau de sa fécondité; de ce fait, la croissance de la population est très faible et le vieillissement y est très accentué”.

A propósito da revolução demográfica em curso, acrescenta (loc. cit.): *“Divers Etats présentent en effet du retard dans leur évolution démographique tandis que d’autres sont sans doute en avance car leurs changements des dernières décennies*

248. Decroly, Jean-Michel e Vanlear, Jean (1991)

laisent penser qu'ils préfigurent aujourd'hui l'évolution de demain dans l'ensemble du continent". Esta apresentação dá conta da evolução industrial e urbana, migratória e populacional no continente europeu, esclarecendo o significado das áreas de maior concentração humana estruturadas pela economia europeia mercantilista dos séculos XVII e XVIII (Decroly e Vanlear, 1991, p. 23) e dos principais eixos de circulação promotores dessa repartição.

A tendência geral relacionada com a queda de nascimentos e o envelhecimento progressivo da população agravada a partir dos anos noventa do século passado aponta para uma situação sem retorno de não substituição de gerações (cf: van de Kaa, 1999), decorrente do crescimento natural negativo da sua população e de consolidação do inverno demográfico (Dumond, 2008) na Europa devido à conjugação da revolução da fecundidade e ao envelhecimento pela base da população residente. Um exemplo do interesse científico sobre a primeira transição demográfica foi objeto de estudo coordenado por F. Héran (2008), que com base na análise dos quatro fatores de envelhecimento da população: envelhecimento pela base, envelhecimento pelo topo, recuo da fecundidade face aos valores do passado e emigração de população jovem, mereceu apreciação do Parlamento Europeu em audição destinada a esse efeito. Do referido relatório consta um segundo contributo de Le Bras (op. cit., pp. 19 e ss) no qual responde a um conjunto de cinco questões sobre a evolução da população europeia no decurso da segunda metade de Novecentos, a saber (loc. cit.):

"- Population: la poursuite de l'évolution depuis 1955 devrait se traduire par une croissance avec l'adhésion de nouveaux membres.

- Fécondité: les différences de fécondité entre pays de l'Union sont la conséquence de différences culturelles profondes qui ne seront pas réduites par des politiques familiales simples.

- Immigration: elle ne pourra pas empêcher la charge des actifs d'augmenter. A la rigueur, elle peut permettre le maintien de la population active et selon toute vraisemblance, elle assurera le maintien de la population de l'Union (dans son périmètre actuel).

- Vieillesse: il n'est pas et ne sera pas la cause de l'augmentation des dépenses de santé. Il n'est pas la cause de la situation défavorable des jeunes.

- Activité et retraites: il est possible de maintenir le rapport des actifs aux adultes inactifs en atteignant dans la plupart des pays des taux d'emploi et d'activité

observés actuellement dans certains pays de l'Union et en misant sur la parité entre hommes et femmes en activité”.

Novos estudos relacionados com a dinâmica e o envelhecimento da população na EU²⁴⁹ prosseguem na presente centúria (cf: EU, 2011; Bonnet, Cambois, Fontaine, 2021; Kiss, 2000) evidenciando os efeitos da segunda transição demográfica com a fecundidade a situar-se abaixo dos valores de substituição das gerações, agravando-se com novas questões sociais relacionadas com o bem-estar da criança, estabilidade das uniões, prevalência de situações de deficiente situação económica em famílias monoparentais e isolados, desejo dos adultos em realizar os seus sonhos e ambições dando maior ênfase à qualidade da sua relação. Nesta linha de pensamento, para Esping-Andersen (2013, p. 11) ter filhos, sendo uma aspiração de cidadania de muitos habitantes, constitui uma dimensão importante do bem-estar das pessoas e uma questão de interesse público (op. cit., p. 24). Permite ainda relacionar a evolução da população na Europa e a sua prospetiva com o bem-estar económico (loc. cit.), com os “*custos de oportunidade*”, a crescente participação da mulher no mundo do trabalho, a situação de “*menos família*” (op. cit., p. 38) e com outros fatores de ordem individual, psicológica e moral, relacionados com o bem-estar social.

Como em tempo foi assinalado (Arroteia, 2014), estas situações ajudam a compreender a complexidade das políticas da população e o seu contributo no movimento natural e no movimento migratório, no equilíbrio e bem-estar da população, no seu envelhecimento e decréscimo da fecundidade. Tal como noutros fenómenos sociais a marcha da fecundidade na Europa ocidental, nos países nórdicos, na Europa do sul e na Europa do leste, apresenta um padrão comum de distribuição geográfica do registo do índice sintético de fecundidade (ISF) com a sua difusão, primeiramente nos países nórdicos e Europa ocidental, alastrando em seguida aos demais países do continente europeu no sentido da sua redução e incapacidade da renovação geracional. Esta referência recupera a discussão em torno da problemática da mudança social, do desenvolvimento regional e das relações e interações centro-periferia entre os países da UE. A figura relativa ao

249. União Europeia: Países Fundadores (1958). Bélgica, Alemanha, França, Itália, Luxemburgo, países baixos. Alargamentos: 1973: Dinamarca, Irlanda e Reino Unido, 1981: Grécia, 1986: Portugal e Espanha, 1995: Áustria, Finlândia e Suécia, 2004: Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa, 2007: Bulgária e Roménia, 2013: Croácia - https://www.europarl.europa.eu/external/html/euenlargement/default_pt.htm 16JAN22

número de nados vivos nos países da EU, em 2019, ajuda a compreender a extensão deste fenómeno nas diferentes latitudes.

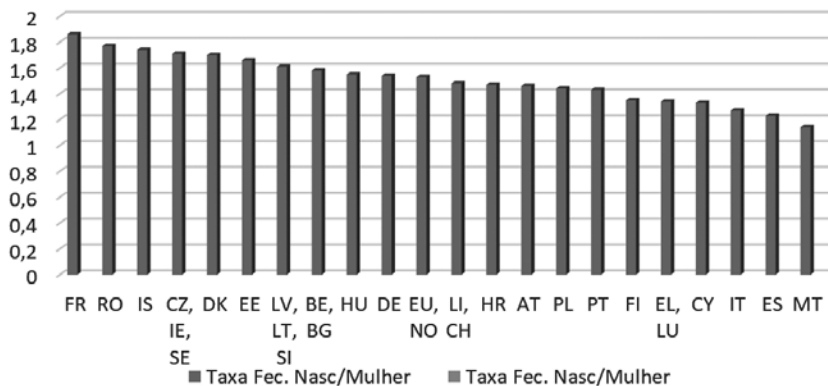


Fig. VI, 31 - União Europeia: taxa de fecundidade - 2019

Fonte: Eurostat²⁵⁰

De acordo com o descrito o estado presente acusa a falência do modelo de dependência direta da renovação geracional a partir dos saldos naturais da população residente, mostrando uma nova situação que tem vindo a ser atenuada pela ação direta dos fluxos migratórios que decorre do não retorno de alguns dos indi-

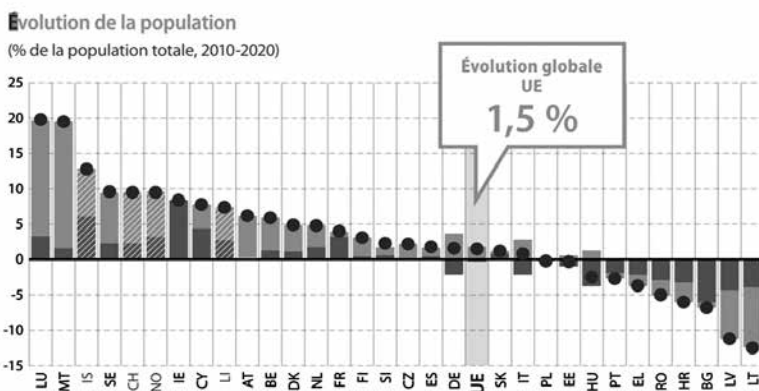


Fig. VI, 32 - Evolução da população: EU, 2010-2020

Fonte: Eurostat (2021)²⁵¹

250. Eurostat – Chifres clés sur l'Europe – 2021 <https://ec.europa.eu/eurostat/fr/web/products-statistical-books/-/ks-ei-21-001> 26OUT22

251. Eurostat – Chifres clés sur l'Europe – 2021 <https://ec.europa.eu/eurostat/fr/web/products-statistical-books/-/ks-ei-21-001> 18OUT22

cadores empíricos da população e que faz reacender questões diversas de natureza e étnica e cultural, religiosa e política no seio da União e de cada um dos seus estados membros. Em Portugal (F.C.G., 2021.03, p. 11), “*não existem sinais de recuperação de alterar o envelhecimento na base da pirâmide etária, porque os níveis de fecundidade continuam baixos, mesmo com o contributo dos imigrantes*”.

A situação demográfica na UE27, em queda apesar dos seus 447 milhões de habitantes no início de 2021²⁵², traduz as diferentes heranças e modelos de desenvolvimento socioeconómico, raízes culturais, evolução e situação demográfica complexas, perspectivas de interação geracional e ajustamentos populacionais bastante distintos. A dinâmica da população, desde 1º início da segunda metade de Novecentos, assim o confirma:

- Crescimento natural reduzido ou mesmo nulo em diferentes países, realçando quebras do saldo natural da população (nascimentos-óbitos) e das taxas de natalidade;

- Evolução favorável da componente do saldo migratório (emigração-imigração) desde o início do nosso século, devido fundamentalmente ao acréscimo da população estrangeira residente e à fertilidade da sua população. Esta situação é, contudo, inferior ao índice sintético de fecundidade que permite conhecer a capacidade de renovação das gerações - 2,1 nascimentos vivos por mulher -, situando-se no final do período em, apenas 1,53;

- Envelhecimento da população associada à baixa da natalidade (envelhecimento pela base) e ao acréscimo da população idosa (envelhecimento pelo topo), que acompanha o aumento de esperança de vida da população masculina e feminina;

- Alteração da situação demográfica relacionada com a natalidade, a nupcialidade, a conjugalidade e outros fatores de índole social e pessoal. No decurso das duas últimas décadas o número de nascimentos, que em 1970 orçou os 6,3 milhões, foi de 5,1 milhões em 1970 e de 4,17 milhões em 2019.

- Por sua vez, a idade média da mulher ao nascimento do 1º filho variou entre os 29 anos e os 30,9 anos entre 2001 e 2019, respetivamente, levando a que a fecundidade maior seja registada no grupo dos 30 aos 34 anos de idade, tendência que se tem vindo a agravar desde o início do nosso século.

252. Toute l'Europe - <https://www.touteurope.eu/societe/la-population-des-pays-de-l-union-europeenne/> 8JAN22
Nota: Em virtude da situação de Guerra na Europa iniciada em 24 de Fevereiro de 2022, estes valores estão ultrapassados devido ao acolhimento de refugiados oriundos da Ucrânia

Importa salientar que antes do início da pandemia por COVID 19 e da guerra na Ucrânia (2022), a população estrangeira residente em diversos países europeus atingia valores bastante significativos em regiões geográficas distintas: Alemanha e Espanha, Itália e Polónia, França e Suíça, em resultado de antigos movimentos migratórios e de outros mais recentes oriundos de países residentes nos continentes vizinhos. Nestas circunstâncias a Europa por se encontrar há vários anos numa situação de natalidade abaixo do nível da renovação das gerações (ISF 2.1), com valores que desde o início da centúria atual oscilam entre 1,43 em 2001; 1,54 em 2011 e 1,53 em 2019 (Eurostat) tem vindo a recorrer a contingentes de imigrantes de diferentes nacionalidades que através da emigração e do acolhimento como refugiados e asilados políticos ou mesmo da imigração ilegal, têm obtido a permissão de residência. Como consequência destas migrações registamos um acréscimo de nascimentos de crianças de outras nacionalidades o que tem conduzido ao seu aumento no total do país alterando a sua proporção sobretudo nos países de maior imigração. Citando o caso do Luxemburgo no decurso da última década, em 2021, o total de nados-vivos em mães de nacionalidade estrangeira representou 47,4% do total (6,7 milhares) dos quais, 756 filhos de mães portuguesas.

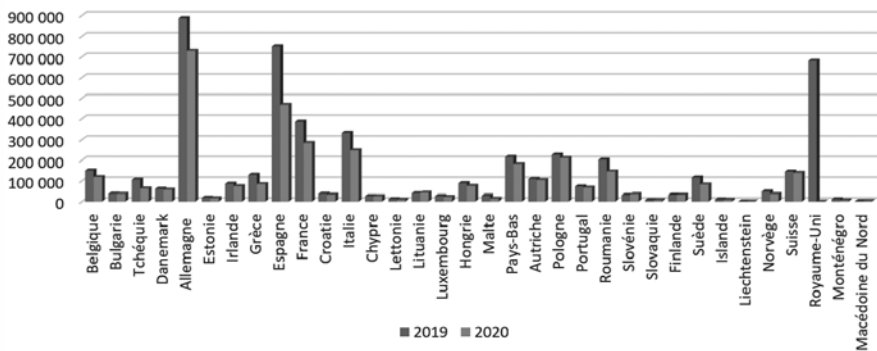


Fig. VI, 33 - População imigrante em países europeus: 2019 e 2020

Fonte: Eurostat²⁵³

Esta situação é transversal aos diversos núcleos de países da Europa do Norte, E. Ocidental, E. do Leste e E. Meridional, que nas últimas décadas têm vindo a registar variações significativas da sua população nativa, compensadas pelo efeito

253. Eurostat - <https://ec.europa.eu/eurostat/data/database> & <https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupDownload.do> 26OUT22

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

das migrações internacionais. Estas tendem a compensar a escassez de mão-de-obra, o envelhecimento populacional e a remediar situações comuns, mas distintas, na sua evolução e matriz diferenciadora. Tem ainda vindo a agravar o inverno demográfico na Europa, identificado pela redução jovem, aumento da esperança de vida, acréscimo da população envelhecida, redução da fecundidade e da mão-de-obra, recurso à população estrangeira.

Os contrastes sociais e humanos entre os países do Norte e do Sul da Europa levam a que se tome como referência os países nórdicos reconhecidos pela igualdade de género, organização flexível do trabalho, acompanhamento dos filhos e outras iniciativas que permitam a concretização de projetos familiares compatíveis com a carreira familiar. Neste contexto a baixa da fecundidade reflete o processo de mudança social e o modo de a encarar, por antecipação ou através da remediação, num processo que diz respeito à polis de natureza privada e de natureza pública, aos cidadãos e às instituições sociais e de governo, nacionais e internacionais. Importa salientar que os mecanismos de compensação das migrações internacionais têm vindo a suscitar questões relacionadas com o choque de culturas e de segurança com vagas maciças através de diversas fronteiras naturais, em particular a bacia do Mediterrâneo.

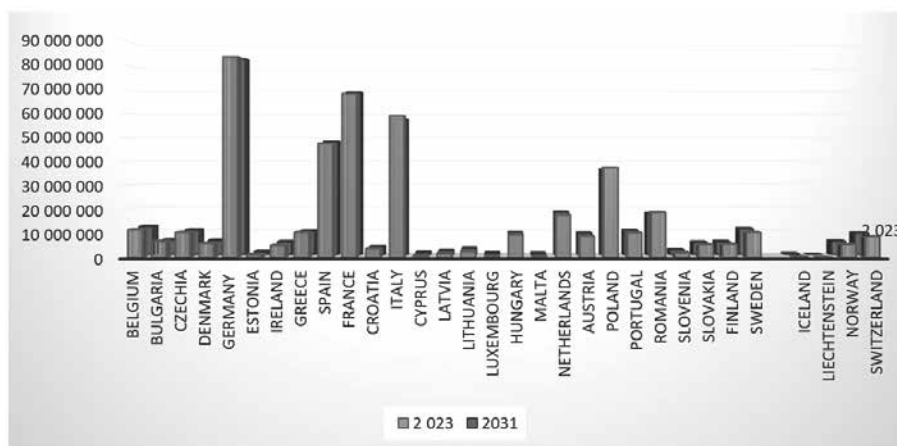


Fig. VI, 34 - Pojeção da população europeia: 2023 e 2031

Fontes: Eurostat²⁵⁴ & <https://ec.europa.eu/...>²⁵⁵

254. EUROSTATY <https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupDownloads.do> 26OUT22

255. https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/statistics-migration-europe_fr#les-immigrants-dans-la-socite-europenne-chiffres-globaux 28OUT22

Neste contexto não se deve esquecer que apesar da intensa procura por parte dos países subsarianos e outros, o ajustamento populacional que se faz sentir no continente europeu começa a estender-se aos países africanos mediterrânicos onde a ISF, inferior ao limiar de substituição das gerações, tende a reduzir-se. Este registo consolida a extensão de uma nova ordem demográfica mundial assente num regime de fecundidade e influência de fatores individuais e coletivos que interferem na procriação humana e afetam as previsões de crescimento da população europeia.

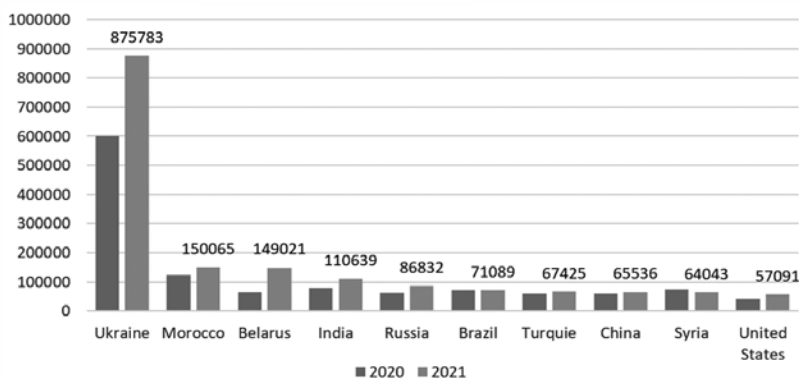


Fig. VI, 35 - Principais nacionalidades de cidadãos acolhidos em países da EU: 2019 e 2020

Fonte: Pordata

Na sua evolução recente a União Europeia com uma população orçada em 2020 em 447,2 milhões de habitantes, acolhia na mesma data 23 milhões de cidadãos – 5,3% - oriundos de países estrangeiros à UE e 37 milhões – 8,4% - de indivíduos nascidos fora da União. Como principais países de acolhimento contam-se a Alemanha (148,2 milhares), França (103,8 milhares), Espanha (62,1 milhares), Itália (43,9 milhares) e Áustria (36,7 milhares). Deste montante, as principais razões invocadas para a sua permanência no seio da EU foram as seguintes: Razões familiares - 36%; Trabalho - 20%; Asilo - 9%; Educação - 4%; Outras - 32%.

No conjunto destes valores os refugiados ascendiam a 2,8 Milhões, valor imparável face à tendência de aumento destes pedidos oriundos de países da América latina: Venezuela e Colômbia e da Europa: Geórgia, Albânia e Moldávia. A re-

ferência a um documento da UNHCR (2021, p. 6) regista o seguinte: “*At mid-2021, Turkey hosted some 3.7 million Syrians, Colombia hosted 1.7 million Venezuelans, and Uganda hosted 923,500 South Sudanese and 429,500 Congolese refugees, while Pakistan hosted over 1.4 million Afghans. Germany provided asylum to 1.2 million refugees, including 616,300 Syrians, 152,700 Afghans and 147,400 Iraqis.*”

Estas situações acompanham-se de uma enorme variabilidade de situações conjugais e familiares, de movimentos de refugiados e de políticas de acolhimento que se repercutem no seio dos países europeus e condicionam a marcha total e os valores registados em diversos contextos geográficos e sociais. A convergência destes movimentos, da periferia para o centro, aproveitando a abertura proporcionada pela mobilidade internacional, resulta da persistência de intensas pressões demográficas exercidas nas suas orlas pelos países vizinhos e a existência de afinidades culturais entre as populações migrantes já estabelecidas e os candidatos à emigração. Tendo em conta a evolução recente e o seu crescimento nos países da União Europeia estas migrações de substituição podem dar origem a uma rotação de mão-de-obra e possível retorno da população imigrante envelhecida ao país de origem no termo do ciclo laboral ativo²⁵⁶.

Em tempo assinalou Héran (Parlamento Europeu, 2008, p. 18):

“La contribution de l’immigration à la dynamique démographique n’a pas besoin de prendre la forme d’un afflux massif pour modifier rapidement la composition de la population et accroître sa diversité. Même si elle contribue seulement pour un quart ou un tiers à la croissance annuelle de la population, il suffit que cet apport se prolonge des décennies durant pour que monte rapidement la proportion de résidents ayant des ascendants étrangers.”

Esta reflexão sobre a situação na Europa dá relevância ao contributo das migrações internacionais. A evolução da fecundidade no último meio século, tendo alcançado valores mínimos no início da presente centúria, aumentou percentualmente no decurso da primeira década do novo milénio mercê do agravamento de conflitos bélicos e da ação de políticas sociais e de integração da população imigrante em diversos países. Contudo não esconde a fragilidade das estruturas demográficas da velha Europa e dos sistemas laboral, contributivo e de assistência social, como se deduz da análise das projeções atuais relacionadas com o traçado

256. Toma-se como exemplo o caso da emigração italiana para o G. D. do Luxemburgo no início do arranque da industrialização mineira do século XIX e seguinte, que permitiu o “milagre siderúrgico” luxemburguês.

da pirâmide etária em 2020 e em 2100 (Eurostat, 2021)²⁵⁷: “*in the coming decades, the number of elderly people will increase significantly. By 2100, the pyramid will take more the shape of a block, narrowing considerably in the middle of the pyramid (around the age 45–54 years)*”.

Profundamente marcada pelo envelhecimento da sua população, pelas disparidades sociais e económicas do território e pela dualidade social, a União está à mercê dos fluxos internacionais de mão-de-obra e de circunstâncias sociopolíticas internas condicionantes do seu futuro. A este respeito assinala a Eurostat (2021)²⁵⁸:

“During the period from 2020 to 2100 the share of the population of working age is expected to decline, while older people will probably account for an increasing share of the total population: those aged 65 years or over will account for 31.3 % of the EU’s population by 2100, compared with 20.6 % in 2020. As a result of the population movement between age groups, the EU’s old-age dependency ratio is projected to almost double from 32 % in 2020 to 57.1 % by 2100 and the total-age dependency ratio is projected to rise from 55.5 % in 2020 to 82.6 % by 2100 (...). The median age is expected to increase by 4.9 years, rising from 43.9 years in 2020 to 48.8 years in 2100”.

A referida situação, que não é apenas demográfica, reflete-se na capacidade produtiva dos países, no mercado de trabalho, nas despesas públicas, na qualidade de vida dos cidadãos, nas suas condições de vida, na divisão da opinião pública sobre a dimensão destes movimentos. Por via da carga populacional e das suas estruturas, acentua-se a perda de influência potencial da U.E. no mundo. Mesmo assim a orientação das migrações internacionais nas últimas décadas permite consolidar a imagem da União Europeia como espaço atrativo e de destino das migrações internacionais, alimentada por numerosos fluxos migratórios oriundos de países cada vez mais distantes: África, Ásia, América.

257. Eurostat: Population structure and ageing (2021) - https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Population_structure_and_ageing 12JAN22

258. Eurostat: projected total-age and old-age dependency ratio, EU, 2021-2100 (2021) - https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Population_structure_and_ageing 12JAN22

Population pyramids, EU-27, 2019 and 2100
(% of total population)

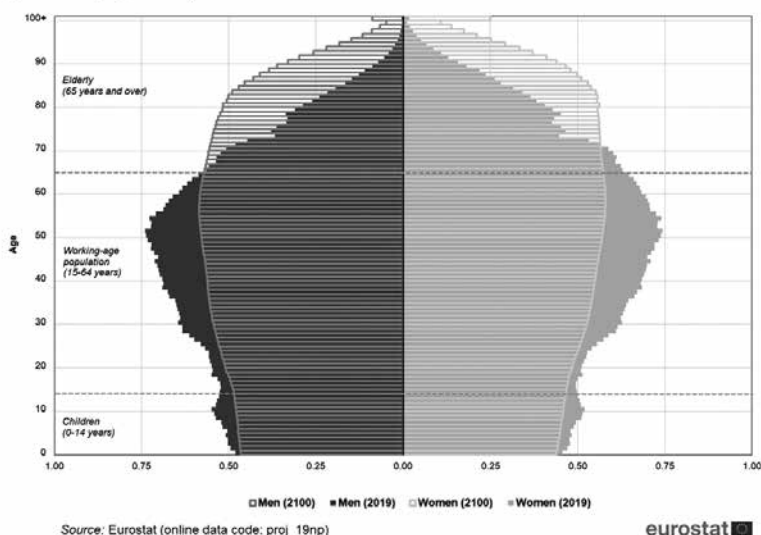


Fig. VI, 36 – Pirâmides etárias, EU-27: 2019 e 2100²⁵⁹

Não obstante o agravamento natural desta situação estrutural o futuro da população europeia e mundial depende cada vez mais de um conjunto de incertezas associadas aos riscos das alterações climáticas, a problemas de saúde pública, à fome e à guerra, ao domínio geoestratégico das grandes potências mundiais e às consequências decorrentes do equilíbrio dos poderes políticos que partilham os grandes fóruns mundiais e a vastidão dos grandes continentes. Tomando como exemplo o caso da pandemia, não debelada, do COVID-19 um documento oficial da E.U. sobre o seu impacto nas alterações demográficas (C.E., 2020 - Introdução)²⁶⁰, reconheceu o seguinte:

“O surto da pandemia de COVID-19 mudou a Europa e o mundo num abrir e fechar de olhos. Pôs à prova os nossos sistemas de saúde e de segurança social, assim como a nossa resiliência económica e social. Deixará um impacto duradouro no modo como vivemos e trabalhamos juntos – mesmo quando o vírus tiver

259. Eurostat https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/images/9/9b/Population_pyramids%2C_EU-27%2C_1_January_2019_and_2100.png 26OUT22

260. Comissão Europeia (2020). Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Bruxelas, Comissão Europeia – COM (2020) 241 final - <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52020DC0241> 12JAN22

desaparecido. Este vírus surgiu num momento em que a Europa já atravessava um período de profundas transformações devido às alterações climáticas, sociais e demográficas.”

A confirmá-lo o Relatório anual-2022 do World Economic Forum (WEF - 2022 - Preface)²⁶¹ adverte para o seguinte: *“A divergent economic recovery from the crisis created by the pandemic risks deepening global divisions at a time when societies and the international community urgently need to collaborate to check COVID-19, heal its scars and address compounding global risks”*. Mais ainda, tendo em conta a distribuição desigual do processo de vacinação e a evolução das diferentes estirpes, adianta (loc. cit.):

“Widening disparities within and between countries will not only make it more difficult to control COVID-19 and its variants, but will also risk stalling, if not reversing, joint action against shared threats that the world cannot afford to overlook”, donde: “The resulting global divergence will create tensions — within and across borders — that risk worsening the pandemic’s cascading impacts and complicating the coordination needed to tackle common challenges including strengthening climate action, enhancing digital safety, restoring livelihoods and societal cohesion and managing competition in space.”

As inevitáveis consequências de natureza económica, geopolítica, social e de saúde pública da crise causada por esta pandemia sobre a Europa e o Mundo, arrastam consigo um conjunto de desafios e de danos colaterais que se acumulam aos de ordem demográfica tratados a respeito desta notícia geográfica sobre a população portuguesa e com ela diretamente relacionados em aspetos múltiplos do seu desenvolvimento: evolução, estrutura, movimentos, ordenamento social e territorial, transição energética e tantos outros, esperados ou não, que acompanham esta narrativa. Um olhar sobre o mundo e o conjunto de países da E.U. não esconde a necessidade de cada país atender à realidade que o identifica (op. cit., p. 15):

“A estrutura económica e demográfica de um país será um fator no ritmo e na capacidade de recuperação. Haverá outros pontos em que as alterações demográficas a longo prazo e as necessidades de recuperação coincidirão. Nesse contexto, estão em causa variadíssimos elementos, desde a necessidade de tornar os nossos sistemas de saúde e de cuidados continuados mais resilientes até garantir que as

261. World Economic Forum (2022). The Global Risks Report 2022 – 17th Edition. Geneva: World Economic Forum Headquarters - <https://www.weforum.org/contact-us/office-locations> 12JAN22

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

nossas zonas urbanas e rurais conseguem lidar com a densidade populacional ou a falta de serviços”.

Em consequência dos muitos fenómenos associados, a geopolítica populacional altera a situação da Europa no Mundo (op. cit., p. 33):

“As alterações demográficas também afetam a perspetiva geopolítica da Europa e a sua posição no mundo. População e dimensão económica desempenham um papel importante nas estruturas de poder mundiais. À medida que as nações da Europa se tornam mais pequenas e menos poderosas economicamente em relação a outras economias emergentes, a necessidade da União Europeia usar todo o seu peso coletivo torna-se ainda mais importante. Simultaneamente, como assistimos durante a pandemia, um vírus não conhece fronteiras e cria desafios comuns a muitas partes do mundo”.

Assinala este documento (op. cit., p. 36) que *“O duplo desafio da democracia e da demografia deve ser encarado de frente”* em cenários marcados por grandes desafios de natureza económica decorrentes da crise pandémica, da transição climática, da pressão das migrações internacionais, do risco e segurança digital e da erosão social que os acompanham. A este respeito adverte também o World Economic Forum (2022, p. 15), *“Income disparities risk increasing polarization and resentment within societies”*, agravando as tensões de natureza geopolítica internacional e o entendimento global face aos desafios e riscos das próximas décadas. Referindo-se a Portugal, o último relatório desta entidade, o WEF (op. cit., p. 105), enumera situações concretas relacionadas com a situação económica, dívida externa, disponibilidade do emprego e subsistência, desigualdade digital e estado do sistema de segurança social.

Hoje como ontem temos presente o escrito de Ribeiro (1970) que em tempo alertou para a dimensão da nossa ‘pequena casa lusitana’, para a exiguidade da área, pobreza do solo, abundância e fecundidade das gentes que os dados recentes tendem a contrariar. Este tipo de reflexão ganha maior relevância face ao reconhecimento da evolução e futuro demográfico da sociedade portuguesa a partir do último quartel do século passado. Assim o reconhece o estudo da F.C.G. (2021.03, p. 10):

“Tudo mudou na segunda metade dos anos 70, com a célere modernização social e a melhoria das condições de vida, acompanhadas por alterações de comportamento da população. Estas alterações, causadas pelo processo de transição

demográfica e sanitária, estão na base do rápido envelhecimento das estruturas etárias, explicadas pela redução ininterrupta dos níveis de fecundidade e da mortalidade desde então, e pelo gradual aumento do número médio de anos de vida da população”.

A rematar, seguindo o exemplo de Evangelista (1971, p. 4) e os interesses de geógrafo que nos norteiam, procurámos, neste trilho que percorremos, “*compreender as vicissitudes demográficas em função do ambiente humano donde dependem e dos diversos graus de conexão entre estes e o quadro natural*”. Mais ainda, ao acrescentar a esta grelha o quadro histórico e social edificado durante séculos procurámos articular, na complexidade da mesma narrativa e análise, a essência dos fenómenos populacionais em diferentes ciclos de vida da nossa história e geografia comum. Seguindo o pensamento de Ribeiro (1973/74, p. 5) expresso ao tempo da instalação das Universidades Novas, a oportunidade desta reflexão “*é, por um lado, o resultado daquilo que aprendemos, nos nossos autores e com os nossos mestres (...) mas é também (...) um pouco a aventura intelectual de repensar noções e problemas e de aplicar, aos materiais por nós escolhidos, menos um esquema alheio do que alguma capacidade de meditação e de síntese*”.

À nossa maneira procuramos responder a alguns dos desafios que ganham pertinência nos nossos dias face à marcha da população e às suas implicações na geografia e sociedade portuguesa anunciadas nos traços da evolução da nossa gente e na sua articulação com os diferentes contextos regionais e globais que temos de enfrentar.

Como em tempo referiu Ribeiro (1970, p. 353), a necessidade de “*ver com largueza os problemas da população*” não obriga, apenas, a geografia, mas as demais ciências sociais e até as ciências naturais, deixando um vasto campo de investigação aberto a quem se queira dedicar a este domínio. Assim o assinala, também, Nazareth (2009) ao propor uma atitude prospetiva (op. cit., p. 141) que nos obriga “*a ‘olhar longé’ e é este futuro que é necessário construir nas suas complexidade, mobilidade, risco e surpresa*”.

NOTA FINAL

A recolha de informação complementar ao trabalho de investigação desenvolvido ao longo da vida académica e profissional assemelha-se à construção de um “elo” de uma cadeia, com início definido e fim (in)determinado. Nesta lide muitos projetos e trabalhos foram concretizados, outros ficaram incompletos sugerindo o seu aprofundamento em tempo oportuno. Assim sucedeu com este tema inscrito num rol de preocupações atinentes à geografia histórica de Portugal, em particular à nossa população e às suas manifestações ao longo do tempo. Com esse intuito - e cientes de que a pesquisa interdisciplinar (Ribeiro, 1977, p. 210) *“só se compreende quando ao seguro manejo de uma ciência se acrescenta o um ‘grave e honesto estudo’ das ciências de fronteira”* -, preparamos este roteiro que pretende preencher etapas desse conhecimento.

À sua maneira o mesmo pode suscitar novas pistas que possam completar os ensinamentos de outros autores que se debruçaram sobre a população e o povoamento do solo português, estruturado em função da sua natureza e da ação de diferentes civilizações (Ribeiro, 1977, p. 19), em circunstâncias económicas e políticas, sociais e culturais que extravasam os limites das fronteiras nacionais. Os múltiplos exemplos da nossa história recente, assim o confirma. A ideia inicial sugeriu-nos este percurso que aglutina temas, tempos e cenários diversos, descritos em obras que relatam vários tipos de informação: uns recolhidos diretamente, outros já conhecidos sobre momentos e ciclos de vida distintos da nossa sociedade. Acresce, em algumas circunstâncias, a abordagem pessoal de certos temas e a necessidade de completar leituras passadas com novos dados recolhidos ao longo da investigação.

Em suma, trata-se de um trabalho que nos mereceu bastante atenção por se inscrever num ciclo vital de afastamento das lides profissionais e assim permitir melhor integração de diversas fontes e informações relacionadas com o povoamento e a população portuguesa, em circunstâncias que acompanham o antigo regime e o regime antigo, caído há quase meio século. É neste cenário que ganha força o entendimento de Fernandes (1995) de afirmação da vida humana *“no quadro de coordenadas espaço-temporais”* de diferente natureza. Com efeito (loc. cit.), *“Se não existe sociedade sem história, também não há espaço sem marcas do tempo. Este vem-se condensando e cristalizando em espacialidade”* e esta transmite-se

de geração em geração, em contextos naturais e humanos que apesar da mudança temporal a que são sujeitos conservam, na sua essência, traços de um determinismo geográfico e social que acompanhou a formação da nação portuguesa e que ditou durante séculos a expressão e a identidade da língua e da nossa sociedade. A este respeito assinala Costa (2012)²⁶²: “*a precocidade da nação portuguesa advém, em grande medida, de a linha fronteira então acordada ter cristalizado depressa e ter sido consolidada pelo facto de constituir uma fronteira linguística indiscutível*”.

A rutura devida à instauração do regime democrático abriu um novo ciclo de vida através da territorialização das políticas públicas e da ação dos fundos europeus que garantiram novos arranjos e dinâmicas territoriais e societais. Neste contexto assistimos a uma poderosa ação do homem (Claval, 2001, p. 210) na construção de novos espaços territoriais, de relação e poder, que configuram (op. cit., p. 208) uma “*appréhension nouvelle de l’espace et du social (...), une ‘création sociale et individuelle de schémas pertinentes du réel (...)*”, traduzidas em realidades tangíveis e em atitudes da população manifestas nos resultados da revolução reprodutiva, agravada pelos efeitos da crise pandémica dos nossos dias e situação de conflito bélico na Europa.

Nesta fase assumimos o compromisso científico e ético de valorizar o espírito científico estruturado ao longo de uma convivência salutar entre colegas de diferentes formações académicas, em contexto de valorização de novas áreas científicas e em período de crescimento da rede e da afirmação de crescentes domínios do saber, traduzido numa doação da comunidade académica a matérias essenciais e a novas graduações académicas impostas pela democratização do ensino superior. Nesta sequência não regateámos a procura e o alargamento dos horizontes de pesquisa que nos foram inculcados por antigos Mestres (Ribeiro, 1964, p. 32), associando “*aos dados do saber clássico (...) novas aquisições da observação e da experiência*”, que incidem sobre períodos antigos da nossa existência coletiva e da construção de uma pátria, desenhada e distinta “*no mapa do mundo, precisamente pela sua identidade*” (Quadros, 1978²⁶³ - Mourão Ferreira e Seixo, 1981II-2, p. 85). Para este autor (loc. cit.): “*dizer identidade é dizer por um lado memória*

262. In: Diário de Notícias-Sociedade - https://www.dn.pt/sociedade/d-joao-iv-tornou-se-rei-simplesmente-por-correspondencia-sem-ser-necessario-disparar-um-tiro-15407817.html#error=login_required&state=623f5f07-1a73-4017-9da0-23e50edf6699 2DEZ2

263. “A arte de continuar português”, 1978

NOTA FINAL

histórica, estrutura cultural e inconsciente colectivo (elementos tradicionais), e por outro lado projecto político como projecto de civilização e pensamento teleológico ou prospectivo (elementos dinâmicos)”.

Sem nos reportarmos, apenas, a aspetos de natureza histórica, a geografia da população portuguesa ensina-nos, também (Sérgio, 1979, p. 146), como “*fadados à sina de transpor limites, tivemos um carácter universalista pela nossa acção no mundo físico*” transcrito, nos nossos dias, pela forte mobilidade dos cidadãos e no interesse que tais movimentos estão a levantar no domínio da mobilidade geográfica e social que identifica as diferentes fases da nossa evolução como sociedade. Nem sempre incluídas nos roteiros do saber e do conhecimento da geografia humana, as migrações não podem ser entendidas como uma constante do passado ou uma fatalidade presente, mas sim como um elemento estruturante das sociedades hodiernas na sua evolução e crescimento rumo a um futuro preenchido pelo Homo Migrans, em marcha há vários milhões de anos.

No contexto presente testemunhamos o desapego pela investigação isolada e desinteressada sobre temas desviados dos “*caminhos de oportunidade*” (op. cit., p. 349) que marcam a “*época utilitária*” e numérica assinalada por muitos referenciais que ordenam instituições, sistemas e redes de interesses segundo um conhecimento racional e processo afiliado (Ribeiro, 1964, p. 35) a um possível “*ideal comum e poderosamente unificador*”. Mais ainda (loc. cit.), a uma herança “*perigosamente hipotecada pelos antagonismos políticos, pelas lutas ideológicas, pelos nacionalismos exacerbados e pelos internacionalismos agressivos*”. Possivelmente, até, pela ação de elites dominantes que apesar da sua qualificação e experiência tendem a esquecer, nas suas competências e decisões (loc. cit.), “*o primado do Espírito, a dignidade das pessoas e o entendimento entre os homens*”, supremos ideais da nossa civilização. Circunstâncias diversas têm ajudado esta situação que não é única e dominante no nosso tempo.

Recuando no passado encontramos, nos finais do século XIX, um testemunho de Martins (1981, p. 239)²⁶⁴, que continua a manifestar-se nos nossos dias:

“(…) enquanto o Estado não tiver como pensamento a igualdade, ou enquanto, mantendo-se uma ficção de poder, se obedecer de facto à ordem dos patronos das várias clientelas políticas, bancárias, industriais; enquanto esses nossos barões

264. Portugal Contemporâneo (1981)

fizerem de povo: a democracia será uma quimera, por isso mesmo que a Nação demonstrará não ter capacidade para ser senão o que é”.

Mais ainda, conclui, afirmando (loc. cit.): “*À sombra de uma liberdade sempre crescente, dia a dia, com o crescer da riqueza irá crescendo a cisão dos pobres e dos ricos, em virtude dessa lei simples que dá a vitória a quem mais pode”.*

O isolamento em rede(s) que hoje experienciamos decorrente de muitas outras mudanças societais e humanas, nomeadamente as que limitam os processos de socialização e de liberdade de movimentos carregados pelas doenças de carácter infeccioso e de natureza bélica de expressão universal, obriga-nos a repensar os quadros mentais e a teoria de abordagem dos fenómenos sociais e humanos construídos em torno, apenas, de preocupações geográficas expressas em referências territoriais, temporais e quantitativas. Tendem, cada vez mais, para outra dimensão centrada no desenvolvimento humano de todos e de cada um dos cidadãos inscritos na contabilidade censitária, nos seus movimentos naturais, na sua ideia e projetos de vida, na sua liberdade e fruição dos direitos universais e humanos, na sua inclusão na sociedade democrática.

No recôndito de uns ‘passos perdidos’ desta “Pátria” e à semelhança M. Torga :

“Hoje

Sei apenas gostar

Duma nesga de terra

Debruada de mar”.

Nestas circunstâncias resta-nos testemunhar, através de uma narrativa que antecede o período de instalação da rede das novas Universidades portuguesas e reforça, nas referências ao presente, algumas das opções tomadas nesse sentido. Em data próxima ao 50º aniversário da Universidade de Aveiro o nosso apreço vai para esta organização universitária – sem esquecer as demais instituições de ensino superior criadas no decurso do regime democrático - para a sua missão de produção do conhecimento e ciência, investigação e pedagogia no ensino superior, para a sua atenção aos problemas humanos da sociedade portuguesa. Estes foram pilares essenciais na construção de comunidade académica que aqui se homenageia, no comprometimento com o futuro da sua juventude, da comunidade local e dos “*Lusitanis in Diáspora*” que a procuram.

NOTA FINAL

Alhures, em confinamento deliberado, revemo-nos na condição de Agostinho da Silva (2005) de viver a “*liberdade de espírito, que permite julgar o valor moral no desastre e permite superar, pelo seu aproveitamento, o toque do fatal*”, no mundo que já não nos pertence por estar emprestado aos nossos descendentes, em particular à Davina e à Milana na esperança de que, um dia, possam fazer parte da comunidade académica da Universidade de Aveiro.

Que esta continue em constante renovação e desenvolvimento “*Ad multos anos*”!

BIBLIOGRAFIA GERAL

- A.A. – Autor anónimo (1810). *Manuel géographique et statistique de l'Espagne et du Portugal*. Paris: Buisson. BnF – Gallica - https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5684198z_23JUn21
- Abon, Calos M. (2006.XI). “A época das ideias universais. O Pontificado e o Império. As Cruzadas. Capetos e Angevinos”, pp. 53-89
- Abon, Calos M. (2006). *Grande História Universal – Vol. XI – A Idade Média II*. Alfragide: EDICLUBE
- Abon, Calos M. (2006). *Grande História Universal – Vol. XIII – O Renascimento*. Alfragide: EDICLUBE
- Abon, Carlos M. (2006). *Grande História Universal – Vol. XIV – A Contra-Reforma*. A Guerra dos Trinta Anos. Alfragide: EDICLUBE
- Abon, Carlos M. (2006). *Grande História Universal – Vol. XVIII – A era da Industrialização*. Alfragide: EDICLUBE
- Abreu, A. Barbosa de (1964). “Escalonamento urbano do Continente português”. *Análise Social*, vol. 2, n.º 7/8, 1964, pp. 574–598
- Abreu, João A. Peres (1865). *Roteiro do viajante no Continente: e nos Caminhos de Ferro de Portugal em 1865*. Coimbra: Imprensa da Universidade <https://digitalis-dsp.uc.pt>
- Abreu, Laurinda (2001). “Oferta e regulação em saúde: o legado de D. Manuel I (1495-1521)”. Araújo (2018), pp. 35-57
- Alarcão, Alberto (1984). “Do êxodo rural à atracção urbana e às transformações sócio-políticas daí decorrentes”. Lisboa, s/n, pp. 129-159 (Separata)
- Alarcão, Alberto (1964). “Êxodo rural e atracção urbana no Continente”. *Análise Social*, vol. 2, n.º 7/8, 1964, pp. 511–573
- Alarcão, Jorge de (2001). “Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4-2, pp. 293-349
- Alarcão, Jorge (1997). “O primeiro milénio a. C.” *De Ulisses a Viriato – o primeiro Milénio a.C.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (Catálogo de Exposição)
- Alegre, Manuel (1967). *O canto e as Armas*. Lisboa: Dom Quixote
- Almagro-Gorbea, M. (1994). “Protoceltes et Celtes dans la péninsule Ibérique”. *Aquitania*, XII, pp. 283-296 (Actes du XVIe colloque de l'Association Française pour l'Etude de l'Age du Fer. Agen, 1992)
- Almeida, C., Barreto, A., Kieger, L., Petitat, A. (1968). *L'émigration portugaise: 1957-1966*. Genève: Université de Genève (Mémoire d'économie sociale – Dir. Prof. J. I. Bergier – Policopiada)
- Almeida, Justino M. (2009-2010). “Missionação portuguesa”. *Janus (Um olhar para o passado)* - https://www.janusonline.pt/arquivo/1999_2000/1999_2000_1_10.html 13JUL21
- Alvaréz, M. Fernández (2006). “Os estados e a política internacional (1500-1555)”. Abón, 2006.XIII, pp. 175-219
- Alves, Jorge F. (2017). “As migrações na Historiografia portuguesa”. Matos, Sérgio C. e João, Maria I. – Orgs (2017), pp. 217-239
- Alves, José Lopes (2012). “Guerra da Restauração da Independência de Portugal (1640-1668) – intervenção do Marechal Schomberg”. *Revista Militar*, n.º 2530 - <https://www.revistamilitar.pt/artigo/768> 2FEV2022
- Amante, M. Fátima – Coord. (2011). *Identidade nacional: entre o discurso e a prática*. Porto: Fronteira do Caos Editores / Cepese
- Amaral, M. (s/d). “Portugal e as guerras da Revolução, de 1793 a 1801: do Rossilhão ao Alentejo

– Guerra das Laranjas” - <https://www.arqnet.pt/exercito/rossilhao.html> 16MAI21

Andrade, Amélia A. (2004). “A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal medieval: o caso da fachada atlântica”. *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en La Edad Media*, Nájera. Encuentros Internacionales del Medioevo-Actas, org. Beatriz Arizaga Bolumburu e Jesús Angel Solorzáno Telechea - Instituto de Estudios Riojanos, pp. 57-89

André, Carlos Ascenso (2016). *Uma língua para ver o mundo: olhando o português a partir de Macau*. Macau: Instituto Politécnico de Macau

Antillon, Isidoro (1808). *Elementos de la geografía astronómica, natural y política de España y Portugal*. Madrid: Imp. de Fuentenebro (Tradução francesa (1823). Géographie physique et politique de l’Espagne et du Portugal, suivie d’un itinéraire détaillé. Paris: Chez Picquet / Kilian)

Aquilué, X., Cabrera, P., Orfila, M. (eds.) (2017). *Homenaje a Glòria Trias Rubiés. Cerámicas griegas de la Península Ibérica: cincuenta años después (1967-2017)*. Barcelona: Centro Iberia Graeca

Araújo, M. Marta L. (2018). *As sete obras de misericórdia corporais nas Santas Casas de Misericórdia (Séculos XVI-XVIII)*. Braga: Santa Casa de Misericórdia de Braga - https://dspace.uevora.pt/rdp/bitstream/10174/23600/1/Oferta_e_regulacao_em_saude_o_legado_de%20%281%29.pdf 5OUT21

Armas, Duarte de (1495-1521). *Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela*. Arquivo Nacional Torre do Tombo - <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3909707> 6JUL21

Arroteia, Jorge Carvalho (2020). *Migrantes e peregrinos na bacia do Mediterrâneo: séculos I – XIII*. Aveiro: Edição do Autor (ISBN: 978-989-99779-5-2)

Arroteia, Jorge Carvalho (2017). *De Portugal para o mundo: gentes e rotas da Lusofonia*. Macau: Instituto Politécnico de Macau <https://cpclp.ipm.edu.mo/de-portugal-para-o-mundo/21> 1JUL21

Arroteia, Jorge Carvalho (2014). *Portugal XXI: conspecto demográfico*. Aveiro: Edição do autor (ISBN: 978-989-20-5448-3)

Arroteia, Jorge Carvalho (2013). *A Universidade de Aveiro e os seus contextos: 1973-2013*. Aveiro: Universidade de Aveiro

Arroteia, Jorge Carvalho (2010). “Portugueses em Diáspora; identidade e cidadania”. *População e Sociedade*, nº 18, pp. 145-159

Arroteia, Jorge C. (2008). *A população portuguesa: memória e contexto para a ação educativa*. Aveiro: Universidade de Aveiro

Arroteia, Jorge C. (1986). *Portugal. Perfil geográfico e social*. Lisboa: Livros Horizonte

Arroteia, Jorge C. (1986.b). *Ensaio tipológico sobre os movimentos migratórios portugueses*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Centro de Estudos

Arroteia, Jorge Carvalho (1985). *Atlas da emigração portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas

Arroteia, Jorge Carvalho (1984). *A evolução demográfica portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

Arroteia, Jorge Carvalho (2013). *Os Ílhavos e os Murtoseiros na emigração portuguesa*. Aveiro: Universidade de Aveiro (Tese de Doutoramento)

Arroteia, Jorge Carvalho (1983) - *A emigração portuguesa: suas origens e evolução*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

Arroteia, Jorge C. e Gomes, Saul A. (2017). *Monte Redondo – Terra, Património, História*. Monte Redondo: União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira

Arteche, José Gomez (1859)²⁶⁶. *Geografía Histórico-Militar de España y Portugal*. Madrid: Establecimiento Tipografico de Don Francisco de P. Mellado (Tomo II)

Assunção, J. Augusto Marcos (2014). *As unidades militares da Praça de Almeida entre 1642 e 1927: a defesa territorial na fronteira da Beira*. Lisboa: Academia Militar (Relatório Científi-

266. Nota: O autor, Coronel de Artilharia, foi oficial do Ministério da Guerra e dos corpos de Artilharia do Exército de Espanha.

BIBLIOGRAFIA GERAL

co Final do Trabalho de Investigação Aplicada – Policopiado) - https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6800/1/Asp%20Cav%20Assun%C3%A7%C3%A3o_TIA.pdf 4SET21

Ayala, D. José de Aldama (1855). *Compendio Geográfico-Estatístico de Portugal*. Madrid: Imprensa de la Viuda de D. Antonio Yenes

Azevedo, Pedro (1921). “Cartas de Vila, de mudança de nome e do título de notável das povoações da Estremadura”. *Academia das Ciências de Lisboa - Boletim da Classe de Letras*, Volume XIII (1918-1919). Coimbra: Imprensa da Universidade

Azevedo, Ricardo Charters d’ (2008). “Um oficial inglês em Leiria”. *200 anos após as Invasões Francesas*, Academia Edu - https://www.academia.edu/7962799/Um_oficial_ingl%C3%AAs_em_Leiria 12MAR21

Bacci, L. (1993) - *Introducción a la demografía*. Ariel: Barcelona

Bacci, Massimo Livi (1971). *A century of portuguese fertility*. Princeton, N.J.: Princeton University

Baker, Alan R. H. (1987). “Editorial: the practice of historical geography”. *Journal of Historical Geography*, v. 13, n. 1, pp. 1-2.

Balbi, Adrien (1822). *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d’Algarve, compare aux autres états de l’Europe*. Paris: Chez Rey et Gravier, Libraires (II Tomes) - (Ed. portuguesa: Imprensa Nacional – casa da Moeda e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra 2004)

Balbi, Adrien (1822.b). *Variétés politico-statistiques sur la Monarchie Portugaise dédiées à Mons. Le Baron Alexandre de Humbolt*. Paris: Rey et Gravier, Libraires

Baloup, Daniel (2002). “Reconquête et croisade dans la Chronica Adefonsi imperatoris (ca. 1150)”. *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévale*. N°25, 2002. pp. 453-480; doi - <https://doi.org/10.3406/cehm.2002.1254> - https://www.persee.fr/doc/cehm_0396-9045_2002_num_25_1_1254 31OUT20

Bandeira, Mário Leston (1996). *Demografia e modernidade: família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda

Barbosa, M. H (2001). *Crises de Mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: Universidade do Minho (cadernos A.A.N/NEPS)

Barreiros, Gaspar, O.F.M. (1561). *Chorographia de alguns lugares que estão em hum caminho que fez Gaspar Barreiros ó anno de MDXXXV] começa[n]do na cidade de Badajoz em Castella te á de Milam em Italia; co[m] algu[m]as outras obras cujo catalogo vai scripto com os nomes dos dictos lugares na folha seguinte*. - Em Coimbra: por Ioã Aluarez, & por mandado do doctor Lopo de Barros do Desembargo d’el rei nosso senhor & conego da Se d’ Euora, 1561. - [1 br., 12], 247, [1] f.; 4º (22 cm) - <https://purl.pt/14298> 6SET21

Barrenechea, Eduardo e Pintado, António (1974). *A raia de Portugal: a fronteira do subdesenvolvimento*. Porto: Afrontamento

Barreto, António (2002). *Mudança social em Portugal, 1996/2000*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa (Working papers – WP 6-02) - https://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/RBR_MA_11673.pdf 24AGO21

Barreto, Luís Filipe (1987). “A herança dos Descobrimentos”. *Revista ICALP*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, nºs 7-8, pp. 9-21

Barros, Amândio (2015). “Na origem de uma república marítima e mercantil. O acolhimento ao estrangeiro nos portos medievais e modernos”. *CITCEM Cultural. Espaço e Memória: Revista do CITCEM*, nº 6, pp. 38-60 - <https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/issue/view/348> 23JUL21

Barros, J.J. Soares de (1990). “Resultado de huma resenha geral dos povos de Portugal feita em 1417 por comissão que El Rey D. João I deo a Vasco Fernandes de Tavora”. *Memória sobre as causas da diferente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia - Memórias económicas da Academia Real de Ciências de Lisboa 1789-185*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, pp. 99-117 (Coleção de obras clássicas do pensamento económico português)

Barros, J. J. Soares (1789). “Memoria sobre as causas da diferente população de Portugal em

diversos tempos da Monarquia”. *Memorias Económicas da Academia Real de Ciências de Lisboa*. Lisboa: Officina da Academia Real de Ciências (Tomo I), pp. 123-151 – *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa: 1789-1815*. Lisboa: Banco de Portugal – Coleção de obras clássicas do pensamento económico português, 1990, Tomo I

Barros, João de (1932). *Ásia – dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda (IV Décadas)

Barros, J., Couto, D., Faria, M. S., Lavanha, J. B. (1777-1778). *Da Asia*. Nova edição. - Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1777-1788. - 24 vol.: gravura, mapa desdobrável; 8º (18 cm)

Batista, Luis (2016). *Operações militares contra a Monarquia do Norte em 1919*. Lisboa: Instituto Universitário Militar (Trabalho de investigação individual do CEMC) - https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14610/1/TII_Maj%20Tm%20Batista_Monarquia%20do%20Norte_VF.pdf 30JAN22

Bernardino, Luis M. B. (2019). “O exército português e os 70 anos da Aliança Atlântica: uma parceria construtiva”. *Revista Militar*, nº 2609/2610/Julho de 2019 - <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1446> 13MAI21

Bezerra, Manuel Gomes L. (1785). *Os estrangeiros no Lima*. Coimbra: Real Officina da Universidade, II vol.

Birou, Pierre (1974). *Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte (1ª Edição em língua francesa: 1950)

Bonnet, Carole; Cambois, Emmanuelle; Fontaine, Roméo (2021/22). “Dynamiques, enjeux démographiques et socioéconomiques du vieillissement dans les pays à longévité élevée”. In: *Population*, 2021/22, Vol.76, pp. 225-325

Borges, Augusto J. M. (2009). *Reais Hospitais Militares em Portugal: 1640-1834*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra / Comissão Portuguesa de História Militar ISBN 978-989-26-0494-7 (PDF) <https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/2897> 21DEZ22

Borges, Marcelo J. (2009). *Chains of gold: portuguese migration to Argentina in transatlantic perspective*. Leiden / Boston: Brill

Borges, João Vieira (2008). “Portugal militar no início do século XIX”. *A Guerra Peninsular: Perspectivas Multidisciplinares*, Actas, Vol. I, Coord. Maria Lemos Machado de Sousa, Setembro de 2008, pp. 47-60 - https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/17831/1/Portugal%20militar%20no%20inicio%20do%20seculo%20XIX_XVII%20Col%3%B3quio%20de%20Hist%3%B3ria%20Militar.pdf 22JUL21

Braudel, Fernand (1989). *Gramática das civilizações*. Lisboa: Editorial Teorema

Brian, Éric (2002). “Transactions statistiques au XIXe siècle: Mouvements internationaux de capitaux symboliques”. Le Seuil, “*Actes de la recherche en sciences sociales*” <https://www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2002-5-page-34.htm> 28FEV21

Brito, Bernardo de, O. Cist., 1569-1617, *Geographia antiga de Lusytania* / composta por frey Bernardo de Brito.... - Em Alcobaca: por Antonio Alvarez, 1597. - 8 f.; 2º (28 cm). - Assin: //A5//8. - Anselmo 41. - D. Manuel 253

Bulcão, E., Cantante, A., Almeida, B. et alii (2019). “Hospitais portugueses entre os séculos XVI e XVIII: dos Hospitaleiros a Enfermeiros”. *Temperamentum – Revista Internacional de Historia y pensamiento enfermero*; ISSN-e 1699-6011, v. 15 <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7276974> 22MAI21

C.E.P. (1976). *Estudo para a delimitação de Regiões-Plano*. Lisboa: Ministério do Plano e Coordenação Económica – Centro de Estudos de Planeamento

Cabo, Angel e Vigil, Marcelo (1973). *Condicionamientos geográficos Edad antigua*. Madrid: Alianza Editorial / Alfaguara

Caldas, Eugénio de Castro (1998). *A agricultura na História de Portugal*. Lisboa: Empresa de Publicações Nacionais

Cabral, A. M. Pires (1985). *A emigração na literatura portuguesa: uma colectânea de textos*. Lisboa: Secretaria de Estado da Emigração

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Calado, Adelino A. (1998). *Crónica de Portugal de 1419* (Edição crítica com Introdução e Notas de). Aveiro: Universidade de Aveiro
- Caldas, E. C. e Loureiro, M. S. (1966). *Regiões homogêneas no continente português: primeiro ensaio de delimitação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro de Estudos de Economia Agrária
- Câmara Corporativa (1967). *Actas da Câmara Corporativa*. Nº 56, IX Legislatura, 30 de Junho
- Campomanes, Pedro Rodriguez (conde de) (1762). *Noticia geográfica del Reyno y Caminos de Portugal*. Madrid: En la Oficina de Joachin Ibarra (2ª edição: Madrid em 1808)
- Capela, José Viriato (2005) - “Administração local e municipal portuguesa do século XVIII às reformas Liberais (Alguns tópicos da sua Historiografia e nova História)”, *Os Municípios no Portugal Moderno: Dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Ed. Colibri-CIDEHUS-EU, pp. 39-58.
- Capela, J. V., Borralheiro, R. e Matos, H. (2006) – *As freguesias do Distrito de Vila Real nas memórias paroquiais de 1758: memória, história e património*. Braga (Projecto POCTI/FCT - A Descrição do Território Português do Século XVIII)
- Cardoso, João Luís (2002). *Pré-História Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo
- Cardoso, P. Luiz C. O. (1747). *Diccionario geográfico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas / que escreve, e offerece ao muito alto... Rey D. João V nosso senhor o P. Luiz Cardoso, da Congregaçãõ do Oratorio de Lisboa....* - Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751
- Carrilho, Maria José (1977). “A mortalidade infantil em Portugal”. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística (Série Estudos, nº 52) – Método clássico
- Carvalho, Helena P. A. (2010). “A construção do espaço ibérico em época romana: conceitos”. *Revista de História das ideias*. Vol. 31 – Ibéria. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 7-23 URI: <http://hdl.handle.net/10316.2/41412>; DOI: https://doi.org/10.14195/2183-8925_31_130OUT20
- Carvalho, R. B. (2006) – *La présence portugaise à Ayuttaya aux XVIe et XVIIe siècles*. Paris: École Pratique des Hautes Études – IV Section Sciences Historiques et Philologiques (Mémoire) - http://www.cham.fch.unl.pt/ext/files/varia/tese_ritacarvalho.pdf 24OUT14
- Carvalho, Rómulo (1986). *História da educação em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Castanheda, Fernão Lopes (1797). *História do Descobrimento, e Conquista da Índia pelos Portuguezes / feita por Fernão Lopez de Castanheda / fielmente reimpressa por Francisco José dos Santos Marrocos*. - Lisboa: na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1797. - 2 vol. (XXV, [2], 216 p.) (XI, 252, [2] p.); 8º (18 cm) - <https://purl.pt/26218> 6SET21
- Castilho, Alexandre Magno de (1866). *Descrição e roteiro da costa ocidental de Africa*. Lisboa: Imprensa Nacional (Tomo I)
- Castro, A., Martins, J. M., e Silva, C. (2014). *A Demografia e o país: revisões cristalinas sem bola de cristal*. Lisboa: Gradiva
- Castro, Damião A. de Lemos Faria e (1786 e 1800). *História Geral de Portugal e suas conquistas*. Lisboa: Na Typographia Rollandiana (Tomo I e Tomo XVI, respetivamente)
- Castro, P. João Bautista de Castro (1870). *Suplemento ao Mapa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Typographia do Panorama (3ª Edição: revista e aumentada - Tomo IV – por Manuel Bernardes Branco
- Castro, João Bautista de (1762-1763). *Mappa de Portugal antigo e moderno / pelo padre João Bautista de Castro*. - 2ª ed. revista e augmentada. - Lisboa: na officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno
- Castro, Pe João Baptista de (1748). *Roteiro terrestre de Portugal*. Lisboa: Edição: Offic. de Miguel Mascal da Costa. ((1814 - 5ª Edição. Lisboa: Na Offic. de Joaquim Rodrigues d'Andrade
- Catroga, Fernando (2008). “Pátria, Nação, Nacionalismo”. Torgal, Pimenta e Sousa, 2008, pp. 9-39

- Chesnais, J. C. (1986). *La transition demographique, étapes, forms, implications économiques*. Paris: INED/ PUF
- Claval, Paul (2001). *Épistémologie de la géographie*. Paris: Nathan Université
- Claval, Paul (1987). *Geografia do homem: cultura-economia-sociedade*. Coimbra: Livraria Almedina
- Coelho, Maria Helena C. (2017). “A cidade na baixa Idade Média – uma sociedade e um centro”. *II Congresso histórico internacional – As cidades na História: Sociedade* (Atas – Vol. IV). Guimarães: Edição da Câmara Municipal de Guimarães, pp. 5-25
- Coelho, A. Borges (2012). *Largada das Naus. Vol. III – História de Portugal*. Lisboa: Caminho - https://books.google.pt/books?id=ApdLXpaFbRYC&printsec=frontcover&hl=pt-&source=gb_s_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false 27FEV21
- Comissão Europeia (2020). *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões*. Bruxelas, Comissão Europeia – COM (2020) 241 final
- Cónim, Custódio (1990). *Portugal e a sua população*. Lisboa: Alfa (II Vol.)
- Comte, Augusto (1828). “Système de Politique Positive”. Aron, R. (1982) *As etapas do pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 69
- Correia, F. G. Velinho (1926). Situação económica e financeira de Portugal. Elementos de informação e estatística. Lisboa: Imprensa Nacional. Fundação Mário Soares / DBG - Documentos Bernardino Machado - <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07026.003#!2> 1AGO21
- Correia, Luís M.M. de Vasconcelos (2011). *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (2ª Edição)
- Cortesão, Jaime (1980). *O que o povo canta em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte (1ª edição: 1942)
- Cortesão, Jaime (1964). *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Portugália
- Costa, Alfredo Machado (1952). “A influência dos grandes descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI sobre as evoluções geográficas e cartográficas”. *U.G.I. (Actas do Congresso de Geografia)*, 1952.IV, pp. 227-242
- Costa, António Carvalho da (1650-1715). *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Tomo primeyro [-terceyro] / Author o P. Antonio Carvalho da Costa.... - Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712. - 3 vol.
- Costa, D. António da Costa (1865). *Estatística administrativa do Distrito de Leiria*. Leiria: Typografia Leiriense
- Costa, J. Paulo Oliveira (2022). *Portugal na História: uma identidade*. Lisboa: Temas e Debates
- Costa, Marisa (2007). “Du rivage Mediterranéen à la façade Atlantique. Gens du sud ao Portugal medieval”. *Medievalista on-line*, ano 3 número 3, 2007 © IEM - Instituto de Estudos Medievais 1, pp. 1-35 - www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista https://www.axl.cefan.ulaval.ca/europe/portugal_Hst.htm 10JUN21
- Costa, M. S., Neves, J. P. (1993). *As autarquias locais e desenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento
- Costa, N. C. Martins (2016). “As ordens militares em combate na Idade Média: o caso da Guerra da Sucessão de Castela (1475-1479)”. *Medievalista on-line*, nº 9, Jan. <https://journals.openedition.org/medievalista/1007> 11FEV22
- Cox, Kevin (1972). *Man, location and behavior: na introduction to Human Geography*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Cruz, Rafael Almeida (2015). *Associações mutualistas e o mundo do trabalho: os trabalhadores e*

BIBLIOGRAFIA GERAL

suas organizações no Rio de Janeiro (1861-1882). Niterói: Universidade Federal Fluminense (Dissertação de Mestrado – Policopiado)

Curado, Silvino da Cruz (2002). “As operações no sul do Brasil, em 1767, ‘uma guerra ridícula de subalternos?’” Rio de Janeiro: Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (Comunicação apresentada no “*Simpósio comemorativo dos 500 anos de história militar Luso-Brasileira 1500-2000*”) - Actas.

Curado, Silvino da Cruz (1999). “Contributo dos engenheiros militares para a estruturação do Brasil, na segunda metade do século XVIII”. Actas do IX Colóquio *Os militares na sociedade portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 159-175

Decroly, Jean-Michel e Vanlear, Jean (1991). *Atlas de la population europeenne*. Bruxelles: Éditions de l’Université de Bruxelles

Delgado, Anabela e Wall, Karin (2014). *Famílias nos Censos 2011: diversidade e mudança*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Deserto, Jorge e Pereira Suzana M. – “Introd., tradução e notas (2016). *Estrabão, geografia, livro III / cm*. - (Díaita: scripta & realia, 2183-6523; 6). - ISBN 978-989-26-1225-6

Dias, A. Jorge (1951). Les troupeaux transhumants et leurs chemins. UGI – *Actas do Colóquio Internacional de Geografia (1951)*. pp. 23-32

Dias, Eduardo Mayone (1982). *Cantares d’além mar*. Lisboa: Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas

Dias, Jill (1991). “História da Colonização – África (séc. XVII-XX)”. *Ler História*, nº 21, pp. 128-145

Dias, João J.A. (1996). *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta nacional de Investigação Científica e Tecnológica

Díaz J. e MacInnes, J. P. (2009) – “*The revolutive revolution*”. The Sociological Review. Volume 57, Issue 2, pp. 262–284

Diniz, Marco T. M. (2008). “A importância histórica das zonas costeiras e dos terrenos de marinha no Brasil colonial e Imperial”. *Ar@cne* - <http://www.ub.edu/geocrit/ aracne/ aracne-106.htm> 24OUT14

Dinis, Julio (1868). *A Morgadinha dos Canaviais*. Porto: Typographia Jornal do Porto

Dorval, Brunelle - dir. (2010). *Gouvernance. Théories et pratiques*. Montréal: Éditions de l’Institut International de Montréal - http://classiques.uqac.ca/contemporains/ duplin_ raquel/ politique_ familiale_ qc/ politique_ familiale_ qc.html 17JAN22

Drain, Michel (1964). *Géographie de la Péninsule Ibérique*. Paris: Presses Universitaires de France (Edição em língua portuguesa: Geografia da Península Ibérica: Lisboa: Livros Horizonte)

Duarte de Armas (1495-1521). *Livro das fortalezas de Duarte de Armas*. Estudo introdutório de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: INAPA; Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1990. 20, (136) p.. ISBN 972-9019-26-2. Exemplar existente Torre do Tombo, Biblioteca 143/93 - <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3909707> 4OUT21

Dumont, G.-F. (2011). “EU - Union Européenne: prospective démographique”. Diploweb.com: *la revue géopolitique*, Diploweb.com, 2011, pp.1-29. fhalshs-00941706f - <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00941706/document> 15JAN22

Dumont, Gérard-François (2008). “Les conséquences géopolitiques de ‘l’hiver démographique’ en Europe”. *Géostratégiques*, 2008, pp.29-46. fhalshs-00768633f

Dumouriez, Charles François (1775). *État présent du Royaume de Portugal en l’année MDCCLVI*. Lausanne: Chez François Grasset & Comp. Versão inglesa: Dumouriez (1797). *An account of Portugal*. London: Printed for C. Law, Ave-Maria Lane, J. Debrett (...)

Duplin, Raquel (2010) – “La politique familiale ao Québec de 1960 à 2006”. Dorval Brunelle (Dir.) (2010), pp. 107-132

Durão, José de Santa Rita (1781). *Caramurú: poema epico do descobrimento da Bahía*, composto

por Fr. José de Santa Rita Durão. - Lisboa: na Regia. Officina Typografica, 1781, Canto VI, estrofa XLVII, pág. 182.

Durkheim, Emile (1967). *De la division du travail social*. Paris: Presses Universitaires de France (8ª Edição: 1ª Edição – 1893)

Esping-Andersen G. – Coord (2013): *El deficit de natalidad en Europa: la singularidad del caso español*. Barcelona: Fundación “la Caixa”, Colección Estudios Sociales (nº 36).

Estrabão – Versão de: Pereira; Gabriel (1878). *Descrição da Penuínsula Ibérica*: Livro 3º da *Geographia*. Évora: Typ. De F. C. Bravo (Cons. Biblioteca Pública de Évora)

EU (2020). *Report on the demography change*. European Comission – Eurostat - https://ec.europa.eu/info/files/report-impact-demographic-change-reader-friendly-version-0_en 13JAN22

European Comission (2011) - *The 2012 Ageing Report: underlying assumptions and projection methodologies*. Brussels, Directorate-General for Economic and Financial Affairs – European Commission https://ec.europa.eu/economy_finance/publications/european_economy/2011/pdf/ee-2011-4_en.pdf 16JAN22

Evangelista, João (1971). *Um século de população Portuguesa (1864-1960)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística (Centro de Estudos Demográficos)

Everett, C. S. (1999). “Melungeon history and myth” - *Appalachian Journal* Vol. 26, No. 4 (SUMMER 1999), pp. 358-409 <https://www.jstor.org/stable/40933999> 3JUL21

F.C.G. (2021). *Foresight Portugal 2030*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Coord: Ribeiro, José Félix), III Volumes: Vol. 1 – Cenários de evolução para Portugal; Vol. 2 – Enquadramento mundial e europeu; Vol. 3 - Portugal-ponto de partida.

Faria, Miguel Figueira (1995). “Fortificações de Portugal na fronteira da Estremadura espanhola”. *Anais – Série História*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, Vol. II, pp. 157-187

Faria, Manoel Severim (1740). *Notícias de Portugal*. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca - https://purl.pt/698_23FEV21 (1ª Edição: 1655)

Fernandes, A. Teixeira (1995). “Espaço social e suas representações”. *VI Colóquio Ibérico de Geografia - Actas*. Porto. Universidade do Porto (Vol. III), pp. 1179-1185

Ferreira, F. A. G. (1990). *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Ferreira, João J.B. (2005). “A colonização portuguesa no século XIX à luz da estratégia”. *Revista Militar*, nº 2439-Abril 2005, pp. 293-350 <https://www.revistamilitar.pt/artigo/103> 31OUT22

Ferreira, Leandro F. (2015). *De homens-comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1385-1438)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado)

Ferro, Gaetano (1986). *Sociedade humana e ambiente no tempo: temas e problemas de geografia histórica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Fonseca, J. A., Soares, L. C. e Maia, J. S. (2015). *A formação da marinha Portuguesa, dos primórdios ao Infante*. Lisboa: Academia de Marinha, pp. 243-253

Frada, João. J. Cúcio (2005). *A gripe pneumónica em Portugal Continental – 1918*. Lisboa: Setecaminhos

Franzen Beatriz V. (2003). “Açorianos no Rio Grande do Sul, a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-rio grandenses”. *Arquipélago – História*, 2ª série, VII, pp. 123-142

Freire, Miguel (2005). “Um Olhar Actual sobre a “Transformação” do Conde de Lippe”. *Nação e Defesa*, Outono-Inverno, N.º 112 - 3.ª Série pp. 137-166

Freire, António de Oliveira (1739). *Descriçam corografica do Reyno de Portugal, que contem huma exacta relação de suas provincias...* / composta por Antonio de Oliveira Freire. - Lisboa Occidental: na Off. de Miguel Rodrigues, 1739. - [12], 168 p.

Freitas, J. J. Rodrigues de (1867). *Notice sur le Portugal*. Paris: Imprimerie Administrative de Paul Dupont

BIBLIOGRAFIA GERAL

Friedli (2006). *L'influence de la politique familiale sur la fécondité des femmes en Italie, France, Suède et en Suisse – une étude comparative*. Genève: Université de Genève/Faculté des Sciences Économiques et Sociales (Mémoire)

Friedman, Thomas L. (2006). *O mundo é plano – uma breve história do século XXI*. Lisboa: Actual Editora

Fundação Francisco Manuel dos Santos (2012) - *Projeções 2030 e o futuro*. Lisboa: FFMS (“Projeções” – M. F. Mendes e M. J. Valente Rosa) - <https://www.ffms.pt/FileDownload/c86bfa89-3bb-2-46e7-87e0-3c2a34f78284/projeccoes-2030> 16JAN22

Galego e Daveau (1986). *O Numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (Memórias do CEG, nº 9)

Gaspar, Jorge (1987). *Portugal os próximos 20 anos – I vol: Ocupação e organização do espaço: retrospectiva e tendências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Gaspar, Jorge – Int. e Dir. (1979). *Portugal em mapas e em números*. Lisboa: Livros Horizonte

George, Pierre (1976). *Les migrations internationales*. Paris: Presses Universitaires de France

George, Pierre (1972). *Sociologie et géographie*. Paris: Presses Universitaires de France

Girão, Aristides de Amorim (1941). *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense Editora, S. A. R. L.

Girão, A. de Amorim e VELHO, Fernanda O. L. (1948). *Estudos da população portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Godinho, Vitorino M. (1994). *O papel de Portugal nos séculos XV-XVI. Que significa descobrir? Os novos mundos e um mundo novo*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Godinho Vitorino M. (1978) — “L’émigration Portugaise (XV-XX siècles)”. *Revista de História Económica e Social*, Lisboa: Sá da Costa, 1978, V. I, N.º 1, p. 7.

Godinho, Vitorino Magalhães (1971). *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia

Godinho, Vitorino M. (1968). *Ensaio sobre História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa (II Vol.).

Gomes, A. Sousa (1964). “O desenvolvimento sócio-económico e a educação”. *Análise Social*, 2 (7/8), 1964, pp. 652–670

Gomes, Daniela M. D. (2015). *Do domínio Cartaginês do mediterrâneo aos primeiros passos da talassocracia romana*. Lisboa: Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras (Dissertação de Mestrado) - <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/24520> 17OUT20

Gomes, Bernardino Barros (1839-1910). *Cartas elementares de Portugal para uso das escolas* / por B. Barros Gomes. - Lisboa: Lallement Frères Typ, 1878. - 1 atlas, [2], 29 p. de texto, 5 mapas: color.; 42 cm

Gonçalves, D., Figueiredo, T. e Ribeiro, A.C. (2012). “Alterações climáticas e agricultura”. *Revista da A.P.H.* - https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/11232/3/B1b4-O7_2012.pdf 15MAI21

Gonçalves, José Pereira (2015). “Os portos e a influência destes na formação de Portugal”. Fonseca, Soares e Maia (2015), pp. 243-253

Gonçalves, Paulo Cesar (2017). “Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista”. *SciELO Brasil* - <https://www.scielo.br/j/alm/a/GjgKHcz533MNMn5VcPPGR5M/abstract/?lang=pt> 9JUN21

Gonçalves, Rebelo F. (1981). *Portugal - Um Estado de Direito com oitocentos anos*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1981 - http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/manif-estis_probatum.html 11NOV20

González, Julio R. (1998). “As legiões romanas no vale do Douro na época de Augusto e da dinastia Julio-Claudia (31 a.C – 68 d.C)”. *DOURO – Estudos e Documentos*, vol III (5), pp. 29-48

Graça, Luis (2019). “A Escola Nacional de Saúde Pública: origens e história do ensino da saúde pública em Portugal”. *Portuguese Journal of Public Health*. DOI: DOI: 10.1159/000496515 22MAI21

Graça, Luis (2000). “Evolução do sistema hospitalar: uma perspectiva sociológica (IV Parte): o sistema profissional liberal 1817-1971” - <https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos89.html> 24MAI21

Graça, Luis (2000). “Assistência pública e Filantropismo privado no século XIX” - <https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos100.html> 24MAI21

Graça, Luis (1999). “Saúde e terror no Antigo Regime” - <https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos15.html> 20MAI21

Graça, Luís (1996). *Evolução do sistema hospitalar: Uma perspectiva sociológica*. Lisboa: “Disciplina de Sociologia da Saúde / Disciplina de Psicossociologia do Trabalho e das Organizações de Saúde. Grupo de Disciplinas de Ciências Sociais em Saúde”. Escola Nacional de Saúde Pública. Universidade Nova de Lisboa (Textos, T 1238 a T 1242) - [https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos180.html#Quadro_1_Evolu%C3%A7%C3%A3o_da_estrutura_da%C2%A0_popula%C3%A7%C3%A3o_activa_por_setores_econ%C3%B3micos_\(1890-1950\)](https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos180.html#Quadro_1_Evolu%C3%A7%C3%A3o_da_estrutura_da%C2%A0_popula%C3%A7%C3%A3o_activa_por_setores_econ%C3%B3micos_(1890-1950)) 22JUL21

Graça, Luis (s/d). “Dados estatísticos, 2” - <https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/data2.html> 11JAN2022 Fonte: Ferreira, 1990, p. 295

Graña, Andrés J. Pena (2004). *Treba y Territorium: Génesis y desarrollo del mobiliário e inmobiliario arqueológico institucional de la Gallaecia*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela (Tese de Doutoramento – Policopiada)

Guerra, François-Xavier (1974). *La Péninsule Ibérique: de l'Antiquité au Siècle d'or*. Paris: Presses Universitaires de France

Gurvitch, Georges (1979). *A vocação atual da Sociologia*. Lisboa: Cosmos (Tomo I)

Hagerstrand, Torstein (1968). *Innovation Diffusion as a Spatyial Process*. Chicago: Chigaco University Press (1ª Ed. 1953)

Halbwachs, Maurice (1935). “Morphologie sociale”. Grenier, M. & Tremblay, J.-M. Chicoutimi: Université do Québec à Chicoutimi: *Les classiques des sciences sociales* - http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales 20NOV20

Heran, François & Le Bras, Hervé (2008). “L’avenir démographique de l’Europe”. *L’avenir démographique de l’Europe: éléments de diagnostic à l’horizon 2050* - (notes de synthèse ont été requises par la commission parlementaire européenne de l’Emploi et des Affaires Sociales pour l’audition “L’avenir démographique de l’Europe” du 28 mai 2008)

Herculano, Alexandre (1971). *O Bispo negro*. Lisboa: Editorial Verbo (Editorial Básica Verbo, nº 42)

Herculano, Alexandre (1838). “Emigração para o Brasil”. *Cepese* - [https://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/bases-de-dados/legislacao/anexos/downloads/104_Texto%20de%20Alexandre%20Herculano%20Intitulado%20e%2080%93%20A%20Emigra%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20Brasil%20\(12.1.1838\).pdf](https://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/bases-de-dados/legislacao/anexos/downloads/104_Texto%20de%20Alexandre%20Herculano%20Intitulado%20e%2080%93%20A%20Emigra%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20Brasil%20(12.1.1838).pdf) 7JUL21

Hespanha, António M. (2001). “Luis Molina e a escravização dos negros”. *Análise Social*, vol. XXXV (157), pp. 937-960

Heuten, G. (1934). “L’histoire ancienne de la Péninsule Ibérique”. *L’antiquité classique*, Tome 3, fasc. 1, pp. 267-283; doi: <https://doi.org/10.3406/antiq.1934.3144> - https://www.persee.fr/doc/antiq_0770-2817_1934_num_3_1_3144 28OUT20

Horta, Ana P. Beja (org.) - 2010. *Revista Migrações* - Número Temático *Associativismo Imigrante*, Abril 2010, n.º 6, Lisboa: ACIDI, pp. 39-58

INE (2022.b). *Censos 2021 Resultados definitivos (XVI Recenseamento Geral da População / VI Recenseamento Geral da Habitação)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

INE (2022). *Anuário Estatístico – 2021*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=6174083&PUBLICACOESmodo=2 29OUT22

INE (2021). *Anuário Estatístico – 2020*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

INE (2019). *Retrato Territorial de Portugal – 2019*. Lisboa: INE

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Jaubert, Amédée (1840). *Géographie d'Édrisi*. Paris: A l'Imprimerie Royale
- João Paulo II (2002). *Migrações: Mensagens de João Paulo II*. Lisboa: Co-edição da Comissão Episcopal de Migrações e Turismo e da Fundação Ajuda à Igreja que sofre
- Josefo Flávio (2004). *História dos Hebreus*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus
- Josserand, Philippe (2003). "Croisade et reconquête dans le royaume de Castille au XIIe siècle - Éléments pour une réflexion". *Société des historiens médiévistes de l'Enseignement supérieur public* (2003). L'expansion occidentale (XIe-XV siècles: Formes et conséquences. Paris: Université de Sorbonne (Open Edition Books), pp. 75-85 - https://books.openedition.org/psorbonne/13676#authors_31OUT20
- Júdice, António Teixeira (1908). *Notas sobre Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional (Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908 – Vol. I)
- Junqueiro, Guerra /1891). *Finis Patriae*. Porto: Empreza Literaria e Typográfica (2ª edição)
- Junqueiro, A. M. Guerra (1925). *Pátria*. Porto: Livraria Chardron
- Justino, David (2011). "Estado, Território e Nação: dualismos múltiplos nas representações da identidade nacional". *Amante*, 2011, pp. 49-63
- Khoury, Yara Aun, 2004 – *Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil*. São Paulo: EDIC, PUC, SP, Imprensa Oficial. 2 vols.
- Kiss, Monika (2020). *Perspectives démographiques pour l'Union européenne 2020*. Bruxelles: EPR-S-Service de Recherche du Parlement Européen
- La Blache, Vidal (1954). *Principios de Geografía Humana*. Lisboa: Edições Cosmos
- Ladame, Paul (1958). *Le rôle des migrations dans le monde libre*. Genève: Ed. Droz
- Lalanne, Ludovic (1846). *Des pèlerinages en Terre sainte avant les croisades*. Bibliothèque de l'École des Chartes, pp. 1-31 - https://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1846_num_7_1_451975 5JUL21
- Landry, Adolph (1934). *La révolution démographique: étude et essai sur les problèmes de la population*. Paris: INED
- Lautensacht, Hermann (1967). *Geografía de España y Portugal*. Barcelona: Editorial Vicens-Vives
- Leão, Duarte Nunes de, (1530-1608). Descrição do Reino de Portugal / per Duarte Nunez do Leão, desembargador da casa da supplicação: dirigido ao... Sñor Dom Diogo da Sylva, Duque de Francavilla.... - Em Lisboa: impresso com licença, por Iorge Rodriguez, 1610. - [14], 161 [i. é 162] f.; 4º (20 cm) - <http://purl.pt/12393> <http://purl.pt/12393/cover.get> 15JUN21
- Lefebvre, Georges (1978). *Réflexions sur l'histoire*. Paris: F. Maspero
- Leite, Joaquim C. (1991). "O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914". *Análise Social*, vol. xxvi, (112-113), 1991 (3.º-4.º), 741-752
- Leira, Xan (2007). *Historias dunha emigración difusa – A emigración Galega a Lisboa*. Xunta de Galicia - <https://emigracion.xunta.gal/files/HistoriasDunhaEmigracionDifusa.pdf> 7JUN21
- Lemos, Ignacio Manoel (1859). *Guia Luso-Brazileiro do viajante na Europa*. Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira
- Lesthaeghe, Ron (2014). "The second demographic transition: A concise overview of its development". *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America PNAS*. December 23, 2014 | vol. 111 | no. 51 | 18113 - <https://www.pnas.org/content/111/51/18112> 10JAN22
- Lesthaeghe, R. (1994). "Una interpretación sobre la Segunda Transición Demográfica en los países occidentales. Demografía y políticas públicas". *EMAKUNDE*. Vitoria: Instituto Vasco de la Mujer, pp. 9-60. Cit. Por Pèrez Díaz - <http://apuntesdedemografia.wordpress.com/2011/08/26/la-segunda-transicion-demografica-en-van-de-kaa-y-lestahege/> 2MAIO14
- Lima, Luiz Caetano de (1734). *Geografía Histórica de todos os estados soberanos da Europa*. Lisboa: Na Officina de Joseph António da Sylva (Tomo I)
- Longo, Cecília (2014). "Epidemias: perspectiva de Portugal com principal enfoque em Lisboa e na peste branca (Tuberculose)". *Cadernos de Cultura – Medicina na beira interior: da pré-História ao século XXI, nº XXIX*, Novembro de 2015. pp. 109-120

Lopes, Sónia Melro da Trindade (2015). *Produções cerâmicas no Cabeço de Porto Marinho (Rio Maior), no contexto da Pré-História recente na Estremadura*. Faro: Universidade do Algarve (Polico-piado)

Lorrio, Alberto (1997). *Los Celtíberos*. Madrid: Universidad Complutense & Alicante: Universidad de Alicante (E - Edición electrónica – Espagráfica) - <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/19629/3/prologo.pdf> 1JUN21

Loureiro, Adolpho (1904-10). *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes - Atlas*. Lisboa: Imprensa Nacional (V vols.)

M.A.I. (1980). *Livro branco sobre regionalização*. Lisboa: Ministério da Administração Interna – Secretaria de Estado da administração Regional e Local (II Vols)

M.P.C.E. (1977). *Plano de médio prazo 1977/80 – Política regional*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda

Mácias, Santiago e Torres, Cláudio – Coord. (1998). *Portugal Islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia

Madoz, Pascual (1830) – *Diccionario Geográfico-Histórico de España y sus posiciones de Ultramar*. Madrid: IMPRENTA (Tomo III)

Magalhães, J. Romero (1994). “As estruturas sociais de enquadramento da Economia Portuguesa de Antigo Regime: os concelhos”. *Notas Económicas*. Nº 4-Novembro, pp. 30-47 - https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/25144/1/NotasEconomicas4_artigo2.pdf?ln=pt-pt 16JUL21

Malthus, T. (1798). *An essay on the principle of population – An essay on the principle of population, as it affects the future improvement of society with remarks on the speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and others writers*. London: J. Johnson

Marques A. H. de Oliveira (1976). *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores (6ª Edição)

Marques, José (1998). “Os Municípios na estratégia defensiva Dionisina”. *História – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. 15 nº 1, pp. 523-544 - <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8435> 27AGO21

Marques, José (1993). “Os municípios portugueses dos primórdios da nacionalidade ao fim do reinado de D. Dinis”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto, vol. 10, pp. 69-90

Marques, J. Francisco (2008). “As Guerras da Restauração, entre 1643 e 1665, na correspondência de Filipe IV com Soror Maria de Jesus de Ágreda”. *Coimbra: Revista de História das Ideias*, nº 29, pp. 103-130

Marques, J. Francisco (1992). “A religião na expansão portuguesa”. *Revista de História das Ideias* (Descobrimientos, Expansão e Identidade nacional), nº 14, pp. 117-141

Marreca A. Oliveira. (1838/1983). “Noções elementares de economia política”. Oliveira Marreca, *Obra económica*, vol. 1, Lisboa: Instituto Português do Ensino à Distância, pp. 67-197

Martin, José Marugán y (1833). *Descripcion geográfica, física, política, estadística, literária del Reino de Portugal y de los Algarbes*. Madrid: En la Imprenta Real (II Vols.)

Martins, Alfredo F. (1954). “Introdução”. La Blache (1954)

Martins, Guilherme d’Oliveira (2011). “Portugal: memória, património e cidadania”. *Amante*, 2011, pp. 23-30

Martins, J. P. (1981). *Temas e questões: antologia de textos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda (Coleção Pensamento Português).

Martins, J. P. de Oliveira (1908). *História de Portugal*. Tomo 1: (Cap. III: Geographia Portuguesa) - <https://www.gutenberg.org/files/34387/34387-h/34387-h.htm> 6MAI21

Martins, Miguel G. (2014). *A arte da guerra em Portugal – 1245 a 1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

Martins, Miguel G. (2008). “Los Ballesteros de Conto en Portugal en la Edad Media”. *Medievalismo*, nº 18, pp. 375-395 – ISBN: 1131-8155 - <http://revistas.um.es/medievalismo/article/view/91731/0> 14FEV21

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Martins, Oliveira (1956). *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães e C^a Editores
- Marx, K. (1867). *Das Kapital*. (Ed. Inglesa – 1990-1992 – *Capital* – 3 vol. London, Penguin Books)
- Mateus, Augusto (2013). *25 anos de Portugal europeu. A economia, a sociedade e os fundos estruturais*. Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus e Associados
- Matos, Sergio C. e João, Maria I. – Orgs (2017). *Historiografia e ResPública nos dois últimos séculos*. Lisboa: Universidade de Lisboa / Centro de História e Universidade Aberta – Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais
- Matos, Luis Salgado (2012). *A primeira república portuguesa entre a instituição Estado e a ordem povo* - https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7699/1/ICS_LSMatos_Primeira_ARL.pdf 24MAI21
- Mauss, Marcel (2002). *Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques (1902-1903)*. Québec: Université du Québec à Chicoutimi (Les classiques des sciences sociales) - http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/2_essai_sur_le_don/essai_sur_le_don.html 17JUL21
- Mauss, Marcel (1974). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária / Editora da Universidade de São Paulo (II Vols.)
- Mauss, Marcel (1971). *Essais de Sociologie*. Paris: Éditions de Minuit (Col. Points)
- Meadows, D., Meadows, D., Randers, J., Behrens W. III (1972) - *The limits to growth*. New York, Universe Books
- Medina, Ana Díaz (2006). *Demografia e Sociedade*. Abón, 2006.XIII, pp. 11-51
- Menjot, Denis (2013). *Introduction. Les gens venues d'ailleurs dans les villes médiévales: quelques acquis de la recherche*. Paris: Éditions de la Sorbonne - <https://books.openedition.org/psorbonne/26651> 6SET21
- Mill, J.S. (1878) - *Principes de l'économie politique*. Paris, Éd. Guillaumin (1^a ed. 1848)
- Ministério do Interior (1956). *Boletim Anual da Junta de Emigração: 1954*. Lisboa: Ministério do Interior
- Ministério do Interior (1925). *Boletim de Emigração*. Lisboa: Ministério do Interior - Comissariado Geral dos Serviços de Emigração
- Ministério do Planeamento (2021). *PRR – Recuperar Portugal construindo o futuro*. Lisboa: Ministério do Planeamento - https://portugal2020.pt/wp-content/uploads/planoderecuperacaoeresiliencia_consultapublica.pdf 1FEV22
- Miranda, Jorge (2013). “Sobre a lei de separação do Estado da Igreja de 1911”. *Estudos dedicados ao Professor Doutor Nuno José Espinosa Gomes da Silva*. - Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013. - 1.v., p. 399-420; (Direito e Justiça). - ISBN 978-972-54-0386-0.
- Monteiro, J. Gouveia (2018). “Reflexão crítica sobre as origens históricas do exército português”. *Revista Militar*, nº 2596, pp. 381-410
- Monteiro, João G. (2013). “Les Croisades et la prise de Lisbonne (1147)”. XXXIX Congresso della Commissione Internazionale di Storia Militare, Torino: CIHM, pp. 136-141 (Acta - Tomo 1)
- Morais-Alexandre, Paulo (2001). “Os ‘Dragões de Olivença’: genealogia e heráldica de um Regimento”. (Comunicação apresentada no *Congresso Internacional ‘O Tratado de Badajoz’*. Lisboa: Universidade Lusíada / Grupo de Amigos de Olivença, 20MAI2001)
- Morais, J. J. P. e Alarcão, A. (1976). *A população de Portugal*. Lisboa: I.N.E. – Centro de Estudos Demográficos (Caderno nº 2)
- Morais, R., Arruda, A.M., Ferreira, D. e Sousa, E. (2017). “Uma simbiose perfeita: gregos e fenícios nas Hespérides Ocidentais Atlânticas”. Aquilué, Cabrera, Orfila - Eds. (2017).
- Moura, Carneiro (1913). *Historia administrativa, colonial e política*. Lisboa: Typ. do Annuario Comercial (Dissertação para concurso o um lugar de professor do Faculdade de Estudos Sociaes e de Direito-da Universidade de Lisboa)

- Mourão-Ferreira, D. e Seixo, M. Alzira. (1981). *Portugal, a terra e o homem*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (II Vol.)
- Narciso, Raimundo (1999). O serviço militar e a cidadania. *Nação e Defesa*. 91-2ª série, pp. 67-94
- Nazareth, Joaquim Manuel (2009). *Crescer e envelhecer: constrangimentos e oportunidades do envelhecimento demográfico*. Lisboa: Editorial Presença
- Nazareth, Joaquim Manuel (1988). *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença
- Nazareth, J. Manuel (1979). *O envelhecimento da população portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais
- Neto, Serafim P. (1986). *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença Edições/Instituto Nacional do Livro (4ª Edição – À memória de J. Leite de Vasconcelos)
- Neves, João Campos (2013). “A ‘refundação’ do Corpo do Estado-maior do Exército português no século XX”. *Ler História*, nº 65, pp. 25-37 - <https://journals.openedition.org/lerhistoria/43413MAI21>
- Noin, Daniel – “Preface”. Decroly. Jean-Michel e Vanlear, Jean (1991).
- Nunes, A. Sedas (1964). “Portugal: sociedade dualista em evolução”. *Análise Social*, vol. 2, no. 7/8, 1964, pp. 407–462
- Observatório da Emigração (2021). *Emigração portuguesa 2020: Relatório estatístico*. Lisboa: Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.
- Oliveira, Luis M. G. (2004). *As Grandes Reorganizações do Exército Português – Lições Aprendidas*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares (TILD - Documento de Trabalho – Policopiado)
- Oliveira, Francisco R. (2003). “Os portugueses e a Ásia marítima, c. 1500 - c. 1: contributo para uma leitura global da primeira expansão europeia no oriente. 1ª parte: os mares da ásia no início do século XVI”. *Geo Crítica Scripta Nova* revista electrónica de geografía y ciencias sociales. universidad de barcelona. issn: 1138-9788. depósito legal: b. 21.741-98. vol. vii, núm. 151, 15 de octubre de 2003 <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-151.htm> 11FEV20
- Oliveira, António de (1995). “Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900”. *ARQUIPÉLAGO. História*. ISSN 0871-7664. 2ª série, vol. 1, nº 1, pp.: 259-307
- P.R.M. (1964). *Evolução da estrutura escolar portuguesa (Metrópole): previsão para 1975*. Lisboa: Centro de Estudos de Estatística Económica (Coord. C. Alves Martins ... et al.)
- Pacheco, L., Costa, P., Tavares, F. (2018). “História económico-social de Angola: do período pré-colonial à independência”. *População e Sociedade*. Vol. 29, Junu2018, pp. 82-98
- Pantaleão, de Aveiro, O.F.M. (1593). *Itinerario da Terra Sancta e suas particularidades* / compostos por frey Pantaliam Dauero. - Em Lisboa: em casa de Simão Lopez, 1593. - [4], 264 f. ; 4º (21 cm) - <https://purl.pt/11485/6SET21>
- Parlamento Europeu (2008) - *L'avenir démographique de l'Europe – note de synthèse* (IP/A/EMPL/IC/2008-33). Paris, INED (Draft)
- Peralta, Elsa e Góis, Bruno (2021). “Os Moinheiro de Caála: a micro-história de uma família madeirense na colonização, descolonização e retorno de Angola”. *Etnográfica*. Vol. 25 (1)
- Pereira, Gabriel (1878). *Descrição da Península Ibérica*: Livro 3º da *Geographia*. Évora: Typ. De F. C. Bravo (Cons. Biblioteca Pública de Évora)
- Pereira, José Rodrigues (2015). “A actividade marítima portuguesa nos séculos XII a XIV”: Fonseca et alii. pp. 45-51
- Pereira, Maria C. M. (2008). “Legislação sobre a emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional. “*Deslocamentos & Histórias*”. BAURU SP: EDUSC, pp. 35-47.
- Pereira, Mirian Halpern (2009). “A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano”. *Ler História*, nº 56, pp. 15-25 - <https://journals.openedition.org/lerhistoria/19189JUN21>

BIBLIOGRAFIA GERAL

Pereira, Mirian Halpern (1981). *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo

Pereira, Mirian Halpern (1969). “Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX”. *Análise Social* – revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ISSN 0003-2573, ZDB-ID 434001-2. - Vol. 7.1969, p. 85-117

Pery, Gerard (1875). *Geographia estatística geral de Portugal e colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional (Nota: Capitão do Exército, adjunto da direcção geral de trabalhos geodésicos)

Pimenta, José R. (2005). “Geo-história da ‘cultura castreja’ nos finais do século XIX. O caso de Martins Sarmento”. *O Arqueólogo Português*, Série V, nº 23, pp. 157-17

Pina-Manique, Diogo (1776 e 1798). *Livro que contem as freguesias que há em Lisboa, no seu Termo, e nas diversas Terras deste Reyno*, feito por ordem da Intendência Geral da Corte e Reyno, feito por ordem da Intendência Geral da Corte e Reyno Diogo Ignacio de Pina Manique, na sua Secretaria, em o anno de 1798.

Pinedo, E. Fernández (2006). “Demografia e vida económica”. Abon, 2006.XIV, pp. 139-155

Pinho, Arnaldo (2009). “Prólogo”: Universidade Católica Portuguesa: *Catolicismo e Liberalismo em Portugal (1820-1850)*. Porto: Universidade Católica Portuguesa

Pires, Nuno L. (2010). “Das reformas militares de 1806 aos modelos de organização de 1834”. *IV Congresso Histórico de Guimarães: do Absolutismo ao Liberalismo* (3ª Secção: Revoluções, Expansionismo, Impérios), pp. 231-362 - https://www.academia.edu/15413081/Das_Reformas_militares_de_1806_aos_modelos_de_organiza%C3%A7%C3%A3o_de_1834 22MAR21

Pires, Nuno L. (2010.b). “A zona de operações terrestres e a organização militar portuguesa (1806-1807)” - https://www.academia.edu/1613018/A_ZONA_DE_OPERA%C3%87%-C3%95ES_TERRESTRES_E_A_REORGANIZA%C3%87%C3%83O_MILITAR_PORTUGUESA_1806_1807?email_work_card=abstract-read-more 16SET21

Pires, Nuno L. (2009). “Milícias e Ordenanças no Norte de Portugal durante as primeiras Invasões Francesas”. *O Porto e as Invasões Francesas*. Porto: CM Porto e Edições Público, pp. 157-192 (I Vol.)

Pires, Nuno L. (2009.b). “Guerra global portuguesa (1640-1668)”. *Revista de História das Ideias - Guerra*, Vol. 30, pp. 327-353

Pires, Nuno L. (2005). “Os exércitos não se improvisam – um estudo sobre o exército português e o novo exército anglo-português em 1808”. *Revista Militar*, nº 2439 – Abril - <https://www.revis-tamilitar.pt/artigo/105> 7JUL21

Pires, R. P., Azevedo, J., Vidigal, I., e Veiga C. M. (2020). *Emigração portuguesa 2020: Relatório estatístico*. Lisboa: Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL

Pistola, Renato. J. B. (2018). *Entre Mutualismo e Capitalismo. Os caminhos do Montepio Geral (1840-1930)*. Lisboa: Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras (Tese de Doutoramento. Polícopiada)

PNUD (2020). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2020: A próxima fronteira – o desenvolvimento humano e o Antropoceno*. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Possamai, Paulo C. (2004). “A fundação da Colónia do Sacramento”. *MNEME – revista de humanidades*. V. 05. N. 12, out./nov. de 2004. – Semestral ISSN-1518-3394

Pressat, Roland (1979) - *Dictionnaire de Démographie*. Paris, Presses Universitaires de France

Prosper, Blanca Maria (2008). “En los margens de la linguística celta: los etnónimos del noroeste de la Península Ibérica y una ley fonética del Hispano-Celta occidental”. *Palaeohispanica*, 8 (2008), pp. 35-54. I.S.S.N.: 1578-5386

Proudhon, P. J. (1840) – “Qu’est-ce que la propriété?”. *Les classiques en sciences sociales*. – Université du Québec - http://classiques.uqac.ca/classiques/Proudhon/la_propriete/La_propriete.pdf 6JAN15

Queiroz, Eça de (1979). *A emigração como força civilizadora*. Lisboa: Perspectivas & Realidades

Quentier C., Chilá, R. e Pluchot, N. (2013). *Arriver en ville: les migrants en milieu Urbain au*

Moyen Âge. Paris: Publications de la Sorbonne, pp. 15-29

Quilles, F., Chaves, M. F., Conde, A. F. – Coord. (2018). *La Sevilla Lusa*. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide / Évora: Universidade de Évora

Racine, Jean-Pierre (1986). “Problématique pour une géographie ‘sociale’ des espaces sociaux en Suisse”. *Geographica Helvetica*, nº 2, pp. 57-66

Rebelo, Fernando (1992). “O relevo de Portugal. Uma introdução”. *Inforgeo*, 4, pp. 17-35

Reis, António do Carmo (2009). “A Igreja Católica e a política do Liberalismo: para uma explicação do cisma religioso”. UCP (2009). *Congresso Catolicismo e Liberalismo – Actas (1820-1850)*, pp. 13-21

Resende, André (2009). *As antiguidades da Lusitânia*. Coimbra: Imprensa da Universidade (Tradução: De Antiquitatibus Lusitanae, 1593)

Ribeiro, Orlando (2008). “José Leite de Vasconcelos na História e na Lenda”. *O Arqueólogo Português*, IV, 26, pp. 55-68

Ribeiro, Darcy (1998). *O processo civilizatório*. São Paulo, Companhia das Letras

Ribeiro, Orlando (1987). *A formação de Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

Ribeiro, Orlando (1977). *Introduções geográficas à História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda (Coleção Estudos Portugueses)

Ribeiro, Orlando (1973). *Geografia Humana: programa analítico e lições exemplificativas*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (Policopiado)

Ribeiro, Orlando (1970). *Ensaio de Geografia Humana e Regional*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora

Ribeiro, Orlando (1970.b). *A evolução agrária no Portugal Mediterrâneo, segundo A. Silbert*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (Chorografia: Série Histórica)

Ribeiro, Orlando (1970.c). *Variações sobre temas de Ciência*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora

Ribeiro, Orlando (1966). *Introdução ao estudo da Geografia Regional*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (Policopiado) – 1ª Ed. 1962

Ribeiro, Orlando (1964). *Problemas da Universidade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora

Ribeiro, Orlando (1960). *Atitude e explicação em geografia humana*. Porto: Galaica, 1960

Ribeiro, Orlando (1955). *Geografia de Portugal y España*. Tomo V – Portugal. Barcelona: Montaner y Simon

Ribeiro, Orlando (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa Editores

Ribeiro, O. e Santos, M. A. P. (1951). “Montanhas pastoris de Portugal: tentativa de representação cartográfica”. *U.G.I. – Congresso Internacional de Geografia* (1951), pp. 59-69

Ribeiro, O. e Cardigos, N. (1946). *Geografia da população em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos

Ribeiro, Victor (1902). *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – subsídios para a sua história: 1598-1898*. Lisboa: Typographia da Academia Real da Ciências

Ricardo, David (1817). *Essai d’une vue d’ensemble: la présentation des naissances dans la famille, ses origines dans les temps modernes*. H. B. e. a. (eds). Paris Cahier de l’INED, PUF: 375-391

Rivero, Ángel (2018). “Portugueses y españoles: entre lo rayano y lo fronterizo”. Quilles et alii, 2018, p. 26

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2010), “Associativismo em contexto migratório”. Horta – 2010 (org.), pp. 39-58

Rodrigues, Nuno S. (2006). “Os judeus da Hispânia na Antiguidade”. *Cadernos de Estudos Sefaritas*, n. 6, p. 9-34, 2006 - http://www.catedra-alberto-benveniste.org/fich/15/artigo_Nuno_Rodrigues.pdf 25OUT20

Rodrigues, Lisbeth de Oliveira (2013). *Os hospitais portugueses no Renascimento (1480-1589): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*. Braga: Universidade do Minho (Tese de Doutoramento - II Vols)

Rodrigues, Teresa – Coord. (2009). *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Rodrigues, Teresa (2009). “Portugal nos séculos XVI e XVII. Vicissitudes da dinâmica demográfica”. (CEPESE - Working paper) <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/colecoes/working-papers/populacao-e-prospectiva/portugal-nos-seculos-xvi-e-xvii-vicissitudes-da-dinamica-demografica> 5ABR21
- Rosa, Carla Margarida F. (2019). *A alma da batalha. A vivência da guerra no Portugal medieval*. Coimbra: Universidade de Coimbra (Dissertação de Mestrado) - [https://digitalis.uc.pt/pt-pt/biblio?f\[author\]=11242](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/biblio?f[author]=11242) 27FEV21
- Rosado, Moisés Cayetano (2018). “La red abaluartada Luso-Española. Valoración conjunta”. *La raya ibérica: del campo de batalla al de la emigración. Y otras cuestiones peninsulares*. Badajoz: Fundación CB, pp. 35-48
- Sandoica, Elena H. (2006). “Colónias e impérios coloniais”. Abón, 2006.XVIII, pp. 87-120
- Sauvy, Alfred (1960). “Essai d’une vue d’ensemble: la présentation des naissances dans la famille, ses origines dans les temps modernes”. H. B. e. a. (eds). Paris: *Cahiers de l’INED*, PUF, pp. 375-391
- Sauvy, Alfred (1973). *Crescimento zero?* Lisboa: Publicações Europa-América
- Santarém, Manuel Francisco de Barros e Sousa, Visconde de (1842). *Memória sobre a prioridade dos Descobrimientos dos Portuguezes na costa ocidental de África*. Porto: Imprensa da Revista
- Santos, João Marinho (1998). *A guerra e as guerras na expansão portuguesa: séculos XV e XVI*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses
- Santos, João Marinho (1996). *Os portugueses em viagem pelo Mundo*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses
- Sauvy, Alfred (1963). *Malthus et les deux Marx; le problème de la faim et de la guerre dans le monde*. Paris: Denoel
- SEEC (1976-1977). *Boletim Anual* – Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas, de 1980-1981 e os de anos anteriores.
- SEF (2021). *Relatório de imigração, fronteiras e asilo: 2020*. Lisboa: – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- Serrão, Joel – Coord. (1989). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas (1ª Ed: 1963-1971);
- Serrão, Joel (1976). *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte
- Serrão, Joel (1973). *Demografia Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte
- Serrão, Joel (1972). *Emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte
- Serrão, J. Veríssimo (1975). “Uma estimativa da população portuguesa em 1640”. *Memórias da Academia das Ciências*. XVI, pp. 213-303 (Separata)
- Serrão, J. V., Machado, M. – Org. (2013). *Em terras Lusãs: conflitos e fronteiras o Império Português*. Vinhedo: Editora Horizonte (Editora da Universidade Federal Fluminense - Brasil)
- Serrão, J. V., Motta, M. e Machado M., – Org. (2013). *Terra, território e conflito na formação do Brasil Setecentista*. Vinhedo: Unicentro
- Silva, Agostinho da (2005). *Textos e ensaios filosóficos*. Lisboa: Âncora Editora
- Silva, Agostinho (1997). *Quadras inéditas*. Lisboa: Ulmeiro (1ª Edição: 1990)
- Silva, A. Ribeiro (2000). *Filipe II de Espanha, Rei de Portugal* (Colectânea de documentos filipinos guardados em Arquivos Portugueses), 2 vol.s. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques - <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8271.pdf> 15MAI21
- Silva, Augusto Vieira (1921). “A população de Lisboa”. *Academia das Ciências de Lisboa - Boletim da Classe de Letras, Volume XIII (1918-1919)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 527-538
- Silva, A. Vieira (1919). “A população de Lisboa: estudo histórico” (Separata da *Revista de Obras Públicas e Minas*). Lisboa: Tipografia do Comércio
- Silva, Augusto S. (2018). “Como abordar a identidade nacional portuguesa?”. *Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura*, 1(1), pp. 9-20. ISSN 2184-3805. DOI: 10.21747/21843805/tav1n1a1

Silva, F. Marques (1970). *O povoamento da Metrópole observado através dos censos*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos / Instituto Nacional de Estatística

Silva, Francisco R. (1997). “A apreensão de mercadorias proibidas nos finais de Setecentos: um exemplo”. *Revista da Faculdade de Letras*, V. 14, pp. 555-561

Silva, H., Pereira, R., Bandeira, F. (2019). *Centenário da Gripe Pneumónica: a pandemia em retrospectiva: Portugal-1918-1919*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea-UNL / Inspeção Geral das Atividades em Saúde e Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge

Silva, L. A. Rebello da (1868). *População e a agricultura de Portugal desde a fundação da Monarquia até 1865 (Parte I - de 1097-1640)*. Lisboa: Imprensa Nacional

Silva, Mendez Rodrigo (1645). *Población general de España, sus trofeos, blasones y conquistas heroycas ... Reales genealogias, y catalogos de dignidades eclesiasticas, y seglares [12974]*. Madrid: por Diego Diaz de la Carrera: a costa de Pedro Coello (Reyno de Portugal: pp. 144-195).

Silveira, Luís Nuno Espinha da - Coord. (2001). *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849: edição crítica*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <url:https://www.ine.pt/xurl/pub/137443>. ISBN 972-673-491-6

Silveira, Luís Nuno Espinha da (1997). *Território e poder: nas origens do estado contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimónia

Silveira, L., Alves, D., Lima, N., Alcantara, A. E Puig-Farré (2011). “Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930”. *Ler História*, nº 61, pp. 7-37 (Dossier: Novas perspetivas na História dos Transportes)

Simon, Gildas (1996). “La France, le système migratoire européen et la mondialisation”. *Revue européenne des migrations internationales*, vol. 12, nº2, 1996. 10ème anniversaire. pp. 261-273; doi - <https://doi.org/10.3406/remi.1996.1076.11FEV21>

Soares, Torquato de Sousa (1957). “Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal”. *Revista Portuguesa de História* (Tomo VII, pp. 193-342)

Sobral, José M. e Lima, Maria L. (2018). “A epidemia da pneumónica em Portugal no seu tempo histórico”. *Ler História* (on line), 73, pp. 45-66 https://journals.openedition.org/lerhistoria/4036#quotation_31OUT22

Sousa, Fernando (1979). *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. Porto: Universidade do Porto (Tese de Doutoramento-Policopiada)

Sousa, Ivo Carneiro de (1997). *A história de Timor e a presença portuguesa na Insulíndia – Exposição*. Porto: Biblioteca Central da faculdade de Letras da Universidade do Porto

Sousa, Joaquim José Caetano Pereira (1825) – *Diccionario Juridico, Theoretico e Practico (...)*. Lisboa: Na Typographia Rollandiana.

Sousa, Manuel de Faria e Sousa (1730). *Historia del reyno de Portugal, dividida en cinco partes, que contienen en compendio, sus poblaciones (...)*. En Bruxelas: En Casa de Francisco Foppens – Nueva edicion (books.google.pt)

Sousa, Manuel Faria de (1680). *Europa Portuguesa*. Lisboa: A Costa d'António Craesbeck de Mello, 1678-1680

Soyer, François (2008) “Le Royaume du Portugal et l’expulsion des juifs d’Espagne en 1492”. Barros, M. Filomena L. e Montalvo, José H. (2008). *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica*. Évora: Universidade de Évora (Publicações do Cidehus – Open Edition Books, p. 325-347) - https://books.openedition.org/cidehus/249_13FEV21

Subtil, José (1999). “Modernidades e arcaísmos do Estado de Quinhentos”. *A gênese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (Séculos XIII-XV)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 317-370

Tapinos, Georges (1974). *L'économie des migrations inetrnationales*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques / A. Colin

Teixeira, N. S., Domingues, F. C. e Monteiro, J. G. – Coord. (2017). *História militar de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Telo, António José (1998). A política militar portuguesa no século XX. In: *Janus 1998 – Suplemento Forças Armadas* https://www.janusonline.pt/arquivo/1998fa/1998fa_2_1.html 30JAN23
- Thomaz, Luis Filipe (1964). *Os portugueses em Malaca: 1511 – 1580*. (1964). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Dissertação de Licenciatura - Policopiado, 2 vols)
- Thompson Warren S. (1929) – “Population”. *American Journal of Sociology*. 34(6): pp. 959-975
- Tomas, Ana e Valério, Nuno (2019). “O Decreto de 6 de novembro de 1836”. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa (*Working papers series - DT/WP*, nº 62)
- Torgal, L. R., Pimenta, F.T., Sousa, J. S. (2008). *Comunidades imaginadas: nações e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Trotier, D. A. (1988). *Medieval French Literature and the Crusades (1110-1300)*. Genève: Librairie Droz
- U.G.I. (1951). *Comptes rendus du Congrès International de Géographie*. Lisboa: Union Géographique Internationale (Tomo III - 4ª Secção); Tomo IV – 5ª, 6ª e 7ª Secção)
- UNHCR (2021). Mid-year trends – 2021. Copenhagen: United Nations High Commissioner for Refugees <https://www.unhcr.org/618ac4694.pdf> 27OUT22
- Valério, Nuno - Coord. (2001). *Estatísticas históricas portuguesas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística
- van de Kaa (2002) – “The idea of a second demographic transition in Industrialized Countries” (Paper presented at the *Sixth Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population and Social Security*, Tokyo, Japan, 29 January 2002) <https://studylib.net/doc/8348100/the-idea-of-a-second-demographic-transition-in-industrial...> 31JAN23
- van de Kaa (1987). “Europe’s Second Demographic Transition”. *Population Bulletin*, 42 (1), Washington D.C.: Population Reference Bureau
- van de Kaa, D., Leridon, H., Gesano, G., Okólski, M. – Edit. (1999). *European populations: unity and diversity*. Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers <https://books.google.pt/...> 30DEZ22
- Vasconcelos, J. Leite de (2017). *Portugal pré-histórico*. Lisboa Círculo de Leitores (Obras pioneiras da Cultura Portuguesa) – Original de 1885, Ed. Lisboa: Editor David Carazzi
- Vasconcelos, J. Leite de (2007). *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. IV
- Vasconcelos, J. Leite de (1980). *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. II
- Vasconcelos, J. Leite de (1928-1938). *Opúsculos*. Coimbra: Imprensa da Universidade (VII Volumes)
- Vasconcelos, J. Leite de (1925). “História da Língua Portuguesa”. *Revista Lusitana*, Vol. XXV, nº 1-4, 1923 a 1925
- Vasconcelos, José L. (1898). “Mulatos de Alcácer do Sal”. *O Arqueólogo Português*, tomo 1
- Vasconcelos, José L. de (1897 - 1905). *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional (III Vol.)
- Vasconcelos, José L. de (1897). *Mapa dialectológico do Continente Português*. Lisboa: Guillard, Aillaud & Cia.
- Vidigal, Inês (2022). “Dois milhões de emigrantes portugueses no mundo”. *Observatório da Emigração*. <http://observatorioemigracao.pt/np4/8821.html> 16NOV22
- Wanner, P. e Fei, P. (2005). *Facteurs influençant le comportement reproductif des suisses et des suisses*. Neuchâtel, Office Federal de la Statistique
- World Economic Forum (2022). The Global Risks Report 2022 – 17th Edition. Geneva: World Economic Forum Headquarters - <https://www.weforum.org/contact-us/office-locations> 12JAN22

Outras fontes principais:

A Bíblia de Jerusalém (2016). Lisboa: Paulus

Arquivo Público do Estado de São Paulo - <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/estatisticas.php> 9JUN21

Arquivo do exército: História administrativa <https://arqhist.exercito.pt/details?id=41589> 21MAR21

Arquivo nacional da Torre do Tombo – Tratado de Paz de 1668 entre Portugal e Espanha - <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/tratado-de-paz-de-1668-entre-portugal-e-espanha/> 23FEV21

Biblioteca Nacional Digital – Ficha bibliográfica - & Outros <https://purl.pt/23675/5/index.html> 10JUN21

Constituição Política da Monarquia Portuguesa - Decretada pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes Reunidas em Lisboa no ano de 1821

Diário das Cortes Geraes (1822). Diário das Cortes Geraes, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa – Segundo ano da Legislatura. Lisboa: Imprensa Nacional (Tomo Sexto)

Enciclopédia Católica Popular - <http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/a.php> 11FEV20

Gazeta das Colónias nº 38, ano II – Lisboa, 10 de Outubro de 1926

Hospitais Portugueses – Arquitecturas da Saúde - http://www.arquitecturasdasaude.pt/main/hospitais_pt.html 26MAI21

Junta da Emigração – Boletim anual. Lisboa: Ministério do Interior (Vários anos)

Ministério da Educação e Investigação Científica (1975). Evolução do sistema de ensino: 1960-61 a 1973-74. Lisboa: M.E.I.C. – Secretaria-Geral

Ministério da Educação e Ciência (1979). Evolução do sistema de ensino. Lisboa: M.E.C. – Secretaria-Geral

Numeramento de Pina Manique - Livro que contem as freguesias que há em Lisboa, no seu Termo e nas diversas Terras deste Reyno, com a individuação das Comarcas, e Províncias, a que estas pertencem, e do número de Fogos de que cada huma daquellas se compoem; feito por ordem do Intendente Geral da Policia da Corte, e do Reyno Diogo Ignacio de Pina Manique na sua Secretaria em o anno de 1798.- Século XVIII.- [46] f.; 44 cm.- E. Manuscrito de uma só mão, caligrafado, datado e subscrito: Pelo Primeiro Official da mesma Secretaria - Pedro Ignacio Gouvea da Silva Homem

Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V, livro I, edição da Imprensa da Universidade de Coimbra, ano 1792

Ordenações Afonsinas (1999) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Livro V. (Apresentação: Mario Julio de Almeida Costa; Nota Textológica: Eduardo Borges Nunes

Portugal Continental: A defesa do território continental - https://www.momentosdehistoria.com/MH_05_04_Exercito.htm 30JAN22

República Portuguesa – Portal Diplomático – Congresso de Vestefália - <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/historia-diplomatica?view=article&cid=520:congresso-de-vestefalia&catid=119> 23FEV21

RTP – O Retorno - <https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/o-retorno/> 26DEZ21

Secretaria de Estado da Emigração - Boletim anual (1973, 1974). Lisboa: Secretaria de Estado da Emigração.

A POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Fontes principais de natureza estatística: INE, Pordata, Junta da Emigração e outras

Eurostat: you key to European statistics - <https://ec.europa.eu/eurostat/web/main> 14JAN22

Eurostat – Population structure and ageing (2021) - https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Population_structure_and_ageing 12JAN22

INE: Um ano de pandemia: uma breve síntese - https://www.ine.pt/ine_novidades/1APandemia/index.html 11JAN2022

INE (2022). Anuário Estatístico – 2021. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

INE (2021). Anuário Estatístico-2020: Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

INE – Contas regionais: base 2016, 2018 e 2019 Provisório (15 de Dezembro de 2020) - https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=469659499&att_display=n&att_download=y. 14JAN22

INE – Estatísticas da saúde – 2019. Lisboa. INE, 2021

INE – Contas regionais: base 2016, 2018 e 2019 Provisório (15 de Dezembro de 2020) - https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=469659499&att_display=n&att_download=y. 14JAN22

INE – Inquérito à fecundidade 2019. Lisboa: INE

INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 2019 - https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=528348419&att_display=n&att_download=y. 11JAN2022

INE – Estatísticas da Saúde – 2019. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

INE (2017). Projeções de População Residente em Portugal: 2015-2080. Lisboa: INE

INE (2014) Projeções de população residente 2012-2060 - <file:///C:/Users/User/Downloads/28ProjPopResidPortugal2012-2060.pdf> 13MAI14

INE Censos em Portugal de 1864 a 2011 - https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt 3FEV2021

INE / GEPE (2009). 50 anos de estatísticas da educação. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística / Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (III Vols.)

INE (2009). Projeções de População Residente – Portugal: 2008-2060

INE (2004). Projeções de População Residente - Portugal e NUT II: 2000-2050: Lisboa

INE (1972). Projeções de População Residente – Continente e Ilhas Adjacentes. Lisboa:

INE (2013) – Inquérito à fecundidade (primeiros resultados) INE: 2013 - http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=208478593&att_display=n&att_download=y. 6 de ABR14

INE (2013) – A população estrangeira em Portugal – 2011 - http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=150133806&att_display=n&att_download=y. 5 ABR 14

INE (2012) – Censos 2011 – Resultados definitivos. Lisboa: INE e Censos 2021 (Resultados provisórios) - https://censos.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html 31DEZ2021

INE (1985). Portugal: 1935-1985. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

INE – Recenseamento Geral da População: 1981. Lisboa: Instituto nacional de Estatística

INE (1972). Estatísticas para o Planeamento. Lisboa: Imprensa Nacional

INE - Instruções para a execução do recenseamento geral da população no 1º de Dezembro de 1900” - https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1900 28FEV21

INE - Relatório sobre o Censo da População – Separata do volume 1 de 1890. p. XL

INE - Estatística de Portugal – População: Censo no 1º de janeiro 1864. Lisboa: Imprensa Nacional

Observatório da Emigração – 2020. – Coord. Rui Pena Pires. Lisboa: CIES / ISCTE

Parlamento Europeu - https://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_3.1.6.pdf 25DEZ21

World Health Organization (WHO) - <https://www.who.int/about/governance/constitution> 8JAN22

FICHA TÉCNICA:

Novembro 2023

Edição: Associação Portuguesa de Geógrafos

Autor: Jorge Carvalho Arroteia*

Título: A população na geografia de Portugal

Preâmbulo: João Ferrão

Execução gráfica: Gráfica de Barrocelas, Lda.

Tiragem: 250 exemplares

Depósito legal: 523649/23

ISBN: 978-989-99244-7-5

*. Geógrafo. Professor Catedrático da Universidade de Aveiro (Aposentado)

